UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

***Rusga: participação política, debate público e
mobilizações armadas na periferia do Império
(Província de Mato Grosso, 1821-1834)***

André Nicacio Lima

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a obtenção
do título de Doutor em História.**

Orientadora: Profa. Dra. Monica Duarte Dantas

**Versão corrigida
São Paulo
2016**

SUMÁRIO

Resumo	05
Abstract	06
Agradecimentos	07
Introdução	08

Capítulo 1 - A formação da província de Mato Grosso: política institucional e sociedade civil21

1.1 – A experiência das juntas provisórias	22
1.2 – A política institucional	65
1.3 – Imprensa e sociedade civil	94

Capítulo 2

O Sete de Dezembro e a trajetória política dos militares subalternos 118

2.1 – A sedição de 7 de dezembro e a política cuiabana	119
2.2 – Soldados, prisioneiros e desertores	142
2.3 – Corpos militares e poder político	169
2.4 – “Pátria” e “Constituição” às vésperas do Sete de Abril	197

Capítulo 3 - O Sete de Abril na periferia do Império (1831-1834) 228

3.1 – O Sete de Abril e as “rusgas”	229
3.2 – Os soldados e a ordem pública no pós-Abdicação	273
3.3 – Os partidos e a organização política	296

Capítulo 4 - O massacre de Trinta de Maio 332

4.1 - O Trinta de Maio e seus protagonistas	334
4.2 – A perseguição aos “adotivos”	375
4.3 – Repressão, julgamentos e fugas	411

Considerações finais	437
-----------------------------------	------------

Fontes e bibliografia	475
------------------------------------	------------

*A Joaquim Maria de Lima e
Sonia Maria Nicacio de Moraes Lima*

“... é preciso conter-se.”
(Lima Barreto, Diário Íntimo)

RESUMO

A investigação tem por objetivo compreender as motivações, ideários e estratégias dos diferentes grupos que protagonizaram uma mobilização armada ocorrida na província de Mato Grosso no ano de 1834. Iniciada com a tomada do quartel de Cuiabá pela guarda nacional, na noite de 30 de maio, a Rusga teve como objetivo principal assassinar os homens nascidos em Portugal que viviam na província.

Para compreender a mobilização, a análise parte da experiência das juntas provisórias criadas na província em 1821, quando teve início um intenso aprendizado da política sob um Estado liberal, constitucional e representativo. Atuando nas novas instituições, no debate público por via da imprensa e no estabelecimento e reiteração de relações de clientela, as lideranças da província se enfrentaram num processo que culminou na formação de dois campos políticos opostos.

Em seguida, é abordada uma sedição feita por militares subalternos em 7 de dezembro de 1831. A análise enfoca os aprendizados, a cultura política e as estratégias dos soldados e oficiais inferiores, que já vinham de uma trajetória de contestação que incluía pelo menos quinze revoltas desde 1821. Neste processo, os soldados se tornaram capazes de interferir diretamente nos rumos da política provincial através da mobilização armada.

O estudo passa então a tratar do impacto da Abdicação de d. Pedro I na política de Mato Grosso. Naquele contexto, mobilizações com motivações e composições sociais as mais diversas se utilizaram da evocação do direito à resistência e da politização do local de nascimento para chegar a seus objetivos, apropriando-se do ideário do Sete de Abril. Em Mato Grosso, este período foi marcado por conflitos envolvendo a expulsão e desmobilização das tropas, bem como pela organização de um novo partido, alinhado ao poder central e que se tornou capaz de, num único ano, conquistar a maioria em quase todos os espaços eletivos da província, acabando com um longo domínio de um pequeno grupo de homens na política institucional.

Por fim, a investigação analisa o massacre ocorrido na Rusga. São enfocadas a situação de suspensão da legalidade criada na província, além das motivações, ideários e estratégias dos protagonistas da perseguição aos nascidos em Portugal, primeiramente em Cuiabá e, em seguida, no interior.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil Imperial – Mato Grosso – Rusga – Rebelião - Imprensa

ABSTRACT

This investigation aims to comprehend the motivations, ideas and strategies informing the different groups that had an important role in an armed mobilization that occurred in the province of Mato Grosso during the year of 1834. Initiated with the occupation of Cuiabá city barracks by the National Guard on the evening of May 30th, the so-called Rusga had as its main goal the murder of the Portuguese-born men living in the province. In order to understand the mobilization, the analysis starts with the study of the experience of the provisory juntas created in the province on the year of 1821, marking the beginning of an intense learning of politics under a liberal, constitutional and representative State. Acting in the new institutions, taking part in the public debate through the press and in the establishment and reiteration of clientelistic relations, the province's leadership was divided by growing internal confrontation, a process that culminated in the formation of two opposed political fields.

The thesis continues with the study of a sedition led by subordinate military men on December 7th 1831. The analysis focuses on the learning of politics, the political culture and the strategies of soldiers and lower-ranking officers with a past of insubordination that included at least fifteen revolts since 1821. In this process, the soldiers were able to directly interfere in the path of provincial politics through armed mobilization.

Next, the study emphasizes the impact of the Abdication of Emperor d. Pedro I in the politics of Mato Grosso. In that context, mobilizations with diverse motivations and social compositions evoked the right of resistance and benefited from a considerable politicization to achieve their goals, appropriating the ideas that inspired the Abdication. In Mato Grosso, this period was marked by conflicts involving the expulsion and demobilization of troops, as well as the organization of a new party, aligned to the central government and that was capable of, in a single year, conquer majorities in almost all of the elective institutions in the province, ending the long-standing control of a small group of men over the local institutional politics.

Finally, the investigation analyses the massacre occurred in the Rusga. The suspension of the rule of law in the province, as well the motivations, ideas and strategies of the persecutors of the Portuguese-born, primarily in the city of Cuiabá and, later, in the countryside, are the focus of this last session

KEYWORDS:

Imperial Brazil - Mato Grosso - Rusga - Rebellion - Press

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao programa de pós-graduação em História Social da USP e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; a todo o pessoal do Arquivo Histórico do Estado de Goiás, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Arquivo da Casa Barão de Melgaço e, especialmente, do Arquivo Público de Mato Grosso. Também em Mato Grosso, a Ernesto Cerveira de Sena e Maria Adenir Peraro. A André Machado e Miriam Dolhnikoff, pela leitura atenta e crítica dos resultados parciais. A Filipe Nicoletti, Juliana Henrique e Carina de Carvalho, pessoas que prestaram uma ajuda, para dizer o mínimo, essencial. Aos ex-colegas e ex-alunos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (especialmente Larissa e Mateusinho, apesar de todos os temporários eternos brilharem muito) e do Cursinho Livre da Lapa. A Uiran Gebara, Gabriel Zacarias, Bruno Estefanes, Alain el Youssef, Tâmis Parron, Vivian Costa, Waldomiro Silva Jr, Lindener Pareto, Luana Soncini, Fernando Sarti e tantos outros interlocutores. Aos amigos todos e a meus pais, por tudo que me permitiram na vida; à Dani Dionizio, por tudo que tem sido e que será; e à Monica Dantas, por ser a orientadora incrível que é.

Introdução

A reflexão e o estudo dos fatos dessa época firmaram em nosso espírito a convicção de que os Srs. Caetaninho e Corrêa do Couto, metendo a mão na consciência e olhando para o passado, confessaria[m] a si mesmos não serem eles os mais próprios para rasgar o véu que envolve ainda a verdade histórica e salvaguarda certas individualidades em cuja frente o historiador imparcial há de estampar um ferrete de infâmia. [...]

Estamos resolvidos a insistir sobre a carnificina vandálica e sobre a ascosa pilhagem de que foram vítimas algumas dezenas de inocentes em 30 de maio de 1834.

Havemos dar o seu a seu dono.

Havemos erguer um padrão de glória para os puros.

Havemos estampar um estigma de reprovação na frente dos manchados.

Havemos de mostrar enfim que se essa desgraçada época tem o caráter de um pesadelo ou de um fantasma não tem seguramente para nós.

A Imprensa de Cuyaba, 17 de janeiro de 1861.

A carnificina de 1834 é o ponto negro no céu daquele torrão, e o pesadelo ainda de muitos indivíduos, de cujas memórias o espaço de sete lustros não tem podido afugentar as imagens de suas vítimas.

Quais fantasmas ameaçadores, elas fazem sem sono suas noites de febre, como são sempre as dos criminosos que sentem a cada momento, despertados ou dormindo, pesar-lhe sobre o peito a mão de ferro do remorso!

A página em que se escrever a história desse extermínio de portugueses será uma nódoa de sangue nos anais da província, e jamais o tempo poderá apagá-la.

Não tentaremos descrevê-la: apesar de sermos português[sic], queimamos muitos documentos que diziam respeito aos negócios de 1834.

Joaquim Ferreira Moutinho, Notícia sobre a província de Mato Grosso (1869)

Um fantasma e um pesadelo: assim era descrita, cerca de três décadas depois, a memória da noite de 30 de maio de 1834 em Cuiabá. Fantasma que perseguia aqueles cujas famílias estavam relacionadas à trama, caso do “Sr. Caetaninho”, como era chamado pelo redator d’*A Imprensa de Cuyabá* o líder do Partido Liberal Caetano Xavier da Silva Pereira, cujo pai homônimo havia sido condenado como um dos “cabeças” daqueles crimes. Era a ele e a alguns de seus aliados que se endereçava o “estigma de reprovação” lançado pelo periódico.

O tema veio à tona, ao que parece, com uma ameaça na forma de livro de história. Foi em meio a calorosos debates nos momentos finais da campanha eleitoral de 1861 (sendo os Srs. Corrêa do Couto e Caetaninho candidatos liberais), que o periódico conservador anunciou “ao público que está sendo elaborado um trabalho histórico de grande interesse principalmente para esta província”. Também definida como “opúsculo ou panfleto político”, a obra se intitularia *Os Cagliostros ou as Vésperas Sicilianas de 30 de Maio*. O impacto foi imediato e já na edição seguinte o redator ironizou a repercussão

de uma simples nota anunciando um “trabalho histórico”: “30 DE MAIO - tem sem dúvida poder mágico estas palavras; são uma espécie de cabeça de Medusa.”¹

As repercussões mencionadas nas edições que se seguiram ao anúncio foram duas, sendo a primeira delas a carta de um leitor pedindo a “explicação do título de sua obra”, considerando que “como devemos presumir, o panfleto histórico que está sendo elaborado tem por objeto os lamentáveis acontecimentos de 30 de Maio de 1834”. Tratava-se, nas palavras do redator, de referências a um alquimista que para “fazer fortuna rapidamente e sem esforço”, utilizava um processo que demandava “um simples banho em sangue humano em ebulição”; como também a “uma carnificina que sofreram os franceses em Palermo”, que “tomou este nome porque teve princípio à hora de Vésperas”. O Trinta de Maio teria sido, de acordo com os conservadores cuiabanos do Segundo Reinado, um massacre ao cair do dia, motivado pela mais baixa ambição. Já a segunda reação à nota foi uma “declaração de silêncio [...] sobre os funestos acontecimentos de 30 de Maio” por parte dos liberais, o que “em nada nos maravilha: esperávamos até essa prudente resolução de sua parte”.²

Caso fosse publicado, *Os Cagliostros ou as Vésperas Sicilianas de 30 de Maio* teria sido o primeiro “trabalho histórico” inteiramente dedicado aos acontecimentos daquela “lamentável” noite, mas no contexto da campanha de 1861 tudo indica que se tratava simplesmente de uma ameaça eleitoral, espécie de chantagem para colocar o partido adversário em posição defensiva. O que importa por ora indicar é que a persistência e o peso da memória do Trinta de Maio na política provincial não eram fortuitos. A matança iniciada naquela noite resultou no extermínio dos homens nascidos em Portugal da província, como também tirou do jogo político quase todos os líderes atuantes até então, além de muitos personagens de menor destaque. Toda uma geração de cidadãos estabelecidos em Cuiabá - aquela geração que viveu intensamente a construção do Estado nacional brasileiro e de seu regime político liberal -, foi duramente impactada pelo massacre e por seus desdobramentos. Mesmo o principal responsável por debelar o movimento acabou assassinado e seus herdeiros permaneceram atormentados pela acusação de que o vice-presidente João Poupino Caldas era, na verdade, um dos

¹A *Imprensa de Cuyaba*, números 82 a 85, janeiro de 1861.

²*Idem*.

criminosos, e que a atuação como repressor apenas adicionou a suas culpas a desonra da traição a antigos companheiros.³

Pelas consequências do massacre de brasileiros “adotivos” (homens nascidos em Portugal que se tornaram cidadãos do Império em 1824), a noite de Trinta de Maio não teria quem a reivindicasse. Diferentemente do ocorrido com conflagrações como a Guerra dos Farrapos ou a Praieira, a mobilização que viria a ser conhecida como Rusga esteve longe de fazer parte de um passado rememorado em Mato Grosso. Sua lembrança seria evocada frequentemente no século XIX, mas apenas para lançar um estigma a políticos liberais ou, ainda, para ser celebrada por alguns políticos menos prudentes, como uma bravata encarada com repugnância. Como demonstrou recentemente Ernesto Cerveira de Sena, eleições foram ganhas e perdidas em torno da evocação da memória do Trinta de Maio durante o Segundo Reinado.⁴ Num desses episódios, narrado pelo autor, um líder partidário decidiu, em 30 de maio de 1848, “festejar o aniversário” do dia em que “a piedade pública e cristã comemora com dobres de sino, missas e mais cerimônias religiosas!”. O escândalo foi geral e é possível que tenha contribuído para a perda de apoios tradicionais ao partido nas eleições seguintes.⁵

Para muitos de seus personagens, a tragédia do Trinta de Maio teve consequências mais graves que a de um estigma partidário. Muitos deles tiveram que reconstruir a vida na Bolívia, onde chegaram em 1837 como criminosos foragidos. Outros foram expulsos ilegalmente da província, enquanto alguns permaneceram presos, condenados a galés perpétuas, até a Guerra do Paraguai (1864-1870), e mesmo depois. Diz um relato posterior a este conflito que um deles, sumindo pelas matas no aniversário da “catástrofe”, ao retornar teria sido questionado por seu oficial se “foi festejar o 30 de maio no mato”, ao que teria respondido que “se vossa senhoria não me visse tão desgraçado, sem dúvida não havia de se lembrar desse dia, em que fez mais do que eu para merecer esses ferros!”. O diálogo, relatado por Taunay a partir de depoimentos da década de 1880, não é necessariamente verídico, mas atesta que, em Mato Grosso, mesmo passado meio século, aquela ainda não era uma data qualquer do calendário. O discurso rancoroso atribuído ao prisioneiro, que havia sido o responsável por tocar a corneta que anunciou o massacre,

³ Sobre a memória da participação de Poupino Caldas e de outros personagens na Rusga, Alfredo d'Escagnolle TAUNAY. *A cidade do ouro e das ruínas*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1923. (1ª ed.: 1891). Capítulos XVII a XXI.

⁴ Ernesto Cerveira de SENA. “Rusga – sobre um evento político e seu nome”. Cuiabá: *RIHGMT*, n. 71, 2012. p. 11-28. Ernesto Cerveira de SENA. “Rusga – sobre um evento político e seu nome”, *op. cit.*

⁵ Ernesto Cerveira de SENA. “Rusga – sobre um evento político e seu nome”, *op. cit.*

demonstra ainda que a seletividade da repressão fazia parte dessa memória em fins do século XIX.⁶

Mas o fantasma não assombrava apenas o Partido Liberal e as pessoas diretamente envolvidas na trama. Como indica o excerto de Moutinho, o estigma lançado contra supostos criminosos e a seus familiares, antigos aliados e pretensos herdeiros políticos também atingia coletivamente aos cuiabanos, tornando-se um “ponto negro no céu daquele torrão”. Comerciante português estabelecido em Cuiabá décadas depois do Trinta de Maio, ele imprimiu cores fortes à descrição da violência que seus conterrâneos haviam sofrido naquela cidade. O Trinta de Maio era então visto como um “extermínio de portugueses”, motivado pelo interesse na pilhagem e por ódios inexplicáveis, sem relação com a política partidária. A interpretação se assemelhava, neste ponto, àquela de Augusto Leverger, oficial militar e político conservador que assumiu por diversas vezes o governo de Mato Grosso entre 1851 e 1870. O cronista descreveu os protagonistas do movimento como “um grupo de facinorosos, a que se ajuntou a plebe iludida em parte, e em parte movida pelos mais ignóbeis sentimentos”⁷.

Contudo, como veremos, a Rusga foi motivada pela luta partidária e foi organizada por um grupo que se constituiu para conquistar vitórias eleitorais na província. Seu ideário estava plenamente integrado ao debate público centrado na Corte e em outras grandes cidades do Império. O caráter partidário da mobilização foi apontado pelas vítimas da Rusga, caso de uma mulher que, após a perda “de seu pai e marido, ficando carregada de filhos todos menores, e a sua casa roubada e toda quebrada as janelas, e despedaçados todos os móveis”, pediu “providências para serem punidos os perturbadores da ordem pública”. Na petição, Ana Joaquina Vaz Guimarães relatou que, antes de ser executado, seu pai tentou convencer os “rebeldes amotinados” de que defendia a Constituição e o reinado de d. Pedro II, além de ter mencionado os “serviços [que] tinha prestado à Pátria.” Sem qualquer simpatia pelos homens que destruíram sua família, ela reconhecia que os assassinatos tinham motivação numa polarização política, pois o ódio daqueles homens

⁶ Alfredo d'Escagnolle TAUNAY. *A cidade do ouro e das ruínas*, op. cit. p. 125. Tratava-se do corneta Antonio da Silva Pamplona, que segundo Taunay ainda estava vivo em 1888, “já octogenário, alquebrado, arrastando existência miserável”. O autor apresenta, além de uma análise a partir das fontes manuscritas que encontrou em Mato Grosso, diversas narrativas fruto de suas conversas com habitantes da província.

⁷ Augusto LEVERGER. *Apostamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19). “Facinoroso”, diz um dicionário de 1832, é aquele “que tem muitos crimes”. Luís Maria da Silva PINTO. *Dicionário da Língua Brasileira*, Ouro Preto. Tipografia de Silva, 1832.

se organizava em torno de crenças a respeito da defesa da “Pátria” e da “Constituição” – crenças políticas, portanto.⁸

O que também se percebe na petição da viúva e filha de vítimas fatais do Trinta de Maio, é que ela não atribuía o massacre ao instinto de uma multidão supostamente formada pela “soldadesca” e pelo “populacho”, como fariam autores como Augusto Leverger e, em medidas variáveis, os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT)⁹. Afinal, Ana Joaquina Vaz Guimarães dizia reiteradamente – como também disseram, em geral, as testemunhas dos processos abertos a respeito daqueles crimes – que os assassinos eram “Guardas Nacionais”, tendo à frente seu “Chefe”. Ao contrário da “soldadesca”, os praças desse corpo eram eleitores e precisavam ter uma renda razoável para pegar em armas pertencentes ao Império. Além disso, o relato da viúva e órfã deixa claro o caráter organizado dos crimes que presenciou, que não ocorreram em meio ao avanço desordenado de uma turba, mas na forma de uma execução por uma das escoltas que realizaram buscas em casas, lojas e propriedades rurais, aplicando – nas palavras de um dos rebeldes – “todos os meios para a morte deles”.¹⁰

O silêncio sobre as motivações, a composição social e a organização do Trinta de Maio foi duradouro e para ele contribuiu a destruição deliberada de documentos, como relatado no excerto de Moutinho, no qual afirmava ter tido parte nesses atos. Alfredo Taunay tentou elucidar a trama em fins do século XIX, mas se deparou com o “vexame e esquivança” das pessoas, além do “sumiço quase total [dos] documentos e inquéritos que a elas se referem, o que é de sentir, pois ainda não foi estudada, nem poderá mais sê-lo

⁸ “Petição de Ana Joaquina Vaz Guimarães ao Ministro da Justiça pedindo punição dos envolvidos na Rusga e solicitando indenização pelas perdas sofridas (1834)”. *RIHGMT*. Tomos XXXI a XXXIII. Cuiabá, 1934.

⁹ Apesar de reconhecerem sentido político na Rusga, esses autores tenderam a desconsiderar os embates ocorridos no espaço provincial em construção, atribuindo suas motivações a um genérico “nativismo” manifestado em todo o país. O movimento e o massacre teriam sido reflexos locais de uma luta organizada nacionalmente entre conspiradores “absolutistas” ou “restauradores” portugueses e “nativistas” brasileiros. Nesta leitura, os “adotivos” teriam sido os homens mais ricos e poderosos de Mato Grosso até as vésperas da Rusga, e seu extermínio teria resultado do desvirtuamento da reação legítima ou inevitável dos “nativistas”, inspirados por ideais nobres. Tal desvirtuamento seria obra de “desordeiros amotinados” e da “tropa insubordinada”, guiada por instintos ou por sugestões de uma minoria dentre as lideranças. Por exemplo, para Firmo Rodrigues, “a tropa amotinada e o populacho alcoolizado se entregaram pelas ruas de Cuiabá ao saque e ao morticínio”, a despeito do que fora planejado pelas lideranças, sendo “impossível aos chefes do movimento conter a turbulência e desenfreamento de uma tropa desorganizada”. As citações diretas são de Firmo Rodrigues, mas a leitura é bastante semelhante, nesses aspectos, à produção do IHGMT sobre a Rusga, entre as edições do centenário e do sesquicentenário do movimento. *RIHGMT*, tomos XXXI-XXXII (1934) e CXXI-CXXII (1984).

¹⁰ Eusébio Luís de Brito a José Manuel Alves Ferreira, 15 de junho de 1834. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 198.

devidamente, tão singular e sangrenta conspiração”.¹¹ Apresentando versões que circulavam sobre aqueles fatos, o autor deixou preciosos registros a respeito da presença do fantasma do Trinta de Maio meio século depois, sem se comprometer com alguns silêncios até então respeitados, sobretudo quanto a nomear personagens e atribuir responsabilidades ausentes do principal processo que julgou a Rusga, mas presentes pontualmente em outras fontes. Seus registros, publicados quando a disputa não se dava mais entre os liberais e conservadores do Império, atestam a perpetuação de um estigma que, deixando de ser partidário, seguia sendo familiar e coletivo.

Por fim, quando o movimento foi elaborado como parte da história política mato-grossense, por ocasião de seu centenário, superou-se finalmente o “fantasma”, ao custo, porém, da redução da “catástrofe” a um episódio menor, explicado pelo ódio “nativista” próprio daqueles tempos agitados da Regência. Só então a “catástrofe de Trinta de Maio” deu lugar à “Rusga”.

A palavra que hoje dá nome ao evento era uma das escolhas possíveis quando os fundadores do IHGMT reinterpretaram e rebatizaram o Trinta de Maio. No início do século XX, “rusga” já tinha um sentido próximo do atual, semelhante a “entrevero”, “desavença” ou “desentendimento”. Para aqueles historiadores, tratava-se de romper com a narrativa da “catástrofe de Trinta de Maio”, fantasma que ainda atormentava a geração de seus pais. Não sendo um acaso, a escolha também não era uma invenção imposta às fontes, pois as três narrativas mais elaboradas sobre o Trinta de Maio – dois processos criminais e um panfleto, produzidos entre 1834 e 1835 - os definem de formas bastante variadas, sendo “rusga” um termo recorrente em todas elas.

No processo que condenou o pai do “Sr. Caetaninho” e outras dezoito pessoas como “cabeças” do movimento, predomina a referência à data: “o Trinta de Maio”, “os acontecimentos de Trinta de Maio”, dentre outras variações, muitas vezes precedidas por

¹¹ A leitura de Taunay, que influenciaria as gerações seguintes, atribuía a “carnificina de 30 de maio” à “inveja e malquerença” dos brasileiros com relação à “preponderância comercial” e à “influência política” dos portugueses. Taunay deu os primeiros passos para uma linha interpretativa que reconheceu na Rusga um movimento político ligado a uma trajetória de disputas pelo mercado cuiabano e por postos civis e militares. O embate teria se dado entre dois grupos delimitados pela origem portuguesa ou brasileira, desde a Independência. Mas a brutalidade seguiria sendo compreendida como fruto da irracionalidade de uma parcela dos rebeldes, pois o movimento político não se confunde com a “inexplicável fúria [de] parte da população [que], aos brados de mata bocado, começou a trucidar sem dó nem piedade infelizes e imbeles portugueses!”. Esta “parte da população” era a “soldadesca desenfreada [que] debaixo da ação do álcool matava a torto e a direito e saqueavam, unida, dizem uns, à mais vil ralé de Cuiabá, ligada, asseveram outros, ao que havia de melhor na cidade!” Alfredo d'Escagnolle TAUNAY. *A cidade de Matto-Grosso (antiga Villa-Bella): o rio Guaporé e a sua mais ilustre victima: estudo histórico*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1891.

adjetivos como “terríveis”, “trágicos”, “sangrentos”, “desgraçados” ou “horrorosos”. Tratando-se de um processo criminal, o vocabulário jurídico também se impunha: “procedimentos ilegais”, “crimes”, “roubos”, “mortes”, ou ainda, os artigos penais propriamente políticos, como “sedição”, “motim” e “rebelião”. Não se falava em “insurreição”, pois nos termos do Código Criminal então vigente esta denominação aplicava-se apenas à mobilização de escravos para “haverem a liberdade por meio da força”, e o Trinta de Maio foi um movimento de livres e libertos, que eram cidadãos do Império. Outros termos, como “desordens”, “anarquias”, “tumultos”, “insultos”, “rompimento”, “perturbação”, “revolta” e “revolução” eram também frequentes nas falas das testemunhas. E, além destes, boa parte do vocabulário que daria o tom nas narrativas da segunda metade do século XIX sobre o movimento: “catástrofe”, “atrocidades”, “violências”, cenas de “vandalismo”, de “selvageria” e de “canibalismo”¹².

Por sua vez, o processo criminal aberto em Goiás com base em depoimentos de homens que foram alvos dos rebeldes, mas que conseguiram fugir para aquela província, refere-se ao “procedimento anárquico na cidade de Cuiabá em o mês de maio”, quando “arrebentou a rusga com tiranas mortes, e roubos, e toques de corneta”¹³. Já um panfleto anônimo publicado no Rio de Janeiro em 1835, em defesa de alguns réus do processo cuiabano, definia a “rusga de 30 de Maio” como “a Revolução operada em Cuiabá”¹⁴.

Presente no discurso coevo, a palavra “rusga” ainda não era dicionarizada em 1834 mas já era frequente no debate político da província desde o contexto da Abdicação de d. Pedro I, em 7 de abril 1831, e continuou sendo bastante evocada após o Trinta de Maio, inclusive para aludir a suspeitas de que se tramava uma “nova rusga”. Como veremos, sua definição foi construída e resignificada em meio a debates na esfera pública. O ápice dessas discussões ocorreu imediatamente após o Sete de Abril, quando periódicos “moderados” descreviam mobilizações em todo o país, que tinham as motivações e composições sociais as mais diversas, como expressões de um mesmo fenômeno. As “rusgas”, espalhadas pelo país como num contágio, seriam expressão de uma “horrorosa

¹² “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. Dissertação de mestrado apresentada no departamento de história da FFLCH-USP. São Paulo, 1992. Vol. 1, p. 112-321. A condenação, neste processo, foi pela infração do artigo 85 do código criminal: “Tentar diretamente, e por fatos, destruir a Constituição Política do Império, ou a forma do Governo estabelecida”. “Lei de 16 de dezembro de 1830 (Código Criminal)”, *Coleção de Leis do Império*.

¹³ “Inquérito instaurado na cidade de Goyaz, pelo respectivo Juiz de Paz e por ordem do Governo da Província, acerca dos sucessos de 30 de Maio em Cuyabá” in *RIHGMT*, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141.

¹⁴ *O AMIGO DA JUSTIÇA*, “Manifesto” (IHGB, Lata 168, doc. 8). Publicado como “Acontecimentos da Rusga” in *RIHGMT*, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 155-178. Publicado também em Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 552-580.

ilegalidade epidêmica” a ser contida. No contexto do Trinta de Maio, “rusga” era uma denominação genérica, que vinha sendo construída no debate público, referindo-se a mobilizações com características muito diversas entre si. Nessas “rusgas”, que se espalharam como num “contágio”, relações específicas foram estabelecidas, em cada caso, entre a legitimação do direito à resistência, a politização de identidades e o combate a formas diversas de opressão.

Iniciada com a tomada do quartel de Cuiabá pela guarda nacional, na noite de 30 de maio de 1834, a Rusga foi uma mobilização armada com o objetivo de assassinar os homens nascidos em Portugal que viviam na província. Ela foi planejada e executada por membros de uma associação que congregava naquele momento a maior parte dos homens que tinham assento nos espaços de representação (câmara municipal, conselho geral e conselho de governo, além do único deputado que representava Mato Grosso na câmara), bem como quase todos magistrados e oficiais da guarda nacional de Cuiabá. Os rebeldes produziram documentos oficiais que legitimavam a morte de “adotivos” com base em supostas ordens vindas da Corte, levando o massacre ao interior da província, onde os nascidos em Portugal haviam se refugiado após os primeiros assassinatos. Eles também estabeleceram uma “junta revolucionária” no quartel de Cuiabá, expedindo escoltas, formadas por um juiz de paz e por um número variável de guardas nacionais, para perseguir os “adotivos” na cidade e nas áreas rurais próximas a ela. Como resultado, durante três meses houve uma suspensão da legalidade na província sem que tal situação fosse informada ao poder central, pois o vice-presidente em exercício – que era o mais afamado incitador de assassinatos de “adotivos” em Mato Grosso – também colaborou com o massacre. Neste período foram assassinados cerca de 40 a 50 homens, quase todos nascidos em Portugal. Os poucos sobreviventes foram aqueles que conseguiram fugir da província ou se esconder durante este período.

Compreender as motivações, os ideários e as estratégias do Trinta de Maio não é uma tarefa fácil, a ser resolvida nos limites desta investigação, que se soma a alguns trabalhos que, desde os anos 1970 vêm abordando aspectos do movimento, com destaque

para as investigações de Ron Seckinger¹⁵, de Valmir Batista Corrêa¹⁶, de Elizabeth Madureira Siqueira¹⁷ e de Ernesto Cerveira de Sena¹⁸. Para analisar as experiências políticas dos protagonistas do massacre, foram adotados marcos cronológicos que ultrapassam o contexto mais imediato do Trinta de Maio. O estudo começa com a destituição do último capitão-general de Cuiabá e Mato Grosso, no ano de 1821. Trata-se do momento em que a monarquia portuguesa foi forçada por uma revolução liberal vitoriosa a se sujeitar a uma Constituição (que instituiu a cidadania civil e política, com um sistema representativo moderno) e a reconhecer a legitimidade da divergência entre projetos de futuro. Episódio de um longo processo de crise e desagregação do Antigo Regime e de afirmação do Estado liberal no mundo atlântico, a Revolução Constitucionalista do Porto alterou profundamente os termos da política em Mato Grosso e em todo o país, desdobrando-se na Independência e na fundação do Império do Brasil.

¹⁵ Ron Seckinger é o autor do trabalho que mais avançou no sentido de uma interpretação política do movimento, mas que praticamente não teve repercussão no Brasil por ter sido apresentado nos Estados Unidos e nunca ter sido traduzido para o português. O brasilianista interpretou a Rusga como desfecho de uma longa disputa entre uma elite já estabelecida desde a colônia e um grupo social em ascensão, que teria se utilizado da agitação antilusitana junto aos setores populares (livres pobres da cidade, marginais e soldados), como um dos instrumentos para derrotar seus adversários. O principal problema desta leitura está no papel que atribui a esses atores históricos não pertencentes à elite política da província. Ron SECKINGER. *Politics in Mato Grosso, 1821-1851*. PhD, University of Florida, 1970.

¹⁶ Em sua dissertação defendida em 1976 e publicada em 2000, Corrêa apresenta o movimento como sendo o ápice de uma escalada de violência na fronteira Oeste, que teria se iniciado com a derrubada do último capitão-general e se agravado com uma longa sequência de revoltas em presídios e fortificações. Ao inserir a Rusga numa trajetória de mobilização armada de soldados, ainda que sem aprofundar o estudo desses eventos, o historiador abriu novas perspectivas para a interpretação da rebelião. Sua leitura, porém, avança pouco na compreensão das especificidades desta “escalada de violência”, não explicando satisfatoriamente as motivações dos soldados e os termos de sua aproximação com a Sociedade dos Zelosos da Independência. Valmir Batista CORRÊA. *História e violência em Mato Grosso, 1817-1840*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

¹⁷ Para além de realizar uma edição crítica de fontes essenciais para o estudo do movimento, Siqueira inseriu a Rusga nas linhas de corte da política nacional, incluindo os campos partidários e distinções sociais e raciais. Entendendo a Rusga a partir dos campos partidários “liberal exaltado”, “liberal moderado” e “restaurador” ou “caramuru”, a análise propõe uma coerência e unidade programática aos “partidos” inexistente naquele contexto, sendo esta sua principal dificuldade. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*, op. cit.

¹⁸ Deste autor, importa destacar a análise das relações Brasil-Bolívia durante a repressão ao movimento, trazendo à tona a história da fuga dos condenados e do incidente diplomático que ela provocou entre os dois países. Sena publicou também um livro e alguns artigos que abordam secundariamente a Rusga ao analisar a formação do Partido Liberal na província, a memória do movimento e a importância do posto de vice-presidente da província em Mato Grosso durante a formação do Estado nacional. Sua leitura do movimento político de Trinta de Maio é tributária, porém, do que já havia de consolidado pelas interpretações mencionadas acima, já que seu corpus documental diz respeito, no geral, a períodos posteriores. Ernesto Cerveira de SENA. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes - A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso - (1834-1870)*. Tese de Doutorado em História; UnB, 2006. SENA, Ernesto Cerveira de ; PERARO, Maria Adenir (Org.) . *Rusga: Uma rebelião no sertão - Período Regencial (1831-1840)*. 1. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

O primeiro capítulo da tese trata do aprendizado da política sob um Estado liberal, constitucional e representativo por parte dos que disputaram a política institucional em Mato Grosso, num período de uma década entre a queda do último capitão-general e a sedição que destituiu, dentre outras autoridades, o comandante das armas da província. Na primeira metade desta década, houve uma conflituosa experiência de autogoverno, com a formação de juntas provisórias rivais nas cidades de Cuiabá e de Mato Grosso, o que levou uma parte significativa dos cidadãos cuiabanos a fazerem uma leitura negativa da autonomia conquistada graças à Revolução. Esta percepção era fruto da dificuldade de administrar uma província excepcionalmente militarizada (em razão das fronteiras internacional e indígena), periférica e financeiramente dependente do centro. Em seguida, os governos de José Saturnino da Costa Pereira e dos vice-presidentes que o sucederam foram marcados por novos aprendizados, tanto na política institucional (atuação nos conselhos, disputa eleitoral, embates entre os poderes do Estado e entre poder civil e militar), quanto na organização da sociedade civil (polêmicas na imprensa, uso de petições, formação de campos partidários). Atuando nas novas instituições liberais, no debate público por via da imprensa e no estabelecimento e reiteração de relações de clientela e de patronato, as lideranças da província se enfrentaram num processo que culminou na formação de dois campos políticos opostos. Estava em disputa, acima de tudo, o acesso à gestão de recursos da máquina pública provincial, dependente do poder central e cronicamente esgotada. Neste embate ocorria não apenas uma polarização entre “facções”, mas também um enfrentamento entre o oficialato militar e o poder civil que se impunha graças à passagem a um regime liberal.

Focalizando os aprendizados, a cultura política e as estratégias dos militares subalternos (soldados e oficiais inferiores), o segundo capítulo apresenta uma interpretação da sedição cuiabana de 7 de dezembro de 1831. Naquele momento, esses setores da população foram capazes de interferir diretamente nos rumos da política provincial através da mobilização armada. A experiência dos militares subalternos não se resume, porém, a este episódio e inclui pelo menos quinze revoltas em presídios e fortificações entre 1821 e 1832. Interessa à análise sobretudo a apropriação, por parte da “soldadesca”, do ideário liberal e patriótico, desde a guerra da independência – vivenciada por diversos soldados que atuaram nessas revoltas – até a chegada da notícia da Abdicação de d. Pedro I. A reivindicação de direitos constitucionais por soldados e oficiais inferiores, sobretudo com relação aos abusos cometidos por comandantes, ganhou

as páginas da imprensa e foi vista por lideranças partidárias como uma oportunidade de instrumentalizar a força política desses militares para seus propósitos. Finalmente, além de analisar as mobilizações da “soldadesca” e a tradição de luta de um corpo militar específico, a Legião de Linha de Mato Grosso, o capítulo aborda as relações entre o oficialato das milícias e o poder político na província a partir dos embates ocorridos durante uma guerra contra os índios guaicurus, em 1827.

O terceiro capítulo trata especificamente dos desdobramentos da Abdicação de d. Pedro I pelo território do Império. Num primeiro momento, trata-se de analisar as consequências da evocação do princípio liberal do direito a resistência e da politização do local de nascimento por parte dos que pressionaram o imperador a deixar o país. O Sete de Abril resultou de articulações da oposição parlamentar ao monarca, envolvendo diversas formas de pressão (inclusive a insubordinação das tropas), que tornaram insustentável a continuidade do Primeiro Reinado e permitiram encaminhar as reformas constitucionais que as lideranças “liberais” demandavam. Contudo, se observada na moldura do Império, a Abdicação resultou num fenômeno que na época foi definido pela imprensa “moderada” como uma “horrorosa ilegalidade epidêmica”. Mobilizações com motivações e composições sociais as mais diversas se utilizaram naquele contexto da evocação do direito à resistência e da politização do local de nascimento para chegar a seus objetivos, apropriando-se do ideário do Sete de Abril. Em seguida, trata-se de analisar especificamente como as lideranças “moderadas” mudaram radicalmente seus discursos sobre a politização dos militares subalternos e passaram a reagir a ela com a desmobilização dessas tropas, que foram em parte substituídas por corpos sem caráter militar – as guardas nacional e municipal. Por fim, trata-se de analisar a construção de uma nova narrativa legitimadora do governo regencial e promotora do engajamento de cidadãos na luta partidária. Este discurso, fundado na defesa da pátria contra terríveis conspiradores “caramurus” ou “restauradores” ganhou força em todo o país por meio não só da imprensa, mas de sociedades patrióticas e dos próprios instrumentos estatais de comunicação. Em Mato Grosso, este período foi marcado por conflitos envolvendo a expulsão e desmobilização das tropas regulares, bem como pela organização de um novo campo partidário, alinhado ao poder central e que se tornou capaz de, num único ano, conquistar a maioria em quase todos os espaços eletivos da província, acabando com um longo domínio de um pequeno grupo de homens na política institucional.

O massacre de Trinta de Maio é objeto do último capítulo. Na primeira parte, trata-se de narrar pormenorizadamente os acontecimentos da primeira noite da Rusga para

descrever a atuação e a organização de seus protagonistas. Em seguida, será analisada a situação de suspensão da legalidade entre junho e agosto, com atenção às estratégias dos rebeldes para promover e expandir o massacre dos “adotivos”. Além disso trata-se de interpretar as motivações, o ideário e as estratégias dos protagonistas da perseguição aos “adotivos”, primeiramente em Cuiabá e, em seguida, no interior. Por fim, na última parte serão analisadas as demandas e as estratégias para a retomada da legalidade, bem como as dificuldades em se conseguir este objetivo.

Apesar de focalizar um episódio ocorrido na província de Mato Grosso, esta investigação aborda acontecimentos políticos em outras partes do país, principalmente em Goiás. A razão disso é a percepção de que havia um intenso fluxo de experiências políticas pelo território do Império. Ao privilegiar as conexões entre Mato Grosso e Goiás - que sem dúvida foram mais intensas que as demais na trajetória política que culminou no Trinta de Maio – outras relações foram menos exploradas. O recurso a fontes e a análises historiográficas relativas a províncias como São Paulo e Grão Pará, além da Bolívia e do Paraguai, certamente teria muito a contribuir para a compreensão da Rusga, mas nas limitações que sempre se colocam em investigações individuais a opção feita pelo autor foi a de aprofundar a análise a partir de um corpus documental mato-grossense e goiano.

Além das fontes geralmente mencionadas pela historiografia da Rusga (processos criminais, correspondência da presidência com os ministérios da Justiça e do Império, além de um panfleto publicado em 1835 em defesa de réus pronunciados por aqueles crimes) os principais conjuntos de documentação utilizados foram a coleção completa do periódico goiano *A Matutina Meyapontense* (1830-1834) e a documentação militar da província de Mato Grosso. Esta ampliação do *corpus* documental se mostrou essencial para uma interpretação do processo de formação do Estado nacional numa área marcada pela forte presença militar e por uma integração periférica no debate público nacional, que então se constituía. Um processo que teve como marcos cruciais o Sete de Dezembro, o Sete de Abril e o Trinta de Maio e que envolveu interesses, aspirações, temores e ódios irredutíveis à narrativa de uma oposição inconciliável entre brasileiros “natos” e “adotivos”.

Tratemos portanto de iniciar o percurso para a interpretação de um massacre que teve uma grande importância numa área periférica do Império, mas que ainda hoje permanece quase desconhecido.

Capítulo 1

**A formação da província de Mato Grosso:
política institucional e sociedade civil**

1.1 - A experiência das juntas provisórias

Pouco depois de receber a notícia da proclamação de Independência do Brasil, a câmara municipal de Cuiabá convocou um grande número de cidadãos para a elaboração de uma representação a d. Pedro I. O documento, datado de 24 de janeiro de 1823 e referendado por 121 assinaturas, incluindo importantes autoridades da província, fazia uma leitura da experiência política acumulada desde a derrubada do último governador colonial. Segundo os “cidadãos cuiabanos”, foi a “exemplo de todas as Províncias deste vasto Império, igual em sorte, igual em sentimento” que a 20 de agosto de 1821, o capitão-general Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho foi destituído para dar lugar a uma junta governativa provisória, que “derruba o colosso de sua opressão, e crê acabar com este preciso acontecimento a causa próxima de todas as suas desgraças”. Imbuída de ideias liberais, com um discurso fundado no direito de todos os homens à felicidade, a representação definia a eleição da primeira junta governativa como o principal marco para a história recente da província¹.

A escolha do marco tinha razão de ser. A Revolução Constitucionalista que eclodiu na cidade do Porto, Reino de Portugal, em 24 de agosto de 1820, representou uma grande vitória do liberalismo político dos dois lados do Atlântico. Além de submeter a monarquia a uma Constituição e forçar o retorno da Corte de d. João VI para Lisboa, ela possibilitou experiências de autogoverno e de construção de um sistema representativo em cada uma das províncias do Brasil. Por toda parte, os antigos capitães-generais foram derrubados para dar lugar a juntas governativas provisórias. Ao mesmo tempo, deputados foram eleitos para as Cortes de Lisboa, responsáveis por firmar um pacto que deveria instituir a monarquia constitucional e representativa no âmbito do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Por fim, foi em oposição à maioria dos constituintes reunidos em Lisboa que se articulou o projeto, a partir do Centro-Sul do Brasil, de manutenção da soberania da Corte de d. Pedro I sobre os antigos domínios portugueses na América, resultando na ruptura com as Cortes, na proclamação de Independência e convocação de uma Assembleia brasileira e, em fins de 1822, na fundação do Império².

¹As *Câmaras Municipais e a Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973. Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250.

²Sobre a relação entre o vintismo e os processos de Independência e de formação de uma ordem liberal no Brasil, Márcia Regina BERBEL. *A Nação como Artefato - Os deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22*. São Paulo, Hucitec, 1999. João Paulo G. PIMENTA. *A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica*. Revista de História Ibero-Americana. Vol. 1

Integrada a processos que transformavam radicalmente todo o mundo atlântico, a monarquia portuguesa evidentemente não estava alheia, antes de 1820, à emergência de novas formas de organização política. O liberalismo informou tanto os ensaios de sedição de fins do século XVIII, quanto a efêmera experiência da república pernambucana de 1817, assim como influenciou, de maneira seletiva, as políticas do Reformismo Ilustrado, inclusive em Mato Grosso.³ A grande novidade política não era a crise do Antigo Regime, expressa na busca por alternativas reformistas ou revolucionárias, mas sim a vitória do movimento liberal de 1820, o primeiro que foi capaz de se impor ao Estado português⁴.

A fundação da monarquia constitucional acelerava transformações nas estruturas políticas (primado da lei, cisão entre público e privado, divisão de poderes, cidadania civil e política e formação de um sistema representativo), assim como abria novas possibilidades de organização de interesses e aspirações presentes na sociedade (liberdade de imprensa e de formas associativas, além do predomínio de poderes eletivos - as Cortes e, nas províncias, as juntas provisórias)⁵. Ademais, por ser uma ruptura revolucionária que se impunha a uma legalidade prévia, o movimento também servia de inspiração e permitia que se apresentassem como legítimas diversas mobilizações armadas contra autoridades. Caras ao liberalismo político da época, as noções de soberania popular e de direito de resistência diante de poderes arbitrários podem ser vistas como índices do quanto essa ideologia cumpria, naquele momento, um papel revolucionário⁶.

N. 1. 2008. Existe uma ampla e variada bibliografia sobre a Independência do Brasil. Para um conjunto de análises com diversos aspectos, recortes e abordagens, JANCSÓ, István (org.) – *Independência do Brasil: História e Historiografia*. São Paulo, Fapesp / Hucitec, 2005.

³ Sobre as sedições setecentistas, István JANCSÓ. “A Sedução da Liberdade: Cotidiano e Contestação Política no Final do Século XVIII” In Laura Mello e SOUZA. *História da Vida Privada no Brasil: vida privada e cotidiano na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. pp 387-437. Sobre a difusão seletiva da Ilustração e de ideias liberais na colônia, Luiz Carlos VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo, FFLCH/ USP, 1999. Sobre a ação do Reformismo Ilustrado em Mato Grosso e Goiás, o Capítulo 4 de André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.

⁴ O conceito de revolução é um “produto linguístico da nossa modernidade” que se constituiu ao “ordenar historicamente experiências de convulsão social” decorrentes da crise e derrocada do Antigo Regime na Europa e em seus espaços coloniais atlânticos. Reinhart KOSELLECK. “Critérios históricos do conceito moderno de revolução” in *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006. P. 61-78. Sobre a gênese da filosofia da história na qual se produziu o moderno conceito de revolução, Reinhart KOSELLECK. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogeneza do mundo burguês*. Rio de Janeiro, Uduerj: Contraponto, 1999. Quanto à experiência revolucionária própria à crise do Antigo Regime no espaço colonial luso-americano, István JANCSÓ. “A Sedução da Liberdade...”, *op. cit.*

⁵ Como é próprio da noção de cidadania trazida pelo liberalismo, tanto os direitos civis quanto a participação política não se aplicavam igualmente a todas as pessoas que viviam em território brasileiro, havendo critérios de inclusão – e, portanto, de exclusão – que serão abordados em outro momento.

⁶ Como se no Capítulo 3, tais noções dominariam o debate político após a Abdicação de d. Pedro I, legitimando ações que, por todo o país, subvertiam a legalidade. Para um panorama centrado na Europa, do

O período de cerca de um ano e meio entre a destituição do último capitão-general e a representação dos “cidadãos cuiabanos” foi, portanto, de grandes rupturas políticas, cujos significados estavam ainda sendo elaborados. Diante da novidade da ordem liberal, tinha início um aprendizado que demandava mais tempo para se consolidar em visões coerentes sobre o Estado e a sociedade. As referências de organização política dos antigos “súditos”, agora “cidadãos cuiabanos”, vinham em grande parte do passado colonial. Sendo assim, a intensa experiência de autogoverno misturava, no discurso e na prática, as novas formas políticas do liberalismo (fundadas na crença num pacto entre indivíduos e Estado) com os elementos corporativos próprios do Antigo Regime. Este foi o caso da deliberação pela demissão do capitão-general, tomada pela tropa, clero, nobreza e povo – e não por um conjunto de indivíduos. Revolucionária, a mobilização armada derrubou a autoridade de um homem que obedecia à Coroa e que reunia poderes políticos, administrativos, judiciais e militares para impor decisões nem sempre favoráveis aos súditos da antiga capitania. Magessi foi substituído por uma junta que passou a subordinar o poder militar à política e a deliberar a respeito dos negócios da província através da reunião de representantes eleitos. Eram transformações profundas, nas quais, como argumenta a representação de 1823, estavam em jogo tanto interesses pessoais e coletivos, quanto aspirações de quem até então

[...] não conheceu nos Depositários do seu Destino, nos Representantes do Soberano senão uns violentos Árbitros, e caprichosos Mandões sempre prontos, sempre dispostos a vexar, para oprimir os súditos; pequenos tiranos, à proporção ainda mais execráveis, que todos esses, que se famigeraram na História pelos males que causaram à Humanidade.⁷

período das revoluções burguesas, marcadamente inspiradas pelo liberalismo como ideologia revolucionária, HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. 16ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002. A ideia de que a ordem instaurada após a Independência não era liberal, ou o era apenas no plano formal, vem sendo objeto de críticas pela historiografia. Quanto a isso, há que se considerar os universos de experiência nos quais estavam inseridos os construtores do Império, atravessados pela generalização do escravismo, sem perder de vista a totalidade do mundo atlântico, no qual o liberalismo pouco a pouco deixava de ser revolucionário. Se havia modelos disponíveis, eram os problemas da realidade concreta que determinavam suas escolhas, com o que devemos atentar não para o caráter verdadeiro ou falso do liberalismo, mas para as suas especificidades – no que parece pertinente a hipótese de um “liberalismo escravista contra-hegemônico”, recentemente formulada por Tamis Parron. Sobre a montagem de um ordenamento jurídico liberal, fundado no constitucionalismo, Andrea SLEMIAN. *Sob o Império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009. Sobre o “liberalismo escravista”, Tamis Peixoto PARRON. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁷As Câmaras Municipais e a Independência, *op. cit.* Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250.

O documento que informou o então príncipe regente d. Pedro sobre a destituição de Magessi atesta que as expectativas haviam sido, desde aquele momento, de ruptura com o despotismo colonial. Seus redatores procuravam garantir que a quebra da subordinação a uma autoridade nomeada pela Coroa fosse tida por legítima, o que faziam através do reforço das manifestações de lealdade e subordinação à monarquia e às Cortes, bem como apresentando as ações da nova junta como necessárias e representativas das aspirações dos habitantes da província.⁸ Sem qualquer radicalismo, aderindo a um processo revolucionário que já tinha vencido tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro, os “cidadãos cuiabanos” eram agentes da fundação de um Estado liberal.

A experiência ensinou rapidamente àqueles homens algumas consequências preocupantes desta nova ordem. Em 1823, a conclusão a que chegavam mais de uma centena de cidadãos, após um ano e meio de autogoverno, era a de que ao depositarem na junta “a suprema autoridade provincial, e com ela toda a sua confiança [e] todas as suas esperanças”, eles tiveram um “contentamento, cuja duração contudo foi a duração de poucos meses”. A razão para isso era, segundo eles, a oposição de interesses no interior do governo, que dividiu os habitantes em “dois partidos igualmente numerosos, acerrimamente opostos”, levando a própria junta ao descrédito. Entendiam, portanto, que a junta, “composta do melhor que havia na Província deixa logo de ser conhecida a mais própria para governa-la” e que, sendo assim, o “governo depositado em uma só pessoa começa a parecer o mais conforme à razão, e o mais acomodado ao gênio dos povos”. Com base nessa avaliação, suplicavam a d. Pedro I uma medida para salvar a província do “profundo abismo em que vão precipitá-la as dissensões, as intrigas e as anarquias”. Esta medida seria o restabelecimento, “nesta província”, da “antiga, e extinta forma de Governo General, o mais próprio e acomodado ao gênio e Constituição deste Povo”⁹

A representação trazia, portanto, uma leitura extremamente negativa da experiência de autonomia. O “Governo General” demandado no documento significa não o retorno à situação vivida antes de 1820, que incluía o segredo e a discricionariedade das decisões, a relativa indistinção entre público e privado, e o acúmulo de poderes de natureza política,

⁸ “Junta de Cuiabá ao Príncipe d. Pedro, 24 de setembro de 1821” AN-IJJ9-504. Documento do mesmo teor e da mesma data foi encaminhado ao rei, d. João VI, e consta do acervo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal), Ministério Do Reino, Maço 500, CX 623, N. 30. Agradeço à professora Nauk Maria de Jesus pela informação e envio deste último. Uma análise mais detida do processo de Independência em Mato Grosso encontra-se no último capítulo da dissertação *Caminhos da integração, fronteiras da política* (op. cit.), sendo que a documentação incorporada no decorrer da atual investigação (especialmente AN-IJJ9-504, AN-IJJ9-41, AN-IJJ5-33 e AN-IJ1-917) não altera o essencial daquela interpretação, apenas acrescenta novos elementos que serão expostos nesta parte do capítulo.

⁹ *As Câmaras Municipais...*, op. cit. Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250.

administrativa, judicial e militar num único posto, o de capitão-general. O que pleiteavam aqueles “cidadãos cuiabanos” era o governo de um só homem, pois a Revolução, comemorada em Cuiabá desde as primeiras notícias, havia implicado em “modificações no Poder, conformes aos sentimentos, e ao sistema que tem feito produzir a nova ordem Geral de Política [na qual] ocorre[m] as intestinas agitações, que tão horivelmente têm abalado este País, e mais de uma vez têm feito temer para ele, um estado de verdadeira desolação e ruína.”¹⁰

Ainda que não significasse uma aspiração pelo retorno à situação colonial, surpreendem a rejeição da autonomia para a Província e a demanda por uma autoridade forte, exercida por “um homem de quem se arredem absolutamente, ou seja pelo lugar do nascimento, ou pela razão do sangue todas as relações com os Naturais desta Província”.¹¹ Afinal, àquela altura, um “Governo General” era visto por liberais de todo o país como algo pertencente a um passado despótico, a ser definitivamente enterrado pelas novas instituições. A explicação para a posição de um número nada desprezível de cidadãos, incluindo membros do governo provisório e ocupantes dos mais diversos postos na administração, não está em alguma fé anti-liberal, pois o documento é claro na defesa de conquistas como a limitação do poder das autoridades. Tampouco se deve compreender o posicionamento apenas pelos argumentos expostos. Apesar de conflitos entre facções e outros males presentes no documento terem sido regra na construção de um sistema representativo, as manifestações de câmaras municipais de todo o país ao imperador neste contexto trazem predominantemente uma demanda no sentido oposto: pela consolidação das autonomias provinciais¹². A chave da explicação para a representação dos “cidadãos cuiabanos” está nos impasses específicos da experiência de autogoverno em Mato Grosso, frutos de uma formação colonial fortemente determinada pela situação periférica e pela militarização imposta pela condição de fronteira.

Ainda que não constasse da representação, um dos impasses colocados na província naquele momento foi objeto de consideração do ministro José Bonifácio de Andrada e Silva em sua resposta à câmara municipal. A motivação para uma demanda tão peculiar estaria, segundo ele, “nas rivalidades e sucessivas oposições suscitadas entre a dita cidade

¹⁰As *Câmaras Municipais...*, *op. cit.* Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250.

¹¹As *Câmaras Municipais...*, *op. cit.* Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250.

¹² Para um quadro do processo de Independência em diversas províncias, István JANCSÓ (org.). *Independência do Brasil: História e Historiografia*, *op. cit.* Para um panorama das manifestações das câmaras no momento da Independência, Iara Lis Carvalho SOUZA. *A adesão das Câmaras e a figura do Imperador*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Humanitas, n. 36, v. 18, 1998, pp. 367-394.

[de Cuiabá] e a de Mato Grosso”¹³. Ocorre que, desde a queda do capitão-general, e até meados de 1823, a província esteve dividida. Estabelecidas, respectivamente, a 20 de agosto e a 11 de setembro de 1821, as juntas das cidades de Cuiabá e de Mato Grosso haviam reivindicado diante das Cortes de Lisboa e da Corte fluminense a condição de centro político da província. As “vergonhosas rivalidades” reprovadas pelo ministro expressavam, na verdade, o acirramento de uma disputa cujas origens remetem à formação territorial do extremo oeste brasileiro. E esta era apenas uma das determinações estruturais decorrentes da função geopolítica da antiga capitania, a se somar à estagnação econômica, à dependência de recursos externos para a manutenção das contas públicas e ao caráter militarizado da sociedade.

A herança da capitania: cisão territorial e situação periférica

Instituída pela coroa portuguesa em 1748, a capitania de Cuiabá e Mato Grosso foi desde o início um espaço polarizado por dois núcleos urbanos, cada qual articulando uma pequena rede de povoados e estabelecimentos de fronteira. Ligada a São Paulo pela via das monções, que estavam na origem da colonização da região, Cuiabá (fundada em 1719, ereta em vila em 1727, e cidade em 1818) era o mais antigo núcleo urbano do extremo oeste e se manteve sempre como o mais populoso e dinâmico, se articulando também a Goiás e mantendo rotas de comércio que na época da Independência atingiam Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Por outro lado, Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade em 1752, e cidade de Mato Grosso em 1818) havia sido planejada e construída para ser a sede da capitania, como parte de um projeto geopolítico da monarquia portuguesa, ligando-se ao Grão-Pará, pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, e às províncias espanholas (bolivianas após 1825) de Moxos e Chiquitos, por via terrestre¹⁴. Distantes entre si e separados por uma área de ocupação colonial descontígua, os dois polos se localizavam em sistemas fluviais distintos, e foram desde o início da colonização entendidos como espaços diferenciados: as “minas do Cuiabá” e as “minas do Mato Grosso”

A criação da capitania e a construção de Vila Bela como sua sede ocorreram num momento em que já era nítido o esgotamento dos principais veios auríferos que haviam

¹³ “José Bonifácio à Câmara de Cuiabá, 25 de abril de 1823” in *ANNAES do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas / APMT, 2007, p. 242-243. O documento original encontra-se em AN-IJJ9-504.

¹⁴ Sobre a formação territorial da Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit.

levado os primeiros colonos ao extremo oeste. Distante das áreas mais dinâmicas da América portuguesa, a capitania chegou ao século XIX com pouco menos de 30 mil habitantes envolvidos na colonização – excluídos, portanto, os indígenas não incorporados que, estima-se, superavam em muito este número¹⁵. O esgotamento precoce do ouro e a impossibilidade de viabilizar alternativas econômicas, dadas as condições precárias de integração, impediram que o crescimento demográfico se aproximasse dos índices do Brasil como um todo. Entre 1800 e 1840 o total da população da província oscilou em torno dos 27 a 35 mil habitantes, com leve tendência ao crescimento. Isso num período de notável florescimento do mercado atlântico e de dinamização mercantil do Centro-Sul do Brasil – para se ter uma ideia, a estimativa total do país mais que dobrou no mesmo período, de cerca de 2 milhões para cerca de 4,5 milhões de habitantes¹⁶.

Territorialmente imensa, Mato Grosso estava, na época da Independência, dentre as províncias menos populosas do Império.¹⁷ A limitação ao crescimento era estrutural, e só se vislumbravam como possibilidades de ruptura a alteração drástica das condições de integração econômica, com a abertura da navegação do Prata, ou a produção de mercadorias de grande valor em pequenas quantidades, fosse por meio da recuperação da mineração, fosse pela exploração de drogas nativas ou aclimatadas. As saídas para a longa estagnação só seriam encontradas após 1840 e, mais decisivamente, sob o impacto da Guerra do Paraguai (1864-1870). Portanto, no período considerado (1821-1844) as principais variáveis demográficas e econômicas da província de Mato Grosso, consideradas globalmente, permaneceram próximas da estagnação. Internamente, porém, trata-se de uma sociedade dinâmica, sendo dignas de nota as transformações relativas à ocupação mineradora do vale do alto Paraguai, iniciada em 1805 (e cujo ápice se deu por volta de 1820), e a lenta ocupação pecuarista do Pantanal, com a incorporação (e também

¹⁵ Pra se ter uma ideia, segundo Carlos A. ROSA, “toda a população colonial do Cuiabá até 1750 representava menos de 7% da população subestimada de apenas cinco das sociedades ameríndias” que habitavam os sertões ao seu redor. “O urbano colonial na terra da conquista” in Carlos A. ROSA & Nauk Maria de JESUS (orgs.). *A terra da conquista - História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana. pp. 37-38. Nesta tese, quando não explicitada a inclusão de povos indígenas não-incorporados, de quilombolas e de refugiados de países vizinhos serão indicados os dados demográficos da população que entrava para as contas do Estado, incluindo livres, libertos, escravos de origem africana e indígenas incorporados, ou semi-incorporados à colonização.

¹⁶ Ron SECKINGER. *Politics in Mato Grosso, 1821-1851*. PhD, University of Florida, 1970. p. 60. Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial*. São Paulo: FFLCH – USP, 2003. Ana Rita UHLE et al. *Brasil Pré-Censitário. Números sobre a escala dos homens no povoamento*. São Paulo, 1998. Relatório de Iniciação Científica, Departamento de História, FFLCH-USP;

¹⁷ Os dados são imprecisos para todas as províncias, mas a única cuja escala se aproximava à de Mato Grosso era a do Espírito Santo.

o extermínio) de povos indígenas. Sem atrair grandes contingentes de fora da província, esses movimentos tiveram como contrapartida o abandono do vale do Guaporé.

Para se compreender os impasses colocados durante o processo de Independência, importa notar que tal limitação ao crescimento econômico e demográfico da província já estava colocada em meados do século XVIII, quando a situação da produção aurífera e a dura resistência dos indígenas do Pantanal já haviam levado a Coroa a cogitar o total abandono da região. A capitania de Cuiabá e Mato Grosso foi criada apenas quando a metrópole definiu uma estratégia militar de garantia de um imenso território através do controle das nascentes de rios formadores das bacias do Amazonas e do Prata. Nos primeiros anos de Cuiabá, a monarquia procurou organizar uma área de mineração, guiada pela experiência de Minas Gerais, mas já em 1732, quando o rei foi informado da “pouca duração que poderiam ter essas Minas não havendo novos descobrimentos, e das hostilidades com que o gentio Paiaguá” tinha feito guerra às monções, recomendou ao ouvidor que fizesse “toda a humana diligência por conservar a povoação que se acha, ainda que faltem os descobrimentos de ouro, impedindo o desertarem”¹⁸. O vocabulário é revelador de uma mudança de concepção sobre aquele território: não era uma população abandonando uma vila, mas uma povoação que está “desertando”, termo para o qual um dicionário da época dava uma única definição: “DESERTAR. Termo Militar. Fugir, e deixar o campo, Exército, Guarnição, Praça, ou Regimento, ou Companhia, em que está qualquer Soldado”¹⁹. Percebe-se que, do ponto de vista do Estado colonizador, o extremo oeste tinha um papel militar, que seria definido em 1740 como “uma sentinela avançada nestes vastos domínios de V. Majestade, confinantes com as povoações das Índias Ocidentais de Castela”²⁰.

A criação da capitania e a construção de Vila Bela como sua capital foram decisões metropolitanas que respondiam a propósitos estritamente geopolíticos de manutenção, defesa e possível ampliação do território lusitano, diante das colônias espanholas. Este projeto consistia em promover o povoamento e a viabilização econômica do distrito de Mato Grosso de diversas maneiras, incluindo incentivos fiscais (como o pagamento de apenas metade do quinto do ouro) e comerciais (como os investimentos da Companhia do Grão-Pará e Maranhão na navegação do rio Guaporé e o incentivo ao contrabando com

¹⁸ Documento transcrito integralmente como anexo IV da Parte I, in Otávio CANAVARROS. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá, Editora da UFMT, 2004.p. 176-177).

¹⁹ Rafael Bluteau. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728*. 8 v. BBD.

²⁰ *apud* Otávio CANAVARROS, *op. cit.*, p. 192.

as colônias espanholas). Além disso, resultou na construção de fortificações e estabelecimentos de fronteira, e numa política indigenista oscilante, que só se tornou mais efetiva para os fins de defesa e incremento populacional no final do século XVIII.

Entendido como “antemural” do Brasil, o distrito de Mato Grosso – e não o todo da capitania – foi objeto de um esforço sistemático da Coroa, pois acreditava-se que o segredo para a defesa do interior da colônia estaria no controle do sistema fluvial guaporeano, integrado à Amazônia. Como a economia local era incapaz de manter o aparato administrativo e militar, dado o esgotamento das minas, a capitania era desde o início dependente de recursos externos e essas políticas de incremento demográfico e econômico visavam à diminuição dessa dependência. Contudo, elas não beneficiavam diretamente o distrito de Cuiabá, que havia sido o centro político até a fundação da capital e era o núcleo mais populoso e próspero da capitania. Além disso, certas políticas restringiam as possibilidades econômicas do distrito, como a proibição do uso da rota amazônica do Arinos, que além de permitir o acesso a uma região diamantífera, o alto Paraguai, acabaria por concorrer vantajosamente com a via do Guaporé, de interesse geopolítico.

Portanto, o projeto de um “antemural” do Brasil, que se manteve coerente até a década de 1790, teve como um de seus resultados a cisão (e não a coesão) do território, o que teve implicações também na formação das identidades coloniais. Durante o século XVIII, ser cuiabano implicava em não ser do Mato Grosso, pois não havia um referente identitário comum a toda a capitania. Naquele espaço colonial inserido nas estruturas políticas da monarquia portuguesa eram as duas vilas (cujos termos coincidiam com os distritos) as bases do acúmulo de experiência política. A denominação dual (“capitania do Cuiabá e Mato Grosso”), predominante nos documentos coloniais, expressava uma cisão com profundas raízes na experiência dos colonos e dos administradores que com eles se relacionavam.²¹

Além disso, a cisão levava a frequentes tensões. Por toda a segunda metade do século XVIII foram recorrentes as súplicas, as críticas e mesmo as ameaças de sedição por parte dos cuiabanos contra a geopolítica centrada em Vila Bela. A oposição também se dava pela resistência em ocupar postos administrativos, militares ou eclesiásticos naquele distrito, bem como na difusão de um imaginário que apresentava o vale do

²¹ Sobre as identidades cuiabana e mato-grossense no contexto da Independência, André Nicacio LIMA. “Mato Grosso e a geopolítica da Independência (1821-1823)”. *Territórios & Fronteiras*, v. 5, 2012. .p. 3-31.

Guaporé como uma área extremamente insalubre.²² Contudo, o que provocou uma redefinição profunda nas políticas da Coroa para o extremo oeste foram, mas do que as súplicas e ameaças, os estudos empreendidos por homens ligados ao Reformismo Ilustrado, principalmente as *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*, de Ricardo Franco de Almeida Serra e de Joaquim José Ferreira, escritas por volta de 1790.²³ Partindo de uma análise da situação das colônias espanholas e do histórico de campanhas bélicas na região, esses engenheiros militares concluíram que as missões de Chiquitos e Moxos não representavam uma séria ameaça à soberania portuguesa no Guaporé, devendo os investimentos da Coroa se concentrarem no vale do Paraguai, ou seja, na área cuiabana. Defenderam ainda que o incremento demográfico e econômico era um problema urgente a ser solucionado com políticas que beneficiassem Cuiabá, em detrimento do Mato Grosso, a começar pela abertura dos terrenos diamantíferos do alto Paraguai e da navegação pelo sistema Arinos-Tapajós.

A partir de 1796, com o governo Caetano Pinto de Miranda Montenegro, as *Reflexões* se tornaram política de Estado. Houve um claro abandono do vale do Guaporé, com uma sensível retração demográfica do distrito de Mato Grosso e a total extinção de algumas de suas guarnições de fronteira. Em contrapartida, implementaram-se políticas que beneficiaram a economia cuiabana e que levaram à transferência para este núcleo do aparato civil e militar. O efeito mais imediato da mudança de orientação foi o rápido crescimento do vale do alto Paraguai, no distrito de Cuiabá. A área, que não contava com qualquer núcleo de ocupação colonial até 1805, já somava 2.720 habitantes em 1820. Fundada neste ano, a vila de Diamantino já era o segundo maior núcleo urbano da província cinco anos depois. Este pequeno *rush* minerador não foi suficiente, contudo, para romper com as limitações econômicas da província, pois o afluxo demográfico foi em grande parte fruto do despovoamento do vale do Guaporé e já no final da década de 1820 o ouro e os diamantes davam claros sinais de esgotamento.²⁴

Outra consequência da mudança de orientação da coroa para a fronteira oeste foi a gradual transferência da sede do governo. Apesar de a capital legal continuar sendo Vila

²²Idem. Carlos Alberto ROSA. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808)*. São Paulo: FFLCH- USP, 1996. Nauk Maria de JESUS. “Boatos e sugestões revoltosas: A rivalidade política entre Vila Real do Cuiabá e Vila Bela - Capitania de Mato Grosso (Segunda metade do século XVIII)” in: Wilma Peres COSTA & Cecília Helena de SALLES (Orgs). *De um império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2007, pp. 275-296.

²³ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 57).

²⁴ Hercules FLORENCE. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. São Paulo: Editora Cultrix/Edusp, 1977. pp. 218-221.

Bela (cidade de Mato Grosso após 1818), desde o governo Caetano Pinto os governadores foram permanecendo cada vez mais tempo em Cuiabá – e de 1812 em diante, a estadia se tornou quase permanente. Além de nunca ter se fixado na capital, o último dos capitães-generais transferiu para Cuiabá as instituições que viabilizavam o governo: a Junta da Fazenda, a Junta do Desembargo do Paço, a Casa de Fundição e a Casa do Tesouro. Com isso ficava claro que não se tratava de uma visita, mas da alteração do centro de poder.

Portanto, quando o chamado dos revolucionários liberais do Porto chegou à província, Cuiabá era sede do governo sem ser legalmente a capital. No dia 20 de agosto de 1821, ao destituírem o capitão-general e formarem uma junta provisória, os cuiabanos se arrogaram o lugar de centro político da província e apenas comunicaram o fato às demais autoridades. Receberam a adesão de todos os núcleos de sua área de influência (ou seja, os territórios subordinados aos municípios de Cuiabá e de Diamantino), mas não da cidade de Mato Grosso, que formou um governo no dia 11 de setembro. Diante da cisão, os cuiabanos ofereceram como argumentos a precedência da adesão à Revolução do Porto, o histórico dos capitães-generais, que vinham tomando posse em Cuiabá, a presença na cidade das principais autoridades, a maior representatividade eleitoral do distrito, além do antigo argumento da insalubridade do vale do Guaporé. Abriram também uma devassa, com base em testemunhas vindas de Mato Grosso, para investigar as supostas irregularidades daquela junta – processo cujas graves acusações sustentaram a interpretação, equivocada mas por muito tempo dominante na historiografia mato-grossense, de que aquela junta era formada por radicais²⁵.

Contudo, a estratégia mais importante da junta cuiabana era a omissão, diante do Príncipe Regente, acerca da existência da divisão na província, e o fechamento da comunicação entre a cidade de Mato Grosso e o Centro-Sul do Brasil. Para isso, foram enviados soldados a fim de reforçar Vila Maria e foi ordenado a seu comandante que não permitisse a passagem e que não fornecesse gado ou pólvora que estavam sob sua responsabilidade²⁶. Vila Maria era peça-chave na divisão da província por se localizar na

²⁵ “Auto Sumário a que mandou proceder a Excelentíssima Junta Governativa Provisória desta Cidade sobre a Junta do Governo que novamente se erigiu na Cidade de Mato Grosso, como abaixo se vê” in *RIHGMT*, t. XV-XVIII, 1922-1923, p. 138-163. O processo contém acusações como a de que um dos membros da Junta publicou um panfleto denominado Lei Nova, em que advogava a divisão dos bens e a subversão das normas morais, especialmente da fidelidade conjugal e da sujeição das mulheres aos maridos e pais. Com base no auto sumário, autores como Virgílio CORREA FILHO (*História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1969) interpretaram a atuação da junta de Mato Grosso como pautada pelo radicalismo revolucionário, o que não condiz com as fontes produzidas por aquela junta. Para mais detalhes, André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit. 307-309.

²⁶ Vila Maria (atual Cáceres) não era juridicamente uma vila, apesar de já ser assim denominada na época.

divisa entre os distritos, por ser o único caminho entre as duas cidades e por ser o seu comandante administrador das fazendas régias, que produziam alimentos, sobretudo carne, para as tropas de toda a província.

A junta de Mato Grosso acusou, no controle cuiabano de Vila Maria, a tentativa de colocar “estes Povos em apertado sítio”, isolando a capital legal das comunicações com outras províncias e dificultando o abastecimento de suas tropas. Reforçou ainda o registro do Jauru, localizado na margem oposta do rio Paraguai, estabelecendo assim uma espécie de fronteira militarizada entre as áreas controladas pelos governos opostos²⁷. A estratégia principal da junta de Mato Grosso foi a de levar, pelo caminho do Grão-Pará, uma representação às Cortes de Lisboa, através de procuradores. No documento, que teve uma cópia enviada à Corte fluminense, a junta exigia o retorno do aparato administrativo e a reunião dos eleitores na capital legal. Alegava que a mudança de sede havia sido uma arbitrariedade do último capitão-general (omitindo, portanto, o fato de que o processo já vinha ocorrendo há mais de duas décadas), e reafirmava a centralidade de Mato Grosso para a defesa da fronteira (o que já não era diretriz das políticas da coroa desde fins do século XVIII). Nas Cortes, puderam contar com o apoio de um deputado do norte de Goiás (província que também se encontrava dividida) para a legitimação provisória tanto da junta cuiabana, quanto da mato-grossense. Porém, com a eclosão da guerra de Independência no Grão-Pará e a sua posterior incorporação ao Império do Brasil, a decisão das Cortes não teve efeito.²⁸

A ruptura política entre Portugal e o Brasil, e a fundação do Império, no final de 1822, não foram eventos que colocaram em conflito os as lideranças da província. O alinhamento ao Centro-Sul foi reafirmado a cada passo pelos cuiabanos, desde o início das tensões entre as Cortes e o Príncipe Regente. Integrada, ainda que com dificuldades, a uma rede de relações que envolvia as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, além do sul de Goiás, a cidade de Cuiabá se posicionou sempre em favor da unidade dessas províncias sob a liderança de d. Pedro, sem que houvesse qualquer projeto factível em sentido oposto²⁹.

²⁷ “Registro de um officio do Exmo. Governo Provisório encarregando ao tenente Luiz Antônio de Souza o comando do Registro do Jauru” APMT: E5-01, fl. 10 a 10v.

²⁸ Sobre a guerra de Independência no Grão-Pará, André Roberto de A. MACHADO. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: Hucitec /Fapesp, 2010.

²⁹ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 523 (p.1279-1280); Doc. 525 (p. 1282), Doc. 531 (p. 1290-1291), Doc. 537 (p. 1311-1315).

Mato Grosso, por sua vez, manteve por algum tempo suas expectativas voltadas para as Cortes e para uma possível unidade com o Grão-Pará, de onde esperava socorros. Porém, a vitória militar de d. Pedro I nas guerras civis travadas na Bahia, no Piauí, no Maranhão e no Grão-Pará tornaram inviável o projeto de uma monarquia constitucional luso-brasileira, centrada em Lisboa. No início de 1823, as incertezas da guerra no Grão-Pará e a chegada da notícia de que a Corte fluminense ordenara a unificação do governo provisoriamente em Mato Grosso foram fatores a definir o alinhamento daquela cidade ao projeto de Império do Brasil. Ao que parece, o correio com as respostas de Belém e de Lisboa às correspondências do período em que a província esteve dividida chegou a Mato Grosso apenas em 23 de abril de 1824 – ou seja, tarde demais.³⁰ A primeira adesão da capital legal a d. Pedro data de 12 de março de 1823, provavelmente sob impacto imediato da chegada da ordem de 18 de novembro de 1822 para a eleição de um novo governo provisório que incluísse todos os colégios eleitorais da província, governo este que deveria tomar posse na “câmara da capital”, ou seja, em Mato Grosso.³¹

Foi às vésperas da chegada da decisão imperial que ordenava a formação de um governo unificado na capital legal que os 121 cidadãos cuiabanos enviaram a representação pedindo o retorno do “Governo General”. A demanda das duas juntas rivais por uma decisão definitiva sobre a capital e a súplica cuiabana pelo fim da autonomia provincial foram respondidas por José Bonifácio da mesma maneira. O ministro lembrou às juntas da província (e também às duas de Goiás) que competia à Assembleia Constituinte deliberar sobre tais assuntos.³² Deste modo, fazia convergir todas as expectativas de grupos com interesses locais no projeto de Império do Brasil – estratégia que, no caso goiano, foi decisiva para a adesão do norte à soberania da Corte do Rio de Janeiro. A Independência não foi, como se percebe, um processo motivado pelo nacionalismo, entendido como a luta contra um domínio estrangeiro. As aspirações presentes na demanda pelo rompimento com as Cortes de Lisboa ou, pelo contrário, de manutenção da unidade com elas, estavam relacionadas sobretudo com o destino que teria

³⁰ É o que se depreende de uma relação, feita pelo governo legal, a 30 de abril de 1824, com o conteúdo de dois sacos de correspondências chegadas de Belém, incluindo papéis de ministérios do Reino destinados à junta provisória, ao governador das armas, à junta da fazenda, às câmaras municipais. “Governo legal ao Imperador, 30 de abril de 1824” AN-IJJ9-504

³¹ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 555. p. 1347-1348. *As Câmaras Municipais e a Independência. op. cit.* Volume 1. Doc. 130. pp. 257-258.

³² A resposta à representação dos “cidadãos cuiabanos”, está em “José Bonifácio à Câmara de Cuiabá, 25 de abril de 1823” (in *ANNAES do Sennado da Camara de Cuyabá, op. cit.*), enquanto a resposta sobre a escolha definitiva a respeito da capital provincial está em “José Bonifácio à Câmara de Mato Grosso, 22 de março de 1823” (AN-IJJ9-41).

o liberalismo político em luta contra o Antigo Regime, além de toda sorte de interesses organizados em abrangências diversas, com destaque para as esferas local e provincial.

Na Assembleia de 1823, a questão da capital acabou por não ser decidida antes da dissolução, mas houve um longo debate sobre a cisão de Mato Grosso na ocasião da posse do deputado Antonio Navarro de Abreu. Eleito apenas pelos colégios leais à junta de Cuiabá (além do desta cidade, o de Diamantino), ele contou com um parecer do deputado paulista Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que defendia sua posse com base em argumentos evocados sempre pelos cuiabanos para afirmar sua condição de centro da província. Acrescentava ainda o deputado que “os dois distritos de Cuiabá e Paraguai-Diamantino sempre se tinham comunicado com o chefe do império, e mostrado decidida adesão à causa da nossa independência, o que não podia dizer-se de Vila Bela” O isolamento de Mato Grosso, em parte fruto de suas expectativas em Lisboa, em parte fruto do fechamento militar das comunicações entre os distritos, se tornava um motivo de suspeita sobre sua lealdade ao Império. Ao fim da discussão, Navarro de Abreu foi aceito na Constituinte e enviou-se uma ordem para que Mato Grosso elegeisse extraordinariamente um segundo deputado pela província.³³ A muitos meses de distância da Corte, a cidade não teve tempo de enviar o deputado eleito antes da dissolução da Assembleia.

Apesar da decisão imperial de estabelecer o governo provisoriamente na capital legal, houve resistência em Cuiabá. As atas da junta desta cidade atestam que a decisão sobre a aceitação ou não da ordem foi acirrada, com tentativa de adulteração da ata, seguida pelo pedido de afastamento de um membro da junta e por menções ao “espírito sedicioso que se tem incitado nesta cidade sobre a ordem expedida”³⁴. A crer na ata eleitoral enviada ao poder central para a escolha da nova junta, houve uma tentativa de excluir do pleito os votos de Mato Grosso.³⁵ A 29 de julho de 1823, a junta cuiabana comunicava que cessava suas atividades em razão da posse do governo legal em Mato Grosso, o que fazia “à custa de não pequenos sacrifícios, e da mais inalterável moderação da sua parte”. Reiterava, porém a lealdade às ordens do Império.³⁶ O novo governo tomou posse, mas nem todos os membros eleitos que residiam em Cuiabá assumiram seus

³³*Anais Do Parlamento Brasileiro, Assembleia Constituinte – 1823, 6 de maio de 1823, v. 1, p. 27-30. A decisão foi comunicada dois dias depois à câmara de Cuiabá. “José Bonifácio à Câmara de Cuiabá, 8 de maio de 1823” AN-IJJ9-41.*

³⁴*Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825. Sessão 97. 25 de abril de 1823.*

³⁵ “Junta eleitoral da cidade de Cuiabá a José Bonifácio, 16 de maio de 1823” AN-IJJ5-33.

³⁶ “Junta de Cuiabá ao Imperador, 29 de julho de 1823” AN-IJJ9-504

mandatos. Com maioria no governo, a antiga capital decidiu pelo retorno do aparelho administrativo em outubro de 1823.³⁷ A disputa, contudo, não estava decidida de uma vez por todas.

O contexto da representação dos cuiabanos pelo fim da possibilidade de autonomia aberta pela Revolução do Porto era, portanto, o de uma junta autônoma que não pôde se impor ao todo da província. A demanda, que aludia ao retorno a uma situação anterior (ainda que não se tratasse exatamente disso) é compreensível: os cuiabanos haviam se beneficiado nos últimos quatro governos coloniais. Desde a reforma da geopolítica da fronteira oeste, na década de 1790, eles vinham superando um passado de frequentes tensões e conflitos motivados pela persistência da Coroa no projeto de fazer do distrito de Mato Grosso um “antemural” do Brasil. Com o abandono dessa política, a narrativa deixada por um vereador cuiabano em 1817 apresentava os vinte últimos anos como um período de grandes realizações, de bons governos e de ruptura com o despotismo³⁸. Aliás, dois capitães-gerais deste período, João Carlos Augusto de Oeynhausén e Gravenberg e Caetano Pinto de Miranda Montenegro, acabaram eleitos respectivamente procurador (1822) e senador (1826) pela província. Numa situação de aprofundamento da crise, os “cidadãos cuiabanos” buscaram uma saída inspirando-se no passado de estabilidade sob os últimos governos coloniais, sem com isso abrirem mão das possibilidades abertas pelas novas instituições liberais.

A herança da capitania: *déficit* público e sociedade militarizada

Mas a leitura extremamente pessimista da experiência vintista e a demanda pelo governo de um só homem, nomeado pelo poder central, tinham também outras explicações, além da cisão entre as juntas. Uma das mais importantes era a dependência de recursos externos, que também decorria das características da formação da província. Desde a fundação da capitania, o setor produtivo era incapaz de gerar receitas suficientes para custear o aparelho administrativo e militar. Na realidade, o grosso das despesas era com o sistema de defesa da fronteira: no período entre 1790 e 1796 (para o qual se encontram séries mais completas), os gastos com a folha de pagamento militar, com os

³⁷ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. Sessão Extraordinária de 7 de outubro de 1823.

³⁸ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 54).

mantimentos e alimentação das tropas e com a categoria genericamente denominada “gastos militares” somavam 76,96% das despesas.³⁹

O *déficit*, herdado da formação geopolítica da capitania, cresceu muito no período joanino e principalmente nos anos 1820. O quinto do ouro, que representava perto de 70% das receitas na segunda metade do século XVIII, caiu para cerca de 40% em 1821, e para menos de 10% no final desta década, quando as minas de Diamantino chegaram perto do esgotamento. A agricultura e a pecuária não geravam grandes receitas, pois se limitavam quase totalmente ao restrito mercado consumidor local e eram, além disso, afetadas pelo frequente engajamento da parcela livre e liberta dos trabalhadores em campanhas militares, enquadrados que estavam nas milícias e ordenanças. As receitas provenientes da circulação, como as entradas, esbarravam também nos limites estreitos da economia mato-grossense e, ainda, no fato de que as mercadorias vindas do litoral já eram taxadas em outras províncias. Por fim, o quadro se agravava a cada ano, pois o *déficit* era muitas vezes suprido com o aumento da dívida pública, sendo as operações com a dívida, como veremos adiante, o negócio mais rentável da província. Em razão da queda do quinto e da reserva de parte do orçamento para a amortização da dívida, na década de 1820 as receitas extraordinárias, provenientes de fora da província (subsídios do poder central ou de outras províncias, cunhagem de moedas com cobre enviado pela Corte e novos empréstimos), variavam entre 60 e 70% do orçamento.⁴⁰ Esta situação de *déficit*, dependência e endividamento públicos teve um importante impacto sobre a experiência de autogoverno de 1821-1825.

A forma mais importante de repasse de recursos externos para a manutenção da fronteira oeste eram, no período joanino, os subsídios obrigatórios que o governo de Goiás enviava anualmente. Em 1821 – portanto, em meio à revolução liberal –, a junta daquela província negou-se a remeter parte de suas receitas. Recorreu-se então à junta de São Paulo, que obteve do príncipe regente a dispensa do envio dos gêneros que tradicionalmente efetuava. Nova tentativa de obter recursos foi feita em outubro de 1822, com a viagem de um membro do governo cuiabano à Corte, mas apenas em 1825 chegaram subsídios em escala suficiente para tirar a província de uma situação de colapso financeiro – permanecendo, contudo, o problema estrutural do *déficit*.

³⁹ A folha civil e eclesiástica (9,57%), as obras públicas (6,86%) e a categoria “outros” (6,61%) completavam o quadro das despesas. Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso (1800-1840)*, op. cit. Capítulo IX.

⁴⁰ Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso (1800-1840)*, op. cit. Capítulo IX.

Portanto, em 1823, quando escreveram sua representação ao imperador, os “cidadãos cuiabanos” estavam lidando não só com a resistência da capital legal em aceitar a autoridade da junta, mas também com uma situação financeira catastrófica, que não permitia aos funcionários civis e militares vislumbrar qualquer perspectiva quanto ao recebimento de seus soldos atrasados, sendo que mesmo os gastos mais elementares eram feitos por meio de subscrições voluntárias. A situação, que também era calamitosa para a junta de Mato Grosso⁴¹, levava ao agravamento de outro grande problema durante a experiência dos governos provisórios: a insubordinação, as deserções e as mobilizações armadas das tropas.

As ameaças de confrontos violentos eram parte do cotidiano na fronteira oeste, onde se combinavam a fronteira externa, a fronteira indígena e o escravismo como relação de produção dominante. A ocupação colonial daquele espaço se devia fundamentalmente à fronteira externa, sendo que para cumprir sua função geopolítica a capitania sempre manteve um grande contingente de soldados regulares e uma organização de tropas auxiliares que permitia mobilizações de maior vulto. A conflagração aberta na fronteira externa foi, contudo, uma realidade pouco presente na história da capitania e da província, antes da Guerra do Paraguai. Ocorreram pequenos confrontos no período colonial, sendo o mais violento deles entre 1801 e 1802, quando o forte Coimbra permaneceu nove dias sitiado e, a seguir, estabelecimentos espanhóis foram tomados e saqueados por súditos de Portugal e por seus aliados guaicurús. Depois deste conflito ocorreram diversos momentos de alerta, em razão das guerras de Independência, que levaram à mobilização massiva de tropas regulares e auxiliares, mas sem que as ameaças se confirmassem⁴².

Apesar dos recorrentes sobressaltos na fronteira externa, as experiências propriamente de guerra estiveram muito mais ligadas à fronteira indígena. Havia, na província, tanto povos não-incorporados, que eventualmente se confrontavam nas bordas

⁴¹ Em Mato Grosso se procurou minimizar o “deplorável estado de miséria” através de um controle fiscal mais rígido, sobre o ouro e as moedas espanholas. (APMT: Estante 5, Livro 01, fl. 12v a 13v – “Registro de uma [ordem?] do Excelentíssimo Senhor Governo Provisório para ser apresentado o ouro que saiu para Cuiabá e se apresentar os pesos espanhóis como abaixo se declara”). No registro de decisões daquele governo constam ainda medidas para sanar a falta de mantimentos e de soldos para as guarnições, os pedidos de informações sobre a situação do abastecimento alimentar, cobranças de dívidas de particulares, além de um pedido de subsídio do governo do Grão-Pará. “Registro de Ofícios, Bandos e Portarias do Governo Provisório da Cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade: 1821 – 1823” APMT, Estante 5, Livro 01.

⁴² Sobre os conflitos na fronteira oeste no período colonial, André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit., Capítulos 2 e 4. Uma análise mais detida da organização militar da província e da situação dos soldados regulares e auxiliares será feita no Capítulo 2 desta tese. Sobre a percepção dos comandantes da fronteira a respeito do processo de Independência nas províncias espanholas, “Memória das notícias do Estado atual, com que se acha o Reino do Peru..., 12 de dezembro de 1821” AN-IJJ9-504

da área de ocupação colonial e nos caminhos terrestres e fluviais, quanto povos com graus variados de relações com os colonos. Destes, uma parte era formada por indígenas destribalizados e incorporados à sociedade e à economia de Mato Grosso - eram eles os habitantes das duas missões, que em 1831 somavam pouco mais de 3 mil indivíduos, e os que trabalhavam nas fazendas (principalmente em Vila Maria) e nas embarcações (nos sistemas fluviais que ligavam a província ao Grão-Pará e a São Paulo). Hercules Florence, que esteve na província em 1827, registrou a presença desses indígenas, geralmente assalariados, mas que incluíam, no sistema fluvial Arinos-Tapajós, trabalhadores compulsórios. A escala da exploração dessa mão-de-obra era, contudo, incomparavelmente menor que aquela encontrada na Amazônia, onde o autor se deparou pela primeira vez com os “tapuios” como categoria social e racial específica⁴³.

Havia também povos que estavam numa situação intermediária: permaneciam organizados, ao menos em parte, segundo suas estruturas de poder e seus vínculos étnicos e comunitários, mas estabeleciam alianças com os colonizadores. Este foi o caso da promoção militar de lideranças guaicurús desde fins do século XVIII. Fundada na concessão de patentes honoríficas de “capitão” ou “coronel” a homens tidos como “caciques” e na obrigação de fornecimento de “presentes”, a aliança era parte de uma estratégia para fazer frente ao Paraguai, que também disputava a colaboração deste povo guerreiro. Contudo, a estratégia da “pacificação” por esses meios frequentemente se tornava conflituosa em razão da quebra das obrigações dos militares em entregar animais, ferramentas, tecidos e outros bens de interesse dos guaicurús, ou ainda em decorrência das incursões guerreiras desses indígenas em território paraguaio, que acabavam por provocar incidentes diplomáticos⁴⁴.

⁴³ No Grão-Pará, escreve Florence, “os índios são geralmente apelidados tapuios e menos cobreados que os das matas. Livres por lei, o são de fato, graças mais às florestas do que pelo respeito que merecem seus direitos”. Em sua narrativa, tanto a escala do uso de mão-de-obra indígena quanto o tipo de relação de trabalho se alteram gradativamente entre o porto do Rio Preto, nas proximidades de Diamantino, e o porto de Santarém, no Grão-Pará, passando de um predomínio da escravidão negra com mobilização eventual do trabalho indígena, geralmente assalariado, a uma situação de trabalho indígena generalizado, em grande parte compulsório. Hercules FLORENCE. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829, op. cit.* p. 297-299. Sobre os “tapuios” no Grão-Pará, André Roberto de A MACHADO. A quebra da mola real das sociedades: a crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825). São Paulo: Hucitec /Fapesp, 2010. p. 62-89.

⁴⁴ “PARECER sobre o aldeamento dos Índios Uaicurús e Guanás com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade, e costumes, por Ricardo Franco de Almeida Serra” e “RESPOSTA do General Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Parecer supracitado”. RIHGB, t. VII, 1845. p. 204-212 e 213-218. Francismar de CARVALHO, “Entre dois impérios: lideranças indígenas e colonizadores espanhóis e portugueses no vale do rio Paraguai (1770-1810). *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2008.

Durante a experiência das juntas governativas, os conflitos com povos indígenas ocorreram em pelo menos duas ocasiões. Na primeira delas, um impasse com as autoridades do Paraguai foi ocasionado por uma série de incursões que uniram diversos povos do Pantanal, “confiados talvez na proteção dos nossos estabelecimentos fronteiros, a cuja sombra vivem”.⁴⁵ Tratava-se, neste caso, de indígenas semi-incorporados à colonização, na condição de aliados que mantinham, ao menos em parte, suas relações de poder e vínculos comunitários. O segundo conflito, mais grave, ocorreu nas áreas próximas às fazendas régias, que produziam alimentos para as guarnições de fronteira. Trata-se da guerra contra os bororo que, segundo Florence, teve início por volta de 1817, resultando na morte de cerca de 450 índios e na captura de outros 50, que se tornaram trabalhadores nas fazendas – régias e particulares - de Vila Maria.⁴⁶ Tratava-se, neste caso, de uma das áreas de fronteira indígena, onde o confronto se dava de forma extremamente violenta. Como se verá no próximo capítulo, este era um tipo de mobilização armada muito vivenciado pelas tropas da província de Mato Grosso, especialmente quando protagonizaram a repressão a uma revolta guaicurú, em 1827.

Os escravos de origem africana, por sua vez, perfaziam cerca de 37 a 40% da população incorporada à colonização à época da Independência. Devido às dificuldades de integração mercantil e à estagnação econômica, a província recebeu um influxo muito pequeno de escravos africanos na primeira metade do século XIX, período de maior aceleração do tráfico transatlântico de toda a história da escravidão luso-brasileira⁴⁷. Não havendo este afluxo, a porcentagem caiu continuamente, atingindo 26% em 1838, o que significa que a situação quase inalterada do total da população da província neste período implicou um crescimento da população livre, em parte devido à conquista da liberdade

⁴⁵ “Junta governativa a Francisco José Vieira, 26 de janeiro de 1822” AN-IJJ9-504

⁴⁶ Segundo Hercules FLORENCE (*Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, op. cit. p. 182-200), havia em Vila Maria “trezentos Caburés descendentes de índios aldeados no tempo de d. Maria I”. Sobre a guerra contra os bororo, num de seus episódios, incursões motivaram uma expedição composta pelas pessoas “que fossem práticas do sertão”, com o propósito de fazer prisioneiros para que, no futuro, se tornassem agentes da colonização, como mediadores culturais “José Saturnino da Costa Pereira ao Ministro dos Negócios do Império, 13 de julho de 1826” AN-IJJ9-504. Também sobre a guerra contra os Bororo, APMT – Estante 2 Livro C70, fl.189v. Outro episódio, ocorrido em 1820, é narrado por Augusto LEVERGER. “Os índios bororos que habitam a margem direita do Paraguai nas vizinhanças do marco cometeram diversas depredações e mataram um pedestre. Expediram-se contra eles duas bandeiras que os derrotaram, obrigando-os a se lançarem em uma baía, em que muitos pereceram devorados pelas piranhas.” *Apostamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19)

⁴⁷ Sobre a dinâmica do tráfico transatlântico neste período e sua relação com a economia brasileira e a formação do Estado nacional, Rafael MARQUESE; Dale TOMICH. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Salles, R.; Grinberg, K. (Org.). *O Brasil Império (1808-1889)*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 339-383.

pelos cativos. A presença escrava era maior em Cuiabá e nas áreas de mineração (Diamantino e pequenos arraiais por toda a área colonizada) e de agricultura (em especial na produção canavieira nos arredores de Cuiabá e na Chapada dos Guimarães).

Ainda que as ações de resistência escrava não tivessem, no período aqui abordado, o mesmo impacto que os outros tipos de conflito, sua possibilidade estava permanentemente colocada. Durante a experiência das juntas, há muitos registros de fugas, inclusive para além da fronteira, onde desde o século XVIII as colônias espanholas se recusavam a capturar e entregar os foragidos, fossem escravos, foragidos da justiça ou soldados desertores – questão que se estenderia como impasse diplomático entre Brasil e Bolívia no século XIX. Como escreveu o último capitão-general, seis meses antes de sua destituição, os “grandes prejuízos” sofridos pelos “habitantes desta província [...] pela deserção dos seus escravos para as Províncias vizinhas” eram tão mais graves pelos “perniciosos exemplos [que] haviam de ser funestos para os senhores de engenho, e mineiros”⁴⁸. Tendo a fronteira como principal problema para o controle desta mão-de-obra, mesmo não ocorrendo grandes mobilizações de escravos esta ameaça era colocada pelas próprias características da sociedade escravista. Quando necessário, como foi o caso numa expedição contra diversos quilombos, ocorrida em 1795, a tropa da província era também requisitada⁴⁹. Não por acaso, uma das acusações que a junta cuiabana fez na devassa aberta contra o governo de Mato Grosso, e sobre a qual não parece haver outra comprovação, é a de que um de seus membros teria proposto oferecer a liberdade aos escravos para mobilizá-los contra Cuiabá. Provavelmente falsa, a acusação despertava um medo generalizado, porque real, nas sociedades escravistas.⁵⁰

Por tudo que foi dito até aqui, percebe-se que em Mato Grosso a afirmação da soberania portuguesa (e brasileira, após 1822) diante dos países vizinhos, a permanência das povoações nas áreas de fronteira indígena e o sistema de trabalho predominante eram em todos os casos garantidos pela permanente possibilidade de recurso à violência. Ocorre que aqueles a quem cabia exercer esta violência, sempre que necessário, eram exatamente os homens mais temidos pelos governantes da província, quando

⁴⁸ “Franciso de Paula Magessi Tavares de Carvalho a Thomás Antonio de Vila Nova Portugal, 30 de janeiro de 1820” AN-IJJ9-504

⁴⁹ Francisco Pedro de MELLO. *Diário da diligência que por ordem do Ilmo. E Exmo. Sr. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de destruírem vários quilombos e buscar alguns lugares em que tivesse ouro*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas nº 24)

⁵⁰ “Auto Sumário a que mandou proceder a Excelentíssima Junta Governativa Provisória desta Cidade sobre a Junta do Governo que novamente se erigiu na Cidade de Mato Grosso, como abaixo se vê” in *RIHGMT*, t. XV-XVIII, 1922-1923, p. 138-163.

protagonizavam mobilizações armadas. E esta foi uma situação frequente numa conjuntura de colapso financeiro, de luta faccional e de difusão de ideias revolucionárias. Portanto, a situação em que se encontravam os “cidadãos cuiabanos”, ligados à administração e ao oficialato das tropas regulares e auxiliares, quando representaram ao Imperador era mais delicada do que simplesmente uma disputa no interior do governo. Esta disputa, em torno de interesses e aspirações que serão analisados mais adiante, de fato existia e agravava problemas estruturais, porque ligados à herança da capitania, que combinava função geopolítica, cisão territorial e dificuldades de integração e de crescimento econômico. Tudo isso, em meio à recorrente ameaça de violência vinda da fronteira externa, da fronteira indígena, das senzalas e principalmente dos quartéis.

Os soldados incluíam uma parcela enorme da população masculina adulta, pois a mobilização das tropas auxiliares era frequente, sobretudo para o reforço da fronteira externa e para as expedições contra indígenas. Porém, mesmo se considerarmos apenas as tropas regulares, tendo em vista a pequena escala demográfica da província, a proporção era extraordinária. Como demonstrado numa investigação anterior, em 1815, havia 744 praças nas tropas regulares num universo de 27 mil habitantes, índice de 1 para cada 36. Em Goiás (caso certamente atípico no sentido inverso, por não ter fronteira externa terrestre ou marítima) havia no ano de 1806, 1 praça para cada 287 habitantes. Em 1822 o índice do Maranhão era de 1 para 101 habitantes. Para se ter uma ideia das proporções da presença de militares em Mato Grosso, importa notar que um soldado pago para cada 36 habitantes significava um praça para cada 6 homens livres com mais de 15 anos de idade, sendo o índice do distrito do Mato Grosso de 2 praças para cada 7 indivíduos nessas condições⁵¹.

Os relatórios apresentados pelo Ministério da Guerra, que a partir de 1839 passaram a incluir anualmente um mapa geral, confirmam que, à exceção do Rio Grande do Sul, Mato Grosso era, naquele momento, a província com o maior número relativo de militares. O índice, para os cinco primeiros anos em que estes mapas constam dos relatórios (1839-1843), era de 1 para cada 43 habitantes⁵². No mesmo período, a província com a menor população do Império estava entre a quinta e a sexta com o maior número

⁵¹ As fontes dos dados estão indicadas em André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit. p. 242.

⁵² Relatórios do ministro da Guerra apresentados à Assembleia Geral Legislativa, 1839 a 1843. No caso do Rio Grande do Sul, o índice era de 1 para 15, mas provavelmente seria bem menor sem a mobilização para a repressão da Guerra dos Farrapos. Contudo, é muito provável que mesmo em tempos de paz o índice de habitantes por soldado superasse o de Mato Grosso.

de soldados regulares, sendo que dentre as que a superavam estavam algumas que passavam por grandes conflitos armados, o que certamente desequilibrava para mais o seu contingente. O que fica demonstrado, considerando os dados de 1815 e de 1839-1843, é que se tratava de uma sociedade excepcionalmente militarizada.

A conjuntura do vintismo trazia três fatores que agravavam as tensões envolvendo os livres pobres e libertos, em geral, e os soldados em particular: o colapso das rendas públicas, que deixou as tropas por anos sem soldos e mesmo sem mantimentos, a instabilidade política, que ameaçou as bases de sua legitimidade do mando, e a difusão do ideário revolucionário liberal. A preocupação se confirmou, tendo início um ciclo de revoltas em guarnições da província, cujo desfecho talvez possa ser situado no final da década de 1830⁵³. Até a queda de Magessi, a deserção era a forma mais comum de resistência dos soldados à situação de carestia e violência à qual estavam submetidos. A partir de 1821, seria a vez das sedições de fronteira. A crescente insubordinação e as mobilizações armadas (ao menos quinze até 1832) estavam estreitamente relacionadas com o processo revolucionário aberto com a destituição do capitão-general, e isso por diferentes motivos.

Em primeiro lugar, porque a própria derrubada de uma autoridade até então legítima por um movimento armado (ainda que não tenha se desdobrado em conflitos violentos, dado que Magessi aceitou deixar a província) abria a possibilidade do questionamento das demais autoridades, dessacralizando o exercício do poder – e, no caso, de um poder militar, dado que o posto de capitão-general não era apenas político, pois seu ocupante respondia pelo comando das tropas na província. Além disso, quase todos os que exerceram esta função em Mato Grosso (incluindo Magessi) eram oficiais militares experientes do Império Português, pois era a habilidade na defesa da fronteira e na “pacificação” dos indígenas que interessava à monarquia.

Em segundo lugar, porque o vintismo acelerou a difusão do liberalismo político, num momento em que ele se apresentava como ideologia revolucionária, podendo ser apropriado e reelaborado por diferentes grupos sociais. O constitucionalismo trazia uma nova noção de direitos e de cidadania, havendo indícios de sua apropriação por livres pobres e libertos já na primeira sedição militar de 1821. Como se verá no próximo capítulo, desde o início do ciclo de sedições militares a nova noção de direitos trazida

⁵³ Sobre o ciclo de ações de contestação armada nas guarnições de fronteira, Valmir Batista CORRÊA, *op. cit.* A questão será retomada no Capítulo 2 desta tese.

pela Revolução do Porto foi se tornando perigosamente parte das referências dos soldados.

Em terceiro lugar, a experiência de autogoverno abria possibilidades inéditas de disputa política, levando ao conflito de facções que dá o tom da representação dos cidadãos cuiabanos: “uma divisão temerosa que principiando pela cabeça, imediatamente se difundiu por todos os membros” da sociedade. O documento trata a questão como uma oposição entre grupos fundados principalmente em relações de parentesco, e de fato estas serão determinantes, ao lado de outros fatores, nos arranjos políticos durante o Primeiro Reinado. Contudo, a passagem do Antigo Regime à ordem liberal implicou uma ruptura nas formas de organização e de atuação política, o que evidentemente não ocorreu instantaneamente, mas mediante um aprendizado e através de sucessivas alterações nas próprias instituições. Quando os “cidadãos cuiabanos” redigiram sua representação, a novidade de um poder autônomo e representativo era ainda sinônimo de instabilidade e de lutas de facções com base em relações familiares, pois esta era a experiência concreta que tinham até então. Ocorre que, naquela conjuntura, marcada por todos os problemas colocados até aqui, a desunião da elite política tinha consequências graves, inclusive para o acirramento das tensões com as tropas e com outros setores que poderiam vir a questionar aspectos cruciais de seu poder e mando.

Como foi demonstrado, no período de um ano e meio entre a queda de Magessi, em agosto de 1821, e a representação dos cidadãos cuiabanos, em janeiro de 1823, as contradições da sociedade colonial se tornaram explícitas na forma de impasses que pareciam insolúveis. Uma herança de cisão territorial, de *déficit* e dependência orçamentária, e de equilíbrio delicado da violência institucionalizada numa área escravista e de fronteira externa e indígena, com forte presença de soldados. Nos dois meses que antecederam a representação, as atas da junta indicam uma conjuntura de instabilidade que ameaçava crescentemente aqueles que se viam como a “cabeça” da província⁵⁴. Quando se colocavam como “aflitos cidadãos de uma Pátria infelizmente

⁵⁴ Em novembro de 1822, a junta recebeu uma carta denunciando que se pretendia assassinar o deputado Antonio Navarro de Abreu e chegaram de Diamantino notícias do desembarque de escravos fugidos do Grão-Pará. No dia 10 de dezembro, recebeu uma representação dos eleitores da comarca contra o governo, no dia seguinte ‘uma participação de um oficial, em que avisava a este governo que a legião de linha estava em armas’. Sendo esclarecido posteriormente pelo comandante que se tratava apenas de uma revista, o episódio revela o estado de sobressalto em que se encontrava a junta. Já no dia 14, soube-se que uma carta anônima havia sido ‘dirigida ao comandante da praça, convidando-o para uma nova forma de governo’. Dois dias depois, foi recebida uma ‘representação dos militares e vaqueiros’ das Fazendas Régias do vale do Paraguai, ‘em que requerem outro comandante’. No início de 1823, foi remetida uma devassa sobre os ‘inquietadores públicos’. André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit., p. 323.

agitada”, tal aflição era mais do que simples artifício retórico – ainda que também o fosse.⁵⁵ A herança colonial cobrava seu preço a dirigentes sem experiência no manejo de um poder autônomo e representativo e o “Governo General” era uma lembrança ainda bem viva, tanto de despotismo e arbitrariedade, quanto de estabilidade e sacralidade do mando.

Contudo, o aprendizado nos marcos da nova ordem liberal permitiria na década que separa a experiência das juntas e a Rusga, o surgimento de uma nova atitude com relação à direção da política provincial. A crer na correspondência de um cidadão de Mato Grosso publicada num periódico goiano, em 1830 ainda havia quem comparasse “os atuais incômodos e sofrimentos com os do tempo dos capitães generais”, clamando e chorando “pelas Cebolas do Egito; atribuindo suas atuais desgraças às novas instituições”⁵⁶ Mas, como se verá adiante, tal atitude já era atípica àquela altura, prevalecendo uma disputa por interesses e aspirações em que cada indivíduo ou grupo envolvido buscava manejar da melhor forma possível os instrumentos do liberalismo político.

Entre a herança e a construção: Estado, nação e geopolítica

A extinção das juntas rivais foi seguida pela instalação, na cidade de Mato Grosso, de um governo unificado, “o primeiro legal desta Província”, que no dia 18 de agosto de 1823 prestou adesão ao Império do Brasil. Após dois anos de ruptura entre Cuiabá e Mato Grosso, a junta manifestava “que serão sempre inseparáveis da sua conduta os sentimentos da mais decisiva obediência, a tudo quanto Vossa Majestade Imperial mandar” e exaltava “o liberalismo de mãos dadas com a justiça, com que Vossa Majestade Imperial fez unanimizar os espíritos, até então dissidentes entre as duas cidades desta província”⁵⁷ As juntas que a antecederam já haviam prestado sua adesão ao projeto de Independência: Cuiabá o fez a cada passo dado por d. Pedro em sua ruptura com as Cortes de Lisboa, enquanto Mato Grosso ficou praticamente isolada do restante do Brasil até fins de 1822 e integrou-se oficialmente ao projeto da Corte fluminense apenas quando a Independência já havia sido proclamada, no início de 1823.⁵⁸ Portanto, a declaração da nova junta vinha reforçar a opção pelo Império do Brasil, que esteve longe de ser o maior

⁵⁵As *Câmaras Municipais...*, *op. cit.* Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250.

⁵⁶A *Matutina Meyapontense*, n. 150, 15 de março de 1831.

⁵⁷ “Governo legal de Mato Grosso ao Imperador, 18 de agosto de 1823” AN-IJJ9-504

⁵⁸ Ao que parece, a primeira correspondência da junta de Mato Grosso que chegou à Corte do Rio de Janeiro é datada de 12 de janeiro, e foi recebida pelo ministro José Bonifácio a 22 de março de 1823. “José Bonifácio à junta de Mato Grosso, 22 de março de 1823” AN-IJJ9-41.

dilema colocado para os que dirigiram os governos da província. A cisão entre as cidades e os conflitos e dificuldades em cada uma das juntas dominaram o ambiente político de Mato Grosso entre 1821 e 1823. Mais do que a soberania da Corte fluminense ou das Cortes de Lisboa, era isso que estava em jogo na fronteira oeste.

A Independência do Brasil resultou num arranjo político que esteve longe de ser unânime entre os proprietários das diversas províncias⁵⁹. O processo foi definido a partir de uma articulação de interesses presentes principalmente nas áreas mais dinâmicas do Centro-Sul do Brasil, bem como nos enfrentamentos nas diversas províncias ao norte da Corte, incluindo guerras civis na Bahia, Piauí, Maranhão e Grão-Pará. Conflitos que, em todos os casos, expressavam mais que uma opção entre a Independência ou a unidade com Portugal, pois envolviam tanto o destino do constitucionalismo liberal trazido pela Revolução do Porto, quanto os diversos interesses em disputa em cada uma das províncias.

Instável, o arranjo monárquico-constitucional de 1822 lançava as expectativas dos que aderiam à causa da Independência no processo constituinte do ano seguinte. Com o fechamento da Assembleia por d. Pedro I, os conflitos se reacenderam nas províncias do norte, especialmente naquelas que passaram pela experiência da Confederação do Equador, primeira de muitas mobilizações armadas inspiradas pelo liberalismo revolucionário a romper com a soberania do Império na primeira metade do século XIX. Com a repressão a este movimento e a redação, juramento, e implementação da Constituição de 1824, o Estado brasileiro passou a ter uma base jurídica e institucional relativamente estável. Na prática, o início das atividades do poder Legislativo, em 1826, colocou em funcionamento o arranjo monárquico-constitucional do Primeiro Reinado, fundado num sistema representativo com autonomia provincial bastante limitada. As tensões entre o centro e as províncias persistiriam e se aprofundariam como vetor de diversos conflitos.

No caso de Mato Grosso, a integração cuiabana ao Centro-Sul, o declínio das comunicações pela rota do Guaporé desde fins do século XVIII e as incertezas da guerra no Grão-Pará contribuíram para que a adesão ao Império acabasse por se tornar a única opção viável. Sem que participassem diretamente do processo decisório de ruptura com

⁵⁹ Um debate sobre a formação do Estado imperial e suas tensões e conflitos será feito adiante. Por ora, importa ressaltar que a ruptura com Portugal envolveu situações de guerra em diversas províncias, com participação de diversos grupos sociais, não sendo um simples acordo que unificasse os interesses dos grupos dominantes do país, garantindo uma transição pacífica de colônia a nação. Para uma crítica à tese do acordo, André Roberto de A MACHADO. *A quebra da mola real das sociedades*, op. cit. p. 19-42.

Portugal, as lideranças da província negociariam sua relação com o centro dentro dos marcos institucionais então estabelecidos. Seguiram até 1825 com o governo legal na cidade de Mato Grosso (parcialmente esvaziado pela resistência de dois membros cuiabanos em assumir seus mandatos), reforçando sua adesão ao projeto de Império. O mesmo ocorria em Cuiabá, onde o juramento da Constituição pela câmara municipal reprovava enfaticamente a “vertigem revoltante que tresloucou os espíritos da maior parte daqueles que a Nação Brasileira havia constituído seus representantes”⁶⁰. Ou seja, o apoio a d. Pedro I seguia inabalado, mesmo com a dissolução da Assembleia Constituinte.

No decorrer de 1824, os marcos institucionais do Estado iam ganhando novos contornos, sendo recebidas as correspondências sobre a criação do Conselho de Estado, sobre os procedimentos para o juramento da Constituição e para as eleições de deputados, senadores e conselheiros da presidência da província.⁶¹ Tanto em Cuiabá como em Mato Grosso, cidade que abrigava o governo, aguardava-se a chegada do novo presidente de província, autoridade que como veremos adiante, estabelecia um novo padrão de relação entre o centro e as partes do Império. Havia sido nomeado Nuno Eugênio Lóssio e Seiblitiz, que acabou assumindo o governo de Alagoas. A seguir, optou-se por José Saturnino da Costa Pereira, engenheiro militar formado em ciências matemáticas na Universidade de Coimbra, perfil condizente com o governo de uma província voltada para o sistema de defesa da fronteira, o que também envolvia a ocupação militar de áreas densamente povoadas por indígenas, incluindo os guerreiros guaicurús⁶². Para as duas cidades, a expectativa pela chegada do presidente era também uma espera pela decisão definitiva sobre qual seria a capital da província.

O início de uma reviravolta ocorreu neste ano, com duas portarias do dia 9 e uma do dia 17 de fevereiro, decidindo que a “convocação do Conselho da Província do Mato Grosso seja interinamente na Cidade do Cuiabá, visto que o maior número dos Conselheiros não pode ser da Cidade de Mato Grosso, onde a população é muito menor; nem é de razão que se obriguem a fixar ali a sua residência”. O presidente, portanto, deveria residir em Cuiabá “até que se tomem convenientes medidas para a ereção de uma

⁶⁰ “Câmara de Cuiabá ao Imperador, 17 de março de 1824” AN-IJJ9-504

⁶¹ “João Severiano Maciel da Costa ao Governo legal, 29 de março de 1824”, “João Severiano Maciel da Costa ao Governo legal, 27 de abril de 1824”, “João Severiano Maciel da Costa ao Governo legal, 28 de dezembro de 1824” AN-IJJ9-504. Sobre as características do arranjo institucional do Primeiro Reinado, ver o próximo subcapítulo.

⁶² Saturnino fora nomeado no dia 20 de abril de 1824, porém a 21 de novembro ainda estava em São Paulo, preparando-se para a longa jornada, via Goiás. “Saturnino a Estevão Ribeiro de Resende, 21 de novembro de 1824” AN-IJJ9-504.

capital, que reúna em si os cômodos de ambas as Povoações; ficando porém obrigado a ir à Capital de Mato Grosso o maior número de vezes, que lhe for possível”⁶³ Uma dessas portarias respondia a uma representação do presidente nomeado (não está claro se Seiblitiz ou Saturnino da Costa) para que a capital fosse transferida para a vila de Diamantino. No dia 17 de julho, a cidade de Mato Grosso enviava uma representação à Corte sobre a questão da capital, documento que foi recebido pelo ministro Estevão Ribeiro de Resende como sinal de uma “predisposição daquela Câmara” a “desobedecer às Ordens Imperiais”. Escrevendo ao presidente nomeado, mas ainda não empossado, ele recomendava que tratasse “com prudência de conciliar os espíritos exaltados” e que tivesse “a mais séria e refletida conduta sobre os meios de abafar qualquer rompimento de desobediência da mencionada Câmara”⁶⁴. Portanto, a unificação das juntas esteve longe de acalmar os ânimos em torno da questão.

Ainda no período do governo legal (1823-1825), tiveram início medidas que marcavam simbolicamente a inclusão de Mato Grosso na nação brasileira. Chegavam à província, em fevereiro de 1823, as normas sobre a “nova forma do escudo de armas, bandeira mercantil e tope nacional deste Império do Brasil”, bem como o “novo tratamento e título que compete” ao Imperador⁶⁵. Em março era a vez da portaria sobre a “criação da nova ordem honorífica denominada Ordem Imperial do Cruzeiro”, honraria cuja aquisição faria muitos cidadãos da província despenderem fortunas nos anos seguintes, nem sempre com sucesso.⁶⁶ Um ano depois se estabelecia o 12 de outubro, “faustíssimo aniversário de Sua Majestade Imperial”, e o 7 de setembro, data de sua “resolução de proclamar pela primeira vez a Independência do Brasil” como dias de festividade nacional.⁶⁷ Já em 1825 o novo Estado providenciava a escrita de uma história nacional, com a circular para que as províncias enviassem “todos os papéis oficiais que sirvam para ilustração à História dos sucessos do Brasil desde 1821, a qual o Conselheiro José da Silva Lisboa foi encarregado de escrever”⁶⁸ A instrução pública, por sua vez, seria objeto de toda sorte de iniciativas, ainda que – como foi regra na maior parte das

⁶³ “João Severiano Maciel da Costa [a Saturnino?], 9 de Fevereiro de 1824” (dois documentos) e “João Severiano Maciel da Costa [a Saturnino?], 13 de Fevereiro de 1824” AN-IJJ9-41

⁶⁴ “Estevão Ribeiro de Resende a Saturnino, 7 de dezembro de 1824” AN-IJJ9-41.

⁶⁵ “Governo legal de Mato Grosso a José Bonifácio, 17 de fevereiro de 1823” AN-IJJ9-504; “Governo legal de Mato Grosso a José Bonifácio, 18 de fevereiro de 1823” AN-IJJ9-504.

⁶⁶ “Governo legal de Mato Grosso a José Bonifácio, 13 de março de 1823” AN-IJJ9-504

⁶⁷ “Governo legal de Mato Grosso a José Joaquim Carneiro de Campos, 10 de março de 1824” AN-IJJ9-504 e AN-IJJ9-41, fl. 28v.

⁶⁸ AN-IJJ9-41, fl. 32, “José Saturnino da Costa Pereira a Estevão Ribeiro de Resende, 5 de novembro de 1825” AN-IJJ9-504.

províncias – quase sempre fracassadas⁶⁹. Passada a experiência das juntas, em 1827, seria a vez de construir, “com a maior riqueza possível, [...] a Augusta Efígie de Sua Majestade, o Imperador”, numa praça de Cuiabá.⁷⁰

Iniciativas como estas, de elaboração e difusão dos símbolos e das narrativas para uma nova nação, prosseguiram por todo o período de construção do Estado brasileiro. Incorporados ao cotidiano, os símbolos nacionais e o calendário cívico cumpriram um papel pedagógico de reforço da adesão ao projeto de Império, ao mesmo tempo em que a diversidade de experiências políticas levava a outras elaborações sobre a nacionalidade, por vezes conflitantes. O mosaico de identidades construído durante a colonização, e cuja moldura era, até 1822 a monarquia portuguesa, ainda estava longe de dar lugar a uma nacionalidade brasileira partilhada por todos os seus habitantes ou, ao menos, por todos aqueles reconhecidos como cidadãos do Império. A afirmação do novo Estado passava tanto pela quebra das identidades engendradas pela colonização nas diferentes partes do Brasil, quanto pela ruptura com relação à ancestral identidade portuguesa, sendo este processo tão conflituoso quanto aquele, como se verá adiante⁷¹.

Em Mato Grosso, como em todos os antigos domínios lusos na América, o Império procurou afirmar sua soberania e, com ela, os símbolos e narrativas que difundissem determinada leitura da identidade brasileira. Porém, os processos de formação do Estado e de emergência da identidade nacional se articulavam de uma forma específica naquela área de fronteira. Para o poder central, a manutenção da integridade territorial diante das novas repúblicas sul-americanas seguiria sendo a prioridade das políticas para Mato Grosso, demandando, por sua vez, medidas que viabilizassem a província economicamente. Herdeiros de uma imaginação territorial elaborada pelo Reformismo Ilustrado do século XVIII, estadistas da geração da Independência viam na grandeza, contiguidade e organicidade do território elementos importantes para o projeto de um Império do Brasil. A questão ia muito além dos aspectos simbólicos, pois, desde o período pombalino, as potencialidades em termos de povoamento e valorização econômica eram o eixo que definia as políticas territoriais da Coroa, deixando em segundo plano as

⁶⁹ Durante o Primeiro Reinado foram propostas em Mato Grosso a criação de diversas aulas, de um seminário de um colégio de meninas órfãs, dentre outras medidas. AN-IJJ9 -41, 34v a 65v

⁷⁰ AN-IJJ9 -41, fl. 50v, “José Saturnino da Costa Pereira ao Visconde de São Leopoldo, 11 de setembro de 1827”.

⁷¹ Sobre as identidades coloniais e a emergência de uma identidade brasileira, István JANCSÓ & João Paulo G. PIMENTA. “Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. IN: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias*. São Paulo, Editora Senac, 2000. István JANCSÓ. “Independência, Independências” in István JANCSÓ (org.) – *Independência do Brasil...*, op. cit.

concepções fundadas na conquista militar, de caráter expansionista. Tratava-se da manutenção de fundos territoriais cujos potenciais poderiam ser explorados a partir do momento em que se desenvolvessem a integração, povoamento e valorização desses espaços⁷².

Havia um descompasso, porém, entre esta leitura, gestada no interior da burocracia portuguesa, e aquela dos que atuavam na fronteira. Agravando ainda mais a situação da província, em 1825 a junta de Mato Grosso decidiu interferir diretamente na guerra de independência das colônias que deram origem, ainda naquele ano, à República da Bolívia. Ao receber, através de um emissário do governador espanhol da província de Chiquitos, uma proposta de anexação daquele território ao Império do Brasil, o governo de Mato Grosso convocou os habitantes da cidade para deliberar. A proposta era motivada pela iminência de uma derrota definitiva das forças realistas, que tinham no Alto Peru seu último foco de resistência às tropas independentistas. Os artigos capitulares manteriam a forma de organização política, os direitos e os privilégios dos súditos do rei espanhol, mas deixariam Chiquitos sob a proteção de d. Pedro I e, na prática, sob a autoridade dos que governavam a província de Mato Grosso. O governador d. Sebastián Ramos já negociava sua capitulação com o comandante revolucionário Antonio José de Sucre e enviou seu emissário a Mato Grosso como última tentativa de preservar Chiquitos das tropas republicanas. No dia 13 de abril de 1825, a incorporação foi aceita pela junta⁷³.

Assinaram a ata da anexação de Chiquitos 47 indivíduos presentes na cidade de Mato Grosso, incluindo o governador das armas e os membros da junta que ali se encontravam, além de autoridades civis e militares. Três pessoas, incluindo o ouvidor da comarca, declararam voto em contrário. Os argumentos para a aceitação dos artigos capitulares recuperavam as diretrizes geopolíticas de meados do século XVIII, quando a

⁷² A relação entre o surgimento de uma ideia de Brasil no interior da burocracia portuguesa já foi trabalhada por autores com interpretações as mais diversas, dentre os quais, Maria de Lourdes Viana LYRA. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994. István JANCSÓ. “A Construção dos Estados Nacionais Na América Latina - Apontamentos Para O Estudo do Império Como Projeto”. In: José Roberto do Amaral Lapa; Tamás Szmrecsányi. (Org.). *História econômica da Independência e do Império*. 1 ed. São paulo: HUCITEC, 1996, v. 1, p. 3-26. Ilmar. R. MATTOS de. “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 1, 2005. p. 8-26. Quanto a este último, não se sustenta a ideia de que no momento da fundação do Império, a Coroa tenha adotado uma política expansionista, para além do que pudesse ser reivindicado como herança dinástica, caso da Cisplatina, mas não de Chiquitos ou de Caiena, mencionados pelo autor.

⁷³ Sobre a anexação de Chiquitos, ver Ron L. SECKINGER. *The Chiquitos Affair: na aborted crisis in Brazilian-Bolivian Relations*. In Luso-Brazilian Review, XI, n.1. (Summer, 1974). Maria do Socorro Castro SOARES. *O Governo Provisorio de Mato Grosso e a questão da anexação da Provincia de Chiquitos ao Imperio Brasileiro (1821-1825)*. op.cit. André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit. p. 343-351.

Coroa portuguesa tinha por política a construção, no distrito de Mato Grosso, de um “antemural” para a o interior do Brasil. Fundavam-se ainda na necessidade de agir rapidamente diante do avanço das tropas de Sucre, não sendo possível esperar uma posição do Imperador sobre o assunto⁷⁴. Agindo sem consultar a Corte fluminense ou qualquer autoridade emanada do poder central, a junta enviou um pequeno contingente de soldados, insuficientes para oferecer resistência a um avanço dos revolucionários, e ocupou Santa Ana de Chiquitos, onde d. Pedro I foi aclamado a 24 de abril como “Augusto Protetor do Brasil e desta Província”⁷⁵. Porém, em razão da desaprovação dos membros do governo que não haviam comparecido à sessão e devido a uma revolta de indígenas aldeados, as tropas se retiraram rapidamente. Com elas, também se evadiu d. Sebastián Ramos, que levou consigo bens saqueados das missões, mas que seriam parcialmente devolvidos após pressão diplomática do novo Estado boliviano.

Ao comunicar o Imperador sobre a incorporação, o governo de Mato Grosso argumentou que não se deveria desprezar “este meio, que a sorte oferecia”, pois com a anexação ficaria muito mais segura a defesa de Mato Grosso. Relatou, ainda, o ato de “Adesão á Sagrada Causa do Brasil, respeito, amor e obediência a Vossa Majestade Imperial, a quem este governo tem a maior satisfação de submeter os seus votos, esperando, para cumprir, a sábia e terminante determinação de Vossa Majestade Imperial”⁷⁶. A resposta da Corte foi de repreensão a uma decisão que em nenhuma hipótese poderia ter sido tomada por um governo provisório provincial. D. Pedro I estranhava a pretensão de expandir o Império “à custa da fidelidade de povos” que passavam por “calamidades”, bem como “a deliberação que tomara não só de aceitar a reunião da Província de Chiquitos, como fazer sair tropa brasileira dos limites do Império para a proteger”. Fosse consultado, o imperador jamais teria aprovado “esta medida, por ser oposta aos generosos, e liberais princípios em que o mesmo Augusto Senhor firma a política do seu gabinete, e a sua intenção de não entrevir no conteúdo atual dos habitantes da América Espanhola, entre si”⁷⁷.

Para compreender a inconsequente aventura de Chiquitos, é necessário atentar a vários fatores. Em primeiro lugar, havia um longo histórico de relações comerciais e

⁷⁴ “Ata da Junta de Mato Grosso sobre a anexação de Chiquitos, Bolívia à Província de Mato Grosso 13 de abril de 1825” APMT/DHMT Doc. 55.

⁷⁵ Maria do Socorro Castro SOARES. *O Governo Provisorio de Mato Grosso e a questão da anexação da Província de Chiquitos ao Imperio Brasileiro (1821-1825)*. op.cit.

⁷⁶ *apud* Maria do Socorro Castro SOARES. *O Governo Provisorio de Mato Grosso, e a questão da anexação da Província de Chiquitos ao Imperio Brasileiro (1821-1825)*. op.cit.p. 110-111.

⁷⁷ *Idem*, p. 120-121. “Estevão Ribeiro de Resende ao Governo legal, 13 de agosto de 1825” AN-IJJ9-41

políticas que atravessavam a fronteira, incluindo o apoio a realistas em contextos de avanço do movimento de Independência - casos de asilo a administradores espanhóis e também de grandes levadas de famílias refugiadas ocorriam desde a década anterior. Portanto, o pedido de intervenção no conflito não surpreende e inclusive já havia ocorrido algo semelhante em 1824, quando o comandante de Santa Cruz requisitou mil espingardas e quinhentas espadas para a manutenção da ordem pública “y el exterminio de los enemigos de la tranquilidad”, ou seja, das tropas de Sucre. A junta negou o pedido “pela razão das suas atribuições lhe não permitirem a necessária autoridade”.⁷⁸ A novidade não estava tanto na requisição quanto em sua aceitação, que por mais que não fosse unânime, contou com apoio massivo na cidade de Mato Grosso.⁷⁹ Em segundo lugar, aqueles que aprovaram a incorporação tinham permanecido por dois anos controlando um governo autônomo quase isolado do restante do Brasil e outros dois sem que recebessem autoridades de fora da província. Em terceiro lugar, o discurso da função geopolítica de Mato Grosso estava fundamentado em experiências concretas e na frequente instrumentalização política da condição de fronteira, através da valorização dos que a defendiam.

A principal autoridade dentre os signatários exemplifica bem esta trajetória. O comandante das armas Manoel Velloso Rebello e Vasconcelos era um militar atuante em Mato Grosso há mais de quarenta anos, havia participado das demarcações, da fundação de núcleos de povoamento e de viagens exploratórias no vale do Guaporé no período do apogeu das diretrizes geopolíticas que definiam a repartição de Vila Bela como “a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil”. Como se argumentou numa investigação anterior, esse conjunto de experiências, que certamente muitos dos que tomaram a decisão de aceitar a anexação compartilhavam, pode ter contribuído para conformar um universo mental propício a aspirações expansionistas.⁸⁰

A atitude dos cidadãos de Mato Grosso estava, portanto, relacionada à sua antiga experiência como defensores da fronteira e à sua recente experiência de autogoverno, que chegou próxima a uma situação de isolamento. Importa lembrar que a questão da capital ainda não estava definida e que as decisões oscilantes da Corte estavam, naquele

⁷⁸ “D. Francisco Xavier de Aguilera ao Governo legal, 23 de fevereiro de 1824”, “Governo legal a D. Francisco Xavier de Aguilera, 10 de março de 1824” e “Governo legal ao Imperador, 19 de julho de 1824” AN-IJJ9-504

⁷⁹ Os membros do governo que estavam ausentes logo se manifestariam contra a anexação. *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. Sessão de 19 de maio de 1825.

⁸⁰ Cf. André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit. Capítulos 5.

momento, beneficiando Cuiabá. A possibilidade de reverter a seu favor este processo talvez tenha contribuído para a decisão, pois as fontes atestam que aqueles homens entendiam a anexação como um serviço que faziam a d. Pedro I. Tal crença revela, ao mesmo tempo, uma leitura particular – e inadequada, do ponto de vista da Corte – do que significava a fundação de um Império do Brasil. A aventura de Chiquitos foi, talvez, uma manifestação aparentemente extemporânea da leitura militar e expansionista de Império, que vinha sendo revista desde o século XVIII, quando passou a dar lugar a leituras fundadas na Economia Política liberal. Seja como for, não representava de maneira alguma as diretrizes da Corte e sim os interesses e aspirações presentes na fronteira oeste. Expressavam, tanto quanto outras questões vistas até aqui, um impasse colocado pela herança colonial. Neste caso, a herança identitária da antiga Capitania de Cuiabá e Mato Grosso.

A função geopolítica da capitania havia moldado as identidades coloniais de Cuiabá e, sobretudo, de Mato Grosso. Mais do que a narrativa da aventura das monções e dos sertanistas paulistas, era o projeto da Coroa portuguesa que fundamentava a memória coletiva dos homens que exerciam poder político na fronteira oeste. Em situações que reforçam a adesão ou a lealdade ao centro, é difícil encontrar um documento cujo discurso não remeta às glórias e aos sofrimentos do passado de dedicação à defesa da fronteira. Dois textos eram sempre citados: as instruções do primeiro capitão-general, origem do uso das palavras “antemural” e “propugnáculo”; e as *Reflexões* de um engenheiro militar de fins do século XVIII, transcritas palavra por palavra sempre que se faziam necessários argumentos “técnicos” sobre a ameaçadora vizinhança castelhana⁸¹. A disputa pela condição de capital foi também uma disputa simbólica pela leitura que se fazia desses documentos. As instruções não deixavam dúvidas de que o “antemural” do Brasil era o distrito de Mato Grosso, e que este não incluía Cuiabá. Não por acaso, a junta de Mato Grosso fazia questão de anexar uma cópia delas a cada tentativa de se afirmar como capital. Cuiabá, por sua vez, mencionava literalmente o texto das instruções, mas substituindo “distrito de Mato Grosso” por “província de Mato Grosso” e atribuindo aos habitantes de sua cidade o papel imemorial de defesa da fronteira. Quanto às *Reflexões*,

⁸¹ “Instrução Da Rainha [D. Mariana de Áustria] para D. Antonio Rolim de Moura”. Lisboa, 19 de janeiro 1749, In: *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais*. Cuiabá: IHGMT, 2001 (publicações avulsas, n. 27). Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre..., op. cit.* Sobre estes documentos, seus contextos e usos políticos entre os séculos XVIII e XIX, André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política, op. cit.* Capítulos 2, 4 e 5.

que haviam levado à ruptura com o projeto de “antemural” centrado no distrito de Mato Grosso, os governos de ambas as cidades as mencionavam, mas o da cidade de Mato Grosso o fazia omitindo os trechos em que era dito que dali por diante a defesa da fronteira deveria ser feita a partir de Cuiabá.

Para além dessa disputa simbólica entre as cidades, importa notar que o vínculo discursivo entre a condição de fronteira e as identidades cuiabana e mato-grossense estava fundado na experiência sedimentada por oito décadas de expedições militares e diplomáticas, comissões demarcatórias, fundação de fortificações e, ainda que em poucas ocasiões, batalhas contra súditos do rei espanhol. A memória da construção do “antemural” no século XVIII era frequentemente um artifício retórico para que lideranças da província afirmassem sua importância estratégica ao negociar suas relações com o poder central – fosse o de Lisboa, fosse o do Rio de Janeiro. Porém, seria equivocado trata-la como um mero artifício, como se este conjunto de símbolos e narrativas não fossem compartilhados efetivamente por cuiabanos e mato-grossenses como elementos de suas identidades.

A aventura de Chiquitos e a posse do primeiro presidente nomeado pelo Império marcaram, em 1825, o fim da experiência das juntas governativas. Marcaram, ao mesmo tempo, a apropriação dessa memória pelos líderes cuiabanos, que por gerações tratariam de apagar do passado da província a importância da antiga Vila Bela e a cisão territorial existente desde o início da ocupação colonial. Assim como os Estados nacionais reinventam seu passado a partir das memórias, símbolos e narrativas que lhes são disponíveis, a memória da província foi construída com base nos despojos da geopolítica setecentistas, apropriados por Cuiabá. Chiquitos foi a última e mais ousada aventura militar da antiga capital e talvez tenha selado de vez seu destino, excluindo qualquer possibilidade de intercessão favorável pelo governo imperial.

A construção da província: o governo Saturnino da Costa

Em 14 de setembro de 1825, José Saturnino da Costa Pereira escreveu ao Ministro dos Negócios do Império relatando “algumas circunstâncias que acompanharam” sua posse e, antes dela, sua longa jornada até Cuiabá. Informava que, ainda na cidade de Goiás, soube que o governo legal estava disposto a não o “empossar senão na Cidade de Mato Grosso, não obstante a expressa determinação de Sua Majestade Imperial”. O presidente dizia não saber “por que lógica” interpretavam de maneira diversa as portarias que definiam sua residência em Cuiabá. Passou então a escrever ao governo provisório,

servindo-se “em tudo dos termos mais brandos” que podia “conciliar com o [seu] decoro”. Naquele momento, soube por um negociante que o presidente do governo havia retornado de um afastamento e convencido os demais membros a não lhe desobedecerem. Escreveu também à câmara de Mato Grosso, “empregando as mais civis expressões”, para que não pudesse “pretextar-se nada quanto à clareza com que se achavam exaradas as Imperiais Ordens” e assim não imputassem as medidas à sua “incapacidade pessoal”, taxando-o “talvez de orgulhoso”. Foi então informado que um dos membros do governo, o comandante das armas Manoel Velloso Rebello e Vasconcelos (considerado o principal responsável pela incorporação de Chiquitos), era quem advogava a oposição à posse em Cuiabá. Neste momento, e ainda em Goiás, soube da representação enviada pela câmara de Mato Grosso ao Imperador, para que fosse esta cidade a capital da província. Afirmava o novo presidente que:

O meu fito tem sido apartar toda a sombra de pretexto a que puderem dar o nome de legitimidade para embaraçar a execução das Imperiais Ordens, restando unicamente a desobediência, contra a qual pode-se legitimamente aplicar as penalidades. Parti pois para Cuiabá no dia 28 de julho, retardando alguma coisa as minhas marchas além do que exigia o sertão a fim de dar tempo a que chegasse a resposta de Mato Grosso a Cuiabá⁸²

Além de deixar como única opção de resistência a desobediência explícita às leis, Saturnino da Costa usava o tempo a seu favor para que a situação política estivesse melhor delineada quando de sua chegada a Cuiabá, que afinal ocorreu no dia 6 de setembro de 1825, “com todas as demonstrações de respeito a uma Autoridade mandada para esta província por Sua Majestade Imperial”. Apesar de todas as suspeitas e informações desconstruídas fazerem parecer que sua posse encontraria resistência, tudo correu tranquilamente, com o comissário do antigo governo entregando-lhe o ofício que informava terem cessado “as suas funções no dia dez do corrente”⁸³. O documento, enviado também à Corte, reiterava a lealdade da cidade de Mato Grosso ao Imperador e relatava, “com reverente humilhação”, o fim de suas atribuições e a posse do presidente⁸⁴. Ansiosamente aguardado pelos cuiabanos, o ato legitimava a transferência do poder provincial, ainda que não tivesse caráter definitivo. A província permaneceu sem uma capital instituída por lei até 1835, quando a instalação da Assembleia Provincial conferiu a autonomia necessária para que Cuiabá legalizasse uma situação de fato. Durante esses

⁸² “Saturnino a Estevão Ribeiro de Rezende, 14 de setembro de 1825” AN-IJJ9-504

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ “Governo legal ao Imperador, 10 de setembro de 1825” AN-IJJ9-504

dez anos, novas representações, não só de Mato Grosso, como de Vila Maria (que sequer tinha o status de vila), reivindicaram, sem sucesso, a condição de capital. Contudo, o domínio cuiabano da província começava a se consolidar⁸⁵.

Empossado, e percebendo garantida a obediência da antiga capital, Saturnino da Costa tratou imediatamente de investigar “sobre o estado de Mato Grosso para com as Províncias limítrofes daquela fronteira”⁸⁶. Ainda a 14 de setembro, escreveu ao Ministro de Estrangeiros uma narrativa do incidente de Chiquitos, desde a proposta do antigo governador até a retirada das tropas brasileiras.⁸⁷ Acrescentou as informações sobre o impasse diplomático gerado pela anexação, que duraria até o ano seguinte. Tratava-se da questão da devolução e indenização pelos bens saqueados durante a invasão. A orientação ministerial era para que as exigências fossem cumpridas rigorosamente e, ao mesmo tempo, a fronteira fosse vigiada.⁸⁸ Em março de 1826, Saturnino da Costa julgava “estarem os espanhóis limítrofes pelo lado de S. Cruz e Chiquitos completamente satisfeitos, pelo que pertence a este negócio”, mas em setembro suspeitava que as “repetidas reclamações” do presidente de Santa Cruz sobre a devolução dos bens seriam indícios de má-fé, pois “estes já tem sido restituídos com todo escrúpulo”. A orientação do poder central era a de manter a “guarda e vigilância sobre um vizinho cuja conduta e pretensões se tornam cada vez mais suspeitas”⁸⁹.

A dificuldade em compreender a nova situação política da América espanhola é nítida nesses documentos, havendo uma grande apreensão a respeito da possível unidade desses domínios sob o comando de Simón Bolívar⁹⁰. A situação de alerta na fronteira foi retomada em 1827 e, neste mesmo ano, partiu uma expedição de reconhecimento da fronteira.⁹¹ Este tipo de mobilização de tropas em contextos de suspeitas a respeito das

⁸⁵ Sobre o requerimento de Vila Maria, datado de 1829, “José Clemente Pereira a Jerônimo Joaquim Nunes, 22 de junho de 1829” AN-IJJ-41

⁸⁶ “Saturnino a Estevão Ribeiro de Rezende, 14 de setembro de 1825” AN-IJJ9-504

⁸⁷ “Saturnino a Luís José de Carvalho e Melo, 14 de setembro de 1825” AN-IJJ9-504

⁸⁸ “Visconde de Barbacena a Saturnino, 15 de dezembro de 1825” e “José Feliciano Fernandes Pinheiro a Saturnino, 28 de junho de 1826” AN-IJJ-41

⁸⁹ “Saturnino ao Visconde de Barbacena, 15 de março de 1826” AN-IJJ9-504; “José Feliciano Fernandes Pinheiro a Saturnino, 26 de setembro de 1826” AN-IJJ9-41

⁹⁰ Sem qualquer informação, oficial ou não, sobre quais os contornos do país que se formava no antigo Alto Peru, Saturnino da Costa conjecturava a partir dos poucos elementos que chegavam a ele. O próprio nome “República Boliviana”, quando apareceu pela primeira vez num papel oficial do governo de Santa Cruz, o fez crer que se tratava de uma nova denominação para a unidade de todos os domínios espanhóis, do Panamá ao Paraguai, sob a liderança de Bolívar. A preocupação com a formação de um único e poderoso Estado era recorrente, sendo este um projeto que se tentava viabilizar naquele momento. “Saturnino ao Visconde de Barbacena, 15 de março de 1826” e “Saturnino a José Feliciano Fernandes Pinheiro, 4 de outubro de 1826” AN-IJJ9-504

⁹¹ “Visconde de São Leopoldo a Saturnino, 31 de março de 1827” AN-IJJ9-41 e “Visconde de São Leopoldo a d’Alincourt, 11 de setembro de 1827”

ações de bolivianos e paraguaios continuariam sendo comuns, levando a um frequente engajamento de tropas regulares e auxiliares.

Mas o grande problema do governo Saturnino da Costa Pereira estava nas finanças públicas. Em novembro de 1825, o presidente redigiu um detalhado quadro das dificuldades encontradas desde sua chegada, com destaque para o

[...] decadente estado das suas rendas, e da avultada despesa que está a seu cargo com seu *déficit* no presente ano de 1825 de perto de 5 contos de réis, e no seguinte excedendo a 5, sem entrar a despesa que se tem de fazer com as barcas canhoiteiras que V. M. I. tem mandado construir e os mais que devem crescer com a defesa da província, em tão justa razão recomendada por V. M. I. e tendo isto junto a uma dívida passiva que está tocando em dois milhões de cruzados⁹²

Sustentado neste diagnóstico, e já fazendo uso dos antigos termos da geopolítica da fronteira oeste, ele rogava que fossem ouvidas as suas

[...] súplicas em favor da Província, que V. M. I. se dignou confiar à minha guarda, e que ousou trazer à Piedosa Consideração de V. M. I. [tendo em conta] a importância da mesma Província, considerada como antemural das de São Paulo, Goiás, e Pará, a quem põem a salvo de qualquer tentativa hostil da parte das Províncias Estrangeiras limítrofes, cujo estado [de] convulsão nada promete de estável⁹³

O pedido era para que fosse atendida uma representação da Junta da Fazenda que, pelo teor da correspondência, dizia respeito ao envio de socorros para a província. O presidente entendia que o problema era grave principalmente por ter como resultado “a falta do necessário sustento para os defensores, o que pode produzir funestíssimos acontecimentos”. Como foi visto, trata-se de uma referência à insubordinação dos soldados, que atemorizava as autoridades. O problema, por sua vez, não poderia esperar políticas de longo prazo, pois o “melhoramento de circunstâncias que deve nascer do progresso geral das circunstâncias do Império [...] não pode[rá] aparecer nesta remotíssima província”, a não ser tarde demais.⁹⁴ Considerando os orçamentos apresentados por Romyr Conde Garcia, a situação era ainda mais grave do que o exposto pelo presidente. Depois de quatro anos sem subsídios externos (1821-24), e da chegada da maior remessa que Mato Grosso já havia recebido, superior a 90 contos de réis, os anos seguintes seriam de *déficits* imensos e de falta de regularidade nas receitas:

⁹² “Saturnino ao Imperador, 23 de novembro de 1825” AN-IJJ9-504.

⁹³ *Idem*.

⁹⁴ *Idem*. A representação da Junta da Fazenda não foi encontrada durante esta investigação.

Orçamento de Mato Grosso durante o governo Saturnino da Costa (em contos de réis, valores arredondados)					
Ano	Receita total	Subsídios	Outras fontes	Despesa	Saldo
1825	100	91	9	90	10
1826	39	31	8	96	-57
1827	107	67	40	163	-56
Fonte: Romyr Conde GARCIA, Mato Grosso (1800-1840), op. cit. p. 313.					

Os argumentos de Saturnino da Costa abarcavam dois pontos importantes do problema do *déficit* público em Mato Grosso: sua relação com a instabilidade política e social, e seu caráter estrutural. Quanto ao primeiro ponto, importa lembrar que os gastos militares costumavam representar mais de 70% das despesas, sendo a maior parte deles com folha de pagamento e gêneros de abastecimento. A incapacidade de pagar soldos e prover as tropas de artigos essenciais era, como visto há pouco, um dos fatores primordiais para a insubordinação, as deserções e as mobilizações armadas dos soldados.

O *déficit* arruinava os estabelecimentos de fronteira, deteriorando as condições de vida dos seus defensores. Em 1827, a dívida acumulada atingia 700 contos de réis e a situação era tão crítica que, após a chegada de um subsídio em cobre para ser cunhado na província, houve uma tentativa de sedição de oficiais das tropas regulares, que pretendiam se “assenhorear dos cofres para se pagarem pelo resto de cobres que ainda havia”⁹⁵. A tensão entre esses oficiais e os das milícias, alguns deles grandes comerciantes que controlavam a junta da fazenda, gerou acusações de ambas as partes. Como se verá adiante, a junta da fazenda foi o centro das disputas políticas na província durante o Primeiro Reinado.

No que diz respeito ao caráter estrutural do *déficit*, ele vinha sendo agravado pelo aumento da dívida e pelas operações pouco transparentes que se fazia com ela na junta da fazenda. Metade do rendimento dos quintos do ouro, a principal receita ordinária da província, era usada para amortização da dívida, diminuindo ainda mais a capacidade de despender recursos. Isso num momento de declínio da mineração, com o ouro de Diamantino dando sinais de esgotamento e a Companhia de Mineração de Cuiabá, criada em 1814, sendo dissolvida⁹⁶. Nos anos seguintes, a alta da inflação em todo o império

⁹⁵Apud Romyr Conde GARCIA, *Mato Grosso...*, op. cit. p. 325.

⁹⁶ Sobre o declínio da mineração em Diamantino, Hercules FLORENCE (*Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, op. cit. p. 218-222) afirma ter ocorrido no decorrer da década de 1820, enquanto João Baptista PRUDÊNCIO. (*Informações do Município de Alto Paraguai Diamantino*. Cuiabá: IHGMT, 2002) situa a crise no ano de 1830. A respeito da retenção dos quintos do ouro para amortização da dívida, Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso...* op. cit. p. 314. Quanto à dissolução da Companhia de Mineração de Cuiabá, AN-IJJ-41, fl. 34v (25 de fevereiro de 1825).

seria mais um fator da crise, atingindo diretamente (e mais uma vez) os mais pobres. Dependendo de recursos externos em razão das características estruturais de sua economia, a província tinha suas escassas receitas controladas por um pequeno grupo de homens que faziam da administração das rendas e dívidas públicas um negócio. Sem entrar em choque com esse pequeno grupo, cujo perfil será traçado a seguir, Saturnino da Costa procurou sanar emergencialmente as contas com a retomada dos subsídios interrompidos em 1821 e, além disso, implementar políticas para a melhoria, a longo prazo, das condições econômicas da província.

A primeira delas foi a organização de expedições para a exploração do território, fosse com finalidades estratégicas, fosse em busca de novos caminhos para a integração da província com outros mercados. Com um caráter mais militar que econômico, a expedição de Luiz d'Alincourt, a despeito de ser uma iniciativa do poder central, enfrentou dificuldades de custeio, gerando atritos com outras autoridades da província. Apesar disso, suas investigações entre 1825 e 1827 resultaram numa série de trabalhos estatísticos, topográficos e etnográficos (a respeito dos povos do Pantanal) que seriam publicados posteriormente, servindo de subsídio às políticas do Império para a fronteira oeste.⁹⁷ A expedição Langsdorff, composta por naturalistas, astrônomos e artistas a serviço do Império Russo, incluindo Hercules Florence e Adrien Taunay, chegou à província no final de 1826 e contribuiu para as expedições organizadas pela província⁹⁸. Uma delas, custeada por ofertas voluntárias recolhidas em Cuiabá, tinha como objetivo encontrar um caminho fluvial mais curto para São Paulo, que se acreditava existir com base em antigas tradições das monções paulistas. O projeto não teve sucesso e, segundo Florence, eram “gastos inúteis de dinheiro,” pois os responsáveis “nada conheciam do país e nem sabiam usar da bússola”⁹⁹ Outra iniciativa, neste caso para a abertura de um

⁹⁷ Há diversos documentos sobre os trabalhos de d'Alincourt em AN-IJJ9-41, fls.34 a 46. Uma parcela dos resultados dessas investigações foi publicada na RIHGB, t. XX, 1857. Mais recentemente, seu estudo sobre as condições naturais da província (de finalidade militar) foi incluído integralmente em Maria de Fátima G. COSTA. *Percorrendo manuscritos entre Langsdorff e D'Alincourt*. Cuiabá: UFMT, Editora Universitária, 1993. Ver também Luís d' ALINCOURT. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

⁹⁸ “Visconde de São Leopoldo a Saturnino, 11 de setembro de 1827” AN-IJJ9-41

⁹⁹ Sobre esta expedição, “Saturnino ao Visconde de Caravelas, 14 de junho de 1826” e “Cópia da Ata do Conselho da Presidência, sessão de 7 de janeiro de 1826” (AN-IJJ9-504); “José Feliciano Fernandes Pinheiro a Saturnino, 26 de setembro de 1826”, “Visconde de São Leopoldo a Saturnino, 13 de março de 1827” e “Visconde de São Leopoldo a Saturnino, 11 de setembro de 1827” (AN-IJJ9-41). O encontro com a expedição Langsdorff foi narrado por Hercules FLORENCE em *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, *op cit.* p. 84-88

caminho terrestre para São Paulo, mesmo sendo implementada desde pelo menos 1828 só deu algum resultado uma década depois¹⁰⁰.

A segunda política de longo prazo consistiu em iniciativas para a diversificação econômica, através da exploração de gêneros menos afetados pelos altos custos de transporte. O projeto mais ambicioso nesse sentido foi o da criação de um jardim botânico em Cuiabá, cuja implementação teria implicado, caso bem sucedida, diversas mudanças econômicas na província. Inspirada em outras experiências, a medida foi proposta por Saturnino da Costa quando ainda estava a caminho da província. Segundo ele, em Mato Grosso medidas como esta parecem ser

[...] mais necessárias que em alguma outra, porquanto sendo até aqui nulas as exportações dos produtos agrícolas daquele país, por excederem muito as despesas dos transportes os preços que os gêneros podem dar em qualquer dos portos para onde se tentarem conduzir (nenhum a menos de 500 léguas de distância) tornar-se-iam lucrativas, sendo em materiais de grande valor em pouco volume, tais são as especiarias asiáticas, [...] e tentando-se mesmo novas experiências sobre a cultura de várias plantas úteis espalhadas por matos imensos da Província cuja colheita é sumamente dificultosa”¹⁰¹

Dentre as plantas nativas estava a ipecacuanha, um dos gêneros que décadas depois suplantaria os minérios na pauta de exportações da província. O projeto envolvia uma reforma econômica ampla, para além da criação do Jardim Botânico, cujos beneficiários seriam os lavradores e os comerciantes. Quanto aos primeiros, receberiam sementes e instrução nos métodos de cultivo, contando com a dispensa do alistamento nas milícias (para si) e nas tropas regulares (para dois filhos), caso aceitassem produzir os gêneros ligados à iniciativa. Os comerciantes que levassem essa produção para fora da província receberiam, por sua vez, a isenção de impostos de exportação e abatimento nos de importação. O trabalho no Jardim Botânico seria feito por indígenas assalariados, sendo aceito o uso de mão-de-obra escrava apenas se cedida gratuitamente pelos senhores.¹⁰² Fruto de uma compreensão global das limitações da economia de Mato Grosso, o projeto tinha como objetivo primordial o acesso a mercados mais dinâmicos, que permitisse o crescimento econômico e, com ele, a viabilidade orçamentária da província.

¹⁰⁰ “José Clemente Pereira a Jerônimo Joaquim Nunes, 4 de setembro de 1828” AN-IJJ9-41 Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*, op. cit. p. 162-167. Em abril de 1829, o conselho geral de Mato Grosso enviou à Corte resoluções no sentido de abrir novas estradas para São Paulo e o Pará, além de melhorias para a navegação do Arinos. “José Clemente Pereira a Jerônimo Joaquim Nunes, 13 de julho de 1829” AN-IJJ9-41

¹⁰¹ “Saturnino a Estevão Ribeiro de Resende, 16 de fevereiro de 1825” AN-IJJ9-504

¹⁰² “Saturnino a Estevão Ribeiro de Resende, 16 de fevereiro de 1825” AN-IJJ9-504

A proposta foi integralmente aprovada pelo poder central, mas esbarrou nas mesmas limitações de receitas públicas que pretendia combater, além de ser objeto de disputas no âmbito do poder provincial¹⁰³. Ela seria retomada por iniciativa da Regência, em abril de 1831, mas as mesmas dificuldades novamente se impuseram¹⁰⁴.

A terceira política de longo prazo era a indigenista, que já tinha um longo histórico na província, com iniciativas de caráter militar (como as alianças e promoção de lideranças indígenas no Pantanal) ou de povoamento e exploração do trabalho (fossem missões religiosas, como a da Chapada dos Guimarães, ou estabelecimentos civis, como na fundação de Vila Maria, ambos resultando na apropriação regular da mão-de-obra). Em 1830, se listava um total de 53 “nações de índios de que há noção”, havendo três áreas principais de preocupação do governo, cada qual com características distintas: a fronteira paraguaia (em torno dos fortes de Coimbra e Miranda), a área próxima de Vila Maria e o sistema fluvial do Arinos, ligado a Diamantino e à navegação para o Grão-Pará¹⁰⁵.

Na primeira dessas áreas, a política indigenista havia sido originalmente voltada para o sistema de defesa e mantinha uma autonomia relativa dos povos aliados, sobretudo os guaicurús. Porém, esta política vinha desde fins do século XVIII incorporando povos que a princípio eram tributários dos guaicurús, como os guatós e guanás, que se integraram às redes de troca do vale do Paraguai, sendo em alguns casos explorados como trabalhadores¹⁰⁶. Fundada na cessão regular de “presentes”, a relação com os Guaicurús se deteriorou nos anos 1820, talvez em razão da quebra dos compromissos por parte dos militares que com eles se relacionavam. Há diversos documentos que confirmam a concessão de patentes, a insistência das lideranças indígenas em cobrar os “presentes”, as dificuldades da fazenda pública em mantê-los e a orientação do poder central quanto à “necessidade de se continuar com o antigo uso de brindar os Índios Uaycurús, para os conservar contentes e em amizade com os povos vizinhos”¹⁰⁷. Em 1827, a tensão deu

¹⁰³ “Estevão Ribeiro de Resende a Saturnino, 11 de março de 1825” AN-IJJ9-41. Quanto a estas disputas, ligadas à atuação política de Antonio Luís Patrício da Silva Manso, ver o Capítulo 3. Houve também medidas mais pontuais, como os estudos sobre as potencialidades do guaraná, feitos por um membro da expedição Langsdorff. “Visconde de São Leopoldo a Saturnino, 18 de agosto de 1827” AN-IJJ-41

¹⁰⁴ “Visconde de Goiana a Antonio Correa da Costa, 23 de abril de 1831” AN-IJJ9-41

¹⁰⁵ A lista de nações indígenas consta da tabela anexa à correspondência de “Macerata ao Visconde de Alcântara, 5 de julho de 1830” AN-IJ1-917. Esses documentos fornecem um panorama bastante amplo das relações com os indígenas da província, sendo um conjunto de fontes ligado à iniciativa missionária do Frei José Maria de Macerata, prelado de Cuiabá entre 1824 e 1831.

¹⁰⁶ Hercules FLORENCE em *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829, op cit.* p. 84-156. André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política, op. cit.*, p. 216-221.

¹⁰⁷ A citação é de “Visconde de São Leopoldo a Saturnino, 4 de setembro de 1827” (AN-IJJ9-41). Além deste, “Visconde de São Leopoldo a Saturnino, 13 de março de 1827”, “Pedro de Araújo Lima a Saturnino,

lugar à guerra. Florence se deparou com a expedição de 13 ou 14 embarcações, tendo à frente “uma canoa de bandeira imperial à popa, carregada de munições” e cerca de “300 homens, entre soldados de primeira linha e milícias, comandados pelo tenente-coronel Jerônimo, vice-presidente da Província”¹⁰⁸. Para além dessa situação de conflagração aberta, ocorriam conflitos de menor escala, ligados às incursões guaicurus no Paraguai ou a tensões entre as diferentes “nações” indígenas¹⁰⁹. Ao que parece, essas relações entre militares e indígenas no Pantanal se mantiveram nesses termos, levando à gradual incorporação e perda de autonomia desses povos.¹¹⁰

Na área de Vila Maria – e eventualmente em outras da província - tratava-se de conflitos de fronteira de colonização, caracterizados por expedições punitivas extremamente violentas e pela utilização de mão-de-obra indígena, ainda que em pequena escala. A guerra entre a guarnição de Vila Maria e os bororo foi a mais importante deste período – ela teve início por volta de 1817 e continuava em 1826.¹¹¹ Não se tratava de alianças que mantinham uma relativa autonomia dos povos indígenas, mas de choques entre estabelecimentos mato-grossenses e povos não-incorporados que acabavam mortos, expulsos ou capturados e explorados nas propriedades rurais. Situação semelhante ocorreu no caminho entre Mato Grosso e Goiás em 1831.¹¹²

Finalmente, em Diamantino e no sistema fluvial do Arinos parece ter havido, desde a década de 1810, quando essa rota passou a ser muito frequentada com destino ao Grão-Pará, uma crescente incorporação de trabalhadores indígenas. Tanto os mapas de população, quanto o depoimento de Florence atestam que as minas de Diamantino eram exploradas fundamentalmente com mão-de-obra escrava de origem africana. Porém, o

21 de fevereiro de 1828”, “José Clemente Pereira a Saturnino, 19 de janeiro de 1829” “Marquês de Caravelas a Gaudie, 7 de janeiro de 1830” AN-IJJ9-41

¹⁰⁸ Hercules FLORENCE em *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, op cit. p. 88 e p.129.

¹⁰⁹ “Marquês de Caravelas a Gaudie, 9 de março de 1830”, “José Lino Coutinho a Antonio Correa da Costa, 22 de agosto de 1831” AN-IJJ9-41. Hercules FLORENCE em *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, op cit. p. 124-128.

¹¹⁰ As relações entre indígenas e fortificações permaneciam, nas décadas de 1840 e 1850, fundadas em termos semelhantes, com a concessão de patentes de capitão a lideranças, oferecimento de presentes, trocas comerciais e tentativas de aldeamento, que com o fracasso de religiosos e civis, alcançaram algum sucesso sob o comando de militares. Quanto aos guaicurus, suas relações com os brasileiros foram retomadas após a rebelião de 1827. Marta Maria LOPES. “Grupos indígenas na fronteira oeste de Mato Grosso e suas relações com os militares brasileiros no século XIX”. *Coletâneas do Nosso Tempo*. Cuiabá: EdUFMT, vol. 7, 2008. p. 89-104.

¹¹¹ “Visconde de São Leopoldo a Saturnino, 18 de outubro de 1826” (AN-IJJ9-41) e “Saturnino a José Feliciano Fernandes Pinheiro, 13 de julho de 1826” Hercules FLORENCE em *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, op cit. p. 184-201.

¹¹² Sobre a guerra no caminho para Goiás, “Manuel José de Souza França a Antonio Correa da Costa, 11 de julho de 1831”. As expedições punitivas no Pantanal e nos arredores de Vila Maria eram frequentes no começo do século XIX, tratando-se geralmente de incursões pontuais em áreas controladas por povos indígenas.

viajante se deparou com a forte presença indígena em diversas atividades subsidiárias, principalmente a da navegação. Talvez se tratasse da expansão para aquela área do tipo de relação dominante na outra ponta da rota comercial, ou seja, Santarém (e no Grão-Pará, de maneira geral). Mas, ao mesmo tempo, há indícios de que, no caso dos indígenas apiacás (mencionados muitas vezes por Florence), se tratava de um tipo de política semelhante à estabelecida no Pantanal, com a concessão de patentes, a mediação de lideranças e a progressiva perda de autonomia. Ainda que seja este o caso, à diferença do que ocorria no território guaicuru, desde o princípio o interesse estava na exploração da mão-de-obra, e não numa aliança militar.¹¹³ A aliança guaicuru pode ter se tornado um modelo de “pacificação”, seguida pela apropriação de mão-de-obra, primeiro no próprio vale do Paraguai, sendo daí levado a Diamantino e ao Arinos.

Vistas globalmente, as relações dos mato-grossenses com os indígenas tinham importância para a produção de mercadorias nas margens da ocupação, mas não nas atividades mais rentáveis, especialmente a mineração e a produção açucareira. Sua relevância, do ponto de vista econômico estava na circulação, pois era impensável uma política de integração da província sem uma intervenção nas relações com os indígenas. A imensa população não-incorporada dos sertões da província não deixava de ser vista como uma potencial reserva de mão-de-obra. É o que se percebe no argumento da principal autoridade religiosa da província às vésperas da vigência do tratado que deveria por fim ao tráfico negreiro entre África e Brasil, em 1830:

Há sim nações inumeráveis que transitam de uma a outra Província, e que precisam, como representamos, de bons Operários Evangélicos, na íntima convicção de que só a voz da Religião pode atrair e civilizar esses infelizes Selvagens, cuja conversão traria-nos tantos bens, agora principalmente que se vai sentir a falta dos braços Africanos¹¹⁴

Contudo, na conjuntura de estagnação econômica da província não havia demanda suficiente para que se promovesse um esforço intensivo e sistemático de exploração do trabalho indígena. Além disso, não se deve desprezar a vigorosa resistência dos povos do Pantanal como fator que tirava do horizonte das autoridades da província a possibilidade de uma incorporação massiva dessa mão-de-obra, ao menos a curto prazo. O que importa notar, porém, é que os problemas econômicos colocados para os proprietários da

¹¹³ Sobre as relações com os apiacás, “Visconde de São Leopoldo a Saturnino, 13 de julho de 1827”, “Pedro de Araújo Lima a Saturnino, 15 de dezembro de 1827”, “José Clemente Pereira a Saturnino, 26 de junho de 1828” e “José Clemente Pereira a Jerônimo Joaquim Nunes, 8 de outubro de 1829” (AN-IJJ9-41). Hercules FLORENCE em *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829, op cit.* p. 227-251.

¹¹⁴ “Macerata ao Visconde de Alcântara, 5 de setembro de 1825” AN-IJ1-917

província e para o poder central eram de outra natureza. As explorações do território visando à abertura de novas rotas, e a tentativa de criação de um jardim botânico eram medidas para superar a incapacidade da província em atingir outros mercados. No caso das políticas com relação aos povos indígenas, sobretudo na fronteira paraguaia, a prioridade era inicialmente a defesa e, a seguir, a integração econômica, sendo a exploração de mão-de-obra indígena no setor produtivo um efeito secundário e próprio das áreas de fronteira da colonização¹¹⁵.

Em maio de 1828, José Saturnino da Costa Pereira deixava a presidência para representar a província de Mato Grosso no Senado. Seu governo havia sido marcado por urgências: era preciso unificar a província, desfazer as desconfianças dos bolivianos geradas pela desastrada aventura de Chiquitos e garantir subsídios externos para remediar a catastrófica situação financeira (e também social) da província. Feito isso, as soluções para os problemas herdados da formação da província estavam ainda distantes, com a aparente exceção da cisão territorial. Na verdade, mesmo a fratura entre os antigos distritos de Cuiabá e Mato Grosso não estava resolvida, mas apenas silenciada pelo crescente domínio cuiabano nos negócios da província. Controlando todos os postos políticos mais importantes de Mato Grosso, um pequeno grupo estabelecido na nova capital chegou, com a saída do presidente, também ao executivo provincial. Ocorre que entre 1821 e 1834, Saturnino da Costa foi o único governante da província que cumpriu de fato um papel de agente do poder central. Desde então, e até a Rusga, passaram-se 52 meses sob o governo de vice-presidentes e 26 sob a autoridade de presidentes, todos eles habitantes da província e imersos há muitos anos em seus conflitos políticos - e nenhum deles com carreira administrativa fora de Mato Grosso.

Para compreender melhor essa questão passemos a analisar como se estruturava o poder provincial, quem exercia influência sobre ele e quais os principais interesses que estavam em jogo.

¹¹⁵ A importância dessas relações para esta investigação está principalmente no impacto que tiveram nas experiências dos soldados, assunto que será retomado em outro momento. Quanto à pequena relevância da pressão por mão-de-obra, na segunda metade do século XIX essa situação se alteraria radicalmente, com o deslanche de atividades extrativistas e a integração da província ao Atlântico, via rio Paraguai.

1.2 – A política institucional

Para prosseguir na análise da política de Mato Grosso no pós-independência, importa estabelecer uma periodização e, para isso, retomar o texto do documento que abre este capítulo. Datada de 1823, a representação pedindo o retorno do “Governo General” estabelecia a queda do último governador como grande marco da história política da província.¹¹⁶ Como foi possível demonstrar, tal marco deu início a uma experiência de autogoverno que se estendeu de 1821 a 1825, no decorrer da qual as heranças da formação colonial se impuseram duramente.

O fim das juntas provisórias marcou, por sua vez, o início de um período caracterizado pela organização do poder provincial nos marcos da Constituição de 1824. Num primeiro momento, sob o comando de Saturnino da Costa Pereira (1825-1828), tratava-se de responder a problemas urgentes: a cisão político-territorial, o incidente diplomático causado pela incorporação de Chiquitos, o colapso financeiro e a instabilidade social. Atuando como agente do poder central, o presidente não representava o retorno ao governo de um capitão-general, pois suas atribuições eram diversas, adequadas que estavam à nova ordem liberal. Porém, naquilo que era essencial aos que representaram ao Imperador, as demandas foram atendidas. Nascido na Colônia de Sacramento, irmão do célebre jornalista Hipólito José da Costa e engenheiro militar com formação em Coimbra, Saturnino Pereira cumpria o papel, esperado pelos signatários do documento, de agente do centro, “um homem de quem se arredem absolutamente [...] todas as relações com os naturais desta Província”. Informados por suas experiências, marcadas por uma aceleração do tempo histórico, que tornava difícil a apreensão dos elementos estruturais da crise então vivida, os autores da representação atribuíam todos os seus males à oposição entre facções construídas por laços de sangue “essa paixão abominável, a mais funesta da sociedade”¹¹⁷

Num segundo momento, entre 1828 e 1831, a organização do poder provincial prosseguiu sob a condução de dois vice-presidentes, Jerônimo Joaquim Nunes e André Gaudie Ley. Apesar de não terem nascido na província (eram naturais, respectivamente, de Portugal e de Goiás), ambos viviam em Cuiabá desde a primeira década do século XIX e tinham ali estabelecido seus interesses e suas redes de relações sociais¹¹⁸. Trata-se, no

¹¹⁶As Câmaras Municipais..., *op. cit.* Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250.

¹¹⁷*Idem.* Sobre as relações entre experiências de aceleração do tempo e o conceito de crise, Reinhart KOSELLECK. *Crítica e Crise*, *op. cit.* Reinhart KOSELLECK. “Critérios históricos do conceito moderno de revolução” in *Futuro Passado*. *op. cit.* p. 61-78.

¹¹⁸ As fontes relativas a estes e a outros personagens da política mato-grossense serão indicadas adiante.

essencial, da continuidade do processo de construção da ordem imperial, momento de acirramento das disputas políticas e de um intenso aprendizado para os que dirigiam os negócios da província. O arranjo monárquico-constitucional estabelecia, na Carta de 1824, as bases gerais de organização do Estado e os direitos dos cidadãos, prevendo a regulamentação para que fosse revista a legislação herdada de outro tipo de regime jurídico e político¹¹⁹. Esses governos foram, portanto, marcados por novas transformações, inclusive (mas não apenas) no plano estritamente institucional.

A partir de 1831, abriu-se outra conjuntura - que será tratada no próximo capítulo - , marcada pela mobilização de livres pobres e libertos e pela ascensão de um novo grupo político, em confronto aberto com os dirigentes do Primeiro Reinado. Por fim, a Rusga, bem como a reorganização do poder provincial que se seguiu a ela (1835-1844) serão objeto dos dois últimos capítulos desta tese. A análise realizada nas próximas páginas diz respeito, portanto, à organização do poder provincial nos marcos da Carta de 1824, ou seja, desde a posse de Saturnino Pereira e as primeiras eleições para o conselho de governo, a câmara e o senado (1825-1826), até a sedição cuiabana de 7 de dezembro de 1831, marco que abre uma nova conjuntura.

Inclusão e exclusão

A organização de um regime liberal, constitucional e representativo no Brasil, concomitante ao processo de Independência, envolveu diversos tipos de tensão, cuja acomodação se deu através de negociações e de conflitos por diversos meios, incluindo a violência¹²⁰. Formalizado na Constituição de 1824, o arranjo político-institucional do Império definiu de maneira duradoura os fundamentos de um sistema político, sobre o qual importa neste momento destacar dois conjuntos de questões: o da cidadania e o da relação entre o poder central e as províncias.

Problema comum a todos os regimes liberais do século XIX, a delimitação dos critérios de inclusão e exclusão na cidadania e nos diferentes níveis de participação política foi definida de forma relativamente inclusiva, tendo em vista as opções que faziam parte do horizonte da época. Quanto a isso, importa lembrar que tanto a exclusão

¹¹⁹ Sobre o ordenamento jurídico e político do Império, fundado na Constituição de 1824. Monica Duarte DANTAS. “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro”. In: Instituto Prometheus. (Org.). *Rumos da cidadania. A crise da representação e a perda do espaço público*. São Paulo: Instituto Prometheus, 2010.

¹²⁰ Após a Guerra de Independência (1822-1823) e a Confederação do Equador (1824), diversos conflitos eclodiram por todo o território do Império entre o início da Regência e a Praieira, tendo como um dos focos de tensão a relação entre poder central e autonomias provinciais.

da cidadania quanto os limites à participação política (para mulheres e por critérios censitários, principalmente) eram norma nos Estados liberais do século XIX, não havendo, como nas democracias atuais, a universalidade do sufrágio. O Brasil não era, portanto, uma exceção. A escravidão, por sua vez, não era incompatível com uma ordem política liberal, e existia naquele momento também em outros Estados nacionais marcadamente liberais, com destaque para o sul dos Estados Unidos.

Fruto de intensos debates ocorridos desde o contexto do vintismo, passando pela Constituinte de 1823, a cidadania no Império abarcava praticamente toda a população livre e liberta nascida no Brasil.¹²¹ Incluía também, dentre os nascidos no exterior, os filhos de “pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe brasileira [...] que vierem estabelecer domicílio no Império”, os filhos de pai que estivesse no exterior a serviço do Império, “ainda que não venham estabelecer domicílio no Brasil”, os estrangeiros naturalizados, “qualquer que seja a sua religião”, e “todos os nascidos em Portugal, e suas possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas províncias, onde habitavam, aderiram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência.”¹²²

Tal definição tinha alguns pontos de tensão, a começar por esta inclusão dos nascidos em Portugal sem um procedimento de naturalização e com os mesmos direitos dos nascidos no Brasil, o que seria objeto de críticas, inclusive em Mato Grosso no início da Regência. Além disso, não era unânime o tipo de integração da população de origem africana nascida no Brasil, fossem os libertos (que pela Carta eram cidadãos, desde que nascidos no Brasil), fossem os negros e pardos livres (que nos marcos de 1824 possuíam os mesmos direitos que os brancos)¹²³. A opção pela não-racialização da cidadania e pela inclusão dos libertos, ao mesmo tempo em que contribuía para a estabilidade do escravismo (em rápida expansão naquele momento), instituía direitos aos livres pobres e

¹²¹ As exceções eram os filhos de pai estrangeiro, residindo no país “por serviço de sua Nação”, além do caso peculiar dos indígenas não incorporados, que além de não serem considerados cidadãos não eram tidos como brasileiros. “Constituição Política do Império do Brasil”. *Coleção de Leis do Império*

¹²² “Constituição Política do Império do Brasil”. *Coleção de Leis do Império*

¹²³ Sobre os debates a respeito da condição de libertos, de livre pobres negros e pardos, e de indígenas (com diversos graus de integração na sociedade nacional) perante a cidadania civil e política: Andréa SLEMIAN. “Seriam todos cidadãos?: os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)” In: István Jancsó (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005. p. 829-847. Hebe Maria MATTOS. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004. Fernanda SPOSITO. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012. Capítulo 1. Monica Duarte DANTAS. “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro”, *op. cit.*

libertos que se tornaram a partir de então uma referência central para as suas lutas e reivindicações¹²⁴. Fossem indígenas destribalizados do Grão-Pará, lavradores e vaqueiros do sertão do Maranhão ou soldados das guarnições de Mato Grosso, os livres pobres e libertos (que por todo o Império eram majoritariamente não-brancos) podiam reivindicar seus direitos com base na sua condição de cidadãos brasileiros. Direitos esses que incluíam a liberdade pessoal, a igualdade perante a lei e amparo legal diante de arbitrariedades e violências por parte de autoridades – por exemplo, no recrutamento para as tropas. Desde a Independência até a crise do Império este foi um marco importante nas lutas desses setores, havendo apropriações diversas do ideário liberal e, concomitantemente, uma cisão entre seus movimentos reivindicatórios e aqueles da população escrava (fosse pela liberdade ou por melhorias que não rompessem necessariamente com o cativo).

A condição jurídica, o local de nascimento e a integração à sociedade nacional eram os critérios para a inclusão e exclusão na cidadania (civil), e em todas estas situações era possível (mas ao mesmo tempo difícil) ter acesso à condição de cidadão brasileiro. No caso do escravo, desde que nascido no Brasil, era preciso conquistar a liberdade por vias legalmente reconhecidas (como a alforria), tornando-se liberto, condição que permitia a participação política nas eleições primárias e, a partir de 1828, a escolha de vereadores e de juizes de paz¹²⁵. Os estrangeiros, por sua vez, podiam tornar-se cidadãos brasileiros por meio da naturalização, que permitia a participação como votantes e eleitores, mas não como representantes eleitos. Finalmente, no caso dos indígenas não-incorporados, apesar de sua atuação ter sido “desconsiderada, tratada como à parte da sociedade política e até mesmo da sociedade civil”, restava a possibilidade de integração à sociedade nacional ou, como se dizia na época, a sua “civilização” – portanto, ao menos em tese, isso os tornaria cidadãos com todos os direitos marcados na Constituição.¹²⁶ Mesmo excluídos esses três grupos – escravos, estrangeiros e indígenas não-incorporados -, a cidadania abarcava a maioria das pessoas que habitavam o Império do Brasil.

¹²⁴ Sobre o papel da inclusão dos egressos do cativo (inclusive na cidadania, desde 1824) para a estabilidade da ordem escravista, Rafael de Bivar MARQUESE. “A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negro e alforrias, séculos XVII a XIX”. *Novos estudos - CEBRAP*. 2006, n.74, pp. 107-123. Sobre a condição de cidadão (e portanto de livre ou liberto) como referencial nas experiências de luta política durante o Império, Monica Duarte DANTAS. “Epílogo: Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império”. In: DANTAS, Monica Duarte. (Org.). *Revolutas, Motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011, p. 511-563.

¹²⁵ Subordinadas à Constituição, existiam leis e regulamentações específicas, com destaque para as “Instruções de 26 de março de 1824” (*Coleção de Leis do Império*).

¹²⁶ Fernanda SPOSITO. *Nem cidadãos, nem brasileiros*, op. cit. p. 258

A participação política delimitava outros níveis de inclusão e exclusão, cujo principal critério (além do sexo e da idade, que eram implícitos) era a renda. Trata-se da possibilidade de atuar nas eleições, como votante, eleitor ou representante eleito nas duas casas legislativas gerais, nos conselhos de governo, nos conselhos gerais e nas câmaras municipais. As eleições ocorriam em dois níveis: primeiramente os votantes escolhiam nas paróquias os eleitores, que por sua vez realizavam o pleito geral. A partir de 1828, os votantes podiam eleger diretamente os vereadores e os juízes de paz, postos de grande importância no âmbito do poder local. Dentre os homens livres e libertos, a renda se constituía numa barreira para o sufrágio. Em Mato Grosso é possível afirmar que, considerados apenas os vencimentos, isso significava a exclusão dos soldados e cabos, bem como de alguns funcionários civis (escrivães e meirinho, por exemplo), mesmo das eleições primárias¹²⁷..

Porém, é muito importante ressaltar que as eleições eram a principal, mas não a única forma de participação política. Tanto representações e petições, como manifestações de rua e outras formas não-institucionais de se pressionar politicamente as autoridades podiam legalmente e legitimamente contar com a participação de cidadãos excluídos do voto. Para além dessas formas estritamente legais, os rompimentos armados se tornariam, principalmente entre 1831 e 1834, uma forma frequente de ação política, como se verá no próximo capítulo. Portanto, ao mesmo tempo em que é crucial analisar a dinâmica eleitoral e institucional – restrita, nos seus espaços decisórios mais importantes, a um pequeno número de indivíduos -, é sempre preciso ter em conta que existiam formas de se influenciar o poder provincial ao alcance de todos os cidadãos.

Hierarquias e condições de luta política

O segundo conjunto de questões que importa destacar para se compreender o poder provincial em Mato Grosso se refere às tensões entre o centro político do Império e os interesses, aspirações e demandas por autonomia das diversas províncias. Como se sabe,

¹²⁷ “Empregados da capitania e seus vencimentos (1819)”, *RIHGB*, t. XX, 1857, anexos da p. 288. Até o momento, não foi possível encontrar fontes que informassem com segurança qual a escala do universo de votantes da província, mas ela certamente era pequena na década de 1820 – o que é possível que tenha se alterado no decorrer do tempo. As atas eleitorais analisadas dizem respeito às reuniões de eleitores já escolhidos pelos votantes, não contendo portanto a lista de cidadãos com voto nas eleições primárias. A inflação acumulada, não acompanhada pelo aumento do censo na legislação, pode ter viabilizado o sucessivo ingresso de uma grande parcela dos homens livres e libertos. Quanto a isso, Monica Duarte DANTAS. “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro”, *op. cit.* p. 32. João José REIS. “Quem manda em Salvador?/ Poder local e conflito social na greve de 1857 e no protesto de 1858 na Bahia” in DANTAS, Monica Duarte. (Org.). *Revolutas, Motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX.*, *op. cit.* p. 429-448.

a colonização portuguesa na América não gerou um território coeso e unificado. Pelo contrário, a organização territorial do Brasil na época da Independência tendia mais ao fortalecimento de diversos centros de coesão do que uma confluência na Corte fluminense, o que vale tanto para o ordenamento político, quanto para os fluxos econômicos¹²⁸. Construídas pela sedimentação desigual de experiências no manejo do território, as identidades políticas também eram diversas, quadro que não se rompeu em definitivo nem com a migração da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, nem com o processo de Independência. O projeto de um Império do Brasil envolveu, portanto, a elaboração de um arranjo político e institucional que permitisse o exercício da soberania e a acomodação dos interesses no interior do Estado. Dentre as possibilidades colocadas naquele momento, a Carta de 1824 consagrou uma distribuição de competências entre o centro e as províncias que fortalecia o poder central, tanto pela atribuição de amplos poderes ao Imperador, quanto pelos estreitos limites em que podia ser exercida a autonomia nas províncias¹²⁹.

O poder executivo e a administração de cada uma das dezessete províncias do Império eram confiados a um presidente nomeado pelo Imperador. Sua autoridade abrangia o governo civil, incluindo a presidência da junta da fazenda (responsável pelas finanças públicas), e era exercida em consulta a um conselho de governo eletivo. Este, criado por decreto da Assembleia de 1823, não fora abolido pela Constituição, que por sua vez instituiu os conselhos gerais de província. Muitas vezes confundidos na historiografia, os dois conselhos funcionaram concomitantemente durante o Primeiro Reinado, havendo diversos conflitos de jurisdição entre eles, sanados apenas com a

¹²⁸ “Nunca é demais lembrar que as referências políticas das classes dominantes americanas foram moldadas mediante um processo, em alguns casos multissecular, de acumulação de experiência envolvendo duas trajetórias simultâneas. Uma primeira, cujos contornos correspondiam, no início dos oitocentos, aos das áreas de influência dos grandes centros urbanos, a exemplo do Rio de Janeiro (em conexão com as cidades mineiras e com São Paulo), de Salvador, do Recife, de Belém do Grão Pará, cada qual constituindo seus espaços de poder e mando. A outra trajetória tinha por abrangência o sistema formado pela conexão dos diversos territórios americanos com o eixo organizador do Estado - Lisboa antes, o Rio de Janeiro após 1808, pólos de convergência das rotas de mercadorias, de demandas judiciais, de pedidos de mercês e de privilégios, de lealdades ou de solidariedades, reiteradas práticas que também moldavam a memória dos coloniais, neste caso como subordinados segundo os ditames da dependência colonial” István JANCÓS. “Independência, Independências” in István JANCÓS (org.) – *Independência do Brasil... op. cit.*

¹²⁹ Este modelo foi profundamente alterado entre os anos 1820 e 1830, especialmente com o Ato Adicional, de 1834, que redistribuiu as competências entre as esferas de poder, conferindo efetiva autonomia às províncias. Miriam DOLHNIKOFF. *O Pacto Imperial: Origens do Federalismo no Brasil*. Globo, 2005. Capítulo 2.

supressão de ambos e a criação das assembleias provinciais em decorrência do Ato Adicional, de 1834.¹³⁰

O conselho de governo (também referido como conselho administrativo) era composto por seis membros eleitos dentre os cidadãos ativos com pelo menos seis anos de residência na província. Tinha caráter consultivo e deliberativo, funcionando por dois meses a cada ano (prorrogáveis por mais um) e podendo ser convocado extraordinariamente pelo presidente. Certas decisões no âmbito da província só poderiam ser tomadas pelos presidentes “em conselho”, incluindo a suspensão de magistrados e de comandantes militares, o que conferia poderes importantes para os ocupantes desses postos eletivos. Além disso, o membro mais votado para o conselho de governo era vice-presidente da província, assumindo o governo, no caso de Mato Grosso, a maior parte do tempo entre a saída de Saturnino Pereira e a Rusga. Já o conselho geral foi previsto pela Constituição, mas instituído nas províncias apenas no final da década de 1820. Ele era composto por treze membros, habitantes da província, mas sem tempo mínimo de residência. Sua função era a de “propor, discutir, e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias; formando projetos peculiares, e acomodados às suas localidades, e urgências”. Seus atos legislativos estavam, contudo, condicionados à aprovação pela Assembleia Geral (caso estivesse reunida) ou ao poder executivo central (caso não estivesse), além de seu orçamento ser restrito, pois controlado pela junta da fazenda, comandada pelo presidente.¹³¹

O judiciário, a organização eclesiástica e a militar desfrutavam de autonomia com relação ao poder político e administrativo, ainda que em certos casos (como na suspensão de juízes e de comandantes das armas), houvesse a ingerência do presidente em conselho. Esta autonomia de poderes, importa lembrar, era uma das consequências da passagem para uma ordem política liberal, pois os antigos capitães-generais interviam diretamente nessas esferas. No judiciário, destacavam-se, na década de 1820, os postos de ouvidor da comarca, de juiz de fora, de juiz ordinário e de juiz dos órfãos. A Constituição estabelecia ainda o posto de juiz de paz, de caráter eletivo, que foi regulamentado em 1827, e adquiriu amplos poderes nos anos seguintes. O poder local, herdeiro de longa uma tradição colonial de influência das câmaras municipais, ao mesmo tempo em que se enfraquecia, com a lei de 1828 (que tornou essas instituições instâncias meramente administrativas),

¹³⁰ Sobre os dois conselhos, suas competências e as confusões que a manutenção de ambos suscitou, não apenas em Mato Grosso, entre 1824 e 1834, Andrea SLEMIAN. *Sob o Império das leis, op. cit.* p. 207.

¹³¹ “Constituição Política do Império do Brasil”. *Coleção de Leis do Império*

se fortalecia pela organização de um judiciário de base municipal, com destaque para a figura do juiz de paz eletivo. Dentre as atribuições do poder local (câmara e judiciário) estava a organização dos pleitos para todos os postos eletivos, o que impedia o controle do processo eleitoral desde o centro, permitindo inclusive a formação de um parlamento em franca oposição ao executivo durante o Primeiro Reinado. Também tinha papel relevante no processo eleitoral o pároco de cada localidade, responsável, dentre outras coisas, pelo censo populacional a determinar o número de eleitores de cada colégio.

Quanto à organização eclesiástica, o posto mais importantes era o de prelado de Cuiabá.¹³² Seus ocupantes exerceram, desde o vintismo, uma grande influência nos negócios provinciais: d. Luiz de Castro Pereira (1808-1821) na presidência da junta cuiabana, José Maria de Macerata (1824-1831), envolvendo-se em conflitos políticos no Primeiro Reinado, Antonio José dos Reis (1833-1876) como importante personagem da Rusga e da política mato-grossense e paulista.¹³³

No que diz respeito à organização das tropas, que será analisada com mais detalhes no próximo capítulo, destacavam-se os postos de comandante das armas, autoridade militar máxima na província, e os cinco comandos gerais: os das cidades de Cuiabá e Mato Grosso, o de Vila Maria (responsável pelas fazendas de abastecimento) e o das fronteiras guaporeana e paraguaia, sediados respectivamente no Forte do Príncipe e no Forte Coimbra. Nomeados pelo poder central, os comandantes militares e os altos oficiais das tropas regulares eram muitas vezes homens de fora da província, com forte presença de naturais de Portugal, que se chocavam frequentemente com as autoridades civis e com os comandos das milícias, como se verá adiante.

Compreendida globalmente, a política institucional no espaço da província tinha como principais instâncias decisórias a presidência, o conselho administrativo e o conselho geral (este, a partir de 1829). Para além delas, a Constituição incluía a representação da província nas duas casas parlamentares, com um deputado geral e um senador. Sem que tivessem caráter abertamente político, exerciam influência nos negócios públicos da província os ocupantes dos postos mais altos do judiciário

¹³² A prelazia em Cuiabá havia sido fruto da afirmação da soberania portuguesa no contexto de negociação do Tratado de Madrid (1750) e ocorreu antes da criação da capitania e de sua primeira capital (ainda que o posto tenha permanecido vago até 1808). Por esta razão, sua sede nunca esteve na cidade de Mato Grosso.

¹³³ Antonio José dos Reis foi eleito deputado por São Paulo em 1834, retornando a Cuiabá depois do mandato, na condição de bispo Além dos prelados (e depois, bispos), o padre José da Silva Guimarães foi uma liderança política importante desde o vintismo (foi membro das duas juntas cuiabanais) até a década de 1840, tendo exercido por três vezes o executivo provincial na condição de vice-presidente, entre 1838 e 1843. Sua influência estava, contudo, muito mais relacionada aos postos civis que à condição de padre.

(especialmente os de ouvidor e de juiz de fora), da Igreja (principalmente a prelazia), das tropas (comando das armas e comandos gerais) e da câmara municipal de Cuiabá (as de Mato Grosso e de Diamantino possuindo uma importância apenas local). Formada por ocupantes de postos da magistratura e da administração provincial, e comandada pelo presidente, a junta da fazenda completa o quadro dos altos círculos da política institucional na província. O acesso a tais postos se dava ou por via eleitoral (conselhos, câmara dos deputados, senado, câmara municipal e, no fim da década, o juizado de paz) ou por nomeação, direta ou indireta, do poder central (demais postos). Antes de analisar os ocupantes destes postos, importa chamar a atenção para certas características do poder provincial no Brasil em geral, e em Mato Grosso em particular, que delimitavam as possibilidades de influência na província e, principalmente, no plano mais geral do Estado imperial.

Ainda que este momento da análise se restrinja ao plano estritamente institucional da política, é preciso ir um pouco além da esfera formal e jurídica para se compreender o alcance e os limites da atuação dos ocupantes destes postos. É necessário, antes de mais nada, questionar por que meios, e com qual efetividade, os interesses e aspirações presentes na província podiam se projetar para além dela, na política imperial. Além disso, esclarecer em que termos era possível negociar com o poder central. A historiografia voltada para a formação do Estado brasileiro trata de maneira muito diversificada essas questões e importa situar como elas são compreendidas nesta investigação.

Primeiramente, seria equivocado reduzir o aparelho estatal a mero instrumento de defesa de interesses de uma classe, que sequer existia enquanto tal antes da formação de um Estado nacional brasileiro, dada a ausência de unidade dos proprietários escravistas e negociantes das diferentes regiões, formadas num processo de colonização que fortalecia a dispersão, e não a unidade¹³⁴. Entende-se, portanto, que o domínio político, social e

¹³⁴ A ideia de uma imposição de classe está presente, por exemplo, na obra de Caio Prado Jr., para quem o projeto de Independência “representava as classes superiores da colônia, grandes proprietários rurais e seus aliados”, sendo que “na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o Regente e sua política”. Em suma, a “Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto”. Caio PRADO JR. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. 2ª reimpressão da 21ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 50-52. Em sua formulação menos rígida, tal leitura atribui a unidade de interesses à generalização do escravismo, levando à defesa comum da manutenção do cativo e do tráfico transatlântico, que enfrentavam oposições externas e internas. Ainda que seja parcialmente válida para a articulação dos interesses em torno da Corte, esta leitura ignora o fato de que em diversas províncias o tráfico era uma questão secundária e que o Estado brasileiro combateu deliberadamente, e por alguns anos (1831-1835), o contrabando de africanos, não havendo nada

econômico dos colonos nas diversas partes da América portuguesa não produziu uma classe - no máximo experiências de classe limitadas e incapazes de se impor ao Estado - e que só é possível falar num papel dirigente de cafeicultores escravistas - e de seus aliados negociantes e ligados a outros setores da grande agricultura - quando da consolidação do Estado nacional, em meados do século XIX.¹³⁵ Antes disso e desde a passagem revolucionária para uma ordem liberal, consolidam-se espaços que são de negociação e de articulação política nos quais influem interesses diversos, ainda que evidentemente a capacidade de organização e projeção de diferentes grupos sociais sejam muito desiguais. Os espaços de representação conferem uma efetiva (ainda que relativa) autonomia à disputa política no plano institucional, o que não se confunde com um distanciamento entre interesses de classe e poder estatal.¹³⁶ O que mais importa destacar é que se trata de um processo que ultrapassa os espaços institucionais e no qual se articulam a organização e a projeção de interesses e de aspirações, no âmbito da sociedade civil, e o exercício da soberania pelo Estado nacional, em sua dimensão coercitiva¹³⁷.

de automático ou de unânime em sua defesa por setores proprietários. Como se verá a seguir, a escravidão exerceu um papel coesivo na formação do Estado, mas a partir de uma ação consciente e deliberada de atores políticos e não como uma determinação imediata.

¹³⁵ Para a análise de uma “experiência de classe” que apesar de “sedimentada ao longo de duzentos anos” não permitiu aos senhores de engenho e lavradores da Bahia setecentista terem sucesso na identificação de “seus interesses específicos com o interesse geral do Estado”, István JANCSO. “Brasil e brasileiros: notas sobre modelagem de significados políticos na crise do Antigo Regime português na América”. *Estudos Avançados*. 2008, vol.22, n.62, p. 257-274.

¹³⁶ A interpretação aqui proposta não se confunde, portanto, com aquelas que postulam a cisão entre classe e Estado na formação do Brasil, seja pela autonomia da burocracia ou pela unificação das elites políticas por via da formação e do treinamento. Tais leituras não respondem satisfatoriamente a dois problemas essenciais. Primeiro, o caráter fortemente conflituoso do processo, marcado por três décadas de grandes movimentos armados, a maior parte deles encabeçados por setores proprietários. Segundo, a prevalência, desde o Regresso, de uma política coerente de defesa dos interesses escravistas nas altas esferas do Estado, quando para o principal autor desta vertente, o distanciamento da elite imperial com relação à economia teria implicado uma orientação antiescravista aos estadistas, limitada apenas pelo peso da escravidão na geração de receitas públicas. Sendo a obra de José Murilo de Carvalho a mais influente desta vertente, importa destacar que o autor reconhece a diversidade de interesses na formação do Estado brasileiro. Considera, porém, que a coesão da elite política tinha caráter ideológico, e que sua atuação nas altas esferas do poder os afastava da esfera da economia, bem como de suas províncias de origem. Como nos países de “revolução burguesa abortada”, no Brasil a burocracia e a magistratura teriam cumprido o papel de protagonismo na formação de um Estado unitário, deixando num longínquo segundo plano a diversidade dos interesses presentes na sociedade. José Murilo de CARVALHO. *A construção da ordem & Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. A referência aqui é especificamente ao primeiro livro, *A Construção da Ordem*. Sobre a política regressista de defesa da escravidão e do tráfico, Tâmis. PARRON. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*, op. cit.

¹³⁷ Ainda que tenha avançado muito neste sentido, a interpretação de Ilmar de Mattos tem seus limites. O principal deles consiste na excessiva ênfase dada ao papel da coroa – isto é, do centro, através dos poderes não representativos – na construção de um tipo de ordenamento político que beneficiava certos interesses em detrimento de outros. Para o autor, o Estado imperial e a classe senhorial teriam se formado num único processo, resultando numa ordem política adequada aos interesses de uma parte desta classe – os cafeicultores fluminenses, em especial. Estes teriam cumprido um papel dirigente, organizando a classe desde o centro e expandindo a defesa de seus interesses ao restante da sociedade. A principal limitação deste esquema está na diminuta importância conferida às demais instâncias de poder e às articulações

A análise da política em Mato Grosso parte, portanto, do reconhecimento da importância dos mecanismos institucionais de negociação, especialmente através do legislativo e da instância de poder provincial, bem como dos instrumentos extra-estatais de organização e projeção de interesse. Sendo assim, parte-se da leitura de que a sociedade civil era suficientemente vigorosa no Brasil para que seus instrumentos se tornassem essenciais no estabelecimento de uma direção política. Longe de ser uma pressuposição dada por um modelo teórico, tal leitura se fundamenta em dois eixos de pesquisa empírica que têm se desenvolvido, permitindo novas interpretações sobre as relações entre política e sociedade no Império: as investigações sobre o mercado interno¹³⁸ e sobre os instrumentos e espaços políticos que não compõem o Estado em sentido estrito¹³⁹.

ocorridas fora dos âmbitos institucionais – ou seja, na esfera da sociedade civil. Nos termos de Antonio Gramsci – referência importante para aquela obra –, tal conclusão talvez tenha sido fruto de um entendimento de que o Estado imperial era vigoroso em sua dimensão coercitiva, mas frágil em suas funções de hegemonia. Como se verá, sobretudo na análise do papel da imprensa, das associações e das mobilizações de livres pobres e libertos na política cuiabana, esta interpretação é empiricamente insustentável para o caso aqui analisado, como também tem se mostrado inadequada para o quadro mais amplo da construção do Estado nacional, o que se percebe com o avanço das análises sobre o papel das instâncias de representação, da imprensa e das mobilizações, armadas ou não, na organização do Estado brasileiro. Ilmar Rohloff de MATTOS. *O Tempo Saquarema*. 5ª.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

¹³⁸ Trata-se dos estudos sobre a formação do mercado interno, desde a colônia, e da organização e projeção dos interesses dos grupos ligados ao abastecimento no interior do Estado. A partir do momento em que a historiografia brasileira passou a analisar empiricamente essas relações ficou claro que qualquer análise da política imperial teria que ultrapassar os termos colocados tanto pela leitura que privilegia a burocracia, quanto por aquela que reduz a esfera econômica ao latifúndio escravista exportador e ao comércio a ele articulado. As redes mercantis internas foram, em grande medida, as bases de organização dos interesses a permitir o desenvolvimento de uma sociedade civil e a crença na fragilidade dessas redes parece ter sido um fator importante para a longevidade de interpretações centradas na burocracia ou no conteúdo de classe dado de antemão pela monocultura escravista. Tal renovação teve como um dos marcos mais relevantes a obra de Alcir LENHARO. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979. O mesmo autor procurou analisar, em termos semelhantes a inserção de Mato Grosso na formação do Estado nacional brasileiro, mas neste caso acabou por negligenciar o caráter profundo e estrutural das limitações à integração da província. Alcir LENHARO. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982. Para uma interpretação crítica a esta obra, André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit. p. 153-169.

¹³⁹ Trata-se dos estudos que analisam os instrumentos e os espaços de sociabilidade e de organização política fora da esfera institucional do Estado, com destaque para a imprensa e para as sociedades políticas. Totalmente negligenciados nas obras que sustentam a tese da condução do processo por uma burocracia ou por uma elite distanciada da economia, esta esfera “dita privada” da política havia merecido alguma atenção por parte de autores de formação marxista, como Ilmar de MATTOS (*O Tempo Saquarema*, op. cit.) e, antes dele, Caio PRADO JR. (“O tamoio e a política dos Andradas na independência do Brasil”, in *Evolução política do Brasil e outros estudos* 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977), mas recebeu uma análise sistemática apenas recentemente, tornando necessária uma revisão do papel da sociedade civil na formação do Estado brasileiro. Dentre outros, Marco MOREL, *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa. Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. Marcello BASILE. *Ezequiel Corrêa do Santos: Um Jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Alain YOUSSEF. *Imprensa e escravidão. Política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: FFLCH-USP (mestrado), 2010.

Ambas as questões têm sido colocadas em discussão, com base em consistente base documental, na análise daquele que foi o coração econômico do Império a partir dos anos 1830 – o Vale do Paraíba escravista. Trata-se, naquele caso, da organização e projeção de interesses por diversos meios, incluindo os âmbitos local e provincial do poder estatal, o parlamento, a imprensa e a atividade peticionária. Um conjunto de ações que possibilitou tanto uma política de Estado em defesa dos interesses econômicos de uma pequena fração dos cidadãos brasileiros, quanto o fortalecimento de um grupo político com base na defesa desses interesses¹⁴⁰.

Tomando o caso do Vale do Paraíba fluminense como exemplo, é mais do que evidente que a capacidade de projeção no Estado dos interesses ali presentes era imensamente maior do que na província de Mato Grosso. Constatá-lo, porém, não basta: faz-se necessário analisar essas diferenças, que não são redutíveis a um fator explicativo, como a maior ou menor população ou capacidade de produção de riquezas. Há que se considerar tais hierarquias em pelo menos três níveis. O primeiro diz respeito à esfera estritamente formal do sistema representativo, ou seja, o peso da província na câmara dos deputados, condicionada por sua escala demográfica. O segundo se refere à capacidade de reprodução ampliada da vida material e, por esta via, da viabilização de projetos de futuro autônomos com relação às diretrizes emanadas do centro. O terceiro corresponde às possibilidades de articulação de elites de cada província com o centro, através de redes de negócios, alianças familiares e espaços de sociabilidades comuns, capazes de sedimentar vínculos políticos - o que é em parte determinado pelas condições de integração e pelo dinamismo mercantil.

Estes três níveis (institucional, material e social) eram estruturais, no sentido de que delimitavam horizontes de atuação política que não poderiam se alterar no curto prazo, pois condicionados a determinado quadro demográfico, econômico ou de integração territorial. Outras variáveis eram menos impactadas por este tipo de determinação, tais como o grau de unidade e de organização dos interesses de proprietários da província. O que importa neste momento notar é que o fato de que as estruturas formais seguiam os mesmos parâmetros nas províncias não nos deve fazer crer que elas possuíam capacidades semelhantes de projeção de seus interesses no Estado. Como se argumentou há pouco, a ordem política do Império foi construída nas relações de negociação e de conflito entre

¹⁴⁰ ESTEFANES, Bruno Fabris, YOUSSEF, Alain el e PARRON, Tâmis. “Vale expandido: contrabando negreiro e a construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil”. *Almanack*, n.7, mai. 2014.

diversos interesses e aspirações capazes de se colocar na arena política, fosse no governo, no parlamento, no debate público ou por via de mobilizações armadas.

Com apenas um deputado no parlamento, sem um entrelaçamento de interesses mais efetivo com grupos influentes de outras regiões e sem ser capaz de manter minimamente suas próprias finanças, os cidadãos da província não tinham condições de influenciar as decisões do centro¹⁴¹. Eles estavam no extremo oposto da situação do Vale do Paraíba fluminense, havendo toda uma gama de casos intermediários nas diversas províncias do Império. Para eles, mesmo o enfrentamento com as diretrizes do centro por via de mobilizações armadas requeria, para ser bem sucedido, uma capacidade mínima de reprodução autônoma das condições materiais.

A enorme dificuldade de projetar seus interesses e a dependência dos subsídios do centro limitavam a capacidade de barganha, restando o apelo à condição de fronteira. Daí a continuidade do vocabulário setecentista: Mato Grosso era o “antemural” e o “propugnáculo” do Brasil, que uma vez desfavorecido colocava em risco todo o Império. Este tipo de discurso, herdeiro de uma longa experiência de ocupação territorial militarizada, permanecia tendo uma base concreta, pois a condição de fronteira marcava as vivências em Mato Grosso sob todos os aspectos: em sua economia limitada pelas dificuldades de integração, em sua sociedade militarizada, em seu cotidiano de choques com indígenas e de alertas diante de bolivianos e paraguaios. É por ter concretude, que tal discurso podia ser um instrumento de pressão política nas relações com o centro. Sua relevância estava justamente no fato de ser praticamente o único argumento capaz de influenciar as decisões da Corte.

Contudo, o que há de mais importante em tudo que foi exposto até aqui é que essas condições de integração política limitavam a influência das lideranças da província. Seu papel era menos o de arquitetos da nova ordem política e mais o de agentes que se adequavam a ela, manejando seus instrumentos ou resistindo a eles; negociando seus interesses específicos com o centro, mas com uma capacidade muito pequena de influência na definição geral de suas políticas. Não se está afirmando com isso que os dirigentes da província eram totalmente destituídos de articulação com atores políticos de outras partes do país. Eles estavam sim integrados a redes mercantis e a outros tipos de relação que podiam servir de base a solidariedades políticas, como de fato ocorreu. Porém, esses vínculos não eram suficientes para a projeção de seus interesses no Estado,

¹⁴¹ Quanto ao senado, por todo o período imperial nunca houve um senador nativo ou estabelecido por muitos anos na província, pois mesmo quando chegavam à lista tríplice, eles eram preteridos.

e mesmo quando a atuação parlamentar de seus representantes incluía tentativas de pautar o debate nacional, sua influência acabava por ser suplantada pelos setores muito mais articulados que atuavam na câmara¹⁴². Os embates ocorridos por todo este período são embates pelo poder provincial e não pelo lugar da província no todo do Império.

O domínio dos “cidadãos cuiabanos”

Ainda no plano institucional, coloca-se agora a questão: quem disputava a direção política da província de Mato Grosso? Para começar a responder, deve-se retomar, mais uma vez a representação de 1823, que pedia o retorno do “Governo General”. Dentre as 121 assinaturas de “cidadãos cuiabanos” presentes no documento constam os nomes da maior parte dos homens que se tornariam políticos importantes da província no decorrer do Primeiro Reinado. Dentre eles, sete dos doze conselheiros de governo que atuaram entre 1825 e 1831, sendo que dos cinco restantes três haviam atuado na junta cuiabana entre 1821 e 1823 (ou seja, também eram ligados a Cuiabá). Constam ainda da representação cinco futuros ocupantes do executivo provincial (presidentes ou vice-presidentes), além daqueles que se tornariam comandantes das armas e magistrados¹⁴³. Um documento do mesmo período, reunindo assinaturas de cidadãos da vila de Diamantino para prestar adesão ao Império repetia alguns desses nomes, mas não trazia, além deles, nenhum futuro ocupante dos principais postos da província¹⁴⁴. Outra lista, da mesma natureza e do mesmo ano, produzida na cidade de Mato Grosso (que naquele momento era a sede do governo) não incluía nenhuma assinatura de personagens que atuariam na direção da província, e o mesmo se pode dizer da ata de anexação de Chiquitos¹⁴⁵. Percebe-se, já por estes indícios, que o poder provincial estava, desde 1825, nas mãos de cidadãos cuiabanos.

¹⁴² Dois casos atestam que esses limites não impediam as tentativas de ter um papel atuante no parlamento: o do projeto de emancipação gradual dos escravos, do deputado Silva Manso (1835), e o da participação do deputado Navarro de Abreu na campanha da maioria, em 1840. Neste último caso, o destaque esteve não em suas propostas, mas no embate, inclusive físico, que teve com um dos mais importantes políticos do Império, o conservador Honório Hermeto Carneiro Leão.

¹⁴³ *As Câmaras Municipais...*, *op. cit.* Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250. O conselho de governo foi ocupado por 12 indivíduos nas três legislaturas da década de 1820, alguns deles por mais de uma vez. Os futuros administradores da província que assinavam o documento eram Antonio Correa da Costa, João Poupino Caldas, Jerônimo Joaquim Nunes, José da Silva Guimarães e Albano de Souza Osório.

¹⁴⁴ *As Câmaras Municipais...*, *op. cit.* Volume 1. Doc. 127. . pp. 251-255.

¹⁴⁵ *As Câmaras Municipais...*, *op. cit.* Volume 1. Doc. 131. . pp. 258-260. “Ata da Junta de Mato Grosso sobre a anexação de Chiquitos, Bolívia à Província de Mato Grosso, 13 de abril de 1825” *APMT/DHMT* Doc. 55.

Residentes em Cuiabá, comerciantes com negócios ou propriedades rurais no interior da província, oficiais de milícias (com exceção dos eclesiásticos e magistrados de carreira): este perfil se aplica a todos aqueles que atuaram nas altas esferas da política provincial durante o Primeiro Reinado. Na espacialidade de suas relações é nítida a centralidade cuiabana, bem como as articulações, a depender do caso, com a vila de Diamantino e com as freguesias de Vila Maria, São Pedro d'El Rey e Chapada dos Guimarães. Mas não com a cidade de Mato Grosso, sendo regra entre esses dirigentes um relativo distanciamento com relação às áreas de fronteira. Ainda que os discursos e os interesses dessas lideranças as ligassem à estrutura militar que era central para a província, o alcance de sua articulação política abrangia justamente a área que não pertencia ao sistema de defesa da fronteira. Como se verá adiante, tanto a cidade de Mato Grosso quanto as fortificações do Pantanal conformavam espaços de experiência marcadamente militarizados e relativamente autônomos com relação à elite política cuiabana, essencialmente civil, ligada a Cuiabá e a núcleos voltados para a mineração, a agricultura e a pecuária.

No caso da cidade de Mato Grosso, existe uma cisão política nítida. As atas eleitorais, atestam um perfil semelhante de voto em Cuiabá e Diamantino, bem como o predomínio de nomes totalmente diferentes na antiga capital. Por exemplo, nas eleições secundárias para a primeira legislatura da Assembleia Geral, o nome mais votado em Cuiabá (com 27 votos, sendo que o segundo colocado obteve apenas 3) o foi também em Diamantino, enquanto na cidade de Mato Grosso os eleitores foram unânimes na escolha de Luiz Thomaz Navarro de Campos, que havia atuado na administração colonial nesta cidade antes da transferência da sede de governo para Cuiabá. Mesmo com os 10 votos de Mato Grosso, Campos não chegou a ameaçar nem de longe a opção cuiabana¹⁴⁶. A primeira eleição para o conselho de governo, ocorrida no mesmo momento, apresenta um perfil semelhante: os cinco nomes mais votados no cômputo geral são também, e na mesma ordem, os cinco mais votados no colégio de Cuiabá, sendo que Diamantino apresenta um resultado não muito diferente. Apenas a escolha do sexto membro do conselho foi diretamente influenciada pelos votos de Diamantino e de Mato Grosso. A tabela abaixo, relativa a este pleito (e que inclui os nomes que obtiveram ao menos três votos no respectivo colégio, sendo destacados em verde os vitoriosos no cômputo geral),

¹⁴⁶ Eleição para a primeira legislatura da Assembleia Geral, AN-IJJ5-16. O pequeno número de votos se deve ao fato de que se trata das eleições em segundo nível, num sistema de votação que era indireto.

demonstra tanto a diferença de padrão, quanto a enorme desproporção de eleitores em favor de Cuiabá, que decorre do quadro demográfico da província¹⁴⁷:

Cuiabá		Diamantino	
João Poupino Caldas	39	João Poupino Caldas	8
André Gaudie Ley	34	André Gaudie Ley	8
Antonio Correa da Costa	32	Manuel Antonio Galvão	8
José Joaquim Vieira	31	Caetano da Costa Araújo e Melo	8
Antonio José da Veiga	26	Antonio José da Veiga	7
Manuel José da Silva	23	Jerônimo Joaquim Nunes	7
Jerônimo Joaquim Nunes	21	Manuel Pereira de Mesquita	7
Manuel Pereira de Mesquita	20	Claudio Joaquim Monteiro	6
Antonio Joaquim Moreira Serra	19	José Joaquim Ramos e Costa	5
Manuel Antonio Galvão	19	Antonio José Ramos e Costa	5
Joaquim José Gomes da Silva	18	Francisco de Oliveira Leite Setúbal	5
Caetano da Costa Araújo e Melo	18	Antonio José Soares	3
João Pereira Leite	16	Antonio Antunes Maciel	3
Albano de Souza Osório	16	José Antonio Ramos e Costa	3
Francisco Manuel Vieira	16	José Joaquim Vieira	3
Antonio José Cerqueira Caldas	13		
Gregório Manuel Fontes	13	Mato Grosso	
Antonio João Ramos	11	João Paes de Azevedo	7
João Gonçalves dos Santos Cruz	10	Bernardo Lopes da Cunha	6
João Batista de Faria Vilaça	10	Constantino Ribeiro da Fonseca	6
João José Guimarães e Silva	10	Manuel Bento de Lima	6
José de Pinho Azevedo	9	Manuel Teodoro Tavares da Silva	6
Antonio Tavares Correa da Silva	9	Domingos José Viana	5
Antonio Navarro de Abreu	8	Domingos José da Silva Galvão	5
José Joaquim Ramos e Costa	7	André Gaudie Ley	4
Manuel Alves da Cunha	7	Caetano da Costa Araújo e Melo	4
João Pedro Morais Batista	7	José Antonio de Assunção Batista	4
José Joaquim Vaz Guimarães	6	Inácio de Bastos Ferreira	4
Manuel Machado de Siqueira	5	José Porfírio de Almeida	4
Vitoriano Lopes de Macedo	4	João José Guimarães e Silva	4
José da Silva Guimarães	4	Antonio Luis da Cunha	3
Gabriel da Fonseca Souza	3	Joaquim José da Rocha	3
Joaquim da Costa Teixeira	3		

¹⁴⁷ Eleição para o Conselho Administrativo (1824), AN-IJJ5-16

Miguel Teotônio de Toledo Ribas	3	João de Pina Macedo	3
Miguel José Antunes	3	Jerônimo Fernandes da Silva	3
Manuel Joaquim Correa	3	João Poupino Caldas	3
Manuel Filipe de Araújo	3	Pedro Gomes de Assunção	3
Antonio Lus Patricio da Silva Manso	3		
Sancho João de Queirós	3		

O mesmo perfil de voto ocorreu em outros pleitos, como na escolha para um deputado geral, em 1828: Antonio José da Veiga recebeu 34 votos em Cuiabá contra apenas 4 do segundo colocado, além de ter sido o candidato unânime em Diamantino, ao passo que na cidade de Mato Grosso obteve apenas um voto¹⁴⁸. Considerando esses dados, duas questões se colocam: a da cisão territorial e a do domínio cuiabano da política provincial. Quanto à primeira, deve-se notar que não se tratava de um efeito imediato dos conflitos que opuseram as duas cidades da província entre 1821 e 1823. A fratura territorial era, na realidade, bem mais profunda, sobrevivendo a diversas alterações na legislação eleitoral. Segundo Ernesto Cerveira de Sena, que estudou a dinâmica partidária em Mato Grosso entre 1834 e 1870, foi apenas na década de 1850 que “começaram as listas de candidatos a deputado provincial e geral a ficar cada vez mais parecidas nas diferentes freguesias de Mato Grosso, não obstante o predomínio de políticos da capital [Cuiabá]”. Ainda segundo Sena, isso se deu no mesmo momento em que “os governantes, em seus discursos, ao se referirem à população, deixaram de considerar somente os ‘cuiabanos’, passando a se referir aos ‘mato-grossenses’ de maneira geral”¹⁴⁹. Isso porque, já no primeiro discurso de um presidente à Assembleia Provincial, que seria instituída em 1835, os deputados eram chamados de representantes dos “nossos concidadãos cuiabanos”¹⁵⁰. Acrescentemos que, com exceção do *Themis Mato Grossense* (1839-1840), todos os demais periódicos oficiais da Província se dirigiam a uma audiência de outro corte - *O Cuiabano Oficial* (1842-43), *O Cuiabano* (1843-45), *A Gazeta Cuiabana* (1847-48)¹⁵¹.

Percebe-se que a cidade de Mato Grosso tinha uma capacidade muito reduzida de influência por via eleitoral e que, ao escolher seus representantes, os cidadãos da antiga

¹⁴⁸ Eleição para deputado geral (1828), AN-IJJ5-16

¹⁴⁹ Ernesto Cerveira de SENA. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes - A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso - (1834-1870)*. Tese de Doutorado em História; UnB, 2006. p. 247

¹⁵⁰ *Discurso recitado pelo exm. presidente da provincia de Matto-Grosso, Antonio Pedro d'Alencastro, na abertura da primeira sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 3 de julho de 1835*. Cuiabá, Typ. Provincial, 1845. (disponível em www.crl.edu/brazil/provincial)

¹⁵¹ Quanto aos periódicos não-oficiais, eles se denominavam *Echo Cuiabano* (1847 e 1850-53), *Noticiador Cuiabano* (1857-59) e *A Imprensa de Cuyabá* (de 1859 até pelo menos 1865). Em 1860 surge *A Voz da Verdade*, quebrando a monotonia desta sequência e, em 1865, focada na cobertura da Guerra do Paraguai, *A Imprensa de Cuyabá* passa a se chamar *Boletim de Mato Grosso*.

capital colonial persistiam não optando por nomes de Cuiabá, o que indica uma fragilidade de articulações entre as duas partes da província. O estabelecimento da sede administrativa em Cuiabá havia aumentado ainda mais a disparidade demográfica entre os municípios (e, conseqüentemente, entre os colégios eleitorais): com cerca de 24% da população da província em 1815, Mato Grosso possuía apenas 17% em 1831 – contra 68% de Cuiabá e 15% de Diamantino¹⁵². Em parte, como referido, o aprofundamento desta desproporção resultava da transferência da administração, pois a máquina pública representava, através de vencimentos e de outros gastos, um fator central para o desenvolvimento da economia.¹⁵³ Escrevendo “do abandonado palácio dos antigos capitães-generais”, em 1827, o pintor Adrien Taunay dizia que “por toda a parte veem-se os sinais destruidores do abandono”, e complementava: na cidade de Mato Grosso, “tudo representa a morte.”¹⁵⁴ Registro semelhante foi deixado três anos depois por um capelão que pediu remoção para Cuiabá, porque “não residindo mais naquela cidade autoridades constituídas, públicos funcionários, nem negociantes, pouco ou nada mais tem a desempenhar aí as funções de sua arte musical”¹⁵⁵

A câmara municipal de Mato Grosso se tornou, neste contexto, a porta-voz de demandas locais, resistindo em reconhecer a mudança de sede do governo, que legalmente tinha caráter provisório. Em 1827, o presidente relatava a “repugnância” dos vereadores em remeter a Cuiabá “as listas das eleições para o senador por essa Província, a fim de se fazer ali a última apuração dos votos, pretendendo que esta tivesse lugar na cidade de Mato Grosso como cabeça de Comarca.”¹⁵⁶ Em 1831, a mesma câmara manifestou “a queixa dos mato-grossenses acerca da usurpação de Cuiabá como capital, cujo direito alegavam pertencer àquela cidade”. A ata da sessão foi enviada ao presidente, junto com uma “representação dirigida à regência pedindo que o distrito de Mato Grosso fosse ereto em província.” – demanda de um absoluto irrealismo político¹⁵⁷ Em 1831, os habitantes da antiga capital queixavam-se “amargamente [...] de muitas coisas”, dizendo-

¹⁵² “Mappa da população da capitania de Mato Grosso em o anno de 1815, por Antonio Teixeira Cabral” *RIHGB*, t. XX, 1857 (anexos à p. 288). *A Matutina Meyapontense*, 195, 28 de junho de 1831

¹⁵³ Para se ter uma ideia, em 1818, quando a maior parte da administração estava na cidade de Mato Grosso, 87% das despesas com vencimentos da folha civil estavam concentrados nesta cidade, restando 13% para Cuiabá. A inversão ocorrida a partir de 1819, e confirmada em 1825, afundou ainda mais a economia do vale do Guaporé, impactando sua participação no total da população. “Empregados e seus vencimentos”, *RIHGB*, t. XX, 1857 (anexo à p. 288)

¹⁵⁴ Hercules FLORENCE. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829, op. cit.* p. XXIV (última carta de Taunay a seus irmãos, 1827)

¹⁵⁵ “Macerata ao Visconde de Alcântara, 5 de setembro de 1830” AN-IJ1-917

¹⁵⁶ “Saturnino a Pedro de Araújo Lima, 15 de dezembro de 1827” AN-IJ1-41

¹⁵⁷ Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso, op. cit.* p. 153-154.

se “em um quase abandono”, sendo sinal disso o fato de estarem há oito anos sem magistrados.¹⁵⁸

Enquanto a câmara de Mato Grosso tentava, sem sucesso, resistir à perda de sua centralidade, a de Cuiabá mantinha uma importância crucial para toda a província. Era a principal responsável pela organização das eleições para mandatos provinciais e gerais e tinha como vereadores muitas vezes os mesmos homens que exerciam mandatos no conselho. Ela pode ser entendida, portanto, como um espaço político de primeira grandeza no todo da província. A partir da regulamentação do posto de juiz de paz, este seria também ocupado por conselheiros.

A acumulação de postos gerava diversos questionamentos na província¹⁵⁹. Um deles, que chegou ao Ministro do Império em julho de 1830, demonstra o quanto os espaços de representação e os cargos de nomeação do poder central eram controlados por um grupo muito pequeno de indivíduos. Sete questões foram formuladas por um membro do conselho de governo, sendo as duas primeiras sobre a compatibilidade entre os “cargos de conselheiro do governo e do conselho geral, e o de juiz de paz” e entre os dois conselhos e o posto de fiscal da câmara – sendo em todos esses casos a acumulação de postos legal. A terceira era sobre a compatibilidade do comando das armas com os conselhos, um caso em que, sendo a legislação omissa, “não há direito de inibir o exercício de um cargo que a lei o não fez incompatível”. A quarta era sobre a compatibilidade entre os conselhos e a junta da fazenda, sendo a resposta igualmente a de que era legal. A quinta era sobre eventuais punições aos membros do conselho geral que faltassem sistematicamente às sessões, o que se dava, neste caso, em razão do acúmulo de funções. As duas últimas versavam sobre possíveis irregularidades na aprovação das posturas da câmara e de “outros negócios inerentes a ela” pelo conselho geral, sendo que eram membros deste nada menos que seis vereadores, além do fiscal da câmara.¹⁶⁰

A acumulação de diversos postos, eletivos ou não, era na maior parte dos casos legal e, em Mato Grosso, atingia níveis que beiravam o absurdo – o fato de que as dúvidas

¹⁵⁸ *A Matutina Meyapontense*, 160, 07 de abril de 1831 (sobre este periódico, ver o próximo subcapítulo)

¹⁵⁹ Além da questão das incompatibilidades, várias outras surgiram no decorrer da década, pois a novidade das instituições liberais demandou um aprendizado prático na resolução das dúvidas e dos conflitos suscitados tanto pela inexperiência, quanto pela própria incoerência jurídica, pois abaixo da Constituição permanecia vigente todo um arcabouço jurídico herdado do Antigo Regime português. A ruptura com esta herança ocorreu aos poucos, através de regulamentações, códigos e outros textos legais. Um exemplo desses questionamentos, no caso, sobre as competências e o funcionamento do conselho de governo consta da correspondência de “José Clemente Pereira a Jerônimo Joaquim Nunes, 4 de setembro de 1829” AN-IJJ9 41

¹⁶⁰ “Marquês de Caravelas a Gaudie, 19 de julho de 1830” AN-IJJ9 41

suscitadas no questionário diziam respeito a casos concretos ilustra bem isso. Quanto às posturas e demais decisões da câmara, sujeitas a um conselho formado majoritariamente pelos próprios vereadores, o acúmulo de mandatos a tornava quase uma extensão do poder provincial, reforçando o domínio de Cuiabá e permitindo não apenas a continuidade da condição de sede da província, como a aprovação de decisões que lesavam os interesses de Mato Grosso. Este foi o caso, por exemplo, da passagem para o município cuiabano das rendas da freguesia de São Pedro d’El Rey, que quando de sua fundação pertenciam ao termo da antiga capital¹⁶¹. A mudança foi estabelecida com a aprovação das posturas municipais de Cuiabá pelo conselho geral, controlado pelos próprios vereadores.¹⁶² Um dos poucos casos de incompatibilidade legal era o acúmulo do posto de comandante das armas e do exercício do governo provincial na condição de vice-presidente, que chegou a ocorrer irregularmente, ainda que por pouco tempo, em 1829.¹⁶³ Dois anos depois, o fato de que o oficialato ativo nas milícias incluía praticamente todos os dirigentes de Mato Grosso fez com que o poder central decidisse por permitir provisoriamente exceções na incompatibilidade entre os postos de oficial da 2ª linha e de oficial de quartelão¹⁶⁴.

Além de acumularem postos, os poucos indivíduos que dirigiam a política provincial eram, muitos deles, parentes próximos. O fato motivou outro conjunto de questionamentos ao poder central, desta vez sobre uma possível extensão, para o âmbito dos conselhos e da junta da fazenda, da proibição de servirem na mesma câmara “pais, filhos, irmãos ou cunhados”. Neste caso, mais uma vez, a dúvida não procedia, pois a legislação só estabelecia impedimentos nas municipalidades. Outras questões colocadas na mesma ocasião foram a da legalidade de servirem primos em primeiro grau nas câmaras municipais e a de quais seriam os casos em que era legal acumular vencimentos e outras formas de remuneração pelos diversos postos e mandatos eletivos¹⁶⁵. Como se percebe, os dirigentes de Mato Grosso não só eram poucos, como eram ligados por laços de sangue.

Governantes e conselheiros

Considerando os doze indivíduos eleitos para o conselho administrativos nos três pleitos ocorridos durante o Primeiro Reinado, é possível traçar um quadro das

¹⁶¹A *Matutina Meyapontense*, 153, 24 de março de 1831

¹⁶² “Marquês de Caravelas a Gaudie, 19 de julho de 1830” AN-IJJ9-41

¹⁶³ “José Clemente Pereira a Jerônimo Joaquim Nunes, 17 de junho de 1829” AN-IJJ9-41

¹⁶⁴A *Matutina Meyapontense*, 135, 8 de fevereiro de 1831

¹⁶⁵ “Marquês de Caravelas a Gaudie, 19 de julho de 1830” AN-IJJ9-41

características dos dirigentes de Mato Grosso. Alguns outros personagens que se envolveram nas disputas políticas deste período podem ser destacados à parte, mas são poucos e não tiveram uma influência na condução dos negócios da província comparável à desses homens – e, evidentemente, à de Saturnino Pereira enquanto esteve na presidência. A disponibilidade de dados biográficos é bastante desigual e está relacionada com o maior ou menor destaque desses personagens na política provincial entre as décadas de 1820 e 1830, sobretudo na Rusga¹⁶⁶. Ainda assim, é possível afirmar com segurança certos aspectos deste grupo que não condizem com a imagem de uma vigorosa e unida elite portuguesa no controle da província – fundamento de uma parte das interpretações do movimento de 1834.¹⁶⁷

O grupo de eleitos para o conselho de governo inclui cinco naturais da província, três de Portugal, um de Goiás, um da Itália e dois sobre os quais não há informação segura, mas que provavelmente eram nativos da província. A maior parte dos adventícios tinha chegado à província como parte de uma carreira no interior do Estado ou da Igreja, sendo esta sua principal atividade. Eram os casos do religioso italiano José Maria de Macerata (que chegou à província em 1819 como missionário para catequisar os guanás, atuando como prelado de Cuiabá entre 1824 e 1831); do magistrado de carreira, nascido em Portugal e com formação em Coimbra, Antonio José da Veiga (que foi também deputado por Mato Grosso e, depois, pelo Rio de Janeiro) e do militar Jerônimo Joaquim Nunes (nascido em Portugal, combatente nas guerras peninsulares contra Napoleão Bonaparte e

¹⁶⁶ Para a construção de um banco de dados que permite o cruzamento dessas informações foram utilizadas diversas obras, sendo as fontes das biografias aqui listadas as seguintes: Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. Dissertação de mestrado apresentada no departamento de história da FFLCH-USP. Vol. 3. São Paulo, 1992. Paulo Pitaluga Costa e SILVA. *Dicionário biográfico mato-grossense período colonial - 1524/1822*. Cuiabá, Mato Grosso, Brasil: Editorial Carlini & Caniato, (Trilogia Colonial Mato-Grossense, 3), 2005. *RIHGMT*, vols. V-VI, VII, XII, XVI, XIX-XX. Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso, op. cit.* José Barnabé de MESQUITA. *Grandeza e decadência da Serra Acima. Ensaio de reconstituição histórica*, IHMT, 1932. José Barnabé de MESQUITA. “Notas para futuros linhagistas. Ensaio genealógico” in *Revista Genealógica Brasileira*, São Paulo, 1946. José Barnabé de MESQUITA. *Genealogia mato-grossense..* Cuiabá/São Paulo: IHGMT/ FIEMT/Editora Resenha Tributária.

¹⁶⁷ Por exemplo, Virgílio CORRÊA FILHO, em “Antecedentes e consequentes do movimento nativista” (*RIHGMT*, t. XXXI-XXXII, 1934) afirma que as elites da província eram, “em sua maioria, forasteiros, como o alto funcionalismo civil e militar, os poucos que ainda logravam prosperar em meio da geral penúria”. Para o autor, havia um “predomínio aparente dos militares nascidos, em sua maioria, da outra banda do Atlântico”, com a “sujeição dos nativos empobrecidos aos forasteiros que a boa fortuna animava”. “Remanescentes dos tempos coloniais, em que dominaram, eram eles que ocupavam os melhores empregos públicos” Ainda que superada por diversas obras, esta visão de um poder provincial controlado por portugueses não deixou de influenciar a historiografia, especialmente na suposição de uma linearidade entre as alianças e oposições da década de 1820 e os embates, com forte teor antilusitano, ocorridos entre 1831 e 1834. A construção de uma memória que coloca os grupos dominantes nativos como oprimidos por elementos externos cumpria uma função ideológica na época em que se cristalizaram certos marcos interpretativos sobre a Rusga, no início do século XX.

que chegou à província em 1805, assumindo postos de comando na fronteira). O fato de serem oriundos de fora da província não significava, porém, que não pudessem estabelecer ali seus interesses. Destes três, apenas Veiga deixaria a província para prosseguir sua carreira como político e magistrado, chegando a ministro do Supremo Tribunal de Justiça na década de 1840.¹⁶⁸ Macerata acabou demitido da prelazia em 1831 por não ser naturalizado, mas passou o resto da vida em Diamantino, enquanto Nunes entrelaçou seus interesses aos das principais famílias da província por via de casamento, atuou nas duas juntas cuiabanas (1821-23) e se tornou um dos principais dirigentes da província entre 1825 e 1831.

Os outros dois indivíduos com mandatos no conselho de governo que vinham de fora da província não chegaram a Cuiabá por circunstâncias de carreira, ainda que viessem também a assumir postos civis e militares. Eram eles o negociante e advogado José Joaquim Vaz Guimarães, nascido em Portugal e que acumulou postos nos dois conselhos e na junta da fazenda, e o goiano André Gaudie Ley, que chegou a Cuiabá no início do século, ocupando o oficialato das milícias e se elegendo para as duas juntas cuiabanas, entre 1821 e 1823. Através de diversos casamentos e compadrios, Gaudie Ley se tornou parte orgânica da sociedade cuiabana. Em 1825, segundo o governo provisório, ele era “sem dúvida, um dos negociantes mais bem estabelecidos” da província. O goiano elegeu-se para os dois conselhos, chegando a presidir ambos, e assumiu o executivo provincial em 1830-31 e em 1833¹⁶⁹. Assim como Nunes, foi uma das principais lideranças políticas de Mato Grosso no Primeiro Reinado.

Os cinco nativos da província (e também os dois sem dados precisos de origem), eram quase todos negociantes estabelecidos em Cuiabá, ainda que alguns fossem oriundos de outras localidades. Sobre Caetano da Costa Araújo Melo se sabe apenas que era capitão de milícias em 1823. Quanto aos demais, Joaquim José Vieira era negociante, com casa de comércio em Cuiabá, além de capitão de milícias e vereador por mais de um mandato; Manoel Alves da Cunha era de uma família de proprietários rurais de São Pedro d’El Rey, e já havia sido eleito suplente para as Cortes de Lisboa (não chegando a assumir) e membro do governo legal (1823-1825); Vitoriano Lopes de Macedo era nascido na cidade de Mato Grosso, onde atuara como militar e em comissões demarcatórias, mas tinha grandes propriedades rurais próximas a Cuiabá, cidade onde residia desde pelo menos 1822; João José Guimarães e Silva havia ocupado uma infinidade de postos locais e

¹⁶⁸ Na realidade, mesmo Veiga ligou-se a uma das principais famílias cuiabanas, como se verá adiante.

¹⁶⁹ Sem destinatário, 15 de fevereiro de 1825. AN-IJJ9-504.

provinciais, incluindo aqueles ligados à mineração (o que sugere que tivesse interesses nessa atividade), além de ser oficial de milícias.

Outros dois nativos da província se tornaram, ao lado dos adventícios Nunes e Gaudie Ley, os dirigentes mais importantes da província entre a Independência e a Rusga. O primeiro deles, Antonio Correa da Costa, era um grande proprietário de terras e de engenho na Chapada dos Guimarães, sua localidade de origem, além de vereador em Cuiabá desde antes da Independência e seu primeiro juiz de paz a partir de 1828. Costa foi nomeado presidente da província pela Regência ainda em abril de 1831, mas em razão de sua saúde instável (motivo de afastamentos em diversos postos desde o período das juntas), os vice-presidentes continuaram assumindo o executivo. O segundo, João Poupino Caldas, era um grande negociante com comércio e muitos imóveis urbanos em Cuiabá, herdeiro (direto e por casamento) do legado de famílias tradicionais da antiga capitania. Foi vereador, tesoureiro-geral e comandante das milícias da cidade desde pelo menos 1825. Tanto Costa quanto Poupino Caldas haviam atuado na segunda junta cuiabana (1822-1823).

Além dos membros do conselho de governo, alguns indivíduos que tiveram grande destaque no processo de Independência, poderiam ser mencionados. Antonio Navarro de Abreu era considerado o negociante mais rico da província, pertenceu à junta cuiabana e representou a província na Constituinte de 1823, mas não consta daquela lista por ter adoecido e falecido em 1825. Seu filho homônimo entraria para a política provincial na década de 1830, atuando como deputado geral entre 1838 e 1841. João Pereira Leite era um militar português que chegou à província em 1788, unindo-se por casamento com uma das principais famílias da capitania, tornando-se muito provavelmente o maior proprietário de terras e de escravos de Mato Grosso. Comandante militar de Vila Maria, responsável pelas fazendas de abastecimento das guarnições, era também um dos homens mais poderosos na época da Independência, sendo seu apoio disputado pelas juntas rivais e conquistado por Cuiabá em troca do comando militar da fronteira paraguaia, o principal da província¹⁷⁰. Sua influência entre 1825 e 1833, ano de sua morte, não se deu através dos postos eletivos, mas sim dos comandos militares e dos socorros que prestava às finanças provinciais, principalmente na forma de doação de gêneros produzidos em suas fazendas particulares em momentos de dificuldade ou carestia. Bastante frequente, estes socorros tinham contrapartidas políticas, além de o próprio controle das fazendas régias

¹⁷⁰ APMT, Estante 2, livro C70, fl.158v-159. Sobre Pereira Leite, além das fontes mencionadas, Hercules FLORENCE em *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, *op cit.* p. 179-185.

de gado (concomitante à posse privada de fazendas voltadas também para a pecuária) permitir apropriações irregulares.¹⁷¹

Percebe-se, portanto, que não se tratava de um espaço político provincial dominado por homens nascidos em Portugal. Os personagens com esta origem que mais se destacaram no período, Nunes e Pereira Leite, eram (por casamento e por outros tipos de relações estabelecidas por décadas de vida na província) membros da sociedade mato-grossense e não um grupo coeso oposto a proprietários nativos. Perfil diverso, este sim marcado por forte presença de peninsulares não integrados nas redes familiares e nas alianças políticas centradas em Cuiabá, encontrava-se no oficialato das tropas regulares. Comandantes militares nascidos em Portugal, como Luiz d'Alincourt e Félix Merme, atuantes no período de funcionamento da junta cuiabana, acabariam não participando da política provincial e seguindo carreira militar sem se envolver nos conflitos da província. No caso de d'Alincourt, houve tensões quando da realização de seus trabalhos estatísticos, em 1827, pois ele argumentava que não estava recebendo a devida colaboração do governo civil, mas nada além disso.

Em 1827 havia 43 indivíduos nascidos em Portugal residindo em Cuiabá, sendo 41 homens e 2 mulheres, pois o padrão migratório era marcadamente masculino¹⁷². O que importa notar neste momento é que eles se concentravam em basicamente duas atividades, as quais eram as bases tanto de sua riqueza quanto de seu poder, e nenhuma delas era o governo político da província. A primeira era o oficialato das tropas regulares, que além de Merme e de d'Alincourt incluía diversos outros brasileiros “adotivos” como eram normalmente chamados os indivíduos nascidos em Portugal que se tornaram cidadãos brasileiros em 1824. Alguns deles seriam alvos de mobilizações armadas de soldados sob seu comando, como foi o caso do alferes Manuel Moreira da Silva, derrubado por sedições em Casalvasco (1829) e em Albuquerque (1832), e assassinado na Rusga (1834)¹⁷³. Porém, estes movimentos não tinham, no início, uma relação direta com a

¹⁷¹ Ao quebrar o segredo e a concentração de poderes dos capitães-generais, a formação de juntas governativas permitiu investigações sobre a administração de João Pereira Leite, que procurou impedir a vistoria das fazendas pela Junta da Fazenda em 1822. O proprietário conseguiu, porém, não apenas manter como ampliar seu poder graças ao lugar estratégico que ocupava como comandante das fazendas nacionais em meio ao embate entre as juntas de Cuiabá e de Mato Grosso. Quanto à constituição de suas riquezas e de seu poder, é muito provável que, além do casamento, as boas relações com os últimos capitães-generais tenham lhe garantido a construção de uma fortuna fundada em grande parte na concomitância da criação de gado particular e das fazendas régias, à frente das quais passou nada menos que vinte anos.

¹⁷² Ron L. SECKINGER “The politics of nativism: ethnic prejudice and political power in Mato Grosso, 1831-1834”. In: *The Americas*. Washington, v. XXXI, april, 1975, number 4, p. 396

¹⁷³ Sobre as sedições de fronteira, ver o Capítulo 2 desta tese.

política institucional, sendo ações de soldados sem o envolvimento de setores dominantes da província – questão que será tratada no próximo capítulo.

Outros oficiais das tropas pagas, como Antônio da Costa Gavião, entraram em choque com o governo em razão do controle exercido pelos oficiais milicianos na junta da fazenda, que fazia com que o oficialato regular fosse desprivilegiado nos (sempre atrasados) pagamentos de soldos e vencimentos. Gavião liderou, em 1827, uma tentativa de sedição para realizar esses pagamentos à força. Há registros de outros oficiais “adotivos” na documentação da Rusga, por terem sido vítimas nos processos criminais - os capitães Antonio Bernardo de Oliveira e João Cardoso, os sargento-mores Antonio Joaquim Moreira Serra e Joaquim Duarte Pinheiro, e os tenentes-coronéis José Antônio de Lima, José Craveiro de Sá, e José Joaquim Ramos e Costa. Contudo, com exceção deste último (que, além de militar, era negociante e atuou como vereador e conselheiro geral) eles aparecem pouco na documentação da década de 1820. Naquele momento, seus atritos com os dirigentes da província tinham mais um caráter de disputa entre oficialatos das tropas regulares e das milícias pelos poucos recursos da província (com absoluta vantagem das milícias, cujos altos oficiais controlavam os postos civis e eram nomeados para os comandos gerais e para o comando das armas) do que o de uma oposição entre elite brasileira e elite portuguesa.

A segunda atividade com forte presença de “adotivos” era o trato mercantil, principalmente o comércio cuiabano. Porém, a projeção desses grupos nos espaços políticos se dava pela presença de alguns “adotivos”, como o próprio tenente-coronel Ramos e Costa, ou ainda o negociante e advogado Vaz Guimarães (um dos 12 conselheiros de governo listados há pouco), sem que se distinguíssem dos brasileiros natos, como grupo de interesse. É o que se percebe de um embate ocorrido em 1830, entre os caixeiros e seus patrões, negociantes de Cuiabá. Requerendo à presidência, ao conselho geral e ao judiciário que se obrigasse os donos de lojas a garantirem a folga aos domingos e dias santos, os caixeiros encontraram resistências nessas diversas instâncias, que encaminhavam o problema sem chegar a uma definição. Pelo que denunciavam as correspondências anônimas na imprensa, nenhuma autoridade desejava se indispor com os peticionários, mas o vice-presidente, conselheiros e magistrados defendiam os interesses dos negociantes que, afinal, incluíam eles próprios e seus aliados. Ainda assim, alguns negociantes se colocaram francamente a favor das demandas dos caixeiros. Entre os que atacavam, os que defendiam e a maioria que não se posicionava diante do problema, surgem muitos nomes de homens de negócios que se envolveriam dos dois

lados no embate da Rusga, sem que houvesse, na questão dos caixeiros, qualquer linha de corte nos seus alinhamentos em termos de origem portuguesa ou nativa¹⁷⁴.

Ainda que pudesse haver algum grau de solidariedade entre os negociantes “adotivos”, a documentação do Primeiro Reinado não revela qualquer unidade entre eles diante do poder público. Neste caso, em que os interesses de donos de comércio estavam em jogo, era na condição de negociantes que eles se posicionavam em todos os campos, e não em bloco, de acordo com afinidades de origem. Ao que parece, a unificação dos “adotivos” como grupo político foi mais uma consequência do que uma causa do ódio de que foram alvo no pós-Abdicação.

O que é certo é que os negociantes “adotivos”, que seriam alvos da Rusga, eram tão secundários na política institucional na década de 1820 quanto os que viriam a ser os seus inimigos mortais. Dentre os condenados pela sedição de 30 de maio de 1834, apenas Antonio Luis Patrício da Silva Manso e Pascoal Domingues de Miranda tiveram algum destaque durante o Primeiro Reinado. O primeiro como cirurgião-mor, responsável pelo projeto de um jardim botânico (que não se concretizou) e protagonista de diversas polêmicas e conflitos na província, desde 1825 até a Rusga, mas sem ocupar postos políticos de maior destaque antes de 1831. O segundo, como magistrado de carreira, que substituiu Antonio José da Veiga nos postos de juiz de fora (1829) e ouvidor (1830), mas tornou-se importante nos embates políticos da província apenas depois da Abdicação.

Percebe-se, portanto, que entre 1825 e 1831 não havia nem domínio português, nem oposição nativista em Mato Grosso. Os verdadeiros dirigentes de Mato Grosso neste período, aqueles homens cuja influência política foi indisputável, eram quatro indivíduos já mencionados e que foram os únicos a se elegerem mais de uma vez para o conselho de governo: Nunes, Gaudie Ley, Corrêa da Costa e Poupino Caldas. Eles também foram os ocupantes do executivo provincial entre a presidência de Saturnino Pereira e a Rusga:

Poder Executivo em Mato Grosso (1825-1834)		
José Saturnino da Costa Pereira	Presidente	10 de setembro de 1825 a 3 de maio de 1828
Jerônimo Joaquim Nunes	Vice-presidente	3 de maio de 1828 a 1º de janeiro de 1830
André Gaudie Ley	Vice-presidente	1º de janeiro de 1830 a 21 de julho de 1831

¹⁷⁴A *Matutina Meyapontense*, 62 (21 de agosto de 1830); e 191 (18 de junho de 1831). O conflito envolvendo os caixeiros serão retomados no próximo capítulo, na análise da política dos livres pobres e libertos.

Antonio Correa da Costa	Presidente	21 de julho de 1831 a 27 de abril de 1833
André Gaudie Ley	Vice-presidente	27 de abril de 1833 a 3 de dezembro de 1833
Antonio Correa da Costa	Presidente	3 de dezembro de 1833 a 26 de maio de 1834
José de Melo e Vasconcelos	Vice-presidente	26 a 28 de maio de 1834
João Poupino Caldas	Vice-presidente	28 de maio de 1834 a 22 de setembro de 1834

Nunes era um militar de carreira nascido em Portugal, Gaudie Ley era um negociante goiano, Correa da Costa era um senhor de engenho da Chapada e Poupino Caldas era um representante das linhagens mais tradicionais de Cuiabá, também negociante. Nem o lugar de origem, nem a atividade econômica definiam sua condição de dirigentes da província. Em comum, eles eram todos oficiais de milícias, todos estabelecidos há muito tempo em Cuiabá, ainda que ligados a outras localidades, todos egressos da junta provisória desta cidade (e que se opuseram à de Mato Grosso entre 1821 e 1823), todos acumuladores de postos e mandatos os mais diversos. Por fim, eram quase todos parentes próximos.

João Poupino Caldas pertencia, por linha materna, a uma tradicional família cuiabana, presente na vereança da antiga vila desde o século XVIII, sendo seu pai um negociante português que possuía não apenas bens e negócios em Cuiabá, como sobrados na célebre rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Era herdeiro tanto do *status* de uma das principais linhagens cuiabanas, como de grandes riquezas: quando de seu inventário, em 1837, elas incluíam ouro, prata, objetos e móveis de luxo, mercadorias armazenadas em sua loja (e também a resgatar na Corte), a sociedade numa loja em Goiás, 27 escravos (e outros seis que se encontravam fugidos), 22 imóveis em Cuiabá, além de dívidas a receber. A família de Poupino Caldas exemplificava bem um padrão que se repete em outros casos, desde o século XVIII, articulando linhagens locais com homens de negócio ou ocupantes de altos postos vindos de fora. Além disso, essa articulação incluía os engenhos da Chapada dos Guimarães. Isso porque, em 1813, Poupino Caldas se casou com uma das filhas de Antonio da Silva Albuquerque, proprietário do engenho mais produtivo de Serra Acima, que havia falecido um ano antes¹⁷⁵. Ainda que provavelmente

¹⁷⁵ Maria Amélia Alves CRIVELENTE. "Poder e cotidiano na Capitania de Mato Grosso: Uma visita aos Senhores de engenho do Lugar de Guimarães. 1751-1818" Revista de Demografia Histórica, XXI, II, 2003. A documentação genealógica e biográfica está indicada na primeira nota deste intertítulo.

ele não tenha sido herdeiro de uma parte relevante deste espólio material, tal aliança o ligava a outro setor importante da riqueza e do *status* na província.

Poupino Caldas não foi o único a se ligar aos Silva Albuquerque. As outras filhas do senhor de engenho se casaram com Antonio José de Cerqueira Caldas (proprietário rural nascido em Portugal, cujo filho se tornaria o Barão de Diamantino, chefe conservador na província no Segundo Reinado), Albano de Souza Osório (personagem secundário na década de 1820, mas que se tornaria uma importante liderança política na Regência, e que era também primo de Poupino Caldas) e o já mencionado militar “adotivo” Jerônimo Joaquim Nunes. Em 1830, um filho de Antonio da Silva Albuquerque se uniu a uma filha do casamento de André Gaudie Ley com Mariana de Alvim Poupino, uma das irmãs de João Poupino Caldas. Maria Tereza Poupino, outra irmã do conselheiro, se casou com Antonio Navarro de Abreu (representante da província na Assembleia de 1823 e pai de um deputado geral homônimo pela província, entre 1838 e 1841). Viúva em 1825, Maria Tereza se casou em seguida, agora com o magistrado de carreira e conselheiro do governo Antonio José da Veiga. Como se percebe, as mulheres que pertenciam às principais linhagens estavam sujeitas a uma política de casamentos com finalidades políticas que era essencial para os projetos familiares de manutenção e ampliação de riquezas, *status* e mando. O padrão era que elas se casassem com homens vindos de fora da província, tanto autoridades quanto comerciantes, o que integrava estes indivíduos aos interesses das famílias estabelecidas em Cuiabá, harmonizando potenciais conflitos.

Apenas pelos dados expostos já é possível ter uma ideia da complexa teia de relações familiares que abarcavam boa parte dos indivíduos envolvidos na política institucional da província, e que se considerássemos também as relações de compadrio chegariam a diversos outros políticos, incluindo o prelado José Maria de Macerata, padrinho de uma filha de Gaudie Ley, que por sua vez se casaria com o filho de um dos negociantes “adotivos” mortos na Rusga. Para não estender demais a análise dessas relações de parentesco, que mereceriam um estudo à parte, importa por ora destacar que dentre os quatro principais dirigentes da província no Primeiro Reinado, Poupino Caldas era cunhado de Gaudie Ley e concunhado de Nunes, restando apenas Correa da Costa fora desta família.

O grupo de dirigentes se articulava economicamente ao grande comércio (tanto lojas no espaço urbano de Cuiabá, quanto as tropas de muares que chegavam à Corte, via Goiás e Minas Gerais), à grande propriedade agrária (especialmente os engenhos da

Chapada dos Guimarães) e ao comando das tropas. Mesmo sendo milicianos (inclusive Nunes, que chegou à província como oficial das tropas regulares, transferiu-se para as milícias em 1811), alguns desses indivíduos comandavam frequentemente as tropas da província¹⁷⁶. Ao acumularem o poder executivo (assumindo a vice-presidência) e o mando militar, tinham uma capacidade excepcional de controle do aparelho de Estado, numa província excepcionalmente militarizada. O chefe do executivo era também presidente da junta da fazenda e tinha poderes (limitados pela lei, mas que frequentemente extrapolavam tais limites) para suspender diversas autoridades. Para se ter a devida dimensão do poder dessas autoridades na esfera da província, importa lembrar a centralidade do Estado para a economia de Mato Grosso.

Ainda que contasse com minas de ouro e diamantes (em especial, em Diamantino), grandes fazendas de gado (principalmente em Vila Maria) e engenhos de açúcar e aguardente (com destaque para a Chapada dos Guimarães), a economia de Mato Grosso passava por um longo período de dificuldades, estando próxima da estagnação. Dada a ausência de um setor produtivo dinâmico, as estratégias de ampliação de riquezas passavam pelo trato mercantil e, principalmente, pela influência sobre as decisões daquele que era o maior empregador, o maior comprador e o maior devedor da economia provincial: o Estado. Desde a saída de Saturnino Pereira, estas decisões estiveram centralizadas nas mãos do pequeno grupo analisado acima, cujo acesso às diversas instâncias de poder ligava-se ao sucesso eleitoral (e, portanto, à capacidade de se articular com os cidadãos ativos da província, sobretudo de Cuiabá, ou ainda, de manipular o processo eleitoral), bem como às nomeações do centro, especialmente para postos militares e para a magistratura. As peças do jogo político institucional estavam colocadas, delineando-se assim três terrenos de luta que poderiam alterar as condições de influência de cada indivíduo ou grupo na política de Mato Grosso: o eleitoral, o jurídico-coercitivo e o das relações com o centro. Monopolizado por uns poucos indivíduos, que se articulavam com setores influentes da economia e da administração, este jogo pouco poderia mudar - isto se a política se restringisse à esfera institucional.

¹⁷⁶ Poupino Caldas foi por muito tempo o comandante da Legião de Cuiabá, principal corpo auxiliar da província. A partir de 1829, com a saída do oficial das tropas regulares Antônio Joaquim da Costa Gavião, Nunes e Poupino Caldas se tornariam sucessivamente os comandantes das armas da província até o início da Regência.

1.3 –Imprensa e sociedade civil

Voltemos - agora pela última vez – à representação dos “cidadãos cuiabanos”, enviada à Corte fluminense no dia 24 de janeiro de 1823, requerendo o retorno do “Governo General”¹⁷⁷. Depois de analisado seu conteúdo, que expressava a dificuldade do poder autônomo da junta cuiabana em equacionar as antigas tensões herdadas da colonização, bem como as suas assinaturas, que atestavam o poderio incontestado de Cuiabá sobre o restante da província no Primeiro Reinado, pode-se agora chamar atenção para a natureza do documento. Redigida pela câmara municipal e assinada por 121 indivíduos, a representação era exemplar de um tipo de manifestação que, sendo herdada do Antigo Regime português, ganhava novos significados na ordem liberal. Ela não foi a única deste período. Por exemplo, um dia antes da reunião da câmara para a redação do documento soube-se que outra representação, também assinada por “cidadãos cuiabanos”, havia recebido uma resposta positiva do poder central. A reivindicação, no caso, era para que se mantivesse no comando das tropas regulares de Cuiabá o tenente-coronel Félix Merme¹⁷⁸. Por todo o período aqui abordado, as representações fizeram parte da vida política da província, como nos casos já mencionados da demanda da câmara de Mato Grosso para que se criasse uma nova província e da reivindicação dos caixeiros de Cuiabá pela garantia de folga aos domingos e dias santos¹⁷⁹. Desta maneira, setores menos influentes nos espaços decisórios da província - como era o caso tanto das lideranças da antiga capital, quanto dos trabalhadores do comércio de Cuiabá – buscavam, ainda que nem sempre com sucesso, defender interesses, reivindicar direitos ou barrar os abusos de autoridades¹⁸⁰.

Este mecanismo legal de participação política influenciaria também as práticas e discursos ligados a ações contestatórias que ultrapassavam os limites da legalidade. Exemplar quanto a isso é a própria Rusga, que teve início na noite de 30 de maio de 1834

¹⁷⁷ *As Câmaras Municipais...*, op. cit. Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250.

¹⁷⁸ Representação da câmara e povo de Cuiabá, s/d [1822] e Governo legal a José Bonifácio, 23 de janeiro de 1823” AN-IJJ9-504

¹⁷⁹ Quanto à representação da câmara de Mato Grosso, Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*, op. cit. p. 153-154. Sobre a representação dos caixeiros, *A Matutina Meyapontense*, 62 (21 de agosto de 1830); e 191 (18 de junho de 1831).

¹⁸⁰ Um dos exemplos de representação contra ilegalidades praticadas por autoridades é a da reivindicação de seis moradores de Diamantino para que se revertesse a nomeação de Antonio José Ramos e Costa como capitão-mor da vila, “por arbitrária eleição e qualificado suborno, a despeito da opinião pública e do reconhecido merecimento de outras pessoas para aquele posto”. “José Clemente Pereira a Jerônimo Joaquim Nunes, 22 de julho de 1829” AN-IJJ9-41

com uma representação da tropa e do povo ao conselho da presidência exigindo a expulsão dos brasileiros “adotivos” da província. Três meses depois, o movimento passou a ser reprimido num processo que se iniciou também com uma representação, desta vez assinada por “cidadãos amigos da boa ordem” que requeriam que “as autoridades competentes” declarassem “aos habitantes da cidade, e dos distritos, que cada um pode diligenciar a prisão” dos que considerassem suspeitos¹⁸¹. Nem a expulsão dos “adotivos” da província, nem o encarceramento de cidadãos por particulares eram reivindicações legais, mas ambas foram atendidas num contexto de mobilização armada e de perda do controle do governo sobre as tropas. O que se percebe, em casos como esses, é que esta possibilidade que os cidadãos tinham de representar às autoridades informou noções mais amplas de direitos e de formas de participação política, sendo incorporada à prática de diversos segmentos sociais. Tratava-se de um dos aspectos do processo de organização da sociedade civil.¹⁸²

Para além da fundação de um novo corpo político soberano, cuja construção como Estado nacional ainda estava longe de se consolidar, “a Revolução de Independência tendera a apagar as ainda fluídas fronteiras entre as esferas pública e privada, ao inundar como uma grande onda representativa da questão do Estado todo os âmbitos da vida comum”¹⁸³. Neste contexto, aos instrumentos tradicionais, resinificados numa nova ordem política, se somaram outros, com destaque para a imprensa livre de censura e para as associações de caráter político que poderiam, a partir de então, apresentar-se publicamente como expressão organizada de aspirações presentes na sociedade. Este processo, geralmente analisado a partir dos grandes centros – em especial, a Corte fluminense – atravessou todo o território do Império, ainda que em ritmos variáveis. Havia, evidentemente, uma enorme desigualdade relacionada ao acesso a meios materiais (por exemplo, à tipografia), bem como à circulação de ideias e de informações. Também era desigual o acúmulo de experiências políticas em cada parte do Império, tanto no que diz respeito ao exercício do poder por elites coloniais (que poderiam remontar a quase trezentos anos, como na Bahia ou em Pernambuco, ou a menos de um século, como em Goiás), quanto no que tange à trajetória da ruptura com as estruturas políticas do Antigo

¹⁸¹ Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 117-121.

¹⁸² Sobre as representações e a atividade peticionária na formação do Estado liberal, Roberto SABA. *Vozes da nação: sociedade civil e parlamento no Império*. São Paulo: FFLCH-USP (Mestrado em História), 2008.

¹⁸³ Ilmar. R. de MATTOS “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 1, 2005. p. 272

Regime português (que no caso de algumas províncias do norte envolveram movimentos revolucionários em 1817 e 1824).

Ainda que tenha sido apenas no período regencial que Mato Grosso passou a contar com imprensa própria e com associações que publicamente se colocavam como expressão de interesses organizados, alguns passos essenciais para a organização da sociedade civil foram dados desde a década anterior. Nesse sentido, importa destacar que mesmo que os ritmos fossem desiguais, as diversas partes do Império compartilhavam certos marcos comuns. Assim como o vintismo havia informado práticas e discursos, levando mesmo aos lugares mais afastados as ideias do constitucionalismo e de “regeneração da nação portuguesa”, novos enquadramentos políticos trariam novos termos às disputas políticas. Foi o caso do acirramento das tensões entre o Imperador e a oposição parlamentar durante o Primeiro Reinado, como também das agitações que se seguiram ao Sete de Abril. A organização da sociedade civil não seguiu, portanto, uma trajetória linear. Foi um processo desenvolvido lentamente, a cada aliança estabelecida, a cada periódico adquirido e debatido, mas com momentos de intensa aceleração.

Os espaços modernos de prática política, como a imprensa não oficial e as associações começaram a se difundir no Brasil principalmente após a Independência e tiveram uma enorme expansão entre 1831 e 1833. Após o Ato Adicional, em 1834, e a chegada do Regresso ao poder, em 1837, essa ampliação deu lugar a uma retração. Marco Morel, em seu estudo focado no Rio de Janeiro, afirma que a imprensa se retraiu em razão do controle e repressão estatal e da mudança de posição política de líderes influentes, que diante das revoltas em diversas províncias passaram a condenar os “excessos” da opinião pública¹⁸⁴. Quanto às associações, a expansão e a retração têm uma dinâmica semelhante, podendo ser situado o ápice das sociedades políticas na primeira metade da década de 1830. A expansão desses instrumentos e espaços de organização de interesses e aspirações ocorreu num período crítico, marcado, no mundo atlântico, por uma onda revolucionária liberal, ao passo que no Império do Brasil se acirrava uma grave crise política que vinha se desenvolvendo desde a abertura do Parlamento, em 1826, levando, cinco anos depois à Abdicação de d. Pedro I. Foi também nestes anos que Mato Grosso passou por transformações cruciais no processo de organização da sociedade civil. Este processo pode ser acompanhado a partir de um pequeno evento, ocorrido no arraial goiano de Meia Ponte.

¹⁸⁴ A questão dos “excessos” da imprensa será debatida no próximo capítulo desta tese. Marco MOREL, *As Transformações dos Espaços Públicos*, op. cit.

“Todas as coisas começam pequenas”: a política da *Matutina Meyapontense*

No dia 5 de março de 1830 publicava-se na “Typografia do Oliveira”, arraial de Meia Ponte, o primeiro número do periódico que, sendo o primeiro da província de Goiás, se tornaria aos poucos também um jornal voltado para Mato Grosso. O texto de abertura, excepcionalmente assinado pelo proprietário e não pelo redator do periódico, justificava o nome *Matutina Meyapontense* como referência à luz da manhã, “que muito pouco clareia” mas a qual não se “pode negar ser a precursora do dia”¹⁸⁵. Segundo ele, a iniciativa tinha um caráter pedagógico, sendo a instrução através da imprensa “a maior garantia dos governos constitucionais.” Para cumprir este papel, seriam publicados, na íntegra, os “decretos e resoluções da Assembleia Geral, Decretos, Provisões e Avisos lançados no *Diário Fluminense* que forem aplicáveis à nossa província”, os extratos “das sessões de ambas as Câmaras Legislativas”, além de alguns dos “discursos dos Srs. Senadores e Deputados”. Finalmente, “notícias nacionais e estrangeiras, colhidas nos melhores periódicos” e “correspondências vindas com as formalidades legais”, sobre as quais “se guardará inviolável segredo, quando assim o exija”. Porém, não seriam aceitas as cartas que discordassem “da decência que deve aparecer nos escritos de nossa folha, que só tem por fim a felicidade da Pátria, na identificação de todos os brasileiros com a Constituição e o Imperador”.

A iniciativa de se criar um periódico voltado para a defesa de certos princípios políticos estava longe de ser excepcional naquele contexto, de notável florescimento da imprensa no Brasil. A importância da *Matutina* estava no alcance que teria no oeste brasileiro, para além do arraial de Meia Ponte e mesmo da província de Goiás. O proprietário da tipografia, escrevendo com o estilo humilde, dizia que talvez parecesse “mais que audácia o pretender eu oferecer aos meus patrícios goianos um periódico em um Arraial, se bem que o mais populoso da Província”¹⁸⁶. Ocorre que, mesmo não sendo sequer uma vila, Meia Ponte era um núcleo urbano de importância crescente para todo o oeste do Brasil, desde fins do século XVIII. Em 1783 já era o “maior Arraial desta Capitania”¹⁸⁷, cujo único município era o da capital, Vila Boa de Goiás. Percorrendo a província entre 1818 e 1819, Saint-Hilaire explicava sua importância por estar situada

¹⁸⁵ *Matutina Meyapontense*, 1, 5 de março de 1830.

¹⁸⁶ *Matutina Meyapontense*, 1, 5 de março de 1830.

¹⁸⁷ “Descrição da Capitania de Goiás e tudo que nela é notável até o ano de 1783” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783*. (organizada por Paulo Bertran). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. Tomo I, p. 79-80.

“em uma zona muito salubre, no ponto de junção das estradas do Rio de Janeiro, da Bahia, de Mato Grosso e de São Paulo, afastada de Vila Boa no máximo 27 léguas, rodeada das terras mais férteis”¹⁸⁸. Participando intensamente do processo de integração do Centro-Sul nas primeiras décadas do século XIX, Meia Ponte se tornou um polo de produção agrícola voltado para mercados de outras províncias, e se consolidou como centro de uma teia de relações mercantis que atravessavam o interior do Brasil, ligando Goiás e Mato Grosso às principais cidades do Centro-Sul, e também a Salvador.

Joaquim Alves de Oliveira, por sua vez, era o fazendeiro mais próspero do arraial, onde era comandante de milícias, além de comerciante local (com armazém em Meia Ponte) e negociante de tropas de muares (exportando não só a sua produção, como a de outras fazendas e importando mercadorias, que chegavam até Cuiabá). Sua principal propriedade era considerada por todos os viajantes que passaram por Goiás no início do século XIX o maior engenho de açúcar da província, no qual trabalhavam cerca de duzentos cativos.¹⁸⁹ Além do periódico, Oliveira criou em Meia Ponte uma biblioteca aberta ao público, que não só permitia acesso a livros, como oferecia diversas aulas para os jovens, “até que tenhamos a ventura de possuímos neste arraial professores nomeados pelo governo”. O discurso de abertura deste espaço privado era uma convocação ao debate público: “É preciso que esta casa seja frequentada, façamos aqui uma união, escolhamos uma hora em todos os dias, e nos reunamos; aqui conversaremos sobre todos os objetos interessantes: a Religião, a Moral, a Política, a História, tudo, tudo aqui se aprende e sobretudo já temos bons livros”.¹⁹⁰

Financiador da tipografia, da biblioteca e das aulas, Oliveira contava com um grupo de aliados políticos do arraial e da capital goiana, a começar pelo redator do periódico, o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. Político influente na província desde o período

¹⁸⁸ Auguste de SAINT- HILAIRE, *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1937. Tomo II, p. 51-54.

¹⁸⁹ Cf. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit. p. 169-183 Tratava-se, para Pohl, de “um dos maiores engenhos de açúcar do Brasil”; de acordo com Saint-Hilaire, “seguramente o mais belo estabelecimento existente na zona de Goiás que percorri”, reinando “lá uma limpeza e ordem como não vi em parte alguma”; segundo d’Alincourt, uma “grande fazenda e engenho” cuja administração era admirável; enquanto para Cunha Matos era “o maior e mais bem regulado estabelecimento deste gênero que tenho visto no Brasil”. Johann E. POHL, *Viagem ao interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado, apresentação e notas de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da USP, 1976. p. 289; Auguste de SAINT- HILAIRE, op. cit. Tomo II, p. 182-183; Luís d’ALINCOURT, op. cit. p. 64-65. Raimundo José da Cunha MATTOS. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás e do roteiro desta Província às do Mato Grosso e S. Paulo*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004. p. 90-91.

¹⁹⁰ *Matutina Meyapontense*, 19, 7 de maio de 1830. A biblioteca seguiu ativa durante os anos seguintes, como atestam alguns pedidos de devolução de livros, por exemplo na edição 411 (13/02/1833).

das juntas governativas, ele havia sido responsável pela reunificação da província após uma cisão política semelhante àquela ocorrida entre Cuiabá e Mato Grosso. Também egresso do governo provisório goiano, José Rodrigues Jardim foi outro importante apoiador do periódico e de seu proprietário. Fora da província, Oliveira contava com uma ampla rede de relações, construída através do trato mercantil. Com isso, desde o primeiro número, a *Matutina* era vendida em Cuiabá, podendo ser encontrada “na Loja do Sr. João Fleury de Camargo” (provavelmente membro da família do redator), na cidade de Goiás, capital da província, “na vila de São João d’El Rei, na Typografia do Astro”, no arraial de Traíras, norte goiano, e evidentemente em Meia Ponte, “na Typografia do Oliveira”.¹⁹¹

Tratava-se de relações mercantis, mas também afinidades e solidariedades políticas. Para ir timidamente “dissipando as trevas”, dizia o comendador Joaquim Alves de Oliveira poder contar com as “sábias doutrinas da Aurora, Astro, Farol, e outros mais periódicos verdadeiramente amigos do Imperador e do Brasil”¹⁹². Sua filiação a um campo político específico, o dos liberais moderados que chegariam ao poder após a Abdicação, manteve-se coerente por todo o tempo de duração do periódico. Em outubro de 1830, após traçar um panorama quase completo da expansão da imprensa no país, o redator comemorava o fato de que, “não falando no Pará de onde nada sabemos, tem sido sempre maior o número dos periódicos liberais, e isto ainda mesmo na Corte!”¹⁹³ Já em abril do ano seguinte, às vésperas da Abdicação, Fleury comentava que “as Folhas da Corte chegadas no próximo passado Correio concordam em que o Governo ainda não deixou a carreira que há muito tem adotado para fins bem contrários à felicidade dos Brasileiros”, mas que os liberais exaltados, que também se opunham a esta política “têm excedido os limites de uma moderação que o amor da ordem, e do bem público aconselha”.

Em meio à formação de campos partidários que marcariam a política imperial nos anos seguintes, a *Matutina* alinhava-se integralmente à *Aurora Fluminense* (dirigida pelo líder moderado Evaristo da Veiga), que tem se “apresentado como uma impenetrável muralha aos diversos ataques assim dos Liberais exaltados, como dos Servis”. Fleury recomendava “a leitura deste Periódico, como um dos mais interessantes nas atuais circunstâncias, em que, ou por irreflexão, ou de propósito, se prepara uma dissidência no Brasil.” Condenava, sobretudo, a demanda exaltada por uma reforma imediata no sentido

¹⁹¹*Matutina Meyapontense*, 1, 5 de março de 1830.

¹⁹²*Matutina Meyapontense*, 1, 5 de março de 1830.

¹⁹³*Matutina Meyapontense*, 92, 30 de outubro de 1830.

de uma “federação”, considerando vital a defesa da Constituição de 1824, pois por mais que ela pudesse ser aperfeiçoada parecia “pouco político um esforço para destruí-la de repente”.

Com a chegada dos liberais moderados ao poder, em 1831, a *Matutina* seguiria coerente em seu apoio. Numa lista de “jornais que existem no Brasil, escritos no sentido da ordem e combatendo a anarquia” incluía-se periódicos de dez províncias, dentre eles *O Universal* (de Minas Gerais, ligado a Bernardo Pereira de Vasconcelos) e, da Corte, a *Astréa*, *O Independente*, *O Americano*, *O Recompilador* e *A Aurora Fluminense*, todos liberais moderados. Outra relação de periódicos, indicados como “exaltados ou anárquicos”, portanto adversários do grupo de Meia Ponte, incluíam a *Nova Luz Brasileira*, de Ezequiel Corrêa dos Santos.¹⁹⁴

As articulações da *Matutina* são também perceptíveis pelas republicações de textos de periódicos, com os quais o redator dizia já no início das atividades que estava buscando se corresponder¹⁹⁵. Para se ter uma ideia, nas duzentas primeiras edições, a *Matutina* republicou artigos de 30 periódicos diferentes, de sete províncias brasileiras, com destaque para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, além de alguns artigos de publicações estrangeiras. Os títulos mais recorrentes eram todos alinhados aos liberais moderados: o *Astro de Minas* (MG, 28 republicações), o *Farol Paulistano* (SP, 25), a *Aurora Fluminense* (RJ, 21), *Observador Constitucional* (SP, 18) e *Universal* (MG, 11). Mais do que um veículo de informações, a *Matutina* era um instrumento de articulação política de um partido que vinha se formando nacionalmente desde a abertura do Parlamento, em 1826, ainda que parcialmente fundado em alianças circunstanciais entre opositores do monarca. Desde sua fundação, o periódico goiano fazia parte de uma verdadeira rede de publicações que uniam forças na oposição aos ministérios de d. Pedro I, integrando as disputas provinciais aos alinhamentos da política nacional, cujo epicentro era a Corte – ou, mais especificamente, o Parlamento. No âmbito da província de Goiás, ela era peça chave no projeto de um grupo ligado à grande agricultura, à pecuária e ao comércio no eixo cidade de Goiás-Meia Ponte, grupo este que se confrontava com os interesses do norte da província.¹⁹⁶

¹⁹⁴ *Matutina Meyapontense*, 250, 3 de novembro de 1831.

¹⁹⁵ *Matutina Meyapontense*, 17, 30 de abril de 1830.

¹⁹⁶ Sobre a formação de um grupo político centrado no eixo cidade de Goiás-Meia Ponte, e que se contrapunha aos interesses do norte da província, André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit. Sobre a *Matutina* e a atuação desse grupo político na década de 1830, Wilson Rocha ASSIS. *Os moderados e as representações de Goiás n' A Matutina Meyapontense (1830 – 1834)* Goiânia: UFG, 2007. José Mendonça TELES. *A Imprensa Matutina*. Goiânia: Editora CERNE, 1989.

Trata-se de um projeto particularmente bem-sucedido. Logo após a Abdicação de d. Pedro I, uma sedição liderada por adversários do grupo da *Matutina* destituiu o presidente da província, que era identificado com o antigo Imperador. Após o movimento, porém, esses indivíduos foram logo substituídos no poder provincial pelos liberais moderados ligados ao periódico e capazes de se articular com aqueles que se tornavam os políticos mais influentes do Império. Tal capacidade se devia, em grande medida à rede de relações tecida pelas tropas de muares de homens como o comendador Oliveira, proprietário da *Matutina*, e ao próprio jornal, correspondente de congêneres em diversas províncias e na Corte. Durante o período regencial, o grupo da *Matutina* passou a contar também com uma associação política, controlando não apenas os espaços de representação, como também a presidência, a começar por José Rodrigues Jardim, em 1831. A *Matutina* encerrou suas atividades em 1834, mas o predomínio do grupo que esteve ligado ao periódico não acabou¹⁹⁷. Com a cisão dos liberais moderados e a emergência do Regresso, o grupo que havia surgido em torno da *Matutina* se manteve ligado a Vasconcelos e, portanto, ao nascente Partido Conservador. O ex-redator do jornal, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury chegou à presidência da província por nomeação da Regência em 1837. Naquele momento, o governo adquiriu a antiga tipografia do Oliveira para a publicação do *Correio Oficial de Goiás*.

"Todas as coisas começam pequenas, mas, em seu progresso, se transformam e engrandecem" - desde seu primeiro número, a *Matutina* trazia uma epígrafe em latim que pode assim ser traduzida.¹⁹⁸ Ao responder à crítica de um leitor, o redator explicou que escolheu a

[...] sentença de Cícero [...] para que os Leitores se prevenissem que a *Matutina* em seu princípio pouco podia apresentar, assim pela falta de conhecimentos de seu Redator, como por não se acharem ainda em metódico andamento as comunicações com outros periódicos; e para que ficassem logo esperançados que adquirindo com a lição melhores conhecimentos o Redator, e possuindo-se os Periódicos de todo o Império, como se espera antes de 3 meses, apresentará ela objetos mais interessantes.¹⁹⁹

¹⁹⁷ A *Matutina Meyapontense* foi um jornal de duração relativamente longa para os padrões da época, publicando 526 edições entre 1830 e 1834.

¹⁹⁸ "Omnium rerum principia parva sunt, sed suis progressionibus usa augentur". Tradução livre (revisada do original latino por Uiran Gebara da Silva, a quem agradeço) a partir da edição francesa. *Collection des auteurs latins, avec la traduction en français. Publiée sous la direction de M. Nisard, professeur d'éloquence latine au Collège de France. Oeuvres complètes de Cicéron, Tome III*. Paris, J.J. Dobochet, le Chevalier et Comp., Éditeurs, 1848.

¹⁹⁹ *Matutina Meyapontense*, 17, 30 de abril de 1830.

As “comunicações com outros periódicos”, expostas como instrumentos de difusão das luzes, se configuravam, na prática, como mecanismos de projeção dos interesses por via de espaços não institucionais. A difusão de certos valores pelo periódico e por seus aliados dentro e fora da província, acompanhava a organização e projeção dos interesses de um grupo de proprietários do eixo Meia Ponte – cidade de Goiás que se expandiu com a política da *Matutina*. As “coisas simples” da epígrafe, que “em seu progresso, se transformam e engrandecem”, podem ser vistas como os próprios elos a articular a sociedade civil, fortalecendo mutuamente um grupo de proprietários, aos quais interessava o poder provincial goiano, e seus aliados que atuavam nas altas instâncias do poder central.

Um periódico mato-grossense em Goiás

As relações entre o jornal da “Typografia do Oliveira” e a província de Mato Grosso foram muito além da venda de exemplares em Cuiabá, “na Loja do Sr. João Fleury de Camargo”. A primeira correspondência publicada na *Matutina* enviada por um leitor que se apresenta como cuiabano data de 30 de abril de 1830. Tratava-se de um negociante que provavelmente se encontrava em Goiás e que criticava duramente o periódico por diversos textos publicados²⁰⁰. Outros leitores rebateriam as críticas, incluindo um “lavrador de profissão” da cidade de Mato Grosso, que dizia estarem “todos satisfeitiísimos, assim por vermos mais perto da nossa Província um estabelecimento tipográfico; como por já podermos dirigirmos nossas correspondências a um periódico, que trilhando a vereda constitucional, veio engrossar a fileira dos liberais”. O correspondente refletia ainda sobre o “quanto seria vantajoso que nesta Província se estabelecesse também uma tipografia”²⁰¹. Outro, assinado “O Cuiabano Philantropo”, lamentava a situação de sua província:

Infeliz Mato Grosso! Distante 500 léguas do NOSSO DEFENSOR PERPÉTUO, e privada dessa garantia segura (uma tipografia) para fazer chegar até ao pé do Augusto Trono de S.M.I. e ao respeitável público as arbitrariedades dos que forem déspotas tereis que viver ainda gemendo vendo-vos exposta ao capricho, que tantas vezes vos tem oprimido²⁰²

²⁰⁰*Matutina Meyapontense*, 17, 30 de abril de 1830.

²⁰¹*Matutina Meyapontense*, 65, 28 de agosto de 1830.

²⁰²*Matutina Meyapontense*, 77, 25 de setembro de 1830.

Na mesma edição, outro leitor, assinado “Hum de Cuyabá”, lamentava ter passado “muito tempo [...] nesta cidade sem receber-se a *Matutina*, tão apreciada pelos liberais”. Em novembro de 1830, era a vez de um morador da vila de Diamantino, assinado “O Ignorante Admirado das Cousas Novas”, escrever ao jornal, comparando a situação de sua província com a da Sibéria no Império Russo. Na mesma edição, outro leitor lamentava “a distância que separa a Cidade de Mato Grosso do Trono do nosso Amado Imperador e as poucas, ou nenhuma, providências que se encontram nas autoridades”, fazendo com que os “despotismos e arbitrariedades sejam ali frequentes”. Dizendo-se um militar que servia na fronteira guaporeana, ele denunciava casos graves de abuso de autoridade por parte de comandantes, incluindo prisões e punições físicas arbitrárias²⁰³.

Este tipo de denúncia, envolvendo os ocupantes de postos políticos, administrativos, judiciários, militares ou eclesiásticos tornou-se frequente. Até a interrupção da publicação da *Matutina*, apenas seis dias antes da Rusga, o periódico veiculou materiais os mais diversos a respeito da província de Mato Grosso: notícias, leis, estatísticas, debates na câmara municipal cuiabana e nos dois conselhos, mas sobretudo correspondências polêmicas. Foi também neste jornal que, em 1833, se tornaram públicos os estatutos da *Sociedade dos Zelosos da Independência*, tida por responsável pela Rusga²⁰⁴. Ainda que se tratasse de um periódico goiano, o papel de organização e articulação política serviu também aos interesses de grupos estabelecidos em Mato Grosso. Os textos enviados dessa província eram tantos que em 1833 o periódico passou a incluir nas edições uma seção específica para os negócios de Mato Grosso, a *Miscellanea Cuyabanense*. Mas já em 1830 as correspondências eram bastante frequentes, tratando-se na maior parte dos casos de denúncias que revelam muito sobre os conflitos centrados em Cuiabá.

Na relação entre as províncias, não foi possível saber como se dava a seleção dos conteúdos enviados para a publicação, exceto pelo critério da linguagem imprópria, explicitado pelo editor. O que se pode afirmar é que, quanto à política de Mato Grosso entre 1830 e 1831, a *Matutina* aceitou correspondências, quase sempre assinadas com pseudônimos, contendo críticas a todos os principais personagens da província. Ao expor sua opinião, o editor adotava geralmente um discurso conciliatório, evitando uma tomada aberta de posição. Já em meados de 1831, parece haver uma tendência da *Matutina* em tomar partido do vice-presidente André Gaudie Ley, mas ainda assim sem atacar

²⁰³*Matutina Meyapontense*, 105, 30 de novembro de 1830.

²⁰⁴*Matutina Meyapontense*, 489, 13 de novembro de 1833.

nominalmente seus adversários e sem deixar de publicar críticas a seu governo. Se havia, neste período, uma relação mais direta do jornal com este ou outros dirigentes de Mato Grosso, ela não se expressava como uma aliança declarada. Era o oposto do que ocorria quando se tratava de províncias nas quais havia uma polarização política em campos definidos como “liberais exaltados”, “liberais moderados” e “caramurus” – termos que só seriam incorporados efetivamente à política em Mato Grosso no contexto da sedição cuiabana de 7 de dezembro de 1831.

Polêmicas cuiabanas

Dentre as muitas polêmicas travadas no periódico, importa destacar duas, que permitem perceber tanto os interesses em jogo, quanto as alianças e oposições que se delineavam em Mato Grosso no final do Primeiro Reinado. A primeira delas teve início no 24º número da *Matutina*, em 25 de maio de 1830, não nas correspondências, mas na sessão “artigos do ofício”, que passava naquele momento a tratar não só dos assuntos goianos, mas também dos mato-grossenses, sinal de que o público desta província se tornara parte da audiência presumida pelo editor. O documento em questão era uma resposta do poder central a um ofício do governador interno das armas de Mato Grosso, João Poupino Caldas, datado de 30 de dezembro de 1829. Informava o ministro dos Negócios da Guerra

[...] que não tem lugar a medida, que lembra o mesmo Governador interino, de ser removido para fora da Província o Negociante José Joaquim Vieira, em razão do seu gênio turbulento, e dos insultos que tem praticado contra o Vice-Presidente e Junta da Fazenda: porquanto ninguém pode ser expulso da residência senão por Sentença, que a isso o condene, na forma da Constituição do Império; e além disso, no caso de que se trata, competia ao Presidente do Conselho Geral da Província contê-lo de seus excessos pelos meios que lhe faculta a Lei do seu Regimento [...] ²⁰⁵

Meses depois - em razão da distância que separava Cuiabá de Meia Ponte -, Vieira escreveu sua versão sobre o caso. Incomodado com a publicação do ofício, não só na *Matutina*, como no *Diário Fluminense*, informava que, ao contrário do que se supunha no documento, ele não era simplesmente “um negociante”, mas também um conselheiro geral da província, que no exercício de suas competências “expôs franca e implicitamente os extravios dos dinheiros públicos”, dentre outras irregularidades. Argumentava ainda

²⁰⁵ *Matutina Meyapontense*, 24, 25 de maio de 1830.

que Poupino Caldas se ofendera com as denúncias não por supostos “insultos”, mas porque, além de comandante das armas interino, ele era tesoureiro geral e, portanto, um dos principais implicados nos desvios da junta da fazenda. Quanto à tentativa de expulsá-lo da província, Vieira dizia que se Poupino Caldas tivesse passado “pelas vistas a Constituição do Império, cujo conhecimento é tão útil como necessário a um empregado público, não ignoraria que nenhum cidadão pode ser removido da sua província senão por sentença que a isso o ordene”²⁰⁶. Segundo o conselheiro, a atitude do comandante interino teria sido motivada mais especificamente pela aprovação, no conselho geral, do envio de uma representação ao poder central denunciando os crimes na junta da fazenda:

Ora, se a um Conselheiro não é lícito propor e falar sobre o melhoramento de sua província, e intervir nos negócios dela; se é crime de desterro lembrar o Conselho um mal progressivo; e se é finalmente turbulência pugnar pela Religiosa observância das [leis] infringidas, nesse caso não somente o Conselheiro cometeu um crime como o Conselho outro, em aceitar e remeter aquela proposta como representação motivada, uma vez que [supostamente] não cabia nas suas atribuições.²⁰⁷

Além da correspondência, Vieira enviou à *Matutina* a representação mencionada, que fora aprovada pelo conselho geral em 3 de dezembro de 1829. As denúncias atingiam diversos indivíduos, sendo a principal acusação a de que “a junta da fazenda tem-se constituído absoluta na distribuição das Rendas da Nação”, utilizando-se dos escassos recursos da província para pagar apenas a quem interessasse, incluindo valores indevidos. Por exemplo, Antonio Luís Patrício da Silva Manso era acusado de receber soldos irregulares (dado que era voluntário) como cirurgião-mor desde 1825. Sendo obrigado a devolver um montante que passava de dois contos de réis, ele teria feito o pagamento em “drogas medicinais” e não em dinheiro. João Poupino Caldas, por sua vez, teria recebido soldos e gratificações por postos em momentos em que os não exercia. Além desses casos, diversos indivíduos teriam sido pagos como credores da fazenda pública, sem terem direito a isso. Denunciava-se assim o modo

[...] como se tem consumido 200 e tantos contos que vieram da Corte do Rio de Janeiro este ano, e no passado, em lâminas de cobre, junto com os rendimentos da província, com grande detrimento dos empregados públicos e militares da cidade de Mato Grosso, Forte do Príncipe, e Casalvasco, por mais que estes tenham representado os seus pagamentos e fardamentos nada se lhes tem mandado porque os que estão arredados do cofre 50 passos já pouco recebem, e os que vão

²⁰⁶*Matutina Meyapontense*, 64, 26 de agosto de 1830.

²⁰⁷*Matutina Meyapontense*, 64, 26 de agosto de 1830.

ficando mais longe menos recebem, e aqueles que estão de 100 a 200 léguas nada recebem: o mesmo tem acontecido aos militares do Forte Coimbra, Miranda, Vila Maria, Povoação de Albuquerque que pode ser que a falta de pagamento desse lugar à sublevação que fizeram os soldados contra o comandante Santiago²⁰⁸

Relacionavam-se, assim, a dependência de recursos externos na província, a centralidade da junta da fazenda como instância a ser disputada, as tensões entre as cidades de Cuiabá e de Mato Grosso e as mobilizações armada dos soldados. As medidas propostas por Vieira incluíam um maior controle sobre os gastos da junta da fazenda, a proibição de nela servirem parentes, a devolução com correção dos valores pagos indevidamente e a fiscalização dos procedimentos para a compra de gêneros para as tropas da província. Quanto a este último ponto, são mencionado tanto casos de compra de produtos de má qualidade ou “ameaçados de putrefação”, quanto de aquisição de mercadorias “por um preço exorbitante, havendo mais baratos”²⁰⁹.

A polêmica prosseguiu, em agosto de 1830, com a publicação da ata do conselho geral, na qual se decidiu – não sem oposição – pelo envio das denúncias ao poder central.²¹⁰ No ano seguinte, uma correspondência viria a criticar a proposta de “José Joaquim Vieira, Platão da Província de Mato Grosso” de “que não sirvam parentes na Junta da Fazenda”:

[...] isto vem em direitura ao Coronel João Poupino Caldas, de quem o dito Vieira tem muita inveja, porque sendo ele Tesoureiro Geral daquela Junta por S M Imperial, e serve há muitos anos, e por isso sendo o mesmo aparentado com as primeiras pessoas na Província tem recaído nos seus cunhados a vice-presidência, como fosse o coronel Jerônimo Joaquim Nunes, e o Capitão-Mor André Gaudie Ley, e por isso eles sempre presidentes da Junta e o Coronel Poupino Tesoureiro Geral, e deputado.²¹¹

Em fevereiro, duas outras correspondências anônimas, ambas em defesa de Poupino Caldas, reacenderiam a polêmica. A primeira, do dia 12, deixava de lado os argumentos legais e se utilizava do ódio aos portugueses, sugerindo que “esta malquerença que o Sr. Vieira tem com o Sr. Poupino é por o conhecer Brasileiro nato, e resoluto”, arrematando que o “Brasil nunca tornará a ser colônia, bem podem perder as esperanças, e o coronel

²⁰⁸ *Matutina Meyapontense*, 64, 26 de agosto de 1830.

²⁰⁹ *Matutina Meyapontense*, 64, 26 de agosto de 1830.

²¹⁰ *Matutina Meyapontense*, 66, 31 de agosto de 1830.

²¹¹ *Matutina Meyapontense*, 134, 5 de fevereiro de 1831.

Poupino só tem desejos de bem servir à pátria”²¹². Por ser brasileiro “adotivo”, Vieira era alvo de um antilusitanismo instrumentalizado pontualmente como arma política. A segunda correspondência, publicada uma semana depois, exigia provas das irregularidades e afirmava que “os motivos da Junta da Fazenda cair na indignação do *eruditíssimo* Senhor Conselheiro Vieira é por não ter-lhe mandado pagar uns documentos velhos, que mandou o seu caixeiro [da cidade] de Mato Grosso”. Ou seja, as operações desonestas com a dívida pública seriam do interesse do acusador, que teria sido impedido pela junta da fazenda²¹³.

Em 11 de junho, Vieira voltou à carga, anexando mais uma prova, desta vez uma portaria do ministro da fazenda recomendando a demissão de todos os membros da junta, por terem as acusações do conselheiro “cunho de verossimilhança, pela má defesa que a junta da fazenda oferece, queixosa do seu procedimento”²¹⁴. A tentativa de expulsar da província um conselheiro que apresentara suas denúncias legalmente, tendo como alegação seu suposto “gênio turbulento” tornava a junta da fazenda ainda mais suspeita. No dia 16, Vieira publicava outra correspondência, desta vez respondendo às acusações de que era ele o interessado nas operações desonestas com a dívida pública, e de que ele odiava Poupino Caldas por ser “brasileiro nato”. Segundo o conselheiro, a defesa do oponente era “sugerida pelo servilismo, e baixa condição do seu autor” e a razão do ódio que despertava era “por ter exercido um direito, aquele de intervir todo o cidadão nos negócios da sua província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares.” Acrescentava ainda às acusações feitas a Poupino Caldas a de negligência como comandante militar, quando destacado na fronteira.²¹⁵

Desde o início de 1831, o conflito entre Vieira e Poupino Caldas passou aos poucos a se confundir com outra polêmica, iniciada com a publicação, em 5 de maio de 1830, de uma carta assinada “Caçoleta” no periódico fluminense *O Brasileiro Imparcial*. Tratava-se de ataques ao vice-presidente André Gaudie Ley, que foram respondidos na *Matutina* em diversas correspondências a partir de 11 de dezembro de 1830. A primeira delas, assinada “O Imparcial”, questionava se os ataques eram uma forma de deixar “turvada a água para o Sr. Caçoleta melhor pescar os cobres da Junta da Fazenda”²¹⁶. Como se percebe, mais uma vez estava em jogo o acesso aos recursos do cofre provincial.

²¹²*Matutina Meyapontense*, 137, 12 de fevereiro de 1831.

²¹³*Matutina Meyapontense*, 140, 19 de fevereiro de 1831.

²¹⁴*Matutina Meyapontense*, 188, 11 de junho de 1831.

²¹⁵*Matutina Meyapontense*, 190, 16 de junho de 1831.

²¹⁶*Matutina Meyapontense*, 110, 11 de dezembro de 1830

Entretanto, outras questões foram colocadas. Por tratar-se de uma polêmica longa, com dezenas de cartas, algumas delas ocupando mais da metade do espaço do periódico, é mais adequado sistematizar a discussão do que relatá-la em cada passo. No geral, o debate definia dois campos na política provincial: de um lado André Gaudie Ley, vice-presidente em exercício desde 1º de janeiro de 1830, e seus aliados, especialmente Albano de Sousa Osório; de outro lado, Jerônimo Joaquim Nunes, que antecedeu a Gaudie Ley no executivo provincial, e seus aliados João Poupino Caldas e Antonio José da Veiga. Ou seja, a polêmica deixa nítida uma divisão entre os principais dirigentes da província, que além disso eram parentes próximos. Nas palavras de um adversário de Poupino Caldas, mesmo “seus parentes [...] não se conservam em boa harmonia pela depravação do seu gênio”²¹⁷.

A troca de acusações envolvia, dentre outras questões, desvios e conchavos de todo tipo na administração da fazenda, irregularidades na promoção de oficiais militares, arbitrariedades cometidas por comandantes das tropas, fraude eleitoral, falta de transparência nas decisões do conselho de governo, além da impunidade de um atentado com arma de fogo por motivação política. As correspondências foram ganhando um tom mais agressivo, até que, em maio de 1831, a *Matutina* anunciou que deixaria de publicar alguns textos, afirmando que “na opinião desses Srs. Cuiabanos a imprensa é mais um veículo de intrigas, que órgão de civilização”.²¹⁸

Com exceção das denúncias de fraude eleitoral (as quais não são detalhadas, falando-se genericamente em “um muito escandaloso suborno” na eleição de Antonio José da Veiga para a assembleia geral) e de impunidade de crimes violentos (especialmente de uma tentativa de homicídio cometida por Osório contra um genro de Nunes, numa discussão política), as polêmicas se relacionavam à administração fazendária e à militar. Segundo o grupo de Gaudie Ley, Poupino Caldas havia chefiado no governo Nunes (1828-1830) os “zangões da nossa colmeia”, ou seja, do “cofre nacional”, dilapidado de diversas formas²¹⁹.

A primeira delas se dava na compra de gêneros para as tropas, acusação que era mútua. Poupino Caldas já era apontado antes da polêmica do “Caçoleta” como um

²¹⁷*Matutina Meyapontense*, 181, 27 de maio de 1831

²¹⁸ De fato, o tom das polêmicas travadas entre goianos era, desde o princípio, mais moderado, o que talvez se explique por ser o jornal ligado a um grupo político bem definido na província, que impunha de antemão uma orientação editorial à *Matutina*, ao passo que os cuiabanos de diversos grupos se digladiavam para fazer do jornal um instrumento de luta contra os adversários. *Matutina Meyapontense*, 181, 27 de maio de 1831

²¹⁹*Matutina Meyapontense*, 112, 16 de dezembro de 1830; 113, 18 de dezembro de 1830.

tesoureiro “que só a certa loja [...] comprava para a junta da fazenda” e, numa correspondência em defesa do governo de Gaudie Ley, seria novamente acusado, pois agora “a Junta da Fazenda já compra os gêneros de que necessita por editais, a quem vende mais barato, que até aqui era só ao Tesoureiro Geral o Senhor Poupino, pelos preços que este senhor queria.”²²⁰ Em resposta a esta acusação, uma correspondência de fevereiro de 1831 afirmava que o fato de se comprar só a uma loja estava relacionado aos momentos de falta de receitas públicas, quando “só essa loja” venderia a crédito, ao passo que “quando a Junta tem dinheiro há tanto ciúme!”. Acrescentava ainda que Gaudie Ley havia comprado fardamento para as tropas sendo de “notar-se [que] foi ele agradar-se mais de uma loja” que das demais. A discussão seria ainda retomada na *Matutina*, com o envio pelo vice-presidente de uma declaração da junta da fazenda que detalhava o procedimento para a compra dos fardamentos. Ironizando a publicação do documento, um adversário afirmou que “a um presidente nada é custoso, tudo se lhe atesta”, especialmente se tratando dos “cordeirinhos da junta [da fazenda] cuiabana”.²²¹

A segunda forma de abuso na junta da fazenda dizia respeito aos critérios pessoais adotados para que se efetuassem os pagamentos de soldos, atuais ou atrasados. Ainda que acusações de acúmulo indevido de vencimentos ou de recebimento de valores por postos não ocupados fossem comuns aos dois grupos, existe um tipo de procedimento que era sempre atribuído especificamente a João Poupino Caldas. Trata-se do abuso de poder em prol de pagamentos apenas em benefício de seus protegidos, especialmente nas tropas, o que, para além do problema da dilapidação de recursos públicos, teria uma função política. Em denúncia publicada a 21 de dezembro de 1830, afirmava-se que, no tempo em que Poupino Caldas atuou como tesoureiro, “os patronatos faziam que seus apaniguados fossem pagos em dia, não atendendo-se a maior parte dos servidores, que mesquinhamente recebiam alguma coisa; dando lugar ao cap. Antonio Roiz. do Amaral, escrivão da Intendência, dizer ao tesoureiro geral Poupino – Tantos se acham em dia, e eu em noite!”.²²²

Outra correspondência, do mês seguinte, afirmava que em decorrência da saída de Poupino Caldas do posto, “os militares destacados já recebem soldos, o que até aqui só recebiam os que arrastavam espadas nesta cidade, fulminando intrigas”.²²³ Este uso do

²²⁰*Matutina Meyapontense*, 61, 19 de agosto de 1830; 129, 25 de janeiro de 1831.

²²¹*Matutina Meyapontense*, 136, 10 de fevereiro de 1831; 192, 28 [21] de junho de 1831

²²²*Matutina Meyapontense*, 114, 21 de dezembro de 1830.

²²³*Matutina Meyapontense*, 129, 25 de janeiro de 1831.

controle sobre os soldos, que eram cronicamente atrasados em razão do orçamento deficitário da província, parece ter funcionado como uma estratégia de caráter propriamente político por parte de Poupino Caldas, hipótese que encontra respaldo até mesmo nos textos de seus defensores. Um deles, a 21 de abril de 1831, afirmava que os “invejosos cuiabanenses que não passam de quatro bazulaques, não gostam do Sr. Coronel Poupino Caldas por este ser pródigo com os amigos, constante na adversidade dos mesmos e erguedor dos desvalidos.”²²⁴ Percebe-se, portanto, que as repetidas acusações com base em princípios ligados ao liberalismo político (como a transparência nos gastos públicos e a livre concorrência no fornecimento de gêneros ao Estado) eram respondidas por aliados de Poupino Caldas geralmente sem que se negasse as acusações, mas com argumentos sobre a “inveja” ou a “falta de patriotismo” dos acusadores, o que reforça a tese de que tais práticas eram recorrentes em sua atuação política.

Quanto às acusações ligadas ao comando militar, elas diziam respeito sobretudo às promoções a postos do oficialato. Em dezembro de 1830 teve início uma série de denúncias que, assim como no caso dos pagamentos seletivos de soldos, diziam respeito apenas ao grupo de Poupino Caldas, especialmente ao comandante das armas Jerônimo Joaquim Nunes e ao sargento-mor Joaquim Duarte Pinheiro. Este, no comando interino das milícias de Cuiabá, teria substituído diversos indivíduos na lista de promoções organizada segundo as normas da corporação. Passando por cima de critérios estabelecidos pela lei, a lista apresentada por Pinheiro foi reprovada por Gaudie Ley. A mais detalhada das denúncias sobre as promoções consta de uma correspondência de 21 de dezembro, na qual são analisados caso a caso os oficiais das duas listas – aquela que seguia os critérios legais e a outra, proposta por Pinheiro. Nessa análise, há diversas alegações, incluindo a menção a um favor pessoal de Poupino Caldas e Nunes, em benefício de um caixeiro que trabalhava na loja do primeiro e que se casara com uma sobrinha do segundo – e “dizem as más línguas que o posto de alferes foi-lhe prometido em dote”²²⁵. O caixeiro fora indicado ao posto, apesar do fato de que “nunca vestiu farda nesta cidade”. Além dele, um tenente teria sido incluído na lista de Pinheiro “talvez só porque é amigo do Sr. Comandante das Armas [Nunes], e presenteia muito ao Sr. João Poupino Caldas”.²²⁶

²²⁴Matutina Meyapontense, 166, 21 de abril de 1831.

²²⁵Matutina Meyapontense, 114, 21 de dezembro de 1830.

²²⁶Matutina Meyapontense, 112, 16 de dezembro de 1830.

Outro fator, no tocante às listas, sobre o qual foram apresentadas denúncias, dizia respeito à questão racial. A legião de milícias, criada no período colonial, possuía apenas uma companhia de homens pardos, mas aqueles que nela serviam estavam sendo barrados por Pinheiro no acesso a promoções. Apesar de servirem por décadas, inclusive em destacamento pelas fronteiras e em guerras contra povos indígenas, eles permaneciam presos à patente até que na própria companhia de homens pardos se abrisse a possibilidade de promoção. Deixando a questão das tensões raciais para o próximo capítulo, importa neste momento chamar a atenção para o primeiro dos fatores de interferência nas promoções, ou seja, o favor pessoal.

Assim como o controle da fazenda permitia o pagamento seletivo de soldos (que era limitado pelo problemático orçamento provincial), o controle de certos postos militares (sobretudo o comando das armas e os comandos gerais e das milícias de Cuiabá) permitiam favorecimentos que podem ter tido um uso político. Quanto a isso, também se deve atentar para outro tipo de acusação presente na polêmica do “Caçoleta”: o que diz respeito a abusos de autoridade, violências e maus-tratos por comandantes. Numa das cartas, o vice-presidente era acusado de ameaçar “os militares com o Forte do Príncipe”²²⁷. A ideia de uma “ameaça” é compreensível: localizada no vale do Guaporé, atual Estado de Rondônia, esta guarnição era a mais remota e a mais temida pelos soldados da província. Em resposta, um defensor de Gaudie Ley questionou: “Como poderia o Sr. Vice-Presidente ameaçar com o Forte do Príncipe aos Militares se esta nomeação é do Sr. Comandante das Armas?”²²⁸. Também chegaram à *Matutina* “queixas contra abuso de poder e arbitrariedades praticadas contra a tropa de 1ª linha pelo atual vice-presidente o Sr. Gaudie”, que não foram publicadas naquele momento, segundo o redator, por trazerem “expressões grosseiras”²²⁹.

Este tipo de denúncia atingia também a Nunes, que segundo um correspondente, praticava “muitas arbitrariedades” contra “os miseráveis milicianos desta província”²³⁰. Comemorando os bons tempos iniciados com a administração de Gaudie Ley, um aliado seu escrevia que o “Senhor Comandante das Armas já não oprime os milicianos, tanto assim que já não concorrem para as domingas do mês lavradores de 12, 14, 16 léguas.”²³¹. Percebe-se, portanto, que os abusos contra as tropas auxiliares iam além dos militares

²²⁷*Matutina Meyapontense*, 112, 16 de dezembro de 1830.

²²⁸*Matutina Meyapontense*, 112, 16 de dezembro de 1830.

²²⁹*Matutina Meyapontense*, 189, 14 de junho de 1831.

²³⁰*Matutina Meyapontense*, 114, 21 de dezembro de 1830.

²³¹*Matutina Meyapontense*, 129, 25 de janeiro de 1831.

destacados, incluindo homens livres pobres que poderiam ser convocados sem necessidade, com prejuízo de suas atividades. Em abril de 1831, outro caso de abuso surgiu nas páginas da Matutina:

[...] a Constituição não quer passar o Sertão do Cuiabá, só reina na Província de Goiás. Tal é o déspota Comandante da Legião de primeira Linha desta cidade do Cuiabá, o comendador Valério José Machado; que no princípio do ano de 1831 fez, e tem feito vários despotismos horrorosos, assim como fez em um soldado do seu regimento José Francisco de Souza no qual lhe mandou dar 204 bordoadas contra o regimento, que ficou de uma maneira tão pisado, que não se julgava mais ter vida, e felizmente não aconteceu assim²³²

O caso, que teria sido motivado pelo envolvimento do soldado com uma meretriz, era protagonizado por outro aliado de Poupino Caldas, o comendador Machado, e foi levado à presença do vice-presidente Gaudie Ley por um requerimento da própria vítima. Encaminhado para o juiz de paz e, com o auto de corpo de delito, sendo levado ao juiz do crime, o processo sofreu interferência do comandante das armas, que representou ao vice-presidente em conselho “pedindo a suspensão de tal processo, dando por motivo um futuro horroroso pela insubordinação dos soldados”.²³³ O argumento levava em conta os levantes na fronteira, que, nos dois meses que antecederiam à correspondência, tinham atingido simultaneamente três guarnições, na maior demonstração de força dos soldados e prisioneiros da província até então. Relativamente afastados das estratégias das lideranças da província, cuja ação política se dava em torno dos espaços institucionais, os soldados das distantes guarnições de fronteira viviam uma intensa experiência de mobilização armada. Se, por um lado, os dirigentes cuiabanos temiam tais mobilizações, por outro, não demorou para que passassem a tentar usar a força delas a seu favor. É o que argumentou o redator da Matutina, numa das poucas vezes em que se posicionou sobre a política cuiabana:

Uma malevolência ativa, ardente e infatigável trabalha por arruinar na Opinião Pública o Governo do Sr. André Gaudie Ley, Vice-Presidente de Mato Grosso: hábil em se aproveitar de alguma desinteligência (e muito pernicioso) que tem havido entre o Vice-Presidente e o Comandante das Armas (homem de probidade, e bom cidadão), ela tem procurado criar descontentamentos na Tropa imputando ao Vice-Presidente faltas de pagamentos, e destacamentos para as fronteiras e fortes da província, e procurando sublevar partidos, fomenta o espírito de desconfiança, pela mais sórdida e vil intriga²³⁴

²³²Matutina Meyapontense, 161, 9 de abril de 1831.

²³³Matutina Meyapontense, 161, 9 de abril de 1831; 162 12 de abril de 1831.

²³⁴Matutina Meyapontense, 192, 28 [21] de junho de 1831

Disputando o espaço político provincial a partir de Cuiabá, dois grupos foram se delineando por volta de 1830, liderados respectivamente por Gaudie Ley e por Poupino Caldas e Nunes. O que importa notar neste momento é que a ferrenha luta que travavam pelos postos políticos, militares e da junta da fazenda representava mais do que a defesa de interesses individuais, ainda que estes tivessem também sua importância. Fosse favorecendo (com o recebimento de soldos, que não eram mais do que direitos de cada servidor civil ou militar, ou ainda com promoções e proteção contra arbitrariedades) ou desfavorecendo (com a retenção de soldos ou com o abuso de poder no comando das tropas), os postos fazendários e militares permitiam a conquista de apoios políticos e a constituição de clientelas. Tratava-se, ainda que por uma via diversa daquela tomada pelos goianos que criaram a *Matutina*, de uma forma de organização para a projeção dos interesses no Estado, e que talvez explique a manutenção do domínio deste pequeno grupo de dirigentes, até 1831. A fragilidade deste domínio estava na necessidade de ocupar certos postos-chave no Estado para mantê-lo, fazendo com que eles defendessem sua presença nessas instâncias com todas as suas forças. Como se verá no próximo capítulo, esta fragilidade viria a se tornar um grave problema para estes dirigentes, tanto pela emergência de novos atores políticos, organizados de maneiras igualmente inovadoras, quanto pela criação da guarda nacional, que desarticulava toda uma arquitetura do poder em torno do comando das tropas, especialmente das milícias cuiabanas.

Num universo de recursos escassos e ligados diretamente à capacidade de influência política, a dimensão econômica da luta por posições no Estado era mais do que uma disputa pelos vencimentos, pelo *status* e por decisões que privilegiassem um ou outro ramo da produção ou do comércio. Em Mato Grosso, a estagnação econômica e a inexistência de um vigoroso setor econômico a disputar a direção política da província faziam com que os grandes interesses estivessem ligados diretamente ao Estado, o que se dava por diversas vias, como o fornecimento de gêneros para o abastecimento das tropas e as operações com a dívida pública. A estes negócios se associavam comerciantes – como no casos da venda de fardamentos, já mencionado – e produtores rurais, sobretudo de farinha, pois a carne que alimentava as tropas era quase sempre proveniente de fazendas do Estado²³⁵.

²³⁵ Romyr Conde GARCIA, *Mato Grosso (1800-1840)*, op. cit. André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit.

O papel crucial da máquina pública, em parte decorrente do caráter militarizado da sociedade numa área de fronteira, talvez explique a razão porque nenhuma das grandes polêmicas cuiabanas se deu em torno de questões ligadas à economia produtiva, como por exemplo a política fiscal ou a construção de estradas e pontes. O centro da discórdia estava na junta da fazenda e nas tropas. Em contrapartida, as polêmicas entre goianos remetiam quase sempre à divergência de interesses entre a pecuária do norte (com suas rotas voltadas para o sertão baiano) e a agricultura do eixo Meia Ponte – cidade de Goiás (articulada com o Centro-Sul do Brasil). Nesta província, os debates sobre os impostos e as estradas eram acalorados porque os interesses que com maior sucesso se projetavam no poder provincial tinham fundamento em atividades produtivas e no comércio, e não no próprio aparelho estatal.²³⁶

As lideranças políticas e suas relações

Em 28 de outubro de 1830, a *Matutina* publicou uma correspondência assinada “O Confessado, e arrependido por não poder fazer mais absurdos”²³⁷. Trata-se realmente de uma confissão, escrita em primeira pessoa, por alguém que assumia a responsabilidade por muitos abusos que vinham sendo cometidos na fazenda e no comando militar de Mato Grosso. Diversos dados biográficos da narrativa condizem com Poupino Caldas, incluindo datas em que assumiu determinados postos, o que significa que o texto era de autoria de algum de seus adversários. O “Confessado” – que supostamente era Poupino Caldas – assumia, dentre outras coisas, ter se apropriado de recursos da fazenda e ter abusado de sua autoridade no comando das milícias. Perdendo poder com a chegada de Gaudie Ley ao governo, ele lamentava:

Não é sem razão que algumas vezes na casa da Junta tenho chorado a falta daqueles meus companheiros que muito cooperaram para a minha felicidade, e eu para a deles; fizemos sempre boa união, o que hoje não posso fazer: também me tem feito grande falta o Comando de Milícias, com que eu blasonara contra as Autoridades, ou contra os Cidadãos que dizia publicamente não manguem comigo, que tenho mil e quinhentos homens à minha ordem (que de tanto se compõem a Legião de Milícias) e com isto metia medo a alguns fracos, que estavam por tudo quanto eu queria: tenho tentado algumas Bernardas

²³⁶ Por exemplo, a correspondência do “Perguntador”, na *Matutina Meyapontense*, número 9, questionava o porquê de o governo não reformar a estrutura tributária colonial e não investir na navegação do Araguaia, de interesse direto do norte da província. Ainda que conste da carta também uma crítica à falta de transparência das decisões da junta da fazenda, ela vai muito além disso. Um exemplo de debate acalorado entre os interesses econômicos da pecuária do norte e da agricultura do sul encontra-se na edição de número 24 do periódico. *Matutina Meyapontense*, 9, 2 de abril de 1830; 24, 25 de maio de 1830.

²³⁷ *Matutina Meyapontense*, 91, 28 de outubro de 1830.

contra os nascidos em Portugal! E também haviam de entrar alguns Brasileiros... pois tenho dito por muitas vezes, e publicamente, que se achasse muitos do meu ânimo, esta canalha não havia de existir entre nós [...]. Passando pela porta de um dos maiores negociantes desta Província, nascido em Portugal, estando ele na sua loja, eu virei-me para o acompanhamento e disse [...] podia esta rapaziada mata-lo e repartir o dinheiro! Não estou melhor para Capitão de Quadrilha do que para segunda Autoridade de uma Província?²³⁸

Como se percebe, Poupino Caldas era acusado não apenas de malversação de recursos e abuso de autoridade, mas também de ver nos milicianos sob seu comando uma guarda particular e de usar sua influência para incitar crimes contra adversários, inclusive alimentando e se utilizando do ódio contra os portugueses. Essas acusações levaram os historiadores que estudaram a Rusga a apresentar este personagem como um “agitador nativista”, por vezes até mesmo como “caudilho” que por seus atributos pessoais era capaz de mobilizar os setores livres pobres e libertos. Virgílio Correa Filho, por exemplo, afirma que Poupino Caldas “sabia o segredo de granjear a popularidades das ruas e dos quartéis” e que, “Poupino senhoreia a tropa toda da Província, da qual se faz estimado pela maneira liberal e folgazã com que trata os subordinados, quando lhe não incorrem na malquerença”²³⁹.

O que a análise da política mato-grossense através da *Matutina Meyapontense* permite perceber é que o poder exercido por Poupino Caldas sobre seus subordinados tinha outras razões além de sua “popularidade” ou sua “maneira liberal e folgazã”. O mesmo, aliás, com relação à “malquerença” dos que não eram beneficiados por ele. Ocupando a tesouraria da província e, em diferentes momentos, o comando das milícias e o comando das armas, ele tinha instrumentos para trazer para si uma parcela destes segmentos da população, sobretudo em Cuiabá. Também é importante ressaltar que, ao tentar “algumas Bernardas contra os nascidos em Portugal” seu ódio aos portugueses era bastante seletivo, dado que dentre seus principais aliados na luta contra Gaudie Ley estavam os “adotivos” Jerônimo Joaquim Nunes e Antonio José da Veiga. Assim como na polêmica que protagonizou, em 1830, contra o conselheiro Vieira, Poupino Caldas fazia uso do ódio ou da desconfiança com relação aos nascidos em Portugal como arma política. Ele estava longe de ser um agitador a pregar contra os “adotivos” indiscriminadamente.

²³⁸ *Matutina Meyapontense*, 91, 28 de outubro de 1830.

²³⁹ Virgílio CORREA FILHO. *História de Mato Grosso, op. cit.* p. 483-485.

André Gaudie Ley, por sua vez, enfrentou a oposição de Nunes e de Poupino Caldas com o apoio da câmara municipal e do comércio de Cuiabá, que encaminharam uma representação para que ele fosse nomeado presidente da província. Se bem sucedido, o então vice-presidente não dependeria mais das circunstâncias da província para continuar no governo, que então só poderia ser interrompido legalmente pelo poder central.²⁴⁰ O fato de Gaudie Ley ter se apoiado no comércio pode significar um estreitamento de suas relações com os donos de lojas, majoritariamente “adotivos”. Sendo ele mesmo negociante e acusado em diversas ocasiões de beneficiar certos aliados na compra de mercadorias para o abastecimento das tropas, ele pode ter representado, mais que os demais dirigentes da província, os interesses e aspirações deste setor da população – ou, pelo menos, de boa parte dele. Também neste caso, a historiografia não procurou compreender as relações políticas construídas fora dos espaços institucionais. Por exemplo, para Virgílio Corrêa Filho, a luta que Gaudie Ley travaria nos primeiros anos da Regência contra as “perseguições aos brasileiros adotivos” era (como no caso da “maneira liberal e folgazã” de Poupino Caldas), fruto de traços de sua personalidade e de valores que defendia: “André Gaudie, no governo, representa a ordem, [...] a autoridade que desfalece no próprio coração do Brasil”, com a Abdicação.²⁴¹

Finalmente, o brasileiro “adotivo” Jerônimo Joaquim Nunes, personagem importante nas polêmicas do período aqui analisado, foi comandante das armas até o dia 7 de dezembro de 1831, quando uma multidão tomou o quartel e a casa de pólvora de Cuiabá, redigiu uma representação e se apresentou armada diante do governo provincial para exigir a demissão de todos os funcionários civis e militares nascidos em Portugal. Uma multidão que não incluía nenhum dos homens de que trata este capítulo, pois sua trajetória política foi vivida a muitos quilômetros do palácio de governo. Uma multidão que, contrariando o Código Criminal, ameaçava a “paz pública” em Cuiabá, não só com armas, como haviam feito muitos dos seus antepassados, mas também com a revolução, que o liberalismo havia trazido ao horizonte. Uma multidão formada majoritariamente por soldados, dentre os quais foram atribuídas pela repressão algumas lideranças, que foram punidas, sem que o movimento tenha gerado casos de ferimentos ou de homicídios, apenas “sedição”, um crime político. Uma multidão que foi capaz de, mesmo sem poder votar, pôr um fim definitivo à carreira política e militar de Jerônimo Joaquim Nunes, que além de ocupar postos políticos e disputar a direção da província, era também o oficial

²⁴⁰ *Matutina Meyapontense*, 114, 21 de dezembro de 1830.

²⁴¹ Virgílio CORREA FILHO. *História de Mato Grosso*, op. cit. p. 479-480.

português que comandou os soldados da província na guerra de “pacificação” dos guaicurus, em 1827, e em diversas outras ocasiões.

Capítulo 2

O Sete de Dezembro e a trajetória política dos militares subalternos

No dia 7 de dezembro de 1831, o conselho de governo de Mato Grosso se reuniu para proceder a respeito de um plano que havia sido delatado a um comandante militar de que “os inferiores e soldados da 1ª Linha, e os pedestres, pretendiam na madrugada seguinte reunirem-se [sic] ao quartel ao som de um tiro de Peça, que deveria servir de sinal, e daí saírem armados para deporem os empregados adotivos”. As autoridades presentes, incluindo o “adotivo” José Joaquim Vaz Guimarães, se manifestaram de forma a atender a reivindicação em razão do temor provocado pela ação da tropa.

O conselho estava deliberando quando “ouviam-se alguns tiros”, que anunciavam “uma insurreição no quartel”, sendo de “supor que os oficiais ali destacados estavam em perigo, com o que interrompeu-se por momentos a sessão a fim de observar-se o rebato, e vivas, que dava a Tropa”. Os “vivas” eram para o coronel João Poupino Caldas, os “morras” destinavam-se aos “pés-de-chumbo”. O conselheiro e ex-comandante das milícias foi “ter com a Tropa, a fim de apaziguá-la, e saber dela o que pretendia”, e “regressando, disse que a Tropa queria a mesma cousa que o Exm. Sr. Presidente tinha ouvido”, ou seja, sua nomeação como comandante das armas. Poupino Caldas foi garantiu à tropa que o “conselho satisfaria a sua requisição”, mas os soldados seguiram afirmando “não depor as armas antes de se cumprir o prometido.”¹

No dia seguinte, a tropa ainda estava “com as mesmas Armas, apesar de se conservar pacífica”, e encaminhou “novas representações”, pedindo “que todos os brasileiros adotivos deixem os Empregos, que ocupavam”. Reunido mais uma vez, o conselho de governo decidiu “que se satisfizesse a requisição da tropa” de demissão de todos os “adotivos”, “visto que por este meio ilegal se evitavam maiores males.”²

2.1 – A sedição de 7 de dezembro e a política cuiabana

A primeira menção, na imprensa, à sedição de 7 de dezembro de 1831 ainda não a dava por certa. A *Matutina Meyapontense*, de 17 de janeiro de 1832, anunciou apenas que se generalizara “o boato de que em Cuiabá foram depostos dos empregos públicos todos os adotivos, e que o sr. coronel Poupino se achava comandando as armas pela deposição do sr. Jerônimo Joaquim Nunes”. O periódico desconfiava da veracidade das informações por ter recebido “cartas do Cuiabá datadas em 6 de dezembro, dia em que partira o

¹ *Matutina Meyapontense*, 311 (24 de março de 1832).

² *Matutina Meyapontense*, 311 (24 de março de 1832). “Sessão Extraordinária de 8 de Dezembro de 1831”

correio” que afirmavam que “tudo ia bem” e também porque esses eventos não eram mencionados na fala do vice-presidente, feita em 1º de dezembro. Segundo o periódico, “nenhum crédito merece portanto tal boato”.³

A diferença de um dia na partida dos correios havia impedido que, até aquele momento, chegassem informações confiáveis sobre a sedição. A desconfiança de que se tratava de um boato era fruto da prudência, pois rumores de grandes revoltas, guerras civis, suspensão da Constituição pelo governo, conspirações absolutistas em andamento, queda da Regência, invasão portuguesa, dentre outras tragédias políticas, corriam o país à época, gerando comoções em Goiás, onde era publicada a *Matutina*⁴.

Ainda que tomasse a sedição de 7 de dezembro por boato, o redator censurou a administração dos correios por não ter feito chegar a Cuiabá as edições anteriores do jornal, que, segundo ele, poderiam ter evitado precipitações. Isso porque essas edições traziam notícias de que uma sedição ocorrida na capital goiana em agosto de 1831, e que havia levado à deposição do presidente da província e de outras autoridades “adotivas”, havia sido censurada pelo poder central, sendo a maioria dos funcionários restituídos a seus postos. Ainda que pudesse exagerar sua influência sobre os acontecimentos, como ironizou depois o administrador dos correios em sua resposta⁵, a imprensa tinha de fato um grande poder sobre a circulação de informações e ideias, tanto maior no caso de um periódico que era o único voltado para o público de duas províncias do Império, Goiás e Mato Grosso. Mas, como demonstram as séries de boatos, a imprensa estava longe de monopolizar a circulação de informações e de ideias políticas.

Segundo a *Matutina* foi também um boato, o de que o governo regencial havia aprovado a demissão de todos os “adotivos” no Brasil, que servira de justificativa para uma tentativa de sedição em Cuiabá três meses antes do 7 de dezembro. Ela teria sido planejada para eclodir durante os festejos pelo aniversário da Independência. Contudo, “a *Bernarda* falhou, conhecendo os *rusguentos* bem a seu pesar que as autoridades tinham força bastante para conservar a ordem.”⁶. Percebe-se, assim, que havia na imprensa do

³ *Matutina Meyapontense*, 282, 17 de janeiro de 1832. Sobre a *Matutina*, ver o primeiro capítulo desta tese.

⁴ Dentre os exemplos de boatos que causaram comoção em Goiás pode ser mencionado o de que havia sido derrubado o regime constitucional, quando da suspensão de algumas garantias no Ceará (*Matutina Meyapontense*, n. 16, 27 de abril de 1830). Sobre os boatos no contexto do Sete de Abril ver a última parte deste capítulo.

⁵ *Matutina Meyapontense*, 314 (31 de março de 1832)

⁶ *Matutina Meyapontense*, 282, (17 de janeiro de 1832). Itálicos do original. A notícia da tentativa de 7 de setembro, por sua vez, chegou em Goiás junto a “boatos que se tinham espalhado de massacre geral em os adotivos” em Mato Grosso. *Matutina Meyapontense*, 252 (8 de novembro de 1831)

período uma linguagem política que organizava discursivamente estes fenômenos como “bernardas”, “rusgas”, dentre outras denominações.

Após anunciar a sedição como boato, a *Matutina* não voltou ao assunto por dois meses. Ao fazê-lo, como no caso de outras mobilizações, a perspectiva que o periódico trazia era a das agitações políticas em âmbito nacional, inserindo o sete de dezembro numa trajetória que incluía “as rusgas no Rio de Janeiro, [...] na Bahia, Pernambuco, Sergipe, etc.”. Tratava-se de uma dentre outras “deposições populares e tumultuárias” ocorridas pelo país.⁷ Assim como em outros casos de mobilizações armadas, com características as mais diversas (foram noticiadas no pós-Abdicação, dentre outras, as agitações “exaltadas” da Corte, a Cabanada e a Sedição de Ouro Preto), o periódico publicou, ao longo de várias edições, documentos e narrativas sobre o movimento. Sua postura era coerente ao condenar, geralmente sem ressalvas, todo tipo de mobilização armada após a Abdicação de d. Pedro I, que já teria garantido uma vitória liberal no país. Em alguns desses textos, o jornal inseria a sedição no contexto dos “extraordinários sucessos do Brasil [que] desde o memorável 7 de abril de 31 tem produzido sensações e fatos não comuns.”. No caso da sedição cuiabana, a perspectiva de um processo nacional de luta prevaleceu, mas surpreendentemente a *Matutina* fez uma defesa, ainda que parcial, da mobilização dos soldados e oficiais inferiores, vistos como os protagonistas indisputáveis daquele evento:

Vamos expor ao público o que tem tido lugar na cidade do Cuiabá desde o dia 7 de dezembro do ano findo. Neste dia 60 praças de 1ª linha, pouco mais ou menos, entre inferiores e soldados, e muitos paisanos a exemplo de outras províncias, e na persuasão de brilharem, por não estarem até então instruídos da horrorosa ilegalidade epidêmica efetuaram a deposição dos adotivos empregados sem o menor insulto nem palavra, exceto a ilegalidade sobredita. Deveriam merecer louvores, pois foram os primeiros em manter o sossego público que conservaram enquanto os intrigantes não fizeram aparecer boatos despidos de toda a probabilidade aos quais dando-se o nome de – dados – subiram a ser acreditados pelo governo da província.⁸

O artigo prosseguia criticando menos a sedição do que os boatos sobre supostos saques ou massacres perpetrados ou planejados pelos soldados da primeira linha. Na versão do periódico, o governo havia sido enganado sobre a escala e a gravidade da ameaça colocada pelas tropas, acabando por atender uma reivindicação inconstitucional que poderia ter sido negada. O que importa, por ora, é notar que, como seguiria ocorrendo

⁷ *Matutina Meyapontense*, 311 (24 de março de 1832).

⁸ *Matutina Meyapontense*, 329 (5 de maio de 1832).

nas edições seguintes, as principais discussões suscitadas pela sedição de 7 de dezembro diziam respeito à tropa de linha e aos boatos que se seguiram à mobilização, não se duvidando que soldados e oficiais inferiores fossem os principais agentes da sedição. Além deles, teriam participado muitos “paisanos”, termo frequente na documentação militar, designando homens que viviam próximos às guarnições e que com elas se relacionavam, mas que não pertenciam às tropas⁹.

Ainda que existisse a sugestão de que havia uma “mão oculta e generosa” por trás do movimento, no mesmo texto o jornal afirmava não terem se comprometido na sedição “os oficiais de 1ª linha, os de milícias, e nem o povo.”¹⁰ Reforçava a ideia de que, em razão de uma mobilização autônoma dos soldados, repercutindo nos dias seguintes, levou ao envio da tropa que estava na capital para a fronteira. Nos meses seguintes, houve mais quatro grandes comoções em Cuiabá, além de uma revolta na fronteira, que resultaram numa série de reuniões extraordinárias do conselho de governo. Em uma delas, foi decidida, em setembro de 1832, a extinção do corpo militar que protagonizara os eventos de 7 de dezembro, com a demissão de todos os soldados e oficiais inferiores, até o posto de sargento. Como veremos adiante, a sedição era parte de um conjunto mais amplo de mobilizações, tornando-se um marco na trajetória política dos soldados.

Os protagonistas do 7 de dezembro eram soldados e oficiais inferiores. Homens que tinham passado longos períodos na fronteira e que, naquele momento, estavam em Cuiabá, mais precisamente no quartel da Legião de Linha, o mesmo que seria tomado três anos depois, quando da eclosão da Rusga. Ainda que nem todos concordassem que tenha sido “sem o menor insulto nem palavra, exceto a ilegalidade”, é praticamente certo que não ocorreram agressões ou assassinatos por parte dos rebeldes, apenas boatos de crimes terríveis que teriam praticado ou planejado praticar¹¹. Contudo, quando boatos aterradores se tornaram reais, na noite de 30 de maio de 1834, o 7 de dezembro passou a ser visto de outra maneira. Tratava-se de uma “prova” do plano executado na Rusga, e que envolveu dezenas de assassinatos premeditados:

A revolução operada em Cuiabá em a noite de 30 de maio de 1834, teve primeiramente origem por um ensaio feito no ano de 1824, posto em prova em 7 de dezembro de 1831, e executado cabalmente em aquela malfadada noite de 30 de maio. E como para orientar o público, a quem nos dirigimos, seja mister instruí-lo dos principais fatos que contribuíram para ela, vamos

⁹ Num sentido mais geral, nos termos de um dicionário de 1832, “paisano” se definia como “o que não é soldado”.

¹⁰ *Matutina Meyapontense*, 311 (24 de março de 1832).

¹¹ *Matutina Meyapontense*, 329 (5 de maio de 1832).

apresentar o medonho quadro daqueles acontecimentos horrorosos que abismaram aquela bela província nos horrores da anarquia, e sepultaram para sempre os seus autores na ignomínia a mais desprezível.¹²

A sedição de 7 de dezembro de 1831 foi um marco na história política da província de Mato Grosso que acabou encoberto pela sombra que a “catástrofe” do Trinta de Maio projetou. Assim, as exceções, como mencionado no excerto, vinham já manchadas pelo sangue ela que fizera correr. As poucas narrativas, posteriores à revolta e ao massacre de 1834, que mencionam a sedição de 1831 o fazem em poucas linhas, geralmente interpretando-a como uma tentativa de levar a cabo planos de expulsão ou de assassinato de portugueses, que se confirmariam na Rusga¹³. O excerto acima é o início de um *Manifesto* publicado na Corte em 1835, sob o pseudônimo “O Amigo da Justiça”. Segundo ele, no dia 7 de dezembro de 1831 “se pôs em prova aquela revolução, para ser empolgado no comando das armas o João Poupino”.¹⁴ Portanto, além de ser supostamente expressão de um antigo plano que culminaria na Rusga, o sete de dezembro seria uma mobilização com uma finalidade bastante mesquinha: a de levar um personagem no mínimo controverso (no caso do *Manifesto*, e de vários outros textos coevos, descrito como criminoso incorrigível) ao comando das armas da província.

Trata-se, como vimos no primeiro capítulo, de João Poupino Caldas, um dirigente de Mato Grosso frequentemente acusado de incitar e instrumentalizar o ódio aos brasileiros “adotivos”, como eram denominados os indivíduos nascidos em Portugal que adquiriram cidadania brasileira por residirem no país quando da promulgação da Constituição. O intuito do *Manifesto* era denunciá-lo publicamente, tanto no sentido de expor sua colaboração com rebeldes e homicidas do Trinta de Maio, quanto no que se refere às arbitrariedades cometidas na repressão que comandou contra esses mesmos criminosos e contra pessoas inocentes. A menção a eventos anteriores à Rusga teria, então, a função de expor os crimes, as consequências e os comportamentos inadequados pregressos de Poupino Caldas, o que também foi feito com relação a seu aliado na repressão à Rusga, Antonio Pedro de Alencastro. Se o sete de dezembro era inserido na

¹² O AMIGO DA JUSTIÇA, “Manifesto” (IHGB, Lata 168, doc. 8).

¹³ A sedição é mencionada apenas de passagem nas obras acadêmicas que abordam a Rusga, mesmo a de Valmir Batista Corrêa que dá mais atenção ao protagonismo dos soldados nas mobilizações armadas de Mato Grosso. Muito influenciada pelo *Manifesto*, que é um documento essencial para se compreender a Rusga, mas que oferece uma dentre várias perspectivas sobre a trajetória da província, a historiografia do Trinta de Maio nunca questionou a suposta responsabilidade de Poupino Caldas ou de outras lideranças da província sobre as intensas agitações ocorridas entre 1831 e 1834 em Mato Grosso. Valmir Batista CORRÊA. *História e violência em Mato Grosso, 1817-1840*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

¹⁴ O AMIGO DA JUSTIÇA, “Manifesto” (IHGB, Lata 168, doc. 8).

perspectiva da *Matutina* dentre as “rusgas” e “bernardas” por todo o país, no caso do *Manifesto* ela era um evento a compor a trajetória de crimes e inconseqüências de João Poupino Caldas.

Os “absurdos” de Poupino Caldas

Não era a primeira vez que, publicações, expunham em série atos criminosos de Poupino Caldas, uma vez que, ainda no Primeiro Reinado, a *Matutina Meyapontense*, como mencionado no capítulo anterior, divulgara textos desse teor.

Numa dessas publicações, um adversário elaborou uma suposta autobiografia do líder político, assinada “O Confessado, e arrependido por não poder fazer mais absurdos”. Publicada no dia 28 de outubro de 1830, a “confissão” atribuída sarcasticamente a Poupino Caldas acusava-o, dentre outras coisas, de ter “tentado algumas Bernardas contra os nascidos em Portugal”¹⁵. A atribuição deste tipo de episódio a ele aparecera em outras polêmicas, como também nas palavras de alguns dos alvos da Rusga:

João Poupino Caldas [...] dizia publicamente em todas as ocasiões de ajuntamento, até mesmo estando em sessão do Conselho do Governo que se houvesse quatro rapazes que se pusessem à frente da tropa se dava cabo dos adotivos e ficava-se-lhe com o dinheiro, o que contestavam os conselheiros Gaudie, Albano e José da Costa Ribeiro e como fosse contestado respondeu que então fossem deportados para Dourados [...] ¹⁶

Mas sua “confissão” não dizia respeito apenas à incitação de ódio aos portugueses. O texto organizava numa mesma narrativa denúncias as mais diversas, presentes não apenas em outras cartas na imprensa, como também em espaços de representação política, em correspondências entre autoridades da província, em documentos emanados do poder central, dentre outras fontes.¹⁷ Ainda que os ataques fossem generalizados entre adversários políticos, as acusações eram bastante específicas e reiteradas por diversas pessoas pertencentes a grupos políticos distintos. É muito provável que houvesse uma cota de mentiras deliberadas nas alegações, afinal tratava-se de uma luta faccional agressiva de todas as partes, mas, por sua especificidade e coerência nos detalhes, mesmo quando os acusadores eram de “partidos” diferentes, é inegável que muito do que ali se

¹⁵ *Matutina Meyapontense*, 91, 28 de outubro de 1830.

¹⁶ Depoimento de Francisco Manuel Vieira. “Inquérito instaurado na cidade de Goyaz, pelo respectivo Juiz de Paz e por ordem do Governo da Província, acerca dos sucessos de 30 de Maio em Cuyabá” in *RIHGMT*, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141.

¹⁷ Sobre os abusos de poder relacionados ao comando das milícias, ver “2.3 – Corpos militares e poder político”, adiante. Sobre as acusações relativas à junta da fazenda, dentre outros, Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial*. São Paulo: FFLCH – USP, 2003.

denunciava fazia parte da prática política desta liderança; sobretudo com relação à formação de clientelas por via do uso indevido do posto de tesoureiro provincial; ao abuso da violência estatal graças ao comando da Legião de Milícias de Cuiabá; e ao uso deste comando para fazer das promoções no corpo militar também um instrumento de formação de clientela.

Chama a atenção que, mesmo sendo acusado na imprensa durante anos, o líder político não procurasse demonstrar a falsidade das acusações como costumaram fazer outros denunciados. Com textos assinados mediante o uso de pseudônimos que se colocavam em sua defesa, baseados em argumentos sobre o seu “patriotismo”, dentre outras qualidades, sem que se entrasse no mérito das denúncias e por vezes apelando, na própria defesa, à desconfiança com relação aos nascidos em Portugal. Exemplar, nesse sentido, foi uma acusação de desvios de recursos públicos feitas por um “adotivo”, à qual um defensor do comandante da Legião de Milícias respondeu que “esta malquerença que o Sr. Vieira tem com o Sr. Poupino é por o conhecer brasileiro nato, e resoluto”, e que, como o “Brasil nunca tornará a ser colônia, bem podem perder as esperanças, e o coronel Poupino só tem desejos de bem servir à pátria”¹⁸. Em denúncias de favorecimento em promoções nas tropas e nos pagamentos de soldos, as defesas também parecem confirmar as acusações. Numa delas, dizia-se que “os invejosos cuiabanenses que não passam de quatro bazulaques, não gostam do sr. coronel Poupino Caldas por este ser pródigo com os amigos, constante na adversidade dos mesmos e erguedor dos desvalidos.”¹⁹. Não eram os termos do liberalismo político que sustentavam sua defesa, mas os atributos pessoais e a lealdade a vínculos personalistas. Mesmo ataques pesados, como aqueles da “confissão”, eram respondidos sem que se negassem, caso a caso, os “absurdos”.

Sendo assim, é interessante notar que a acusação de ter liderado o sete de dezembro foi a única respondida com a assinatura de Poupino Caldas ao longo dos quatro anos de duração da *Matutina Meyapontense*, período no qual foi alvo de dezenas de ataques, sendo defendido frequentemente por textos assinados por pseudônimos. Na resposta a uma correspondência assinada “O Guarda Nacional”, que o acusava de ter parte na sedição (analisada mais à frente), ele negou de forma genérica as acusações, ameaçou judicialmente o acusador e fez uma defesa de seu caráter, sem entrar no mérito de sua atuação na sedição que o alçara ao comando das armas da província. Curiosamente,

¹⁸ *Matutina Meyapontense*, 137, 12 de fevereiro de 1831.

¹⁹ *Matutina Meyapontense*, 166, 21 de abril de 1831.

enquanto seus adversários escreviam em primeira pessoa para fazer sua biografia cheia de “absurdos”, Poupino Caldas, mesmo assinando o texto, falava de si em terceira pessoa:

Mas felizmente o João Poupino Caldas não é o ente infeliz que a ideia do correspondente originalizou. É, pelo contrário, um cidadão pai de família, cuja vida privada, se não é a crônica das virtudes, ao menos não faz vergonha à sua vida pública, em que sempre mereceu os votos de seus concidadãos, e continua a merecer, sem que para isso empregue pólvora e bala como quer o correspondente²⁰

De fato, Poupino Caldas havia tido “votos de seus concidadãos” em número suficiente para vencer todas as eleições até então realizadas para os espaços de representação na província: primeiro na junta governativa cuiabana (e também na da cidade de Mato Grosso, após a unificação, ainda que neste caso não tenha assumido o posto), depois no conselho de governo e no conselho geral. Graças à eleição para o conselho de governo, ele podia atuar na junta da fazenda, sendo que uma das acusações reiteradamente feitas a ele dizia respeito ao uso do posto de tesoureiro da junta para realizar pagamentos seletivos com as escassas receitas da província. O poder de pagar a protegidos, deixando adversários sem soldos e outros direitos, teria garantido a Poupino Caldas uma clientela que, ao contrário do que afirmava em sua defesa, fora acusada diversas vezes de empregar “pólvora e bala” em pequenos incidentes na província. É que além de conselheiro do governo e tesoureiro da fazenda, Poupino Caldas foi por quase todo o Primeiro Reinado comandante da Legião de Milícias de Cuiabá. Era fazendo de alguns de seus comandados uma guarda particular que, diziam as denúncias, ele aterrorizava e agredia adversários, além de incitar “bernardas contra os portugueses”.

A “confissão” denunciava diversas formas de apropriação indevida de recursos e de bens públicos, inclusive de animais das fazendas que forneciam alimentos para os soldados da província. O controle da tesouraria provincial já teria lhe rendido, em 1830, “quarenta contos, trinta negros, cavalo de estrebaria, boas casas e bem adereçada fazenda”. Ainda segundo a “confissão”, sustentado no “bom gênio dos meus companheiros da junta [da fazenda] por serem quase todos meus parentes, negocieei muito com o dinheiro da nação (embora os empregados gritassem)”²¹. Além disso, Poupino Caldas teria vendido mercadorias para o governo com valores acima do mercado e teria se aproveitado de seu poder político para lucrar com a dívida provincial, fazendo empréstimos sobre juros que sabia que seriam satisfeitos, ao contrário dos soldos dos

²⁰ *Matutina Meyapontense*, 358 (11 de agosto de 1832).

²¹ *Matutina Meyapontense*, 91 (28 de outubro de 1830).

funcionários civis e militares. Estes vinham sendo pagos com títulos, a serem satisfeitos por ordens do governo por meio de portarias que ele depreciava como “papel sujo”,

[...] e com este descrédito recebi muitas com grande rebate, e outras paguei com fazendas da loja por um bom preço, e ainda as portarias com rebate (como aconteceu com o Manso e outros). Comprei muitos documentos da dívida passiva a cem por quatro, e por menos, depois cobre real por real, é verdade que quase todos os meus companheiros deste tempo faziam o mesmo! [...] Eis aqui como se ganha dinheiro.²²

Na carta, o “arrependido” lamentava que “foram essas dilapidações ficando muito públicas” graças a “um diabo de um conselheiro”, o que o levou a propor que ele “fosse desterrado para fora da província”, sendo repreendido pelo imperador, que “mandou não ter lugar esta medida, por ser contra a Constituição e todas as Leis do Império, e que ninguém pode ser expulso da sua residência senão por sentença que a isso o condene”. Diante da repreensão lamentava: “se eu tivesse lido a Constituição e não fosse inimigo de ler papeis públicos não me aconteceria isso”. A repreensão de fato ocorreu e esta não era a primeira censura do poder central aos atos de Poupino Caldas. “Pelo meu gênio revoltoso, fui repreendido por Sua Majestade em 1823 [...] por ter concorrido para a desunião [da cidade] de Mato Grosso com esta cidade de Cuiabá”. Naquela ocasião, desconfiado de que a censura fora causada por um “velho Guimarães”, Poupino o teria procurado e o agarrado “pelo peito da casaca” o fazendo “correr todas as ruas, para que dissesse que não era ele.”²³ A mesma história foi novamente contada numa correspondência publicada em maio de 1832.²⁴

Poupino Caldas também foi acusado de fazer “muitos despotismos” contra seus comandados nas milícias, especialmente ao recrutá-los para as tropas pagas. Segundo a “confissão”, tendo havido ordem do Imperador “para os milicianos não fazerem mais destacamentos, e estando no quartel cento e tantos daqueles, parte casados e outros filhos únicos, eu fiz que a todos estes se lhe assentassem praça paga! Não defendi os meus súditos como Judas defendeu a Cristo?”²⁵. Percebe-se, portanto, que não era apenas agraciando, mas também punindo, inclusive com o recrutamento, que o comandante construía sua clientela, ganhando desta maneira tanto amigos e protegidos, quanto inimigos. Ainda segundo a “confissão”, “um dia andando com a Legião de Milícias, fazendo o meu figurado” o “arrependido” teria entrado na casa de um adversário e

²² *Matutina Meyapontense*, 91, 28 de outubro de 1830.

²³ *Matutina Meyapontense*, 91, 28 de outubro de 1830.

²⁴ *Matutina Meyapontense*, 330, 8 de maio de 1832

²⁵ *Matutina Meyapontense*, 91, 28 de outubro de 1830.

mandado, em suas palavras, “logo agarrar e eu mesmo ajudei esta presa, e o conduzi ao quartel, mandei lhe dar uma roda de pau, sem outra formalidade que não fosse a da força, como é meu costume”²⁶. Relatada em casos de violência de comandantes da fronteira contra soldados, a “roda de pau” voltaria a aparecer na repressão da Rusga, tratando-se ao que parece de um espancamento coletivo sob o comando de um oficial.

Os abusos, contudo, não necessariamente se davam na presença de Poupino Caldas. Na “confissão”, afirmava que:

[...] como o Cuiabá é falto d’água, mandava os meus negros na bica, escoltados por soldados da minha guarda, com ordem de tirar para fora os que estivessem tomando água, e aqueles que repugnassem que lhe metessem as espadas; alguns negros deram nos soldados depois dei ordem que os matassem.

É evidente que não era toda a Legião de Milícias que servia aos propósitos pessoais e políticos de Poupino Caldas, mas era sua condição de comandante, somada aos postos políticos eletivos que acumulava, o que permitia ao “confessado” cometer tantos “absurdos”. Aliás, não faltavam acusações de “que dizia publicamente não manguem comigo, que tenho mil e quinhentos homens à minha ordem (que de tanto se compõem a Legião de Milícias) e com isto metia medo a alguns fracos”. Ou ainda, de que “pelas casas de negócio, e pelas esquinas, em que era frequente, sempre publicava – não ter superior na província por ser membro do governo e que tinha uma Legião às suas ordens.”²⁷ Ao comemorar uma eleição, Poupino Caldas foi acusado de dar “tiros com pistolas pelas portas dos parentes” do candidato derrotado, “produzindo assim um alarme nesta cidade e subúrbios.”²⁸ Tratando-se de homens menos poderosos, o abuso de autoridade se configurava claramente, sendo Poupino Caldas acusado de colocar um escrivão, seu subordinado, “de tronco no pescoço no quartel”, e de “fechar em um círculo e cobrir de planchadas” um sargento das milícias sob seu comando²⁹. Mesmo nas sessões do conselho geral, ele foi acusado de “ter ido de pistolas”, mandato que viria a abandonar, segundo a “confissão”, por não render soldo, já que no conselho de governo “não falhei um só dia, por causa das dez patacas que neste tem gratificação; não sou um bom jornalista? que só trabalho quando se me paga?”³⁰

²⁶ *Matutina Meyapontense*, 91, 28 de outubro de 1830.

²⁷ *Matutina Meyapontense*,

²⁸ *Matutina Meyapontense*, 330, 8 de maio de 1832

²⁹ *Matutina Meyapontense*, 330, 8 de maio de 1832

³⁰ *Matutina Meyapontense*, 91, 28 de outubro de 1830.

Mas o comando das milícias já não estava nas mãos de Poupino Caldas quando a sedição de 7 de dezembro eclodiu. Como narrado na “confissão”, “no dia 31 de dezembro [de 1830] tiraram-me este comando, que muito senti pela razão de ficar sem pajem para os meus negros e outras coisas que eu cá sei...”. As milícias seriam extintas em seguida, minando em definitivo uma das bases de formação de clientela com que contava Poupino Caldas. Porém, não foi o fim de seus “absurdos”, como atestam o *Manifesto* e outras fontes posteriores. A narrativa inclui ainda a acusação de ter se apropriado dos bens de um rapaz que o acompanhou numa viagem como negociante para o Rio de Janeiro e que morreu no caminho. Compreende também denúncias de “suborno” nas eleições (sem maiores detalhes) e de responsabilidade por uma “proclamação incendiária” que ele mesmo teria denunciado e cuja (falsa) delação lhe teria rendido a comenda da ordem de Cristo.³¹

A comenda aparece em outras cartas, com insinuações de que ele teria gasto uma fortuna para obtê-la. Na verdade, era comum que homens abastados da província oferecessem doações para os cofres provinciais, pedindo em seguida esta e outras honrarias, nem sempre sendo atendidos.³² A comenda de Poupino Caldas reaparece num depoimento a respeito da Rusga, numa passagem que também se refere à sedição de 7 de dezembro. O episódio teria ocorrido durante o tumulto da noite de 30 de maio de 1834, quando ele era o vice-presidente em exercício:

Por este sucesso houve uma contestação [dos rebeldes] com o vice-presidente na frente do quartel, suscitado por um cadete Antônio Rodrigues Pais, que lhes dirigiu as palavras seguintes: Vossa Excelência para que nos quer outra vez atraí-lo, como em 7 de Dezembro de 1831. O Vice-Presidente responde-lhe, que pela sua comenda não faria tal, e prometia que nenhum mal havia de acontecer; ao que respondeu-lhe o cadete: e quando Vossa Excelência obre o contrário, com uma bala arrancarei a comenda.³³

Poupino Caldas sem dúvida teve um papel destacado na sedição de 7 de dezembro de 1831. Mas não faltam evidências de que não foi ele quem mobilizou os soldados, ainda que tenha instrumentalizado a mobilização e, ao que parece, a traído de alguma maneira. Ele foi denunciado por ter envolvimento na sedição numa série de correspondências assinadas “O Guarda Nacional”, sendo a acusação a de que teria introduzido a “anarquia”

³¹ Matutina Meyapontense, 91, 28 de outubro de 1830.

³² Dentre outros, fizeram pedidos de honrarias André Gaudie Ley, Joaquim José Vieira, Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça, Joaquim Duarte Pinheiro, Antonio Luiz Patrício da Silva Manso, Luiz d’Alincourt e José Jacinto de Carvalho. A lista inclui homens de todas as facções que disputaram a direção da província entre a Independência e a Rusga. AN IJJ9 41; IJJ9 504; IJJ9 505

³³ *O AMIGO DA JUSTIÇA*, “Manifesto” (IHGB, Lata 168, doc. 8).

na província caso “nosso caráter nimamente pacífico nos não livrasse de aceder a todas as suas sugestões”. Também se refere a carta à “insubordinação por ele incutida, e de que ele mesmo deveria ser vítima como todos os que fizeram revoluções por egoísmo”, bem como aos eventos pregressos, pois “há trinta anos que constantemente temos sido atacados, e prejudicados por este camaleão”.³⁴

Percebe-se que a sedição, pouco depois de sua eclosão, já era tratada como um dos “absurdos” de Poupino Caldas (não se tratando, portanto, de atribuição posterior). A sedição, contudo, partiu da fronteira e não de Cuiabá; os soldados que vieram a tomar as ruas não eram os milicianos que o comandante havia usado como guarda particular. Era a Legião de Linha, corpo regular com um histórico de ao menos dezesseis revoltas ou tentativas de revolta entre 1821 e 1832. Foi após derrubarem quatro comandantes “adotivos” da fronteira, apenas no ano da sedição, que eles se mobilizaram em Cuiabá e destituíram Nunes, até então aliado de Poupino Caldas. É muito provável que o responsável por tantos “absurdos” tenha influenciado diretamente o movimento dos soldados, mas também é possível que, uma vez colocado o desafio armado ao governo e apresentada a reivindicação de destituição dos “adotivos”, ele tenha garantido para si o comando das armas com o apoio de parte da tropa. Quanto a esta, suas demandas não eram necessariamente a ele favoráveis, mas certamente eram contrárias a Nunes.

A principal autoridade derrubada pela sedição de 7 de dezembro era cunhado e, até então, aliado de Poupino Caldas, mas também era a única liderança política da província que tinha longa experiência na fronteira. Nascido em Vila Nova de Portimão, Reino de Portugal, no ano de 1769, Nunes assentou praça em 1789 e em 1796 combateu o exército francês, quando foi feito prisioneiro. Em 1802, “já promovido a 1º tenente, saiu de Porto Feliz, capitania de São Paulo, comandando grande expedição vinda pelos rios, conduzindo para Cuiabá peças de artilharia, morteiros, armas de fogo, muita pólvora e munição, para reforçar várias guarnições da capitania de Mato Grosso, chegando nesta vila em 1805”³⁵. Na década de 1810 foi comandante das guarnições de Miranda e de Coimbra e foi também o responsável pela exumação e traslado dos restos mortais do engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra para a então capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, tendo sido o corpo enterrado na capela de Santo Antonio dos

³⁴ A correspondência do “Guarda Nacional” será retomada ao final do capítulo e consta dos números 329, 330 e 334 da *Matutina Meyapontense*.

³⁵ Paulo Pitaluga Costa e SIVA. *Dicionário biográfico mato-grossense período colonial - 1524/1822*. Cuiabá, Mato Grosso, Brasil: Editorial Carlini & Caniato, (Trilogia Colonial Mato-Grossense, 3), 2005.

Militares. Almeida Serra era celebrado naquele tempo pelos militares de Mato Grosso como uma espécie de mártir da defesa da fronteira.³⁶

Em 1818 chegou ao comando das armas da província, sendo também inspetor da Real Casa da Pólvora. No ano seguinte, vendeu uma casa de sua propriedade para que se construísse o palácio de governo de Cuiabá, dado que o capitão-general Magessi havia transferido oficialmente as diversas repartições para a cidade, consolidando a mudança do centro político da capitania. Nunes era proprietário de imóveis urbanos na nova sede do poder, assim como Poupino Caldas, beneficiando-se da orientação favorável à cidade que vinha caracterizando os últimos governos coloniais. Assumiu o comando geral das milícias em 1820, tendo deixado o oficialato da primeira linha. Presidiu a primeira junta governativa de Cuiabá e elegeu-se também para a segunda. Em 1826 foi o mais votado para o conselho de governo, tornando-se vice-presidente da província. Entre dezembro deste ano e o fim do ano seguinte, comandou os soldados na guerra guaicurú, o mais importante conflito na província durante o Primeiro Reinado. Em 1829 foi promovido a coronel das milícias e chegou ao executivo provincial na condição de vice-presidente, deixando o posto em 1830, quando retomou o comando das armas.³⁷

Embora fossem aliados, os comandantes das armas destituído e promovido ao posto tinham trajetórias bastante diversas. Nunes tinha uma longa experiência na fronteira e era identificado com o comando militar da província e com a aliança com oficiais das tropas regulares, ao contrário de Poupino Caldas, comandante das milícias com negócios em Cuiabá, em Diamantino e na Corte. Para os que haviam construído suas trajetórias de mobilização política nas guarnições de fronteira, não necessariamente os alinhamentos políticos construídos em Cuiabá eram os mais determinantes em momentos de confrontação com as autoridades da província. Assim, para compreender melhor o 7 de dezembro – episódio que mudaria todo o cenário político em Mato Grosso e sem o qual não é possível compreender a Rusga – será preciso analisar dois tipos de trajetórias ligadas aos corpos militares. Uma delas é a dos soldados em sua experiência de resistência, com uma trajetória de mobilizações armadas crescentes entre 1821 e 1832, que, juntamente com outras lideranças, Poupino Caldas tentou, mas não conseguiu controlar. A outra é a das relações entre poder civil e militar, entre milícias e tropas regulares e entre Cuiabá e a fronteira no contexto da guerra guaicurú de 1826-1827. Antes disso, porém, importa

³⁶ Sobre Almeida Serra e a importância a ele atribuída pela construção do sistema de defesa da fronteira oeste, André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit. Capítulo 4.

³⁷ Paulo Pitaluga Costa e SIVA. *Dicionário biográfico mato-grossense período colonial*, op. cit..

apresentar as lideranças políticas da província que se opunham aos “absurdos” do comandante das milícias.

Os “partidos” e as relações com o centro

Em janeiro de 1831, logo que Poupino Caldas recebeu sua comenda da ordem de Cristo, o fato foi celebrado numa carta publicada na *Matutina*, assinada “O Amante da Constituição”:

As intrigas tem cessado, porque o Sr. Poupino alcançou a Comenda de Cristo, e já tem vergonha, sendo *comendador*, fazer *papéis insignificantes*, e apesar, que dizem os malévolos, que bom dinheiro lhe custou, contudo ela nos serve, porque tem feito ao Sr. Poupino outro homem, tanto que quando a lançou ao peito pela primeira vez chorou muito, o que indica arrependimento dos tempos loucos.³⁸

A carta continha uma série de ironias e defendia o governo do cunhado e adversário político de Poupino Caldas, André Gaudie Ley. O texto começava congratulando o jornal por ser :

[...] amante da boa ordem, estimando por isso a inquietação das Províncias, louvando as autoridades que se conduzem constitucionalmente, e estranhando aquelas que são pouco amantes da Constituição, cheios daquele entusiasmo próprio de um brasileiro, que tem por base fundamental adorar a Santa Constituição, e bem servir a sua Pátria.

Como se percebe, ao contrário dos textos em defesa de Poupino Caldas, princípios ligados ao liberalismo político estruturavam o discurso. O artigo trazia uma lista de personagens da política cuiabana com comentários satíricos sobre como o comportamento de cada um melhorara desde que Gaudie Ley estava no executivo provincial. O “comendador” que fazia “papéis insignificantes” era o primeiro da lista, sendo o segundo um padre “colega do senhor Poupino”, que depois de “intrigar” a cidade estava “criminoso de lesa-nação”. O terceiro nome era o do tenente José Maria, filho do comandante das armas Jerônimo Joaquim Nunes e que, segundo a carta, “já não dá mais tiros em *mulheres pacíficas*”³⁹. Trata-se de referência a um caso que aparece em outras cartas, em que se acusava o tenente, “em sua fazenda denominada – Curralinho”, por “galantaria” ter disparado um tiro de espingarda nas pernas de Inês de tal, que o acompanhara da cidade: ele trouxe-a para as casas do pai, e me dizem, a tratou até final

³⁸ *Matutina Meyapontense*, 129, 25 de janeiro de 1831. Itálicos do original.

³⁹ *Matutina Meyapontense*, 129, 25 de janeiro de 1831. Itálicos do original.

restabelecimento; tudo foi particularmente, não houveram queixas, e dizem mais, que a moça nega o fato.⁴⁰

O pai do tenente, então comandante das armas, também fazia parte da lista, acusado de ter oprimido “os milicianos”, o que felizmente não fazia no governo de Gaudie, “tanto assim que já não concorrem para as domingas do mês lavradores de 12, 14, 16 léguas”.⁴¹ Outra denúncia ligada a um filho de Nunes refere-se à condição de cadete de uma criança de dez anos de idade que sarcasticamente se diz que “logo que acabe de aprender a ler vai vencendo antiguidade”, ou seja, vai avançando na carreira militar.⁴²

Também era incluído o oficial militar Joaquim Duarte Pinheiro, que segundo a carta tinha felizmente deixado de acreditar “que o Senhor dos Passos quer que o Infante D. Miguel seja o Rei de Portugal”. Além de relacionar um adversário ao irmão de d. Pedro I (o que, naquele contexto, era apontá-lo como defensor do “absolutismo”), o texto trazia acusações contra “a praga do Egito que veio para cá dessa cidade de Goiás”, ou seja, “o Sr. Getúlio”, também referido como “nhonhô”. Tratava-se do deputado eleito para a primeira legislatura da câmara pela província de Mato Grosso, Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, que havia sido secretário do presidente Saturnino da Costa. Segundo a carta, andava-se dizendo que “nhonhô (o Sr. Getúlio) está para ser presidente de São Paulo; do que julgo que está livre o Sr. Getúlio por falta de conhecimento para governar uma tão populosa e ilustrada província”. Neste caso, é evidente a crítica ao “chumbismo”, ou seja, à identificação com um “partido” que manteria uma relação servil com o monarca, pois o deputado em questão havia sido eleito com apoio de um presidente nomeado por d. Pedro I, bem como havia sido ele mesmo nomeado presidente da Paraíba por um governo que, em 1830, era duramente criticado pelos liberais.

Portanto, existe tanto uma retórica quanto um alinhamento político que colocam os apoiadores do governo de Gaudie Ley num campo liberal no período que precedeu à Abdicação. Tudo indica que, até o ano anterior à Rusga, somente “Sr. Getúlio” fosse comumente denunciado como líder dos “malvados caramurus”⁴³. Dentre os dirigentes de Mato Grosso, os únicos relacionados ao deputado “caramuru” foram Poupino Caldas e Nunes.⁴⁴ Uma das acusações que atingiam o primeiro era a de que,

⁴⁰ *Matutina Meyapontense*, 127, 20 de janeiro de 1831.

⁴¹ *Matutina Meyapontense*, 129, 25 de janeiro de 1831. Como veremos, o destacamento das milícias era uma questão política central para a província, que três anos antes da carta esteve em guerra contra os guaicurús, o que gerou uma demanda por recrutamento massivo.

⁴² *Matutina Meyapontense*, 61, 19 de agosto de 1830

⁴³ A expressão consta de: *Matutina Meyapontense*, 437 (15 de maio de 1833).

⁴⁴ *Matutina Meyapontense*, 111 (14 de dezembro de 1830)

[...] nas eleições de Getúlio para deputado [...] deram João Poupino e os candidatos a força as listas dos eleitores, a maior parte dos que lhes receberam andou com aqueles prometendo mortes aos eleitores que não eram da facção, não só para que votassem em seu cunhado (Nababos) para senador, como para que não elessem para deputado a J.J. Guimarães Silva (é de notoriedade e subsistem os ameaçados.)⁴⁵

Não necessariamente a acusação é verídica e também não é certo que ao atacar Guimarães e Silva, Poupino Caldas estivesse defendendo a candidatura de Mendonça, mas considerando que havia outras relações entre ambos (e entre Nunes e o deputado⁴⁶) é verossímil que houvesse uma aliança entre Poupino Caldas e lideranças ligadas ao monarca. O que importa notar, porém, é que o exercício da vice-presidência por Gaudie Ley no final do Primeiro Reinado não representava necessariamente um alinhamento com os gabinetes de d. Pedro I, pois não se tratava de uma nomeação, mas de eleição provincial. Os aliados incontestes do monarca eram o deputado cuja eleição foi contestada e o ex-presidente Saturnino da Costa, eleito para o senado pela província quando era presidente, e escolhido na lista tríplice por d. Pedro I. Ambos foram atacados pelo grupo ligado a Gaudie Ley. Definindo-se como “liberal” e sendo tido como tal pela *Matutina*, jornal estritamente alinhado a lideranças de expressão nacional, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Gaudie Ley não parece ter compactuado em nenhum momento com ameaças à “paz pública”, ao contrário de Poupino Caldas. Era um defensor da ordem constitucional, o mais “moderado” possível, mas com discurso liberal. Ele também foi muito denunciado, mas as acusações não diziam respeito a tumultos ou “bernardas”. A mais frequente era a de fraudar editais públicos para beneficiar comerciantes que eram seus aliados em compras de gêneros para abastecimento das tropas da província.

Além de listar e comentar o comportamento de alguns personagens da política provincial, o texto do *Amante da Constituição* afirmava que desde a posse de Gaudie Ley “a junta da fazenda já compra os gêneros de que necessita por editais, a quem vende mais barato, que até aqui era só ao tesoureiro geral o senhor Poupino, pelos preços que este senhor queria”. Segundo a carta, “os militares destacados já recebem soldos, o que até aqui só recebiam os que arrastavam espadas nesta cidade, fulminando intrigas, etc.”⁴⁷ Tanto os negócios escusos na junta da fazenda quanto a opressão contra os militares eram acusações mútuas e provavelmente em ambos os casos, ao menos em parte, condizentes

⁴⁵ *Matutina Meyapontense*, 330, 8 de maio de 1832

⁴⁶ 112 – 16/12/1830

⁴⁷ *Matutina Meyapontense*, 129, 25 de janeiro de 1831.

com o que se praticava; ainda que Poupino Caldas fosse, de fato, o único líder acusado (e acusado reiteradamente) de manter relações de clientela ligadas a essas práticas.

Mas, talvez, o mais interessante da correspondência esteja num dos adversários listados como tendo melhorado o comportamento político desde a posse de Gaudie Ley, pois trata-se de um nome que, ao contrário dos demais, não é frequente nas polêmicas da *Matutina*. Segundo a correspondência, o “sr. Viegas, militar do extinto Batalhão de Periquitos, revoltoso por natureza, já fala em constituição”⁴⁸. Nenhum dos ex-membros deste batalhão baiano que aparecem nas demais fontes analisadas tem este sobrenome, então não é possível saber ou mesmo sugerir de quem se tratava. Contudo, interessa notar que ele havia sido incluído numa lista de personagens da política provincial que eram ironizados por suas posições políticas e que se tratava de um militar que não ocupava então qualquer posto politicamente relevante na província. A despeito de se tratar de um personagem que “já fala em Constituição” (e que, portanto, não falava antes) e era tido por “revoltoso por natureza” (em razão de seu antigo Batalhão) o que importa notar é que o *Amante da Constituição* expunha a existência de personagens da política provincial que não compunham o pequeno círculo de dirigentes. Neste caso, um personagem “revoltoso”, ao contrário do suposto miguelismo de outro acusado. Atacando tanto um extremo quanto outro, Gaudie Ley parece ter se identificado com um liberalismo estritamente defensor da ordem pública. Pode ter contribuído para esta identificação partidária com a ordem sua oposição à recorrência das “bernardas” de João Poupino Caldas.

Gaudie Ley havia recebido em 1830 o apoio de representações da câmara municipal, do comércio de Cuiabá e de alguns oficiais das tropas regulares e das milícias, que pediam sua nomeação pelo poder central⁴⁹. Era esta, tudo indica, sua base de apoio. Ocorre que, naquele momento a câmara municipal, o comércio e o oficialato contavam com uma proporção expressiva de brasileiros “adotivos”, havendo desde então uma maior presença deles na base política de Gaudie Ley e de seu grupo do que na de seus adversários. Ainda que Nunes, alvo das tropas no sete de dezembro, fosse aliado a Poupino Caldas, a maioria dos “adotivos” estava no “partido” oposto naquele momento. É evidente que as “bernardas” de Poupino Caldas nada contribuíam para atrair esta parcela da população; assim após a sedição, a liderança de Gaudie Ley passou cada vez

⁴⁸ *Matutina Meyapontense*, 129, 25 de janeiro de 1831.

⁴⁹ A respeito da construção de alianças pelo grupo de Gaudie Ley no Primeiro Reinado, ver o primeiro capítulo desta tese.

mais a ser identificada como partido dos “adotivos”, que se tornariam um grupo mais coeso politicamente sob sua liderança. Este alinhamento, parece ter sido senão construído, ao menos reforçado, pelas agitações patrióticas posteriores ao 7 de dezembro de 1831, pois, como demonstrado no primeiro capítulo, os “adotivos” estavam divididos antes da sedição. Depois dela, sua união foi, ao menos em parte, uma reação à expressão pública do ódio aos portugueses, pois este se tornara o único “partido” que não erguera, sob qualquer pretexto, tal bandeira.

Não se trata, portanto, de um “partido caramuru” que de fato se alinhara a d. Pedro I ou que defendera ideias “absolutistas”, mas sim da progressiva construção, num processo político posterior ao sete de dezembro, de uma identificação direta entre a aliança com os “adotivos” e o “partido caramuru”. Dentre os homens que foram perseguidos na Rusga, estavam tanto acusados de absolutismo, como Joaquim Duarte Pinheiro (o mesmo que havia sido relacionado em 1830 à adoração ao infante D. Miguel), quanto homens pertencentes a ambos os campos políticos anteriormente à sedição de 7 de dezembro de 1831; fossem comerciantes aparentemente sem qualquer presença em disputas políticas na província, ou mesmo um trabalhador assalariado. A polarização por via da politização da identidade nacional se impôs apenas depois, e se impôs sobre um cenário mais complexo, no qual o ódio aos portugueses poderia ter as mais diversas motivações.

Em 1831, o “partido” liderado por Poupino Caldas e por Nunes se contrapunha àquele liderado por Gaudie Ley e Albano de Souza Osório, estando presentes outras correntes de opinião, mas sem capacidade de influência na direção do Estado. Sob o impacto não só da sedição, mas também da Abdicação do Imperador e da mudança de orientação do poder central que ela implicou, uma terceira força política começou a se articular naquele momento. Assim que chegou ao poder, a Regência nomeou um presidente que de fato assumiu o posto, o que não ocorria desde a nomeação de Saturnino da Costa, em 1825. O novo chefe do executivo provincial era Antonio Correia da Costa, um rico fazendeiro da Chapada dos Guimarães, pouco envolvido nas polêmicas na imprensa, mas claramente afastado tanto de Poupino Caldas, quanto de Gaudie Ley. Ausentando-se frequentemente do governo por “moléstias”, o novo presidente seguiria deixando o poder nas mãos de vice-presidentes, ou seja, de figuras eleitas. Porém, sua nomeação o colocava como interlocutor de alguma confiança para o poder central. Sob o seu governo, tanto Gaudie Ley quanto Poupino Caldas ficaram enfraquecidos, surgindo na arena política um personagem um tanto incômodo, que aos poucos se organizou com

um grupo de indivíduos também novo nas disputas provinciais. Trata-se do início da ascensão daqueles que, em 1833, fundariam a Sociedade dos Zelosos da Independência, à qual viriam a pertencer todos os condenados no principal processo aberto para punir a Rusga.

Novas oposições

Os escândalos envolvendo Poupino Caldas eram de conhecimento do poder central, que não o tinha como liderança de confiança na província nem antes nem depois da Abdicação de d. Pedro I. A própria “confissão” foi anexada, em 1833, à correspondência de um adversário ao ministro do Império, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, para demonstrar como Poupino Caldas tolerava até a exposição de “fatos de vida privada porque se vê cúmplice na publica.”⁵⁰. O adversário era Antonio Luiz Patrício da Silva Manso, que numa série de cartas relatava ao ministro, em tom informal que por vezes parece denotar amizade, estar sendo coagido por todos os meios de que dispunham não só Poupino Caldas, como seus adversários ligados a André Gaudie Ley. Isso, segundo ele, por persistir tentando cumprir o encargo para o qual fora nomeado pela Regência, que era de fiscalização das finanças da administração passada. Estes meios não incluíam mais o abuso do poder das milícias, extintas em 1831, mas arbitrariedades do poder executivo e da magistratura. Mas a trajetória de conflitos entre o cirurgião-mor Silva Manso e dirigentes da província vinha de muito antes, ainda que aparecesse, á época, pouco na *Matutina*.

Nascido em São Paulo, descrito como “mulato”, filho do pintor José Patrício da Silva Manso, o cirurgião-mor era um erudito, interessado principalmente pela botânica brasileira e pelos usos medicinais das plantas pelos povos indígenas. Formado em cirurgia, pediu para ser empregado voluntariamente em Cuiabá, registrando a junta sua posse como cirurgião-mor em 6 de novembro de 1822, ainda que outras fontes indiquem que teria assumido o posto apenas no ano seguinte⁵¹. O pedido foi aceito e celebrado pelas autoridades que se viam governando a província em pleno colapso financeiro, causado pela suspensão do envio de recursos pelo poder central desde o ano anterior. Em 1823, além de atuar como cirurgião-mor, Silva Manso remetia “produtos naturais” da província

⁵⁰ “Silva Manso a Vergueiro, 1ª de Março de 1833.” AN IJJ9 527

⁵¹ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. 6 de novembro de 1822

para o Museu Nacional e se correspondia com naturalistas⁵². Em algum momento antes de 1830 passou a ser também boticário com loja na cidade.

Em 1825, Silva Manso teve seu maior embate em Cuiabá durante o Primeiro Reinado, quando o procurador do povo José Pereira dos Guimarães pediu que ele fosse demitido do cargo de cirurgião do hospital da cidade.⁵³ O pedido vinha acompanhado de uma representação com duzentas assinaturas, através da qual se encaminhavam denúncias contra ele, sendo a principal delas a de perseguir os que curavam sem possuírem diplomas. Várias questões poderiam ser colocadas a partir da representação, mas o que importa notar primeiramente é que Silva Manso, pouco depois de chegar à província, não só confrontou sua maior autoridade eclesiástica, como foi alvo de uma representação com duzentas assinaturas pedindo sua demissão, tendo sido requerida também sua expulsão da província sem condenação legal, medida inconstitucional. A representação se colocava principalmente contra os abusos de Silva Manso como autoridade médica, a perseguir os que exerciam a arte de curar sem possuírem diploma.

Diante da representação contra Silva Manso, o então presidente da província, Saturnino da Costa, compreendeu ser mais prudente “não proceder sobre esta matéria com publicidade, porquanto os fatos alegados na presente representação não podem ser caracterizados como crimes puníveis, e muito menos com a expulsão da Província”. Segundo ele, era preciso evitar “as desavenças que por tanto tempo grassaram em muitas partes do Império trazendo por princípio o lugar de nascimento dos indivíduos”. Sendo assim, “qualquer procedimento que eu houvesse de ter a este respeito faria suscitar ódios antigos, e promover novamente desordens que felizmente estão terminadas”. No fim das contas, Silva Manso foi repreendido apenas a respeito das “excessivas quantias que exige dos doentes de quem tratou, única parte da representação sobre que me pareceu dever providenciar”.⁵⁴

Poupino Caldas, então comandante da Legião de Milícias encabeçava as assinaturas. Além disso, segundo Virgílio Corrêa Filho, após a discussão e votação na câmara municipal sobre o envio da representação, o juiz de fora e um vereador, que apoiaram Silva Manso, receberam cartas anônimas com ameaças de morte. O cirurgião-

⁵² Existem diversas fontes tratando do envio dos “produtos naturais” em AN IJJ9 41, A citação se refere a “Carneiro de Campos a Silva Manso, 26 de agosto de 1823”. A correspondência científica de Silva Manso será abordada em outro momento da tese.

⁵³ “Cuiabá em Câmara, 16 de abril de 1825”, “Resende a Saturnino da Costa, 1º de agosto de 1825” AN IJJ9 504

⁵⁴ “Saturnino da Costa a Estevão de Resende, 13 de dezembro de 1825.”

mor teria recebido onze ameaças, mas sem o anonimato, pois diziam que “quem o matava primeiro era o capitão Antônio José de Cerqueira Caldas e o tenente João Poupino Caldas”.⁵⁵ Um artigo na *Matutina* narra uma ameaça feita a um cirurgião-mor paulista, certamente Silva Manso, que teria depois disso esperado “com uma espingarda”, o que “aterrou” a Poupino Caldas, “de modo que passou fechado dois dias”.⁵⁶ Como viria a ocorrer tantas outras vezes, o comandante das milícias aparece relacionado a ameaças de agressão e de morte contra adversários. Poupino Caldas era acusado frequentemente deste tipo de prática, bem como de proposições por vias legais pretendendo expulsar desafetos da província, como aconteceu com Silva Manso em 1825 e como aconteceria com José Joaquim Vieira, em 1830.⁵⁷

Silva Manso foi mencionado na *Matutina* tanto em denúncias relativas a seu posto de cirurgião e ao exercício de sua profissão, quanto numa crítica ao um exame para professor de gramática latina da vila de Diamantino, sendo Silva Manso um dos candidatos. Dentre os envolvidos no caso estão Brás Pereira Mendes e Pascoal Domingues de Miranda, que assim como Silva Manso viriam a pertencer à Sociedade dos Zelosos da Independência. Mendes era naquele momento candidato à cadeira de filosofia racional e moral, enquanto Miranda era um de seus examinadores, na condição de ouvidor interino. Todos são criticados, mas o principal ataque diz respeito à escolha do examinador, incluindo o que parece ser uma insinuação sobre o passado de estudante: “sobre os conhecimentos filosóficos do Sr. Doutor Pascoal Domingues de Miranda nada posso dizer, mas os seus colegas de Coimbra ajuizarão que belo seria o exame!”. Para além do questionamento do próprio concurso, que era uma novidade tanto pela liberdade de imprensa quanto pela exigência de promoção do mérito, um princípio constitucional, pode ter havido também neste âmbito uma luta contra um conservadorismo menos ligado à política institucional. Assim como no caso de Silva Manso, alguma influência esta experiência de luta contra uma faceta do Antigo Regime pode ter tido na sua organização enquanto corrente de opinião, ou seja, na formação de um “partido”. Quanto a isso, lembremos que o liberalismo político estava estreitamente ligado à demanda por organização da instrução pública, tanto por uma valorização do letramento e do estudo formal na formação de cidadãos mais capazes de defender seus interesses nos marcos da

⁵⁵ Virgílio CORREA FILHO. História de Mato Grosso, op. cit. p. p. 483-485

⁵⁶ *Matutina Meyapontense*, 330, 8 de maio de 1832

⁵⁷ *Matutina Meyapontense*, 24, 25 de maio de 1830.

constituição, quanto porque doutrinas políticas ligadas ao Antigo Regime haviam feito parte dos modelos de organização do ensino até então vigentes.

Certo é que em 1831 Silva Manso ingressou na política institucional e que o primeiro passo para isso foi dado pelo Sete de Abril, pois seu ingresso, como secretário de governo, veio com uma nomeação do centro. Ele, ao que parece, não pertencia a nenhum grupo político anteriormente à sedição de 7 de dezembro. Seus aliados na Sociedade dos Zelosos da Independência eram letrados como Mendes e Miranda, ou personagens de todo ausentes da documentação oficial consultada relativa ao Primeiro Reinado. Ainda que por vezes fosse relacionado a Antonio Correa da Costa, especialmente em razão de sua Sociedade ter oferecido um jantar ao presidente, numa das cartas a Vergueiro, em 1833, Silva Manso dizia nunca ter visto um presidente “tão imbecil”⁵⁸. Certo é que o cirurgião-mor não era aliado de Poupino Caldas e tinha sido um dos alvos da política de “pólvora e bala” do ex-comandante das milícias⁵⁹.

A sedição de 7 de dezembro eclodiu quando ainda estava sendo definida a situação política que sobreviria à Abdicação de d. Pedro I e à mudança no governo provincial que a acompanhou. Boatos já circulavam desde antes e se tornaram um problema muito sério na província, a ponto de haver algumas fugas coletivas da cidade, sobretudo de “adotivos”, entre os anos de 1832 e 1834. O próprio Jerônimo Joaquim Nunes, comandante derrubado na sedição de 7 de dezembro, deixou Cuiabá em 1833 e só retornou após a Rusga. Neste ano, Gaudie Ley retornou à vice-presidência por afastamento de Corrêa da Costa e tentou barrar a todo custo os sucessos eleitorais de Silva Manso, ao mesmo tempo em que escrevia insistentemente ao poder central pedindo a nomeação de um presidente que não tivesse relações com a província, recomendando que não se acreditasse numa tranquilidade que era apenas aparente.⁶⁰

Poupino Caldas, por sua vez, continuou sendo relacionado a tumultos e ameaças, mas agora num ambiente dominado não por seus “absurdos” e sim por agitações com centenas de pessoas que estavam ligadas, por um lado, aos soldados, ex-soldados e, por outro, à Sociedade dos Zelosos da Independência, cujas principais lideranças pertenciam

⁵⁸ Tanto Correa da Costa quanto Silva Manso foram nomeados imediatamente após o Sete de Abril, mas o primeiro era duramente criticado pelo segundo nas correspondências com o poder central. Em 1833, ao trocar cartas com o ministro Vergueiro, Silva Manso analisava a política provincial em tom informal, concluindo pela necessidade de substituir o presidente, chegando a sugerir como substituto o secretário de governo de Goiás Antonio Ferreira dos Santos e Azevedo. “Silva Manso a Vergueiro, 31 de maio de 1833”

⁵⁹ Não parece se sustentar, portanto, a atribuição de uma unidade entre ambos que teria sido rompida na Rusga, sendo “Poupino Caldas” apontado como liderança “moderada”. Esta interpretação encontra-se especialmente na obra de Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso... op. cit.*

⁶⁰ “Gaudie Ley a Vergueiro, 31 de maio de 1833”

a setores médios letrados ou proprietários até então ausentes do jogo político. Silva Manso, que alguns críticos ridicularizavam como “sumamente necessitado”, dada sua nomeação voluntária para o posto de cirurgião-mor, tinha na verdade posses consideráveis, incluindo dez escravos.⁶¹ Muito menor que o espólio de Poupino Caldas (que além de 27 escravos, e outros seis que se encontravam fugidos, possuía 22 imóveis em Cuiabá, dentre muitos outros bens), tratava-se ainda assim de riquezas incomuns naquele contexto. Interlocutores políticos da “soldadesca”, ambos haviam lucrado com seu infortúnio, especulando com os títulos que recebiam no lugar dos soldos. Mas a atuação política de ambos traz diferenças de projetos e de concepções que não deixam de expressar, dentre outras coisas, experiências distintas. Havia sido possível a Poupino Caldas tornar-se um agitador graças à condição de chefe das milícias e aos sucessos eleitorais. Tudo indica que Silva Manso só se tornou um agitador em 1833, quando surgem acusações contra ele. Ou seja, voltou-se para as ruas apenas depois de se ver eleito e perseguido para que não assumisse a cadeira na assembleia geral. Esta múltipla trajetória de agitações posteriores à sedição de 7 de dezembro, à qual voltaremos no capítulo seguinte, não era fruto, porém, da ação nem de um nem de outro. Se as experiências de ambos permitem compreender um pouco melhor a agitação que promoviam, também importa conhecer as movimentações de centenas de homens que, sem qualquer liderança ligada à política institucional, levaram a agitação às ruas de Cuiabá, após um longo percurso pelos quartéis da fronteira.

Para compreendermos os acontecimentos de 7 de dezembro de 1831 e a agitação patriótica que inaugurou, faz-se necessário analisar a trajetória de seus principais agentes. Desta maneira, doravante, iremos analisar a trajetória de soldados, prisioneiros, desertores, contrabandistas, refugiados, dentre outros personagens pouco presentes na história política centrada nas instituições do Estado e no debate por via da imprensa. Em seguida, serão analisadas as tensões entre poder militar e poder civil, entre oficialato regular e das milícias e entre a fronteira e Cuiabá, especialmente a partir da documentação da guerra guaicuru ocorrida entre 1826 e 1827 no Pantanal. Por fim, retomando a sedição de 7 de dezembro, Buscaremos interpretá-la como uma mobilização para a qual confluíam a experiência política dos soldados na fronteira, as disputas políticas no âmbito da província e a circulação de informações, de ideias e de boatos aterradores pelo território nacional no contexto da Abdicação.

⁶¹ Os inventários estão dentre os documentos complementares reunidos por Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso... op. cit.*

Ainda que tenha sido um “absurdo” a mais na carreira política de Poupino Caldas, e mesmo sendo uma dentre outras “deposições tumultuárias” noticiadas na *Matutina*, a sedição de 7 de dezembro teve uma dimensão grandiosa se inserida em outra trajetória: a das tropas regulares de Mato Grosso.

2.2 – Soldados, prisioneiros e desertores

Cuiabá, 14 de outubro de 1832. O presidente da província, Antonio Correia da Costa, convoca o conselho de governo para uma sessão extraordinária com o fim de “deliberar sobre a requisição que lhe fizera o comandante das armas de dois meses de soldos para levar à tropa do Baixo Paraguai”⁶². Além de uma decisão sobre a gestão de recursos numa situação crônica de *déficit* público, o que o preocupava era a motivação do pedido. Segundo a autoridade militar, uma parte da tropa de uma distante guarnição de fronteira havia se reunido, “precedendo um toque de rebate, depois de nove horas da noite” para requisitar

[...] no dia 22 de setembro [que] se lhe fizesse pagamento de seus soldos, etapes, e fardamentos vencidos, exigindo que naquela mesma hora mandasse o comandante participação ao governo sem o que não largariam as armas, e quando não se lhes pagasse, seguir-se-iam novas desordens, com bastante prejuízo da fronteira.⁶³

Núcleo que deu origem à cidade de Corumbá, o quartel de Albuquerque, onde ocorreu a revolta, ficava a semanas de Cuiabá, como se percebe pelo tempo decorrido entre o envio da correspondência e sua recepção e apresentação ao conselho. A mobilização não ameaçava fisicamente as autoridades da capital. O temor declarado por Correia da Costa era o do “prejuízo da fronteira”, pois um ponto estrategicamente vital para a afirmação da soberania brasileira estava sendo controlado naquele momento por soldados insubordinados. Mas o debate revelaria preocupação ainda maiores, que faziam com que os conselheiros descartassem uma saída negociada.

O primeiro a se manifestar, Antonio Luiz Patrício da Silva Manso, recomendou “que nenhum sacrifício se deve fazer, além do que já se tem feito, para que fiquem persuadidos que anarquistas não são aptos para dirigir o governo”. Em seguida, Manoel Filipe de Araújo “disse que, ainda havendo” recursos, “não se devia mandar desta vez, porque era capitular com insubordinados, que no mês seguinte usariam dos mesmos

⁶² “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

⁶³ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505. A palavra “etape” não consta dos dicionários da época, mas ao que indicam as fontes, definia os suprimentos recebidos pelas tropas apenas no tempo em que permaneciam destacadas.

meios para se fazer pagar, deva-se ou não deva”. Por fim, André Gaudie Ley afirmou que “ainda quando se quisesse fazer sacrifícios não era possível contentar a esta gente” com pagamentos em dinheiro. O conselheiro lembrava aos demais que, em razão da calamitosa situação financeira da província, havia sido decidido que as dívidas do governo seriam pagas com “letras sobre o tesouro público”, que podiam ser trocadas por “fazendas”, ou seja, por mercadorias. Concluiu que se “os soldados não queriam aceitar e [...] não havendo destino a dar-se às fazendas era um apuro em que a Legião queria pôr ao Governo talvez para pretexto de ulteriores revoltas.”⁶⁴

Adversários políticos, com visões bastante diversas sobre a direção a ser dada aos negócios da província, aqueles homens tinham uma leitura comum sobre o ponto discutido. Para além das “ordens para quanto antes marcharem os comandantes nomeados a tomarem conta daqueles pontos” e para que o comandante geral “remeta aos poucos, com cautelas os cabeças daquele motim, e pessoas que possam servir de testemunhas para o processo que se deve fazer, afim de conhecer e punir os cúmplices”, resolveu-se pela realização dos pagamentos exigidos, mas de forma a desvinculá-los da mobilização. Ou seja, o comandante deveria remeter “as relações dos descontos, que tem tido cada destacamento; e que se lhes deve de etapes, afim de satisfazer-se lhes”, mas o pagamento deveria esperar. A preocupação do conselho era com a força política da mobilização e, sobretudo, com o potencial que teria uma vitória dos soldados naquele momento. Era preciso que o aprendizado político dos rebeldes fosse o de que o governo não estava aberto a este tipo de pressão, pois o que de mais preocupante havia na mobilização era o fato de que ela compunha uma longa trajetória. Assim, após ser decidido por unanimidade que “não se fizesse remessa alguma por esta vez”, além das medidas mencionadas,

[...] pôs o presidente em discussão qual seria o meio de prevenir estes atos de rebelião, que se tornavam já mui frequentes. Enumerou-se quinze atos destes dentro do espaço de dez anos conhecidos por todos os membros do conselho, além de vexames ao Povo e prejuízo do serviço público, pela perturbação das repartições subalternas com a ingerência militar até nos fatos mais simples da administração⁶⁵

Construindo uma narrativa histórica dos “atos de rebelião”, que relacionava a um corpo específico da tropa, a Legião de Linha, o presidente tomava como marco inicial a queda do último governador colonial, observando “que a primeira vez que esta cidade teve o alarma de um rebato foi em 1821, pela Legião de Linha, para depor ao seu general

⁶⁴ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

⁶⁵ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

Magessi”. Dentre os episódios que mencionou, este era o único que havia sido celebrado pelas lideranças da província. A ele se somavam treze mobilizações armadas em guarnições de fronteira ou ligadas à estrutura de abastecimento das tropas, além da sedição de 7 de dezembro de 1831, ocorrida em Cuiabá.

O primeiro alarma: soldados e prisioneiros sob uma ordem liberal (1821-1823)

A referência à destituição de Magessi como evento que provocou “alarma” destoava do tom predominante na documentação política sobre a queda do capitão-general e sobre a organização de uma junta governativa que o substituiu. A versão apresentada naquele tempo era a de que, “reunidas espontaneamente nos paços do concelho [...] perante o senado da câmara desta cidade, as tropas da primeira e segunda linha, o clero, a nobreza e o povo declararam ser de absoluto interesse comum depor-se” o capitão-general, momento no qual “consumou-se aquele tão nobre e interessante projeto no maior sossego, divisando-se em todos os semblantes os sinais característicos da mais completa alegria e as aclamações e vivas repetidas foram autênticos testemunhos dos puros sentimentos do coração.”⁶⁶

As “aclamações” e os “vivas” faziam parte de uma cultura política que tomou as ruas do Brasil desde o processo de Independência. Já o “rebate” era parte dos exercícios e das mobilizações militares, conforme um dicionário da época um “sinal que se faz de ataque do inimigo”, ou ainda, em “sentido figurado”, “qualquer notícia, ou acidente repentino, ameaça ou ataque”⁶⁷. No contexto do diálogo entre os conselheiros e o presidente, tratava-se muito provavelmente de uma referência ao toque repentino de um ou de vários músicos militares. O “rebate” unia a atuação da “Legião de Linha” na queda do último capitão-general, liderada por homens de posses e de prestígio da província, às experiências de mobilização autônoma de soldados, exigindo soldos, etapes e fardamentos, ou ainda, a destituição de comandantes. Sinalizando a presença militar e simbolizando um “ataque ao inimigo”, o rebate poderia provocar “alarma” entre as “aclamações” e “vivas” das mobilizações políticas.

Mais de uma década depois da queda de Magessi, o que estava implícito na fala do presidente da província era que o poder civil instituído pela revolução liberal havia se

⁶⁶ ANTT - Ministério Do Reino - Maço 500, CX 623, N. 30. Agradeço à professora Nauk Maria de Jesus, que localizou e forneceu a transcrição do documento.

⁶⁷ A definição do termo em 1789 era a de um “sinal com sino, caixa, grito ou apelido da vinda, ou irrupção, ou ataque do inimigo”, havendo também aí o “sentido figurado”, de “susto”.

imposto pela ameaça das armas, o que sempre trazia algum “alarme”. O “sossego” relatado na documentação que justificava a instalação da junta pode ter sido em certa medida (assim como ocorria com a espontaneidade, a unanimidade, a alegria e a pureza de sentimentos) um artifício para convencer as autoridades de Lisboa e do Rio de Janeiro a respeito da legitimidade daquele ato. Seja como for, ele foi possível graças ao poder dos oficiais sobre os soldados, o que garantiu que a ameaça se dirigisse apenas ao capitão-general e a seus aliados, que tudo indica terem sido poucos. Independentemente de seu entendimento ou de suas motivações para não resistir, Magessi estava coagido quando aceitou a demissão, como sugeriam os próprios membros da junta naquela ocasião ao afirmarem que, na relação entre governantes e governados, ainda que os primeiros se façam

[...] temíveis aos segundos, os segundos são sempre mais temíveis para os primeiros; porque a força pública, que não é senão produto das forças particulares e da qual abusam os que governam contra os governados, pode num instante voltar-se contra aqueles. Hum povo que seja o mais dócil e submisso até um certo ponto pode daí por diante conceber um vivo e forte sentimento da sua dignidade ultrajada, pode desesperar no meio de suas desgraças, pode enfurecer-se, vingar-se de seus opressores.⁶⁸

Ainda que em Cuiabá o período entre a Revolução Constitucionalista do Porto e a fundação do Império do Brasil não tenha sido de grandes confrontos armados, a relação entre libertação da opressão, fúria e vingança era conhecida por seus agentes, pois acompanhou os passos da revolução liberal no mundo atlântico, incluindo guerras civis prolongadas em algumas províncias brasileiras e nos novos Estados nacionais que eram limítrofes à província. O universo de referências dos cidadãos cuiabanos havia sido informado por eventos violentos ligados tanto ao abuso dos que governavam, quanto ao “sentimento” que o povo “mais dócil e submisso” poderia “conceber” quando a “força pública” se voltava contra os “opressores”.

Na verdade, estas referências vinham sendo elaboradas na província desde fins do século XVIII, a exemplo de um conflito opondo autoridades cuiabanas e um militar de formação que ocupava, em 1795, o posto de capitão-general. A razão do conflito foi uma festa que tomou a então vila de Cuiabá quando da chegada da notícia de que a coroa portuguesa havia nomeado um novo governante para a capitania, não mais um militar, mas um “letrado [que] entendia das leis”. A festa não pôde ser contida, pois segundo a autoridade que a relatou ao governador, “se eu quisesse dar execução às ordens de Vossa

⁶⁸ ANTT - Ministério Do Reino - Maço 500, CX 623, N. 30. O documento foi encontrado e sua transcrição gentilmente enviada pela professora Nauk Maria de Jesus, a quem agradeço.

Excelência [...], certamente haveria uma sublevação e guerra civil”, mas logo em seguida houve uma escalada repressiva que resultou em cerca de 160 prisões, duas execuções públicas e o envio forçado de pessoas que pertenciam às principais famílias cuiabanos para uma área de fronteira, para horror de uma sociedade de Antigo Regime, fundada numa noção hierárquica de justiça⁶⁹. Vinte e seis anos se passaram daquele evento até a deposição de “um governo arbitrário e sem freio”, exercido, segundo a junta cuiabana, por um homem

Caprichoso, duro, implacável, absoluto, de sua boca transbordavam a cada passo as insultantes ameaças de por a ferros sem distinguir indivíduos, maltratando com esta brutalidade de expressões súditos dignos certamente de um mais brando acolhimento, o que o sofreram por largo tempo, com mais constante paciência e fidelidade. Espécie de monstro em política, metade militar arrogante, metade cidadão vicioso [...]⁷⁰

Ao elaborarem esta experiência, em 1823, para requerer um governo forte de um delegado do poder central, os cidadãos cuiabanos ainda tinham – como demonstrado no primeiro capítulo – o “governo general” como referência, mas já expressavam que o caráter “metade militar arrogante, metade cidadão vicioso” era mais do que um atributo pessoal. Atos como o de punir uma manifestação pública com prisões, execuções e deportações arbitrárias eram, na leitura que segundo o aprendizado liberal, pertencentes a “todos os momentos que formaram os tempos [da] existência política” da antiga capitania. Pois nesses tempos, o povo “não conheceu nos depositários do seu destino, nos representantes do soberano senão uns violentos árbitros, e caprichosos mandões sempre prontos, sempre dispostos a vexar, para oprimir os súditos”. O problema não era mais Magessi, mas o Antigo Regime, que produzia este e outros “pequenos tiranos”. Não era a queda de um homem, mas a destruição das bases em que se assentava seu arbítrio o que permitira aos cuiabanos derrubar “o colosso de sua opressão”⁷¹

Durante os eventos de 1795, a repressão foi criticada por um dos perseguidos, que afirmou, sobre o militar responsável por executar as ordens do capitão-general, que

Marat e Robespierre não foram mais insolentes, se compararmos a estreiteza do Cuiabá e a grandeza de Paris. A única diferença que poderá marcar-se entre

⁶⁹ Sobre os eventos de 1795, Carlos Alberto ROSA. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808)*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1996. p. 299-302. Sobre as tensões envolvidas na oposição entre os cuiabanos e o capitão-general, André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. São Paulo: FFLCH-USP, 2010. Capítulo 2.

⁷⁰ ANTT - Ministério Do Reino - Maço 500, CX 623, N. 30.

⁷¹ *As Câmaras Municipais e a Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973. Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250. Para uma leitura do documento e da experiência das juntas governativas na província de Mato Grosso, ver Capítulo 1 desta tese.

aqueles e o mestre de campo, será o terem aqueles à sua discrição uma guilhotina, e este não ter mais que ferros e um tronco, onde tem feito gemer presas pelo pescoço a 144 pessoas.⁷²

As referências ao período do Terror da Revolução Francesa (1792-1794), neste caso evocadas para acusar não a rebeldes que enfrentavam o Estado, mas ao próprio delegado do poder soberano, já tinham, na época da Independência, uma longa trajetória de elaborações e reelaborações a partir de vivências concretas. Mais uma vez, a documentação da queda do último capitão-general sugere uma releitura, a de que era possível ceder “unicamente à vontade geral e para serviço de Vossa Majestade” sem deixar de “conter e sufocar todos os excessos, que podia produzir a turbulência das paixões”.⁷³ O terror não era mais a única referência revolucionária a se expressar publicamente em 1821. Porém, a contenção dos excessos envolvia, necessariamente, a garantia de que as armas usadas para impor a “liberdade” não se voltariam contra os novos governantes e contra o regime instituído. Isso era preocupante desde a queda de Magessi, pois havia uma consciência de que o capitão-general era “metade militar arrogante”, ou seja, que seu poder sobre as tropas se assentava também em formas de opressão que o liberalismo questionava.

A consciência deste perigo foi imediata, sendo expressamente formulada em diversas correspondências entre autoridades civis recém-instaladas em Cuiabá e oficiais militares que atuavam na fronteira. Numa delas, em 1822, o comandante do Forte Coimbra, próximo a Albuquerque, na fronteira paraguaia, criticava duramente os novos governantes da província por se permitirem entrar em disputas faccionais e, ao mesmo tempo, por não providenciarem o pagamento das tropas. Como argumentava o sargento-mor da legião de linha e comandante das milícias Miguel Teotônio de Toledo Ribas:

É uma verdade demonstrada que o novo espírito do tempo tem influído em todos, mas desgraçadamente nem todos o conhecem como devem; esta ignorância, que talvez tenha alterado a sábia carreira do governo de Vossas Excelências, se espalhou, a meu ver por toda a província, e os soldados que aqui chegaram depois do memorável acontecimento do dia 20 de agosto, derramaram um sentimento pouco sofreador relativo ao que lhes deve a Fazenda Pública⁷⁴

O “memorável acontecimento”, mencionado pelo comandante militar, era justamente a deposição do capitão-general. O oficial reconhecia que a falta de soldos, etapes e fardamentos era um problema antigo, pois “se os soldados da fronteira em outro tempo faziam o serviço com falta de pagamentos e muitas vezes mortos à fome, agora

⁷² Carlos Alberto ROSA. *A Vila Real*, op.cit. p. 301.

⁷³ ANTT - Ministério Do Reino - Maço 500, CX 623, N. 30.

⁷⁴ “Toledo Ribas à Junta de Cuiabá, 1º de junho de 1822”. APMT, avulsos, caixa 1822.

tornavam-se menos sofredores”⁷⁵ Tinha em consideração também que a resistência dos soldados não era novidade, manifestando-se através das deserções e fugas para além da fronteira, mas notava que tal resistência tinha correlação com as agitações políticas e com a divisão da elite política. Nesse sentido, comparava a província com a recém-criada República do Paraguai, pois na década anterior “a parte espanhola deste vasto continente entrou em partidos”, levando “os confinantes desta província, divididos” a cuidar “só em suplantar uns aos outros”, mas passada a guerra, seus governos foram “adquirindo força e unidade de sistema”. Na década de 1810 o fluxo de desertores e de refugiados de guerra das províncias que vieram a formar o Paraguai e a Bolívia foi intenso em Mato Grosso, mas em 1822 o sentido deste movimento ameaçava se inverter: “lá não se nos tem manifestado descontentes, porque nem um só desertor há vindo buscar o nosso abrigo”, enquanto “dos nossos fortes têm fugido vários que lhes vão pintar o estado deles.”⁷⁶

A argumentação do oficial pressupunha a função militar da província, havendo ameaças para o cumprimento dos deveres para os quais ele e outros comandantes haviam sido empregados pela monarquia portuguesa e que a revolução liberal não alterava no essencial. Os altos oficiais do exército que estavam em Mato Grosso como circunstâncias de suas carreiras tinham sido incumbidos de garantir a soberania da Casa de Bragança num período de desagregação de impérios coloniais. Ao contrário dos soldados, o oficialato era recrutado entre homens de maior condição, frequentemente oriundos do reino de Portugal. Ainda que critérios fundados no mérito pessoal contassem para o ingresso e ascensão, os jovens oficiais seguiam sendo selecionados dentre os filhos de “pessoas com alguma consideração civil, ou pelos seus empregos ou pelos cabedais”, nos termos de um decreto que regulamentou, em 1820, os postos de primeiros e segundos cadetes e de soldados particulares, postos estes que antecederiam o ingresso no oficialato das tropas⁷⁷.

Os oficiais tendiam a circular por diversas guarnições e em muitos casos por províncias e mesmo continentes diferentes, atuando, até 1822, na abrangência do Império português. Além de interesses e de aspirações pessoais, sua formação, socialização e experiência no oficialato das tropas estavam ligadas a noções de honra e dever no serviço

⁷⁵ A palavra “sofredor” tem aí o sentido, presente nos dicionários de 1789 e de 1832, de “capaz de sofrer”, portanto, o sentido da fala é o de que os soldados se tornaram menos tolerantes aos antigos sofrimentos.

⁷⁶ “Toledo Ribas à Junta de Cuiabá, 1º de junho de 1822”. APMT, avulsos, caixa 1822.

⁷⁷ *Livro de registro de avisos, cartas régias, provisões, instruções e decretos, de 1817 a 1822*. Compilado do original do APMT por Paulo Pitaluga da Costa e Silva. Cuiabá: IHGMT, 1993. Decreto de 4 de fevereiro de 1820. A regulamentação prossegue em 26 de outubro de 1820, com as normas para o ingresso à condição de primeiro e segundo cadete e à de soldado particular.

à monarquia. Ademais, a própria ascensão na carreira, interesse objetivo mais evidente no interior do oficialato, era condicionada, dentre outros fatores, à avaliação que a coroa faria dos serviços prestados. Portanto, ainda que se aliassem a lideranças políticas da província, foram poucos que de fato se integraram a elas, e estes tenderam a se afastar do oficialato regular, assumindo posições nas milícias de Cuiabá.

Os oficiais se colocavam como porta-vozes dos habitantes da fronteira e como responsáveis pela contenção das ameaças à província, permitindo que os cuiabanos se vissem livres do temor com relação a indígenas e espanhóis. Assim, Toledo Ribas repreendia o descaso com os soldos das tropas, argumentando que “alguns senhores mais entendidos da cidade”, ainda que respondessem “não podia dar remédio, por estarem exauridos os cofres públicos”, esqueciam-se que

[...] desprezada a fronteira, os canais e estradas estão abertos para o inimigo entrar, para saquear as fazendas e para bater às portas de Cuiabá: que grande confusão se espalharia entre todos à primeira voz – Caiu Coimbra e Miranda! Ah! Se a desgraça tal permitisse, tarde se arrependeriam do seu egoísmo.⁷⁸

Portanto, desde o primeiro momento da instalação de um poder civil em Cuiabá, assinalava-se na documentação militar a presença de uma representação do território provincial como dividido entre Cuiabá, como espaço das decisões políticas, e a fronteira, como espaço dos imperativos militares e geopolíticos. Este primeiro momento de embate, que envolveu representações de oficiais pelo retorno do comandante militar Luiz d’Alincourt à junta, da qual havia sido afastado, e em repúdio ao que entendiam como descaso do novo poder civil com relação à fronteira, permite perceber a existência de tensões subjacentes à luta faccional em Cuiabá durante a crise da Independência⁷⁹. Tensões relativas à subordinação das autoridades militares não só a um poder civil autônomo, como também à deliberação de questões relativas à fronteira e aos militares por representantes eleitos. Ao contrário das autoridades enviadas até então pela coroa portuguesa, nem sempre os “cidadãos cuiabanos” estiveram dispostos a privilegiar a função estratégica da província e as demandas do oficialato (e evidentemente também da tropa) regular. Essas tensões prosseguiram no Primeiro Reinado, como também no início da Regência, relacionando-se com o problema da insubordinação.

No contexto das juntas, a insubordinação ainda não causava tanto temor quanto, em 1832, causaria para o presidente Corrêa da Costa. Os poucos intentos de enfrentamento

⁷⁸ “Toledo Ribas à Junta de Cuiabá, 1º de junho de 1822”. APMT, avulsos, caixa 1822.

⁷⁹ A existência dessas tensões, primeiramente percebida por Carlos ROSA (O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana, op. cit), é confirmada pelas fontes analisadas nesta investigação.

armado, antecipados pela repressão e a apropriação do ideário liberal pelos soldados, estavam ainda em seus primeiros passos. Nas palavras de Toledo Ribas, no contexto da Independência, os soldados “não investigam nem são capazes de entrar nas coisas de mais vulto, que ocupam Vossas Excelências, e só fazem juízo do que lhes toca de perto”⁸⁰. Até a queda de Magessi, ideias liberais sobre o Estado e a sociedade sofriam forte repressão, ainda que desde o Reformismo Ilustrado expressões menos radicais deste ideário fossem toleradas ou mesmo difundidas pela própria monarquia. A circulação de novas ideias se dava sobretudo por meio da cultura letrada e de sociabilidades privadas, persistindo uma censura seletiva de acordo com a “condição” do indivíduo.⁸¹

Os soldados geralmente residiam em guarnições de fronteira muito distantes de qualquer vila e mesmo os alfabetizados não tinham acesso fácil à circulação de impressos. Provavelmente, o contato mais intenso que tiveram com experiências revolucionárias antes de 1821 se deu através do trânsito pelas fronteiras, fosse por meio de trocas comerciais lícitas e ilícitas, fosse pela chegada de desertores e de refugiados do Paraguai e da Bolívia. Naquele contexto, as primeiras pessoas a buscarem abrigo na província foram as autoridades coloniais espanholas expulsas do Paraguai por tropas que partiram de Buenos Aires após a Revolução de Maio de 1810. Os governantes realistas exilados chegaram à província entre 1811 e 1813, acompanhados por suas famílias, aliados e soldados que permaneciam leais à metrópole. Mas o movimento se intensificou depois.

Em 1815 “entraram nesta vila cento e vinte e seis espanhóis de todas as classes, nobres, plebeus, algumas mulheres e escravos, todos procurando asilo na Coroa portuguesa contra a perseguição dos seus mesmos patrícios revolucionários, e fugindo do espírito de vertigem que grassa naquela nação americana, em algumas das suas províncias”. No ano seguinte, chegaram mais “noventa e dois espanhóis, que foram mandados para a capitania de Goiás”⁸², onde alguns viajantes notaram a circulação de moedas castelhanas e a presença de alguns desses imigrantes.⁸³ Em 1816, os realistas retomaram Santa Cruz e Chiquitos, na atual Bolívia, impondo uma sangrenta repressão. No mesmo ano já se contavam 212 refugiados no distrito de Cuiabá⁸⁴. Em 1817 havia no

⁸⁰ “Toledo Ribas à Junta de Cuiabá, 1º de junho de 1822”. APMT, avulsos, caixa 1822.

⁸¹ Luiz Carlos VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo, FFLCH/ USP, 1999. André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política*, op. cit. capítulo 4.

⁸² Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico...* op. cit. p. 96-101.

⁸³ Por exemplo, Auguste de SAINT- HILAIRE. op. cit. Tomo I, p. 254; Johann E. POHL, op. cit. p. 177.

⁸⁴ Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19), p.

distrito de Mato Grosso cerca de 700 indígenas fugitivos da guerra civil em Chiquitos⁸⁵. Dois anos depois, mais 479 indígenas se apresentaram em Casalvasco fugindo da repressão a um movimento ocorrido naquela província⁸⁶. Parte desta migração foi temporária e, entre 1815 e 1820 a população do distrito de Mato Grosso, na fronteira boliviana, passou de cerca de 3 mil indivíduos para algo em torno de 4,5 mil, caindo nos anos seguintes para pouco mais de 3,5 mil pessoas⁸⁷.

O comércio também estreitava contatos através das fronteiras e com ele a partilha de ideias e de experiências. Em 1813, portanto cinco anos depois do decreto de abertura dos portos às nações amigas, o comércio pelas fronteiras de Mato Grosso deixou de configurar contrabando, com a criação de alfândegas de portos secos em Coimbra, Miranda, Casalvasco e forte do Príncipe da Beira. Estavam as duas primeiras ligadas ao Paraguai e as demais às províncias de Chiquitos e Moxos, na atual Bolívia. Mas persistiu existindo comércio ilícito, tanto de ouro e diamantes não tributados, quanto de armas e de diversas mercadorias, em boa parte fruto de corso praticado pelos guaicurús, aliados dos brasileiros.

Assim, havia um histórico de contatos com povos que passavam por experiências revolucionárias desde pelo menos uma década antes da queda de Magessi. Contudo, não parece ter havido mobilizações que se apropriassem expressamente do ideário liberal antes de 1821, mesmo que apenas dez anos depois, em 1831, apareçam as primeiras evidências de um discurso liberal articulado. Durante o período joanino, o afluxo de refugiados foi respondido com o reforço dos ritos e dos discursos que manifestavam lealdade à monarquia portuguesa. Quando da chegada dos governantes exilados, em 1813, proclamava o capitão-general terem sido “privados os espanhóis das províncias que confinam com esta capitania, daquela felicidade que nós os portugueses por mercê de Deus gozamos, isto é, da presença de um príncipe amado dos povos, de quem é pai e benfeitor”⁸⁸.

Seis anos depois, quando se tratava não de autoridades realistas, mas de refugiados da repressão que se sucedeu a um “levantamento dos índios” no qual foi morto o governador da província de Chiquitos, o asilo irrestrito deu lugar à preocupação com os “delinquentes que assim como outros muitos índios se tinham vindo refugiar nesta

⁸⁵ Romyr Conde GARCIA. *op. cit.* p. 134.

⁸⁶ Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos, op. cit.* p.

⁸⁷ Romyr Conde GARCIA. *op. cit.* p. 133-134.

⁸⁸ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio...op. cit.* p. 88-90)

capitania, trazendo ante si gado e cavallhada”. Procurando não “dar asilo aos que se reputassem cúmplices naquela atrocidade”, pretendia-se receber aos demais, acolhendo aos que apenas fugiam “aos inevitáveis perigos” da guerra civil ligada à Independência da Bolívia.⁸⁹ Possibilitada pela conflagração, a atração desses indígenas fazia parte dos planos de povoamento da fronteira oeste desde a criação da capitania de Cuiabá e Mato Grosso, em 1748.

A revolução liberal chegou aos soldados pelos efeitos mais duros da guerra civil, acompanhados pela pedagogia do patriotismo imperial português, para só depois ser vivenciada como ruptura política na província. No momento da queda do governo colonial, a apropriação e reelaboração do liberalismo revolucionário por esses setores não se daria por via das “coisas de mais vulto”, ou seja, da defesa de modelos alternativos de organização política e social, mas sim daquilo que “lhes toca de perto”. O que preocupava Toledo Ribas era que o atraso dos soldos, etapes e fardamentos poderia imediatamente fazer parte do “juízo” dos soldados sobre a forma como se integravam a mudanças tão rápidas e profundas na política.

Apesar do discurso do oficialato a respeito do desprezo da junta pela fronteira, a preocupação com a insubordinação também existia por parte do governo cuiabano. Logo após a destituição, a junta de Cuiabá foi consultada por Toledo Ribas sobre a possível demissão de um oficial militar por ser ligado ao ex-capitão-general. O governo argumentou que a demissão era injustificada, mas que, se existissem outros casos seria preciso “a maior prudência, quando se houver de discorrer acerca dos superiores, até para exemplo dos súditos, o que esperamos que V. M. terá sempre em vista, por sua honra e dever.”⁹⁰ Era o começo de uma preocupação específica com relação aos soldados e oficiais subalternos em contexto de reconstrução da autoridade e da subordinação após a quebra de um regime de governo colonial que não distinguia nitidamente os poderes civis e militares.

As ameaças de insubordinação se tornaram realidade rapidamente. Retomando a narrativa histórica de “quinze atos destes dentro do espaço de dez anos”, elaborada em 1832 pelo presidente da província, 1821 foi apenas o “alarme de um rebato”, mas entre 1822 e 1823 já ocorriam os primeiros “atos de rebelião” na fronteira. Na verdade, a primeira que se faz presente na documentação analisada não compõe a narrativa de Correa

⁸⁹ Livro de registro de avisos, cartas régias, provisões, instruções e decretos, de 1817 a 1822. Compilado do original do APMT por Paulo Pitaluga da Costa e Silva. Cuiabá: IHGMT, 1993. 7 de outubro de 1819.

⁹⁰ APMT – Estante 2, Livro C70, fl. 194-195.

da Costa, que mencionou apenas casos de maior impacto, “conhecidos por todos os membros do conselho”, e relacionados a um corpo específico, a Legião de Linha, da qual trataremos adiante.

A primeira mobilização militar em que se evidencia (através dos poucos rastros que deixou) a presença do ideário liberal ocorreu em meados de 1822. Deveu-se, pelo que se depreende da correspondência entre a junta cuiabana e o comandante de Vila Maria, à resistência de soldados do batalhão de caçadores (que compunha a Legião de Linha) em partir “para a diligência dos índios do Cabaçal”, sendo indicados como lideranças de “péssimo procedimento” o “cabo Manoel Martins e sua mulher”. Percebe-se, portanto, o envolvimento direto de outras pessoas nas mobilizações de soldados e de oficiais inferiores, a começar por suas famílias. Parece tratar-se de uma mobilização de pequena escala, pois seu impacto nas trocas de correspondências foi diminuto, mas ainda assim algumas questões podem ser colocadas a partir dela.

Não se sabe o motivo da resistência. Talvez ela tenha envolvido um descontentamento maior com o comando militar de Vila Maria, dado que cerca de cinco meses depois chegava a Cuiabá uma “representação dos militares e vaqueiros” daquela localidade requerendo a troca do comandante⁹¹. João Pereira Leite, responsável pela prisão e alvo da representação, havia sido nomeado em setembro de 1821 como comandante do Alto Paraguai em expressa retribuição por seu apoio à junta cuiabana na disputa que travava com a da cidade de Mato Grosso.⁹² Mas é possível que se trate de questões mais específicas, ligadas ao serviço naquela expedição.

A expedição do Cabaçal, que fazia parte da guerra contra os índios Bororo, acabou sendo cancelada, segundo o comandante, não em razão da “rebelião”, mas sim do estado de saúde do trilhador, que era essencial para este tipo de operação⁹³. Ao que parece, a expedição foi reorganizada com soldados milicianos por volta de outubro de 1822.⁹⁴ O engajamento em destacamentos como aquele contra os “índios do Cabaçal” fazia parte das vivências dos soldados, não só no ataque a povos indígenas, como na repressão à

⁹¹ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. 16 de dezembro de 1822.

⁹² APMT, Estante 2, livro C70, fl.158v-159. João Pereira Leite era provavelmente o mais rico proprietário rural da província, além de ser o administrador das fazendas de fornecimento de carne para as tropas, com um longo histórico de apropriações indevidas de recursos e de bens da fazenda pública que a junta num primeiro momento se propôs a investigar, mas que acabou desistindo e garantindo uma ascensão ainda maior em troca de apoio político. Portanto, era um oficial que, apesar de ter vindo de Portugal ainda no século XVIII, tinha seus interesses profundamente estabelecidos na província.

⁹³ APMT: E5-03 – “Registro de um Ofício dirigido ao Tenente-Coronel João Pereira Leite” fl. 54. A Junta Provisória pediu esclarecimento sobre a expedição e o caso do trilhador em 4 de setembro de 1822.

⁹⁴ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. 30 de outubro de 1822.

resistência escrava, como ocorreu em Cuiabá no ano seguinte, quando “na cadeia desta cidade foram recolhidos cinco escravos que vieram do quilombo, dos quais duas crianças”, que foram “entregues ao tenente Felipe de Miranda, [...] por pertencerem a uma sua parenta”.⁹⁵ Ao resistirem em partir para a expedição contra os Bororo “Manoel Martins e sua mulher” também foram remetidos à cidade, mas neste caso era para serem castigados “conforme for de direito”. A diferença entre a punição dos quilombolas e a do casal de “rebeldes” expressava uma cisão característica de uma sociedade liberal, mas escravista. Esta diferença também existia entre o casal de rebeldes e os índios Bororo contra os quais seria mandada a expedição, ainda que no caso dos indígenas a situação jurídica fosse menos definida.⁹⁶

Além de prender o casal de Vila Maria, deveria o comandante “indagar com toda a cautela os principais autores da rebelião, [...] debaixo de algum pretexto, para aqui serem castigados, conforme suas culpas, pois convém desabusá-los a respeito da Constituição que eles alegam, porquanto ela não dá liberdade para obrar contra a lei e com insubordinação”⁹⁷ Se Manoel Martins e sua mulher podiam reivindicar direitos constitucionais era porque estavam compreendidos entre as pessoas livres ou libertas. Não eram “bárbaros” como os Bororo, não eram escravos como os cinco capturados num quilombo, não eram estrangeiros sem naturalização, como os refugiados de Chiquitos que viviam na fronteira. A cidadania abria a possibilidade da reivindicação de direitos para amplos setores da população.

É evidente que a cisão entre livres e escravos não foi criada pelo liberalismo, já existindo anteriormente. Contudo, a ordem jurídica do Antigo Regime era inteiramente fundada em hierarquias tidas por naturais, sendo esta uma dentre muitas linhas de corte a ordenar formalmente e na prática a sociedade. Uma linha que a princípio se diferenciava das demais, por não se basear nas hierarquias que ordenavam as relações sociais no Antigo Regime, mas que não deixavam de remontar a diferenças tidas, até então, por naturais. Caso emblemático da lógica que regia essa cisão na vigência do Antigo Regime se deu em 1771, quando em meio a uma dura guerra contra os índios paiaguás um soldado desertou e se refugiou na mata com um companheiro, sendo enviados “alguns capitães do mato em seu seguimento, para o apanharem, e trazerem preso a esta Villa”. Tratava-se de

⁹⁵ “Juiz José de Pinho e Azevedo ao governo provisório”. APMT- Avulsos, Fazenda, 1823, Cx. A

⁹⁶ Sobre os critérios de cidadania civil e política no Brasil, ver o capítulo 1 desta tese.

⁹⁷ – “Registro de um Ofício dirigido ao Tenente-Coronel João Pereira Leite. Junta de Cuiabá, 31 de julho de 1822” APMT: Estante 5, livro 03, fl. 54.

uma companhia acostumada àquele tipo de terreno, no serviço de captura (e também de extermínio) de indígenas, escravos fugidos e quilombolas. Segundo o relato dos *Annaes do Sennado da Câmara do Cuyabá*,

Os ditos Capitães do Mato depois de o acharem pousado na estrada que vai para o Arraial dos Araés fazendo a diligencia ao modo com que costumam balroar os quilombos dos negros fugidos, que é disparando as armas de fogo carregadas com pólvora, munição grossa, e perdigotos mataram nas próprias camas não somente ao dito Soldado, como também a um Thomas da Costa Leme, que o acompanhava, e feito isto, tomando conta dos bens de ambos os fizeram conduzir para esta Villa na intelligência de que haviam obrado a ação mais memorável do mundo⁹⁸

Esperando serem saudados pelos cuiabanos, como geralmente eram ao executarem sumariamente indígenas e negros fugidos, os capitães do mato tiveram seus bens confiscados, “foram presos, e depois passados para a cadeia de Mato Grosso”, sendo, por fim, julgados. Isso porque o desertor e seu companheiro não eram nem escravos nem indígenas tidos por “selvagens” e detinham direitos e liberdades condizentes com uma condição na sociedade de Antigo Regime. Desta forma, ainda que nem todos fossem ainda, de fato e de direito, iguais perante a lei, conforme as práticas até então existentes, o desrespeito à condição de cada qual gerava escândalo não só no que dizia respeito à linha que separava livres e libertos de escravos. A existência de outras linhas de corte é perceptível, por exemplo, na acusação de que Magessi ameaçava “por a ferros sem distinguir indivíduos”⁹⁹

O liberalismo, por sua vez, tinha por princípio a eliminação das hierarquias fundadas numa condição inata, mas apenas entre os cidadãos. O Estado liberal aboliu as divisões que separavam legalmente “peões”, “fidalgos” e “nobres”, como também os tratamentos judiciais diferenciados a depender da “condição” do réu, mas este igualitarismo era indissociável da cidadania e de seus critérios de inclusão e exclusão. Após o constitucionalismo de 1820 e da promulgação da Carta de 1824, a cisão entre cidadãos e não-cidadãos reforçou ainda mais a distinção entre livres e libertos. Esta cisão informou linhas de corte muito raramente transpostas em momentos de mobilização. As lutas escravas como a Revolta dos Malês (Salvador, 1835) e as lutas indígenas, como a guerra guaicuru (que será analisada adiante) tenderam a não contar com a adesão de setores livres pobres e libertos e as lutas destes, por se pautarem no respeito à sua

⁹⁸ ANNAES do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas / APMT, 2007, p. 96-100. A edição acompanha CD-Rom com edições fac-similar e paleográfica dos Anais. A paginação indicada refere-se à versão paleográfica impressa.

⁹⁹ ANNAES do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830. P. 241.

cidadania ou na conquista de direitos, raramente buscavam a adesão de escravos, excluídos legalmente destes direitos.¹⁰⁰

O que se percebe em Mato Grosso é que antes mesmo da redação e da promulgação da Carta de 1824, e menos de um ano após a chegada das notícias da Revolução do Porto à província, um cabo e sua esposa já evocavam direitos constitucionais. Para compreender esta demanda por direitos recém-conquistados, importa lembrar que o Estado liberal implicava, para além da cidadania política, por meio da construção de um sistema representativo, a declaração e proteção aos direitos civis.

A Constituição de 1824, que se tornou, desde então, e até a última década do século XIX, o fundamento dos direitos civis e políticos no Brasil, consolidou a separação entre poderes, com independência do judiciário, e estabeleceu, no artigo 179, a “inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que têm por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade”. Seus parágrafos incluíam disposições como a de que “ninguém poderá ser preso sem culpa formada” (exceto em flagrante, por até 24 horas), e a de que a prisão só poderia ser efetuada com ordem legal por escrito. A casa de “todo o cidadão” tornava-se “um asilo inviolável”, não se podendo durante a noite “entrar nela, senão por seu consentimento, ou para o defender de incêndio, ou inundação; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a lei determinar”. O cidadão não poderia mais “ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei”, sendo que esta não deveria ser “estabelecida sem utilidade pública”, não tendo efeito retroativo e sendo igual para todos. Tornava-se um direito a livre comunicação dos “pensamentos, por palavras, escritos”, bem como sua publicação na imprensa, “sem dependência de censura”. Finalmente, garantia-se que “ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a moral pública”.¹⁰¹

O artigo 179 previa ainda a elaboração de um código criminal que acabasse com a legislação organizada no Livro V das Ordenações Filipinas, que incluía a aplicação desigual da lei segundo a condição, diversas formas de suplício e de morte com crueldade e a punição dos indivíduos para além da sua pessoa (por exemplo, pela “infâmia” e confisco de bens dos herdeiros dos que eram punidos com a morte). Em 1830 foi aprovado o código criminal “que nos veio libertar do bárbaro Livro 5 das Ordenações”, no dizer da

¹⁰⁰ Monica Duarte DANTAS. “Epílogo: Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império”. In: DANTAS, Monica Duarte. (Org.). *Revolutas, Motins, revoluções, op. cit.*

¹⁰¹ Constituição de 1824

Matutina Meyapontense.¹⁰² Porém, mesmo antes do código, a Constituição definia que a abolição dos “açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”, estabelecendo que “nenhuma pena passará da pessoa do delinquente” e que “as cadeias serão seguras, limpas, e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza dos seus crimes”. Também limitavam legalmente a violência estatal a responsabilização dos empregados públicos “pelos abusos, e omissões praticadas no exercício das suas funções” e o direito que “todo o cidadão” tinha de “apresentar por escrito ao Poder Legislativo, e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expor qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente autoridade a efetiva responsabilidade dos infratores.”¹⁰³

É evidente que entre a garantia constitucional e o efetivo respeito aos direitos interpunham-se tensões e conflitos os mais diversos, incluindo o desrespeito sistemático à Constituição e aos princípios liberais, como no caso das cadeias “seguras, limpas, e bem arejadas”. Por sinal, a situação das cadeias foi sempre registrada na província como sendo a pior possível. Além da facilidade das fugas, do desrespeito às normas para cumprimento de penas em prejuízo dos presos e da persistência de castigos cruéis, as condições das acomodações faziam, por si só, do cumprimento da pena um suplício.

Em 1822, quando da prisão de “Manoel Martins e sua mulher”, a constituição que eles evocavam ainda não era a que fundamentaria a ordem política e jurídica do Império a partir de 1824. A passagem a um regime constitucional estava sendo objeto de conflitos por todo o país, lado a lado com a questão da Independência. Contudo, já era preciso desabusá-los, pois, nas palavras do governo cuiabano, a Constituição “não dá liberdade para obrar contra a lei, com insubordinação”. Considerando a falta de maiores informações sobre o “péssimo procedimento” do casal, trata-se apenas de chamar atenção para os impasses que se colocam entre a exigência de subordinação às leis militares, por um lado, e as expectativas de direitos civis (que contemplavam homens livres pobres e libertos), por outro, mas que, ainda assim, compulsoriamente se tornavam soldados.

Nesse sentido, faz-se necessário chamar atenção para a “Força Militar”, que, segundo a Constituição de 1824, era “essencialmente obediente” e “jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela Autoridade legítima”.¹⁰⁴ Ocorre que as leis que regiam a disciplina militar permaneceram, mesmo após as reformas legais que incluíram

¹⁰² Matutina 160 – 07/04/1831

¹⁰³ Constituição de 1824

¹⁰⁴ Constituição de 1824

o Código Criminal de 1830, em grande medida intocadas pelos princípios liberais que recusavam as torturas, os castigos cruéis e o arbítrio das autoridades. Parte importante da legislação relativa aos soldados vigente durante o Império havia sido redigida nos séculos XVII e XVIII, persistindo a legalidade de suplícios e castigos cruéis, além de entraves ao questionamento do arbítrio de oficiais, pois o princípio ordenador dessas leis era a hierarquia militar. Temos, portanto, duas linhas de corte essenciais para compreender as mobilizações de soldados e oficiais inferiores em Mato Grosso, bem como a repressão a elas: a da cidadania civil, que separava os soldados (e demais livres pobres e libertos) dos escravos e não-cidadãos em geral (incutindo-se indígenas bravios e estrangeiros não-naturalizados); e a da legislação militar, que os tornava cidadãos frequentemente sujeitos ao arbítrio e à violência dos oficiais, frustrando a possibilidade de efetivação de seus direitos civis.

A questão é evidente no caso das punições prescritas, mas também no respeito à hierarquia. O sargento-mor comandante da fronteira paraguaia, Valério José Machado, escreveu ao governo provisório cuiabano no dia 27 de maio de 1823 informando sobre a chegada a Coimbra de

[...] um batelão do presídio de Miranda conduzindo o corneta Manoel Simões, preso em ferros a ordem de V. Ex. remetido a este comando pelo Tenente Joaquim José Roiz, atual comandante daquele presídio e como o mencionado preso chegasse muito doente e as pernas feridas, e muito inchadas, que já não cabia dentro dos grilhões, portanto mandei aliviar os ferros até que diminuísse a inflamação com que se achava, com ordem ao condutor para tornar a pô-los quando estiver nas circunstâncias de poder receber¹⁰⁵

Manoel Simões estava “preso a ferros” por tentar, junto a outros “camaradas” destituir e prender seu comandante e outros oficiais em Miranda. Mas o que importa notar neste momento é que se encontrava agrilhado e ferido. Relatado como parte das práticas regulares do comando militar, o uso de grilhões era legal, tanto em prisioneiros, quanto em recrutados para as tropas. Usados também legalmente no controle da escravatura e nas guerras contra povos indígenas, eles simbolizavam em muitos discursos o arbítrio e a violência desmedida do Antigo Regime. A metáfora do romper dos “grilhões”, das “cadeias”, das “correntes”, dentre outras variações, parecia expressar a auto-imagem da revolução liberal. De qualquer maneira, tenha sido a punição corporal conforme, ou não, às normas que regiam a corporação, fato é que, nos próximos anos os próprios soldados passaram a denunciar, tanto na imprensa, quanto com armas nas mãos, as violências que

¹⁰⁵ “Valério José Machado à Junta cuiabana, 27 de maio de 1823”. APMT. Avulsos do Forte Coimbra, 368.

sofriam. Para que isso acontecesse, foi preciso uma longa trajetória de aprendizado político.

Rebeldia, deserção e pilhagem

Manoel Simões foi preso em decorrência da *Devassa procedida no Presídio de Miranda acerca de uma revolução que pretendiam por em prática alguns soldados da legião de 1ª linha na madrugada do dia 30 de abril, no Presídio acima citado*.¹⁰⁶ Os depoimentos foram tomados no mesmo dia da prisão e são muito semelhantes entre si quanto à descrição da organização e do plano dos rebeldes, sendo o objetivo das perguntas o de precisar quem eram os “cabeças” da tentativa. Além do corneta, outras cinco pessoas foram presas, mas no processo constam apenas mais quatro nomes, sendo todos de soldados da Legião de Linha.

A crer nos depoimentos, a tentativa foi combinada numa reunião entre os “cabeças” às nove horas da noite de 28 de abril, sendo que o plano deveria ser posto em prática na noite seguinte. Segundo as testemunhas (onze homens, quase todos soldados da legião de linha nascidos na província que “vivem de seus soldos e vencimentos”, com idades entre 15 e 43 anos) alguns militares teriam decidido convidar “aos mais camaradas para se conspirarem contra o comandante, furriel e almoxarife a quem deviam prender”¹⁰⁷.

O “ajuntamento de soldados da legião”, no qual se decidiu o plano, teria se dado no terreno “entre a Igreja e o quartel onde morava o corneta Manoel Simões”. O convite foi feito com cautela, “tanto na praça como nos quartéis”, sendo procurados com especial empenho os soldados que ocupavam posições-chave para a tomada do presídio. O responsável pela delação do plano comandava a guarda noturna dos armamentos e afirmou que Manoel Simões pediu para que “deixasse ele arrombar a porta do Parque das Armas da legião para armarem-se os mais soldados do seu partido”. Tendo o pedido negado pelo chefe da guarda, voltou

[...] o dito corneta acompanhado já dos ditos camaradas que se achavam no quartel, tornou a fazer segunda proposta a ele testemunha querendo com os seus companheiros seduzir toda a guarda que não conseguiu por ele testemunha haver feito ver que tinha mulher e filhos, ajudado pelo Cabo Joaquim Ignácio que o fez retroceder com os mais camaradas não tendo da

¹⁰⁶ “Devassa procedida no Presídio de Miranda acerca de uma revolução que pretendiam por em prática alguns soldados da legião de 1ª linha na madrugada do dia 30 de abril, no Presídio acima citado”. APMT. Tribunal da Relação, Cx. 4, processo 109.

¹⁰⁷ “Devassa procedida no Presídio de Miranda acerca de uma revolução...”. APMT. Tribunal da Relação, Cx. 4, processo 109.

guarda uma de seu partido mais que o soldado Joaquim Mariano da Costa que já andava com ele¹⁰⁸

Parece ter sido decisivo no fracasso do plano a negativa dos que cumpriam funções de guarda, provavelmente escolhidos pelo comandante dentre os homens de sua confiança. Segundo o chefe da guarda, procurado pela terceira vez pelo corneta e pelos soldados de seu “partido” teria sido ameaçado e, “receoso de alguma violência que lhe poderia fazer um maior partido, assinalou o tempo em que deviam pôr em prática os seus projetos que seria o da madrugada quando os deixaria tirar as armas”. Em seguida, conforme seu depoimento, procurou o comandante para denunciar o plano.¹⁰⁹

Várias testemunhas deram conta de que no dia 29 a notícia já havia se espalhado entre os soldados. O objetivo que aparece em todas as falas é o de prender o comandante, tenente Joaquim José Rodrigues, o furriel e o almoxarife, além de “entregar o comando da praça ao padre capelão Bento de Sousa Vaz Canavarros”. Um detalhe que aparece em quase todos os depoimentos diz respeito à promessa de “uma canada de aguardente” aos soldados por “Dona Amália” caso o plano fosse bem-sucedido¹¹⁰. Nenhum depoimento informa quem era ela, apenas afirma o delator que Manoel Simões já havia sido visto conduzindo “aguardente do seu quartel, que era o da Dona Amalia, ao deles soldados por quem distribuiu”. Nenhuma reivindicação ou explicação para o descontentamento com o comandante consta da documentação encontrada sobre o episódio. Derrotada antes de eclodir, ao que parece a mobilização não firmou sobre o papel seus próprios discursos, nem direta nem indiretamente. Os depoimentos reiteradamente afirmam a incitação à rebelião por D. Amália, pelo oferecimento da aguardente em caso de vitória, sem qualquer sugestão sobre suas razões para isso. Por fim, talvez se relacione com esses fatos a substituição do comandante de Miranda, capitão Joaquim José Rodrigues, pelo capitão José Craveiro de Sá, por ordem da junta, no dia 26 de maio.¹¹¹

¹⁰⁸ “Devassa procedida no Presídio de Miranda acerca de uma revolução...”. APMT. Tribunal da Relação, Cx. 4, processo 109.

¹⁰⁹ “Devassa procedida no Presídio de Miranda acerca de uma revolução...”. APMT. Tribunal da Relação, Cx. 4, processo 109.

¹¹⁰ Alguns depoimentos sugerem que d. Amália era a verdadeira interessada na mobilização. Por exemplo, segundo uma das testemunhas, “depois de tudo concluído D. Amália daria aos soldados uma canada de aguardente”, enquanto outra dizia que Simões “prometera a eles em nome de D. Amália uma canada de Aguardente depois da ação que pretendiam porem em prática”. É possível que se tratasse da esposa de algum oficial, dado que não era comum que mulheres de menor condição recebessem o tratamento de “Dona”. Outra possibilidade é que ela estivesse em trânsito na rota monçoeira para Cuiabá, abrigada temporariamente em Miranda.

¹¹¹ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. 26 de maio de 1823.

Esta não foi a única devassa aberta em Miranda no dia 30 de abril de 1823. Mencionada em apenas um dos depoimentos do primeiro processo, sem que fosse relacionada com o caso de Manoel Simões, uma tentativa de deserção coletiva foi julgada no mesmo dia da tentativa de revolta. Nas palavras da testemunha que mencionava o caso, “foram presos naquela madrugada os principais cabeças da revolução, como também os da deserção da guarda do Córrego”. A *Devassa procedida no Presídio de Miranda, por onde conhecem o comandante do destacamento que as praças se despunham a desertar para Espanha, conduzindo algumas mulheres e outros assuntos diferentes* contou com exatamente as mesmas testemunhas que aquela procedida contra Manoel Simões.¹¹² No entanto, os réus e o plano eram distintos. Neste caso, procurava-se não os “cabeças” da ação, mas testemunhos sobre a suspeita de colaboração de uma guarda na fuga de um desertor, e sobre rumores de que esta guarda pretendia partir e encontrá-lo depois.

A crer nos depoimentos, o soldado Francisco Leite de Barros havia fugido, já tendo combinado com toda a “ronda avançada do Córrego” que partiria levando “uma mulher índia de nação”. Os soldados da guarda já haviam “morto uma novilha da Fazenda Pública para seu municiamento” até o destino da fuga que, pela localização da praça, era certamente a República do Paraguai. O comandante da guarda, anspeçada Pedro Luís, e os “cinco praças”, seus subordinados, pretendiam se unir a Barros e fugir “conduzindo várias mulheres da casa do alferes José de Freitas e Souza”. As versões, neste ponto, são bem divergentes, havendo quem falasse em duas ou quatro mulheres “sendo uma delas casada com o Povoador Floriano da Silva, que era a que marchava por conta do anspeçada”. Há ainda uma testemunha que afirmava que a fuga se daria “depois de matarem alguns camaradas do Alferes José de Freitas e Souza afim de poderem levar todas as mulheres ou parte das que existem na mesma casa”. Por fim, os depoimentos informam que “estavam presos” os homens da guarda, tendo apenas Barros conseguido fugir, e que também estava implicado no caso “um ordenança de nação espanhola” enviado “preso ao Comandante Geral”.¹¹³ No dia 28 de junho de 1823 chegavam a Cuiabá, vindos do Forte Coimbra, nove soldados presos, provavelmente incluindo

¹¹² *Devassa procedida no Presídio de Miranda, por onde conhecem o comandante do destacamento que as praças se despunham a desertar para Espanha, conduzindo algumas mulheres e outros assuntos diferentes*. APMT. Tribunal da Relação, Cx. 4, processo 109.

¹¹³ “*Devassa procedida no Presídio de Miranda, por onde conhecem o comandante do destacamento que as praças se despunham a desertar...*”. APMT. Tribunal da Relação, Cx. 4, processo 109.

aqueles ligados às devassas de Miranda, que por sua vez foram recebidas pela junta quatro dias depois.¹¹⁴

Em conjunto, as devassas de 30 de abril de 1823 contêm diferentes estratégias coletivas dos soldados da fronteira num mesmo contexto. Tratava-se de uma situação de extraordinária falta de recursos por parte do Estado. Ainda que atrasos nos pagamentos fossem um problema antigo, a situação se agravava bastante desde o fim dos repasses externos, em 1821. No ano das duas devassas, o cofre do juizado de órfãos fora usado para pagar as tropas de Cuiabá, criando-se também uma subscrição voluntária para manter uma guarda na cidade¹¹⁵. A fronteira, por sua vez, foi assunto de duros embates entre o governo civil e o oficialato militar sobre as prioridades da província, sendo sempre evocado o perigo da insubordinação. Porém, a fome, a falta de mantimento e as más condições de vida na fronteira tendiam a reforçar estratégias já consolidadas, destacando-se a deserção e o “proteção” dos oficiais, e não as mobilizações armadas. De qualquer maneira, é improvável que tenham contado com qualquer experiência de vitória na fronteira oeste antes de 1829. Portanto, a facilidade com que Manoel Simões foi impedido de prender seu comandante se explica, em alguma medida, pela pouca experiência neste tipo de mobilização. A deserção, por outro lado, aparece de forma bastante organizada e parcialmente bem-sucedida, já que Barros parece não ter sido capturado.

A deserção, mesmo muito organizada, tem um sentido diferente das mobilizações armadas para a destituição de comandantes ou de caráter reivindicatório. Ainda assim, ela colocava sérios limites ao exercício da soberania caso o Estado não atendesse minimamente às condições do serviço militar, mas o fazia sem apresentar, a cada novo caso, um desafio aberto às autoridades. Seu caráter político se manifestava quando de sua generalização, que levava o poder provincial a responder com esforços reais para refreá-la, incluindo a estabilização do fornecimento de gêneros essenciais depois de 1825, persistindo, contudo, a falta de “soldos, etapes e fardamentos”. Ainda que não fosse a intenção de cada soldado que desertou garantir melhores condições para os demais, o efeito das deserções em série neste período parece ter alertado as autoridades para os perigos do que os oficiais denunciavam como “abandono da fronteira”. Como descreveu d’Alincourt, sobre Miranda, em 1824:

¹¹⁴ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. 28 de junho e 2 de julho de 1823.

¹¹⁵ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. 7 de maio de 1823. Carlos ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*, op. cit., p. 45.

Nos últimos tempos, ficou reduzida a guarnição a menos do terço da que é necessária, no pé de paz; bastará dizer-se, que no ano passado, constava de um alferes comandante, 2 sargentos, dos quais um serve de escrivão, 1 furriel, 3 cabos, fazendo um vezes de almoxarife, e 28 soldados da legião de linha; e da companhia de pedestres 1 sargento, 1 cabo, 2 tambores e 37 soldados; ao todo 76 praças; o que é nada para acudir ao serviço; pois que deste número se tira gente para a lida da fazenda de gado vacum e cavalar, para a guarda avançada, que é dali a seis léguas; para o curtume e outras pequenas e indispensáveis tarefas; de maneira que, tanto o presídio, como as mais pertenças, achavam-se com força mui desproporcionada à que lhe é necessária; e esta mesma muito mal paga de soldos e datas, e muito mal vestida¹¹⁶

Para d'Alincourt o número mínimo de praças que demandava o presídio de Miranda era 174, havendo naquele momento apenas 76. A resistência e a dificuldade de recrutamento estavam desguarnecendo a fronteira. Para deter o processo, e para prevenir males ainda mais graves do que aqueles que as revoltas poderiam trazer, era preciso usar mais do que a força. Não era racional, do ponto de vista dos comandantes, generalizar a violência arbitrária contra os soldados e oficiais inferiores. Na comunicação com a junta, alguns oficiais adotavam um discurso “paternalista” com relação a seus comandados. Em maio de 1824, algumas cartas enviadas pelo comandante do Forte Coimbra, José Antonio de Lima e Abreu, tratando das frequentes deserções, chegam perto de legitimá-las dada “a falta sensível do necessário fornecimento de boca, e mesmo de vestuário que há dois anos o não receberam”. A situação miserável à qual estavam sujeitos os faziam, segundo o comandante, “dignos de toda a compaixão”, sendo estes “os motivos talvez de se esquecerem dos sagrados deveres que nos prescreve[m] as leis militares”. O caso em questão dizia respeito à fuga, em abril, de “três soldados e um pedestre”, que levaram 40 cavalos, sendo 14 da fazenda pública e os demais de particulares, “com o destino de passarem à Província de São Paulo”. A “compaixão” não significava a impunidade da deserção, sendo dever dos comandantes punir segundo as leis militares. Sendo assim, Lima e Abreu deu “imediatas providências afim de que não pudessem escapar a muita distância”, acabando os soldados “metidos em ferros, trabalhando no diário serviço” da guarnição.¹¹⁷

Lima e Abreu chamava atenção para um “descontentamento geral desta fronteira” em razão da falta de “fornecimento de boca e vestuário para estes defensores [...] fazendo-se dignos de justiça e compaixão”. Seu apelo era para que, mesmo faltando “os soldos

¹¹⁶ Luís d'ALINCOURT “Memória acerca da fronteira da Província de Mato Grosso, organizada em Cuiabá, no ano de 1826” in Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

¹¹⁷ “Lima e Abreu à junta governativa, 20 de julho de 1823”. APMT. Forte Coimbra, 1823. 330.

vencidos, [...] não falte vestuário e sustento”. O sentimento de proteção dos oficiais é visível nas representações de soldados que encaminhavam ao governo civil, às quais acrescentavam recomendações geralmente favoráveis ao atendimento das demandas.¹¹⁸ Os comandantes teriam, então, um papel de protetores dos soldados, pois “é evidente que as circunstâncias do tempo presente requerem [...] para a conservação e segurança desta fronteira, oficiais de puros sentimentos, que não perturbem o sossego e paz para a boa disciplina dos ignorantes soldados, obedecerem e servirem como devem ao nosso amado soberano”.¹¹⁹ Numa carta relatando o início de seu comando no Forte Coimbra, Lima e Abreu roga

[...] pelo bem da sua guarnição para tê-la sempre contente e disposta à obediência, tão necessária ao serviço militar [...] que se mande algum soldo à guarnição deste forte, pois que é do maior interesse do bem público e segurança da fronteira ganhar logo no princípio do meu comando afeição e confiança dos meus súditos, o que certamente não conseguirei se estas providências me faltarem, e mesmo não poderei castigar os que desagradando-se dos sentimentos que nos prescreve a generosidade Portuguesa derem exemplos de insubordinação, se eu não procurar por todos os meios que estiverem ao meu alcance aligeirar os males que aqui se sofrem¹²⁰

O comandante entendia que se não pudesse contentar à maioria não teria legitimidade para castigar a minoria. A partir de 1829, excessos nos castigos físicos viriam a gerar revoltas, sem que houvesse, contudo, um relato generalizado de fome na fronteira. Em 1823, talvez tenha havido tentativas neste sentido, mas os comandantes tinham apoio suficiente na tropa para que os suplícios não gerassem revolta, assim como podiam contar com a inexperiência dos soldados e com a menor difusão do liberalismo revolucionário. O problema mais concreto então colocado era outro. A deserção individual ou em pequenos grupos era muito frequente e difícil de ser controlada. Contra ela, e também contra a insubordinação, os oficiais podiam se colocar na condição de protetores. Sua autoridade dependia não só da força, mas da “afeição e confiança” dos seus “súditos” e para garanti-la, Lima e Abreu encaminhava não apenas reiterados pedidos para que fossem satisfeitos coletivamente os soldados, mas também representações individuais, às quais acrescentava suas recomendações. Por outro lado, há evidências, em 1821, de práticas de abuso por parte de comandantes que se davam exatamente na mediação que exerciam entre seus “súditos” e as esferas mais altas de poder. É o que se depreende de um decreto de 23 de março daquele ano pelo qual a coroa

¹¹⁸ “Lima e Abreu à junta governativa, 12 de junho de 1824”. APMT. Forte Coimbra, 1823. 499.

¹¹⁹ “Lima e Abreu à junta governativa, 8 de novembro de 1823”. APMT. Forte Coimbra, 1823. 383.

¹²⁰ “Lima e Abreu à junta governativa, 20 de julho de 1823”. APMT. Forte Coimbra, 1823. 330.

procurava coibir as demoras propositais no encaminhamento de requerimentos de promoções. Com tais demoras, os oficiais procuravam constranger “os agraciados a pagarem a sua ilegal intervenção”¹²¹.

Além de legitimar a autoridade que garantia, quando necessária, a punição dos “revoltosos”, boas relações com os subordinados poderiam servir para estratégias pessoais de manutenção em postos de comando, havendo disputas internas ao oficialato pelo apoio dos soldados e oficiais inferiores. Numa disputa pelo comando do Forte Coimbra, Lima e Abreu teve em seu apoio uma representação dos soldados sob seu comando. Dizia ele que “o meu subalterno João Cardoso de Carvalho se empenhava em satisfazer os desejos do meu antecessor que ansiosamente recomendou que este oficial solicitasse modos para que a guarnição deste forte formasse algum documento por eles assinado para manchar a minha honra, de que me prezo”¹²². Antecipando-se a uma possível representação dos soldados contra seu comando, ele dizia ter reunido a tropa “no ato de parada com toda a guarnição formada”, explicando “com palavras inteligíveis se tinham alguma queixa a respeito da minha conduta neste comando, responderam todos em geral que nada tem a dizer”. Em alguma medida os soldados estavam evidentemente coagidos, ainda que seja possível que Lima e Abreu lhes parecesse um comandante mais desejável que seu antecessor. A representação, com 35 assinaturas, era sucinta:

Nós [oficiais] inferiores e soldados abaixo assinados juramos se necessário for que contra o crédito e honra do nosso comandante geral José Antonio de Lima e Abreu não temos nada que dizer em seu desabono, e como temos notório que há papéis assinados com falsas assinaturas para manchar o melindre da honra do mesmo Sr. convinha fazermos este por nós assinado para que conste aonde convenha¹²³

Os oficiais não podiam abrir mão do consentimento de seus “súditos”, como eram chamados soldados e oficiais subalternos em diversas correspondências de Lima e Abreu e de outros oficiais. Esta relação aparece, por exemplo, na atitude do chefe da guarda que delata Manoel Simões e naqueles que se recusaram a aderir à mobilização. O argumento do delator para afastar um de seus companheiros da tentativa foi, segundo seu depoimento, o de fazer “ver que tinha mulher e filhos”. A questão importa porque a deserção nem sempre era uma decisão estritamente pessoal. Ainda que houvesse uma grande mobilidade dos soldados na província, com os mesmos nomes de militares

¹²¹ *Livro de registro de avisos, cartas régias, provisões, instruções e decretos, de 1817 a 1822*. Compilado do original do APMT por Paulo Pitaluga da Costa e Silva. Cuiabá: IHGMT, 1993. 23 de março de 1821.

¹²² “Lima e Abreu à junta governativa, 8 de novembro de 1823”. APMT. Forte Coimbra, 1823. 383.

¹²³ APMT. Forte Coimbra, 1823. Ofício.

aparecendo em relações dos diferentes presídios, o estabelecimento de relações familiares era frequente na fronteira, mesmo que em muitos casos sem o reconhecimento da Igreja¹²⁴. As famílias dos soldados do Pantanal eram formadas, via de regra, pelo estabelecimento de vínculos com mulheres guaná, que viviam aldeadas no entorno das fortificações.

Na devassa sobre a tentativa de deserção percebe-se a presença da personagem “índia de nação”. Já a “mulher do povoador”, segundo um depoente, era “caboré”. Tratava-se aí do rapto de mulheres, ainda que seja possível (mas pouco provável) que todas elas estivessem também interessadas na fuga. Para a compreensão das alternativas dos soldados, o que importa notar é que, para os que estavam estabelecidos com relações familiares nas guarnições, tanto a deserção quanto a mobilização armada não eram decisões que diziam respeito apenas a eles. Desertar ou revoltar-se eram decisões difíceis, principalmente para quem “tinha mulher e filhos” e temia abandoná-los, pois tanto a deserção quanto a punição da revolta envolviam frequentemente o deslocamento definitivo, ou por longo período, para lugares distantes. Ainda assim, a deserção contribuiu para um desgarnecimento que pode ter chegado a dois terços do contingente no período das juntas.

Numa região de fronteira, o problema da deserção não ameaçava apenas a manutenção do contingente de soldados (e o correlato aumento no número de indivíduos tidos por potenciais criminosos), existia também uma preocupação quanto ao conhecimento que aqueles homens tinham sobre o sistema de defesa. Ao passarem a fronteira, eles tinham todas as condições de transmitir a paraguaios ou bolivianos informações que ameaçassem a soberania brasileira. Eles poderiam saber a escala, a distribuição e os percursos dos homens, das armas e dos mantimentos, dentre outras informações que os militares brasileiros buscavam a todo custo obter através de “espias” e de desertores hispânicos. As fronteiras entre os impérios português e espanhol eram, tanto naquela área quanto em diversas outras, litigiosas, e havia uma apreensão mútua, pois os novos Estados nacionais não necessariamente viriam a reconhecer pretensões fundadas em acordos que haviam sido rompidos pelas próprias metrópoles durante as Guerras Napoleônicas¹²⁵. As tensões aumentaram logo após a Independência, oscilando durante o Primeiro Reinado, quando os governos do Brasil e de Buenos Aires travaram

¹²⁴ Sobre as estruturas familiares na fronteira, Maria Adenir PERARO. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.

¹²⁵ Mestrado

uma guerra em que estavam em jogo pretensões dinásticas de d. Pedro I; mesmo que menos disputado, o território mato-grossense não estava livre da ameaça deste tipo de conflito. A fronteira oeste demandava uma vigilância constante e intensa, pois não havia acordos mútuos acerca dos traçados que separavam os países, ocorrendo ameaças de conflagração tanto com relação à Bolívia, em razão da invasão de Chiquitos, em 1825, quanto com o Paraguai, em vários momentos, em torno das incursões dos guaicurús, aliados dos brasileiros.

Destarte, o problema da deserção em Mato Grosso não estava ligado a alguma conflagração que, requerendo excepcionalmente um grande contingente, levaria à dispersão posterior da tropa. A deserção se dava em meio ao serviço “em tempos de paz”, nas palavras de d’Alincourt. Além de guerrear, os soldados eram destacados para “a lida da fazenda de gado vacum e cavalar, para a guarda avançada [...]; para o curtume e outras pequenas e indispensáveis tarefas”¹²⁶. Ou seja, eram não só combatentes, mas vaqueiros, construtores e reparadores de benfeitorias. Eram também agentes da política indigenista que, naquela área, tinha um caráter militarizado. Segundo d’Alincourt, a praça de Miranda “mantém em pé de respeito as diversas tribos indígenas, quer guanás, quer guaicurús, espalhadas nas suas vizinhanças”.

O contexto era de consolidação de aldeamentos organizados pelos comandos das tropas, numa política estabelecida e aprimorada desde a aliança guaicuru de 1791. Avançando lentamente, o estabelecimento de grandes povoações guaná se dava no entorno de praças como Miranda. Este processo era central para a geopolítica da fronteira oeste não só por lentamente incorporar força de trabalho e reorganizar o território para a produção mercantil, como também por minar as bases da autonomia dos incômodos aliados guaicurús que dependiam das relações com outros povos para se manterem como um grande grupo guerreiro e, nessa condição, forçarem as autoridades a reconhecerem os termos da aliança.¹²⁷

Havia no Pantanal, no momento das duas devassas, um intenso trânsito pela fronteira motivado não só pelas deserções e pela busca de refúgio, como também pelo contrabando e “correrias” dos guaicurús. Aproveitando-se da aliança com os portugueses

¹²⁶ Luís d’ALINCOURT “Memória acerca da fronteira da Província de Mato Grosso, organizada em Cuiabá, no ano de 1826” in Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

¹²⁷ Sobre os aldeamentos no Pantanal e o pacto guaicuru, Francismar Alex Lopes de CARVALHO. Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2012.

e da relativa desestruturação do poder colonial no Paraguai nos anos 1810, esses indígenas vinham fazendo incursões naquele território com a participação de soldados brasileiros, havendo por parte do governo daquele país também a acusação de envolvimento de comandantes das guarnições¹²⁸. Em realidade, parece ter ocorrido menos participação direta de soldados nessas ações e mais a constituição de uma rede, articulando compra de animais e de outras mercadorias pilhadas por guaicurús no Paraguai, além do desvio e da venda de armas das fortificações brasileiras para aquele país e para os próprios indígenas.

Portanto, as tentativas de mobilização armada e de deserção presentes nas devassas representam apenas uma parte das alternativas dos soldados num contexto particularmente difícil. Além dessas formas de resistência, também era possível aderir ao paternalismo dos oficiais ou integrar-se aos circuitos da fronteira, envolvendo trocas comerciais (lícitas e ilícitas) e a pilhagem. Neste contexto, as mobilizações armadas estavam longe de ser a forma predominante de estratégia dos soldados, o que não deve surpreender, dado que apenas em 1829 há registros de episódios vitoriosos de destituição de comandantes na província. Em sua fragilidade e mesmo em sua aparente ingenuidade, ao pensar poder contar com o apoio da guarda leal ao comandante, Manoel Simões estava, ao lado de seus “camaradas” experimentando confrontar abertamente a autoridade dos oficiais. Não foi possível descobrir se a mobilização era motivada por animosidades com relação a este comandante em particular ou a questões envolvendo o atraso de soldos e a carestia. De qualquer maneira, a tentativa compõe uma trajetória que, sendo de derrotas e de repressão até 1829, tornou-se de vitórias e de emergência dos soldados como força política a partir daquele ano.

Entre 1829 e 1831 ocorreram pelo menos oito mobilizações armadas em Mato Grosso, sendo que em ao menos sete casos comandantes militares foram depostos. A última revolta desta série ocorreu em Cuiabá, fato então inédito, e resultou na demissão de diversos oficiais ao mesmo tempo, incluindo o comandante das armas Jerônimo Joaquim Nunes. Era a sedição cuiabana de 7 de dezembro de 1831. Nos dois anos seguintes houve mais quatro mobilizações, mas ao que parece apenas uma resultou na destituição do comandante. Era o efeito da mudança de atitude dos dirigentes da província com relação às tropas, especialmente a Legião de Linha, à qual pertenciam os acusados em ambas as devassas de 1823. Antes de prosseguir para a análise das mobilizações

¹²⁸ Essas tensões estão documentadas em AN IG1 228

posteriores a 1829, importa tratar brevemente deste corpo e da relação entre os dirigentes da província e a fronteira durante a principal guerra travada no Mato Grosso no Primeiro Reinado.

2.3 – Corpos militares e poder político

A narrativa da trajetória das mobilizações da Legião de Linha pelo presidente da província de Mato Grosso, em 14 de outubro de 1832, tinha por finalidade acrescentar mais um ponto ao que até então se decidira naquela reunião a respeito do pagamento de “soldos, etapes, e fardamentos vencidos” para os soldados rebelados em Albuquerque. Além da repressão e do envio de recursos com o cuidado de não se pagar imediatamente a tropa, Antonio Correa da Costa propôs e obteve por unanimidade a extinção da legião de primeira linha (geralmente referida nas fontes como “Legião de Linha”), decisão confirmada pela regência por decreto de 4 de janeiro de 1833. Foram dispensados não apenas os soldados, mas “de Sargento inclusive para baixo”, sendo aproveitados em outros corpos apenas alguns dos oficiais superiores. A explicação do presidente para o “caráter revoltoso” estava nas experiências anteriores de soldados que compunham a Legião de Linha. Ele afirmava que

[...] sendo o Casco formado de banidos, continuado com a escória da Província e concluindo com os Revoltosos da Bahia e Pernambuco, não podia deixar de transmitir o miasma da revolta ao mais bem educado que lá fosse ter. Que tendo-se por algumas vezes já dado baixas a quase todos, tinha o Governo a experiência de que levedava a insubordinação à media que se metiam outros; e que já o caráter de revoltoso era inerente ao caráter da Legião de Mato Grosso¹²⁹

A atribuição das revoltas a este corpo acompanhou todo o debate e existe de fato uma presença muito maior de soldados e subalternos da Legião de Linha em mobilizações armadas do que daqueles de Pedestres, que existiam em maior número na província. No período das juntas, alguns boatos e pequenas agitações foram relacionadas especificamente à primeira, como a 11 de dezembro de 1822, quando foi recebida “uma participação de um oficial, em que avisava a este governo que a Legião de Linha estava em armas”. O comandante da legião, Toledo Ribas, havia sido nomeado dias antes pela junta e elucidou se tratar de uma simples revista, mas o episódio demonstra o estado de sobressalto em que se encontrava a junta.¹³⁰ É possível, portanto, que o “alarma” atribuído

¹²⁹ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

¹³⁰ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. Sobre a nomeação de Toledo Ribas, 2 de dezembro de 1822, sobre a suspeita de estar a Legião de Linha “em armas”, 11 de dezembro de

à queda de Magessi diga respeito a uma série maior de pequenas agitações, mas com o envolvimento de diversos corpos militares.¹³¹

Após o “alarma”, a narrativa elaborada pelo presidente de Mato Grosso situa o início das mobilizações ligadas à Legião de Linha em 1822, no Forte Coimbra, onde soldados “tiveram a sua Sociedade dos doze Pares, para deporem ao comandante do seu corpo major Miguel Theotônio de Toledo Ribas, para por em seu lugar ao capitão engenheiro Luiz d’Alincourt”. Não foram encontrados no decorrer da pesquisa documentos a respeito de qualquer mobilização armada em Coimbra no ano de 1822, mas sendo caso excepcional numa longa relação de “atos de rebelião”, é de crer-se que algum episódio, ainda que de menor impacto, ocorrera naquele momento e lugar. O nome atribuído à “sociedade” remete a um romance de cavalaria muito popular no século XIX e enraizado na tradição cultural do ocidente cristão desde a Idade Média, mas além desta referência e da informação de que o movimento foi frustrado “devido à vigilância” de Toledo Ribas, só o que é possível dizer sobre o evento é que envolvera uma tentativa de substituição de comando.

Nas mobilizações sobre as quais existem fontes mais detalhadas - incluindo a tentativa de 1823, que não estava na relação de Corrêa da Costa -, os soldados da Legião de Linha sempre estiveram dentre os “cabeças”. Ainda que a fala seja repleta de generalizações e de estigmas, ela expressa relações que o presidente, como governante experiente, sabia que existiam. Relações entre vivências anteriores ao engajamento militar e a insubordinação na tropa, mas também entre o acúmulo de experiência de enfrentamento por um corpo militar e a força política conquistada. O fato de que nenhum dos cinco conselheiros, que pertenciam a três fações diferentes, discordou do diagnóstico, aprovando a dissolução da Legião de Linha por unanimidade e aparentemente sem

1822. Três dias depois, era apresentada uma “carta anônima dirigida ao comandante da praça convidando para uma nova forma de governo” (14 de dezembro de 1822). Toledo Ribas acabou demitido do comando da Legião de Linha em pouco tempo, a 18 de janeiro de 1823, dando lugar a Félix Merme. Uma devassa foi aberta a respeito da “carta anônima”, como atestam as atas da junta (1º de fevereiro de 1823), mas ela não foi encontrada.

¹³¹ As atas da junta cuiabana mencionam outros boatos e sugestões que ameaçariam o governo, com envolvimento de militares. Dentre os indícios de insubordinação na Legião de Linha, há referências a julgamentos de um soldado e de um oficial em 1821, o primeiro sem que se mencione a natureza do crime, o segundo atribuindo-se a pena a “sua má conduta e falsas alegações”. Os processos não foram encontrados, como também não foram os autos de diversos conselhos de guerra mencionados nas atas. *Livro de registro de avisos, cartas régias, provisões, instruções e decretos, de 1817 a 1822*. Compilado do original do APMT por Paulo Pitaluga da Costa e Silva. Cuiabá: IHGMT, 1993. 30 de maio de 1821 e 24 de janeiro de 1822. Existem ao menos duas referências a outros corpos em meio às agitações do período das juntas, sendo a primeira sobre a companhia de ordenanças de Diamantino, tendo a junta ordenado o envio dos “indivíduos malfeitores” deste corpo; a segunda sobre o conselho de guerra feito para julgar um oficial de milícias.

discussão, reforça a leitura do presidente. As atas das sessões geralmente traziam divergências, não sendo este o caso da principal decisão daquele dia:

[...] o conselho unanimemente se persuadiu que é impossível manter-se a tranquilidade da província existindo em seu seio um corpo cujos membros, habituados a tantos excessos, sua presença tornou-se em toda parte precursora do alarma, e da revolta: e como a primeira lei do conselho é a segurança e tranquilidade dos povos, era de necessidade resolver como resolveu o conselho, que fique extinta a Legião de Linha desta Província¹³²

A Legião de Linha

Tratemos brevemente da formação e composição deste corpo. Ao iniciar sua narrativa, o presidente lembrava que o “rebate” de 1821 fora dado pela “Legião de Linha para depor ao seu General Magessi que os tinha favorecido a alguns até tirando da cadeia do Rio de Janeiro para virem ser aqui militares”¹³³. O corpo tinha sido de fato uma criação do último governador colonial, instituído por decreto de d. João VI, em 1818, elaborado sobre um parecer de Magessi, entre sua nomeação e a chegada a Cuiabá, no ano seguinte. Tratava-se de uma reforma na organização militar, com a justificativa de “providenciar os meios de defesa e segurança da capitania” sem que se “gravem os corpos milicianos [...] sem urgência maior, com o serviço ordinário de guardas e destacamentos, como tem sido necessário praticar-se até agora”¹³⁴.

A reorganização militar de 1818 deveria, portanto, desonerar as tropas auxiliares, formadas por homens que não eram soldados pagos, mas que podiam ser destacados em caso de necessidade, o que era frequente em Mato Grosso no período colonial. É possível ter uma ideia do que significava para os cuiabanos o deslocamento forçado para a fronteira através da leitura dos *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá*, que narram a história da capitania do ponto de vista das elites da vila. Os *Annaes* trazem relatos de grandes marchas de milicianos (e, em alguns casos, também de ordenanças) para a fronteira nos anos de 1771, 1775, 1790, 1791, 1797, 1802, 1806, 1808 e 1811. A primeira destas narrativas, mais detalhada e mais dura na crítica às ordens do capitão-general, permite perceber como podia ser encarada a ordem de marcharem tropas auxiliares para a fronteira no período colonial.

Segundo os *Annaes*, em 1771 houve grandes ataques dos indígenas paiaguás e bororo, resultando em 44 mortos, sendo 41 deles escravos. Uma expedição foi mandada,

¹³² “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

¹³³ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

¹³⁴ “Decreto de 22 de janeiro de 1818”. *Coleção de Leis do Império*.

mas no primeiro encontro com os bororo “fugiram muitos dos soldados da bandeira oprimidos da fome, que foram presos na cadeia desta villa à ordem do [capitão-]general”.

Neste tempo, em que com justa razão se lamentavam, lhes vem outro maior incômodo, e mais avultadas despesas acompanhados das lagrimas das mulheres pelos maridos, das mães pelos filhos, e das irmãs pelos irmãos; porque se vêm ordens sobre ordens do general que manda aos chefes dos corpos auxiliar, e ordenanças que sem perda de tempo, e quanto antes façam expedir gente, e mais gente para socorrer a fronteira da capital [Vila Bela] que considera sitiada já dos espanhóis.¹³⁵

Diante de ameaças simultâneas na fronteira externa e na indígena, “não se contenta o general” em determinar o número de soldados, mandando também listar os oficiais que deveriam marchar para a fronteira, afim de que não escapassem aos seus deveres. Partiu primeiramente uma companhia de cavaleiros, em seguida “quatro companhias, a saber duas de auxiliares, e duas da ordenança”, aos quais se somavam apenas “quatro pagos, que existiam na repartição do quartel desta vila que também marcharam em sua canoa separada, e mais escravos que levavam para o seu serviço, constituíam o número de 300 pessoas”. Marchou em seguida “um avultado número de capitães do mato por terra, para que de todas as classes de milícia se achassem na campanha”. Por fim, o capitão-general, julgando serem necessários ainda mais homens na fronteira, ordenou:

[...] que marche por terra com todo o resto das ordenanças, e auxiliares, isto é todos aqueles que se puderem dispensar, que era o mesmo que dizer, tudo o que estiver capas de pegar em armas vença, fique o Cuiabá em poder dos negros, e sujeitos a ser tomado pelos espanhóis; se a isso se resolverem¹³⁶

A publicação da ordem pelo capitão-general levou os cuiabanos, segundo a história narrada pelos vereadores da vila, aos “últimos extremos no sentimento”, vertendo “as lágrimas sem termo”.

Nesta confusão estavam estes moradores, os que iam vendo perdido tudo, quanto possuíam, e deixavam, os que ficavam, temendo-se de algum levante dos negros, em que acabassem, ou vendo-se prisioneiros dos vencedores espanhóis, se lá viessem: quando aparece nova ordem, que manda suspender tudo, porque não há movimento algum nos domínios de Castela contra a nossa fronteira. [...]. Restituídos às suas casas começam a trabalhar para pagar os gastos que fizeram; logo se viram uns citados, e outros executados, vindo a pagar não só os principais, de que se constituirão devedores, mas também custas em prêmio da prontidão dos seus serviços.¹³⁷

O destacamento massivo de milicianos, que não eram soldados, mas homens com outras ocupações, trazia os mais diversos problemas e os mais graves temores para os

¹³⁵ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*. op. cit. p. 96-100

¹³⁶ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*. op. cit. p. 96-100

¹³⁷ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*. op. cit. p. 96-100.

cuiabanos livres durante o período colonial. Para os que viviam do próprio trabalho, significava o abandono das tarefas que garantiam seu sustento em troca de um soldo não só pequeno como cronicamente atrasado e, a depender da conjuntura, sem expectativas de recebimento. Para os proprietários escravistas implicava também preocupações com o controle da mão-de-obra, que em parte era atribuição das tropas auxiliares, incluindo os capitães do mato. Para ricos e pobres, tinha por consequência o abandono da cidade e, portanto, de suas famílias, e os riscos e temores que marcavam a experiência da guerra, fosse contra indígenas ou contra espanhóis. Lembremos que, no caso mencionado, o capitão-general exigiu que marchassem oficiais que, de outra maneira, escapariam ao serviço da monarquia, o que significava que também os grandes proprietários que eram oficiais de milícias poderiam estar sujeitos ao envio compulsório para a fronteira, ainda que evidentemente tivessem muitos privilégios em relação aos soldados de milícias. Finalmente, por serem frequentes, estes deslocamentos eram vistos como entraves para o florescimento da agricultura, da mineração e do comércio na capitania, pois parte dos braços produtivos (e também daqueles que organizavam ou controlavam o trabalho dos escravos) eram inutilizados por longos períodos em Cuiabá e nas áreas agrícolas e mineradoras sob sua influência. A questão do destacamento de milicianos para a fronteira era, portanto, um dos focos de tensão mais importantes a opor autoridades coloniais a cuiabanos livres dos mais diversos grupos sociais. Ela era, ao mesmo tempo, um dos fatores envolvidos na antiga oposição entre Cuiabá e a cidade de Mato Grosso.

Retomando o histórico da Legião de Linha, segundo os *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá*, a 14 de janeiro de 1819 chegara o tenente-coronel Félix Merme “com o casco da Legião que El Rei nosso Senhor foi servido mandar criar para aliviar os milicianos de tantos trabalhos, deixando em sossego para com seus braços aumentarem a agricultura deste pais a cuidarem nas suas famílias e ficando dispensados dos destacamentos das fronteiras e guardas sucessivas para o que eram chamados pela necessidade do país”. Magessi teria então ordenado às “competentes autoridades” que convidassem

[...] aos cuiabanos para se [a]llistarem voluntariamente na dita Legião, na qual Sua Majestade mandou lhes abrir uma carreira militar, que pudessem alcançar na sua mesma pátria postos que até agora não eram aspirados por não haver tropa regular e a vontade desde muito tempo conhecida nos cuiabanos de servirem a El Rei nosso Senhor fizeram que houvessem tantos voluntários que sem menor coação Sua Excelência teve o gosto de em pouco tempo formar a Legião¹³⁸

¹³⁸ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*. op. cit. p. 229-231

A afirmação de que não havia tropa regular referia-se a Cuiabá, pois os corpos militares pagos até então não tinham quartel na cidade, apenas em estabelecimentos de fronteira e na antiga capital, a cidade de Mato Grosso. Graças à criação do novo corpo, “esperavam estes miseráveis milicianos gozar daquela graça que Sua Majestade foi servido lhes mandar”. Porém, o acesso à “carreira militar” num corpo sediado em Cuiabá foi, ao menos em parte, frustrado porque Magessi levou para a província oficiais superiores e inferiores vindos de outras partes da monarquia portuguesa e o fim do destacamento massivo de milicianos não se verificou, pois o capitão-general

[...] os apertaria com o mais rigoroso serviço os mandando para os cargos fronteiros e serviço ativo desta cidade aumentando mais o serem condutores de gado e éguas e a tropa paga aquartelado no quartel e só a obrigação que faziam ir aos domingos e dias santos virem à missa e depois dar um círculo na praça e o dito general na janela do seu Palácio regozijando-se de os ver fazer a dita continência e por esta forma se distribuía os quarenta mil cruzados que neste ano S.M. mandou para pagamento dos soldados e oficiais da dita Legião e os pobres milicianos com todo o peso do trabalho sem nada ganharem senão rigorosos castigos que tem sido a causa de desertarem muitos milicianos desta província.¹³⁹

O decreto de 1818 gerou e frustrou expectativas, pois objetivava minorar o problema por meio de uma melhor organização das forças regulares. Ele extinguiu os corpos de Dragões e de Leais Cuiabanos, o que significava manter como tropa paga apenas os corpos de Pedestres e da nova Legião de Linha¹⁴⁰. Esta teria, segundo o plano, 480 praças, ao que parece preenchida com menos dificuldade num primeiro momento, mas no pós-Independência contando com um número menor, por volta de 300. Os soldados estavam divididos em “quatro companhias de caçadores, um esquadrão de duas companhias de cavalaria, e uma de artilharia”, sendo que, segundo Virgílio Corrêa Filho, o próprio Magessi chefiava a arma de cavalaria, enquanto governou Mato Grosso¹⁴¹. O governador também deu início ao estabelecimento do trem de guerra e da Real Fábrica de Pólvora, organizou o conselho de guerra, para que os julgamentos de foro militar pudessem ocorrer na própria província e recebeu poderes da coroa para a nomeação de todo o alto oficialato¹⁴².

¹³⁹ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*. op. cit. p. 229-231

¹⁴⁰ “Decreto de 22 de janeiro de 1818”. *Coleção de Leis do Império*.

¹⁴¹ Virgílio, p. 456.

¹⁴² “Carta Régia de 18 de abril de 1818 – criando o Trem de Guerra de Cuiabá” e “Carta Régia de 15 de maio de 1818 – criando a Fábrica de Pólvora de Cuiabá” (*CLI*) A criação do conselho de guerra e a autorização para a nomeação do oficialato constam do *Livro de registro de avisos, cartas régias, provisões, instruções e decretos, de 1817 a 1822*. Compilado do original do APMT por Paulo Pitaluga da Costa e

Magessi era, portanto, diretamente responsável não só pela organização da Legião de Linha, como também por uma reforma mais ampla nas tropas de Mato Grosso e pela nomeação de diversos oficiais, sendo que alguns deles foram substituídos pela junta cuiabana entre 1822 e 1823. Portanto, a junta desfez em parte as barreiras à “carreira militar” erguidas pela organização do corpo pelo capitão-general com oficiais de sua escolha, vindos de fora da capitania¹⁴³. Os ocupantes do alto oficialato da legião de linha neste período incluíam Valério José Machado, José Antonio de Lima e Abreu, Luis d’Alincourt e Félix Merme¹⁴⁴. Com exceção de Machado, tratava-se de homens que chegaram à província para assumir esses postos, escolhidos pelo capitão-general, o que não significa que tenham se tornado um grupo coeso¹⁴⁵.

Quanto à distribuição da Legião de Linha, primeiramente convém apresentar como se dividiam as guarnições. A província contava dois comandos principais, com características distintas. O primeiro estendia-se pelo vale do rio Paraguai, abarcando as fortificações de Coimbra e Miranda, a povoação de Albuquerque, ligada a um sistema de aldeamentos indígenas, além dos registros, com funções fiscais, militares e de apoio a viajantes, em Camapuã, Rio Grande, Diamantino, Vila Maria e Jauru. O segundo, sediado na cidade de Mato Grosso, estendia-se pelo vale do Guaporé e tinha contato com as províncias bolivianas de Moxos e Chiquitos, abarcando os comandos de Casalvasco e forte do Príncipe e os destacamentos das Pedras, do Ribeirão e de São Luís.

Durante o Primeiro Reinado, a Legião de Linha esteve presente em todas as áreas da fronteira, ao lado da companhia de pedestres e das tropas auxiliares. Em 1825, segundo d’Alincourt, havia em Miranda 28 soldados da legião, além de um alferes comandante, dois sargentos, “dos quais um serve de escrivão”, um furriel, três cabos, “fazendo um vezes de almoxarife”. Em Coimbra, no ano seguinte, constavam “dois oficiais da legião

Silva. Cuiabá: IHGMT, 1993. 14 e 28 de março de 1820. Algumas normas para o conselho foram definidas por ordem de 28 de agosto de 1821.

¹⁴³ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. 7, 11 e 16 de setembro e 13 de novembro de 1822; 22 de janeiro de 1823.

¹⁴⁴ A documentação sobre a posse e acesso a promoções por estes oficiais da Legião de Linha antes da queda de Magessi consta do *Livro de registro de avisos, cartas régias, provisões, instruções e decretos, de 1817 a 1822*. Compilado do original do APMT por Paulo Pitaluga da Costa e Silva. Cuiabá: IHGMT, 1993. Também foram nomeados para postos de oficiais outros militares, a maior parte deles provenientes de São Paulo.

¹⁴⁵ Machado manteve-se como comandante militar, aparecendo em algumas das polêmicas políticas de 1830 e 1831 como aliado de João Poupino Caldas e também na condição de responsável por arbitrariedades contra soldados na fronteira. Lima e Abreu atuou nos comandos da fronteira nos anos 1820, tornando-se proprietário de terras e comerciante com loja em Cuiabá até ser assassinado na Rusga. Os dois últimos atuaram na junta cuiabana após a deposição do capitão-general, sendo que d’Alincourt foi afastado do governo em meios às lutas faccionais de 1822, manteve-se na província e redigiu os principais estudos estratégicos sobre a fronteira oeste no Primeiro Reinado.

de linha, sendo um comandante geral de toda a fronteira do Paraguai, cujo comando estende-se até Camapuã; doze oficiais inferiores; e quarenta e seis soldados da mesma legião”. O corpo estava também nos pequenos destacamentos, assim como se fazia presente no vale do Guaporé. Em Casalvasco havia “soldados da legião da primeira linha” e no Forte do Príncipe, “cinco cabos da Legião da Primeira Linha, três anseçadas e 18 soldados”. Não havia, portanto, uma divisão espacial dos corpos e sim sua dispersão e sujeição a comandos diversos, divididos segundo critérios estratégicos.¹⁴⁶

Em sua memória da viagem de São Paulo a Cuiabá, publicada em 1825, d’Alincourt descreve que, em Cuiabá, o “quartel novo para a legião de linha acha-se bastantemente adiantado”. Portanto, ainda que estivesse presente em toda a fronteira, a Legião tinha sua guarnição estabelecida no centro político da província. Havia, naquele momento, 293 homens efetivamente empregados na Legião de Linha, que se somavam a 469 da companhia de pedestres (de primeira linha) e 46 da segunda linha. Ainda segundo d’Alincourt, em 1828 havia na província 7.157 homens livres com mais de 10 anos de idade (sendo um soldado destacado para cada 8 homens nessas condições) e apenas 4.827 com mais de 20 anos (um para cada 6). O serviço militar era frequente na vida de uma parcela significativa dos livres pobres e libertos. Os destacados somavam um total de 809 homens, quando contavam-se 287 “trabalhadores jornaleiros”, ou seja, assalariados, e 62 “empregados públicos [civis] pagos pelo Estado”.¹⁴⁷

Quanto às origens dos soldados da Legião de Linha, as trajetórias são mais difíceis de mapear. Começamos pelo “casco”, ou seja, pelos “banidos” dos quais falou Corrêa da Costa em 1832. “Banidos” (assim como “degredados”, “proscritos” e “desterrados”) não era uma expressão depreciativa qualquer, pois fazia parte do vocabulário jurídico do Antigo Regime. A definição dicionarizada de “banir” remetia, em 1789, às Ordenações Afonsinas: “proscrever, encartar, desterrar, e degradar da sociedade, por decreto público, no qual se concede a qualquer a impunidade de matar ao banido”. Por extensão, significava “desterrar”, “não admitir”, “excluir”. O dicionário de 1832, pouco posterior ao Código Criminal que suprimiu o ordenamento jurídico do Antigo Regime, dava apenas o sentido de “prescrever, desterrar”. É bastante provável que o “casco” da Legião de Linha incluísse banidos no sentido jurídico do termo, pois era comum que as tropas se

¹⁴⁶ Luís d’ALINCOURT “Memória acerca da fronteira da Província de Mato Grosso, organizada em Cuiabá, no ano de 1826” in Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006

¹⁴⁷ Luís d’ALINCOURT “Memória acerca da fronteira da Província de Mato Grosso...”, *op. cit.*

tornassem o destino vários condenados a prisão e galés. Mato Grosso tinha uma grande demanda por soldados, estando as guarnições sempre incompletas, mas não era destino frequente para migração voluntária. Havia razões, portanto, para se recrutar em maior número condenados que acabavam sendo levados a uma migração compulsória.

O banimento poderia ter as motivações mais variadas, incluindo crimes militares como a deserção, sendo este o único crime sobre o qual foram encontradas referências de envio de banidos para Mato Grosso – um do Rio de Janeiro e um de Montevideú.¹⁴⁸ Reveladora do tipo de lógica jurídica que o liberalismo se propunha a abolir, a norma que prescrevia que desertores se tornassem “infames e banidos” foi evocada em 1823 (ou seja, durante a guerra de Independência), para que se desse “exato e devido cumprimento” a varias precrições¹⁴⁹. Tratava-se, no caso, do *Alvará de 6 de setembro de 1765, em que se estabelecem as penas, com que se devem ser punidos os desertores das tropas e os que lhes derem asilo*, que prescrevia, em caso de deserção para domínios estrangeiros que “se levante uma força em o lugar mais público da terra e nela se afixe uma cópia da [...] sentença, e fique notório a todos que impunemente podem matar os tais banidos, achando-os nas terras destes reinos e seus domínios”. Ainda que a lei do século XVIII fosse reafirmada, o estrito cumprimento de normas que resultariam na morte ou na exclusão permanente dos desertores capturados não parece ter sido norma. O que encontramos na documentação de Mato Grosso são as prisões, o trabalho forçado, o calabouço e os castigos físicos, aplicados segundo as leis militares, ou determinados por autoridades que, a priori, não tinham autoridade para tanto. Além disso, desertores eram “perdoados” e, portanto, readmitidos com certa frequência¹⁵⁰, o que ocorreu de maneira ampla por iniciativa de d. Pedro I, provavelmente em razão da demanda por soldados na guerra de Independência.¹⁵¹

¹⁴⁸ Livro de registro de avisos, cartas régias, provisões, instruções e decretos, de 1817 a 1822. Compilado do original do APMT por Paulo Pitaluga da Costa e Silva. Cuiabá: IHGMT, 1993. 29 de julho de 1818. O caso de Montevideú não tem data, mas é provavelmente do início de 1821, constando da fl. 44 do original e da p. 40 da compilação do IHGMT, sendo a confirmação do envio do “degredado” de 27 de novembro deste ano.

¹⁴⁹ 5 de março de 1823, juntas, p. 82-83

¹⁵⁰ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. Sessões 19 (sem data), sessão 111 (31 de maio de 1823), 112 (2 de junho de 1823).

Livro de registro de avisos, cartas régias, provisões, instruções e decretos, de 1817 a 1822. Compilado do original do APMT por Paulo Pitaluga da Costa e Silva. Cuiabá: IHGMT, 1993. 18 de junho de 1818, 29 de janeiro de 1820.

¹⁵¹ O perdão de desertores ligado à guerra de Independência foi recebido em Mato Grosso por ordem de 25 de outubro de 1822. Livro de registro de avisos, cartas régias, provisões, instruções e decretos, de 1817 a 1822. Compilado do original do APMT por Paulo Pitaluga da Costa e Silva. Cuiabá: IHGMT, 1993. Este tipo de perdão também se relacionava com grandes festividades da monarquia, assim como também ocorreu no momento de vitória da Revolução do Porto, quando o juramento das bases da Constituição foi seguido

Apenas registros pontuais foram encontrados sobre os “banidos” que Magessi teria “favorecido”, bem como tirados da “cadeia do Rio de Janeiro para virem ser aqui militares”, mas é verossímil que tenham vindo em grande número em sua comitiva (na qual vieram alguns oficiais do corpo) ou durante seu governo, já destinados à composição da Legião de Linha. Quanto à “escória da Província” o vocabulário era puramente depreciativo, sem natureza jurídica¹⁵². Contudo, relatos pouco posteriores à criação do corpo militar afirmam terem sido recrutados para a Legião de Linha inicialmente “voluntários [...] sem menor coação”¹⁵³. Por exemplo, durante uma expedição ao Pantanal, o comandante Félix Merme afirmou que em Camapuã “os mancebos concorrem contentes para assentarem praça na legião”¹⁵⁴. As referências da documentação da junta cuiabana ao recrutamento dizem respeito apenas ao corpo de pedestres, informando algumas ocasiões em que se abriu praça a determinados indivíduos.¹⁵⁵ Portanto, no momento de formação da Legião de Linha não foram encontradas referências nem ao recrutamento forçado, nem a estigmas ligados aos habitantes da província que ingressaram no corpo militar. Num momento posterior, o que houve foi a transferência de cem soldados das milícias para a Legião de Linha, mas o contexto e as implicações desta forma de ingresso nas tropas regulares serão discutidos em outro momento. Por ora, importa notar que ainda que o “casco” fosse em parte composta de emigrados, a província era a origem de muitos dos quadros da Legião de Linha, e isso desde sua formação. Dentre os onze depoentes das duas devassas abertas em Miranda em 1823, nove eram de Cuiabá, um da cidade de Mato Grosso e apenas um de fora da província, sendo natural de Sorocaba, São Paulo¹⁵⁶.

pelo perdão do “crime de deserção simples” (*idem*, 26 de março de 1821). Num e noutro caso, o perdão da deserção foi anunciado como uma graça do monarca.

¹⁵² Dizia o dicionário de 1832 (sem muitas diferenças quanto ao de 1789) que “escória” era a “parte grosseira que os metais deixam quando se apuram”, tendo o sentido figurativo de “fezes” e, “falando do povo” significava “a parte mais vil”. O termo “vil”, por sua vez, significava em 1789 “oposto a nobre” (sentido que remetia também ao corpo jurídico do Antigo Regime, pois citava novamente as Ordenações Afonsinas), ou ainda, “baixo, de baixa sorte”, “de pouca conta”, “desprezível, desonroso”. Em 1832, era apenas “de baixa sorte, desprezível, desonroso”, pois a própria nobreza deixara de existir como contraponto jurídico à vileza numa ordem liberal. Portanto, “escória” era uma atribuição relativa à baixa condição social e não especificamente a um passado de crimes. Era um estigma dirigido à heterogênea população livre pobre e liberta, que em Cuiabá era um crescente motivo de preocupação, como se verá adiante.

¹⁵³ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*. op. cit. p. 229-231

¹⁵⁴ *Livro de registro de avisos, cartas régias, provisões, instruções e decretos*, de 1817 a 1822. Compilado do original do APMT por Paulo Pitaluga da Costa e Silva. Cuiabá: IHGMT, 1993. 3 de agosto de 1819.

¹⁵⁵ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. 27 de novembro (sete indivíduos), 7 de dezembro (quatro) e 18 de dezembro (cinco) de 1822; 25 de janeiro (quatro), 27 de janeiro (um), 15 de fevereiro (um) de 1823 No caso de 27 de janeiro tratava-se de um desertor que se apresentou pedindo perdão.

¹⁵⁶ *Devassa procedida no Presídio de Miranda, por onde conhecem o comandante do destacamento que as praças se despunham a desertar para Espanha, conduzindo algumas mulheres e outros assuntos diferentes*.

Finalmente, há que se considerar o papel dos “revoltosos da Bahia, e Pernambuco”. Na documentação consultada não foi possível descobrir qual (ou quais) das revoltas pernambucanas teria implicado na migração forçada de rebeldes para a província do Mato Grosso. Tanto em 1817, quanto em 1824 algumas províncias do norte, dentre as quais Pernambuco, romperam com a Corte do Rio de Janeiro sob a bandeira do liberalismo revolucionário. Outros movimentos, de menor escala, eclodiram naquela província nos anos seguintes e podem também ter levado “revoltosos” a Mato Grosso. No caso da Bahia essas referências são mais específicas e também muito mais presentes. Tratava-se de ao menos oito soldados e oficiais que chegaram a Mato Grosso após participarem de uma revolta ocorrida em Salvador em 1824, protagonizada pelo batalhão de Periquitos. Este pequeno grupo de migrantes forçados estava de tal forma identificado com sua origem que mesmo deixando as tropas após a dissolução da Legião de Linha, em 1832, eles seguiriam sendo descritos como homens que “foram periquitos”¹⁵⁷.

A guerra de Independência na Bahia mobilizou, nas fileiras brasileiras, cerca de 15 mil soldados. Naquele momento, as tropas passaram a contar com uma maioria de homens negros e pardos, incluindo centenas de escravos, que conquistaram a liberdade entre 1823 e 1824, graças ao engajamento que tiveram na guerra. Neste período, a insubordinação nas senzalas aproveitou-se da divisão entre as elites que lutavam uma guerra em que eram politizadas e polarizadas as identidades portuguesa e brasileira, sendo, durante e principalmente após a guerra, duramente reprimida. Com a vitória brasileira, os soldados foram em parte removidos para o Rio de Janeiro, em parte dispensados na Bahia, restando uma tropa de 2,5 mil homens do “exército pacificador”. Mas a mudança de composição racial ocorrida durante a guerra estava consumada e, em 1824, o presidente da província estimava que 90% das tropas baianas eram formadas por “pretos”. Além disso, engajar-se na guerra de Independência havia sido um ato político, acompanhado de ideários liberais e patrióticos que iam muito além do cumprimento dos deveres militares. A maior preocupação das autoridades estava, naquele momento, em desmobilizar o terceiro batalhão, conhecido como Periquitos, referência à cor verde de suas fardas. Formado no

APMT. Tribunal da Relação, “Devassa procedida no Presídio de Miranda acerca de uma revolução que pretendiam por em prática alguns soldados da legião de 1ª linha na madrugada do dia 30 de abril, no Presídio acima citado”. APMT. Tribunal da Relação, Cx. 4, processo 109.

¹⁵⁷ Por exemplo, durante a repressão da Rusga, na “Cópia do ofício do vice-presidente da província João Poupino Caldas ao presidente da província de Goiás, José Rodrigues Jardim, comunicando o envio de três indiciados na Rusga para a cidade de Goiás. Cuiabá, 4 de setembro de 1834”. *RIHGMT*, Tomo XXXI-XXXIII. Cuiabá, 1934. p. 124. Sobre o batalhão de Periquitos e a revolta que protagonizaram esses militares, REIS, João José; KRAAY, Hendrik “The Tyrant Is Dead!” The Revolt of the Periquitos in Bahia, 1824. *Hispanic American Historical Review* 89:3. P. 399-434.

decorrer da guerra com soldados negros e pardos, incluindo escravos, o batalhão esteve ligado a embates entre brasileiros e portugueses e a agitações radicais após a guerra, sendo estigmatizado como insubordinado e composto por rebeldes e criminosos.

Em 1824, quando eclodiu em Pernambuco a Confederação do Equador, e em meio a agitações em Salvador, eles protagonizaram grandes mobilizações, incluindo o assassinato do governador das armas, maior autoridade militar da província. Em resposta, ocorreu a evacuação da cidade por uma parte considerável das elites que, dizendo estar a capital baiana tomada por “criminosos”, se estabeleceram com as milícias em Abrantes. O governo permaneceu num primeiro momento em Salvador, ainda que em alguma medida coagido pelos Periquitos e por seus aliados, num movimento que não era apenas de soldados, mas que incluía muitos oficiais veteranos da guerra de Independência. Em seguida, o presidente deixou a cidade, organizando a retomada do controle a partir de uma embarcação, unindo-se às milícias que vinham de Abrantes.

A repressão teve início com a suspensão de garantias constitucionais e o estabelecimento de um conselho de guerra para julgar sumariamente os rebeldes. Uma parte dos Periquitos foi mandada para Pernambuco, enquanto outros foram julgados de acordo com a legislação militar. Um major foi executado e outros dez Periquitos que estavam foragidos foram condenados à morte, mas escaparam da execução da pena. Além deles, 37 oficiais das tropas regulares (deste e de outros batalhões), 3 oficiais das milícias e 3 cadetes foram processados no conselho de guerra e também na justiça comum. Os soldados não foram processados neste momento, mas os que haviam sido escravos foram expulsos de Salvador, sendo uma parte deles recrutada para a Marinha. Muitos dos Periquitos enviados num primeiro momento para Pernambuco acabaram sendo recrutados para a guerra da Cisplatina (1825-1828). Os que chegaram a Mato Grosso incluíam ao menos um alferes, um corneta e seis soldados, que foram reintegrados às tropas na província em algum momento anteriormente a 1831. Não foi possível precisar como chegaram à fronteira oeste, podendo tratar-se de trajetórias diversas.

O engajamento massivo na guerra de Independência de homens negros e pardos, incluindo escravos libertados para este fim, as agitações e embates violentos entre brasileiros e portugueses após a guerra, a revolta dos Periquitos e a repressão militar que se sucedeu conformaram um intenso aprendizado político centrado em Salvador, mas que não se restringiu à Bahia. Como se verá adiante, os Periquitos acompanharam, em Goiás e em Mato Grosso, uma nova onda de agitações que atravessou o país no contexto da Abdicação. Importa neste momento perceber que havia um fluxo de experiências

subjacente à lógica da resistência e da punição militares. Afinal, tanto a principal forma de resistência (a deserção) quanto algumas das formas de punição para crimes mais graves (o banimento, mas também as galés) implicavam a migração de homens que se chocavam com o Estado. Responsável por defender fronteiras externas e indígenas, Mato Grosso tinha a menor população dentre todas as províncias, demandando contingentes de soldados muito maiores que a capacidade de recrutamento interno. A província tornava-se, desta maneira, um ponto de convergência de homens em conflito com a lei, incluindo rebeldes experientes.

A guerra guaicuru: o governo civil contra o oficialato

Por trazerem à tona questões geralmente encobertas por “aquelas reservas que se costumam ter a respeito do detalhe das operações militares”, a troca de correspondências entre autoridades militares e civis durante a guerra guaicuru de 1826-1827 permite compreender diversos aspectos da política mato-grossense poucos perceptíveis em outras fontes.¹⁵⁸ Para apresentar as forças em conflito importa perceber que os guaicurus estavam numa situação peculiar perante o Estado liberal. Sua aliança com os colonizadores havia sido estabelecida em 1791, em termos firmados por engenheiros militares ligados ao Reformismo Ilustrado que reconheciam a autonomia deste povo e seu domínio sobre uma ampla área da província, onde mantinham relações com outros povos, especialmente os guaná, os quais vinham protegendo dos avanços coloniais português e espanhol em troca de tributos. A aliança foi, do ponto de vista da coroa, uma saída para a impossibilidade de reduzi-los pelas armas, situação que havia ficado mais patente em 1778, quando de um ataque guaicuru ao Forte Coimbra que resultou na morte de 45 homens, a maior parte deles soldados, mas também povoadores e escravos¹⁵⁹. Os guaicurus dominavam ao mesmo tempo técnicas seculares de guerra naquele espaço e o uso de armas de fogo e de cavalos, aos quais tinham acesso por via da pilhagem de estabelecimentos espanhóis e portugueses, bem como através de trocas ilícitas com soldados e povoadores¹⁶⁰.

¹⁵⁸ A citação é de “Saturnino da Costa, 20 de dezembro de 1826”

¹⁵⁹ Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830. op. cit. p. 111.

¹⁶⁰ Francismar Alex Lopes de CARVALHO. Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2012. André Nicacio LIMA. Caminhos da integração, fronteiras da política, op. cit.

O tratado de 1791 foi firmado com base em conceitos do Antigo Regime, como o de vassalagem. Algumas lideranças guaicurus, então denominadas “caciques” pelos colonizadores, receberam patentes militares e nomes cristãos, sem, contudo, se integrarem efetivamente às tropas, sendo seus títulos, bem como as fardas que receberam, honoríficos. Tornaram-se “capitães guaicurus”, mas não tinham soldo, não faziam parte da organização formal das tropas e permaneceram fora da jurisdição das leis portuguesas, sendo seus conflitos mediados por comandantes de acordo com os costumes e com o arbítrio da autoridade militar.

O acordo previa que o governo da capitania forneceria gêneros agrícolas, ferramentas, tecidos, dentre outros bens, havendo desde o tratado um propósito claramente enunciado de usar os “presentes” para minar aos poucos as bases materiais da autonomia dos guaicurus, fosse por meio da criação de demandas por mercadorias que só os colonos poderiam fornecer, ou através do aldeamento dos guaná, que levaria à quebra de vínculos ancestrais entre os dois povos. Na guerra contra a Espanha ocorrida nos primeiros anos do século XIX - a maior conflagração na fronteira externa da história da capitania - a aliança foi fundamental para a resistência ao cerco sofrido pelo Forte Coimbra e para o ataque a estabelecimentos no Paraguai. Contudo, as incursões guaicurus frequentemente saíram do controle das autoridades portuguesas após o fim oficial das hostilidades, levando a tensões com espanhóis e, depois da Independência, com paraguaios em razão dos saques promovidos pelos indígenas. Acusava-se, além da proteção dada aos indígenas em decorrência do tratado, a cumplicidade dos comandantes na compra dos bens pilhados nas fortificações e fazendas.

A passagem para um Estado liberal implicou alguns impasses com relação à aliança guaicuru, por exemplo, na inclusão dos “presentes” no orçamento, demandando medidas “afim de que as despesas que se houverem de fazer com os índios possam ser legalizadas”¹⁶¹. Quanto à cidadania e aos direitos civis, tanto guaicurus quanto outros povos indígenas da província estavam claramente excluídos, persistindo uma lógica de resolução de conflitos por meio de castigos exemplares e da aceitação das práticas que regiam internamente as relações entre membros de uma mesma “nação”. Manteve-se, no geral, os termos de 1791, mas a aliança se rompeu no final de 1826, após uma crescente tensão envolvendo brasileiros, guaicurus e paraguaios. Essas tensões diziam respeito às incursões que os indígenas mantinham do outro lado da fronteira e à cobrança dos

¹⁶¹ “Saturnino da Costa ao Conde de Lajes, 6 de junho de 1827”

“presentes” (que na perspectiva dos guaicurus eram tributos que lhes eram devidos) em tempos de colapso financeiro na província. Elas também estavam relacionadas à postura amistosa dos brasileiros com relação aos paraguaios, pois o pacto havia sido uma aliança militar (defensiva e, quando da guerra entre metrópoles, ofensiva) contra os espanhóis e seus aliados indígenas.

Mesmo temendo constantemente os movimentos do oponente – e até por terem este temor - os militares dos dois lados da fronteira parecem ter se preocupado em evitar ao máximo entrar num confronto externo em tempos de guerras de Independência e de conflito no Prata. Existiam litígios territoriais, mas ambos os Estados enfrentavam questões urgentes relativas a guerras civis e também embates com o governo de Buenos Aires.. A tarefa dos dois lados era de contenção, mas os guaicurus não necessariamente guerreavam segundo a dinâmica das relações internacionais. O tratado pressupunha que do outro lado da fronteira estava um inimigo com o qual não se colaborava, algo que havia perpassado todo o discurso dos colonizadores ao negociarem as condições da aliança. A especialização dos guaicurus como força de guerra, , que os comandantes descreviam como sendo originados exclusivamente de seu “caráter guerreiro”, foi sendo reforçada pelas honras e valores militares. O resultado da política de “pacificação” guaicuru contrariava, desta maneira, os prognósticos dos letrados formados pelo Reformismo Ilustrado acerca de um processo progressivo de desarmamento, sedentarização e normatização cristã das famílias.

O comandante da guerra de 1826-27 reconheceu que descontentamentos com as mudanças nas relações entre Mato Grosso e Paraguai estavam dentre as motivações da guerra, afirmando que os guaicurus atacaram como reação pela recusa dos brasileiros em comprar gêneros obtidos nas incursões no Paraguai e pela proibição mais rígida aos soldados e povoadores quanto a apoiarem essas empresas.¹⁶² Mas o estopim, ao que parece, foi um desentendimento específico envolvendo um comerciante brasileiro, militares paraguaios e uma liderança guaicuru.

Segundo o d’Alincourt, engenheiro militar responsável pelo plano de guerra,

[...] a origem das hostilidades que nos fazem os guaicurus provém da traição praticada pelo comandante do forte Olimpo, prendendo ao capitão guaicuru Calabá, quando a rogos do mesmo comandante o nosso Antonio Peixoto de Azevedo, na boa fé, fez que ele entrasse no forte, e por este modo, pensaram

¹⁶² Jerônimo Joaquim Nunes, 8 de janeiro de 1827.”

os índios que um brasileiro é que tinha entregado ao seu chefe principal, que tantos cuidados havia dado aos paraguaianos¹⁶³

Antonio Peixoto de Azevedo tinha o posto de capitão, mas segundo Nunes ele “só foi ao Olimpo tratar do seu negócio” e suas canoas “só levavam gêneros para vender e quase nenhuma gente armada que pudesse resistir”. Na versão de d’Alincourt, os capitães guaicurús de fato estavam envolvidos com as pilhagens naquele país, mas isso não justificava o uso de um artifício que colocava os brasileiros em apuros, pois foi o negociante que garantiu a Calabá que poderia entrar no forte. O resultado é que, com o incidente, rompeu-se, para diversas lideranças guaicurús, o pacto de 1791.

A guerra teve início com um ataque a Coimbra que resultou na morte de um sargento e de nove soldados de primeira linha que levavam ofícios do governo brasileiro ao ditador do Paraguai. Em seguida, foram mortos quatro camaradas de uma fazenda em Albuquerque¹⁶⁴. As operações militares tiveram início em dezembro, sendo nomeado para comandá-la o membro do conselho de governo e coronel de milícias Jerônimo Joaquim Nunes, que tinha longa experiência militar na província, tendo sido oficial das tropas regulares, comandante de estabelecimentos de fronteira e comandante das armas.¹⁶⁵ O plano de guerra que serviu de instrução para Nunes foi redigido por Luiz d’Alincourt, engenheiro militar ligado à herança do Reformismo Ilustrado e que frequentemente se confrontava com as autoridades de Cuiabá, inclusive Nunes, pelo que entendia ser um “abandono da fronteira” por parte do governo civil. O objetivo do plano era, por meio de “um método mais político do que guerreiro”, restabelecer relações de colaboração com a maior parte dos guaicurús, reafirmando a aliança de 1791 e perseguindo apenas as lideranças que tivessem atuado nos ataques a brasileiros.¹⁶⁶

A campanha também era vista como uma oportunidade para enfraquecer as relações entre guaicurús e outros povos do Pantanal. Era importante lembrar aos guanás “do que já sofreram da má fé e orgulho dos guaicurús e dos motivos porque se não devem fiar neles e cair na nossa indignação”. Além de afastá-los dos guaicurús era preciso “mudar, com toda sagacidade e jeito, algumas aldeias que estiverem sitas em pontos não convenientes, para outros, persuadindo aos índios de que assim convém à sua utilidade e

¹⁶³ Luiz d’ALINCOURT. “Reflexões sobre o Systema de defesa...”, op. cit.

¹⁶⁴ “Antonio Joaquim da Costa Gavião, 19 de dezembro de 1826” *AN-IGI* 228.

¹⁶⁵ “Antonio Joaquim da Costa Gavião, 19 de dezembro de 1826” *AN-IGI* 228.

¹⁶⁶ Luiz d’ALINCOURT. “Reflexões sobre o Systema de defesa que adoptar na Fronteira do Paraguay em Consequência da Revolta e dos Insultos Praticados Ultimamente pela Nação dos Indios Guaicuru ou Cavalleiros (1826)”. *RIHGB*, vol. XX, 1857.

segurança.”¹⁶⁷ Quanto aos guató, tratava-se de estimular “a antipatia que eles têm aos guaicurús [...] para que nos sirvam de barreira naqueles pontos interessantes”. Contudo, diante dos guaicurús, o governo deveria se mostrar “propenso a uma sólida reconciliação” fazendo ver que

[...] sente amargamente que, se tiveram algum motivo de desgosto, não se dirigissem a ele para dar as providências que julgasse necessárias, ou por via dos oficiais comandantes na fronteira, ou imediatamente, para o que haviam tido sempre o caminho franco. Desta forma, semeando a divisão entre aqueles chefes, obteremos o meio mais seguro de chegarmos aos fins que melhor convém às nossas circunstâncias¹⁶⁸

Segundo o plano, por ser “difícil reduzi-los ao mesmo tempo”, era preciso que o governo se mostrasse “contra um só, conservando nossa dignidade [...] para que, suplicando a nossa amizade, lhe mostremos que, generosos, sempre lhes damos a lei.” O diálogo deveria “ser conduzido de maneira tal que por eles seja bem compreendido, para que entrem, como se deseja, no caminho da razão”. Requeria também armas, munições, embarcações, animais, mantimentos e mercadorias para trocas comerciais com os índios. Quanto a estas, era preciso vender

[...] mantimentos por todas as aldeias, introduzindo-se no pagamento algum gênero de luxo, para que os índios se acostumem a gostar dele; o que nos trará as vantagens seguintes: provimentos necessários para as guarnições, conduzirem-se os índios a praticarem plantações mais avultadas, vendo pronto o lucro do seu trabalho, e arreigarem-se nos sítios de sua habitação

Articulando preocupações ligadas à estratégia militar, ao povoamento, à agricultura e ao comércio, o plano de guerra era herdeiro de projetos mais amplos para a antiga capitania. A fórmula de d’Alincourt “sem o pão, não há soldado” sintetizava a perspectiva de longo prazo que parte do oficialato tinha para a defesa militar. Era preciso, no seu modo de entender, ocupar produtivamente a fronteira, integrando pelo mercado esses povos ao Império. Para que isso fosse possível, a demanda por soldados dizia respeito ao serviço permanente e não apenas durante a conflagração, que passados os combates iniciais efetivou-se como “método mais político que guerreiro”. O plano exigia a solução imediata do problema do desguarnecimento, demandando o destacamento de milicianos para a fronteira por períodos prolongados, ou ainda, o recrutamento massivo na província.

A guerra durou pouco menos de um ano e a estratégia traçada por d’Alincourt foi seguida rigorosamente no que diz respeito à conquista da confiança dos diversos povos,

¹⁶⁷ Luiz d’ALINCOURT. “Reflexões sobre o Systema de defesa...”, op. cit.

¹⁶⁸ Luiz d’ALINCOURT. “Reflexões sobre o Systema de defesa...”, op. cit.

inclusive de quase todas as lideranças guaicurus, bem como do incentivo à mercantilização da produção agrícola dos guanás. Apenas não foi seguida, como veremos adiante, no que dizia respeito ao desguarnecimento da fronteira. Algumas mudanças também tiveram que ser feitas, pois faltavam recursos para a retomada dos “presentes” e para pagar “alguns espias entre os índios que me informem do que se passa entre eles”¹⁶⁹ Preocupado com o desinteresse dos guaicurus por algumas mercadorias que serviam para mantê-los dependentes da relação com os portugueses, dizia Nunes que “a marcha antiga não tem correspondido bem na Fronteira, é preciso sair do ordinário, esforçarmo-nos o possível para destruir o mal, que não está pouco adiantado”¹⁷⁰. Seu objetivo era “trazer os Índios Guaicurus à pacificação, e fazer-lhes conhecer que não é intenção do governo fazer-lhes hostilidades senão no caso de se mostrarem particularmente rebeldes”¹⁷¹ Em pouco menos de um ano a “pacificação” foi obtida, reunindo-se “a nós todos os capitães guaicurus, vantagem esta da maior importância, nas circunstâncias atuais das finanças, que nos livra de uma guerra lenta e ruínoza”¹⁷² A preocupação era também com a possível animosidade do governo paraguaio com as operações militares na fronteira, num contexto de guerra entre Brasil e Buenos Aires e de suspeitas sobre um suposto intervencionismo do Império em razão da desastrosa tentativa de incorporação de Chiquitos. Porém, durante a guerra, mantiveram-se laços amistosos, tendo o governo de Mato Grosso “pedido coadjuvação do governo da República do Paraguai, a fim de que se combinassem as operações de um e de outro território de maneira que se tirem as maiores vantagens possíveis para ambos os governos”.¹⁷³

Em setembro de 1827, a maior parte das lideranças guaicurus já havia “se apresentado de paz com as suas famílias”. Em seguida um capitão responsável por ataques aos brasileiros foi assassinado por homens de sua nação, episódio ao mesmo tempo celebrado (nas cartas aos superiores) e repreendido (diante dos guaicurus) pelos comandantes militares¹⁷⁴. Com a repactuação da aliança, os animais e os armamentos apresentados como tendo sido roubados pelos indígenas das fazendas militares e particulares foram devolvidos. O presidente informou ainda que as “mulheres e crianças” foram repartidas “por pessoas que além de lhe darem alguma fabricação ficam prontas a

¹⁶⁹ “Nunes a Saturnino da Costa, 2 de maio de 1827”

¹⁷⁰ “Nunes a Saturnino da Costa, 2 de maio de 1827”

¹⁷¹ “Jerônimo Joaquim Nunes, 8 de janeiro de 1827.”

¹⁷² “Costa Gavião ao Conde de Lajes, 4 de novembro de 1827” *AN-IGI* 228.

¹⁷³ “Saturnino da Costa a Ignacio Fernandes, 10 de julho de 1827” *AN-IGI* 228.

¹⁷⁴ “Costa Gavião ao Conde de Lajes, 5 de dezembro de 1827” *AN-IGI* 228.

entrega-las logo que isso se lhes ordenarem”¹⁷⁵No final do ano, a guerra havia levado a um novo pacto entre militares brasileiros e lideranças guaicurus, como previsto por d’Alincourt em seu plano.¹⁷⁶

Para o que interessa ao estudo das mobilizações de soldados em Mato Grosso, a guerra guaicuru foi decisiva para um embate travado desde a Independência entre o poder civil e o poder militar na província. Se a queda de Magessi, em 1821, havia colocado o poder nas mãos de civis cuiabanos, ainda que geralmente pertencentes ao oficialato das milícias, dezembro de 1826 foi um momento de reafirmação do poder dos representantes eleitos sobre o oficialato das tropas regulares. O embate se estendeu por toda a guerra, sendo o principal foco de tensão a relação entre o comandante das armas, Antônio Joaquim da Costa Gavião, e o conselho de governo. Dentre as queixas do oficial, destacavam-se o não atendimento às demandas da guerra, sobretudo a respeito do envio das tropas de segunda linha. Em termos mais gerais, tratava-se, segundo ele, da:

[...] frouxidão, delongas e subterfúgios no cumprimento das minhas mais diminutas requisições, não bastando nem as razões ponderosas e maneiras por que eu faço, nem a boa inteligência que procuro manter em a primeira autoridade para dar a consistência precisa à mola real da direção dos negócios nesta desgraçada província, aonde nunca alcançarei satisfação completa porque jamais poderei cumprir com os meus deveres segundo entendo.¹⁷⁷

Gavião queixava-se da “mesquinha situação dos militares de Mato Grosso”, com o desguarnecimento da fronteira, em parte resultante das deserções dos anos anteriores. Insistiu diante do presidente da província e do ministro da guerra para que fossem enviados soldados suficientes para cumprir o plano traçado por d’Alincourt. Isso porque, além de fazer recomendações para a “pacificação” dos guaicurus, o engenheiro militar previa que a situação só se tornaria estável com a manutenção constante de um grande contingente de soldados na fronteira. Os soldados eram vistos não só como homens em armas, mas como agentes da política indigenista e como mão-de-obra para a pecuária, a agricultura e a navegação no Pantanal¹⁷⁸. Ao mesmo tempo, a mão-de-obra a ser

¹⁷⁵ “Saturnino da Costa ao Conde de Lajes, 31 de julho de 1827”

¹⁷⁶ Sobre a guerra e a repactuação da aliança guaicuru, dentre outras fontes: “Relação dos Caciques Aycurus que se me tem apresentado de paz com as suas famílias. 22 de setembro de 1827”, “Nunes a Costa Gavião, 30 de outubro de 1827”, “Nunes a Saturnino da Costa, 31 de outubro de 1827”, “Costa Gavião ao Conde de Lajes, 4 de novembro de 1827”, “Saturnino da Costa ao capitão Muchacho, 27 de novembro de 1827”, “Saturnino da Costa ao comando da fronteira do Paraguai, 27 de novembro de 1827”, “Saturnino da Costa ao Conde de Lajes, 4 de dezembro de 1827” *AN-IGI* 228.

¹⁷⁷ “Costa Gavião ao Conde de Lajes, 5 de junho de 1827”

¹⁷⁸ Ainda que esta fosse a perspectiva para os praças como um todo, afirma-se em algumas correspondências que é especificamente do corpo de Pedestres (e não da Legião de Linha) que “se costumam tirar estes trabalhadores” “Saturnino ao conde de Lages, 3 de janeiro de 1827”, “Costa Gavião ao Conde de Lajes, 5 de junho de 1827”.

explorada durante a guerra sob o comando dos militares incluía “não só soldados da guarnição como aqueles paisanos que forem necessários, preferindo sempre os índios guanás, ou de outra qualquer nação com quem estejamos em boa inteligência”.¹⁷⁹ Neste e em outros momentos percebe-se que na fronteira o comando militar podia ser exercido sobre a sociedade como um todo, e não apenas sobre os soldados e oficiais subalternos.

As milícias e a política em Cuiabá

Este não foi, contudo, o único embate entre o comandante das armas e os dirigentes cuiabanos. Militar de carreira, Gavião liderou em Cuiabá uma tentativa de sedição de oficiais das tropas regulares que pretendiam, após a chegada dos subsídios do poder central, se “assenhorear dos cofres para se pagarem pelo resto de cobres que ainda havia”¹⁸⁰. Seu embate com o governo civil se dava, portanto, não apenas na questão específica da guerra, envolvendo também o controle da junta da fazenda por oficiais de milícias, que (como demonstrado no primeiro capítulo) eram sistematicamente acusados de realizar os pagamentos de maneira seletiva, beneficiando seus aliados em Cuiabá em detrimento de oficiais e de soldados da fronteira.

As correspondências incluem exemplos de pagamentos seletivos, semelhantes aos mencionados nas denúncias feitas na imprensa. Em uma delas, escrita por Gavião do quartel-general de Jacobina, em Vila Maria, o comandante afirmava ser “testemunha ocular das misérias que sofrem as diminutas guarnições por falta de pagamento e até muitas vezes de etape, o que acontece também à guarnição da cidade de Mato Grosso”. Mencionando exemplos e anexando documentos, o comandante denunciava a Junta da Fazenda por “distribuir o numerário como bem lhe parece, pagando dívidas remotas a indivíduos protegidos, que não se acham em serviço, e deixando penar os defensores deste antemural do Império para quem olha sempre com vinhos olhos”. Pedia ainda ao ministro da guerra, “como protetor dos militares e sábio avaliador das suas fadigas”, que ficasse “a Junta da Fazenda impossibilitada por uma ordem positiva”, emanada do ministério, de usar seus recursos para qualquer outro fim que não o de pagar os soldos atrasados dos

¹⁷⁹ “Saturnino da Costa, 20 de dezembro de 1826”. Durante a guerra, uma correspondência do comandante da expedição narra que a concessão de patentes se estendeu também aos guanás, ainda que estes fossem descritos na mesma carta não como guerreiros mas como “mão de obra de graça” para os estabelecimentos de fronteira. O documento descreve também aspectos importantes do comércio que a guerra estimulava, sobretudo a troca de farinha de mandioca por aguardente e tecidos. “Nunes a Saturnino da Costa, 2 de julho de 1827”

¹⁸⁰ Sobre a tentativa de sedição, Romyr Conde GARCIA, Mato Grosso (1800-1840), op. cit. p. 325.

militares¹⁸¹ Os conflitos entre Gavião (e ainda que em termos menos duros de d'Alincourt e outros oficiais) e os dirigentes civis da província se estendeu para além da guerra, e em 1828 era a junta da fazenda que denunciava e cobrava o pagamento dos aluguéis da casa pertencente à fazenda pública onde residia o comandante das armas¹⁸².

Contudo, a divergência mais importante durante a guerra se deu em decorrência do envio dos milicianos.¹⁸³ Não se tratava de que só foram disponibilizadas as tropas regulares, pois o comando estava autorizado a empregar todas as ordenanças dos distritos para onde marchasse, podendo também aceitar voluntários entre os “moradores da fronteira”¹⁸⁴ Tratava-se da recusa em enviar especificamente as tropas de 2ª linha de Cuiabá. Logo após iniciada a conflagração, um conselho militar decidiu, no dia 5 de dezembro de 1826, pelo envio de duas expedições, sendo referendado pelo presidente em conselho no dia seguinte,. A primeira partiu de Cuiabá, sob as ordens de Nunes, contando com 40 soldados da Legião de Linha e 20 milicianos, além dos oficiais. A segunda deveria partir com mantimentos, uma barca canhotoeira e 111 praças de milícias¹⁸⁵ Porém, no começo do ano seguinte, reunido novamente o conselho de governo,

[...] se julgou prudente sustar por algum tempo a marcha das tropas milicianas, até que o coronel comandante da fronteira informasse da sua absoluta necessidade, e isto por três principais razões; 1ª: porque sendo necessário abonar soldos, e mais vencimentos destes Milicianos, por irem em serviço ativo de Campanha, desfalcava consideravelmente os cofres públicos, [...] 2º: porque acrescentando consideravelmente a guarnição da fronteira do Paraguai, também se aumenta muito da dificuldade de enviar desta cidade os precisos viveres á mesma Guarnição, em tempo oportuno, pela falta de canoas de transporte [...] 3º. porque se deveria meter em consideração o atraso, que sofria o comércio e agricultura¹⁸⁶

Este último ponto era decisivo, argumentando-se ainda que “só deveria ter lugar a marcha da tropa milicianiana quando se não pudesse remediar o mal de outra maneira”¹⁸⁷. O argumento foi desenvolvido em outras cartas, que sustentavam a decisão na “ruína que resultaria ao comércio e lavoura abandonando os milicianos suas casas e famílias”¹⁸⁸ Segundo os conselheiros, “não parece razoável fazer marcha fora de seus quartéis maior

¹⁸¹ “Costa Gavião ao conde de Lages, 19 de setembro de 1827”

¹⁸² “Saturnino Pereira ao conde de Lages, 30 de janeiro de 1828”

¹⁸³ “Costa Gavião a Saturnino da Costa, 17 de janeiro de 1827”.

¹⁸⁴ “Saturnino da Costa, 20 de dezembro de 1826”

¹⁸⁵ Sobre o início da guerra, “Saturnino da Costa, 20 de dezembro de 1826”. O número de praças previsto para a segunda expedição é informado em “Costa Gavião a Saturnino da Costa, 16 de janeiro de 1827” AN-IG1-228.

¹⁸⁶ “Saturnino da Costa ao Conde de Lajes. Cuiabá, 5 de fevereiro de 1827” AN-IG1-228.

¹⁸⁷ “Saturnino da Costa ao Conde de Lajes. Cuiabá, 5 de fevereiro de 1827” AN-IG1-228.

¹⁸⁸ “Saturnino da Costa ao Conde de Lajes. Cuiabá, 5 de fevereiro de 1827” (anexo 4) AN-IG1-228.

porção de tropas de 2ª linha com grave detrimento do comércio e agricultura, e dispêndio da fazenda pública, quando a urgência o não pedir; e pelo que pertence à 1ª Linha, também o Conselho precisa esclarecimentos, por poder ser necessária para acudir a fronteira pelo lado de Mato Grosso”, ou seja, a fronteira boliviana.¹⁸⁹

Escrevendo a Saturnino da Costa em reação a esta decisão, o comandante das armas começava lembrando das ordens que recebera do imperador ao assumir o posto, para que “emprestasse a maior atenção e desvelo na defesa da província”. Segundo ele, o conselho militar foi chamado a 5 de dezembro de 1826 tendo-se em conta tanto a “pintura lastimosa, que me fizeram os comandantes de Coimbra e Miranda, do estado em que se achava a fronteira” quanto o “estado das finanças da província, agricultura, população e comércio”. Em vista dessas questões, o conselho militar concordara com o plano das duas expedições. Ou seja, ao recusar o envio das milícias, o conselho de governo havia alterado um plano de guerra que já estava em execução, tornando-se o único responsável por eventuais reveses no conflito. Gavião observava ainda que “alguns dos oficiais que assistiram ao conselho militar, são igualmente membros do [conselho] da presidência, os quais manifestando naquele o conhecimento que tinham da urgência das medidas tomadas, que aprovaram, não poderão deixar de as sustentar neste, sem que sejam contraditórios. ”¹⁹⁰

Após fazer um balanço detalhado da situação de cada guarnição, o comandante das armas questionou “à vista destas verdades, como será possível, que supram a tantas coisas duzentos e trinta dois Soldados, trinta e três inferiores, e anspeçadas, que agora existem na fronteira”. Para sustentar seus argumentos, Gavião anexou, dentre outros documentos, listagens e mapas populacionais que mostravam o desguarnecimento alarmante da fronteira, fruto em grande medida do colapso financeiro e da resistência dos soldados por via da deserção nos anos anteriores.¹⁹¹ Ele entendia “que se com a marcha da tropa na segunda expedição sofre por um lado o comércio, e a agricultura, deve por outro avançar seguros, contando com a fronteira em pé de defesa; por que desta sorte trabalharão os ânimos tranquilos, e livres de maiores incômodos”. Diante de uma guerra – situação na qual “sempre sofrem alguns” - opunha os interesses particulares dos milicianos de

¹⁸⁹ “Ata do Conselho de 13 de fevereiro de 1827” AN-IG1-228.

¹⁹⁰ “Costa Gavião a Saturnino da Costa, 17 de janeiro de 1827”.

¹⁹¹ “Costa Gavião a Saturnino da Costa, 17 de janeiro de 1827”.

Cuiabá, defendidos pelo conselho, aos “serviços para proveito geral”, que seria de se esperar que prevalecessem.¹⁹²

Na correspondência, além de isentar-se da responsabilidade pela demora da tropa em partir, Gavião denunciou o descaso na construção das barcas canhoneiras encomendadas pelo governo. Anexou ainda as *Reflexões sobre o Systema de defesa que adoptar na Fronteira do Paraguay em Consequência da Revolta e dos Insultos Praticados Ultimamente pela Nação dos Indios Guaicuru ou Cavalleiros*, elaboradas e remetidas a ele “pelo hábil engenheiro, o sargento-mor Luiz D’Alincourt”. Tratava-se do já mencionado “plano de defesa que se deveria seguir na fronteira do Paraguai” pelo seu “modo de pensar, segundo o estado atual das coisas”. Plano este que também foi entregue “ao coronel comandante, para lhe servirem de Instruções”.¹⁹³

Após apresentar as *Reflexões*, concluía o comandante das armas com a afirmação de que apenas o conselho de governo era responsável por qualquer alteração no plano de guerra definido pelo conselho militar, e que daria “conta fiel e prontamente ao Soberano” a respeito das decisões que tomassem dali por diante.¹⁹⁴ Sem obter sucesso no envio da segunda expedição, requereu Gavião que o presidente desse ordens positivas a respeito da decisão do conselho, afim de que não restasse dúvida de que a responsabilidade sobre o resultado da guerra não era sua¹⁹⁵. Em nome do conselho militar, que presidia, pediu ainda que Nunes, “coronel comandante da primeira expedição”, participasse “se é ou não suficiente a força, que atualmente existe na fronteira, com mais vinte, ou trinta homens” (e não com os 111 milicianos previstos pelo conselho militar), dado que

[...] este mesmo Coronel foi não só presente ao Conselho Militar, como ao da Presidência, na qualidade de Vice-Presidente, que é, e pelo grande conhecimento que tem dos negócios e serviço da mesma Fronteira, que comandou largos anos, foi um dos que sugeriu muitas das medidas que se tomaram, tanto relativas á força que era indispensável marchar como a outros respeitos¹⁹⁶

Em ofício de 18 de janeiro, o presidente tratou do questionamento sobre a “marcha das tropas da 2ª Linha para a Fronteira de Paraguai” e deu ordem positiva para a suspensão

¹⁹² “Costa Gavião a Saturnino da Costa, 17 de janeiro de 1827”. À parte do ponto principal de sua correspondência, pede o comandante que se estabeleça o comando militar da província em Vila Maria e não em Cuiabá.

¹⁹³ “Costa Gavião a Saturnino da Costa, 17 de janeiro de 1827”. Publicado três décadas depois pelo IHGB, o texto de d’Alincourt é um documento essencial para se compreender a história política de Mato Grosso, pois a guerra indígena envolveu uma polarização que não se expressava publicamente enquanto luta partidária. Luiz d’ALINCOURT. “Reflexões sobre o Systema de defesa...”, op. cit.

¹⁹⁴ “Costa Gavião a Saturnino da Costa, 17 de janeiro de 1827”.

¹⁹⁵ “Costa Gavião a Saturnino da Costa, 10 de janeiro de 1827”.

¹⁹⁶ “Costa Gavião a Saturnino da Costa, 10 de janeiro de 1827”.

da segunda expedição, como estava “exigindo” o comandante, “porquanto esta deliberação foi tomada por unanimidade de votos dos conselheiros”.¹⁹⁷ Não satisfeito, Gavião escreveu ao presidente pedindo que informasse os “nomes daqueles conselheiros que foram os primeiros a propor” a suspensão da marcha das tropas de 2ª linha.¹⁹⁸ Saturnino da Costa informou

[...] que constando da mesma ata, que a dita deliberação foi tomada por unanimidade de votos, e sendo a mesma ata por todos assignada, sem restrição alguma, todos os conselheiros são responsáveis por qualquer prejuízo que possa haver desta deliberação, como é expresso no Artigo 23 da Carta de Lei de 20 de Outubro de 1823. E pelo que pertence ao primeiro proponente da moção não constando da ata, porque todo o conselho deliberou unanimemente, só me poderia referir à minha lembrança, que pode ser falível; todavia eu julgo ser a moção feita pelos conselheiros coronel João Pereira Leite, e o tenente-coronel João Poupino Caldas¹⁹⁹

A recusa do conselho de governo em mandar os milicianos à guerra rompia com mais de meio século de história de envio forçado das tropas auxiliares de Cuiabá para a fronteira. Como foi possível demonstrar na análise da criação da Legião de Linha, havia, acerca dessa questão, um longo histórico de conflitos entre os súditos cuiabanos da monarquia portuguesa e as autoridades enviadas pela Corte. Porém, as divergências entre o comandante das armas e o conselho de governo resultaram numa imposição da vontade dos cuiabanos sobre os desejos do poder militar, e não o contrário, como ocorria no período colonial. Cinco anos depois de destituírem o capitão general, descrito como “metade militar arrogante, metade cidadão vicioso”, os cuiabanos impunham seus interesses contra as determinações geopolíticas emanadas do poder central.

Considerando que o deslocamento das milícias afetava um grande número de indivíduos, incluindo votantes, é possível que esta fosse uma conquista do sistema representativo, dado que foram os representantes eleitos que mantiveram firmemente a posição de suspender o envio da segunda expedição. Quanto a isso, importa lembrar que o tema foi assunto de polêmicas na imprensa em 1830, sendo o próprio Nunes acusado de praticar “muitas arbitrariedades [...] contra os miseráveis milicianos desta província”. Assunto presente em polêmicas entre facções que buscavam dirigir a província, o destacamento das milícias, mesmo que apenas para se apresentarem em revistas periódicas, era uma questão em tudo política. É possível que o impacto eleitoral de permitir o envio das forças auxiliares para a guerra guaicuru tenha influenciado a unânime

¹⁹⁷ “Saturnino da Costa a Costa Gavião, 19 de janeiro de 1827”

¹⁹⁸ “Costa Gavião a Saturnino da Costa, 20 de janeiro de 1827”.

¹⁹⁹ “Saturnino da Costa a Costa Gavião, 20 de janeiro de 1827”

decisão dos conselheiros (não só Poupino Caldas e Nunes, ligados ao uso político das milícias), ainda que para afirmá-lo seja preciso contar com mais evidências. De qualquer maneira, é inegável que se tratou de uma vitória do poder civil estabelecido em Cuiabá contra o poder militar encabeçado pelo comandante das armas e que priorizava a fronteira em detrimento da cidade.

O embate entre o comandante das armas e o conselho de governo expressava tensões que opunham o oficialato regular ao das milícias, o comando militar ao governo civil representativo, e a fronteira a Cuiabá. De um lado, estava um oficialato cujas aspirações reforçavam a função militar da província, em detrimento dos interesses de Cuiabá e das áreas rurais articuladas a partir desta cidade; de outro, aquela parcela dos “cidadãos cuiabanos” que acumulava o oficialato das milícias e postos eletivos, sendo chamados na imprensa de “zangões da nossa colmeia” por não se afastarem da junta da fazenda e, portanto, das decisões sobre a administração dos recursos, cronicamente insuficientes para pagar a todos. Nesse sentido, importa lembrar que João Poupino Caldas (um dos conselheiros a propor a recusa do envio de milicianos) e Jerônimo Joaquim Nunes (comandante da guerra), eram oficiais da segunda linha, tendo comandando em diferentes momentos as milícias de Cuiabá. Eram, além disso, aliados políticos, sendo acusados na imprensa de se sustentarem em “patronatos”, fazendo com “que seus apaniguados fossem pagos em dia, não atendendo-se a maior parte dos servidores, que mesquinhamente recebiam alguma coisa”.²⁰⁰ No caso de Poupino Caldas, não faltavam acusações como a de que dizia ter “uma Legião às suas ordens.”²⁰¹

João Pereira Leite, que com Poupino Caldas teria sido o proponente da suspensão da segunda expedição, era também um oficial de milícias com um histórico de abusos de poder e malversação de recursos. Comandante militar de Vila Maria, ele era ao mesmo tempo administrador das fazendas de produção de alimentos para as tropas e o maior pecuarista particular de Mato Grosso. Nascido em Santa Maria do Outeiro, Portugal, em 1770, Pereira Leite chegou a Mato Grosso em 1796, como porta-estandarte de milícias, servindo na antiga capital, Vila Bela. Tornou-se sargento-mor de Vila Maria, alferes e, em seguida, capitão de Dragões. Passou a comandar o Corpo de Caçadores Reais do Paraguai em 1813, casando-se no mesmo ano com Maria Josefa de Jesus, filha de um comerciante e militar e proprietária da fazenda Jacobina. Segundo o pintor Hercules Florence que passou por Mato Grosso em 1827, este estabelecimento (que serviu de

²⁰⁰ *Matutina Meyapontense*, 114, 21 de dezembro de 1830.

²⁰¹

quartel-general para a guerra guaicuru) era “a mais rica fazenda da província”, com 260 escravos.²⁰² De acordo com o viajante, Pereira Leite dizia ter “tantas terras quanto o rei de Portugal”, avaliando seu rebanho em 60 mil reses e contando com “uma tropa de um cento de burros de carga”, que “era quanto bastava para transportar os produtos da fazenda, ou para Cuiabá, Poconé, Diamantino, ou Vila Bela de Mato Grosso”, ainda que “grande parte” dessa produção fosse “exportada pelas tropas que vinham de fora buscá-las na fazenda”. Segundo Florence, “eram os meios de transporte tão pouco proporcionados à produção da Jacobina, que no ano anterior d. Ana [sogra de João Pereira Leite e administradora da Jacobina] mandara seis grandes canoas cheias de víveres à Nova Coimbra no Paraguai para sustento gratuito da guarnição. ‘Não sabia que destino dar aos mantimentos, disse-nos ela, e preferi a perdê-los presentear o governo’.”²⁰³

Oficial de milícias desde o século XVIII, Pereira Leite estava estabelecido em Vila Maria, onde se situava Jacobina, e foi naquele núcleo que construiu sua riqueza e seu poder. Quando da polarização da província entre as juntas de Cuiabá e de Mato Grosso (1821-1823), ele apoiou os cuiabanos e recebeu em retribuição o comando do Alto Paraguai, que, ao contrário dos comandos gerais do Baixo Paraguai e do Mato Grosso, não era localizado na fronteira, mas organizava a criação e o fornecimento de gado e de animais de montaria para as guarnições de toda a província. Além de promovê-lo, a junta cuiabana suspendeu a inspeção que havia ordenado nas fazendas régias por ele administradas e à qual o fazendeiro vinha resistindo.

Alcançando promoções nas milícias, Pereira Leite chegou, em 1828, a coronel. No mesmo ano foi eleito juiz de paz de Vila Maria. Recebeu a comenda de São Bento de Avis, reformou-se em 1830, mas seguiu administrando as fazendas de produção de gêneros para as tropas, pois neste ano foi repreendido pelo ministro da fazenda por agir de forma a “não progredir o sistema adotado para o melhoramento das ditas fazendas”. Ordenou ainda o ministro às autoridades cuiabanas para que tomassem “as necessárias [providências] para atalhar tais ingerências” contendo Pereira Leite e um padre de sua família “em seus limites”²⁰⁴. O padre pretendia, com o apoio do oficial miliciano e poderoso chefe local, dar início a uma campanha para a transferência da capital para Vila

²⁰² Hercules FLORENCE. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977. p. 182-183.

²⁰³ Hercules FLORENCE. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977. p. 182-183.

²⁰⁴ O documento foi publicado na Matutina Meyapontense, 113 (18 de dezembro de 1830)

Maria, que sequer tinha foros de município naquele momento²⁰⁵. A passagem de Pereira Leite pela política institucional foi breve, sendo o embate com o comandante das armas um dos poucos momentos de protagonismo nesse espaço. Seu poder se assentava na riqueza, no oficialato das milícias, no comando militar de Vila Maria e nas boas relações com dirigentes políticos, numa trajetória que divergia daquelas de Poupino Caldas e de Nunes, que, como vimos em outro momento, alcançaram sucessos eleitorais por todo o Primeiro Reinado.

As milícias não aparecem nos *Annaes* do período colonial apenas como ameaça de destacamento para a fronteira. Esses corpos constavam também de cada relato de festa e de recepção a autoridades, tendo seus oficiais grande destaque na representação hierarquizada de uma sociedade de Antigo Regime. A vitória dos interesses das milícias sobre os do comando militar era, ao mesmo tempo, uma inequívoca vitória liberal (ao sujeitar o poder militar) e um reforço do caráter honorífico que estes corpos tinham para o oficialato, bem como de sua função política na constituição de clientelas. Tudo indica que algumas lideranças, sobretudo Poupino Caldas, representavam interesses de boa parte dos milicianos de Cuiabá. Interesses de homens que não queriam ser forçados ao destacamento na fronteira e que contavam, por meio de procedimentos irregulares de seu representante, com facilidades no acesso a soldos e a privilégios nas promoções e nomeações.

O controle político de parte das milícias pelo grupo ao qual pertenciam Poupino Caldas e Nunes é evidente num episódio ocorrido em 1830, quando ocupava o executivo provincial uma liderança adversária, o sargento-mor de milícias André Gaudie Ley. Nunes era então comandante das armas, mas Poupino Caldas havia perdido, por incompatibilidade com o posto de tesoureiro da junta da fazenda, o comando das milícias de Cuiabá, que mantivera muitos anos. Em seu lugar exercia interinamente o comando das milícias um aliado do vice-presidente em exercício, o tenente-coronel de segunda linha Albano de Souza Osório. Como comandante do corpo, Osório viu sua autoridade afrontada quando Nunes, comandante das armas, deu ordens diretamente ao sargento-mor das milícias, Joaquim Duarte Pinheiro, para que partisse em diligência para o arraial de São Pedro d'El Rei, onde veio a inspecionar e dar instruções aos milicianos. Pinheiro era aliado de Nunes e de Poupino Caldas e cumpriu ordens do comandante das armas sem

²⁰⁵ “Clemente Pereira a Nunes, 22 de junho de 1829”. AN IJJ9 41

receber instruções e sem sequer avisar a seu comandante imediato, sendo preso por insubordinação quando de seu retorno.²⁰⁶

Nunes ordenou então a soltura de Pinheiro sem qualquer formalidade legal, afirmando ser “a dita prisão inconsequente” e recomendou a Osório que “não queira ingerir-se na fiscalização de um serviço que inteiramente lhe não compete”. Além disso, disse que ele não deveria “contar com o dito sargento-mor [Pinheiro] sem que este tenha conhecido as comissões que lhe foram incumbidas por este governo [das armas]”. Ou seja, a autoridade do comando das milícias foi solenemente ignorada pelo comandante das armas, que se arrogava arbitrariamente o poder de continuar dando ordens diretas a Pinheiro. Mas Nunes foi além, e deu novas ordens para que fossem visitadas as quatro companhias de milícias de Diamantino “para serem inspecionadas necessariamente pelo sargento-mor da 2ª Linha com quem o comandante da mesma não deve contar”. Ou seja, ordenou que Pinheiro mais uma vez passasse por cima da autoridade de seu comandante imediato. O vice-presidente, Gaudie Ley, intercedeu em favor de seu aliado, mas também do princípio da subordinação. O vice-presidente disse que Osório foi forçado a recorrer a ele “pela coação em que se considera para com os mais súditos do seu comando”.²⁰⁷

Osório estava tentando afirmar sua autoridade diante de um corpo de segunda linha que era comandado por seus adversários desde o período colonial. Ele tinha diante de si o desafio de impor a subordinação impessoal ao comando onde reinavam as relações pessoais de clientela. Em suas palavras, ao mandar soltar Pinheiro, Nunes “parece tender a proteger uma insubordinação praticada por um oficial que na 2ª Linha devia ser o primeiro no exemplo da subordinação, por ser um sargento-mor pago pela nação para a disciplina daquela Legião”. Para ele, o comandante das armas “de alguma maneira [...] protege” o sargento-mor. Nem mesmo o vice-presidente em exercício teve condições de se impor a Nunes. Apenas recorrendo ao poder central, Gaudie Ley obteve a aprovação da prisão de Pinheiro e o respeito – ao menos formal – à autoridade de Osório. O episódio permite perceber a persistência de lealdades pessoais para além da ocupação de postos de comando, levando a formas de insubordinação diversas daquelas ligadas à mobilização armadas de soldados, mas também preocupantes do ponto de vista da autoridade civil de André Gaudie Ley.

²⁰⁶ “Gaudie Ley ao conde do Rio Pardo, 5 de setembro de 1830”, “Albano de Souza Osório, sem data”, “Osório a Nunes, 5 de agosto de 1830”, “Nunes a Osório, 22 de junho de 1830”

²⁰⁷ “Gaudie Ley ao conde do Rio Pardo, 5 de setembro de 1830”, “Albano de Souza Osório, sem data”, “Osório a Nunes, 5 de agosto de 1830”, “Nunes a Osório, 22 de junho de 1830”

A crer nas muitas acusações que pesaram sobre Poupino Caldas, tanto legalmente quanto na imprensa, ele se sustentava numa clientela milicianiana e no acesso que tinha à junta da fazenda por via eleitoral, permitindo-se todo tipo de inconsequência política na luta contra seus adversários. Parece ter sido esta a base sobre a qual se construiu sua fama de agitador a incitar “bernardas” na província. Sua reputação de chefe político pouco preocupado com a tranquilidade pública aparece em diversas polêmicas na imprensa e não tem paralelo com nenhuma outra liderança da política institucional em Mato Grosso.

Poupino Caldas foi o único dirigente da província a ser acusado de incitar o ódio aos portugueses antes de 1831. Contudo, seria enganoso ver nele o defensor de um liberalismo mais radical, semelhante a algumas lideranças tidas por “exaltadas” de outras partes do Império que, para além do discurso antilusitano, defendiam bandeiras que podiam tender ao federalismo, ou à ampliação da participação política, ou ainda a um igualitarismo radical entre os. Em Mato Grosso, algumas bandeiras tidas por “exaltadas” foram erguidas no início da Regência, mas não por Poupino Caldas. Suas lideranças eram indivíduos até então excluídos do poder político, provenientes principalmente de setores médios letrados. Mas não foi nem Poupino Caldas, nem essas novas lideranças, que levaram o ódio aos brasileiros “adotivos” ao centro do debate político em Mato Grosso. Conhecidas as trajetórias da política das elites centradas em Cuiabá, da resistência dos soldados na fronteira e dos embates envolvendo oficiais das tropas regulares, milicianos e poder civil, passemos a analisar como essas histórias se encontram na sedição cuiabana de 7 de dezembro de 1831.

2.4 – “Pátria” e “Constituição” às vésperas do Sete de Abril

A agitação patriótica em Cuiabá no ano de 1831 teve seu ápice no dia 7 de dezembro, mas está diretamente ligada a eventos ocorridos nos meses anteriores na cidade, nas guarnições de fronteira e também em outras partes do Império. Como vimos no início do capítulo, a sedição ocorreu em meio a uma série de mobilizações por todo o país, que compunham, na visão “moderada” da *Matutina Meyapontense*, um quadro de “horrorosa ilegalidade epidêmica”²⁰⁸. O periódico tinha como horizonte espacial de seu discurso as fronteiras nacionais, ainda que tivesse plena consciência de que sua luta política tinha horizontes mais amplos, então compreendidos como sendo o dos “países civilizados”, travando-se o que se representava como embate entre o liberalismo, por um

²⁰⁸ *Matutina Meyapontense*, 329 (5 de maio de 1832).

lado, o “despotismo” e a “anarquia”, por outro. Como corrente de opinião, o liberalismo revolucionário tinha dimensões atlânticas, mas tanto sua organização quanto a moldura de seus projetos políticos se balizavam nas fronteiras nacionais – existentes ou imagináveis.

As províncias também eram espaços de experiência a informar os horizontes de luta política, inclusive para esboços de projetos nacionais nos poucos casos em que se chegou a tentar a ruptura com a soberania do Império²⁰⁹. Na *Matutina*, era frequente que diversas províncias fossem listadas, ao lado de notícias, quase sempre relativas à “paz pública” ou seus perturbadores, fossem “servis” ou “anarquizadores”. Era nos governos e nos espaços de representação das províncias e do centro que se definia a direção política do Estado, em embates que conformavam campos políticos ligados a interesses e a aspirações que se organizavam politicamente em torno da formulação e do apoio – ou, pelo contrário, do repúdio e da resistência – a certos projetos ou a certas orientações. Dessa perspectiva nacional e integrada à política institucional, que era a da *Matutina*, o 7 de dezembro foi uma “rusga” a se somar a outras por todo o país. O primeiro texto do periódico sobre a sedição a inseria dentre os “extraordinários sucessos do Brasil”, que “desde o memorável 7 de abril de 31 tem produzido sensações e fatos não comuns”²¹⁰. Esta perspectiva importa para a análise da sedição porque, como veremos adiante, o Sete de Abril reavivou tanto a polarização identitária entre portugueses e brasileiros quanto o caráter revolucionário do liberalismo.

Porém, seria equivocado reduzir o 7 de dezembro a uma expressão local do Sete de Abril ou das articulações e polarizações partidárias de abrangência nacional. Para os que tomaram o quartel e as ruas de Cuiabá, a perspectiva nacional se colocava, mas as motivações, a organização e os objetivos diziam respeito principalmente à trajetória do poder provincial em Mato Grosso. Seus protagonistas foram soldados e oficiais inferiores, seu interlocutor foi o conselho de governo, sua reivindicação foi a demissão de todos os brasileiros “adotivos” que ocupavam postos civis e militares na província. A exigência era inconstitucional, mas mesmo assim foi atendida, sendo revogada depois sem que muitos dos “adotivos” demitidos retomassem seus postos. Mesmo semelhantes a outros soldados que requeriam a demissão de outros “adotivos” pelo país, eles não deixavam de travar uma luta com características específicas. Uma luta que incidia sobre os embates

²⁰⁹ Porém, mesmo quando das secessões, a perspectiva era de uma federação ou confederação de províncias.

²¹⁰ *Matutina Meyapontense*, 329 (5 de maio de 1832).

entre as elites da província, incluindo tensões entre poder civil e oficialato que perduraram por toda conjuntura aberta em 1821.

Mato Grosso tinha uma proporção extraordinária de soldados, bem como um peso incomum da máquina pública na economia, ligada, sobretudo, à defesa da fronteira. Muitos dos maiores interesses em disputa nos espaços institucionais da política ligavam-se à organização militar, pois envolviam o fornecimento de gêneros para as tropas, as operações com a dívida (incluindo a especulação com o soldo na forma de títulos públicos), além dos próprios ordenados e gastos ligados aos militares. Em torno dessas questões, bem como do destacamento de milicianos para a fronteira, o oficialato tinha um histórico de enfrentamento com os espaços de representação da província, tanto no tempo das juntas governativas (1821-1825), quanto nos embates posteriores com o conselho de governo (e também com a junta da fazenda, em parte composta por via eleitoral). O conflito tinha incluído até mesmo uma tentativa de sedição para pagamento de soldos aos oficiais. As polêmicas na imprensa envolviam questões que perpassavam tanto a documentação política como a militar. Questões envolvendo recursos financeiros e soldos, mas também aquelas que traziam à tona abusos de alguns oficiais contra soldados e inferiores, além de privilégios nas milícias. Procuremos agora dimensionar as relações entre esses debates e a luta e resistência desses militares, a começar pela questão dos direitos civis.

Os direitos dos militares e a opinião pública

Os textos sobre Mato Grosso publicados na *Matutina* traziam à tona as tensões, próprias da revolução liberal, relativas à sujeição do poder militar ao poder civil. Não apenas debates teóricos e análises da questão em âmbito nacional, que o periódico publicava regularmente, mas também denúncias relativas a episódios vividos pelos mato-grossenses.²¹¹ A imprensa tinha um papel pedagógico, não se resumindo a noticiar ou a emitir opiniões, mas elaborando a partir do noticiário e das discussões teóricas todo um quadro de referências políticas. Na imprensa livre de censura debatia-se o poder militar, assim como se discutia o sistema penal, os direitos civis, o equilíbrio entre poderes, a ética do serviço público e da própria imprensa, dentre outros temas ligados aos princípios

²¹¹ O debate teórico dialogava com a experiência nacional através de textos de filósofos e juristas transcritos e comentados, ou ainda, da análise das notícias das diversas províncias, em narrativas que organizavam aqueles fatos numa discussão de fundo. Os debates teóricos ligados à criação e organização da guarda nacional serão abordados no próximo capítulo.

liberais. Ainda que se tornasse mais presente no contexto da organização da guarda nacional nas províncias (quando, como veremos adiante, esteve no centro do debate), a questão da sujeição do poder militar ao poder civil já se colocava desde antes.

Uma crítica ao poder militar na fronteira acompanhou o comentário a duas portarias do ministério da guerra publicadas em 17 de março de 1830 no *Diário Fluminense*, sendo uma delas relativa a Mato Grosso. Era uma tentativa, por parte do poder central, de coibir a participação de soldados nas ações de pilhagem dos guaicurus, bem como o tráfico de armas e de munições para estes indígenas. A medida havia sido motivada por sucessivas queixas do governo paraguaio sobre a colaboração entre militares e guaicurus nessas empresas, levando o poder central a ordenar ao governo de Mato Grosso que fizesse “cessar completamente os latrocínios e correrias, que o ditador diz terem sido praticadas por súditos brasileiros.”²¹² Segundo o ministro da guerra,

[...] alguns habitantes do Norte da Província de Mato Grosso protegidos principalmente pelos comandantes de Coimbra e Miranda têm auxiliado os índios bárbaros, com armas, munições, soldados, fuzileiros brancos e negros, os quais têm roubado imensa quantidade de gados, e perpetrado as maiores desordens.

Para “atalhar desde logo a continuação de atos tão escandalosos; que podem comprometer a tranquilidade do Império”, a portaria ordenava que o governador das armas tomasse “as mais enérgicas medidas” para “que se prendam os culpados, para serem castigados prontamente com todo o rigor das leis no que não deve haver a menor omissão”²¹³

Originalmente publicado num periódico fluminense, o artigo mencionava, além desta portaria uma outra, dando ordens ao governador das armas do Rio Grande de São Pedro para tomar “as medidas mais enérgicas contra os que infestam a fronteira, afim de que os soldados se prendam para serem prontamente castigados, com todo o rigor das leis.”. Os dois textos compreendiam, segundo o periódico, “quase o mesmo sentido”:

Estamos persuadidos que ambas estas portarias pecam por ilegais, e que na sua linguagem e doutrina se opõem às nossas instituições e liberdades. Não cabe nas atribuições do comandante das armas tomar essas enérgicas medidas para que os culpados se prendam, outros são os seus deveres, outra a jurisdição que lhe compete. É às autoridades civis que pertence fazer cumprir nesta parte as leis sem que a força militar ou seu comandante possam mais do que prestar o auxílio, que lhes for requerido. De outra sorte, em vez de governo

²¹² “Gaudie Ley ao marquês de Caravelas, 2 de junho de 1830” AN IJJ9 505. Gaudie Ley respondeu ao ministério afirmando desconhecer a existência desta colaboração. Ainda assim, informa ter mandado investigar as alegações.

²¹³ *Diário Fluminense*, 61. 17 de março de 1830

monárquico-popular, teremos o pior de todos os despotismos, aquele em que tudo se faz militarmente e aonde as armas substituem as fórmulas jurídicas.²¹⁴

A crítica, como se percebe, é a uma invasão do poder militar sobre o judiciário, pois o comandante das armas “apenas está encarregado de manter a disciplina dos militares na província respectiva”, não lhe competindo punir culpados, o que requereria as formalidades do direito. Além disso, tratava-se de uma acusação de que a lógica da ingerência militar perpassava a própria “linguagem e doutrina” das portarias do ministro. Prosseguia o artigo dizendo que se não fossem conhecidas as boas intenções do ministério “julgaríamos ver a comissão militar levantando a cabeça em Mato Grosso e no Rio Grande”. As comissões militares eram tribunais que julgavam sumariamente, segundo leis que eram, no essencial, herdadas do Antigo Regime. Além disso, naquele momento, elas remetiam a episódios de sangrenta repressão política na guerra de Independência e em revoltas de inspiração liberal. Por fim, concluía o artigo que era preciso “que de uma vez se reconheça que o sistema militar não convém a um povo livre, e que o governo deve ser o mais escrupuloso respeitador das leis e instituições do país a cujos destinos preside”²¹⁵

Denúncias sobre o que era definido como o pior de todos os despotismos, aquele “em que tudo se faz militarmente”, ocorreram algumas vezes a respeito de Mato Grosso. É difícil saber o quanto soldados e oficiais inferiores participaram desses debates ou o acompanharam nas folhas da *Matutina*, mas há evidências de que haveria não só leitores dentre eles, como também denunciante. O primeiro a remeter uma correspondência com este tipo de acusação era um 1º sargento das tropas auxiliares que denunciava ter sido vítima de arbitrariedades por parte de oficiais da cidade de Mato Grosso, onde residia e servia. Apesar de não pertencer aos corpos regulares, ao que parece João Antonio da Silva Freire estava há tempos estabelecido numa área de fronteira, exercendo o ofício de tabelião. Seu nome aparece na lista de assinaturas da incorporação de Chiquitos, em 1825, sendo, portanto, provável que já residisse na antiga capital naquele momento. Na denúncia, o sargento atribuía a frequência dos “despotismos e arbitrariedades” à “distância que separa a cidade de Mato Grosso do Trono do nosso amado Imperador” e às “poucas ou nenhuma providências que se encontram nas autoridades”. Freire relatava que, tendo sido “avisado para fazer o serviço do quartel”,

²¹⁴ *Matutina Meyapontense*, 24. (25 de maio de 1830)

²¹⁵ *Matutina Meyapontense*, 24. (25 de maio de 1830)

[...] sugeriram-se intrigas e em consequência fui preso e meteram-me de tronco de pescoço; a poucos momentos que sofria este vil tratamento, que a nossa Santa Constituição tem vigorosamente proibido, eis sou vítima de outro tirânico absurdo, entra o capitão de 2ª linha que então comandava o quartel, José Mourão de Miranda, que pronunciando termos injuriosos maltratou-me com fortes pranchadas, das quais me resultou uma ferida: ali estive mais dois dias até que fui solto, por fazer um requerimento ao comandante militar, o qual já tinha pleno conhecimento do caso, e o aprovou em vez de castigar aquele infrator da lei.²¹⁶

Não se tratava apenas do abuso de uma autoridade, o que já seria grave, mas também da aprovação da prática pelo comandante. Ainda segundo Freire, pouco antes de partir para Cuiabá (onde redigiu a carta), ele foi “preso por ordem do comandante militar o capitão-mor das ordenanças João Pais de Azevedo” apenas “por se lhe dizer” que o sargento “havia falado mal dele”. Mesmo “sem ter perdido o meu posto”, narra Freire, “mandou o mesmo comandante militar carregar-me de armas duas horas de manhã e duas de tarde, o que sofri dois dias, a saber o 1º com quatro armas, o 2º com duas, e mais sofria a não pedir por mim o alferes Mariano Ribeiro.”²¹⁷

O sargento das tropas auxiliares não apenas narrou os abusos que sofreu, como nomeou os responsáveis, incluindo o comandante militar daquela praça, e denunciou como corriqueiros os abusos que atentavam contra a ordem constitucional:

Fatos desta natureza que tanto ofendem a nossa tão liberal Constituição e se assemelham com os praticados nos governos absolutos não devem por forma alguma (ainda que não são dos mais execrandos que sucedem nesta província, pois no forte do Príncipe existem sempre em efetivo exercício as correntes, os pares de machos, etc. etc. etc.) ficar em silêncio; devem ser públicos, afim de chegarem ao conhecimento de S. M. o Imperador, e da Assembleia Nacional.²¹⁸

Encerrando com uma conclamação para que fossem expostos os abusos dos comandantes, o sargento promovia deliberadamente o debate público sobre a situação dos direitos de soldados e de oficiais inferiores. Situação que era descrita a partir de sua própria experiência na fronteira. Neste e em outros casos incluíam-se denúncias acerca de práticas que eram legais segundo as leis militares. Este é o caso das correntes, pois no que diz respeito a elas a arbitrariedade não estava no uso, mas no excesso, pois eram mantidas “sempre em efetivo exercício”. Por outro lado, punições como os espancamentos coletivos eram puramente arbitrárias.

Comentando esta correspondência, a Matutina lembrou que

²¹⁶ Matutina Meyapontense, 105 (30 de novembro de 1830)

²¹⁷ Matutina Meyapontense, 105 (30 de novembro de 1830)

²¹⁸ Matutina Meyapontense, 105 (30 de novembro de 1830)

[...] o povo só pode reivindicar seus direitos à proporção dos conhecimentos que adquire, e não sofre a ação dos despotismos, senão quando enterrado na ignorância, e dissolução: quem não se encherá de indignação lendo as infames ações do capitão José Mourão de Miranda, esse vil patife, que se arroja a dar (sendo verdade) com uma espada em um homem posto no tronco? Qual será o brasileiro que não lastime a sorte dos habitantes de Mato Grosso lendo o desprezo com que são lançados aos pés os direitos do cidadão?²¹⁹

A conclamação neste caso era para que os cidadãos conhecessem e reivindicassem seus direitos. O que se percebe nesses escritos é que existia um discurso politicamente engajado na luta por efetivação de direitos civis e que a situação dos soldados fazia parte deste debate. Mesmo publicada em Goiás, a *Matutina* era vendida regularmente em Cuiabá, publicava as atas da câmara municipal desta cidade e do conselho geral da província e recebia muitas cartas que atestavam sua repercussão quanto ao que se discutia em Mato Grosso. Portanto, é digno de nota que nela se encontrassem conclamações à luta por direitos civis, tratando-se de casos ligados às experiências dos soldados e oficiais inferiores. Além disso, tratava-se de discursos agressivos contra os comandantes militares, num tom pouco frequente em textos de responsabilidade do periódico:

Déspotas miseráveis, infames patifes, respeitai esse bom povo, não atropeleis seus sagrados direitos, basta o que tendes praticado, não extremeis o seu sofrimento nem sempre se abusa impunemente da autoridade das leis e da brandura de caráter de um povo amável; o cidadão brasileiro é livre, ele não é sujeito senão à lei e nenhuma autoridade do Império pode mandar senão em virtude da lei, o que praticar o contrário é déspota, o despotismo é contrário ao sistema de governo que nos rege, e todos devemos combater até a morte os inimigos da nossa constituição, e por isso gritamos sempre ódio, e eterno desprezo a todos os patifes e vis escravos que amam o Absolutismo!... e Viva a Constituição! Viva! Viva!²²⁰

É interessante notar que o periódico reproduzia ao final da conclamação os “vivas” que remetiam a uma cultura política que informava desde os ritos cívicos mais disciplinados até as revoltas mais incontroláveis, sendo em certos casos acompanhados pelos “morras”.²²¹ Além disso, o discurso reforçava as palavras de uma vítima do abuso do poder dos oficiais, relacionando os castigos arbitrários ao “Absolutismo”, ao qual declarava “ódio e eterno desprezo”.

No dia 9 de abril de 1831, outra denúncia foi feita na *Matutina*, assinada “O Solicitador Constitucional”. Antes de expor as acusações, o autor apresentava os princípios que orientavam sua ação: “A constituição deste Império e o fim da sociedade

²¹⁹ *Matutina Meyapontense*, 105 (30 de novembro de 1830)

²²⁰ *Matutina Meyapontense*, 105 (30 de novembro de 1830)

²²¹ Sobre a cultura política das agitações de rua em Cuiabá no pós-Abdicação, ver o capítulo 3.

civil é que cada um goze tranquilamente do que é seu, o contrário é infringir a lei natural estabelecida entre os homens”. É em defesa das liberdades individuais garantidas numa constituição que “não quer passar o sertão do Cuiabá” que o autor atacava

[...] o déspota comandante da Legião de primeira Linha desta cidade do Cuiabá, o comendador Valério José Machado; que no princípio do ano de 1831 fez e tem feito vários despotismos horrorosos, assim como fez em um soldado do seu regimento José Francisco de Souza no qual lhe mandou dar 204 bordoadas contra o regimento, que ficou de uma maneira tão pisado, que não se julgava mais [com] vida, e felizmente não aconteceu assim.²²²

A denúncia era agravada pelo fato de não se tratar de uma punição por “crime militar”, mas “somente em consequência de um negócio nefando que o mesmo soldado tinha com uma meretriz, e esta meretriz suplica a *amásia* do mencionado comendador, para que pedisse ao mesmo comendador que castigasse cruelmente o mencionado soldado, como de fato assim o praticou este tirano”²²³. Escandaloso pelo desrespeito aos direitos e também pela motivação num “negócio nefando”, o caso ocorreu em Cuiabá, onde a vítima teve acesso direto às autoridades civis. Segundo a denúncia:

Depois o mencionado soldado mandou fazer um requerimento ao Ilmo. Exm. Sr. Vice-presidente André Gaudie Ley, para que mandasse ao Ilustre Juiz de Paz que procedesse auto do corpo de delito, e depois remeteu ao Sr. Juiz do crime, no qual está há mais de mês sem este mandar inquirir testemunhas na forma da Ord. Liv. 1º Tit. 65 §31²²⁴

O autor do texto era possivelmente um magistrado com experiência em Portugal ou mesmo nascido naquele país, dado que ao acusar o juiz do crime afirmava ter visto um julgamento na Relação do Porto por falta semelhante às obrigações. Mas apesar da crítica ao juiz é principalmente contra o comandante que se dirige seu ódio:

Eis aqui Sr. Redator! O horroroso despotismo que aquele comendador tem praticado nesta província. Como é possível que um rebelde de semelhante natureza possa governar um Regimento? Na verdade, um fato semelhante tem alguma coisa de sobrenatural!!!!... qual, Sr. Redator em quanto se não enforcar este e outros diabos como este déspota e rebelde, nunca esta província tomará rumo.²²⁵

A edição seguinte trouxe as notícias de Cuiabá, “que alcançam até 6 de março”. Segundo a *Matutina*, tudo se achava tranquilo, exceto pelo “caso que fez objeto da correspondência do *Solicitador Constitucional*, que publicamos no número antecedente”.

²²² Matutina Meyapontense, 161 (9 de abril de 1831)

²²³ “Amásia” era, segundo um dicionário de 1832, “amiga, amante, concubina”, portanto Machado teria agido a rogos de uma mulher com quem tinha uma relação não reconhecida pela Igreja. Segundo a denúncia, a amásia teria suplicado pela causa de uma “meretriz”, termo que tinha o sentido de “mulher que se desonesta” .*Matutina Meyapontense*, 161 (9 de abril de 1831). Itálico do original.

²²⁴ *Matutina Meyapontense*, 161 (9 de abril de 1831)

²²⁵ *Matutina Meyapontense*, 161 (9 de abril de 1831)

Confirmava o periódico a gravidade do fato “horroroso” que, “sendo verdadeiro, deve ser punido quem os cometeu, porquanto se tais crimes se toleram jamais poderá restabelecer a ordem e nem evitar a repetição de tais escândalos.”²²⁶ O caso foi narrado com mais detalhes, incluindo também a cumplicidade geral do oficialato e a interferência indevida do poder militar no judiciário e no governo civil. Segundo o periódico, no dia 3 de fevereiro de 1831 um soldado da Legião de Linha se desentendeu com “uma mulher com quem tinha algumas relações ilícitas” e

[...] enfurecido, queimou-lhe a roupa que ele mesmo lhe tinha dado: no mesmo dia foi preso este soldado por ordem do seu comandante, e no outro dia conduzido a um quadrado feito por outros soldados, apareceram 8 inferiores, cada um com uma vara de marmelada começou a dar-lhe como tivessem dado 50, lhe disse então o malvado comandante – entregas ou não a roupa de F...? Então soube o soldado o motivo das bordoadas, e respondendo que não podia entregar por tê-la queimado, teve de continuar a sofrer outras 50, e como então requeresse o miserável que já se lhe acabavam as forças, que estava pronto a entregar outra roupa, por isso que era impossível a que se tinha queimado, dizem que o monstro comandante dissera estas palavras – continuem, matem esse diabo – e se diz que continuaram até 200!!!²²⁷

Mais uma vez, num texto que não pertencia às correspondências, mas era de responsabilidade do periódico, o ataque ao comandante era inflamado, generalizando-se neste caso para um discurso que politizava a identidade nacional “E é assim que se trata a um Brasileiro? Monstros! Escória do Brasil! Despedi-vos, aproveitai esses últimos momentos que vos restam.”²²⁸ Ainda que o ataque fosse novamente dirigido ao comandante, a denúncia envolvia também um magistrado, um cirurgião-mor e o oficialato como um todo. É possível que a exposição dos abusos tenha sido em alguma medida motivada pela luta política provincial, dado que dois dos principais acusados eram do mesmo grupo²²⁹, porém havia outras autoridades envolvidas e acusações generalizadas ao oficialato e às autoridades civis de Mato Grosso por cederem às suas pressões. Não era uma questão ligada apenas à luta faccional. Além disso, importa neste momento destacar menos as possíveis motivações do redator, e mais o caráter deliberado da divulgação e defesa dos direitos civis em casos envolvendo militares. Trata-se de chamar a atenção para a politização da situação dos soldados no debate público, inclusive no que diz respeito ao silenciamento de suas demandas. Nesse sentido, a narrativa destaca o temor que os chefes militares inspiravam:

²²⁶ *Matutina Meyapontense*, 162 (12 de abril de 1831)

²²⁷ *Matutina Meyapontense*, 162 (12 de abril de 1831)

²²⁸ *Matutina Meyapontense*, 162 (12 de abril de 1831)

²²⁹ Valério José Machado, então comandante da Legião de Linha e principal responsável pelo abuso de autoridade, e Jerônimo Joaquim Nunes, comandante das armas.

[...] no dia 6 de fevereiro aparecera introduzido por baixo da porta um requerimento em nome do soldado ao vice-presidente. Como se acham ainda os cuiabanos! Que desgraça! Em um país constitucional haver receio de requerer contra autoridades subalternas! Não achar quem se animasse a conduzir em público o requerimento de um oprimido! Isto é a miséria das misérias! Miserável povo, que ainda ignora o uso que deve fazer de seus direitos! O requerimento continha a exposição do fato e pedia que se fizesse responsável o comandante pelas arbitrariedades praticadas, expunha que as atribuições do juiz de paz tinham sido exercidas pelo comandante e por consequência mencionava o disposto no art. 5º do alvará de 21 de outubro de 1763, bem como a infração do §19 do art. 179 da constituição²³⁰

Ao apelar à autoridade civil, o soldado alegava seu direito constitucional a não sofrer com “os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”²³¹, ao mesmo tempo em que acusava o desrespeito às próprias leis militares que determinavam a perda do posto ao “oficial militar que usurpar a jurisdição civil dos ministros, ou câmaras da terras ou praças onde estiver”.²³² Entretanto, como já havia sido relatado na correspondência da edição anterior, o juiz criminal não deu sequência ao processo. A razão da negligência é mais detalhada neste artigo, que afirma que ao saber que o judiciário fora acionado “o comandante representara ao vice-presidente em conselho, pedindo a suspensão de tal processo, dando por motivo um futuro horroroso pela insubordinação dos soldados”. Por sua vez, o governo remeteu o requerimento do comandante para o juiz criminal, “para que, juntando-o ao processo, seguisse o que lhe incumbe a lei”. Contudo, sem que o julgasse, o juiz o “enviara ao comandante das armas”. Por fim, “requisitado pelo governo em conselho”, o caso foi “submetido ao conhecimento de Sua Majestade, o Imperador.”²³³

Ainda segundo o texto, o soldado requereu sua baixa por estar ferido na virilha, mas “não foi despachado, e nem quiseram entregar o requerimento ao que o apresentou, que dizem ser um parente por afinidade do soldado, o tenente de milícias Antonio Peixoto”²³⁴. Portanto, quem intercedeu pela vítima foi um oficial inferior da segunda linha. Ainda segundo a narrativa, “o Comandante de armas diz que todos os oficiais estão ofendidos” em razão do encaminhamento legal do caso.²³⁵ De acordo com a denúncia, também estaria implicado o cirurgião-mor, que teria atestado que o soldado estava bem dois dias após o

²³⁰ *Matutina Meyapontense*, 162 (12 de abril de 1831)

²³¹ Constituição de 1824

²³² Alvará de 21 de outubro de 1763

²³³ *Matutina Meyapontense*, 162 (12 de abril de 1831)

²³⁴ É possível que se tratasse do mesmo miliciano Antonio Peixoto que atuava como comerciante entre os fortes brasileiros e paraguaios e que havia se envolvido no episódio que deu início à guerra guaicuru.

²³⁵ *Matutina Meyapontense*, 162 (12 de abril de 1831)

ocorrido, sendo que em seguida “indo o juiz criminal fazer os interrogatórios viu-se-lhe as costas inchadas e cheias de cicatrizes”. Por fim, o caso teria se encerrado com “uma atestação ao comandante Valério que, elevando-o acima das estrelas, abatem o soldado abaixo dos infernos”, concluindo-se a narrativa com a continuidade da punição do soldado e a impunidade do comandante.

Para além da exposição da arbitrariedade dos oficiais e da falta de zelo pela ordem constitucional por parte de dirigentes políticos e magistrados, a crítica da *Matutina* atingiu a própria limitação à garantia dos direitos civis dos soldados:

Ah! Déspotas! A Constituição, §19, art. 179 não diz – desde já ficam abolidos os açoites etc.? Esta disposição da Lei fundamental não se estende a todos os cidadãos brasileiros? Encerra ela alguma limitação? Serão os militares tão desprezíveis que quando todos os brasileiros se acham isentos de uma tal infâmia só essa classe possa ser açoitada? Que vergonha para essa corporação! Essa pena tão vil, e infamante estará reservada para a satisfação das paixões e mau humor desses corrompidos chefes dos militares? Assim é considerado sem brio e sem dignidade esse cidadão destinado para defensor da liberdade da pátria. Quem no Brasil, a exceção dos nossos escravos ou dos soldados sofre hoje açoites? Pois nivelam com os miseráveis escravos os soldados? Oh vergonha! Oh indignidade! Quem assim obra ou consente é um vil, é pior do que o mais infame cativo!...²³⁶

O artigo concluía que “as barbaridades cometidas contra esse miserável soldado” eram “dignas de um severo castigo, para que outros possuídos de idênticos sentimentos não tratem seus iguais com tão cruel desumanidade”. A *Matutina* discordava do correspondente da edição anterior apenas na linguagem e na incitação à morte do oficial militar. Não podia “aprovar as expressões incivis e pouco sentimentais do Sr. *Solicitador Constitucional* contra o sr. comendador Valério” nem desejar outra punição para “o delinquente” que não aquela que se dá “conforme a lei”.²³⁷

A correspondência e o artigo da *Matutina* sobre o caso, ocorrido em fevereiro e publicado no início de abril de 1831, tratam de um “escândalo” ocorrido naquele momento, envolvendo oficiais militares, governo civil e poder judiciário. As críticas se dirigiam sobretudo ao desrespeito à constituição, ainda que certos aspectos remetam a princípios que não provinham da ordem liberal, como a vileza da motivação do oficial, que teria agido a rogos de uma meretriz. Era a defesa da realização da cidadania que organizava o discurso do *Solicitador Constitucional* e que se expressava na atitude do próprio soldado, ao procurar o vice-presidente, contando com quem representasse por ele – segundo a narrativa, por ser seu parente por afinidade. Contudo, a possibilidade de

²³⁶ *Matutina Meyapontense*, 162 (12 de abril de 1831)

²³⁷ *Matutina Meyapontense*, 162 (12 de abril de 1831)

apresentar queixas às autoridades parece ter sido prejudicada por uma ingerência indevida do oficialato e por terem cedido a ela representantes do poder civil.

É importante lembrar que os oficiais estavam, desde a revolução liberal de 1820, na defensiva. Para o liberalismo político, os militares não eram uma ameaça apenas pela agitação da soldadesca e pela intervenção direta que o alto oficialato poderia vir a ter na política institucional. Também era contrária a seus princípios a ingerência militar sobre o funcionamento regular dos poderes civis.

Lembremos que, como mencionado, no ano anterior o periódico criticara as duas portarias do ministério da guerra (uma relativa a Mato Grosso, outra ao Rio Grande de São Pedro) por autorizarem o comandante das armas a exercer funções que legalmente cabiam ao judiciário; mas não só, o jornal também denunciava a “linguagem e doutrina” do texto, que se opunham “às nossas instituições e liberdades”. Para o periódico, que fazia oposição aos gabinetes de d. Pedro I, a própria linguagem do poder central poderia ser influenciada pelo “sistema militar”, que “não convém a um povo livre”. O grupo que publicava a *Matutina* pautava sua disputa da opinião pública no zelo pelo regime constitucional (que trazia o tema da efetivação dos direitos civis) e na defesa de um campo político que formava a oposição parlamentar ao imperador naquele momento (ao qual interessava a crítica a um oficialato majoritariamente leal ao monarca). Também fazia parte do debate público sobre os direitos dos cidadãos o código criminal recém-aprovado pelo parlamento liberal e que foi celebrado e debatido pelo periódico.

Vistos como ameaças de intervenção e de ingerência nos poderes civis, os oficiais eram alvo de uma desconfiança reiteradamente afirmada por políticos e por periódicos liberais, o que se desdobraria numa verdadeira campanha antimilitar no contexto da criação e organização da guarda nacional²³⁸. Além disso, em Mato Grosso os poderes civis viviam lutas intensas contra as demandas do oficialato, como vimos no caso da oposição entre o comandante das armas e o conselho de governo no contexto da guerra guaicuru. Sendo assim, havia, no Brasil em geral e em Mato Grosso em particular, um ambiente propício à formulação das demandas de soldados e de oficiais inferiores contra o despotismo dos comandantes em termos de uma defesa de seus direitos de cidadãos.

Também importa notar nesse “escândalo” noticiado pela *Matutina* a comparação com a situação dos cativos, que segundo o texto seriam únicos além dos soldados a sofrerem com açoites. Ao criticar práticas que “nivelam” os soldados “com os miseráveis

²³⁸ Sobre os debates a respeito do poder militar, ver a análise sobre a organização da guarda nacional no próximo capítulo

escravos”, o periódico reforçava a cisão fundamental entre incluídos e excluídos na cidadania civil. O que se tinha por escandaloso era que o foro militar e o princípio da subordinação expusessem uma parcela dos cidadãos a suplícios tidos por aceitáveis quando se tratava dos “nossos escravos”. A “vergonha” e a “indignidade” evocados pelo autor dizem respeito não ao suplício em geral, mas ao do “cidadão destinado para defensor da liberdade da pátria”²³⁹.

Ao reivindicarem diante de autoridades e por meio da imprensa, as vítimas de abusos dos comandantes podiam encontrar receptividade na opinião pública liberal, que chegou neste caso a exaltar os soldados, ainda que predominasse no periódico uma desconfiança com relação aos militares em geral. Mas os soldados e oficiais inferiores não foram os únicos cidadãos despossuídos de riquezas e de acesso a postos políticos a levarem suas demandas à disputa pela opinião pública.²⁴⁰

Setores pouco influentes na política institucional ou mesmo excluídos do voto – o que era verdadeiro para a imensa maioria dos soldados – podiam não só exercer o direito de representar às autoridades, como também fazer da pressão da opinião pública um instrumento de luta. Os escândalos e os debates que passavam pela imprensa não eram restritos ao círculo dos que votavam, como afirmou um correspondente de Cuiabá, ao justificar sua opção pelo anonimato. Segundo ele, caso descoberto, seu nome haveria de correr “de boca em boca, pela Câmara, Junta da Fazenda, Cruz das Almas, e até mesmo na bica da Prainha!”. Isso, segundo sugeria, ocorrera a um certo “Ponce”.²⁴¹ A bica da Prainha era descrita numa correspondência cheia de estigmas com relação aos escravos como local onde se encontravam “grupos de negros, nos dias santos, jogando Capoeira, ou tocando Tabaques, ou dançando o Cururu de maneira que mais se parece um lugar da África, do que uma capital de Província, no Império Constitucional do Brasil.”²⁴².

²³⁹ Este também foi o caso dos caixeiros de Cuiabá que lutaram, entre 1830 e 1831, pela folga aos domingos e dias santos. Neste caso importa notar a persistência dos cidadãos em requerer e representar legalmente, enquanto correspondências na imprensa defendiam a demanda, repreendendo nominalmente o juiz de paz, alguns conselheiros da província e os poucos comerciantes que resistiram à reivindicação

²⁴⁰

²⁴¹ A carta vinha logo após a punição dos abusos de poder de Joaquim Francisco Gonçalves Ponce de Leão, magistrado baiano, formado na Universidade de Coimbra, identificado com o “absolutismo” desde quando atuou em Goiás e que foi um dos raros brasileiros natos perseguidos pelas mobilizações contra os “adotivos”, sendo que a perseguição, no seu caso, ocorreu em ambas as províncias. Muito provavelmente era ele o “Ponce” mencionado no texto. *Matutina Meyapontense*, 471 (11 de setembro de 1833) / *Miscelânea Cuyabanense*, n. 4 (1º de Julho de 1833). Sobre a *Miscelânea Cuyabanense*, ver o Capítulo 3.

²⁴² Uma carta criticando os senhores por manterem um grande número de escravos no espaço urbano de Cuiabá para tarefas improdutivas (como “levar a pasta do pequeno à escola”, “embalar a rede do preguiçoso senhor” ou “abandar ao que dorme à sesta”) afirmava que “escravos vadios ajuntam-se nas bicas, Prainha e Arnesto, e fazem roda de 20 e mais só para batucarem, sendo os resultados finais uns renderem-se das virilhas, outros levarem facadas, cacetadas, etc.” *Matutina Meyapontense*, 150 (15 de março de 1831) e 243

Nesse sentido, importa destacar a relevância da publicação na imprensa das atas do conselho geral da província, da câmara municipal de Cuiabá e de incontáveis documentos como leis, decretos, atas, proclamações e discursos vindos da Corte e de outras províncias. A publicidade das decisões e dos debates era reivindicada por correspondentes de Mato Grosso na *Matutina*, pois o conselho de governo era acusado de manter o sigilo de suas reuniões. Este espaço responsável pelas principais decisões sobre os negócios da província não agia conforme as expectativas dos correspondentes a respeito de uma instituição política liberal, pois fechava suas portas ao público e não enviava suas atas para publicação na imprensa, como faziam a câmara municipal e o conselho geral. Acusações também atingiram a junta da fazenda e o executivo, no que diz respeito à publicidade de algumas decisões e atos legislativos.

Também publicados na imprensa, os relatórios a respeito do estado das cadeias, hospitais e outras instituições não só descreviam sua situação, geralmente calamitosa, como indicavam as melhorias necessárias para que se adequassem à constituição e às leis liberais. Elaborados por vereadores, esses relatórios costumavam ser críticos às violações dos direitos civis dos detidos e, ao mesmo tempo, propositivos, ao arrolarem as medidas práticas necessárias para melhorar as condições dos estabelecimentos. Apesar de ser a responsável pela administração da cadeia, a câmara não tinha autonomia administrativa, portanto não necessariamente a interessava, ao cumprir o dever legal de relatar o estado

(18 de outubro de 1831). Outras descrições também remetem à forte presença de cativos fora dos dias santos, pois se tratava de um local onde os escravos das residências e estabelecimentos comerciais buscavam água para consumo cotidiano. A mesma tarefa também deslocava para lá os “calcetas”, condenados a trabalhos forçados que carregavam a água para prédios públicos, inclusive o quartel de Cuiabá. Além de escravos e calcetas buscando água e de “grupos de negros” jogando, tocando e dançando, os frequentadores certamente incluíam muitos livres pobres e libertos, que não contavam (ou contavam apenas parcialmente) com a mão-de-obra compulsória para suprir suas tarefas básicas. Mas era nitidamente um espaço caracterizado pela presença e pela sociabilidade dos escravos e calcetas. O uso dos calcetas para transporte de água para o quartel e para outros estabelecimentos públicos foi objeto de um embate entre governo civil e oficialato militar em 1831. A relação entre a bica da Prainha e a sociabilidade escrava parece inequívoca para aquele momento. Portanto, ao dizer que seu nome chegaria “até mesmo” naquele local, e ao sugerir que isso havia sido demonstrado pelo caso de um “Ponce”, o autor afirmava o impacto das polemicas escritas sobre o que corria “de boca em boca”, superando até mesmo a barreira da cidadania. Ainda que exista a possibilidade de a menção à Prainha ter sido um exagero retórico, a imagem que ela evoca é a de uma ampla extensão da circulação do que a imprensa publicava. Por outro lado, em debates nos espaços de representação se encontram referências a pressões, por exemplo, do “povo” que “grita pelo conserto da ponte”, num caso em que a câmara de Cuiabá decidiu usar nesta obra recursos que a princípio serviriam para a melhoria da cadeia da cidade. As pressões sobre esta e outras decisões apareciam nas falas dos vereadores. Voto vencido, o presidente havia insistido que “nós não estamos aqui para fazer a vontade ao povo, mas para observar o que as leis mandam” “Gaudie Ley ao conde do Rio Pardo, 2 de março de 1831”, “Gaudie Ley a Nunes, 28 de janeiro de 1831”, “Nunes a Gaudie Ley, 31 de janeiro de 1831”, “Machado a Nunes, 31 de janeiro de 1831”, “Cardoso de Carvalho a Machado, 29 de janeiro de 1831”, “Cardoso de Carvalho a Machado, 31 de janeiro de 1831”, “Cópia de um dos artigos da ata do conselho da presidência em sessão de 8 de fevereiro de 1831”. AN IG1 228 *Matutina Meyapontense*, 435 (17 de julho de 1833).

das cadeias e hospitais, acobertar os problemas. Publicados na imprensa, os relatórios também podiam informar noções de direitos diretamente ligadas a vivências dos cidadãos vítimas de arbitrariedades. Segundo um deles, a “cadeia desta cidade está pela sua má construção diametralmente oposta ao artigo 179, § 21 da nossa constituição”, o que demandava a destinação de verbas do conselho geral para a execução das medidas propostas para melhorar “a sorte dos presos”. O relatório criticava ainda a manutenção de presos por muitos anos, “sem entrarem em junta da justiça ou conselho de guerra”, ou seja, sem condenação, o que “é uma arbitrariedade manifesta e violação das leis que nos regem!”.²⁴³

Como se percebe pela menção aos conselhos de guerra, estes documentos diziam respeito também aos soldados, incluindo visitas ao calabouço e ao hospital dos militares. Eles descreviam inclusive suplícios que podiam fazer parte das vivências dos “militares criminosos” que, doentes ou feridos, eram levados ao “xadrez da enfermaria”. Segundo o relatório, a janela permanecia fechada, deixando o ambiente insalubre, o que se justificava pela facilidade que os presos tinham de se comunicarem através dela “com pessoas que lhes trazem pela janela cachaça e outras coisas que lhes possam fazer mal”²⁴⁴. Além dos relatórios, também foram encaminhadas denúncias sobre a situação dos presos, não apenas relativas às acomodações da cadeia, mas também a maus-tratos, a prolongadas prisões sem culpa formada, dentre outros abusos.²⁴⁵

Demandas como as dos soldados e oficiais inferiores contra os suplícios e as arbitrariedades dos oficiais, ou ainda, como a dos prisioneiros por respeito ao processo penal previsto na constituição e nas leis criminais, dialogavam com o que se debatia nos jornais a respeito dos direitos civis, envolvendo imprensa, autoridades e espaços de representação. Mesmo quando os interesses em promover essas denúncias fossem ligados à disputa faccional entre as elites, elas eram muito mais do que ataques pessoais a desafetos, podendo incluir a descrição dos abusos, seu enquadramento legal e

²⁴³ *Matutina Meyapontense*, 191 (18 de junho de 1831).

²⁴⁴ *Matutina Meyapontense*, 191 (18 de junho de 1831).

²⁴⁵ *Matutina Meyapontense*, 244 (20 de outubro de 1831). As próprias vítimas também podiam cobrar as autoridades, encaminhando queixas à câmara municipal. Em 1833 um homem “preso na cadeia desta cidade” de Cuiabá, chamado Pedro de Alcântara, requereu ao conselho geral da província contra o juiz de paz “acusando a infração que cometera o dito juiz aos artigos 13 e 14 da lei de 15 de outubro de 1827, e por isso estava compreendido nos artigos 160 e 161 do Código Criminal.” Ou seja, o juiz de paz não havia dado o direito ao réu, quando de sua condenação, de ter a sentença confirmada ou revogada pelo juiz criminal. Sua prisão era ilegal e, portanto, o próprio juiz de paz se fazia criminoso, por “julgar ou proceder contra lei expressa” e por impor “ao réu maior pena do que a expressa na lei” *Matutina Meyapontense*, 414 (8 de junho de 1833) [Miscelânea Cuyabanense, n. 3, 01/04/1833]

conclamações, por vezes agressivas, contra os “déspotas” que torturavam soldados ou negligenciavam a situação dos presos.

A *Matutina* comentou o impacto das denúncias relativas aos soldados na política provincial de Mato Grosso. Na edição de 21 de junho de 1831, portanto dois meses depois de noticiar o “escândalo” do açoitamento em Cuiabá, o redator chamou atenção para a “malevolência” que nascia dos desentendimentos entre o vice-presidente Gaudie Ley e o comandante das armas, Jerônimo Joaquim Nunes. Como vimos, o embate era antigo, envolvendo dentre outras questões os pagamentos seletivos e a quebra de hierarquia promovida pelo chefe militar ao dar ordens diretas a um oficial miliciano, sem o conhecimento do comandante da corporação. Segundo a *Matutina*, estavam “procurado criar descontentamentos na tropa imputando ao vice-presidente faltas de pagamentos, e destacamentos para as fronteiras e fortes da província, e procurando sublevar partidos, fomentar o espírito de desconfiança, pela mais sórdida, e vil intriga”²⁴⁶. Ou seja, segundo o periódico a tropa estavam sendo envolvida pelas disputas partidárias ao mesmo tempo em que chegavam as denúncias de arbitrariedades sofridas.

Por confundir-se com a luta faccional, a participação direta dos soldados na imprensa, parece ter sido deslegitimada como expressão vaga de “malevolência”, “descontentamento”, “desconfiança”, “intriga”, “excessos”, “ressentimento”, dentre outros termos, pois nem todos os soldados e oficiais inferiores manejavam o vocabulário tido por adequado ou articulavam discursos politicamente aceitáveis para o periódico e para uma parcela de seus correspondentes. Como demonstrado, as duas denúncias mais impactantes de abusos de oficiais foram redigidas não por soldados, mas por um oficial inferior de milícias que atuava como tabelião e por um leitor que se utilizava de pseudônimo, mas que demonstrava conhecimento jurídico e afirmava já ter acompanhado um julgamento em Portugal. A linguagem dos soldados não necessariamente era a mesma daqueles que escreviam na imprensa em defesa dos seus direitos.

Foi também logo depois dos textos sobre o “escândalo” do suplício de um soldado em Cuiabá – entre maio e junho de 1831 - que a *Matutina* publicou avisos de que não aceitaria correspondências vindas da província de Mato Grosso com teor grosseiro, mencionando cartas que já haviam sido recebidas de figuras que apresentavam os seguintes pseudônimos: “Capitão Muchacho”, “Masca Pregos”, “O que tem sonhos

²⁴⁶ *Matutina Meyapontense*, 192 (21 de junho de 1831 [consta 28 de junho por erro tipográfico]).

adequados”, “O Tambor-Mor”, “Hum Cuiabano” e “Hum militar desesperado”²⁴⁷. É possível que o primeiro deles não fosse um *nom de plume*, mas uma assinatura, pois capitão Muchacho era o nome que identificava um líder guaicuru que fora o principal aliado brasileiro na guerra contra os rebeldes de seu povo²⁴⁸. Mas o que importa notar é a presença dos nomes “O Tambor-Mor” e “Hum militar desesperado” dentre os que assinavam cartas impróprias. Quanto a este último pseudônimo, a *Matutina* anunciou que

[...] ainda que ela use de expressões grosseiras e bem impróprias de um homem educado, a publicaremos por conter queixas contra abuso de poder e arbitrariedades praticadas contra a tropa de 1ª linha pelo atual vice-presidente o Sr. Gaudie; responsabilizando-se seu autor pelo abuso que contiver na forma da lei de 20 de setembro de 1830, por isso que nela só vimos o reconhecimento da assinatura que segundo a lei não é bastante.²⁴⁹

Apesar do anúncio de que publicaria essas “queixas” (acompanhado pelo aviso legal sobre as consequências do abuso da liberdade de imprensa), a *Matutina* não incluiu nenhuma correspondência assinada por “Hum militar desesperado” nas edições subsequentes. O que se sabe é que houve ao menos uma e talvez outras denúncias de arbitrariedades no uso da força contra soldados e oficiais inferiores que eram inadequadas por sua linguagem, valores ou para a orientação política do periódico. Sem dúvida havia demanda por debate público mais amplo, mas que nem sempre encontrou espaço no jornal. Considerando-se o silêncio posterior sobre o despotismo dos comandantes da fronteira oeste, que não voltou a aparecer explicitamente nas páginas do periódico, pode tratar-se de uma mudança permanente de critérios editoriais, dado que a *Matutina* já havia publicado até mesmo uma correspondência incitando o enforcamento de um comandante, acompanhada por uma declaração, em nome do periódico, de “ódio, e eterno desprezo a todos os patifes e vis escravos que amam o Absolutismo”.²⁵⁰

²⁴⁷ *Matutina Meyapontense*: “Capitão Muchacho”, “Masca Pregos” e “O que tem sonhos adequados” (n. 181, 27 de maio de 1831); “O Tambor-Mor”, “Hum Cuiabano” e “Hum militar desesperado” (n. 189, 14 de junho de 1831)

²⁴⁸ Independentemente da autoria, parece evidente que era no mínimo uma referência ao líder indígena. O nome deste capitão guaicuru aparece numa relação como sendo José de Seabra Miz., porém em todo o restante da correspondência da guerra guaicuru é somente a denominação capitão Muchacho que aparece. A assinatura na correspondência não publicada não significa necessariamente que a carta fosse dele, mas não é impossível que fosse, pois ele era uma liderança que se relacionava constantemente com comandantes e demais militares em razão do “método mais político que guerreiro” que definia a “pacificação” dos guaicurus. Analfabeto, mas falante de português, ele se relacionava com pessoas que sabiam escrever e que mantinham contato com Cuiabá, havendo inclusive cartas oficiais endereçadas de Cuiabá para ele, para serem lidas por oficiais militares.

²⁴⁹ *Matutina Meyapontense*. 189 (14 de junho de 1831)

²⁵⁰ *Matutina Meyapontense*, 105 (30 de novembro de 1830). Sobre a política editorial da *Matutina* para Mato Grosso às vésperas da Rusga, ver o próximo capítulo.

Entre fevereiro e março de 1831, ou seja, no período em que foram redigidas em Mato Grosso as narrativas sobre os abusos do comendador Machado e também as cartas com linguagem inadequada, mobilizações armadas eclodiram e foram vitoriosas em três guarnições da fronteira oeste, sem que qualquer menção a elas chegasse às páginas do jornal. Ou seja, no início daquele ano, os abusos contra os militares foram assunto tanto do debate público, numa linguagem doutrinariamente liberal, quanto das reivindicações feitas com armas nas mãos, nas quais os protagonistas desta luta definiam suas demandas em seus próprios termos, ainda que em diálogo com as noções liberais de direito. Num contexto marcado pela oposição entre autoridades civis e oficialato, pela expressão pública da demanda de direitos civis e por tentativas de envolver os soldados nas disputas faccionais cuiabanas, os rebeldes encontraram um ambiente propício para derrubar, num período de pouco mais de um mês, três daqueles “déspotas” que inspiravam temor até mesmo nos dirigentes civis cuiabanos. No último desses casos, o governo provincial aprovou na prática a “sublevação” dos soldados e oficiais inferiores, encaminhando criminalmente apenas suas acusações contra o comandante e se recusando a proceder contra os “cabeças” por estes denunciados. Ainda que as explicações para essas mobilizações estejam, acima de tudo, na trajetória de luta e resistência dos soldados e dos oficiais inferiores das guarnições de fronteira, os indícios a respeito da integração desses setores à disputa pela opinião pública permitem perceber que eles não estavam totalmente alheios a um momento político francamente favorável ao arriscado embate contra seus comandantes.

A revolta do Forte do Príncipe

Dentre os quinze episódios de mobilização armada de soldados e oficiais inferiores conhecidos entre 1822 e 1832, seis ocorreram no ano de 1831. Antes delas, houve tentativas em 1822 (Coimbra e Vila Maria), 1823 (Miranda) e 1825 (novamente em Miranda) que, como vimos, foram reprimidas antes que de fato eclodissem; além de duas revoltas bem-sucedidas em 1829 (Albuquerque e Casalvasco) sobre as quais existem poucas informações. O que se sabe sobre essas duas primeiras vitórias dos militares subalternos é que se tratava de revoltas que tinham como objetivo a destituição de comandantes, com a exigência de sua substituição. Perfil diverso teriam as mobilizações posteriores à sedição de 7 de dezembro de 1831, tanto por politizarem abertamente a identidade nacional, colocando-se contra os comandantes por serem “adotivos”, quanto por incluírem reivindicações relativas ao recebimento de soldos, etapes e fardamentos

atrasados. Em 1831, tudo indica que a questão central que se colocava era a das arbitrariedades dos comandantes, cuja destituição foi realizada com sucesso em três pontos da fronteira entre fevereiro e março.

A primeira revolta deste ano eclodiu a 13 de fevereiro, dez dias depois do suplício do soldado em Cuiabá pelo comendador Machado. A mobilização ocorreu em Casalvasco, guarnição que servia para o controle da entrada e saída de pessoas e de mercadorias pela fronteira boliviana. No dia 26 era a vez do Forte Coimbra, principal fortificação da fronteira paraguaia. Em março, outra “sublevação” ocorreu no Forte do Príncipe da Beira, a mais distante povoação da província. Apesar de quase simultâneos, esses episódios não necessariamente tiveram a mesma motivação imediata²⁵¹, mas ocorreram num momento em que o debate público era francamente hostil ao despotismo dos comandantes.

A revolta que acabou por ser legitimada pelo governo e que é a melhor documentada de todo o período abordado na investigação, ocorreu a 20 de março no Forte do Príncipe da Beira, mencionado em correspondências na *Matutina* como um lugar para o qual os cuiabanos temiam ser destacados.²⁵² Localizado no rio Guaporé, no atual Estado de Rondônia, ele contava em 1831 com uma população de 400 paisanos, mais a guarnição. O núcleo ficava numa área distinta daquela onde ocorreram quase todas as mobilizações armadas até então. Como vimos em outro momento, a fronteira paraguaia fora foco de tensões na fronteira externa e na “pacificação” indígena durante o Primeiro Reinado, sendo alguns de seus fortes cercados por grandes aldeamentos guanás, em frequente sobressalto em razão das incursões guaicurús no Paraguai. O Forte do Príncipe tinha características distintas dos outros, com menor população indígena incorporada e com uma relação menos intensa e menos conflituosa com a fronteira externa; o núcleo estava numa situação mais estável, mas sem deixar de sofrer com a precariedade, com a carestia e com as doenças.

Quanto ao histórico da relação entre soldados e oficiais, o forte tinha uma trajetória excepcional: não havia passado por nenhuma mobilização armada e seu ex-comandante, falecido pouco antes da revolta, não fora alvo de denúncias nominais ou de tentativa de

²⁵¹ Na verdade, a única sobre a qual foi encontrada documentação detalhada, que será analisada a seguir, eclodiu em reação a arbitrariedades cometidas na própria guarnição. Por não haver decorrido o tempo então necessário para uma viagem entre as localidades, é certo que a de Casalvasco não ocorreu sob impacto do “escândalo” de Cuiabá e que a do Forte Coimbra não teve relação com a de Casalvasco.

²⁵² Por exemplo, Gaudie Ley foi acusado de ameaçar “os militares com o Forte do Príncipe”. *Matutina Meyapontense*, 112, 16 de dezembro de 1830.

destituição. O sargento-mor José Francisco da Cunha não era um militar de carreira, mas um oficial de milícias com mais de 70 anos de idade, “homem de cor”, que assumiu pela primeira vez o comando da guarnição em 1824²⁵³. Em 1830 ele vinha pedindo para deixar o comando e o destacamento, sem ser atendido. É o que se percebe numa correspondência da *Matutina* em que um leitor, defensor do governo de Gaudie Ley, relatava o que supostamente ouvira de um grupo de militares ao visitar uma casa de bilhar em Cuiabá:

[...] dirigi-me à dita casa, se bem que receoso, por já saber que tais haviam que ali celebravam orgias escandalosas. Entrando no salão do jogo vi muitas pessoas e notei que quase todas falavam ao mesmo tempo, com certa terminologia e algazarra que me foi impossível entendê-los; era noite e apesar da sebosa iluminação pude ocultar-me por de trás de uma das portas do salão para observar qual era o objeto da discussão, e confesso que já amaldiçoava a minha curiosidade quando vejo entrar um senhor de bigodes, talvez sargento-mor, homem seco de corpo, com um só dente na frente, clamando suspenda-se amigos e camaradas, interrompa-se por um instante vossos divertimentos e daí atenção ao que vos vou dizer: sabeis que o comandante do Forte do Príncipe, alegando ser miliciano e ter mais de 70 anos de idade, pede ao vice-presidente rendimento, dizendo que havendo tropa e oficiais de 1ª linha era injustiça conservar-se um miliciano velho há mais de seis anos fora de casa. Semelhante miliciano talvez seja atendido pelo vice-presidente, e sendo, que futuro calamitoso nos espera! Com que mágoa não deixaremos nós esta casa, estas caçadas e divertimentos! Ah! Meus camaradas! A coisa não está boa, eu me fio cá em... Não, não, respondeu logo outro com voz de chorão, estamos perdidos, e perdidos, se o vice-presidente entender que o miliciano tem razão²⁵⁴

O texto, assinado por “O cidadão de Cuiabá”, sugeria que o fim do comando do velho miliciano no forte do Príncipe implicava o fim das “caçadas e divertimentos” dos soldados. Portanto, não era como déspota que ele era mencionado, havendo um sentido de crítica à condescendência com a indisciplina da tropa ou, no mínimo, de uma relação entre seu comando e a presença de soldados ociosos em Cuiabá. Contudo, a crítica mais evidente era aos próprios soldados e demais frequentadores da casa de bilhar, numa cidade com “uma numerosa população desempregada e ociosa”, onde “experimentam as famílias e os costumes um terrível dano, aquelas vítimas das soltas línguas, são o escolhido objeto em certas bem conhecidas palestras, entretanto que os costumes se depravam pelos deboches e quase generalizada libertinagem”²⁵⁵. Ao mesmo tempo, a crítica se dirigia mais especificamente aos soldados da guarnição do quartel da Legião de

²⁵³ Emmanuel De Almeida FARIAS JÚNIOR. “Negros do Guaporé o sistema escravista e as territorialidades específicas”. *RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais*. Campinas: UNICAMP. v. 5, n. 2 (2011)

²⁵⁴ *Matutina Meyapontense*, 61 (19 de agosto de 1830)

²⁵⁵ *Matutina Meyapontense*, 61, 19 de agosto de 1830

Linha, que estariam promovendo “caçoadas” por estarem ociosos em Cuiabá. Na narrativa percebe-se que tanto o bilhar quanto as “soltas línguas” faziam parte da descrição da sociabilidade dos soldados, que segundo o correspondente depois retomaram

[...] a conversa sobre a vida de vários, ali se fizeram inventários dos haveres deste, e daquele; não se perdoou a honra, e nem se respeitou ao decoro: certas maneiras arrebatadas; certo modo de pouco caso; um ar de quem tudo despreza, de [quem] nada receia; certos ditos picantes, e que se referiam a um caso qualquer de merecimento para eles; palavras enfáticas, e até mesmo que ofendiam a honestidade faziam o recreio desta casa, e se bem que ali muitas vezes se achem também pessoas bem criadas, e morigeradas, nem por isso deixa de ser esta casa muito funesta aos Jovens Cuiabanos²⁵⁶

Portanto, para além de indicar a existência de relações amistosas entre o comando e a tropa no Forte do Príncipe da Beira, a carta traz elementos para se compreender certos estigmas a respeito dos soldados e práticas e sociabilidades com as quais eram identificados.

Em 1832 o redator voltou a mencionar a guarnição, afirmando ter recebido “uma carta escrita no Forte do Príncipe, que a ser verdadeira é um escândalo da humanidade”. Apenas um trecho da carta foi mencionado, “visto que não somos autorizados a publicá-la”. Talvez se tratasse de uma narrativa sobre a mobilização de 20 de março de 1831, mas o tema do trecho transcrito pelo jornal era a precariedade vivida pelos militares, concluindo com uma exaltação dos soldados do forte como “vigias e sentinelas desta importante fronteira do Império”.²⁵⁷

A mobilização não foi narrada na imprensa, mas os rebeldes deixaram registrados, em detalhes, seus argumentos. Enviado ao governador das armas, um documento assinado por 91 soldados e oficiais inferiores expunha em doze “capítulos” as razões para a destituição e prisão do comandante, o alferes do Estado Maior do Exército Antonio José da Silva Negrão, que tinha acabado de chegar à província, vindo da Corte²⁵⁸. O documento foi encaminhado pelo capitão de milícias Floriano José de Oliveira, que foi aclamado comandante pelos rebeldes. Ele era filho do ex-comandante José Francisco da Cunha e já havia assumido a frente da guarnição interinamente entre o falecimento do pai e a chegada do alferes Negrão. Segundo o capitão Oliveira, “no dia 20 de março pelas nove horas” ocorreu

²⁵⁶ *Matutina Meyapontense*, 61 (19 de agosto de 1830)

²⁵⁷ *Matutina Meyapontense*, 350 (14 de julho de 1832)

²⁵⁸ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831 Pouco se sabe sobre o alferes Negrão. Ao que parece ele chegou à província pouco antes da revolta e nela permaneceu exercendo a carreira militar até pelo menos meados do século. Não foram encontradas evidências conclusivas sobre seu local de nascimento. Caso fosse “adotivo” o argumento não foi utilizado pelos rebeldes para depô-lo.

[...] uma sublevação na guarnição e povo deste forte contra o comandante [...] que despejou-se imediatamente deste comando que eles o não queriam, e que para eu livrar-lhe de perder a vida fiz quase perder a minha que foi-me preciso pedir-lhes de joelho que o não matassem, e o mesmo ex-Comandante entregou-me a chave deste Governo e eu aceitei a bem do Imperial Serviço²⁵⁹

O comandante interino informou ainda sobre os pequenos prejuízos materiais, relativos a munições usadas pelos rebeldes, provavelmente em salvas de tiros, pois não parece ter havido confronto armado. Por fim, concluiu dizendo que “sobre o ex-comandante [...] tudo quanto dizem no [sic] nós abaixo assinado é verdade” e, quanto aos rebeldes, que “cabeças não achei porque toda a tropa se reuniram [sic] eu mesmo ando com eles com muito gosto porque temo que formem outra sublevação”.²⁶⁰

A representação era dirigida ao governador das armas, em nome da “tropa de 1ª e 2ª linha e mais povos pertencentes ao Forte do Príncipe da Beira abaixo assinados”. Dentre os 91 signatários, 41 escreveram os próprios nomes e 50 assinaram com sinal em “X” por serem analfabetos. Representaram três sargentos, dois furriéis, oito cabos, quatro anspeçadas, um cadete, e setenta e três homens sem indicação de patente, provavelmente na maioria soldados, sendo provável a presença de paisanos, pois a sublevação fora feita também em nome dos “mais povos” daquele forte. Apenas um dos 50 que não escreveram o próprio nome era oficial inferior, no caso, um anspeçada.

Segundo os rebeldes, tendo se apresentado

[...] nesta fortaleza o alferes do Estado Maior do Exército Antonio José da Silva Negrão para Comandante dela nomeado pelo Exmo. Governo este tomando conta do Comando deu princípio a vexar não só ao Povo como à Tropa e porque temos claro conhecimento de que V.Ex. não o enviou para maltratar-nos mas sim para cumprir com seus deveres segundo a Lei, e porque a mente de V. Ex. não é essa e é bem clara e conhecida por toda a Tropa e Povo ser reta a Justiça de V. Ex. nos anunciamos a levar a Alta Presença de V. Ex. os Capítulos seguintes²⁶¹

A revolta não enunciava seus propósitos como demanda por transformação, mas como reação às arbitrariedades de Negrão. O primeiro capítulo tratava de um desses episódios:

O dito ex-Comandante se fez réu adúltero tendo prendido ao soldado da 1ª linha Luís Pereira Murissi para poder então ir à casa da mulher do suplicante contra o direito fazendo uma tão grande violência e servindo-

²⁵⁹ AN IG1 228 (documento sem assinatura e data, mas claramente escrito por Floriano José de Oliveira, anexo a “Gaudie Ley ao Visconde de Goiana, 6 de junho de 1831”)

²⁶⁰ AN IG1 228 (documento sem assinatura e data, mas claramente escrito por Floriano José de Oliveira, anexo a “Gaudie Ley ao Visconde de Goiana, 6 de junho de 1831”)

²⁶¹ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831

se do seu Emprego para conseguir semelhante objeto causa tão recomendável no Artigo 28 do Regulamento.²⁶²

O Regulamento em questão eram os Artigos de Guerra do Conde de Lippe, lei relativa à disciplina das tropas. Portanto, a legitimidade da revolta evocava um artigo da legislação militar herdada do século XVIII relativo ao uso do emprego para obter vantagens pessoais.

Dentre os doze capítulos redigidos pelos rebeldes, cinco diziam respeito ao abuso de poder com relação a mulheres que eram casadas com soldados, mas que estavam sendo forçadas ao concubinato com o comandante; quatro tratavam de ameaças ou de posturas ameaçadoras do alferes Negrão; três denunciavam abusos relativos aos castigos físicos; dois continham demandas econômicas dos militares subalternos; e dois tratavam da discriminação com relação aos soldados segundo seu corpo militar ou sua origem. Eram ainda mencionados um caso de manipulação da justiça (o comandante teria forçado um soldado a assinar uma denúncia contra outro) e uma suspeita relativa à pompa com que fora recebido um comerciante naquele forte.

Tema mais presente nos capítulos, o abuso de poder contra as esposas dos soldados relacionava-se diretamente com a perseguição a militares específicos, com a finalidade de impedir que defendessem as mulheres, ou ainda de que estas aceitassem suas investidas em troca do fim dos suplícios dos maridos. Quatro soldados eram mencionados como tendo sido perseguidos com o objetivo de coagir mulheres ao concubinato, procedimento que era apresentado como corriqueiro para o oficial. Murissi, mencionado no primeiro capítulo da representação como sendo um desses soldados, ao ser libertado do calabouço, após os suplícios, teria agradecido “a soltura ao comandante”, ao que “este mandou que fosse agradecer a uma mulher de um soldado da 1ª linha que se achava na casa do mesmo comandante em qualidade de concubina, a quem disse o mesmo comandante que devia o dito soldado a soltura”. No caso da coação para que se fizesse uma denúncia falsa, a motivação se relacionava à pretensão de acumular mais um concubinato. Num capítulo que aborda sua postura intimidadora, novamente a questão é colocada, sendo o comandante acusado de sair “de noite a conduzir mulheres casadas para o quartel da sua residência, e [que] para o fazer destacava seus maridos ou dentro da fortaleza ou na ronda do [rio] Itonamas: estes e outros motivos fazia o povo viver na maior vexação.”²⁶³

²⁶² APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831 O artigo 28 previa que “todo o oficial de qualquer graduação que seja que se valer do seu emprego para tirar qualquer lucro, por qualquer maneira que seja e de que não se puder inteiramente verificar a legalidade, será infalivelmente expulso”

²⁶³ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831

A questão das relações ilícitas também esteve presente no escândalo do suplício de um soldado em Cuiabá relatado em outro momento, quando o comandante da Legião de Linha, Valério José Machado teria ordenado um castigo quase mortal a um soldado por ter uma “meretriz” suplicado a intervenção de sua “amasia”, termo que era sinônimo de “concubina”²⁶⁴. Contudo, as denúncias ao alferes Negrão eram particularmente graves, pois se referiam à pretensão de ter mais e mais mulheres sob coação, para o que coagia também aos soldados.

As punições arbitrárias, presentes em três capítulos, eram repudiadas por não seguirem as normas então vigentes, por serem executadas com excessos, pelas motivações vis do comandante e por seu hábito, contra o regulamento, de punir pessoalmente os soldados. Os capítulos reconheciam legitimidade nos castigos físicos previstos na lei, lembrando que era prescrito que eles ocorressem “dentro das Praças d’Armas segundo o que tem praticado os comandantes antecessores”, mas que o alferes Negrão teria mandado “tirar do calabouço” a um soldado,

[...] e sendo este conduzido por quatro soldados, e um inferior para seu Quartel se formou o quadrado e a vista de imenso povo foi o suplicante castigado com 118 chicotadas, cuja culpa foi por dar um pequeno impuxão em um soldado da 1ª Linha João de Oliveira Cardoso estando em Armas, em ocasião que o dito ex-comandante tinha mandado tocar um rebate que é bem constante que o dito ex-comandante fez este castigo por tratar amizade com a mulher do Soldado da 1ª Linha André de Almeida Pessoa e ter desconfiança que o dito soldado pedestre trataria com a referida mulher do suplicante a mesma amizade.²⁶⁵

Outro caso de castigo arbitrário narrado diz respeito à “roda de pau”, forma de espancamento coletivo sob o comando de um oficial que aparece em outros relatos, inclusive na repressão à Rusga. A prática abusiva foi usada contra o soldado Murissi, o mesmo que foi preso para que o comandante se dirigisse à sua casa para fazer “uma tão grande violência” contra sua esposa. A “roda de pau” teria sido usada, neste caso, para obrigar a este e a outros “soldados da 1ª linha a irem nos serviços das roças”, sendo que havia sido ordenado aos comandantes não persistirem forçando esses militares a exercerem tal função. Trata-se, portanto, também de uma demanda relativa ao trabalho e à vida econômica, tema que é destacado em outro capítulo, que afirma que o comandante os teria privado “de todos os recursos e meios de procurarmos o sustento necessário para a vida e estarmos prontos ao serviço de Sua Majestade Imperial”. Ao que parece, tratava-

²⁶⁴ Matutina Meyapontense, 161 (9 de abril de 1831)

²⁶⁵ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831

se da proibição da pesca, pois argumentava-se que “o que mantém a este povo é o rio, fazendo suas montarias por não haver neste lugar açougue algum que o peixe”. Num tom que reafirmava a lealdade da tropa, os rebeldes lamentavam a “desolação em que se acha esta fortaleza e ter sempre falta de todo o preciso para fornecimento da tropa e nem a cidade de Mato Grosso dar as necessárias providências contudo sempre esta miserável tropa se acharia pronta a todo e qualquer serviço.”²⁶⁶

Além dos abusos propriamente ditos, os capítulos mencionam a postura ameaçadora do comandante e seu apreço pelo exercício da força. O ex-comandante por vezes na presença ou frente da tropa se apresentava portando, além da espada que fazia parte do uniforme, “uma faca de ponta cabo de prata, como em desafio ou ameaça à tropa, caso este nunca visto e por toda a guarnição e povo ignorado.” Ao intimidar os subordinados, o comandante teria também uma postura de superioridade, colocando-se acima de qualquer outra autoridade, inclusive da lei. Segundo os rebeldes,

[...] todo o povo se achava temeroso com as insolências feitas pelo dito ex-comandante porquanto não obrava como comandante, mas sim como um homem superior a todos, e que as suas ações eram livres, e não tinha a quem prestar contas, como se fosse Senhor absoluto.

O alferes foi também acusado de “castigar com suas mãos próprias” ao invés de usar os “ferros, preções, e mais paus” prescritos pela lei militar, dando “duas bofetadas no tambor da 2ª linha Manoel Pereira, caso raro!”²⁶⁷ Tratava-se de um comandante cujas práticas eram denunciadas como intoleráveis em vários sentidos, incluindo a postura de desprezo e de intimidação diante dos soldados.

Por fim, dois pontos devem ser destacados nos capítulos por atestarem para a importância de estigmas coletivos, presentes também em outras fontes analisadas até aqui, relativos aos soldados da Legião de Linha e aos baianos que pertenceram ao extinto batalhão de Periquitos. Segundo os rebeldes, desde que chegou ao forte e tomou “conhecimento dos soldados da 1ª linha naturais da Bahia”, o ex-comandante “disse clara e publicamente que os havia acabar porquanto tinha gravado em sua memória tudo quanto tinham feito os Baianos aos Europeus”. Esta perseguição aos baianos era reprovada “pois segundo o que consta estes homens quando essas ações praticaram foi em defesa da Pátria, e da Coroa do Soberano, e não é lícito aos superiores vingarem-se dos súditos em serviço do Soberano”. Até 1831, ano da revolta no Forte do Príncipe da Beira, a polarização

²⁶⁶ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831

²⁶⁷ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831

identitária entre brasileiros e portugueses havia sido uma questão secundária na política de Mato Grosso, sendo incitado o ódio ou a desconfiança com relação a portugueses e “adotivos” em alguns pequenos tumultos e em algumas cartas na imprensa. Contudo, na Bahia esta polarização era extremamente conflituosa desde a guerra de Independência e o batalhão de Periquitos foi, como vimos em outro momento, protagonista desses conflitos²⁶⁸.

Em Mato Grosso havia no mínimo oito homens que haviam pertencido ao batalhão de Periquitos, mas não foi possível acompanhar suas trajetórias dentro dos corpos militares (data de chegada à província, incorporação aos diferentes corpos, eventuais promoções ou baixas, etc.) porque os dados são esparsos. Sabe-se apenas que alguns deles voltaram a ser identificados como “revoltosos” (um na imprensa, outros quatro quando da repressão à Rusga) e que esta fama os relacionava à Legião de Linha até sua extinção, em 1832. Nesse sentido, chama a atenção que o ex-comandante buscasse a lealdade em soldados do corpo de pedestres, que era o mais numeroso corpo regular da província, adotando uma postura de enfrentamento com relação aos demais subordinados. Atitude que - ao lado de outras, como a de receber um negociante com pompas oficiais geralmente reservadas a agentes diplomáticos - gerara tão grande “suspeição” que deu início à “sublevação”²⁶⁹. Segundo os signatários, no dia anterior à prisão do comandante e à redação do documento, o alferes Negrão havia colocado

[...] para fora da Fortaleza aos soldados da 1ª e 2ª linha deixando dentro da Fortaleza unicamente aos Pedestres aos quais armou-os com 6 cartuxos embalados e uma arma latoada a cada um e reforçando a guarda principal, motivo grande este de suspeição na Tropa e Povo, porquanto ignoravam qual seria a circunstância que obrigaria a tal obrar, e no mesmo dia mandou aprontar 30 cartuxos de peça de artilharia dos quais 15 foram embalados e 15 de pólvora solta, e 5 metralhas de artilharia, e esta ação foi o motivo da reunião da Tropa e Povo a deporem ao dito ex-comandante do comando deste Forte, caso este nesta fortaleza nunca acontecido.²⁷⁰

A afirmação de que a deposição era inédita “nesta fortaleza” parece condizer com a realidade. Ao contrário da fronteira paraguaia e de outra área da fronteira boliviana, que englobava Casalvasco e a cidade de Mato Grosso, o forte havia permanecido imune às mobilizações de soldados e oficiais inferiores até então. Percebe-se, portanto, que existem ao menos duas linhas de corte independentes relativas à criação de vínculos de

²⁶⁸ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831. Uma análise da politização da identidade nacional brasileira a partir da experiência dos baianos do batalhão de Periquitos em Goiás e Mato Grosso será feita adiante.

²⁶⁹ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831

²⁷⁰ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831

solidariedade entre os soldados, uma ligada ao local do destacamento (onde uma população permanente de paisanos mantinha uma vivência comum com os militares), outra ligada ao corpo militar.

Quanto à primeira linha de corte, a das guarnições, lembremos que o forte havia sido comandado por um oficial de milícias (e não por um membro do Estado Maior do Exército, como o alferes Negrão) por ao menos seis anos, sendo que o sargento-mor José Francisco da Cunha assumira o comando da guarnição em 1824²⁷¹. Ainda que a miséria e a precariedade fossem problemas muito graves, os capítulos permitem perceber que antes da morte do miliciano era possível pescar e contar com a dispensa do trabalho na “roça da nação”. Ou seja, havia margem para alguma autonomia dos soldados, que a rigor seriam estritamente dependentes dos pagamentos e dos mantimentos fornecidos pelo Estado.

Tudo indica que a revolta foi motivada pelo rompimento de uma relação até então sustentada num vínculo pessoal com o antigo comandante. Assim como outros oficiais, ele também se utilizava de pranchadas para castigar os soldados, como afirmavam os rebeldes sem qualquer reprovação à prática. Utilizava, inclusive, com bastante frequência – em excesso, segundo uma denúncia na Matutina - as correntes e os grilhões. A representação não tratava de uma luta contra os suplícios previstos em leis do século anterior, mas sim do respeito ao que estas leis militares, ainda vigentes, determinavam e a costumes estabelecidos na guarnição. Tampouco o vocabulário é expressamente liberal. Palavras como “cidadão”, “constituição”, “liberal” ou “liberalismo” não foram utilizadas, ao passo que o termo “súditos” aparece em três dos doze capítulos.

Os soldados e oficiais inferiores tomaram todos os cuidados para que seu ato fosse legitimado, o que de fato ocorreu. O vice-presidente da província remeteu os capítulos, dentre outros documentos sobre o caso, ao ministro dos negócios do Império. Gaudie Ley afirmava que o alferes Negrão havia sido nomeado pelo comandante das armas poucos dias depois de ter chegado de uma “comissão em que tinha ido à Corte”. Segundo o vice-presidente, o comandante não tinha cumprido nem mesmo o dever de comunicar a chegada e a posse na guarnição. Por “seu modo de proceder”, ele “deu motivo” para que ocorresse uma “sublevação na guarnição e povo do mesmo forte”, acabando por ser forçado “a ceder do Comando e a retirar-se para o destacamento das pedras e deste lugar

²⁷¹ Emmanuel De Almeida FARIAS JÚNIOR. “Negros do Guaporé o sistema escravista e as territorialidades específicas”. *RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais*. Campinas: UNICAMP. v. 5, n. 2 (2011)

para a Cidade de Mato Grosso”. O caso chegou ao conselho de governo, onde se resolveu que o alferes Negrão “fosse recolhido para esta Cidade afim de responder a um Conselho de Guerra, os fatos de que é arguido, nomeando-se um novo comandante para o sobredito Forte”. O ex-comandante havia dado parte ao governo “sobre os motivos que ocorreram para sua deposição apresentando os cabeças, todavia levando-a em Conselho e não sendo assaz convincentes as suas razões” as alegações foram encaminhadas para o “arquivo desta secretaria para com a sua chegada pesquisar-se sobre o objeto, ou para aliás lhe servir de defesa”.²⁷²

A deposição de um comandante havia de tal forma se mostrado legítima que não se procedeu contra os soldados e oficiais inferiores. Isso não impediu, porém, que os nomes de alguns dos envolvidos fossem incluídos numa “Relação dos indivíduos que mais têm figurado nas sedições do forte do Príncipe, de 1831 a 1836”, elaborada após a Rusga, certamente para organizar a repressão depois da perda de controle sobre a fronteira oeste²⁷³. Dentre os listados estava também o alferes Negrão, que continuou comandando soldados na fronteira, sendo depois promovido a capitão²⁷⁴. Na lista, o Floriano José de Oliveira, filho do antigo comandante e que assumiu o forte em consequência da revolta, aparece como tendo sido deposto em outra ocasião. Estanislau José do Espírito Santo, também signatário do documento de 1831, tem ao lado de seu nome a palavra “periquito”, mesmo mais de uma década depois do fim do corpo militar baiano e quatro anos depois de extinta a Legião de Linha, identificada com os rebeldes baianos. Apenas um dos “indivíduos que mais têm figurado nas sedições do forte do Príncipe” em 1836 não havia participado da “sublevação” de 20 de março de 1831, tratando-se de um “degredado”. Os outros listados eram descritos como quatro soldados, um paisano e um corneta.²⁷⁵

A revolta foi vitoriosa no sentido de ver reconhecida sua legitimidade na decisão de não se proceder contra os soldados e oficiais inferiores que, ao prenderem um comandante, haviam cometido um crime militar. Sua ilegalidade, porém, a colocaria rapidamente como exemplo de um espírito revoltoso irracional que caracterizaria os

²⁷² “Gaudie Ley ao Visconde de Goiana, 6 de junho de 1831”

²⁷³ “Relação dos indivíduos que mais têm figurado nas sedições do forte do Príncipe, de 1831 a 1836”. APMT. Avulsos Forte do Príncipe (1823-1837), 1836. Sobre a Rusga e a respeito da situação das tropas após 1832, ver o próximo capítulo.

²⁷⁴ O capitão Antonio José da Silva Negrão aparece num processo de 1845, acusado por um depoente de ser responsável pelo desaparecimento de pertences do naturalista estrangeiro Francis Castelneau que ficaram sob sua guarda no quartel de polícia, pois uma escrava sua teria sido vista vendendo parte dos bens roubados. Divino Marcos De SENA. *Camaradas: Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFGD, 2010.P. 153-154.

²⁷⁵ “Relação dos indivíduos que mais têm figurado nas sedições do forte do Príncipe, de 1831 a 1836”. APMT. Avulsos Forte do Príncipe (1823-1837), 1836.

soldados da Legião de Linha. Quando o fim deste corpo militar foi decidido, dentre os “atos de rebelião” que lhe foram atribuídos estavam as tentativas de sedição ocorridas entre 1822 e 1825 na fronteira paraguaia, as revoltas contra os comandantes de Albuquerque e Casalvasco em 1829, as três mobilizações praticamente simultâneas de fevereiro e março de 1831, a sedição de 7 de dezembro deste ano e algumas das agitações e propagações de boatos em Cuiabá e revoltas nas guarnições de fronteira em 1832, incluindo uma nova tentativa no forte do Príncipe.

A documentação encontrada sobre essas mobilizações é bastante desigual, havendo casos em que a única informação é a de que houvera uma tentativa de destituição, sem qualquer detalhe. A revolta ocorrida no Forte do Príncipe da Beira em março de 1831 certamente não representa algo como um caso típico, sendo um episódio com características certamente bastante diversas de mobilizações ocorridas em fortificações da fronteira paraguaia, por exemplo. Naquela área, as revoltas conhecidas com mais detalhe ocorreram em 1823 (a tentativa de Miranda, analisada em outro momento) e em 1832 (uma das sedições que motivaram a extinção da Legião de Linha). As relações políticas entre comandantes e soldados parecem ter sido distintas numa área da fronteira instável, densamente povoada por indígenas aliados e na qual os soldados frequentemente entravam em combate. A começar pelo fato de que havia rotatividade e em certos momentos uma disputa pelos comandos, enquanto o miliciano que comandava o Forte do Príncipe da Beira pedia insistentemente para que se nomeasse um substituto. Coimbra e Miranda eram muito mais próximos de Cuiabá (e também de São Paulo pela rota monçoeira) e articulavam redes de trocas lícitas e ilícitas que envolviam diferentes povos indígenas e cidadãos brasileiros e paraguaios.

A estabilidade do Forte do Príncipe até a nomeação do alferes Negrão talvez se deva, ao menos em parte, à própria perda de relevância do vale do Guaporé para as tensões geopolíticas na fronteira. A Bolívia preocupava em razão dos refugiados, mas estes se concentravam em Casalvasco e na cidade de Mato Grosso e não no forte do Príncipe. Alguns dos destacamentos do Guaporé, ao norte da cidade de Mato Grosso, vinham sendo abandonados desde o início do século. Não havia o mesmo dinamismo mercantil do Pantanal e os homens que dirigiam a organização militar do Império e da província conheciam os estudos que diziam ser a defesa do Guaporé muito menos problemática que a do vale do Paraguai, requerendo menos homens e recursos. A guarnição diminuía no início do século e a população de “paisanos” havia decrescido consideravelmente desde então, passando de 637 para 438 habitantes entre 1794 e 1818. Decréscimo relacionado à

carestia, a doenças, mas também à perda de centralidade geopolítica do vale do Guaporé, área que havia sido povoada graças a incentivos estatais²⁷⁶. Era ao mesmo tempo o forte mais temido pelos homens recrutáveis de Cuiabá, e um espaço onde soldados e paisanos viviam um cotidiano duro, mas relativamente estável, acomodando-se a uma relação “paternalista” que teve longo tempo para amadurecer.

Apenas alguns meses antes da sedição que pediria a demissão de todos os “adotivos”, o ódio nacional aparece na perseguição do comandante aos periquitos, por ter “gravado em sua memória tudo quanto tinham feito os baianos aos europeus”. Sem que os rebeldes assumissem um discurso de politização do local de nascimento, a crítica não deixava de envolver determinada leitura do passado dos militares baianos como “defesa da Pátria e da Coroa do Soberano”. Além disso, argumentavam que não era lícito aos superiores se vingarem, por qualquer motivo, de seus subordinados. A revolta expressava questões ligadas ao Forte do Príncipe da Beira, mas também relativas à trajetória da Legião de Linha e dos ex-Periquitos que a compunham. Lembremos que este corpo fora extinto um ano após a revolta por ser “o caráter de revoltoso” considerado “inerente ao caráter da Legião de Mato Grosso”. Por ter sido seu “casco” formado por “banidos, continuado com a escória da Província, e concluindo com os Revoltosos da Bahia, e Pernambuco, não podia deixar de transmitir o miasma da revolta ao mais bem educado que lá fosse ter”.²⁷⁷

É difícil negar racionalidade a uma mobilização como a do Forte do Príncipe da Beira em 1831, na qual quase uma centena de vítimas e testemunhas assinaram um documento narrando atrocidades cometidas pelo comandante. Ainda mais em se tratando de uma revolta na qual o ódio da soldadesca foi contido.

Mais adequada que a imagem de um contágio é a do acúmulo de aprendizados que forma uma tradição, pois a Legião de Linha de fato protagonizou revoltas por um longo período, que começaram sendo facilmente antecipadas e chegaram à tomada vitoriosa e praticamente simultânea de três guarnições na fronteira. No início de 1831, soldados e oficiais inferiores de Mato Grosso destituíram comandantes, representaram às autoridades, participaram de debates sobre os direitos dos cidadãos na imprensa e fizeram parte do cálculo político na disputa faccional das elites que, segundo a *Matutina*, estavam

²⁷⁶ O Forte do Príncipe da Beira foi sendo aos poucos abandonado no decorrer do período imperial, sendo totalmente desativado logo após a proclamação da República. As ruínas foram encontradas pelo militar e sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon em 1914.

²⁷⁷ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

“procurado criar descontentamentos na tropa”, sublevando partidos e fomentando “o espírito de desconfiança, pela mais sórdida, e vil intriga”²⁷⁸. A sedição de 7 de dezembro destituiu não só o comandante das armas que nomeou o alferes Negrão e o comendador Machado (responsável pelas arbitrariedades em fevereiro em Cuiabá), como também derrubou outras autoridades, incluindo oficiais militares e conselheiros gerais da província. Contudo, para compreender como se chegou a esta vitória contra os “déspotas” que comandavam as guarnições de fronteira é preciso considerar outro processo, também definido na época como um contágio. Afinal, é como uma “horrorosa ilegalidade epidêmica” que a *Matutina* definiu, ao noticiar a sedição de sete de dezembro, o impacto do celebrado Sete de Abril pelo país.

²⁷⁸ *Matutina Meyapontense*, 192 (21 de junho de 1831 [consta 28 de junho por erro tipográfico]).

Capítulo 3

O Sete de Abril na periferia do Império

3.1 – O Sete de Abril e as “rusgas”

A Abdicação de d. Pedro I foi noticiada pela *Matutina Meyapontense* no dia 21 de maio de 1831. A partir desta edição, o primeiro periódico do oeste brasileiro alterou bruscamente sua forma e sua linguagem, a começar pela epígrafe. Até então, a frase em latim, de autoria de Cícero, “Todas as coisas começam pequenas, mas, em seu progresso, se transformam e engrandecem” havia sintetizado a missão da folha liberal para o grupo goiano que a criou e dirigiu, estreitando laços com dezenas de outras publicações na oposição aos ministérios de d. Pedro I¹. Ao noticiar o Sete de Abril, o periódico abandonou a sentença latina e passou a inscrever, em letras grandes e em caixa alta, o lema “PÁTRIA E CONSTITUIÇÃO”, além de duas novas epígrafes: “OS REIS SÓ SÃO LEGÍTIMOS QUANDO GOVERNAM PELA CONSTITUIÇÃO” e “O DIREITO DE RESISTÊNCIA É UM DIREITO PÚBLICO DE TODO O POVO LIVRE”. A mudança era considerável: não se tratava mais de exaltar o lento engrandecimento por via do “progresso”, mas de afirmar a legitimidade da luta da liberdade contra o despotismo:²

Apresentada como uma “revolução” - com a evocação do princípio liberal do direito à resistência e de palavras de ordem que cruzavam fronteiras na América e na Europa - a Abdicação significou, na prática, uma vitória da oposição contra d. Pedro I, num embate que vinha se estendendo por todo o Primeiro Reinado. Esta oposição se organizou sobretudo em torno de lideranças que atuaram na câmara dos deputados, mas contou com uma vigorosa pressão articulando imprensa, sociedades políticas, manifestações de rua e agitações da “soldadesca”, na Corte e em outras cidades e vilas do Império.

Desde o início das atividades parlamentares no país, em 1826, os deputados vinham encaminhando projetos que alteravam o equilíbrio entre os poderes do Império, buscando impor novos limites ao monarca. Dentre esses projetos, que foram parcialmente aprovados, estavam leis de responsabilidade de autoridades, restrições à concessão de privilégios, além da legislação, prevista na Constituição, que instituía um judiciário liberal no país. Assim, tanto o texto do Código Criminal aprovado em 1830, quanto as leis que regulamentavam o posto de juiz de paz e a organização do júri, incluíam elaborações da oposição parlamentar a d. Pedro I que tendiam a enfraquecer seu poder. Além desta legislação, que envolvia definições de longo alcance a respeito da soberania e dos direitos civis e políticos no Império, a oposição parlamentar se colocou em outras

¹ "Omnium rerum principia parva sunt, sed suis progressionibus usa augentur". Sobre a *Matutina Meyapontense*, ver “Imprensa e Sociedade Civil”, no Capítulo 1.

² *Matutina Meyapontense*, n. 179, 21 de maio de 1831.

questões importantes, como aquelas ligadas à negociação do reconhecimento da Independência por Portugal, à Guerra da Cisplatina, aos tratados com a Inglaterra e à interferência do monarca na sucessão portuguesa³.

Para refrear a oposição atuante na câmara dos deputados, d. Pedro I pôde contar com um senado vitalício que era em grande medida fruto de suas escolhas⁴. Assim, ao barrar ou alterar em aspectos importantes os projetos da câmara dos deputados, o senado preservou d. Pedro I do custo político que poderia advir de um uso frequente de seus poderes constitucionais para vetar os projetos da oposição, majoritária na câmara baixa. Com isso foi possível refrear, mas não impedir, os sucessivos desgastes sofridos pelo imperador em questões como a da guerra e a dos tratados internacionais; desgastes que foram acompanhados por uma crescente organização e, em 1830, pelo avanço eleitoral da oposição, que passou a marcar presença também no senado.

Portanto, a Abdicação foi um marco importante numa trajetória mais ampla de embates centrados na política institucional, incluindo discussões de projetos que definiam aspectos cruciais da ordem política e jurídica do Estado nacional brasileiro. Se, durante o Primeiro Reinado, o embate tinha como polos principais a câmara dos deputados, de um lado, o monarca e o senado, de outro; como já mencionado, a polarização, contudo, ia muito além dos espaços institucionais, passando pela imprensa, por associações políticas e por mobilizações nas ruas e nos quartéis. A construção de uma tendência predominantemente hostil a d. Pedro I na opinião pública envolveu questões a mais diversas e que dialogavam com diferentes setores da sociedade. Os debates diziam respeito à legislação que garantiria os direitos e liberdades civis dos cidadãos, como também aos tratados que definiriam a integração do Brasil independente no comércio internacional (inclusive de escravos), dentre outras questões fundamentais para um Estado liberal em construção.

³ Sobre os embates políticos entre d. Pedro I e a oposição parlamentar no Primeiro Reinado, Gladys Sabina RIBEIRO e Vantuil PEREIRA. “O primeiro reinado em revisão” in Keila GRINBERG e Ricardo SALLES. *O Brasil Imperial*, volume I. 1808-1831. Organização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Sobre as nomeações para o senado e os embates entre as casas parlamentares e entre os deputados e o Imperador, Marina Garcia de OLIVEIRA e Monica Duarte DANTAS. A “malaventurada escolha”: d. Pedro I e a nomeação dos senadores em 1826. Estratégias políticas na formação do Legislativo brasileiro. Texto inédito, gentilmente cedido pelas autoras.

⁴ A Constituição garantia a d. Pedro I o poder de influir na composição do senado a partir da escolha de nomes em listas tríplexes, definidas pelo voto. Tal poder foi utilizado com o recurso a procedimentos que na época foram questionados, pois partiam de interpretações que convinhavam ao imperador, mas sobre as quais não havia consenso. Além disso, o imperador fez uso da concessão de títulos e privilégios a senadores aliados como forma de preservar sua influência sobre esta casa legislativa. Marina Garcia de OLIVEIRA e Monica Duarte DANTAS. A “malaventurada escolha”: d. Pedro I e a nomeação dos senadores em 1826. Estratégias políticas na formação do Legislativo brasileiro. Idem, *ibidem*.

Definida pelos que chegaram ao poder como uma revolução sem guerra civil, a Abdicação envolveu a quebra da legalidade e a insubordinação das tropas, com a ameaça de conflagração armada, mas não a ruptura com o regime vigente. Às vésperas do Sete de Abril tropas manifestaram-se politicamente e se insubordinaram e confrontos entre partidários do imperador e da oposição tomaram as ruas da Corte. As ilegalidades foram legitimadas pelos que chegaram ao poder, exaltando o patriotismo das “tropas” e do “povo” que enfrentaram nos quartéis e nas ruas os defensores de d. Pedro I.⁵

A edição de 21 de maio de 1831 trazia, logo abaixo das novas epígrafes, um texto intitulado *Proclamação, em nome da Assembleia Geral, dando conta dos acontecimentos do dia 7 de abril, e da nomeação da Regência Provisória, e recomendando sossego e a tranquilidade pública*. Nela anunciava-se uma “revolução” que honrava a “moderação, [a] energia e o estado de civilização” atingidos pelos “brasileiros”.⁶ Esta “revolução gloriosa” havia forçado “um Príncipe mal aconselhado, trazido ao precipício por paixões violentas, e por prejuízos antinacionais” a ceder à “Opinião Pública, tão briosamente declarada” e a reconhecer “que não podia ser mais o Imperador dos Brasileiros”. Com a queda de d. Pedro I (a partir de então referido como Duque de Bragança) caía também “um partido que todo se apoiava no seu nome [...], uma facção sempre adversa ao Brasil”, incluindo ministros que eram “homens impopulares, e tidos como hostis à Liberdade”. Segundo a *Proclamação*, foi o ex-imperador, com seu “partido”, que “pôs as armas na mão” da oposição, pois seu mau governo deu a ela o reforço da “espontaneidade com que a Força Armada e o Povo correu à voz da Pátria oprimida”. Uma vitória conquistada “sem que nos tornasse mister tingir as armas no sangue dos homens”. Uma revolução que levou ao poder “patriotas sem nódoa, [...] amigos ardentes da nossa liberdade, [que] não consentirão que esta padeça a menor quebra, nem hão de transigir com as facções que ofenderam a Pátria”⁷.

Percebe-se, já na leitura da *Proclamação*, que não era apenas a *Matutina*, mas toda a conjuntura política aberta pelo Sete de Abril que reavivava o lema “Pátria e Constituição”, pois aquele evento foi, no discurso dos que chegavam ao poder central, a vitória dos “patriotas” defensores da liberdade constitucional contra os “antinacionais” e “servis” partidários de d. Pedro I. Imediatamente, eram reforçadas e radicalizadas,

⁵ Sobre as agitações na Corte ligadas ao Sete de Abril, Marcello BASILE. “Revolta e cidadania na Corte regencial”. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. v. 22, p. 65, 2007.

⁶ *Matutina Meyapontense*, n. 179, 21 de maio de 1831. O documento foi originalmente publicado no Rio de Janeiro e circulou em republicações por todo o país.

⁷ *Matutina Meyapontense*, n. 179, 21 de maio de 1831.

inclusive no interior do discurso governamental, duas polarizações presentes desde o processo de Independência: os “brasileiros” contra os “portugueses”, e a “liberdade” contra o “despotismo”. Trata-se, agora de analisar essas polarizações em seus múltiplos sentidos, tempos e espaços.

N.º 1.º Sexta-feira

5 de Março 1830.

PROVINCIA DE GOYAS MATUTINA MEYAPONTENSE

Subscrição-se para esta Folha na Cidade de Cuiabá na Loja do Senhor João Fleury de Camargo, na Cidade de Goiás na do Senhor Sargento Mor Manoel Francisco Ferreira, na Villa de S. João d' El-Rei na Typographia do Astro, na Arraia de Trochus em casa do Rm.º Senhor Visuador Manoel da Silva Alvares e neste Arraia na Typographia de Oliveira. As Folhas, por hora, sahírao as Terças, e Sextas-feiras; o preço da Assinatura 2\$000 reis por trimestre.

*Sanctum rerum principia parva sunt
Sed suis progressionibus usa augentur
Cic. de Fin. lib. v.*

178 Quinta Feira

19 de Maio de 1831

A MATUTINA MEIAPONTENSE.

Omnium rerum principia parva sunt, sed suis progressionibus usa augentur.

Meyaponte 1831. Na Typ. d' Oliveira. D

N. 179 Sabbado

21 de Maio de 1831

A MATUTINA MEIAPONTENSE.

OS REIS SÓ SÃO LEGÍTIMOS QUANDO GOVERNÃO
PELA CONSTITUIÇÃO.

} O DIREITO DE RESISTÊNCIA É DIREITO PÚBLICO
DE TODO O POVO LIVRE.

PÁTRIA, E CONSTITUIÇÃO.

Meyaponte 1831. Na Typ. d' Oliveira. D

Cabeçalhos dos números 1, 178 e 179 da Matutina Meyapontense

A primeira polarização, fundada na politização de uma identidade nacional ainda em construção, opunha um partido legitimamente brasileiro a outro, identificado com Portugal e, portanto, com o passado colonial. Formada num processo complexo, que nada tem de linear, a identidade nacional brasileira não foi politizada apenas por lideranças da política institucional durante o processo de Independência e o Primeiro Reinado. Exemplar quanto a isto é uma revolta ocorrida em Salvador em 1824, cuja repressão forçou a migração para Mato Grosso de diversos soldados e oficiais inferiores, na condição de prisioneiros, mas que em pouco tempo se reintegraram às tropas, atuando em algumas mobilizações armadas no início da Regência, incluindo a Rusga. Trata-se da revolta do Batalhão de Periquitos, ocorrida na Bahia, no contexto da Confederação do Equador. Na revolta dos Periquitos, “Pátria” e “Constituição” haviam sido, tanto quanto foram no Sete de Abril, as palavras de ordem. Porém, o movimento trazia o predomínio de leituras bastante diversas desses termos⁸. Como demonstram João José Reis e Hendrik Kraay, havia um ódio aos portugueses dentre os setores livres pobres e libertos, e especialmente dentre esses soldados, que se relacionava com as experiências da guerra e do pós-guerra de Independência⁹.

Naquele contexto de polarização entre a Corte do Rio de Janeiro e as Cortes de Lisboa, muitos portugueses lutaram nas fileiras opostas à separação do Brasil, ou as apoiaram publicamente, tornando-se, após a derrota, alvos de ataques violentos e de tentativas de expulsão do país. Não se tratava de um surto xenofóbico popular indiscriminado, mas de manifestações motivadas por experiências que envolviam um embate contra tropas portuguesas, no decorrer do qual ocorreu uma “erosão de hierarquias raciais” no interior dos corpos regulares baianos, em razão do recrutamento massivo de indivíduos não-brancos. Em boa medida, pode-se dizer que tensões que tinham sua origem em privilégios sociais e de cor tenderam, naquele contexto, a se organizarem politicamente pautando-se pela polarização identitária entre brasileiros e portugueses, pois esta era a polarização que dominava o ambiente da guerra. Além disso, o fato de que

⁸ O “mais temível” dos corpos militares insubordinados de Salvador havia sido composto, segundo um historiador coevo da guerra de Independência na Bahia, “pela maior parte de libertos e outras pessoas de classes heterogêneas”. Acioli, t. 4, p. 179. Lembremos que o conceito de classe social ainda estava em construção no centro do capitalismo, não existindo nos dicionários brasileiros, nem de 1789, nem de 1832. “Classe” parece ter, na documentação consultada, ao menos dois sentidos aplicáveis, o primeiro relativo às “cores”, o segundo distinguindo pessoas ricas ou pobres, mas sem qualquer noção ligada ao lugar na produção e circulação de mercadorias ou à posse dos meios de reprodução social, como para a tradição marxista, ainda inexistente naquele momento.

⁹ João José REIS; Hendrik KRAAY. “The Tyrant Is Dead!” The Revolt of the Periquitos in Bahia, 1824. *Hispanic American Historical Review* 89:3. P. 399-434.

o oficialato do Exército brasileiro permaneceu predominantemente ocupado por nascidos em Portugal parece ter contribuído decisivamente para que se abrisse, com a Independência, um período de cerca de três décadas marcado por perseguições populares aos nascidos em Portugal.

Esta perseguição ocorreu em diversas partes do Brasil de forma temporalmente descontínua, e territorialmente desigual, concentrando-se no Primeiro Reinado na Corte, que foi o epicentro das polarizações políticas de 1822-23 e de 1831-34, e nas províncias do norte, que foram revolvidas por conflagrações armadas, seja a Guerra de Independência na Bahia, Piauí, Maranhão e Grão-Pará, sejam as revoluções em Pernambuco e nas províncias de sua área de influência em 1817 e 1824¹⁰. Portanto, parece haver, ao menos na década que se segue à Independência, uma correlação entre, por um lado, a experiência de enfrentamento armado com base na politização da identidade nacional e, por outro, a perseguição popular aos “adotivos”.

É evidente que o caráter conflituoso da Independência, mesmo onde não houve guerra civil, e o fluxo de experiências através do território (seja pela mobilidade das pessoas, seja pela intermediação de periódicos e de outros instrumentos) tornam esta correlação pouco rígida, manifestando-se a hostilidade aos “adotivos”, em maior ou menor intensidade, por quase todo o território. Como vimos no caso dos baianos em Mato Grosso, a circulação de soldados e de oficiais, por diferentes percursos, reavivou as tensões polarizadas na guerra de Independência na Bahia até mesmo na guarnição militar mais distante de Salvador, dentre todas as existentes no Império¹¹. De qualquer maneira, os episódios sangrentos ligados ao ódio aos portugueses mencionados na *Matutina Meyapontense* no contexto do Sete de Abril ocorreram em várias partes do país, mas ao que parece as províncias do Centro-Sul (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo) e do sul do país (Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro) não apresentaram manifestações do mesmo teor ou porte. Salvador, Recife, São Luís, Belém, além da Corte, são as cidades em que essas referências são mais presentes. Ainda que não seja rígida, a correlação parece ter concretude, sendo a tolerância das províncias do sul celebrada pela *Matutina*:

¹⁰ A respeito das guerras civis na Independência, dentre outros textos, importa destacar os capítulos de André Roberto de A. MACHADO (sobre o Grão-Pará), Mattias Rohrig ASSUNÇÃO (sobre o Maranhão), Denis Antonio de Mendonça BERNARDES (sobre Pernambuco), Richard GRAHAM e Thomas WISIAK (ambos sobre a Bahia) in István JANCSÓ (org.) – *Independência do Brasil: História e Historiografia*. São Paulo, Fapesp / Hucitec, 2005.

¹¹ Ver “A Revolta do Forte do Príncipe”, no Capítulo 2.

A infernal rivalidade
 Qu'a todo o Brasil infesta
 É a praga mais funesta
 À sua prosperidade
 Ao cacete, e à impiedade,
 A gente foge, à porfia
 Não há paz nem garantia
 Para adotivos segura
 O fruto de tal loucura
 O mundo há de ver um dia
 [...]
 Escapam Minas e o Sul
 Províncias tanto mais belas
 Quanto luzem como estrelas
 Neste céu sereno e azul¹²

Logo após o Sete de Abril, ainda que não deixassem de levantar suspeitas acerca de “adotivos” que ocupavam então postos políticos, incluindo o presidente goiano Miguel Lino de Moraes, os artigos de opinião elaborados pela *Matutina* (ou por outras folhas liberais moderadas, cujos textos eram nela republicados) apelavam à tolerância. Assim, uma das diversas mobilizações noticiadas em Salvador “faz ver quanto seria impolítica esta proscrição bárbara” dos portugueses, “semelhante à dos Huguenotes em França, ou à dos Israelitas em Espanha e Portugal”. Comparada a episódios de perseguição religiosa ligados à formação das monarquias europeias do Antigo Regime – e, portanto, àquilo que os liberais do século XIX repugnavam como algo pertencente a um passado despótico – a manifestação de ódio aos “adotivos” era desvinculada de sua origem em polarizações políticas, pois “o partido Português deixou de ser temível para o Brasil logo que d. Pedro saiu de nossas praias.”¹³ Naquele momento, o discurso era o de que o Sete de Abril teria eliminado as motivações reais para a desconfiança, o ódio e a perseguição aos “adotivos”.

A *Matutina*, como foi regra dentre os liberais moderados, chegou a fazer coro e a instrumentalizar o ódio aos portugueses em diversos momentos do pós-Abdicação, mas manteve uma postura, no geral, de reprovação a essas manifestações, sobretudo quando resultavam em depredações, saques, agressões ou assassinatos. Ainda que condenassem o ódio de corte nacional, os vencedores do Sete de Abril deviam parte de seu triunfo ao uso político deste ódio, pois a oposição entre brasileiros portugueses foi fundamental para a agitação nas ruas e quartéis que tornara a pressão da “Opinião Pública” irresistível¹⁴.

¹² *Matutina Meyapontense*, 328 (3 de maio de 1832).

¹³ *Matutina Meyapontense*, 206 (23 de julho de 1831).

¹⁴ Sobre as agitações na Corte, Marcello BASILE. “Revolta e cidadania na Corte regencial”. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*. v. 22, p. 65, 2007.

Para eles, conquistado o objetivo, era o momento de lembrar aos legítimos brasileiros que “o patriotismo [...] sabe aliar-se facilmente com a moderação”, bem como fazer reconhecer aos “adotivos, que se tem querido desvairar sugestões pérfidias” que “não é sede de vingança [e] sim o amor da Liberdade quem nos armou, convençam-se de que o seu repouso, pessoas, propriedades, tudo será respeitado uma vez que obedeçam às Leis da Nação Magnânima a que pertencem”¹⁵.

Porém, ainda que esta fosse a promessa da *Proclamação*, a desconfiança – e, por vezes, o ódio e a difusão de teses conspiratórias – com relação aos nascidos em Portugal não deixaria de fazer parte dos discursos de muitas lideranças “liberais moderadas” nos anos seguintes. Isso porque não havia consenso entre essas lideranças a respeito desta e de muitas outras questões, mas também porque a politização da identidade nacional podia ser mais ou menos interessante ao partido no governo, a depender do momento político. Os embates, frequentemente cheios de ódio, entre os liberais e os antigos aliados de d. Pedro I prosseguiriam, em torno da questão da reforma constitucional, mas também dos impasses diante de um senado formado pelas escolhas do ex-Imperador, das tensões entre um poder civil cioso da sujeição dos militares e um oficialato em grande parte nascido em Portugal. Questões que, a priori, envolviam a situação dos “adotivos”. Na *Matutina* são perceptíveis tanto a despolitização do local de nascimento e o apelo à tolerância num período de fortes agitações “exaltadas” (nas quais era frequente a perseguição aos “adotivos” por setores livres pobres e libertos), quanto sua politização quando eclodiram mobilizações atribuídas a “caramurus” ou a “restauradores”, havendo uma identificação entre estes e os portugueses e “adotivos”.¹⁶

Os crimes do norte goiano: privilégios, identidades e ódio aos “adotivos”

As formas das expressões de ódio aos portugueses ou aos “adotivos” variavam muito a depender do caso. Nas notícias vindas de grandes centros urbanos (especialmente Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, Recife e Belém) predominavam agitações de rua, com a depredação e saque de estabelecimentos comerciais, além de sedições “da Tropa e do Povo” pela demissão ou deportação de portugueses e “adotivos”. Já nos sertões do norte goiano o que ocorreu logo após o Sete de Abril foi uma série de assassinatos de portugueses e “adotivos” atribuídos a grupos armados vindos da Bahia. No caso dessas mortes, a relação com a Abdicação é evidente, pois as primeiras notícias desses eventos,

¹⁵ *Matutina Meyapontense*, n. 179, 21 de maio de 1831.

¹⁶ Sobre a politização da identidade nacional entre 1833 e 1834 ver o capítulo 3.

que se estenderam por meses, acompanham um debate sobre a responsabilidade do presidente, que segundo o periódico teria demorado a informar os arraiais do norte sobre o Sete de Abril. Ironizando a acusação, o governante diz ter achado

[...] galantíssimo, e fundado no melhor critério querer o Sr. Redatos atribuir a morte do Ouvidor Castro, e mais assassínios e roubos perpetrados por uma quadrilha de malfeitores refugiados, há meses, em Flores, por iguais acometimentos no Sertão da Bahia, à falta de notícias da Abdicação do ex-Imperador, quando eles, dando vivas à Constituição, ao Senhor D. Pedro II, à liberdade, e morram marotos, se ufanavam da sua perversidade.¹⁷

Neste debate, que incluiu a publicação de diversos documentos e correspondências, percebe-se a extensão em território goiano de ações armadas que teriam origem na Bahia, bem como o impacto imediato do Sete de Abril no sentido de reavivar a polarização identitária entre portugueses e brasileiros. Numa proclamação, o presidente incluiu dentre os criminosos do norte, além de “um partido de sete homens perversos, pela maior parte sertanejos da Bahia que ali residiam”, “alguma gentilha do distrito, [que] uniu-se àquele partido de revoltosos”.¹⁸ Portanto, ainda que já viessem de uma trajetória de “acometimentos no Sertão da Bahia”, ao que parece estes crimes foram perpetrados por um número maior de indivíduos, sob o impacto das notícias da Corte.

O presidente de Goiás, Miguel Lino de Moraes, que era nascido em Portugal e que havia sido nomeado por d. Pedro I, manifestava preocupações também sobre “os boatos espalhados nesta cidade por poucas pessoas inconsideradas, sobre os pasquins que têm aparecido, e sobre as *sugestões*, que talvez em *oculto* se tenham manejado para banir dos seus empregos os *brasileiros adotivos*”. Detalhando mais os “boatos” o presidente aludiu ao “pasquim que apareceu no pelourinho do Largo do Rosário, em que se mencionavam os nomes dos que deveriam ser expulsos”, além de papéis semelhantes “introduzidos nas casas de alguns cidadãos, suscitando o exemplo da Bahia”.¹⁹ A *Matutina* minimizava tais ameaças, criticando os discursos de alerta do presidente e atribuindo as animosidades à conduta de brasileiros “adotivos” específicos, pois após o Sete de Abril os liberais apenas esperavam, “uniformes, segundo a forma prescrita na Constituição, as indispensáveis reformas constitucionais que o Brasil todo reclama”, não havendo razão para novas “revoluções”. Por fim, recomendava ao presidente que, na tentativa de evitar tais males, nunca desprezasse “as solenidades das formas nos processos judiciais”, que não praticasse “atos ilegais” ou tolerasse “o arbítrio”, evitando também “uma vergonhosa neutralidade”

¹⁷ *Matutina Meyapontense*, 216 (16 de agosto de 1831)

¹⁸ *Matutina Meyapontense*, 216 (16 de agosto de 1831)

¹⁹ *Matutina Meyapontense*, 216 (16 de agosto de 1831)

diante de ações criminosas, “porquanto o Governo que de tal sorte se conduz acelera a revolução, em vez de evita-la”²⁰.

A preocupação do presidente não era infundada, ainda que talvez a *Matutina* tenha também acertado em ver no alarmismo um fator adicional de agitação. Como veremos adiante, menos de um mês após o início das notícias e da polêmica, Miguel Lino de Moraes e diversas outras autoridades “adotivas” foram destituídas por um movimento “da Tropa e do Povo” na capital goiana. Organizada por lideranças políticas e por militares que não eram ligados ao periódico e que, no geral, se vinculavam à pecuária do norte e a setores médios da capital, a sedição de 14 de agosto de 1831 tinha um caráter muito diverso dos crimes relatados nos arraiais do norte goiano. Nos termos do jornal, naqueles episódios, apesar de os “sertanejos” da Bahia verem “engrossado” o seu “partido por gente vil”, não teriam se unido “cidadãos honrados”, mas apenas “homens vagabundos, malfeitores, que em todos os tempos, e em todas as partes houveram, e para quem se tem estabelecido os códigos penais”. Tratava-se - pelo que se depreende das proclamações, debates, documentos oficiais e correspondências publicadas -, de atos protagonizados por pequenos grupos de homens armados, sem integração às tropas, oriundos de outras localidades, que agiam sem uma estratégia definida com relação à política provincial goiana. Tiveram parte nessas mobilizações também pessoas que viviam na área, incluindo ao menos um ocupante de um posto de importância local, o administrador das rendas públicas do julgado de Flores.

Quanto às motivações dos crimes do norte, predominam nos discursos referências ao ódio aos portugueses; na fala atribuída a um dos assassinos, “os Europeus eram inimigos do Brasil, e o bom Brasileiro devia mata-los”. Porém, não necessariamente eram ações com alvos aleatórios, definidos apenas pela condição de “adotivo”, já que segundo a *Matutina* o ouvidor, o primeiro a ser assassinado, era “objeto de ódio e execração geral de todos pelo desprezo com que sempre tratou a Constituição, e pelo nenhum caso que fazia do clamor dos povos.”²¹ Duas correspondências publicada meses antes no próprio jornal detalhavam os exemplos de “desprezo” de Castro pela “Constituição”, o que coloca em questão a atribuição de sua morte apenas ao ódio aos “adotivos”.

A primeira delas é de 7 de outubro de 1830, assinada *O Sertanejo de Gibão de Couro*. Dizendo-se “confuso em graves ponderações”, o autor “de toscas linhas, que são próprias de um sertanejo, que apenas conhece a razão” recorre à “instrução da sua

²⁰ *Matutina Meyapontense*, 216 (16 de agosto de 1831)

²¹ *Matutina Meyapontense*, 204 (19 de julho de 1831)

Matutina” para formar um juízo sobre sua situação. Para apresentá-la, faz uma leitura da experiência histórica acumulada em uma década de enfrentamento ao “absolutismo” já sob a vigência de um Estado liberal:

Desde o descobrimento e civilização do Brasil, em vindo-nos, como fatal herança de nossos pais uma sujeição cega ao *Eminente Absolutismo*, Senhor, injusto e bárbaro, sempre procurou tirar-nos quando bem lhe parecia a honra, liberdade, bens e a própria vida: assim viveram nossos Maiores, e parece que nossa geração tinha sido condenada a sofrer injustiças, violências e insultos²²

Na leitura do “Sertanejo”, para sua geração, a Revolução Constitucionalista do Porto colocara-se como marco de expectativas quanto à abolição de formas de opressão ancestrais. Sua insatisfação se dirigia à persistência do que denominava “Absolutismo”, pois “do venturoso ano de 1821 para cá parece-me que isto tudo deveria ter cessado”. Mesmo que se mostrasse decepcionado, ele não deixava de celebrar a “coragem e entusiasmo” com que o Imperador e “os nossos Augustos Representantes” trataram de organizar o Código Criminal, que denominava “Código Constitucional das Leis Brasileiras”, pois é “fundado na Constituição do Império”. Num tempo de avanço das garantias constitucionais, questionava como era “possível que ainda houvessem Ministros do Poder Judicial como é o Sr. Jerônimo José da Silva Castro, Ouvidor e Corregedor desta Comarca”; ademais, dizia viver “sobressaltado entre o amor da Constituição e o ódio ao Despotismo, que perseguido e atropelado em os mais lugares do Brasil, e rolando fugitivamente para esta Comarca, parece querer se abrigar nestes sertões!!!”²³

Sem entrar em detalhes, o “Sertanejo” mencionava os abusos de Castro em correições por diversos arraiais do norte goiano, concentrando-se, contudo, em um caso específico, o de Marcelino da Mota Couto, que “aceitava moedas falsas da Bahia pelas suas fazendas do Arraial de Cavalcante”. Informado sobre o delito, o presidente teria orientado Castro a “indagar com sagacidade, e segredo a realidade do fato”, ao que o ouvidor teria nomeado para acompanhá-lo um escrivão submisso a seu arbítrio, que o tinha por “meu senhor” e por “bom patrão”. Teriam então tomado a estrada, “com armas de fogo de dois canos, pistolas e espadas”, passado por São José “aterrando os povos”, até chegar, “alta noite, em Cavalcante”. Era nesta localidade que estava o autor da denúncia no jornal, “vendendo uns queijos, carne seca e sabão” vindos de sua fazenda.²⁴

²² Matutina Meyapontense, 82 (7 de outubro de 1830)

²³ Matutina Meyapontense, 82 (7 de outubro de 1830)

²⁴ Matutina Meyapontense, 82 (7 de outubro de 1830)

O “Sertanejo” diz não ter “expressões com que lhe possa descrever o horror que concebi quando despertado do tranquilo sono, em que jazia”, aos gritos de “*abra a porta, abra a porta, senão vai abaixo – se resistir, fogo...*”. Assustado, perguntava-se se seriam “os Índios Canoeiros, que costumados a assaltar o arraial de São Félix se arrojariam até este”, comparando assim a atuação de um magistrado à imagem de barbárie mais próxima de sua experiência, a dos indígenas contra os quais os soldados brasileiros guerreavam há cerca de duas décadas entre o Araguaia e o Tocantins. Logo ouviu as vozes do ouvidor, do escrivão e dos oficiais “que naquelas horas da noite arrombavam a porta do pacífico Cidadão Brasileiro Marcelino, em cuja porta se postou o dito ouvidor, com as armas prontas”, enquanto o escrivão entrava “às escuras, por uma janela, que arrombou”. Marcelino estava “ainda indecente no seu quarto” e não teve tempo de se vestir, sendo levado à presença de Castro, “o qual lhe deu a voz de preso, e antepondo-lhe a boca da arma assim dizia – *se resistir... fogo...*”. Sua casa foi examinada e só encontraram quantidade ínfima de “cobres suspeitosos”. Ainda segundo o “Sertanejo”, achando-se maior quantia de cobre com um homem que “morava na mesma casa [...] o Sr. Ouvidor o acomodou dizendo que aquela diligência era destinada só ao Marcelino”. Acrescentava ainda que até serem proibidos os “cobres da Bahia” era impossível barrar sua circulação, “vistas as ativas relações de negócios de gados” entre o norte goiano e aquela província.

25

As arbitrariedades de Castro se estenderam à devassa, pois ao tomar depoimento de “um preto” que era “Miliciano Henrique” e este nada lhe respondendo, o teria forçado a “jurar falso”, assinando um termo que comprometia Marcelino. Este teria se conservado “preso com fiança sem culpa formada por mais de um mês, e quando se dizia, Sr. Ouvidor, a Constituição, respondia o Ouvidor irado, são uns tolos, as Leis são as antigas.” Concluída a devassa, Marcelino foi pronunciado e Castro ainda fez cobrança indevida das custas do processo. De acordo com o “Sertanejo”, por muito tempo ficaram assombrados os moradores, “vendo cada um a hora em que à meia noite tinha o Sr. Ouvidor à porta”. Narrados os abusos de Castro, questionava o leitor à *Matutina*, dentre outras coisas, se é assim que “procede um ministro na época presente” e se Castro tem “salvo conduto da Constituição para assim impunemente praticar”. Do caso particular, partia para perguntas de maior alcance:

Aonde está a segurança individual? Onde o asilo seguro que o cidadão deve ter em sua casa, que à noite será inviolável? Onde o Artigo que isenta o

²⁵ *Matutina* Meyapontense, 82 (7 de outubro de 1830)

cidadão de ser preso antes de formada a culpa? E não causará horror em todo o Império este caso? E o governo que nos rege não responsabilizará este Sr. Castro?²⁶

Assim como os soldados e oficiais inferiores da fronteira de Mato Grosso haviam feito com relação a comandantes militares e políticos civis coniventes com seus abusos, *O Sertanejo de Gibão de Couro* se utilizava da imprensa para denunciar as arbitrariedades de um magistrado na diligência contra um homem acusado de comerciar com moedas de cobre baianas, que haviam sido proibidas pouco tempo antes. Também neste caso, o anonimato era um instrumento de autodefesa para quem estava exposto a sofrer arbitrariedades semelhantes às que denunciava. A assinatura escolhida levava à identificação com pessoas que partilhavam com ele certas vivências, pois o norte goiano era um espaço organizado pela pecuária, num movimento que havia se irradiado a partir da Bahia. Um espaço onde um viajante austríaco havia notado dez anos antes o uso generalizado do vestuário de couro, estando seu guia “todo vestido de couro, com um chapéu também de couro na cabeça e facão à cinta”.²⁷ Além disso, na disputa com o governo da capital durante o processo de Independência, as proclamações do norte goiano politizaram e valorizaram a identidade dos habitantes de sua comarca como “sertanejos”. Diziam, por exemplo, contarem com “mil bravos e destemidos sertanejos, que sepultariam seus soldados nas gargantas das serras que nos rodeiam”.²⁸ A auto-identificação como “sertanejo” também poderia afrontar estigmas difundidos no centro da província, pois como afirmava, em 1824, o então comandante das armas Raymundo José da Cunha Mattos “a gente da comarca de Goiás supõe que os habitantes da comarca do Norte são menos instruídos, e mais selvagens: chamam-lhes ‘sertanejos’.” Afirmar-se um *Sertanejo de Gibão de Couro* poderia significar politizar uma identidade, numa luta cujas motivações estavam, acima de tudo, na demanda por efetivação dos direitos dos cidadãos. Isso num espaço social no qual a arbitrariedade dos magistrados era mais difícil de ser fiscalizada pelos outros poderes do Estado liberal, demandando posturas mais ativas do executivo provincial para fazer valer a constituição, o que era exigido na imprensa. A situação, portanto, tem suas semelhanças com aquela dos oficiais militares de Mato Grosso.

²⁶ Matutina Meyapontense, 82 (7 de outubro de 1830)

²⁷ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 211-227.

²⁸ “Proclamação de 17 de setembro de 1821” in José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 359-360.

Importa ainda notar que o correspondente reconhecia legitimidade em se proceder legalmente num caso de crime que implicava a muitos “sertanejos”, pois o uso de moedas de cobre era até então lícito. Ele expressava uma visão liberal sobre o que entendia ser um terrível legado não superado do “absolutismo” e suas denúncias acabavam por inventariar violações a diversos parágrafos do artigo 179 da Constituição de 1824, que versava sobre os direitos civis e políticos. Direitos que diziam respeito a pessoas como o “pacífico Cidadão Brasileiro Marcelino”, mas não aos “Índios Canoeiros”, que eram mencionados apenas como frequentes perturbadores do sono dos habitantes dos arraiais do norte goiano.

Assim, após as questões que dirigiu à *Matutina*, ele dizia confiar nas providências do governo a este respeito, mas caso isso não acontecesse, afirmava preferir “tornar a fazer cortesias ao Absolutismo”.²⁹ Tal conclusão acenava, ainda que talvez retoricamente, para a possibilidade de deslegitimação da própria ordem liberal na hipótese de um descaso do governo quanto à perpetuação dos abusos.

O presidente da província de Goiás, Miguel Lino de Moraes respondeu à denúncia do “Sertanejo” a 23 de novembro de 1830, dizendo que enquanto não recebesse queixas formais para poder proceder contra os abusos tomava a iniciativa de mandar publicar alguns documentos na *Matutina*, a começar por dois bandos, datados de 1828 e 1829. O primeiro dizia respeito ao encaminhamento legal de denúncias contra magistrados, informando quais autoridades acionar e a recomendação para que “venham munidos de documentos comprobatórios que façam força à acusação”.³⁰ O segundo trazia integralmente a redação de quatro parágrafos do artigo 179 da Constituição, que tratavam respectivamente da inviolabilidade do domicílio, da proibição de se prender sem culpa formada, do direito à fiança e da necessidade de ordem escrita de autoridade legítima para se efetuar prisões. O terceiro documento era o texto completo da lei de 30 de agosto de 1828 que regulamentava a prisão sem culpa formada, em caso de flagrante. Os demais eram a ordem expedida pelo presidente para se investigar “Marcelino de tal” por comerciar com “cobre falso” e a resposta do ouvidor Castro dizendo ter cumprido a diligência. Por fim, logo após a resposta do presidente, o redator da *Matutina* congratulou os “liberais sentimentos” de Lino de Moraes, que “respeita as Leis e atende à Opinião Pública”, pois “marchando de acordo com elas nenhuma autoridade tem que recluir”. Não deixava, porém, o periódico de inserir o episódio na polarização partidária que se fazia

²⁹ *Matutina Meyapontense*, 82 (7 de outubro de 1830)

³⁰ *Matutina Meyapontense*, 102 (23 de novembro de 1830)

presente em praticamente todos os seus textos, alertando aos “vis corcundas e abjetos servis” que “o Brasil vos detecta! abomina! e despreza!”³¹

Outra correspondência que detalha as arbitrariedades do ouvidor Castro foi publicada na *Matutina* de 24 de março de 1831, mesmo ano de seu assassinato. O autor se identificava como “O Assustado!!!” e iniciava se referindo ao impacto, no norte goiano, das denúncias feitas pelo “Sertanejo”, reafirmando que naquela comarca “grande temor concebemos” do magistrado. Também mencionava as “sábias providências” do presidente, mandando publicar pela segunda vez “por esta imprensa os Direitos dos Cidadãos”. Porém, segundo o “Assustado”, a publicação das leis “foi como uma chama que incendiada aumentou a fervura da cólera do Sr. Castro, visto o que tem praticado de então para cá”. Sem capitular ao “Absolutismo” do magistrado, o leitor fazia uso da “liberdade que temos de publicar pela imprensa os nossos pensamentos” para “corrigir os abusos e ser o único recurso dos oprimidos quando as Leis são pisadas.”³²

O caso narrado pelo “Assustado” se iniciava com o leilão de um escravo pertencente ao juízo de ausentes, órgão responsável, dentre outras coisas, pela administração de bens de pessoas falecidas. Dizia o correspondente que uma senhora chamada Romualda Maria da Conceição teria prometido ao escravo dar um lance mais alto, pois ele “desejava servi-la”, mas “como em Praça alcançou preço que lhe não fazia conta”, ela desistiu de dar o lance. Resistindo a servir a quem o adquiriu, o escravo fugiu, tendo início os abusos do ouvidor, que notificou Romualda “para dar conta dele no termo de 24 horas”, acusando-a de ter envolvimento na fuga, sem qualquer prova senão o interesse antes declarado em adquirir o escravo. Além disso, as testemunhas do processo teriam, como na denúncia anterior, tido seus depoimentos adulterados pelo escrivão, dizendo ao sair “Esta é bem boa! Eu digo uma coisa e o Sr. Ouvidor nota outra ao Escrivão, este Sumário será parente da Devassa tirada em Cavalcante contra o Marcelino?”.³³ A crer na correspondência, a esta altura Castro não só havia se tornado ainda mais “irado” por ter sido exposto publicamente como déspota, como seus abusos já eram assunto de comentários debochados na comarca do norte goiano.

Prosseguindo com a narrativa, o “Assustado” dizia que em virtude do processo, “apareceu o escravo no 3º dia”, sendo preso e entregue ao juízo. Depois de ser “açoitado ao pelourinho para declarar quem o induzira, respondeu que pessoa alguma e que menos

³¹ *Matutina Meyapontense*, 102 (23 de novembro de 1830)

³² *Matutina Meyapontense*, 154 (24 de março de 1831)

³³ *Matutina Meyapontense*, 154 (24 de março de 1831)

havia fugido, tinha sim ido à casa de sua mãe ver algum dinheiro para arrematar a sua liberdade, e que voluntariamente viera para o juízo.” Portanto, na versão do escravo, o que ele buscava era conquistar legalmente sua liberdade cobrindo os lances dados por ele poucos dias antes. Depois de “bem açoitado”, o cativo “foi preso ao tronco pelas 10 horas do dia, de onde em menos de meia hora desapareceu, deixando o mesmo tronco fechado, o que muito me admirou por ser de dia, e em um tronco público.” Mandando proceder o corpo de delito no tronco, o ouvidor Castro deu também ordens para prender, mesmo “sem culpa formada”, à “dita Romualda, no mesmo indecente tronco”. A mulher teria ficado oito horas no tronco, apesar das “lágrimas” e “suspiros” dos que assistiam à “terrível prisão”, só recebendo alvará de soltura graças a uma “petição dando fiadores à sua pessoa”. O alvará, em mais uma arbitrariedade de Castro, afirmava que teria efeito apenas quando se entrasse “no conhecimento de maiores crimes pela suplicante cometidos”, mantendo-se sua prisão até o momento da escrita da carta à *Matutina*. Diante do episódio, o “Assustado” questionava:

Ora, Sr. Redator só quem nunca ouviu falar em Constituição pratica semelhantes absurdos; desnecessário me é apontar a Constituição em contrário Artigo por Artigo, parágrafo por parágrafo, mas digo: é isto ter probidade e retidão? É isto Constituição, ou conforme os retos sentimentos do Nosso Augusto Imperador? É isto finalmente que S. Ex. o Exm. Sr. Presidente fez público na folha de sua Matutina nº 102 para se praticar? Não é, todos o sabem. E por isso me vejo obrigado a gritar em altas vozes por esta Matutina Meyapontense, como pela Trombeta do Anjo Celeste, para ver se assim chega aos ouvidos dos nossos Representantes.³⁴

Concluía então o Assustado com um apelo dirigido aos “representantes da nação brasileira” para que mandassem “socorro aos gemidos dos súditos habitantes a esta pequena parte do Império”, acudindo “com suas sapientíssimas providências a estes miseráveis oprimidos e escravizados, fazendo com que possam também provar do pomo da Árvore da Liberdade como todos desejam.”³⁵

O periódico, coerente em sua defesa da legalidade, entendia que “conquanto o Sr. Castro tivesse obrado de uma maneira criminosa, nenhum indivíduo na Sociedade tinha direito de o punir, senão a Autoridade Legítima: o amigo da liberdade é o amigo da Lei, e da justiça, e a Lei e a justiça não se compadecem com tais atentados”³⁶. Castro era um magistrado nascido em Portugal, formado e introduzido na carreira jurídica na vigência do Antigo Regime, como tantos outros. Assim como os comandantes militares, ele

³⁴ Matutina Meyapontense, 154 (24 de março de 1831)

³⁵ Matutina Meyapontense, 154 (24 de março de 1831)

³⁶ Matutina Meyapontense, 154 (24 de março de 1831)

mantinha alguns dos privilégios que caracterizavam a carreira jurídica no período colonial e que eram fortemente relacionados com indivíduos nascidos em Portugal. A magistratura e o oficialato militar eram no período colonial mais acessíveis aos que tinham esta origem, ainda que isso não se desse por um ato legal. Não se tratava de uma exclusão, mas de vantagens comparativas, pois era mais fácil ter acesso a essas carreiras para os que estavam próximos às academias jurídicas e militares e ao centro do poder. Também era mais provável que um nascido em Portugal pertencesse a linhagens familiares de juízes ou de oficiais do exército, o que facilitava o ingresso numa sociedade organizada com base em privilégios.

Juízes e comandantes estavam vinculados tanto ao ódio aos “adotivos”, quanto à crítica ao “despotismo” que se aproveitara da persistência de leis do Antigo Regime e das margens para o abuso de poder que essas carreiras permitiam, apesar da Constituição. Contudo, enquanto os magistrados que agiam como déspotas foram atingidos por grandes reformas legais, sobretudo com o código criminal de 1830, a legislação militar permaneceu praticamente intocada.

O ódio entre brasileiros e portugueses era intenso para os que haviam vivido a guerra de Independência e foi instrumentalizado não só em disputas faccionais (como as “bernardas” de João Poupino Caldas em Cuiabá), mas também na defesa dos que sofriam com as arbitrariedades e com os abusos por parte de magistrados e de oficiais militares. A polarização identitária podia reforçar a linha que demarcava a cidadania, ao identificar os “brasileiros” como detentores de direitos, mas ao mesmo tempo podia ser francamente hostil a esta linha no que diz respeito à plena igualdade entre cidadãos nascidos dos dois lados do Atlântico. Mas o mais importante é que o ódio aos “adotivos” podia ameaçar a linha da cidadania também no que dizia respeito à estabilidade do escravismo. Isso porque a polarização nacional podia vir a se deslocar para uma polarização com base na cor, dado que certas opressões que dialogavam com o ódio aos portugueses tinham origem em privilégios que estavam mais ligados a estas distinções do que com o local de nascimento. A questão é evidente no caso da alteração radical da composição das tropas em Salvador, com o ingresso inclusive de escravos libertados para a guerra. Antes de serem crescentemente estigmatizados e reprimidos em suas agitações patrióticas, os Periquitos haviam sido celebrados como combatentes da causa da liberdade da nação brasileira. A condição de combatentes brasileiros havia sido a porta de acesso para a libertação do cativo e a garantia de direitos. A ameaça de politização da cor persistiu durante o

Primeiro Reinado e a Regência, chegando-se à elaboração de discursos que criticavam o prejuízo de cor em nome de princípios constitucionais.³⁷

Consolidado na Constituição de 1824, o princípio da igualdade de nascimento entre os cidadãos era (tanto quanto a subordinação dos militares ao poder civil) objeto de debates teóricos, de análises e de denúncias na imprensa. Interferências ligadas a privilégios políticos, sociais, ou decorrentes de vínculos de parentesco ou de clientela eram frequentemente denunciadas, fosse na eleição de representantes, fosse no acesso a cargos públicos e a promoções.

Os privilégios de cor foram assunto da *Matutina* em cartas relativas à preterição nas promoções na Legião de Milícias de Cuiabá. Uma carta assinada “O Constitucional Independente” denunciava uma lista de promoções elaborada pelo “sargento-mór Joaquim Duarte Pinheiro, comandante interino da legião da 2ª linha”. Pinheiro era um militar de carreira que havia chegado à província antes da Independência para compor o oficialato da Legião de Linha, sendo natural de Viseu, Portugal. Aliado de Poupino Caldas e de Jerônimo Joaquim Nunes, ele era acusado, num texto em defesa do governo de Gaudie Ley, de crer “que o Senhor dos Passos quer que o Infante D. Miguel seja o Rei de Portugal” – ou seja, de ser um defensor de ideias ligadas ao regime anterior. Dentre diversos critérios, pessoais, familiares e de clientela, para a preterição nas promoções, o caso do tenente de milícias Joaquim da Silva Albuquerque teria sido motivado

[...] por ser homem de cor: porém é cidadão obediente às leis, homem de bem e comerciante desta praça: tem a desgraça (no sentir do Sr. Caçoleta) de ser brasileiro de cor, por isso preterido, contra a Constituição, Título 8, Artigo 179, §14 que diz – Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos ou militares, sem outra diferença que não seja a dos seus talentos, e virtudes³⁸

“Caçoleta” era o pseudônimo de um correspondente que havia escrito a outro periódico defendendo a lista de promoções do sargento-mor Pinheiro. Ainda segundo a carta, o “Sr. Caçoleta” acreditava pertencer “à classe de outro Adão” ao tomar a cor como critério de distinção entre os homens. Outro preterido era

Joaquim Soares, que tem 22 anos de praça, 5 de sargento, três destacamentos para a fronteira do Paraguai, a saber para o forte Coimbra um, e dois para o de

³⁷ Dentre outros, os periódicos “exaltados” da Corte, analisados por Marcelo Basile, e uma das principais lideranças da Balaiada, que como demonstrou Mathias Röhring Assunção, evocava uma identificação entre os “caboclos” e os “brasileiros”. Marcello BASILE. *Ezequiel Corrêa do Santos: Um Jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, Mathias Röhring ASSUNÇÃO. “‘Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar à Pátria e o Imperador’. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão.” In: Mônica Dantas (ed.), *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 295-327.

³⁸ *Matutina Meyapontense*, 114, 21 de dezembro de 1830

Miranda: estabelecido no Arraial de S. Pedro d'El Rei, vive de negócio de fazenda seca, e tem 10 escravos em mineração porém é homem de cor, e a legião a cujo corpo pertence foi criada no tempo colonial, tem uma só companhia de pardos, e enquanto naquela não houverem vagas os homens de cor que esperem embora tenham merecimentos.³⁹

Os privilégios sociais e relacionados à cor desfrutados por nascidos em Portugal explicam em parte o ódio que atraíram quando das tentativas de construção de uma ordem social fundada no mérito individual e na igualdade de nascimento entre os cidadãos. Eles não eram os únicos a se beneficiarem desses privilégios, mas havia mais de um século de experiência de predomínio de reinóis no oficialato e na magistratura em Mato Grosso a fundamentar sua identificação como monopolizadores de postos que conferiam dignidade e, ao mesmo tempo, como responsáveis pelo comando e organização da violência estatal. Os nascidos no Brasil construíram seu prestígio e poder no período colonial por outros meios, com destaque para o oficialato das milícias e a propriedade rural (como Corrêa da Costa) ou urbana (como Poupino Caldas e Gaudie Ley). Por meio de uma política de casamentos, as famílias mais ricas de Cuiabá se conectavam a uma parcela dos que chegavam à capitania como parte de suas carreiras no Estado ou na condição de comerciantes. Nunes foi um desses reinóis, o pai de Poupino Caldas havia sido outro. O mesmo ocorria com oficiais, magistrados e outros homens com algum prestígio vindos de outras capitanias, tendo Gaudie Ley ingressado para a mesma família que Nunes e Poupino Caldas.⁴⁰

A politização de identidades que acompanhou a luta anticolonial por todo o continente produziu no Brasil expressões de ódio popular aos portugueses que se conectavam tanto com privilégios sociais e políticos (ligados ao acesso a carreiras, postos e honrarias), quanto com privilégios relacionados à cor mais clara, que distanciava dos povos conquistados e escravizados. Em ambos os casos, que tendiam a se confundir em alguma medida, opressões vivenciadas dialogavam com a linha de corte reavivada pelo Sete de Abril, definido como uma “revolução” contra um partido “antinacional”.

O debate público sobre as “rusgas”

Quase ausentes do debate nacional durante o Primeiro Reinado, as palavras “rusga” e “rusguento” tomaram as páginas da imprensa nos primeiros anos após a Abdicação. As

³⁹ *Matutina Meyapontense*, 114, 21 de dezembro de 1830

⁴⁰ Sobre as relações de parentesco e a política de casamentos entre os grandes proprietários e ocupantes de altos postos públicos na província, ver o Capítulo 1.

poucas referências encontradas na década de 1820 evidenciam que desde aquele momento o termo estava ligado a tumultos de soldados e à perseguição a homens nascidos em Portugal.⁴¹ Entre 1831 e 1832, os significados se multiplicaram e a necessidade de definir o que seriam “rusgas” se manifestou até mesmo num “diálogo” bem-humorado publicado na imprensa, a evidenciar a novidade do uso generalizado do termo:

“- E o que são rusgas? No meu vocabulário não encontro este termo.
- Rusgas e Bernardas são sinônimos do tempo presente, que, salvo *meliori judicio*, designam influências diabólicas em cabeças desmioladas, e turbilhões antipolíticos, que revolvem, e levam à região do ar os vapores da terra, para gerarem trovoadas.”⁴²

“Sinônimos do tempo presente”, as “rusgas” e “bernardas” definiam mobilizações diversas que tomaram as ruas de todo o país no pós-Abdicação. Nas páginas da *Matutina*, foi a cobertura a duas sedições ocorridas em 1831 que marcou a incorporação do termo às discussões políticas. A primeira delas ocorreu em Goiás, em 14 de agosto, e a segunda, a sedição cuiabana de 7 de dezembro. Em ambos os casos, reivindicou-se, mediante ameaça armada, a demissão de todos os empregados civis e militares nascidos em Portugal. As principais diferenças entre as sedições estão ligadas à participação direta e declarada de lideranças partidárias. No caso goiano, o comandante das armas e o vice-presidente se envolveram publicamente na mobilização, ao passo que em Cuiabá os protagonistas foram os soldados, tendo possivelmente havido colaboração não-declarada de lideranças políticas.

A sedição goiana eclodiu no dia 14 de agosto de 1831, quando o comandante das armas prendeu um oficial “adotivo”, sob a alegação de que teria armado seu batalhão para a defesa dos nascidos em Portugal, sem ordem superior. As ordens, na verdade, partiam do governo da província, ocupado pelo também “adotivo” Miguel Lino de Moraes, temeroso com a série de assassinatos no norte da província, com as ameaças e os tumultos na capital e com a crescente circulação de pasquins contra os nascidos em Portugal.⁴³

⁴¹ Para se ter uma ideia, uma pesquisa do termo “rusga” na base de dados de periódicos da Biblioteca Nacional retorna 22 registros entre 1820 e 1829 e 917 entre 1830 e 1839. Entre 1840 e 1849, o número cai para 320. Apesar da imprecisão do número exato de referências, a diferença de escalas é evidente. Importa destacar que não se tratar de uma palavra nova, pois com o sentido de um tumulto de soldados já era usada desde pelo menos 1824.

⁴² *A Matutina Meyapontense*. n. 316, 05/04/1832

⁴³ A sedição foi bastante documentada na *Matutina*, que apresentou uma linha editorial contrária ao movimento, mas não deixou de publicar diversas cartas e documentos com posições divergentes. Sobre a sedição goiana, além dessas fontes, Wilson Rocha ASSIS. *Os moderados e as representações de Goiás n’ A Matutina Meiapontense (1830 – 1834)*. Goiânia: EdUFG, 2007. Martha Victor VIEIRA. *Entre conflitos e negociações: ordem monárquica e disputas pelo poder na província de Goiás (1821-1845)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2011.

Logo após a prisão do oficial “adotivo” pelo comandante das armas, uma multidão armada, formada principalmente por militares das tropas regulares se dirigiu ao prédio onde se reunia o conselho de governo. Falando em nome do “Povo e Tropa”, entregaram uma representação assinada por 120 cidadãos requerendo a demissão do presidente da província, Lino de Moraes, e de todos os funcionários nascidos em Portugal. Após a reunião, o vice-presidente, Luís Bartolomeu Marques, que foi acusado de estar ligado aos rebeldes, anunciou a aceitação das reivindicações. O ato ilegal de destituir um presidente era legitimado com base na acusação de ingerência de Lino de Moraes na jurisdição do comandante das armas, pois ele teria mandado armar um batalhão de soldados sem comunicar à autoridade militar. Além disso, argumentava-se pela defesa da ordem pública, ameaçada caso não se aceitasse as demandas da multidão armada. Por fim, afirmava-se que a demissão dos “brasileiros adotivos” dos postos públicos tinha um caráter preventivo contra as tramas e conspirações de oficiais militares “adotivos” que ameaçavam os “brasileiros natos”.

Já em Cuiabá, a 7 de dezembro de 1831 os soldados e oficiais inferiores tomaram o controle do quartel e da casa de pólvora, redigiram uma representação e se apresentaram armados às autoridades para exigir a demissão de todos os funcionários civis e militares nascidos em Portugal. Como vimos no Capítulo 2, este movimento estava ligado a uma longa trajetória de mobilizações armadas na fronteira oeste, nas quais se confrontavam comandantes das tropas regulares, de um lado, soldados e oficiais inferiores, de outro. Além dos oficiais “adotivos”, foram demitidos em consequência da sedição os funcionários civis, incluindo a maior parte dos membros do conselho geral da província. As tropas aclamaram ainda João Poupino Caldas, importante liderança de um dos grupos que disputavam o poder provincial, como novo comandante das armas. Portanto, mesmo sendo organizada e executada pela “soldadesca”, em oposição aos seus comandantes, o movimento não deixava de envolver os conflitos faccionais da província.

No contexto das duas sedições, “rusga” definia uma mobilização que perturbava a ordem pública por contar com a presença ameaçadora da “soldadesca” armada, estivesse ela ou não sob o comando de oficiais. A primeira referência ao termo “rusga” encontrada na *Matutina* é de outubro de 1831, num artigo que repudiava o movimento goiano de 14 de agosto⁴⁴. No texto, afirma-se que o partido exaltado “inventa *rusgas* e *bernardas* que vão ferir de morte o Comércio e as Artes, que fazem estagnar as rendas públicas, e que

⁴⁴ É possível que em notícias que não dizem respeito nem a Goiás nem a Mato Grosso haja outras referências, pois a leitura do periódico foi sistemática apenas para estas duas províncias.

finalmente trazem, em contínuos sobressaltos as famílias do país”⁴⁵ Outra menção a “*rusga*” – agora aparecendo também a palavra “*rusguentos*” - ocorreu quando a *Matutina* noticiou a sedição cuiabana de 7 de dezembro de 1831, que também foi definida como “*bernarda*”. Outro detalhe que se percebe é que, neste texto, as palavras “*rusga*”, “*rusguentos*” e “*bernarda*” aparecem em itálico, o que talvez sinalize se tratar de palavras recentemente incorporadas ao debate público, ou ainda, de termos populares inadequados para o vocabulário relativamente formal do periódico.⁴⁶

Outro texto relativo à sedição cuiabana de 1831 permite perceber que, naquele momento, “*rusga*” era um tipo de mobilização que independia da localidade ou do “partido”, pois, além de lembrar que não cessaram ainda “as *rusgas* no Rio de Janeiro, e nem na Bahia, Pernambuco, Sergipe, etc.”, o jornal afirmava que os “fautores das *rusgas* na época presente [são] umas vezes servis, outras anarquistas; tocando cada um dos extremos, segundo seus interesses”. Por fim, o que se percebe neste periódico é que foi logo após as “*rusgas*” de Goiás e de Cuiabá que o vocabulário se incorporou definitivamente ao noticiário, acompanhando a partir de então muitos dos relatos das agitações por todo o país⁴⁷. Aos poucos os itálicos também deixaram de aparecer em alguns artigos, o que parece indicar a incorporação do termo ao vocabulário político corrente. Mas apenas em 1833 foram encontradas recorrências da palavra para definir mobilizações, acontecidas ou temidas.

É interessante notar que, apesar de serem tidas por “turbilhões “antipolíticos”, as “*rusgas*” não costumavam definir, na *Matutina*, episódios sangrentos, como os crimes ocorridos no norte da província. Ela estava mais relacionada a prejuízos materiais, como os saques e depredações de estabelecimentos comerciais pertencentes a brasileiros “adotivos”. Dizia-se então, que as “*rusgas*” viriam a “ferir de morte o Comércio e as Artes” por causarem prejuízos materiais ou por provocarem a fuga ou a expulsão dos portugueses que tinham negócios no Brasil⁴⁸. Outra referência a perdas materiais, agora com uma reflexão mais abrangente sobre as “*rusgas*” apareceu em um periódico também “moderado”, mas do Rio de Janeiro, republicado na *Matutina*. O artigo merece uma

⁴⁵ A *Matutina Meyapontense*, n. 248 – 29/10/1831. Itálicos do original. O artigo traz ainda uma tabela demográfica indicando como nos Estados Unidos (onde, segundo o texto, não ocorrem “*rusgas*”, pois “os Americanos abrem os seus braços, e o seio do seu País aos Estrangeiros”) a população de cada Estado vem crescendo e, com ela, a economia.

⁴⁶ Itálicos do original. A *Matutina Meyapontense*, n. 282 – 17/01/1832.

⁴⁷ Por exemplo, A *Matutina Meyapontense*, números 311 (24/03/1832), 313 (30/03/1832), 316 (05/04/1832), 326 (28/04/1832), 335 (23/05/1832), 352 (21/07/1832), 379 (24/10/1832), 380 (27/10/1832).

⁴⁸ A *Matutina Meyapontense*. n. 248, 29/10/1831.

atenção um pouco mais detida, pois é dedicado a definir “rusga” a partir de supostos padrões nas mobilizações que vinham ocorrendo pelo país. O texto começava com a seguinte questão:

Que bem traz consigo um movimento popular? Que lucros dá ao país? O pessoal de uma *rusga* compõe-se de 1000 pessoas pouco mais ou menos, e o termo médio, ela e seus efeitos próximos, duram 3 dias. O meio termo dos jornais [ou seja, o ganho diário médio] dos atores que figuram nesta cena pode ser avaliado em 300 réis por cabeça, que são para eles, e para a massa da riqueza comum. Ali temos pois, só por este lado, uma despesa de 6 mil cruzados por cada *rusga*. Mas aqui não fica: uma comoção dessas põe em movimento 2000 Guardas Nacionais, e como eles pertencem em geral a classes mais abastadas do que os que comparsas dos motins, não há exageração em avaliar o jornal de cada um em 1200 réis por dia. Ora, 2000 Guardas Nacionais arrancados aos seus trabalhos habituais durante 3 dias, dão um prejuízo de 7:200\$ réis ou 18 mil cruzados que, reunidos aos 6, de que fizemos menção, equivaleriam quase uma capitação de dez contos de réis, imposta por alguns desordeiros sobre o bom povo do Rio de Janeiro. E se estas *rusgas* se reproduzissem uma dúzia de vezes cada ano, teríamos nós 116 contos de tributo, que não vem na lei do orçamento, e que nem o Governo nem pessoa alguma recebe.⁴⁹

Após arrolar mais uma série de prejuízos materiais, incluindo o lucro que o comércio, obrigado a fechar as portas, deixava de ter, bem como os impostos que o Estado deixava de arrecadar, o artigo procurava calcular o “mal que causam os ambiciosos, e tantos que nos agitam com a sua estéril e turbulenta atividade”.

Segundo a definição apresentada, “*rusga*” era então “um movimento popular” com determinados padrões em termos de número de participantes e de composição social. O texto não deixava dúvidas quanto ao protagonismo de livres pobres e libertos – e, dentre esses setores, não apenas soldados. Percebe-se, ainda no trecho mencionado, que os “Guardas Nacionais pertencem em geral a classes mais abastadas do que os que comparsas dos motins”, o que significa que os *rusguentos* não teriam renda suficiente para votar, já que na época o critério censitário era o mesmo para a guarda e para as eleições primárias⁵⁰. O artigo também afirmava que um dos prejuízos das “*rusgas*” era a perda de empregos por “obreiros que são demitidos das oficinas e construções, e vão cair na mais cruel miséria, miséria que também se torna princípio de novas desordens.”⁵¹ Ou seja, trabalhadores assalariados figurariam nas “*rusgas*” e a miséria era considerada uma de suas motivações.

⁴⁹ *A Matutina Meyapontense*. n. 326, 28/04/1832 Itálicos originais. O artigo foi originalmente publicado na *Aurora Fluminense*.

⁵⁰ Sobre a guarda nacional, ver o próximo subcapítulo.

⁵¹ *A Matutina Meyapontense*. n. 326, 28/04/1832.

Outra característica na definição do artigo diz respeito ao ideário dos *rusguentos*, neste caso diretamente relacionados a um “partido” que não é nomeado, ainda que em certos momentos se atribua às “*rusgas*” um caráter “republicano”.

Vamos ao essencial; aos fins mesmos que proclama o partido. Causa estranha! Fala-se nos sempre em movimento, como se o repouso não fosse uma condição necessária da prosperidade das nações; e como se hoje os calmantes não fossem mais precisos do que os estimulantes. Esse movimento que se exige, não é o desenvolvimento progressivo da civilização, mas sim uma agitação febril, desordenada, semelhante à que consome os bens e vidas dos nossos vizinhos da América do Sul, e que os faz mais desgraçados hoje do que o eram sob o jugo detestável da Espanha. [...] Uma impaciência ardente, irrefletida, que não encara ventura senão nos bazares, quisera de um golpe mudar tudo, sem saber o que lhe há de substituir, forte e eficaz para a destruição, ela é nula para reconstruir o edifício. A impaciência e a precipitação não é que hão [sic.] de reparar suas ruínas.⁵²

Portanto, as “*rusgas*” eram relacionadas a determinado ideário, ligado ao “movimento” contra o “repouso”, à “impaciência” (e, em vários outros textos, “exaltação”) contra a “opinião moderada” – sendo esta a palavra que definia o “partido” tomado pelo jornal. Ou seja, os “*rusguentos*” tinham pressa e não se contentavam com o “desenvolvimento progressivo da civilização”. Segundo os “moderados”, “a marcha do gênero humano” deveria ser “gradual” e “depois de um grande esforço como o de Abril, bom é fazer pausa, que permita ao solo abalado, firmar-se-nos debaixo dos pés.”⁵³

Abril dizia respeito à Abdicação de d. Pedro I que, como vimos, foi narrada pelos “moderados” como uma “revolução” sem guerra civil. A mobilização nas ruas, nos quartéis, na imprensa, nas sociedades políticas, nos ambientes privados, e nos espaços institucionais da política havia sido vitoriosa graças à união das forças “exaltadas” e “moderadas” contra os “pés-de-chumbo”, mas levou apenas a “moderação” ao governo. Tratava-se agora, na leitura construída pelo partido que ocupava a regência e o ministério, de “fazer pausa” e defender reformas específicas e não a destruição de todo o edifício. Afinal – e retomando o caráter universal ou, na prática, atlântico, da perspectiva colocada pela revolução liberal –, para a “espécie humana [...], desta súbita e total emancipação poderiam resultar movimentos desordenados”⁵⁴.

Por serem terríveis as potenciais consequências de uma vitória de “*rusguentos*” com suas ideias “exaltadas”, defendia o artigo – e esta é a razão de sua publicação – que não se deveria tolerar a possibilidade de sua chegada ao poder do Estado:

⁵² A *Matutina Meyapontense*. n. 326, 28/04/1832.

⁵³ A *Matutina Meyapontense*. n. 326, 28/04/1832.

⁵⁴ A *Matutina Meyapontense*. n. 326, 28/04/1832.

[...] algumas pessoas, aliás da opinião moderada, não desestimariam de ver chegar ao ministério os chefes do partido adverso, ou os que se dão como tais. Julgam ser este o meio mais seguro e pronto de os desacreditar, bem como as suas doutrinas. Pelo que nos toca, estamos longe de pertencer a semelhante modo de pensar: recuáramos de medo, diante de tal ensaio, ainda que devesse durar só 15 dias, ao lembrar-nos de todas as desgraças que nesse prazo poderiam consumir-se. E contamos como certo que houvesse depois braços bastantemente fortes para conterem a tempestade, já sublevada?⁵⁵

Fazia apenas um ano que os liberais “moderados” haviam pressionado d. Pedro I a abdicar num processo que celebraram como uma “revolução”. A “exaltação” era condenada não por se inspirar em ideias revolucionárias, mas por insistir em reivindicá-las, não se detendo mesmo após assegurado o encaminhamento de reformas constitucionais. Nesta leitura partidária e polarizada do pós-Abdicação, os “rusguentos” do partido “exaltado” são definidos como a negação da “civilização”, da “ordem” e do “bem”, figuras que devem ser impedidas de agir para além da legalidade, como apenas um ano antes haviam feito os “moderados”. Eles deveriam ser impedidos porque, se vitoriosos, sobreviria o “mal”, e “os povos se habituariam ao mal, assim como ao bem; chegam a ganhar uma necessidade mórbida de estímulos; para os quais a nossa geração jovem mostra demasiada tendência”⁵⁶.

Esta referência a uma “geração jovem” fará, por vezes, parte das definições tanto de “exaltados”, quanto de “*rusga*” e “*rusguentos*”. Além disso, segundo os “moderados”, eles não se guiavam por “opiniões”, mas por “interesses”. Assim, “desejam a república como uma mudança violenta” a lhes trazer vantagens sem que para isso tenham que esperar a “ação regular do nosso atual regime”. O que os “moderados” reprovavam, segundo suas palavras, é que, nesta busca, houvesse uma recusa em “pactuar com o tempo”.⁵⁷ Em suma, esta definição, por parte da imprensa “moderada”, de um ideário das “rusgas”, descreve uma luta do “movimento” contra o “repouso”, em parte motivada pela ambição dos cargos, que o redator de um artigo chegou a definir como “oficiomania”⁵⁸. Nesse sentido, a explicação para a demanda (inconstitucional) pela demissão de funcionários civis e militares “adotivos” é reveladora. Segundo o jornal, os “exaltados” gostariam de ser “profissionais liberais”, mas “a sociedade tem já mais médicos do que doentes, mais advogados do que demandas”, sendo necessário, portanto, “obter empregos

⁵⁵ *A Matutina Meyapontense*. n. 326, 28/04/1832.

⁵⁶ *A Matutina Meyapontense*. n. 326, 28/04/1832.

⁵⁷ *A Matutina Meyapontense*. n. 326, 28/04/1832.

⁵⁸ *A Matutina Meyapontense*. n. 478 – 05/10/1833

públicos” por meio da força⁵⁹. Percebe-se que o artigo não via as “rusgas” como compostas por uma massa formada apenas por livres pobres e libertos, mas notava também a presença de setores médios letrados.

A crer nos artigos da *Matutina Meyapontense*, as “rusgas” ou “bernardas” foram, no pós-Abdicação um “sinônimo do tempo presente”. No Rio de Janeiro, centro cuja influência na definição de formas e significados políticos chegava com intensidade variável a todas as províncias, elas foram definidas como tumultos que não eram protagonizadas por soldados. Compostas por multidões que se reuniam em torno de bazares, tavernas e demais comércios populares, formadas predominantemente por cidadãos sem direito a voto, mas com a presença de setores médios e letrados, elas eram descritas como um fenômeno generalizado nas cidades e vilas brasileiras. Elas forçavam o limite da legalidade, frequentemente o ultrapassando sem pudores, pois para seus agentes sua legitimidade não provinha apenas da letra da Constituição e das novas leis, criadas por representantes eleitos, mas também do caráter revolucionário que o liberalismo tivera durante a primeira metade do século XIX no mundo atlântico. O direito à resistência, evocado no Sete de Abril, era um argumento poderoso e amplamente disponível para a tentativa de legitimar a ruptura com a legalidade por movimentos muito diversos entre si. Além da celebração da “revolução”, a exaltação do patriotismo da tropa e a suspeita e o ódio aos “adotivos” estavam presente em discursos na imprensa e no parlamento pelos novos governantes do país.

Os “aperiquitados” e a difusão do ideário liberal e patriótico do Sete de Abril

O liberalismo “moderado” se utilizou das mobilizações da “tropa” e do “povo” para chegar ao governo e, ao fazê-lo, impulsionou o que passou então a ser denominado liberalismo “aperiquitado” nas províncias do Oeste. A identificação das “rusgas” de Goiás e de Cuiabá, em 1831, com os egressos do batalhão baiano dos Periquitos foi bastante presente na *Matutina*. Em setembro de 1831, logo após a sedição goiana, o periódico publicou e comentou uma carta de Luiz Bartolomeu Marques, presidente interino aclamado na revolta. Marques acusava o ex-presidente de ter provocado a sedição com sua reação desproporcional ao surgimento de “pasquins contra os adotivos”. Para comprovar o argumento, anexou uma ordem que, na condição de juiz de paz, recebeu confidencialmente de Lino de Moraes no dia 23 de julho. A ordem tinha o seguinte teor:

⁵⁹ A *Matutina Meyapontense*. n. 326, 28/04/1832.

Constando [que] se continua a aliciar partido contra os europeus, que na casa do Padre Martinho se reúnem algumas pessoas ao dito fim; que um caixeiro de João Lourenço ontem de tarde, sendo perguntado na rua do Carmo por uma mulher onde ia, lhe respondera francamente, a aliciar partido contra os europeus, fazendo-se também suspeito o sargento ajudante Pinheiro e um soldado de Periquitos, desertor do Cuiabá, aqui demorado à espera de uma decisão da Corte, com tenda de ferreiro atrás da cadeia; assim como que ontem de noite se juntaram em casa do coronel Couto sete europeus, dos quais um mandara buscar a loja de Macedo dois arcabuzes: o presidente da província ordena assim se participe confidencialmente ao juiz de paz desta cidade, para que empregue todo o seu zelo em observar a conduta dos incitados; promovendo todos os meios possíveis de dissipar e dispersar ajuntamentos e acautelar as terríveis consequências de uma revolução⁶⁰

Segundo Marques, tal ordem evidenciava uma prática despótica que provocava, ao invés de evitar, as animosidades contra os “adotivos”. Por sua postura, Lino de Moraes teria acirrado os ódios, transformando a oposição ao seu governo num movimento contra os “adotivos”. Chama atenção na ordem a menção a um soldado de Periquitos desertor de Cuiabá. Este personagem voltou a aparecer numa de muitas declarações que a *Matutina* publicou de cidadãos de Goiás que teriam sido enganados ou coagidos ao assinarem a representação pela destituição dos “adotivos”. Segundo a declaração de um desses signatários, “no dia 16 de agosto proximamente findo fui chamado por um soldado periquito, oficial de ferreiro, desertor da província de Cuiabá, para ir ao quartel militar”. Lá ele teria sido informado “que era para assinar um papel para a defesa da Patria”, o que fez “sem saber o fim para que era tal assinado”.⁶¹

Após publicar uma longa série de declarações deste tipo, a *Matutina* passou a rotular o “partido” dos que protagonizaram a sedição pela identificação com os Periquitos. Ao que parece, isso ocorreu primeiramente num texto que atribuía a sedição a lideranças que antes haviam se identificado com o “absolutismo”:

Se diz que aqueles mesmos que a opinião pública indigitava em 1829 como fautores do Absolutismo [...] são os principais figurões do liberalismo periquitado em Goiás; e que como prometessem muito a muitos, se tem achado a mor parte enganados de onde tem resultado um grande número de arrependidos [...] Que vergonha! E ainda se dirá que prestaram serviços esses famigerados periquitados? Pobre povo, que serve de capa a tantos impostores!⁶²

Ao criticar novamente a sedição goiana, o periódico atribuía as agitações na cidade ao “homem da espada, o liberal aperiquitado [que] vai fazendo o que lhe vem a cabeça

⁶⁰ *Matutina Meyapontense*, 230, 17 de setembro de 1831

⁶¹ *Matutina Meyapontense*, 240, 11 de outubro de 1831

⁶² *Matutina Meyapontense*, 251, 5 de novembro de 1831

embora seja insultado o cidadão, embora seja desatendido o público, embora sejam calcadas as leis!”.⁶³ Comentando uma carta de um militar de um batalhão que vinha sendo acusado de ter tido parte na sedição goiana e que em defesa do corpo dizia que os implicados eram apenas vinte indivíduos, o redator disse desejar “que todos os soldados pensassem assim, e então não haveria esses aperiquitados perturbadores do sossego público”. O corpo militar em questão, chamado batalhão 29, recebeu como soldados no mês seguinte os dois pronunciados pelo assassinato do ouvidor Castro, famigerado déspota “adotivo” do norte goiano cujos “abusos” foram acima descritos. Os dois foram identificados como sendo os “soldados da Legião de 1ª Linha da província de Mato Grosso Francisco Félix de Souza e José Joaquim do Carmo” e o rótulo que receberam foi o de liberais “aperiquitados”.⁶⁴

Como se percebe, “liberalismo aperiquitado” (dentre outras variações) foi, assim como “rusga” e “rusguentos”, uma expressão recorrente na cobertura da *Matutina* sobre as sedições em Goiás e Mato Grosso no segundo semestre de 1831.⁶⁵ Era uma denominação depreciativa, como também era a identificação que adversários do grupo ligado ao periódico fizeram entre a reprovação da sedição e o pertencimento a um “partido” retrógrado ou absolutista. Afinal, a *Matutina* tinha razão ao dizer que os defensores dos “adotivos” não necessariamente eram “corcundas”.

A polarização política entre “brasileiros” e “portugueses” e entre “liberais” e “corcundas” mobilizou ódios e estigmas em todos os grupos sociais envolvidos. Na luta de lideranças políticas civis contra soldados insubordinados, esses estigmas podiam se direcionar a corpos militares, como foi o caso dos Periquitos da Bahia, da Legião de Linha de Mato Grosso e, talvez, do batalhão 29 de Goiás. Os Periquitos foram temidos e perseguidos tanto em Goiás quanto em Mato Grosso. Eram soldados e oficiais subalternos que combateram na guerra de Independência e era provavelmente em referência a isso que o jornal questionava quem dizia “que prestaram serviços esses famigerados periquitados”⁶⁶. De heróis da pátria a desertores estigmatizados como revoltosos ou ladrões, os Periquitos se tornaram a imagem da intolerância a ser evitada, a expressão da

⁶³ *Matutina Meyapontense*, 252, 8 de novembro de 1831

⁶⁴ *Matutina Meyapontense*, 252, 8 de novembro de 1831

⁶⁵ Dentre outros, podem ser mencionados dois exemplos deste uso, que remetem a casos bastante distintos. Após um incidente envolvendo dois homens armados – um deles escravo – que teriam se dirigido à casa do comandante das armas, o jornal mais uma vez conclamou para que se agisse como “cidadão brasileiro”, deixando de lado os “aperiquitados liberais”. Ao noticiar agitações na Corte e em diversas províncias do país, o periódico chamou a atenção para “a identidade de procedimentos em os aperiquitados de Goiás com os rusguentos de outras províncias”.

⁶⁶ *Matutina Meyapontense*, 251, 5 de novembro de 1831

barbárie para um liberalismo que se pretendia civilizado. Porém, eram a politização da identidade nacional e a possibilidade que o ideário liberal abria de questionamento de opressões que haviam criado as bases para o “liberalismo aperiquitado” dos soldados.

Alinhada aos liberais moderados, a *Matutina* negava que sua defesa dos europeus destituídos, agredidos ou assassinados a aproximasse do absolutismo, que vinha sendo diretamente identificado com os nascidos em Portugal. Tratava-se, segundo o redator, da “defesa dos perseguidos, fossem eles mouros ou judeus, mas uma defesa que é justa, e prescrita pelas leis, uma defesa não para manter o homem, mas para sustentar a inviolabilidade da Constituição e a observância às leis”. Contudo, as oscilações da conjuntura política após o Sete de Abril viriam a ser acompanhadas por alguns rompantes de ódio aos portugueses por parte do periódico e de lideranças liberais moderadas de expressão nacional. A intolerância, potencializada por uma guerra que explicitou opressões sociais e de cor, era também uma arma política que já vinha sendo usada em Cuiabá por Poupino Caldas desde pelo menos 1824 e que num momento de protagonismo dos soldados, com suas ideias e práticas “aperiquitadas”, foi disputada por diferentes grupos.

Além de contribuir para a compreensão da atuação dos soldados em Cuiabá, a análise da *Matutina* permite notar uma intensa dinâmica de circulação de notícias e rumores pelo território do Império, acompanhando o relato do Sete de Abril. Tanto os “crimes do norte”, quanto a sedição da capital tinham sido precedidos por boatos, mas eles tinham caráter diverso em cada caso. Segundo um relato sobre os assassinatos, “logo se disse que o Governo da Bahia mandara matar todos os nascidos em Portugal, e por conseguinte começaram as hostilidades, e já a Carinhonha viu correr o sangue dos bons Brasileiros adotivos”. Este tipo de boato, ligado a supostas ordens legais que autorizam atos criminosos, podem ter tido efeito de verdade, e parecem ter tido origem num decreto do governo da Bahia ordenando não o assassinato, evidentemente, mas a deportação de portugueses. Um dos grupos do norte goiano teria dito ter “ordens de matar Europeus” vindas da Bahia. Neste caso, pode se tratar de ações com alguma organização que se expandiram a partir de um centro. Dizer-se portador de uma “ordem” tem um caráter mais evidente de uso tático dessas falsas determinações legais do que a simples divulgação de um boato. Porém, ainda que houvesse um uso intencional dos rumores, é verossímil que muitos tomassem por verdade que um governo “revolucionário” autorizara ou ordenara a morte de seus inimigos “adotivos”.

Por outro lado, as “sugestões” e os “boatos” que antecederam à sedição goiana expressavam provavelmente vazamentos no segredo indispensável para mobilizações planejadas. O mesmo ocorreu em Cuiabá por ocasião da festa de Sete de Setembro. Note-se, em todo caso, que a imprensa e as correspondências oficiais e particulares estavam longe de monopolizar a elaboração e circulação de informações e de leituras sobre os acontecimentos políticos. Os “pasquins”, os “boatos”, as “sugestões”, etc. atestam a existência de outros percursos de articulação da sociedade civil, pois ainda que de forma menos sistemática esses meios influenciavam as ações de muitos indivíduos, contribuindo para formar a “Opinião Pública”, num sentido oposto ao desejado pelos “moderados” da *Matutina*. Ademais, tratava-se de instrumentos políticos muito antigos, presentes nesses espaços desde o período colonial, o que significa que seu manejo era bastante difundido.

67

As sedições “da Tropa e do Povo” requerendo a demissão ou expulsão de “adotivos” eram uma forma dentre outras de manifestação de ódio aos portugueses. Eram expressões bastante organizadas deste ódio, tendo objetivos razoavelmente bem definidos e voltados para o poder público. Contudo, assim como o Sete de Abril e outros acontecimentos ligados às polarizações na política institucional, essas mobilizações cuidadosamente planejadas inspiravam outras, bem menos comprometidas com a ordem política e social vigentes – ou seja, as manifestações, atribuídas a criminosos, que se apresentavam aos gritos de “vivas” (aos brasileiros, à Constituição, a d. Pedro II, etc.) e de “morras” (aos portugueses, aos marotos, aos pés-de-chumbo, etc.), sem dirigir às autoridades qualquer representação com suas demandas. Ao censurar o grupo responsável pela sedição goiana, a *Matutina* expôs sua preocupação com os vínculos entre esses eventos:

E quantos males uma deposição inconstitucional, injusta e impolítica não pode causar? Não pode ela concorrer para vigorar na Comarca de São João das Duas Barras [norte goiano] e nesses sertões limítrofes os espíritos turbulentos, que julgando-se apoiados pelo Governo da Província, empregam a mais desenfreada licença na continuação dos roubos e assassinios? Por ventura já se terminou a agitação daquela Comarca? Não se lembra o Governo que a matança horrorosa que tem havido no Rio de Contas, Caetité, Salgado, Carinhanha, Urucuiá se teve princípio depois que se publicou a Ata do Governo da Bahia em que se determinava a deportação dos portugueses?⁶⁸

⁶⁷ Sobre o uso político dos boatos em Mato Grosso colonial, Nauk Maria de JESUS. “Boatos e sugestões revoltosas: A rivalidade política entre Vila Real do Cuiabá e Vila Bela - Capitania de Mato Grosso (Segunda metade do século XVIII)” in: Wilma Peres COSTA & Cecília Helena de SALLES (Orgs). *De um império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2007, pp. 275-296.

⁶⁸ *Matutina Meyapontense*,

Para além da questão da relação entre eventos que ultrapassavam os limites da legalidade, o excerto permite perceber a escala alarmante dos crimes contra “adotivos” numa ampla área do sertão baiano. Salvador aparece como epicentro de uma “matança horrorosa”, para a qual parecem ter contribuído boatos originados numa mobilização política que resultara na ordem de deportação dos portugueses. O norte goiano seria, nessa territorialização, uma extensão do espaço de experiência baiano que, como se viu, esteve ligado à guerra de Independência, à “erosão de hierarquias raciais” no interior dos corpos militares regulares e às mobilizações armadas de livres pobres e libertos em nome da “Pátria” e da “Constituição”. Ao contrário da sedição da capital, não se tratava ali de pressionar as autoridades com a ameaça armada para reivindicar algum ato legislativo. Seus protagonistas agiam como executores de sentenças de morte por desígnios da pátria e da constituição, sem que procurassem a mediação estatal. Contudo, seus “morras” eram acompanhados por “vivas” à Regência e a d. Pedro II.

A relação entre diferentes episódios de quebra da legalidade era perceptível na evocação do Sete de Abril por proclamações e atas de movimentos ocorridos em diversas províncias, incluindo a sedição goiana. Num desses casos, um movimento eclodido em Cachoeira, na Bahia, legitimava o cruzamento da fronteira da legalidade por contarem eles “com aquele mesmo direito que tiveram os fluminenses de expelir o ex-Tirano D. Pedro 1º”. Já numa sedição ocorrida em Belém, os rebeldes afirmavam que “o Direito Natural que escudou os fluminenses em 7 de abril é o mesmo que defendeu os paraenses em 7 de agosto”⁶⁹. Ao apelarem às ruas e quartéis para forçar a Abdicação de d. Pedro I, os “moderados” tiveram de lançar mão do direito à resistência como legitimação para seus atos. Ao fazê-lo, forneceram uma poderosa arma para descontentes com autoridades civis e militares de diversas regiões do país, sobretudo quando era possível identificar os adversários com o partido de d. Pedro I ou com os nascidos em Portugal. As “rusgas” do pós-Abdicação expressavam uma forte identificação com as palavras de ordem e os apelos patrióticos do Sete de Abril, buscando em diversos casos apoiar-se na legitimidade conquistada pelos “moderados” recém-chegados ao poder. Fosse quais fossem os interesses em jogo e as razões para o descontentamento em cada caso específico, o que unificava estes fenômenos era sua cultura política tendente à mobilização de multidões em torno de ideários e símbolos liberais e patrióticos. Mesmo os que assassinavam

⁶⁹ (A Opinião apud MACHADO, 2011, p. 205)

“adotivos” no norte goiano, ao que parece sem qualquer objetivo ligado ao poder provincial, ecoavam os gritos do Sete de Abril ao darem vivas ao imperador nascido no Brasil.

Além das “rusgas” feitas pela “tropa” e pelo “povo” e dos grupos de “malfeitores” que percorriam os sertões, existem também referências na *Matutina* a um tipo de mobilização contra os “adotivos” presente no espaço urbano, ligado a livres pobres e libertos, e que envolve tumultos, agitações e quebra-quebras, tendo como alvos principais os comerciantes nascidos em Portugal. Exemplo deste tipo de agitação aparece no mesmo contexto da polêmica goiana, sobre os acontecimentos de 24 de maio na Corte, quando “um magote de mais de 200 pessoas, quase todas de gente sem consideração alguma, correram às Ruas, dando vivas aos Brasileiros e morras ao chumbismo, chegando a apedrejar algumas janelas.” Neste caso, a notícia acompanhava informações sobre propostas encaminhadas na “Câmara dos Deputados, solícita em procurar restabelecer a ordem”, incluindo o “projeto de Lei para a criação das Guardas Nacionais”, além de outro, “adotado em ambas as câmaras, e que já tinha subido à Sanção, no qual se ordena que os que fizerem ajuntamentos ilícitos sejam punidos com três a nove meses de prisão, que se não conceda fiança aos presos em flagrante nos crimes policiais”, dentre outras medidas⁷⁰.

Percebe-se, portanto, que as diferentes formas de mobilização, ao mesmo tempo em que traziam ao debate a questão das reformas constitucionais, que segundo a *Matutina* tornavam desnecessárias novas “revoluções”, motivavam mudanças na esfera judicial e na organização da violência estatal. Como veremos a seguir, a manutenção da ordem pública ocupou o topo das prioridades da agenda parlamentar no pós-Abdicação, sendo a participação política dos soldados uma das questões centrais neste debate. Após o Sete de Abril, os direitos dos soldados seguiram sendo delimitados pelos mesmos códigos e regulamentos e, ao menos em Mato Grosso, quase não houve renovação de quadros no oficialato, a não ser temporariamente, graças às deposições feitas pela tropa. Ainda assim, a Regência recém-estabelecida acenou com uma resposta à demanda por reconhecimento da cidadania dos soldados, ao abolir o suplício que, no dizer de um correspondente da *Matutina*, os nivelava com os escravos⁷¹. Datado de 16 de julho, o texto legal afirmava que “sendo ignominioso para o Exército Brasileiro continuar ainda nele a ter vigor o

⁷⁰ *Matutina Meyapontense*, 206 (23 de julho de 1831).

⁷¹ *Matutina Meyapontense*, 162 (12 de abril de 1831)

aviltante castigo das chibatadas, que aliás não tem fundamento em lei, ordena a Regência em nome do Imperador que fique desde já proibido semelhante castigo”.⁷²

Contudo, seria sobretudo pela desmobilização crescente das tropas que o Império enfrentaria o desafio da insubordinação ligada às arbitrariedades de comandantes. Neste processo, a Legião de Linha de Mato Grosso teve todos os soldados e oficiais inferiores demitidos, até o posto de sargento, enquanto os oficiais (inclusive o alferes Negrão, com todos os seus abusos reconhecidos pelo governo civil após a revolta do Forte do Príncipe) mantiveram suas carreiras. Os Periquitos também haviam sido desmobilizados, inclusive os oficiais, e este destino era certamente temido pelo militar de Goiás que lamentava ver “tanta desconfiança no Batalhão 29” depois da sedição de agosto, pois a *Matutina* já defendia a redução do número de praças⁷³. Ao que parece, isso ocorreu em outras partes do Brasil. Em sua análise da Cabanada, Marcus Carvalho afirma que naquela província a tensão nos quartéis “já era grande antes da queda de Pedro” e foi “renovado pelas folhas que consideravam o 7 de abril a consolidação da Independência”. Segundo o autor,

[...] o nativismo transbordou dos quartéis para as ruas, alcançando a população. Em setembro de 1831, os soldados de primeira linha rebelaram-se, tomando as ruas do Recife, quebrando a ordem militar, saqueando o comércio da cidade, derrubando o brigadeiro Vasconcelos do comando das Armas. Esse episódio, a Setembrizada de 1831, deu ao governo provincial o pretexto para desmobilizar as tropas de primeira linha e entregar o policiamento da província à Guarda Municipal, modelo empregado em várias províncias, onde as tropas de primeira linha estavam sendo também desmobilizadas.⁷⁴

Como se percebe, não se trata de um processo restrito a fronteiras provinciais. Contudo, importa atentar também para as especificidades da trajetória da luta dos soldados e oficiais inferiores em Mato Grosso.

O Sete de Abril em Mato Grosso

Quando a sedição cuiabana de 7 de dezembro de 1831 foi anunciada na *Matutina*, o ódio aos portugueses era e continuaria sendo um tema central nas páginas do periódico. A posição do redator acompanhou as conjunturas nacionais, sendo que naquele momento ela era de tentativa de refrear a animosidade contra os portugueses. Além disso, a sedição goiana de 14 de agosto havia sido seguida por pequenos incidentes de ataques contra os

⁷² “Ordem de 16 de julho de 1831”

⁷³ *Matutina Meyapontense*, 252, 8 de novembro de 1831

⁷⁴ Marcus J. M. de CARVALHO, “Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os jacobinos: a Cabanada, 1832-1835”. In Monica Duarte Dantas (org.) *Revoltas, motins, revoluções*, São Paulo, Alameda, 2011, p.169-200.

“adotivos” não só no norte, mas também na capital e em outras localidades, levando a uma preocupação maior com os crimes ligados ao ódio aos portugueses. Para se ter uma ideia, na edição seguinte à que anunciou a sedição em Cuiabá, a *Matutina* publicou o relato de um padre de Goiás que afirmava ter sofrido um ataque na rua por parte de um caixeiro, que o derrubou e feriu, com alguns espectadores “aplaudindo o heroísmo do jovem meu agressor”. Após relatar o ocorrido o correspondente concluiu “refletindo” sobre as “circunstâncias do tempo presente, em que se faz assoalhar por entre a população rude que o matar aos Europeus é uma ação boa; e eu na qualidade de brasileiro adotivo considero-me proscrito; e muito favor se me tem feito em inda se me não ter morto.”⁷⁵

A oposição entre “brasileiros” e “portugueses” não era fruto apenas da Independência, mas sim do processo mais amplo no qual a luta travada entre 1822 e 1823 se inseria, de formação de um Estados nacional. Em Mato Grosso, já se mencionava tensões opondo essas identidades desde pelo menos 1789, quando os anais de Vila Bela indicam um incidente relativo às tropas – com a diferença de que a identidade que se opunha à dos “portugueses” era a dos “americanos”.⁷⁶ Contudo, até 1831, episódios deste tipo parecem ter se restringido às trocas de insultos e às incitações e ameaças de João Poupino Caldas desde pelo menos 1824.

Não se pode, assim, atribuir apenas à notícia da Abdicação manifestações de ódio aos “adotivos”. Num momento em que se noticiava os crimes do norte goiano e sedições por todo o país, o relato da recepção do Sete de Abril em Cuiabá enfatizava a tentativa de uma “reconciliação geral” após conflitos faccionais que ameaçavam “um desfecho horroroso”⁷⁷. O texto não detalha esses conflitos anteriores, mas por pressupor que o leitor os conhecia provavelmente estavam ligados à luta entre as facções de Gaudie Ley e de Nunes, que vinha ocupando o periódico, incluindo o escândalo com relação ao suplício de um soldado pelo comandante da Legião de Linha, no início do ano. Num contexto de polarização entre dois grupos políticos, foi uma liderança que não pertencia a nenhum deles que a Regência nomeou como presidente, decisão que chegou à província ao mesmo tempo que a notícia do Sete de Abril:

⁷⁵ *Matutina Meyapontense*, 283, 19 de janeiro de 1832

⁷⁶ “No dia 7 de fevereiro [de 1789] foi o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General servido mandar, formados todos os corpos militares, na frente deles se fizesse saber que se proibia aos soldados de quaisquer corpos: questionar sobre qualquer imaginável distinção e preferência por ser europeu ou americano; pois que, de nenhuma sorte a há em semelhante matéria; e quem todo o que o contrário praticasse, em qualquer tempo e lugar, seria preso e severamente castigado.” *Anais de Vila Bela (1734-1789)*. Organização de Janaína Amado e Lany Caselli Anzai. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006.

⁷⁷ *Matutina Meyapontense*, 218, 20 de agosto de 1831

Antes mesmo de ver empossado o seu digno presidente, o Exm. Sr. Antonio Correa da Costa, honrado e sisudo patriota, que muito conceito tem merecido no lugar de juiz de paz do Cuiabá, para que pelos seus concidadãos fora eleito, já começou a saborear os prazeres da paz, que parecia desterrada daquela cidade.⁷⁸

Ao contrário da postura que adotara nos governos de Nunes e de Gaudie Ley, a *Matutina* foi abertamente partidária do governo de Mato Grosso a partir de então. Além da notícia, o jornal publicou uma descrição dos “festejos e sonetos que ali se fizeram”, narrativa que também foi remetida “para a cidade de Mato Grosso, e a diversos lugares da província”.⁷⁹ Festas públicas eram eventos políticos importantes tanto no Antigo Regime quanto na construção de uma ordem liberal. Ao mesmo tempo, as descrições e as narrativas sobre estas festas eram discursos políticos cuidadosamente construídos.⁸⁰

O relato se iniciava com a chegada do “correio do Rio” no dia 23 de junho de 1831, havendo nos dias 24, 25 e 26 “espontânea a geral iluminação nesta cidade”. Na noite do dia 24 “subiu aos astros uma máquina, ou balão, oferecido pelo concidadão João Poupino Caldas, a anunciar aos etéreos o triunfo que obteve a nossa constituição e a morte eterna do vil despotismo”. Em seguida, houve um jantar “na casa do cidadão José Alves Ribeiro”, para festejar “o feliz resultado que obtivemos contra o despotismo: deram-se muitos vivas à Pátria e aos Ídolos dela, e houve muita satisfação entre os concorrentes, como é notório”. No dia 26, a aurora foi “saudada pela artilharia ao arvorar-se o pavilhão brasileiro com uma salva” e às 10 horas houve missa em ação de graças. No palácio do governo, o vice-presidente

[...] deu os Vivas à Santa Religião, à Nação Brasileira, à Assembleia Legislativa, ao 1º Imperador Brasileiro, o Senhor d. Pedro II e à Regência Constitucional, que foram correspondidos pelos curcunstantes, depois do que houve cortejo como felicitação ao governo por tão plausíveis acontecimentos.⁸¹

A seguir houve um jantar em que “só o amor da Pátria dominava em espíritos verdadeiramente constitucionais, que embriagados de satisfação no delicioso e suave néctar da Santa Liberdade, se sentiam abrasados no Fogo do Patriotismo”. Entoaram -se

⁷⁸ *Matutina Meyapontense*, 218, 20 de agosto de 1831

⁷⁹ *Matutina Meyapontense*, 218, 20 de agosto de 1831

⁸⁰ Sobre as festas na vigência do Antigo Regime, István JANCSÓ e Íris KANTOR (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001. 2vols. Sobre as transformações nas festas da Corte durante o processo de Independência, Emílio Carlos Rodríguez LOPEZ. *Festas Públicas, Memória e Representação: um Estudo sobre Manifestações Políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP, 2004.

⁸¹ *Matutina Meyapontense*, 218, 20 de agosto de 1831

“hinos patrióticos, aos quais a artilharia correspondeu com uma salva, e acompanhada de boa música”, enquanto “outros recitavam vários discursos poéticos”. Segundo o relato, “tudo era prazer, todos se exultavam de júbilo e alegria, dando-se parabéns uns aos outros e mutuamente se congratulavam”. Após os embates que dividiram as lideranças políticas cuiabanas nos últimos anos do Primeiro Reinado, “a dicórdia e a vil intriga se viram envergonhadas e fugiram dentre nós para sempre, porque jamais acharão assento em nosso seio, donde somente impera a Razão, essa Rainha da União”.⁸²

É evidente que narrativas como esta encobriam tensões com a finalidade de convencer os leitores a respeito das perspectivas de ordem e de “reconciliação geral” em Cuiabá. O que interessa notar, porém, são os termos que organizavam o discurso de uma parcela das lideranças políticas de Cuiabá que agora controlava o poder executivo provincial:

[...] as autoridades de mistura com seus concidadãos de braços dados saíram coroados de louro e com seus ramos de pimenta malagueta, colocado sobre seus peitos do lado esquerdo, como símbolo da ardência que demonstravam pela liberdade e acompanhados por música entoavam hinos patrióticos pelas ruas públicas desta cidade; se repetiam discursos poéticos, análogos ao assunto da nossa alegria; o juiz de paz suplente, o comendador Poupino e outro cidadão levaram as bandeiras nacionais adiante do inumerável concurso dos cidadãos que corriam a misturar com fraternidade seu júbilo, com os da reunião do jantar; as senhoras das suas janelas e sacadas lançavam flores sobre a multidão e correspondiam aos repetidos e continuados vivas que se davam à Religião, à Constituição, ao Corpo Legislativo, ao Imperador Brasileiro o Senhor D. Pedro II, à Regência Constitucional e aos Fluminenses; enfim, depois de haverem passeado por todas as ruas se recolheram ao palácio de governo, aonde houve baile e outros divertimentos⁸³

O reavivar do patriotismo do Sete de Abril vinha vinculado à defesa da Constituição e do poder legislativo, mas também do fato de que agora o país tinha o seu “primeiro Imperador Brasileiro”. Em 1827, quando houve festas pela inauguração da efígie de d. Pedro I, os “vivas” do comandante das armas, Jerônimo Joaquim Nunes, eram distintos. Dirigindo-se aos soldados e oficiais como “valerosos e leais camaradas e meus irmãos de armas”, a fala definia o monarca como “Defensor Perpétuo do Império do Brasil, origem da sua existência, de seus progressos e de sua grandeza, e luminoso centro de seu governo político”. Seus “vivas” eram ao “Augusto Soberano”, à “Família Imperial” e à “fiel nação brasileira”.⁸⁴ A constituição e o poder legislativo não eram evocados e a defesa da nação

⁸² *Matutina Meyapontense*, 218, 20 de agosto de 1831

⁸³ *Matutina Meyapontense*, 218, 20 de agosto de 1831

⁸⁴ “Falla dirigida pelo governador das armns da província de Mato grosso à tropa postada em grande parada no dia 14 de junho de 1827, em que o retrato de Sua Majestade Imperial foi inaugurado na Cidade do Cuyabá.” AN IJJ9 505

não se ligava explicitamente ao local de nascimento, como ocorreria com d. Pedro II. Ainda quando o primeiro impacto do Sete de Abril fosse o conagraçamento dos dirigentes da província, alterava-se profundamente o universo de referências do ambiente político e os cidadãos eram chamados por todos os meios a participar da inauguração de um novo tempo político, fundado numa defesa da pátria e da constituição.

Importa notar o impacto das festas deste tipo, com vários dias de duração, no decorrer dos quais havia iluminações, balões, jantares, bailes, cortejos, missas, discursos, declamações, música, desfiles com bandeiras e salvas de canhões. As instituições que se envolviam na organização desses eventos incluíam o poder político provincial, a câmara municipal, a igreja e os diversos corpos militares. Os soldados tinham papel destacado em ritos cívicos, neste caso presentes nas salvas de tiros e de artilharia. O oficialato das tropas regulares custeou as munições, enquanto o comendador Poupino Caldas ofereceu um balão para a celebração. Os principais personagens do Sete de Dezembro – a “soldadesca”, Poupino Caldas, o presidente e seu conselho de governo – festejaram juntos o Sete de Abril e oficiais regulares se dispuseram a ajudar a custear a festa, o que indica que reagiram bem à virada política nacional.

Os elementos que permitiam a instrumentalização política da polarização entre brasileiros natos e adotivos por parte dos soldados estavam disponíveis em Cuiabá, mas ao que parece o primeiro sobressalto ocorreu apenas na festa de 7 de setembro, quando circularam boatos de que se tentaria a demissão dos “adotivos” da província. Na cidade de Mato Grosso, pelo contrário, a chegada do Sete de Abril foi seguida imediatamente por uma manifestação desarmada, acompanhada por uma representação pela demissão de todos os empregados nascidos em Portugal. Segundo relato do presidente da província ao ministro da justiça, tratava-se de “alguns cidadãos que requeriam a deposição de vários empregados sem apontarem outro motivo mais que o de serem brasileiros adotivos”. Negando legitimidade a uma representação que estabelecia uma distinção inconstitucional entre brasileiros “natos” e “adotivos” no acesso a cargos públicos, Correa da Costa informou ter tomado “as medidas de cautela para acalmar estas dissensões e prevenir que não apareçam outras”.⁸⁵ A representação havia sido primeiramente apresentada à câmara da cidade de Mato Grosso no dia 29 de julho, que a remeteu ao presidente. Segundo os vereadores, “o motivo desta representação é unicamente o

⁸⁵ “Correa da Costa a Souza França, 2 de setembro de 1831”

verdadeiro patriotismo de seus concidadãos, adesão à constituição e amor ao Nosso Amável Imperador, o Senhor Dom Pedro 2º Brasileiro Nato”⁸⁶.

A representação trazia dezoito nomes, incluindo ao menos um oficial das tropas regulares e um sargento das tropas auxiliares que já havia servido na guarnição da cidade, ainda que suas patentes (bem como eventuais postos de autoridades civis) não estejam indicados, assinando todos apenas como “cidadãos brasileiros reunidos”. O oficial de maior patente dentre eles era o alferes Claudino Alves Carnaúba, que assumiria comandos militares após a onda de deposições de 1831, sendo depois ele mesmo destituído por uma sedição no Forte do Príncipe da Beira em 1833. Consta também o nome de João Antonio da Silva Freire, 1º sargento das tropas auxiliares. Freire havia sido o primeiro militar da província a se utilizar da *Matutina* para expor seu comandante, narrando os suplícios sofridos, “que tanto ofendem a nossa tão liberal Constituição” e que “se assemelham com os praticados nos governos absolutos”, além de denunciar a cumplicidade dos superiores ao receberem queixas como as suas. Ele havia buscado o debate público por meio da imprensa porque “fatos desta natureza não devem por forma alguma [...] ficar em silêncio; devem ser públicos, afim de chegarem ao conhecimento de S. M. o Imperador, e da Assembleia Nacional”. Além do alferes Carnaúba e do sargento Freire, consta da lista o nome de Antonio Benedito do Amaral, provavelmente o mesmo que assinara, sem deter qualquer patente, a representação da revolta do Forte do Príncipe, em março.⁸⁷

O texto da representação era curto, mas revelava descontentamentos com “adotivos” específicos:

Os Cidadãos Brasileiros desta Cidade, já cansados de sofrer um total despotismo e desleixo pela má Administração da Justiça e até privados de todas as regalias que lhes oferta a Constituição, os obriga em benefício do bem público a não sofrerem mais aos inimigos da Pátria, como são = O Capitão Domingos José da Silva Galvão = Manoel Bento de Lima = José Francisco da Cruz = Tenente André Rodrigues = Antonio José Pereira Coelho, homens estes que ora ocupam cargos públicos que podem exercer brasileiros natos, ou ainda brasileiros adotivos de conhecida probidade e adesão à causa da Independência do Brasil, em consequência decididamente não queremos tais

⁸⁶ “Câmara da cidade de Mato Grosso a Gaudie Ley, 30 de julho de 1831”

⁸⁷ “Sessão extraordinária [da câmara da cidade de Mato Grosso] de 29 de julho de 1831”. Como regra geral, nesta tese, a informação apenas do nome não é suficiente para se afirmar se tratar do mesmo indivíduo. Neste caso, não havendo outros dados na representação da cidade de Mato Grosso, é preciso fazer a ressalva de que podem se tratar de homônimos. Contudo, nos casos de Carnaúba e de Freire, além de haver evidências de que se encontravam a serviço naquela cidade naquele período, seus nomes e sobrenomes são relativamente comuns. Quanto a Antonio Benedito do Amaral é provável que se trate do mesmo signatário do Forte do Príncipe da Beira, o que não seria surpreendente, dado que 96 indivíduos a assinaram e o forte ficava no município de Mato Grosso e às margens do mesmo rio. Outro nome, José Manoel Ferreira, aparece numa polêmica em torno de promoções para as milícias, mas neste caso não há qualquer evidência que o relacione à cidade de Mato Grosso, além de ser um nome bastante comum naquela época.

indivíduos empregados em Cargos públicos, recebendo honras daquela mesma Pátria que eles tanto odeiam.⁸⁸

Pouco se sabe sobre os cinco “inimigos da pátria”, exceto que, segundo o presidente da província, o primeiro da lista era juiz e “principal causa das rivalidades”⁸⁹. Como se percebe, os signatários se referiam a homens específicos, ressaltando que os “adotivos” probos e aderentes à independência não deveriam ser recusados nos empregos. O problema estava não só no despotismo, mas no fato de que odiavam esta pátria. Nesse sentido, importa lembrar, no relato da revolta do Forte do Príncipe, o ressentimento expresso na atitude do alferes Negrão de perseguir os soldados da Bahia por ter “gravado em sua memória tudo quanto tinham feito os Baianos aos Europeus”⁹⁰. Talvez ele não fosse o único “adotivo” e expressar uma leitura negativa da memória do fervor patriótico antiportuguês de 1822-1823, mostrando-se pouco simpático à “causa da Independência do Brasil”.

Na sessão da câmara municipal que recebeu o documento, os autores da representação se comprometeram a reapresentá-la no dia seguinte, com “os motivos dos seus sentimentos”⁹¹. A resposta começava evocando o direito que tinham de se manifestar, que exerceram ao se reunirem “no Paço desta Câmara desarmados e em boa ordem, conforme o artigo cento e doze do Código Criminal, com assistência do atual Juiz de Paz, para efeito da mudança dos empregados públicos que não são Brasileiros natos”. Em resposta ao pedido de esclarecimento, diziam que

Os Representantes abrasados daquele Patriotismo nascido da adesão à Constituição, e Sagrada Pessoa do Nosso Amabilíssimo Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo Brasileiro Nato, esclarecem que para desterrar qualquer suspeita (nascida das conhecidas ações pouco morigeradas e talvez ofensivas daqueles) que os representantes por honra omitem ao silêncio, só dizem que suas unânimes vontades é terem por empregados públicos Brasileiros natos e não adotivos.⁹²

Recusando-se a explicitar as razões do descontentamento com os cinco listados, eles abandonaram a lista e a ressalva de que estariam dispostos a aceitar “adotivos” probos

⁸⁸ “Sessão extraordinária [da câmara da cidade de Mato Grosso] de 29 de julho de 1831”

⁸⁹ “Correa da Costa a Souza França, 2 de setembro de 1831” Além disso só o que se sabe é que os dois primeiros receberam votos no distrito da cidade de Mato Grosso na eleição para o conselho de governo em 1824, sendo referidos como capitães. A informação só permite perceber que tinham vínculos com a cidade há anos e que muito provavelmente cumpriam as exigências de cidadania e de renda para a participação política. Não necessariamente eram militares em atividade, apesar das patentes.

⁹⁰ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831

⁹¹ “Sessão extraordinária [da câmara da cidade de Mato Grosso] de 29 de julho de 1831”

⁹² “Os cidadãos brasileiros reunidos à câmara da cidade de Mato Grosso, 30 de julho de 1831”

e aderentes à Independência, para expor pura e simplesmente a demanda pela demissão de todos os adotivos. É interessante notar que a mobilização foi vitoriosa ao menos no afastamento do capitão Domingos José da Silva Galvão, apontado por Correa da Costa como alvo principal dos signatários e que, por decisão sua, deixara o exercício de juiz pela lei “para o imediato”. Com a medida, o presidente dizia esperar que “aqueles representantes reflitam melhor”.⁹³ Ainda que as mobilizações contra os adotivos apresentassem demandas inequivocamente ilegais e, portanto, revertidas sempre que atendidas, algumas destituições poderiam ser efetivas, tanto por afastamentos legais motivados pelo temor de agitações e revoltas (como parece ser o caso de Galvão), quanto pela recusa do empregado a retomar o posto, como ocorreu com Jerônimo Joaquim Nunes após a sedição de sete de dezembro.

Em 1831, a linha de corte fundada na identidade nacional foi reforçada em Mato Grosso pelas agitações ligadas ao Sete de Abril e por ao menos um episódio envolvendo ressentimentos ligados à guerra de Independência na Bahia, a revolta do Forte do Príncipe⁹⁴. Ela era útil para uma luta contra “déspotas” do oficialato porque de fato havia diversos “adotivos” entre eles. No caso da magistratura, em Mato Grosso os principais postos já não estavam nas mãos de “adotivos” naquele momento e as reformas judiciais haviam diminuído substantivamente seu poder. Também eram “adotivos” a maioria dos membros do conselho geral, mas não do conselho de governo, espaço eletivo mais influente na política provincial. Os nascidos em Portugal não eram os homens mais poderosos da província, mas em certas carreiras eles haviam sido privilegiados, beneficiando-se também de prejuízos de cor no acesso a promoções.

Os postos que os “adotivos” ocupavam foram os alvo de manifestações, primeiro na cidade de Mato Grosso, depois em Cuiabá. Não parece ter havido, naquele contexto, nem demanda por expulsão da província, nem animosidades contra comerciantes ou trabalhadores assalariados que não ocupavam postos públicos. Opuseram-se aos “adotivos” militares que enfrentavam comandantes despóticos, incluindo ao menos um oficial inferior que se utilizava do debate público na imprensa, além de civis (ou “paisanos”) que por motivações as mais diversas almejavam a destituição de militares, magistrados, conselheiros ou empregados civis. O ambiente político era propício e a mobilização armada provavelmente já vinha sendo planejada meses antes de 7 de dezembro, pois houve rumores verossímeis de uma tentativa frustrada na festa pelo

⁹³ “Correa da Costa a Souza França, 2 de setembro de 1831”

⁹⁴ Sobre esta revolta, ver o Capítulo 2.

aniversário da Independência. Mas nada indica que se tratava de um plano de expulsão e muito menos de extermínio dos “adotivos”, possibilidade que só foi evocada como boato, e isso depois da sedição.

O Sete de Abril das lideranças políticas de Cuiabá havia sido marcado por uma grande festa e por uma tentativa de “reconciliação geral”, com a nomeação e posse de Corrêa da Costa. Além de algumas das principais lideranças da província, estava presente o professor de lógica Brás Pereira Mendes, cujos sonetos improvisados foram publicados junto ao relato na *Matutina*. Seus versos justificavam e reconheciam dimensões grandiosas à Abdicação, “a mais heroica e justa Resistência”. Assim como os “vivas” descritos nos festejos, o discurso se afinava com os termos do debate nacional e, mais precisamente, com aqueles promovidos pelos liberais moderados recém-chegados ao poder executivo.

O Sete de Abril dos soldados e dos oficiais inferiores ocorreu em dezembro, com ritos e linguagens menos acomodados à “moderação”, com uma preocupação menos focada na recomposição dos alinhamentos políticos da província, mas com a adesão ao mesmo universo de referências fundado na defesa da pátria e da constituição. Com a sedição, a soldadesca se impôs à política provincial, não mais por meio de bilhetes por debaixo da porta, de denúncias na imprensa e de queixas às autoridades civis que os oficiais poderiam silenciar em nome do temor da insubordinação. A sedição forçou o poder provincial a assumir uma postura inequívoca de atendimento das demandas dos militares subalternos.

A expressão “liberalismo aperiquitado”, utilizada pela *Matutina* no contexto das sedições de 14 de agosto em Goiás de 7 de dezembro em Cuiabá, define talvez melhor que qualquer outra um campo político que emergiu naquele momento, reivindicando a legitimidade da resistência e da soberania popular para promoverem a deposição dos “adotivos”, identificados com o antigo imperador e com o desrespeito aos direitos constitucionais, sem que necessariamente estes fossem os posicionamentos pessoais dos indivíduos nascidos em Portugal. Para além da referência à presença de egressos do batalhão de Periquitos, a denominação sugeria se tratar, como nas agitações de Salvador no pós-Independência, de mobilizações de soldados, oficiais inferiores e paisanos, na maioria pretos e pardos, insubordinados e defensores de um ideário patriótico com uma forte presença do ódio aos portugueses. O apelo da *Matutina* ao descrever a sedição cuiabana, era para que se refreasse o liberalismo revolucionário reavivado no Sete de Abril:

É preciso que os senhores amigos de deposições populares ou tumultuárias saibam que nós não estamos no estado de selvagem, onde o poder de punir é exercitado discricionariamente por cada indivíduo, segundo o grau de ressentimento ou de força que cada um tem à sua disposição: a proporção dos progressos que um povo qualquer faz para a civilização, se vai restringindo o exercício deste poder, assim como cada passo que ele dá retrógrado o vai precipitando na anarquia, forcejando logo a multidão para reassumir esse tão terrível como funesto poder.⁹⁵

A ata da sessão do conselho de governo de Mato Grosso que decidiu pelo atendimento às demandas dos rebeldes descreve que a mobilização foi delatada com antecedência por um cadete da Legião de Linha ao comandante Lima e Abreu. Segundo a denúncia, “os inferiores e soldados da 1ª Linha, e os pedestres, pretendiam na madrugada seguinte reunirem-se [sic] ao quartel ao som de um tiro de Peça, que deveria servir de sinal, e daí saírem armados para deporem os empregados adotivos”. O primeiro a se manifestar foi o comandante das armas, Nunes, que declarou que “a Tropa se dirigia a ele por ser brasileiro adotivo” e que, sendo assim, “julgava conveniente para atalhar o mal iminente, nomear-se quanto antes outro Comandante das Armas”, medida que assentia “com satisfação”, como “amante da paz e do sossego público”, “não obstante ser um passo ilegal”. O conselheiro José Joaquim Vaz Guimarães,

[...] disse que concorrendo nele as mesmas circunstâncias acima, visto ser Brasileiro adotivo, pelo amor que tinha ao Brasil, não duvidava ficar desempossado dos Empregos públicos que exerce em diversas Repartições, unicamente para felicitar uma Província que ama e em que reside há 31 anos, se bem que ao mesmo tempo, que conhecia ser um passo inconstitucional, também conhecia que ao direito de força ninguém resiste.⁹⁶

Enquanto se deliberava em conselho, “ouviam-se alguns tiros”, avisando-se aos presentes que rompera “uma insurreição no quartel, e que pelos tiros era de supor que os oficiais ali destacados estavam em perigo, com o que interrompeu-se por momentos a sessão a fim de observar-se o rebote, e vivas, que dava a Tropa”. Prestando atenção aos gritos que vinham da rua, o presidente reconheceu se tratar de “vivas ao Sr. coronel João Poupino Caldas, membro deste conselho, acrescentando – morram os pés-de-chumbo”. Por ter sido aclamado, o conselheiro e coronel das extintas milícias foi “ter com a Tropa, a fim de apaziguá-la, e saber dela o que pretendia”, e “regressando, disse que a Tropa queria a mesma cousa que o Exm. Sr. Presidente tinha ouvido”, ou seja, sua nomeação como comandante das armas. Como a tropa prosseguiu levantada, Poupino Caldas foi encarregado de “certificar que o conselho satisfaria a sua requisição, com o que ficou a

⁹⁵ *Matutina Meyapontense*, 311 (24 de março de 1832).

⁹⁶ *Matutina Meyapontense*, 311 (24 de março de 1832).

tropa sossegada; mas prometendo não depor as armas antes de se cumprir o prometido.”

97

A ata da sessão extraordinária do dia seguinte relatava que, cumprindo a incumbência de dialogar com a tropa, Poupino Caldas foi ao quartel “e disse que apesar de todos os esforços que fez, coadjuvado do tenente do Estado Maior do Exército Generoso Antonio de Moraes Cambará, não lhe tinha sido possível conseguir o fim desejado”. A tropa, que ainda estava “com as mesmas Armas, apesar de se conservar pacífica”, encaminhou-lhe “novas representações”, pedindo “que todos os brasileiros adotivos deixem os Empregos, que ocupavam”. Ou seja, não se tratava apenas de substituir Nunes por Poupino Caldas. Foi apenas no dia 8 de dezembro, portanto, que “foi resolvido que se satisfizesse a requisição da tropa” de demissão de todos os “adotivos”, “visto que por este meio ilegal se evitavam maiores males.”⁹⁸

Além das duas atas, a *Matutina* publicou sua interpretação sobre o evento como uma dentre outras “deposições populares ou tumultuárias”. Segundo o redator, não se comprometeram “na sublevação os Oficiais de 1ª Linha, os de Milícias, e nem o povo”, sendo “notória a pouca habilidade e nenhum conceito que aos honrados Cuiabanos merecem os indigitados como fautores da rusga”. O texto destacava ainda “o aspecto irado”, as “maneiras violentas”, as “gritarias”, o “estrondo com armas pelas ruas”, as “pistolas em periquitas” e as “bebidas em público de cachaça com pólvora”, dentre outras “imposturas e patifarias vergonhosas” que ganharam o quartel e as ruas. Ademais, o periódico chamou atenção para a existência de um voto vencido entre os conselheiros, o que seria indício de que a ameaça à ordem colocada pelos soldados era menos grave do que se dizia. A interpretação era basicamente a de que os soldados haviam sido dirigidos por uma “mão oculta” que acenou com “promessa de impunidade”. Esta direção teria sido a de “liberais feitos à pressa”, uma “corja de hipócritas que apareceram depois do dia 7 de Abril”, também referidos como “miseráveis para quem a Constituição sempre foi objeto de ódio, esses mesmos bem conhecidos por sectários do absolutismo no tempo do ex-Imperador, e fautores das rusgas na época presente.”⁹⁹

A ideia de que “liberais feitos à pressa” haviam acenado com a “promessa de impunidade” talvez já se baseasse em acusações, que seriam publicadas em correspondências, sobre a participação de Poupino Caldas no episódio. O ex-comandante

⁹⁷ *Matutina Meyapontense*, 311 (24 de março de 1832).

⁹⁸ *Matutina Meyapontense*, 311 (24 de março de 1832). “Sessão Extraordinária de 8 de Dezembro de 1831”

⁹⁹ *Matutina Meyapontense*, 311 (24 de março de 1832).

das milícias não era portador de um discurso liberal, mas sim de um “patriotismo” que incitava o ódio aos “adotivos” não pelo despotismo de oficiais militares e magistrados, mas em razão de interesses ligados à luta faccional pelo poder político na província. É possível que essas acusações tenham fundamento e que alguma liderança tenha prometido impunidade, sendo talvez esta a origem das menções posteriores a uma “traição” de Poupino Caldas ao 7 de dezembro, dado que alguns homens considerados “cabeças” acabariam presos posteriormente. Contudo, é inegável que o fervor patriótico, bem como a organização e execução do plano eram frutos de um processo de construção autônoma de alternativas para o enfrentamento entre militares subalternos e o oficialato por meio da politização da identidade nacional. Ainda que a tônica fosse dada por um patriotismo caracterizado por ódios e ressentimentos com relação aos portugueses, a defesa da constituição fazia parte das referências do “liberalismo aperiquitado” do 7 de dezembro. Marco inicial de uma intensa agitação na província que durou até a Rusga, a revolta colocava em cena não só uma nova força política representada por esses militares e paisanos, mas também seus dilemas a respeito de objetivos, de estratégias e, finalmente, de questões éticas sobre o uso da violência revolucionária.

Convidados em 1833 a participar de um plano de extermínio dos “adotivos” que seria, este sim, colocado em prática na Rusga, três sargentos considerados “cabeças” do 7 de dezembro e que se encontravam presos naquele momento não delataram o plano, mas procuraram as autoridades depois que ele havia sido descoberto. Eles disseram que tinham sido convidados para a “conspiração em que se tratava não só respeito a deposição dos adotivos existentes nesta Cidade, como também o de quitar-lhes a vida”, mas que tal proposta era “totalmente contrária aos seus sentimentos de honra.”¹⁰⁰ Por sua vez, Brás Pereira Mendes, professor de lógica que improvisou versos patrióticos e constitucionais moderados na festa que celebrou o Sete de Abril das lideranças políticas comandaria pessoalmente a morte de “adotivos” durante a Rusga.

Ainda que a sedição de Sete de Dezembro seja essencial para a compreensão do massacre de Trinta de Maio, seria equivocado ver nela uma continuidade. O Sete de Dezembro não foi um plano frustrado que antecipava o Trinta de Maio. Pelo contrário, foi uma mobilização vitoriosa do ponto de vista dos que sofriam e denunciavam o despotismo dos comandantes. Foi um episódio que não antecipou a Rusga, apenas

¹⁰⁰ “Sessão extraordinária de 15 de Abril de 1833”. Sobre a tentativa de envolver os soldados no plano de uma rusga “de sangue”, ver o Capítulo 4.

colocou em praça pública os personagens, as palavras de ordem e os dilemas que se confrontariam por mais de dois anos, se desdobrando na “catástrofe” de Trinta de Maio.

3.2 – Os soldados e a ordem pública no pós-Abdicação

Os discursos e as atitudes de governantes, parlamentares e redatores “moderados” a respeito dos soldados mudaram rapidamente após o Sete de Abril. Os militares subalternos que se identificavam com o ideário liberal e patriótico impulsionado pela oposição a d. Pedro I passaram rapidamente de heróis da Abdicação a seguidores cegos de facções e a criminosos movidos por instintos e pela embriaguez. As críticas e o estigmas a seu respeito eram antigos e haviam sido explorados pela própria oposição ao primeiro imperador quando eclodiram episódios de insubordinação e revolta, sobretudo dos batalhões de mercenários europeus, no final do Primeiro Reinado. Contudo, as republicações de textos de outros periódicos na *Matutina* permitem perceber que a passagem de um predomínio da exaltação patriótica da tropa a um discurso francamente hostil aos soldados foi marcante logo após a Abdicação, tornando-se mais agressivo no decorrer de 1831 e 1832, em textos que acompanhavam as notícias das agitações e revoltas “exaltadas” ocorridas na Corte e as sucessivas informações sobre as “deposições tumultuárias”, as “rusgas” e as “bernardas” protagonizados por soldados em todo o país.

No pós-Abdicação, o debate nacional sobre os militares esteve ligado sobretudo à demanda pela garantia da ordem pública diante de um quadro geral de insubordinação e de participação política das tropas por via da ameaça armada. Em alguns casos, tratava-se de sedições construídas autonomamente por soldados e oficiais inferiores contra seus comandantes, em outros se fizeram presentes lideranças partidárias e ocupantes de altos postos civis e militares. Diversas sob muitos aspectos, essas “rusgas” tinham em comum a perturbação da ordem pública por militares subalternos, trazendo ao centro do debate a necessidade de se constituir uma força armada leal aos poderes civis e que não se ingerisse nos governos. As trajetórias provinciais foram ditadas por circunstâncias específicas da luta política, envolvendo em diversos casos a extinção de corpos militares identificados como detentores de uma trajetória de insubordinação e revolta. Mas a questão se colocou no todo do Império. Os debates na imprensa e a formulação de reformas no parlamento centralizaram as expectativas de solução para esses problemas nos projetos que instituíam a guarda municipal e a guarda nacional, ainda em 1831.

O debate público sobre os militares e a organização das guardas

Num “diálogo” publicado na *Matutina* – o mesmo que trazia a definição de “rusgas” e “bernardas” como “influências diabólicas em cabeças desmioladas” – a defesa da urgência da substituição dos soldados por guardas municipais e nacionais evocava argumentos os mais diversos. Desmobilizar a maior parte das tropas regulares era necessário primeiramente por razões políticas, tendo em vista “os danos que esta gente tem feito em Sergipe, na Bahia, em Pernambuco, no Pará e ainda mesmo na Corte do Rio de Janeiro”. Além disso, tal medida “não só é conveniente, mas econômica”, num momento de graves dificuldades orçamentárias no país. Finalmente, tratava-se de uma necessidade moral, pois as tropas eram, de acordo com o texto, o destino do “filho desobediente” e do “discípulo preguiçoso e vadio”, que “as consideram como um meio fácil para se soltarem do jugo da sujeição, e correrem à rédea solta pela estrada dos vícios”. No “diálogo”, como em diversos outros textos deste período, os estigmas relativos à tropa ajudaram a sustentar a defesa da criação das guardas:

Uma estrelinha no ombro, um bonet os alucina, a faculdade de girarem toda a noite faz as suas delícias. Camaradas jogadores, debochados, e às vezes larápios fazem-se seus pedagogos e assim se perde para sempre a flor da mocidade hábil e digna de melhor destino. Ora, todos estes engodos se evitam entrando no exercício as guardas municipais e nacionais. A mocidade vai a ver os homens de bem entrarem armados na estrada da honra para defenderem a sua pátria, e os seus lares, homens que por interesse próprio vigiem no recato das famílias e na educação da mocidade. Homens úteis, que colocados no alto, como os condutores metálicos, desviarão de nossas cabeças as trovoadas das rusgas”¹⁰¹

Apresentadas como o “apoio da pátria”, a “coluna da liberdade nacional” e o “raio contra o despotismo”, as guardas foram criadas como parte de uma reformulação mais ampla da organização militar e judicial do país. Uma reformulação que incluía a divisão mais precisa das competências entre as esferas de poder civil e militar e a extinção de corpos de milícias e ordenanças que seguiam padrões de organização herdados do Antigo Regime.

Além da criação das guardas, cujas características serão descritas adiante, foram aprovadas diversas pequenas reformas, como a lei de 6 de junho de 1831, que dentre outras coisas instituía a pena de prisão para ajuntamentos ilícitos, proibia qualquer

¹⁰¹ *Matutina Meyapontense*. O diálogo entre Pilades e Orestes, ambientado em Meia Ponte, aparece primeiramente nos números 273 e 274 da *Matutina*, sendo retomado, agora numa discussão específica sobre as “rusgas” e a legitimação da guarda nacional, nos números 316 e 317. As citações são destas duas edições.

reunião de mais de cinco pessoas à noite, “nas ruas, praças e estradas”, e autorizava que enquanto não se organizavam as guardas já fossem armados cidadãos para a manutenção da tranquilidade pública¹⁰². Na esfera provincial, adotou-se medidas como a extinção de corpos militares tidos por insubordinados, como no caso da Legião de Linha de Mato Grosso, cuja extinção foi aprovada posteriormente pelo poder central. Por fim, em âmbito municipal aprovou-se diversas normas e regulamentações relativas à ordem pública¹⁰³. As preocupações a motivar essas mudanças nas leis podiam variar bastante nas diferentes regiões do país, mas a agitação da “soldadesca” foi um dos fatores nacionalmente importantes naquele contexto.

A extinção de corpos militares insubordinados, a redução do efetivo do exército e as reformas que incluíram a criação das guardas municipal e nacional estavam ligadas principalmente a uma preocupação com a ordem pública nas áreas urbanas e com o temor da crescente ingerência dos militares subalternos na política, fosse por meio de mobilizações autônomas, fosse tomando partido em disputas faccionais, como aliados de lideranças atuantes na política institucional. Temia-se os soldados porque eles “aterravam” aos “cidadãos pacíficos”, fosse como liberais “aperiquitados” a promover desde “caçoadas” até sedições, fosse como “mercenários assalariados pela tirania para ferir e matar a torto e a direito”. Para combater as “rusgas” era preciso armar quem mais tinha interesses na estabilidade do país, ou seja, os cidadãos com alguma propriedade. Para evitar a formação de exércitos por facções políticas era preciso que a dependência material com relação ao soldo desse lugar à independência garantida pela renda proveniente da propriedade ou do trabalho em outras funções. Esperava-se que a guarda fosse formada por homens com interesses voltados para seus negócios particulares e não para uma carreira ligada às armas. Os postos nesse novo oficialato das guardas eram eletivos e temporários e apesar de oficiais das milícias terem sido incorporados à guarda nacional, ao menos em Cuiabá é possível perceber uma grande renovação, inclusive nos postos mais altos. A diferença com relação às antigas tropas auxiliares marcava uma

¹⁰² Lei de 6 de junho de 1831. A legislação deste período também procurava responder às questões colocadas pela aplicação do Código Criminal em casos de perturbação da ordem pública. Por exemplo, a da lei de 6 de outubro de 1831, que dentre outras coisas, estabelecia que “qualquer tumulto, motim ou assuada não especificados no Código Criminal serão punidos com um a seis meses de prisão com trabalho”

¹⁰³ Este é o caso da elaboração das novas posturas municipais, em cumprimento da lei geral que reformulou o poder municipal, bem como das alterações nesses textos. Outro exemplo é a normatização do porte de armas nas cidades, como aquela aprovada em Cuiabá, por iniciativa do vereador José Joaquim Vaz Guimarães, a 14 de setembro de 1831. *Matutina Meyapontense*, 292 (09 de fevereiro de 1832).

mudança de fundo nos princípios que ordenavam o Estado brasileiro. Nos termos de um artigo publicado na *Matutina*:

[...] as milícias nunca tiveram uma existência nacional e independente, nunca apareceram separadas de qualquer noção de abatimento e subordinação à força paga e permanente, senão depois de introduzidas as ideias liberais na consternação [sic] do edifício administrativo. Os epítetos de auxiliares, de segunda linha, ligados à tropa cidadoa [sic] indicavam bem o fim a que se destinavam, a sua posição nula e subalterna, bem como o espírito puramente militar e de classe que aí se procurava manter. Uma concepção tão mesquinha e toda fundada no poder real, está muito longe da instituição de que por vezes havemos falado com elogio, e cujo sinal característico é a nacionalidade independente, de mãos dadas com o razoável aferro aos interesses locais.¹⁰⁴

Mas os argumentos fundados em princípios liberais eram apenas uma parte do discurso difundido na defesa da desmobilização de militares, da criação das guardas e da extinção das milícias. Em muitos textos, a desconfiança com relação às tropas regulares vinha não só de seu histórico de ingerências nos poderes civis e de sua dependência de um soldo, mas também de seus costumes. Soldados eram frequentemente relacionados a “rusgas”, mas também à embriaguez e à proximidade com a prostituição, com roubos e outros crimes. Para além dos argumentos históricos e sociais que desaconselhavam um grande exército e defendiam uma guarda de cidadãos como uma garantia de paz pública, recorreu-se fortemente aos estigmas a respeito da moralidade dos militares inferiores. Ainda que se baseasse em parte em sociabilidades concretamente relacionadas a uma parte dos militares subalternos do país, é perceptível a construção de um estereótipo que se assentava, em alguns casos, em exemplos de comportamentos de mercenários europeus. No “diálogo” mencionado acima, os problemas de se confiar as armas a militares pagos eram exemplarmente ilustrados pelos “soldados estrangeiros, essa cáfila de facinorosos, esse refugio da Suíça e da Alemanha que esteve a soldo da nação para roubar e matar”. Afinal, o que era possível esperar “daqueles que se persignavam com o copo na mão e que só rondavam os prostíbulos e lupanares?”.

A amplitude das críticas aos militares era nova, mas os estigmas (e as sociabilidades que eles descreviam, não sem preconceitos e generalizações) já vinham de antes. Por todo o período abordado na investigação existem processos criminais e textos de diferentes periódicos descrevendo soldados como bêbados, imorais e autores de roubos e de outros crimes. A embriaguez consta de relatos de diferentes mobilizações armadas em Mato Grosso no Primeiro Reinado. Na devassa de uma “revolução” em Miranda em 1823, a

¹⁰⁴ *Matutina Meyapontense*, 320 (11 de abril de 1832).

promessa de uma “canada de aguardente” era a explicação predominante nos depoimentos para a mobilização dos soldados. Segundo a *Matutina*, dentre as “imposturas e patifarias vergonhosas” cometidas durante a sedição de 7 de dezembro de 1831, estavam as “bebidas em público de cachaça com pólvora”¹⁰⁵.

Tabernas e outras casas onde se consumia aguardente eram identificadas como locais frequentados pela “soldadesca”; em Cuiabá, destacava-se uma casa de bilhar, cenário de uma longa descrição da sociabilidade dos soldados numa correspondência à *Matutina*. Nela, o leitor denunciava que, na cidade, “os costumes se depravam pelos deboches e quase generalizada libertinagem”¹⁰⁶. O bilhar era frequentado por pessoas “que quase todas falavam ao mesmo tempo, com certa terminologia e algazarra”. Sua “conversa” versava “sobre a vida de vários” e “ali se fizeram inventários dos haveres deste, e daquele”, o que parece insinuar uma propensão ao roubo. Os frequentadores não perdoavam “a honra”, nem respeitavam o “decoro”. Tinham “certas maneiras arrebatadas; certo modo de pouco caso; um ar de quem tudo despreza, de [quem] nada receia” e proferiam “certos ditos picantes” e “palavras enfáticas”. A cena descrita na carta pressupõe que a grande maioria dos presentes eram soldados e oficiais inferiores que se encontravam ociosos, em “divertimentos” e “caçoadas”. Havia a ressalva de que ali muitas vezes se achavam também “pessoas bem criadas, e morigeradas”, mas que “nem por isso deixa de ser esta casa muito funesta aos Jovens Cuiabanos”.

A rudeza dos costumes, a frequente embriaguez, o gosto pelos divertimentos em tavernas e casas de jogo, as relações ilícitas com meretrizes, as “caçoadas”, os “ditos picantes” e a proximidade com homens que viviam do roubo e do contrabando compunham um estigma social construído a partir de padrões de sociabilidade que tinham alguma concretude, ainda que generalizações e exageros sem dúvida se fizessem presentes. No principal escândalo envolvendo o abuso dos castigos físicos por comandantes na província, o soldado, cujos direitos foram defendidos em todos os textos publicados, havia sido punido “em consequência de um negócio nefando” que ele “tinha

¹⁰⁵ Segundo um relatório fiscal de 1833, “grande parte da aguardente” produzida no município de Cuiabá era “remetida ao Baixo Paraguai” sendo “os comandantes militares [...] os mais capazes para zelarem tais impostos”. Com um predomínio demográfico de soldados e de indígenas aldeados e com um cotidiano centrado nos quartéis e presídios, aquela área da fronteira representava uma parcela pequena da população provincial, mas o consumo de aguardente gerava sérias preocupações fiscais. Isso talvez se explique por um maior consumo por parte da população local, mas também é possível que ao mesmo tempo expressasse a existência de rotas ilícitas entre Brasil e Paraguai. “Parecer do desembargador ouvidor da comarca, deputado e juiz dos feitos da fazenda pública sobre a arrecadação dos 20 por cento da aguardente do consumo de produção brasileira. 8 de junho de 1833”

¹⁰⁶ *Matutina Meyapontense*, 61, 19 de agosto de 1830

com uma meretriz”. Em um processo de janeiro de 1834, relativo a um grupo acusado de viver do roubo de gado na fronteira paraguaia, concluía-se que havia um circuito ligando esses crimes às deserções de soldados. A crer nas denúncias, “desertando do quartel”, os soldados vinham “se abrigar com eles”, temporária ou permanentemente¹⁰⁷. Além disso, as tentativas de refrear as incursões guaicurus no Paraguai resultaram na percepção de que havia rotas comerciais ilícitas de armas e de diversas mercadorias roubadas ou contrabandeadas, envolvendo soldados e provavelmente oficiais que serviam na fronteira. Segundo uma dessas denúncias, “soldados” e “fuzileiros brancos e negros” estavam auxiliando os indígenas em incursões no Paraguai, as quais “têm roubado imensa quantidade de gados, e perpetrado as maiores desordens”¹⁰⁸. Por fim, o processo sobre o assassinato de um homem no quartel militar do Porto Geral de Cuiabá, em 1832, permite perceber a existência de tratos ilícitos envolvendo escravos naquele local. A crer nos depoimentos, Joaquim Moreira havia sido convidado por um escravo do capitão José de Mello Vasconcelos a se encontrar no calabouço do quartel com “negros fugidos a fim de trocar com eles uma porção de ouro em pó e pedras de diamantes”, mas foi encontrado morto com golpes de machado no dia seguinte.

Estigmas atingiam certos locais da cidade, mas diziam respeito a grupos diversos e a sociabilidades distintas. Enquanto o bilhar era o espaço das “caçoadas e divertimentos” dos soldados ociosos, as bicas reuniam os escravos da cidade e os “calcetas”, que cumpriam pena de trabalhos forçados, pois dentre as tarefas de ambos os grupos estava o abastecimento de água. Nessas bicas ocorriam “batuques” e, segundo uma correspondência publicada na *Matutina*, “todos os dias há cabeças e potes quebrados”¹⁰⁹. Mesmo diversas entre si, as sociabilidades em torno das “tavernas” e das “bicas” estavam lado a lado em discursos sobre a intranquilidade pública. É o caso de uma correspondência que defendia a criação, em Cuiabá, de uma

[...] casa de correção onde se obrigasse a trabalhar esse grande número de mulheres meretrizes, que tanto avulta nesta cidade, assim como o enxame de vadios, que divagam pela cidade, vivendo à custa dos descuidos, e desarranjos de seus próximos, e só isto faria desempachar as tabernas e desaparecerem os batuques.¹¹⁰

Entre 1831 e 1832 os soldados (e também outros grupos tidos como perturbadores da ordem pública) foram vistos como um problema político e social pelos governantes,

¹⁰⁷ APMT - Tribunal da Relação Cx 05 (1831-1840). Juízo de Paz de Rio Acima, 1834 (doc. 132).

¹⁰⁸ Diário Fluminense, 61. 17 de março de 1830

¹⁰⁹ *Matutina Meyapontense*, 150 (15 de março de 1831).

¹¹⁰ *Matutina Meyapontense*, 243 (18 de outubro de 1831)

parlamentares e redatores liberais, que aprovaram medidas de desmobilização e repressão às tropas, legitimadas por discursos que iam de excertos de filósofos sobre o lugar dos militares em regimes liberais a apelos a estigmas contra um grupo que havia sido decisivo para impulsionar o Sete de Abril.

O debate político sobre as tropas dizia respeito não só a questões políticas e orçamentárias, mas também à dignidade e honra desses corpos e à condição de cidadãos dos militares. Nesse sentido, importa notar que a enunciação de estigmas podia revoltar os soldados, como se percebe em pequenos incidentes. Um deles ocorreu na festa de Sete de Setembro, em 1831, na capital goiana. Segundo relato, durante a festa não foram colocados “talheres na segunda mesa, que era destinada aos soldados” e “se disse que *Brasileiros tão bons* deviam comer com as mãos”. Os soldados se indignaram ainda mais depois de ouvirem “que tal coisa se fizera receando desaparecesse alguns talheres”¹¹¹.

A fama de brutalidade, de embriaguez, de rudeza dos costumes e de envolvimento em tratos ilícitos e em roubos podia ser um terrível estigma para homens que desejavam ser reconhecidos como cidadãos. Distinções, então comuns no debate público, entre o “verdadeiro cidadão” ou o “cidadão probo”, por um lado, e os que eram indignos deste título, por outro, diziam respeito não só a posicionamentos políticos, mas a sociabilidades e a estigmas relativos à imoralidade e ao desrespeito à lei. Estigmas que tendiam a pesar mais sobre os cidadãos mais pobres, mas não de maneira indistinta, sendo os soldados uma categoria particularmente atingida. Especialmente num momento em que era preciso legitimar novas instituições, desde o primeiro momento apresentadas como promessas de paz e de sossego público.

A guarda municipal foi primeiramente estabelecida por lei de 14 de junho de 1831, mas sua organização em Cuiabá ocorreu no ano seguinte, com base na lei de 22 de setembro de 1831, que dava regulamento ao corpo de guardas municipais permanentes da Corte. Ela era composta por cidadãos com renda suficiente para votar e estava submetida ao poder civil dos juízes de paz¹¹². Nos termos do juramento que a lei estabelecia aos guardas municipais, seu propósito primordial era o de fazer os esforços que fossem possíveis “para separar túmulos, terminar rixas e prender criminosos em flagrante”, dando parte imediatamente de todos os “fatos criminosos ou projetos de perpetração de crimes” que chegassem ao seu conhecimento¹¹³. Em Cuiabá, a guarda parece ter servido nas

¹¹¹ *Matutina Meyapontense*, 233 (24 de setembro de 1831).

¹¹² “Lei de 14 de junho de 1831”. *Coleção de Leis do Império*.

¹¹³ “Lei de 14 de junho de 1831”. *Coleção de Leis do Império*.

funções de ronda, na captura de criminosos, no reforço à segurança da cadeia, na contenção de tumultos (tornando-se, por vezes, parte do problema), na guarda de honra que acompanhava cerimônias oficiais e no controle do trabalho dos “calcetas” em obras pela cidade. Ela não tinha o caráter de uma força militar e não estava sujeita ao comandante das armas. Além disso, ao contrário dos soldados regulares, os guardas municipais (e também os nacionais) estavam livres dos castigos físicos e das demais restrições à realização dos direitos civis que haviam, em grande medida, motivado as mobilizações dos soldados desde 1821.

A guarda nacional tampouco tinha caráter militar; contudo, suas atribuições eram mais amplas e previam sua utilização como força auxiliar do exército. Seu objetivo declarado na lei era “defender a constituição, a liberdade, independência, e integridade do Império”, além de “manter a obediência e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.” Organizada em bases municipais, a guarda nacional era uma força permanente, podendo ser suspensa ou dissolvida pelo governo provincial por até um ano, o que ocorreu em Cuiabá ao menos uma vez antes da Rusga.¹¹⁴

Eram obrigados ao serviço na guarda nacional todos os cidadãos com renda suficiente para votar nas eleições primárias que tivessem entre 21 e 60 anos, além dos filhos de famílias que contavam com esta renda. As exceções eram as autoridades administrativas e judiciais com poder para requisitar a força pública, os militares do exército e da armada em serviço ativo, os clérigos de ordens sacras, que não quisessem se alistar voluntariamente, os “carcereiros, e mais encarregados da guarda das prisões”, além de “oficiais de justiça e polícia”. Apesar do alistamento de grande parte dos cidadãos com renda para o voto, uma parte deles permanecia como reservista, entrando em serviço ativo apenas um número definido legalmente para cada município. Os guardas elegiam todos os oficiais e cabos de sua companhia, ao passo que os estados maiores dos batalhões eram eleitos por oficiais, sargentos e furriéis das companhias que os compunham. Essas eleições seguiam procedimentos semelhantes aos adotados na escolha para postos políticos e judiciais. O juiz de paz eleito era a principal autoridade a conduzir os processos eleitorais que definiam todo o oficialato e o estado maior da guarda nacional e o sufrágio era fiscalizado pelo governo e por outras autoridades.¹¹⁵

¹¹⁴ A análise da documentação não permitiu responder a algumas questões importantes sobre os conflitos ligados à organização da guarda nacional. As discussões políticas sugerem que houve tentativas de ingerências do governo Gaudie Ley, que chegou a suspendê-la, mas a documentação encontrada é pouco elucidativa a respeito dessas disputas.

¹¹⁵ Lei de 18 de Agosto de 1831. *Coleção de Leis do Império*.

Em Cuiabá foram organizadas quatro companhias da guarda nacional, sendo que outras foram criadas em Diamantino e na cidade de Mato Grosso no mesmo contexto. Não foi possível descobrir quantos praças formavam cada companhia, sendo que a lei geral estabelecia que este número podia variar entre 60 e 140 homens¹¹⁶. A organização da guarda nacional cuiabana se deu num primeiro momento sem que se respeitasse os procedimentos estabelecidos pela lei, quando o governo armou cidadãos às pressas na repressão à “soldadesca” que se sucedeu à sedição de 7 de dezembro de 1831. Uma guarda nacional que contasse com praças legalmente alistados e com oficiais devidamente eleitos só terminou de ser organizada em 1833 e, ainda assim, houve conflitos em torno da posse do oficialato. Estes embates parecem não ter tido solução até a eclosão da Rusga e é possível que os critérios legais para a organização das companhias não tenham sido cumpridos em sua totalidade em qualquer momento entre 1832 e 1835. Como veremos adiante, a lei que instituiu a guarda nacional violada sobretudo em seu primeiro artigo, que definia que “toda a deliberação tomada pelas guardas nacionais acerca dos negócios públicos é um atentado contra a liberdade, e um delito contra a Constituição.”¹¹⁷

A expulsão da “soldadesca” de Cuiabá

Mato Grosso era uma província excepcionalmente militarizada. Como vimos anteriormente, a proporção de soldados na população geralmente só era superada por províncias que passavam por conflagrações e pelo Rio Grande de São Pedro. No total, havia cerca de 600 soldados no início do período regencial, sendo que não chegavam a cem os que viviam em Cuiabá. A maior parte destes servia no quartel da Legião de Linha, localizado no núcleo principal da cidade, mas alguns tinham praça no quartel do Porto Geral, relativamente afastado e comandado por oficiais do corpo de pedestres. A perseguição e os estigmas a respeito dos soldados se fizeram presentes especialmente no que se refere à Legião de Linha, criticada tanto como “tropa insubordinada revolucionária”, quanto como grupo de ociosos que viviam em “caçoadas” pela cidade¹¹⁸. Mas foi sobretudo a crença de que se tratava de potenciais saqueadores e autores de massacres que ajudou a legitimar medidas repressivas em Mato Grosso.

¹¹⁶ A lei permitia formar uma companhia com ao menos 50 homens nos casos de municípios que não atingissem 60 praças, mas este evidentemente não era o caso de Cuiabá.

¹¹⁷ Lei de 18 de Agosto de 1831. *Coleção de Leis do Império*.

¹¹⁸ As citações são respectivamente de: “Mendonça a Correia da Costa, 27 de setembro de 1832” (AN IJJ9 505) e *Matutina Meyapontense*, 61 (19 de agosto de 1830)

Um “artigo comunicado”, datado 26 de fevereiro de 1832, em Cuiabá, e publicado anonimamente na *Matutina* de 5 de maio do mesmo ano narrou em detalhes a crise aberta em Mato Grosso desde a sedição. A questão central era a generalização de rumores de que a tropa pretendia cometer roubos ou massacres. Após descrever em detalhes a sedição, o autor criticou os “falsíssimos boatos de que a tropa queria saquear” e que estava armada no quartel, inclusive com “peça com metralha”. Segundo o texto, os rumores “nenhuma impressão fizeram nessa pouca tropa pacífica e decidida a fazê-los mentirosos”. Além de defender os soldados desta e de outras acusações, a carta fazia duras críticas ao comportamento da guarda nacional, organizada às pressas durante a crise.

A mesma edição da *Matutina* incluiu uma correspondência, assinada “O Guarda Nacional”, cujo autor pedia que fosse publicada “no mesmo número ou pelo menos nos números imediatos” que o “comunicado”. A carta acusava Francisco Pereira de Moraes Jardim de ser o autor anônimo do comunicado, que por sua vez estaria escrevendo como protegido do comandante das armas aclamado durante a sedição, João Poupino Caldas. Além da carta, há outros indícios de que Jardim fazia parte dos “patronatos” organizados em torno do ex-comandante das milícias e ocupante de diversos postos políticos¹¹⁹.

Anos antes, porém, ele teria sido perseguido por Poupino Caldas, fato que o “Guarda Nacional” não deixou de lembrar: “este que agora se obriga pelos seus escritos” era o mesmo que, “sendo escrivão do hospital, e estando de serviço, foi de dentro dele arrancado e posto de tronco no pescoço no quartel”, ouvindo de Poupino Caldas “os últimos impropérios”. Portanto, na versão do “Guarda Nacional”, o “comunicado” era obra de Jardim, que de vítima das violências de Poupino Caldas, teria se tornado seu protegido e agora cumpria o papel de escrever em sua defesa.

Mesmo conhecendo o teor e afirmando saber até mesmo a autoria do “comunicado”, o “Guarda Nacional” não rebateu os argumentos do texto, que continha uma longa narrativa dos acontecimentos em Cuiabá entre a sedição de 7 de dezembro de 1831 e a expulsão das tropas regulares da cidade, em fevereiro de 1832. Pelo contrário, a carta que

¹¹⁹ Em 1825, Jardim foi nomeado escrivão do cirurgião-mor Antonio Luís Patrício da Silva Manso. Ele pertencia então às milícias, comandadas por Poupino Caldas, que o mandou prender, ao que parece alegando não ter recebido um pedido formal de afastamento para assumir o novo posto. Solto e liberado para o exercício do posto de escrivão após um pedido formal de Silva Manso a Poupino Caldas, Jardim teria sido preso novamente, agora por ordem do cirurgião-mor. Esta prisão foi motivada, segundo Silva Manso por ter o escrivão, numa discussão com um enfermeiro, mandado prendê-lo sem qualquer base legal, evocando a autoridade do cirurgião-mor. Neste momento, Jardim, que a princípio havia sido perseguido por Poupino Caldas teria recorrido a ele e se tornado seu protegido. Esses episódios foram narrados por Virgílio CORREA FILHO (*História de Mato Grosso, op. cit.* p. 511-512) e alguns detalhes são descritos nos anexos do “Ofício de Antônio Luís Patrício da Silva Manso ao Presidente da Província (Cuiabá, 18 de fevereiro de 1833)” ACBM/IPDAC, Caixa 39, Pasta 158, env. 857.

tomou folhas inteiras de três edições da *Matutina*, narrando, como diversos outros textos da época, a biografia de Poupino Caldas, desde quando “na escola, já mostrava seu gênio em galanteios que doessem aos mais pequenos”. Sobre os fatos recentes, apenas sugeria que “João Poupino, depois de ser tolerado nos seus pequenos ensaios” e de perturbar o sossego por doze anos, por pouco não concluiu “hoje a sua malevolência, introduzindo-nos a anarquia”. A carta afirmava que “a ele se devem as desordens atuais”, assim como acusava a “insubordinação por ele incutida, e de que ele mesmo deveria ser vítima como todos os que fizeram revoluções por egoísmo”. Mas os episódios relatados para rebater o “comunicado” ocorreram quase todos na década de 1820. Ao mencionar a sedição de 7 de dezembro de 1831, a convicção sobre a responsabilidade de Poupino Caldas dava lugar à dúvida, pois a deposição teria sido feita “talvez por sua influência”.

Pouco esclarecedora no que diz respeito aos conflitos posteriores à sedição de 7 de dezembro, a carta do “Guarda Nacional” interessa mais pela descrição de um episódio que antecedeu a mobilização. Segundo a correspondência, em setembro de 1831 chegaram “as notícias dos tristes procedimentos de Goiás, em agosto”. No contexto das novas sobre a sedição goiana, “a linguagem dos que saíam da casa de J. Poupino era sempre ‘que vergonha que Goiás nos desse lições! Que baixeza para os cuiabanos’, etc.”. Mais uma vez, se evidencia a influência que as mobilizações em outras províncias podiam exercer, não no sentido de um “contágio”, mas no de uma maior possibilidade de legitimação a ações que podiam ter motivações as mais variadas. Contudo, o que importa notar neste momento é que a opção do “Guarda Nacional” por não rebater os argumentos ou questionar os relatos, apelando para a desqualificação do (suposto) enunciador do discurso não nos permite ter um contraponto à versão exposta no “comunicado”. A estratégia era comum, tratando-se de Poupino Caldas, pois sua fama vinha servindo há tempos de arma política para seus adversários.¹²⁰

O “comunicado” trazia uma narrativa focada nos episódios recentes. Ele enfatizava o uso de boatos e de estigmas a respeito dos soldados e de oficiais inferiores para legitimar sua expulsão ilegal e tumultuária de Cuiabá. Segundo o texto, desde a sedição de 7 de

¹²⁰ A crer na narrativa do “Guarda Nacional”, havia algum detalhe a manchar a trajetória do biografado em cada episódio político da província desde a destituição do último capitão-general, quando Poupino Caldas teria participado da trama para a derrubada do governo, se escondendo em Diamantino em seguida por medo de uma reação de Magessi. Descrita como “célebre”, uma representação “pedindo General” teria sido iniciativa sua - tratava-se, como vimos anteriormente, da demanda por um governador enviado pelo poder central, que pusesse um fim na experiência das juntas provisórias. *Matutina Meyapontense*, 330 a 334, maio de 1832.

dezembro de 1831, boatos aterradores a respeito das tropas foram difundidos na cidade. Nesse contexto, as medidas tomadas apenas amplificaram os temores:

O governo acredita estes boatos e apressa a organização das guardas nacionais, lá as armaram a dois cartuxos embalados por praça. O povo sabe deste armamento, começa a crer ordinariamente a vaga notícia, e por instância sinistra, põem-se em cautela. Entretanto nada de procurar saber a verdade. Um tenente da G. N. manda – *piedosamente* – fundir balas, segundo dizem. Publicado isto começa o povo a desassossegar-se. Gradualmente se levantou que o Comandante das Armas queria depor o exmo. Presidente para empolgar [sic] este lugar e por no seu lugar o tenente-coronel Albano. O governo, em vez de indagar a verdade, deixa de o fazer e acredita em boatos vagos. Passam-se dias, reitera-se este boato.¹²¹

Em meio à crise, o comandante das armas João Poupino Caldas teria julgado “prudente parar-se coato”, não colaborando com a preparação de medidas coercitivas contra os soldados. Por seu turno, a “câmara e o juiz de paz” teriam contribuído para o alarmismo, pedindo “ao governo providências para o sossego público”. “Por toda a parte se ouviam debates de palavrões” e rumores de que a requisição dos vereadores e do magistrado eram a prova de que havia de fato ameaça por parte dos soldados. “Bastou isto para se ordenar o desarmamento da pouca tropa” e desmontarem-se as peças de artilharia. A tropa foi levada para o quartel do porto, foram “avisadas 40 praças para marcharem à fronteira, e a tudo se obedeceu”.¹²²

O resultado foi que, a 18 de fevereiro de 1832, “o Quartel da Legião foi entregue aos guardas nacionais”, que haviam sido organizados às pressas. Segundo o “comunicado”, os soldados, “que tanto temor causavam a certa gente”, partiram desarmados, “e o resto não menos pacífico, fica se aprontando para marchar quanto antes”¹²³. Atribuído a um protegido de Poupino Caldas, o texto permite perceber a existência de um discurso minoritário, mas ainda assim presente na imprensa, favorável aos militares subalternos e contrário aos rumores que contra eles se replicavam.

O conselho de governo foi o responsável pela expulsão da tropa. Para o autor do “comunicado”, a decisão, que a princípio tinha caráter interino, estaria fundada apenas em “boatos, que não passavam entre os sensatos senão por mentiras adotivamente inventadas”. Além de Poupino Caldas, oficiais da Legião de Linha também resistiram a conduzir seus subordinados ao Porto Geral. O texto justifica essas recusas lembrando que “desde 7 de dezembro” dizia-se que “esta chamada tropa” estava “matando e roubando”

¹²¹ *Matutina Meyapontense*, 334, 8 de maio de 1832.

¹²² *Matutina Meyapontense*, 334, 8 de maio de 1832.

¹²³ *Matutina Meyapontense*, 334, 8 de maio de 1832.

e que, neste período, “nem ao menos se furtou uma agulha ou alfinete”. Segundo o texto, os soldados não se manifestaram, nem ao menos para dizer aos governantes: “sois maus, pois nos injuriais dizendo sucessivamente – hoje há saque, amanhã há matança”. A tropa permaneceu vigiada pelo comandante das armas, pelos oficiais de 1ª linha e por uns “poucos paisanos”, e “todos asseveraram que nada havia”¹²⁴. Ainda assim, o governo permaneceu guiado pelos boatos e no dia 21 de fevereiro divulgou-se

[...] que a chamada tropa de 60 homens mais ou menos estava determinada a armar-se e matar o presidente, o comandante das armas, e o juiz de paz. O 1º e o 3º não averiguam a notícia, ela cresce, e das Ave Maria por diante é difícil pintar-se o susto e consternação da cidade. [...] Corre sua excelência no quartel aonde já se achavam os guardas nacionais, e cada um dos adotivos que o acompanhavam foram armados, e apresentavam um semblante de difícil edição, e bem mostravam que havia o que quer que fosse; porque a 7 de dezembro sabemos o que houve neles de pavores e solturas de V...¹²⁵

Portanto, segundo o “comunicado”, a expulsão foi realizada não só pelas guardas nacionais, mas também por “adotivos” armados. O texto sugere um temor exagerado e despropositado, ao menos desde a sedição que exigira a demissão de todos os nascidos em Portugal. O presidente estaria também tomado pelo pânico, ordenando que todos se armassem no quartel “porque neste instante seremos atacados, os homens aí vêm... etc. etc”. O texto lembrava que o quartel do porto, onde estavam os soldados expulsos, se situava “bem perto, e à vista desta cidade” e o temido ataque vindo de lá nunca chegou, “nem se mandou lá ver se com efeito vinham”. O “comunicado” utiliza seis vezes a expressão “havia nisto o que quer que fosse”, sugerindo que intenções não declaradas em tantas ações haviam sido supostamente guiadas pelo medo. Outro detalhe diz respeito à expressão “mentiras adotivamente inventadas”, que parece sugerir que a autoria dos boatos era dos nascidos em Portugal. A desconfiança com relação ao pânico que movia o presidente, a câmara municipal, o juiz de paz, a guarda nacional e os “adotivos” que colaboraram para a expulsão da tropa, também é destacada quando se afirma, em meio a relatos de boatos aterradores, que “o conselho foi convocado e pareceu tranquilo e risonho”.¹²⁶

A sessão extraordinária se estendeu pela noite, enquanto os guardas nacionais “aterraram a cidade com patrulhas e brados”. Em meio aos rumores de um confronto com os soldados, “alguns poucos portugueses que aqui existem também foram armados, além

¹²⁴ *Matutina Meyapontense*, 334, 8 de maio de 1832.

¹²⁵ *Matutina Meyapontense*, 334, 8 de maio de 1832.

¹²⁶ *Matutina Meyapontense*, 334, 8 de maio de 1832.

dos adotivos que cada um era um Hércules”. Às dez da noite, dois oficiais da primeira linha, “o capitão Rufo e o Ajudante Viegas”, foram “ao Quartel do Porto para examinarem o que havia, e informarem”. Os delitos cometidos pelos militares desde o Sete de Dezembro se resumiam a “um cadete que estava preso por ter sido encontrado de noite há poucos dias com uma espada” e “um soldado” encontrado com “outro em um quarto com sua mulher”¹²⁷. Nem os crimes terríveis que vinham sido alardeados tinham sido cometidos, nem estavam os militares se preparando para atacar a cidade ou para destituir autoridades. “O governo teve esta informação imediatamente. E fez sossegar o povo consternado? Qual? Mandou recolher as patrulhas? Qual? Foi o terror, o susto, e o povo em armas, e brados até amanhecer o dia 22 em que se dissolveu a força. [...]”¹²⁸

Mas o alívio foi temporário e “no decurso do dia já diziam os cantos que ainda haveria repetição, apesar da falsidade” das alegações sobre o perigo representado pelas tropas. “Às 9 horas e meia da noite ouviu-se o mesmo toque da guerreira caixa e repetiram-se os mesmos terrores, e desassossego, porque se disse que desertaram os inferiores e soldados e vinham já ao mata mata”.¹²⁹

Nesta narrativa, os boatos e os tumultos ligados à expulsão da tropa - primeiramente do quartel para o porto, em seguida do porto para a fronteira – opunham os soldados aos guardas nacionais, às autoridades civis e a alguns “adotivos” armados, descritos como particularmente engajados na perseguição. Mesmo depois de embarcada a tropa, “conservaram-se os mesmos movimentos até a manhã de 23”, quando finalmente se desarmaram os guardas e demais homens que perturbavam a cidade. Um oficial ainda foi enviado “ao alcance das canoas” que levavam os militares expulsos, mas ao contrário do que diziam os rumores de uma grande deserção, “só havia desaparecido um soldado”. Por fim, o texto concluía descrevendo o “pânico” e o ânimo “exaltado que se descobriu em alguns adotivos e portugueses, durante esta campanha gloriosa para eles, e para bem poucos brasileiros, que se lhes unem só para seus fins”.¹³⁰

A análise do debate público posterior ao Sete de Dezembro permite perceber que os soldados contavam com quem questionasse a perseguição que eles sofreram em meio à difusão de boatos e ao armamento de civis para expulsá-los da cidade. Este debate reforça a hipótese de uma participação de Poupino Caldas no Sete de Dezembro no

¹²⁷ *Matutina Meyapontense*, 334, 8 de maio de 1832.

¹²⁸ *Matutina Meyapontense*, 334, 8 de maio de 1832.

¹²⁹ *Matutina Meyapontense*, 334, 8 de maio de 1832.

¹³⁰ *Matutina Meyapontense*, 334, 8 de maio de 1832.

sentido de promessa de impunidade ou ao menos de proteção diante da possibilidade de repressão. O “comunicado” fora provavelmente escrito por um seu aliado ou protegido e é interessante notar que o texto sustentava a decisão de resistir às ordens do governo, não colaborando para a expulsão dos soldados. O comandante das armas aclamado pela tropa defendeu os militares rebeldes também no conselho de governo. Em setembro de 1832, quando uma nova sedição militar motivou a extinção da Legião de Linha, Poupino Caldas apoiou a medida, mas negou que tivessem sido os homens do Sete de Dezembro, expulsos de Cuiabá em fevereiro, os autores das novas desordens. Na sessão seguinte, insistiu para que se registrasse na ata que não era verídica a alegação de que “a causa” da sedição de Albuquerque era “ter-se mandado para lá a tropa que se tinha feito aterradora nesta cidade”, pois dos “doze cabeças que se apontaram nenhum é dos que fizeram as revoluções de 7 e 8 de dezembro”. Houvesse ou não algum compromisso entre Poupino Caldas e os protagonistas da sedição, ele foi uma liderança que se manifestou, no comando das armas, no conselho e possivelmente na imprensa (ainda que por meio de um protegido), contrariamente à expulsão da tropa e à difusão de boatos e de estigmas a respeito dela. Caso tenha havido a “mão oculta” do comandante aclamado pela tropa, os soldados não ficaram sem a contrapartida, pois Poupino Caldas se recusou publicamente a colaborar com a repressão. Além disso, importa mencionar que a devassa sofreu interrupções que levaram o governo a exigir esclarecimentos e as prisões de alguns “cabeças” só começaram a ocorrer em novembro de 1832.

O debate também permite perceber como se dava a politização do local de nascimento, com o destaque dado à atuação dos “adotivos” na expulsão. No “comunicado”, eles são descritos como homens ridiculamente apavorados, que tinham “solturas de ventre” ao ouvirem rumores de que os rebeldes iriam atacá-los. Ao mesmo tempo, cada um deles se tornava um “Hércules” quando armado e unido à guarda para perseguir os soldados. O conflito ligado à expulsão da tropa opôs soldados insubordinados e guardas nacionais formadas às pressas, mas também brasileiros “natos” que haviam pegado em armas em nome da “pátria” e da “constituição” a brasileiros “adotivos”, que temiam o fervor patriótico, pois tinham notícias do que se passava pelo país. Nesse sentido, a tensão vivida em Cuiabá entre 7 de dezembro de 1831 e em 23 de fevereiro de 1832 pode ter contribuído para que os nascidos em Portugal que não ocupavam postos civis e militares se tornassem alvos de animosidades. A resposta do governo, das autoridades e de alguns “adotivos” à agitação dos soldados desde dezembro foi a de tentar jogar o problema para a fronteira, livrando Cuiabá da presença incômoda

dos militares subalternos. Pouco após a expulsão, a guarda municipal foi criada e passou a ter sua sede no antigo quartel da Legião de Linha. Já a guarda nacional foi reorganizada no decorrer de 1833, mas sua trajetória tem lugar mais adequado na análise dos “partidos”, que será feita adiante.

A extinção da Legião de Linha

O grande temor que se difundiu em Cuiabá após o Sete de Dezembro era de pilhagens e massacres. Além do alarma provocado pelas “rusgas” anteriores e dos estigmas ligados a sociabilidades moralmente reprovadas, é possível que a fama da “soldadesca” de Mato Grosso estivesse ligada a ações de pilhagem que realmente ocorriam na fronteira. Desde pelo menos 1823, sucessivas investigações foram ordenadas para averiguar a participação de soldados nas campanhas de pilhagem que indígenas aliados a brasileiros promoviam no Paraguai¹³¹. Talvez os rumores e a fama tenham se difundido nas relações entre a cidade e a fronteira. Fossem ou não autores dessas ações, os relatos de suas mobilizações contra comandantes na fronteira mostram que o “pavor” não era totalmente despropositado, ao menos no que dizia respeito à capacidade de organizar grandes saques, colocando autoridades sob coação.

Ainda que possa ter havido um alarmismo deliberado a legitimar ações ilegais e tumultuárias por parte do governo na repressão aos soldados, o temor era em grande medida real. Os soldados eram numerosos na província, experientes em combates e haviam se tornado hábeis no uso das armas para conquistar reivindicações. Como vimos anteriormente, se suas mobilizações haviam sido facilmente reprimidas entre 1821 e 1829, doravante foram capazes de derrubar comandantes, alcançando um ápice em 1831, quando tomaram parte em seis mobilizações, cinco delas bem-sucedidas, incluindo a sedição de Sete de Dezembro.

O fluxo de experiências ligadas à insubordinação militar atravessavam o território, pelas vias dos destacamentos, das sucessivas campanhas bélicas, dos deslocamentos de prisioneiros e das deserções. Mato Grosso concentrou egressos de experiências de insubordinação e de mobilização armada em outras partes do país, incluindo os Periquitos que, após lutarem na Guerra de Independência, se rebelaram e foram expulsos de Salvador; posteriormente estiveram ligados a agitações contra os “adotivos” em Goiás e em Mato Grosso. A Legião de Linha também cruzou fronteiras, deixando um rastro de

¹³¹ Dentre outros, APMT Avulsos Forte Coimbra (1823-1840), doc. 387. *Diário Fluminense*, 61. 17 de março de 1830

acusações a respeito de deserções, de revoltas e de perseguições aos “adotivos” em Goiás. Eles haviam chegado naquela província a serviço, já que mesmo não havendo fronteira externa, uma dura guerra travada contra alguns povos indígenas, uma presença militar mais efetiva foi exigida no norte daquela província,. Duas companhias de caçadores da Legião de Linha de Mato Grosso estavam destacadas na província em razão desses conflitos. Entre 1831 e 1832, homens deste corpo militar cuiabano foram acusados tanto de assassinatos de “adotivos” no norte goiano, quanto de participação na sedição de 14 de agosto de 1831, na capital.

Pequenos incidentes com relação a eles e a “desertores” chegados de Cuiabá aparecem em diversos números da *Matutina*. Num desses casos, as autoridades desistiram de perseguir os “desertores” de Mato Grosso por temerem um desfecho sangrento, dado que eles “se achavam armados de faca, e dispostos a agredirem os soldados que os quisessem prender, tendo sido supridos de aguardente por alguns de fora, com quem se achavam inteligenciados”¹³². No caso da sedição de 14 de agosto, lembremos que alguns dos signatários da representação exigindo a deposição de todos os funcionários civis e militares “adotivos” de Goiás disseram ter sido conduzidos ao quartel por um “soldado periquito, oficial de ferreiro, desertor da província de Cuiabá”¹³³.

No início da década de 1830, a capacidade dos soldados de Mato Grosso de colocar as autoridades sob coação mediante ameaça armada avançou a olhos vistos, deixando os conselheiros da província desconcertados. Como vimos anteriormente, na sessão de 14 de outubro de 1832, após elencar quinze “atos de rebelião” dos soldados, o presidente Antonio Corrêa da Costa propôs a extinção do corpo, afirmando que “o caráter de revoltoso era inerente ao caráter da Legião de Mato Grosso”. Em seguida, “o conselho unanimemente se persuadiu” de que era “impossível manter-se a tranquilidade da província” enquanto houvesse “em seu seio um corpo cujos membros [estavam] habituados a tantos excessos”, tornando-se “em toda parte precursora do alarma, e da revolta”¹³⁴.

O fim do corpo militar ocorreu em reação a uma sedição em Albuquerque, núcleo que deu origem a Corumbá. A mobilização foi informada ao governo da província por

¹³² A deserção ocorria também no sentido inverso. Em 1827, o governador das armas, Antonio Joaquim da Costa Gavião informou ter mandado prender a “Manoel José Vieira, que apareceu nesta Cidade [de Cuiabá] de coroa aberta e hábitos sacerdotais”, apresentando-se como padre, quando na verdade era um “soldado da 1ª Linha desertor da Província de Goiás”. “Costa Gavião ao Conde de Lages, 4 de junho de 1827” AN IG1 228

¹³³ *Matutina Meyapontense*, 240, 11 de outubro de 1831

¹³⁴ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

uma carta escrita pelo comandante daquela guarnição, o sargento-mor Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça, que, quando da redação do texto, estava sob ameaça dos rebeldes:

É do meu dever levar imediatamente ao conhecimento de V. Ex. a nova revolução de uma parte superior da Guarnição deste Quartel excetuando os Senhores Oficiais, que neste instante manifestaram-me, precedido de um toque de rebate, depois das nove horas da noite e é que requisitaram se lhes faça pagamento de seus soldos, etapes e fardamentos vencidos, exigindo que nesta mesma hora eu espeça a V. Ex. esta participação na certeza de não deixarem as armas senão depois de saída a parada e que eu signifique a V. Ex. que não se lhes pagando os mencionados soldos, seguir-se-ão novas desordens com bastante prejuízo desta Fronteira. E que se lembre V. Ex. que a Guarda Municipal desta cidade é paga mensalmente de um avultadíssimo soldo em comparação deles estacionados em tão longa distância. É bem a meu pesar que levo isto às mãos de V. Ex. não sendo obstante a minha vigilância para atalhar uma desordem inesperada em o presente tempo¹³⁵.

É interessante notar que foi inserido na carta o argumento de que a guarda municipal estava recebendo normalmente seus soldos e que estes eram mais elevados que os dos soldados regulares. Não se tratava de argumentar que se vivia uma situação de miséria em razão da falta de soldos, etapes e fardamentos, mas de acusar os privilégios que tinham os guardas municipais com relação aos militares da primeira linha. Na verdade, a situação da falta de pagamento já não era tão grave quanto na década de 1820, o que levou o presidente Antonio Corrêa da Costa a concluir, ao “tomar a extrema resolução contra a Legião de Linha desta Província” que “se se pudesse dar desculpa a tão desgraçadas almas seria se se provasse que o fazem por fome, e ainda por nudez, mas até a este respeito a classe militar tem sempre estado de melhor partido”. Corrêa da Costa destacou o argumento “tão insolente como miserável”, de que a guarda municipal estaria “em dia”, o que comprovava por documentos ser uma alegação falsa, pois contavam-se dois meses e meio de atraso em seus vencimentos e “a alguns dos revoltosos não se deve tanto”. Por fim, lamentava que “este ciúme já é interminável”¹³⁶.

Cinco dias depois desta primeira notícia, já livre da coação em que se encontrava antes, o comandante descreveu em detalhes o que ocorrera desde 22 de setembro. Segundo ele, com a saída da embarcação que levava a reivindicação da tropa, os rebeldes passaram a aguardar a resposta do governo,

[...] porém ficando toda a guarnição armada no dia 24, pelas 9 horas da noite tocaram outro rebate e reuniram-se: colocaram uma peça de artilharia carregada com metralha, com o ponto feito para o meu quartel, foram para o armazém, tiraram todo o armamento, e petrechos de guerra, sacaram todo o mantimento, botica, faixas, ferro, e aço, enfim, ficando o armazém limpo e

¹³⁵ “Mendonça a Correia da Costa, 22 de setembro de 1832” AN IJJ9 505

¹³⁶ “Correia da Costa a Lima e Silva, 7 de novembro de 1832” AN IG1 228

sendo os principais cabeças o cadete Antonio José Rodrigues e o almoxarife anspeçada Manoel do Nascimento cercaram o meu Quartel de sentinelas, vieram com força armada e me tomaram todo o armamento e cartuchame, e as bandeiras que eu tinha de reserva no meu Quartel, depois tocaram andarem a grandes brados, e que marchavam para o Forte de Coimbra para lá esperarem a decisão do Governo, porque no caso que não lhes fosse agradável passariam-se em carregar as canoas e dizendo que só ficaria neste lugar o comandante militar com um camarada, e que a mais guarnição e oficiais que haviam de marchar, e aqueles que recusassem seriam mortos¹³⁷

Impressiona a escala e o grau de organização desta mobilização, que colocou diante do governo a ameaça de desguarnecimento completo de duas das mais importantes fortificações da província. Os soldados e oficiais inferiores, que anos antes haviam protagonizado movimentos reprimidos com facilidade, tinham se tornado capazes de colocar em risco a soberania brasileira sobre uma ampla área da fronteira, particularmente marcada por tensões internacionais e densamente povoada por indígenas aliados, mas que no caso dos guaicurus tinham se rebelado poucos anos antes. Eles sabiam que o abandono completo das principais guarnições que garantiam o controle sobre os guaicurus, guanás e guatós e sobre a fronteira paraguaia era uma ameaça das mais graves e procuraram usar o temor para forçar o atendimento às suas reivindicações.

Ainda segundo o sargento-mor, decididos a saquear todos os armamentos, mantimentos e demais bens pertencentes ao Império e a forçar a fuga para o Paraguai de todos os soldados e oficiais das duas guarnições, os rebeldes mantiveram-no “debaixo de armas toda noite”. Feito prisioneiro, o comandante conseguiu “ter fala com alguns praças”, mostrando a eles “o grande crime” que cometiam, ao que responderam “que se não os acompanhavam que seriam mortos”. Nesta situação, ele os teria convencido a fugir para a mata no entorno do forte, chamando aos demais, exceto os dois principais “cabeças”.

Abandonados pela maior parte dos militares, os dois “seguiram para a aldeia dos guanás”, onde os índios “já se achavam de precaução por ter sido anunciado que o cadete e o almoxarife com sua guarda os ia atacar”. Chegando à aldeia, houve uma troca de tiros entre os rebeldes e os indígenas, resultando no ferimento de um dos principais “cabeças” da sedição. Desta forma, com a decisiva ajuda dos guanás, o comandante pôde começar a repressão. Segundo ele, o plano dos soldados “era botarem fogo nas casas, darem o saque e embarcaram a seguir para o Forte Coimbra, aí reduzirem aquela guarnição e passarem-se para a República Castelhana”, mas “os Índios se distinguiram perseguindo

¹³⁷ “Mendonça a Correia da Costa, 27 de setembro de 1832” AN IJJ9 505

os rebeldes, aguentando o fogo de mosquetarias, [e] felizmente não foi um só ferido, e do contrário foi ferido o [...] comandante deles, o 2º cadete Antonio José Rodrigues, porém não de perigo”¹³⁸.

Por fim, o sargento-mor responsabilizava as autoridades civis pelo ocorrido:

Eu não me queixo senão do governo, pois [em] uma cidade como Cuiabá, vendo à testa a primeira Autoridade de um Comandante das Armas, esta tropa se faz aterradora como é público, e pegar-se nela à força de armas e remeter-se para a Fronteira, um lugar que deve constar de homens de boa moral e amantes de sua Pátria para defenderem, pelo contrário, fazendo-se numerosa tropa revolucionária insubordinada, o que se podia esperar de semelhantes soldados, de desordem e desgraças como assim veio acontecer, em circunstância de serem vítimas os pacíficos, e honrados moradores.¹³⁹

Portanto, segundo o comandante, a sedição de Albuquerque estava diretamente relacionada à expulsão da “numerosa tropa revolucionária insubordinada” até então sediada em Cuiabá. Durante uma das sessões do conselho de governo em que se discutiu o conteúdo da correspondência, Poupino Caldas pediu que se alterasse uma ata anterior, pois “não estavam inferidas as suas palavras em observação ao ofício do Comandante do Paraguai”, onde ele dizia que a causa da sedição “é ter-se mandado para lá a tropa que se tinha feito aterradora nesta cidade”. Segundo o conselheiro, “dos doze cabeças que se apontaram nenhum é dos que fizeram as revoluções de 7 e 8 de dezembro”¹⁴⁰. O conselho aprovou a inclusão das alegações na ata, que reforçavam uma posição pública de Poupino Caldas na defesa dos implicados na sedição do ano anterior.

Quase um mês depois, novamente reunido o conselho para discutir a sedição de Albuquerque, foi debatido se seria registrada em ata uma suspeita que pairava sobre o comandante e um tenente daquela guarnição, decidindo-se a favor do registro. A primeira acusação era de que “o Sr. Tenente José Alexandre deu parte de doente quando soube que a desordem estava para estourar”. A segunda era a de que tanto ele quanto “o Major Nuno”, comandante da guarnição, não só “sabiam” que a revolta ocorreria, como deixaram a guarnição a cavalo, junto a alguns paisanos, no período em que supostamente estavam sob coação dos soldados. Apesar de incorporar a acusação à ata, o conselho ressaltou que ambos “se portaram pelo menos francamente”, o que talvez se refira à atuação dos oficiais no sentido de impedir a efetivação do saque e da deserção generalizada¹⁴¹.

¹³⁸ “Mendonça a Correia da Costa, 27 de setembro de 1832” AN IJJ9 505

¹³⁹ “Mendonça a Correia da Costa, 27 de setembro de 1832” AN IJJ9 505

¹⁴⁰ “Sessão extraordinária de 24 de outubro de 1832”

¹⁴¹ ata de 22/11/32

A suspeita não é detalhada nem nesta, nem em outras fontes consultadas, mas é um indício importante de que poderia haver algum grau de colaboração de oficiais, não necessariamente por entenderem que a mobilização era legítima; ainda que esta hipótese não possa ser descartada, num contexto em que os oficiais também tinham descontentamentos com relação à expulsão das tropas de Cuiabá pelo poder civil. Provavelmente a colaboração tinha um sentido de autopreservação ou visava a evitar prejuízos mais graves para a defesa da fronteira. Enfrentar os soldados, naquele contexto, podia parecer uma péssima ideia. Talvez por isso o tenente tenha dado “parte de doente” e o comandante tenha alegado coação enquanto podia se locomover livremente, sem o controle dos rebeldes.

Se a fama dos soldados foi instrumentalizada no sentido de validar a repressão à tropa, tal fama também parece ter sido útil na conquista de reivindicações por meio de mobilizações armadas. Nesses movimentos reivindicatórios (contra comandantes; para receber soldos, etapes e fardamentos atrasados; ou pela demissão dos “adotivos”) a ameaça de descontrole das autoridades sobre homens tidos por capazes de cometerem atrocidades de fato atemorizava, forçando a negociação. Sem que utilizassem as armas para ferir ou matar seus comandantes – o que acabaria por agravar as penas num momento posterior de repressão e de julgamento dos crimes – os soldados apenas deixavam clara sua capacidade e disposição em fazê-lo.

Em Cuiabá, a 7 de dezembro de 1831, isso se deu por meio de salvas de tiros, que, segundo consta na ata em que se registrou o atendimento da reivindicação, fizeram o conselho “supor que os oficiais ali destacados estavam em perigo”. Mas também cumpriam uma função de ameaça o “aspecto irado”, as “maneiras violentas”, as “gritarias”, os “estrondo com armas pelas ruas”, as “bebidas em público de cachaça com pólvora”, dentre outras “patifarias vergonhosas” descritas num relato publicado na *Matutina*.¹⁴² Tratava-se de comportamentos ameaçadores por parte de homens com uma fama que por si só causava medo.

Na sedição de Albuquerque, a coação dos oficiais parece ter ocorrido sem ameaças diretas às suas vidas, mas neste caso importa notar que o governo demorou cerca de dois meses para registrar a suspeita de colaboração. Foi sob o impacto das primeiras notícias que as decisões sobre o atendimento ou não da reivindicação foram tomadas. Porém, dentre as informações disponíveis já constava a de que o comandante havia conseguido

¹⁴² *Matutina Meyapontense*, 311 (24 de março de 1832).

deter os “cabeças” e controlar a situação. A ameaça que havia sido colocada não dizia respeito apenas à vida dos oficiais, mas também à possibilidade de pilhagem e de deserção de duas guarnições inteiras para o Paraguai. Ao ameaçarem com a deserção, os soldados e oficiais inferiores lembravam as autoridades o quanto eram indispensáveis. O resultado foi que, temendo “novas desordens, com bastante prejuízo da fronteira”, todos os conselheiros, inclusive Poupino Caldas, votaram pela extinção da Legião de Linha, medida que nem mesmo durante a crise de fevereiro de 1832 parece ter sido cogitada. Contudo, a medida foi tomada com cuidado, mantendo-se sigilo sobre a demissão dos militares até que eles estivessem desarmados. Na sessão extraordinária de 16 de outubro de 1832, quando se discutiu como tirar “as armas àquele corpo de homens degenerados” foi autorizada “despesa até extraordinária para o fim de não arriscar em nada os cidadãos pacíficos”. Para “suprir ao serviço”, era preciso ordenar o “recrutamento imediato de tantos praças para o Corpo de Ligeiros, quantos bastem para suprir o número da força atual da Legião de Linha, ocultando no entanto a extinção desta”. Por fim, “logo que haja número suficiente se declare organizado o Corpo de Ligeiros, criado pelo Decreto de 22 de novembro de 1831, e se ponha em efeito a baixa da Legião”¹⁴³ Indispensáveis, os militares foram reorganizados num único corpo, denominado Ligeiros, que incorporou os soldados do corpo de pedestres, mas não os da Legião de Linha.

O fim deste corpo teve impacto também em Goiás, onde vinham servindo duas companhias. É interessante notar que mesmo ligados a deserções e a crimes contra os “adotivos” nesta província, os soldados da Legião de Linha de Mato Grosso foram mantidos pelos conselheiros de governo de Goiás, que procuraram negociar a permanência da tropa mesmo após a extinção do corpo ao qual pertenciam. Os soldados eram temidos e estigmatizados, mas necessários, e não apenas na fronteira externa. Em casos como o do norte goiano, que envolvia a frequente necessidade de mobilização militar em razão da resistência indígena, a demanda por soldados também se fazia presente. Diante da possibilidade de não contar com soldados para fazer frente aos “bárbaros”, era preferível lidar com os “rusguentos” e “aperiquitados” da Legião de Mato Grosso.

Um “diálogo” publicado na *Matutina*, mencionado anteriormente, utilizava os mais diversos argumentos para defender a desmobilização de tropas regulares, mas não deixava de lembrar que nem todas as funções dos militares poderiam ser integralmente

143

encarregadas a civis. Afirmava-se que “nossas fronteiras precisam de defesa enquanto as nações não se contentarem com o que é seu”. Mesmo não colocando em questão a existência do poder militar, o diálogo continha elogios a experiências de “muitas nações [que] têm se regido sem exércitos armados”, mencionando os brâmanes, os *quakers* e povos da Sibéria e da Lapônia. A referência retórica a povos sem organização militar (ou mesmo sem Estado) servia de estratégia argumentativa para se concluir que, na realidade brasileira, estávamos seguindo os passos dos ingleses, segundo os quais “nada há tão perigoso a um estado como um grande exército pronto – *a great stading army*.”

Segundo o texto, no caso brasileiro havia dois destinos para os soldados. O primeiro era a desmobilização, que demandaria medidas para evitar novas perturbações, pois “se a polícia não vigiar atentamente sobre eles podem ser fatais”. Ex-militares eram vistos como potenciais vadios e malfeitores, mas também como possivelmente “úteis, aproveitando-se os serviços que podem fazer”. Deveriam, segundo o “diálogo”, ser destinados a lavrar “as terras que nos sobram”, a quebrar “pedras que embaraçam a navegação de tantos rios” e a explorar as “nossas terras incógnitas, que é de presumir tenham imensas preciosidades nos três reinos da natureza”.¹⁴⁴ O argumento lembra que a identificação da vadiagem como o destino normal dos soldados desmobilizados poderia servir para legitimar outro tipo de política, voltada para o controle do trabalho. Contudo, este não parece ter sido o caso de Mato Grosso, onde indígenas aldeados e soldados do corpo de pedestres já cumpriam funções como aquelas, por toda a fronteira. Como afirmava, em 1829, o vice-presidente André Gaudie Ley,

os pedestres são soldados valiosos para todo e qualquer serviço, são vaqueiros para os diferentes estabelecimentos de criações de gado da Fazenda Nacional, remeiros para as condutas e correspondências dos diferentes portos desta vasta fronteira, lavradores para as plantações que se fazem e de que se tira uma grande parte do sustento das guarnições, e finalmente sendo próprios para todo o serviço e trabalho, ao mesmo tempo são os mais fáceis de contentar.¹⁴⁵

A extinção da Legião de Linha, com a demissão dos soldados e oficiais inferiores, foi acompanhada por uma reformulação geral dos corpos militares na província. Os pedestres foram extintos, mas sem a demissão dos militares; e retomou-se um plano de 1829, de unificação da tropa sob a denominação de “ligeiros”. Na primeira ocasião em que autoridades discutiram o projeto, o comandante das armas Jerônimo Joaquim Nunes escreveu ao ministro da guerra que não importava se o corpo continuaria se chamando

¹⁴⁴ *Matutina Meyapontense*, 316 e 317.

¹⁴⁵ 1674 – De Gaudie para o ministério da guerra

“pedestres” ou “outro qualquer nome, contanto que os soldados andem descalços e que sirvam para todo o serviço”. Estes soldados, que trabalhavam em atividades que não eram propriamente bélicas, eram essenciais para as estratégias geopolíticas vigentes em Mato Grosso desde fins do período colonial, como seguiriam sendo durante o Império. A Legião de Linha tinha outro caráter, como se percebe na mesma carta de Nunes, pois, acerca de tal corpo, argumentava-se que era necessário “para o serviço de artilharia dos pontos da fronteira, e barras”¹⁴⁶.

A oportunidade que a Legião de Linha teve para reivindicar se apresentando como uma “tropa insubordinada revolucionária” parece estar relacionada à sua função como guerreiros, e não como trabalhadores. Além de já contarem com conhecimentos de combate e incorporarem soldados que vinham como prisioneiros por terem participado de revoltas ocorridas em outras províncias, a Legião teve uma intensa trajetória de mobilizações reivindicatórias, desde 1821. Por fim, seus conhecimentos permitiram a elaboração de planos cada vez mais elaborados para colocar comandantes sob coação. No início de 1831, a crer no redator da *Matutina* e em correspondências da mesma época, eles já eram temidos o suficiente para que fossem instigados a atuar nas lutas faccionais da província. Em dezembro deste ano, provavelmente contando com a “mão oculta” de Poupino Caldas, eles destituíram todos os funcionários civis e militares “adotivos” da província, incluindo o comandante das armas. Em fevereiro de 1832 eles foram expulsos da cidade e em setembro realizaram uma ação bastante ousada, que colocava como ameaça o desguarnecimento da fronteira paraguaia. Fracassada, a mobilização motivou (ou ao menos legitimou) a extinção do corpo.

Capaz de desequilibrar a luta política por meio da ameaça armada, a Legião de Linha havia se apropriado do ideário nacionalmente difundido pelas lideranças partidárias liberais para conquistar suas reivindicações. Entre a dissolução do corpo e a eclosão da Rusga, seria a vez das lideranças partidárias se apropriarem de suas táticas, de sua cultura política e do temor que seu rebote inspirava.

3.3 – Os partidos e a organização política

O intenso debate sobre os inconvenientes e prejuízos das “rusgas” e da “horrorosa ilegalidade epidêmica” que se seguiu à Abdicação durou cerca de um ano. Já neste primeiro momento foram elaboradas, recuperadas e resignificadas diversas outras

¹⁴⁶ “Nunes a Oliveira Alvares, 5 de junho de 1829”

categorias que organizavam o discurso político, incluindo aquelas que procuravam enquadrar os protagonistas de mobilizações muito diversas entre si em campos partidários. A princípio, num contexto de intensas agitações que promoviam um ideário liberal e patriótico, os objetos principais desses debates foram “exaltados”, “anarquistas”, dentre outros rótulos. Foi sobretudo a partir de 14 de abril de 1832, quando eclodiu uma mobilização identificada com aliados de d. Pedro I no Rio de Janeiro que o alvo principal das publicações moderadas, incluindo a *Matutina*, passou a ser o partido “caramuru”, ainda que os “exaltados” continuassem em pauta. Esta mudança, importante para as redefinição dos campos partidários em Mato Grosso, requer uma breve exposição.

A imprensa “moderada” e as mobilizações políticas

Denominações como “moderados”, “exaltados” e “caramurus” não eram novas. Também não eram novas as correntes de opinião que se organizavam em torno de lideranças parlamentares e por meio de periódicos e associações que se identificavam com esses rótulos. Tanto a formação de “partidos” – entendidos como corrente de opinião organizada – quanto a criação de rótulos e estigmas partidários ocorreram no Brasil desde pelo menos o constitucionalismo vintista, a partir de experiências de conflito político em todo o país (e também no exterior), podendo ter as mais variadas abrangências e conteúdos diversos. O mesmo vale para o vocabulário que definia atores coletivos que não se configuravam como “partido”. Como vimos, o “liberalismo aperiquitado” foi uma expressão especificamente usada nas sedições goiana e cuiabana de 1831, para definir e estigmatizar manifestações do ideário patriótico e constitucional que não cabiam nas pretensões das lideranças partidárias “moderadas” goianas.¹⁴⁷

Mas as referências presentes na imprensa “moderada” interessam não apenas pelos indícios que apresentam a respeito de ideários, comportamentos e sociabilidades políticas dos mais variados cidadãos do Império; interessam também por ter sido um referencial importante para a composição de campos partidários em diferentes abrangências e cujos conflitos podiam se dar em torno de interesses os mais diversos. Ser “patriota” (ou, ainda, ser “liberal”) tinha muitos sentidos, pois não havia uma leitura unívoca desse termo capaz de se impor sobre as demais. Por sua vez, “exaltado” e “caramuru” foram mais facilmente

¹⁴⁷ Uma busca por “aperiquitado” e por “periquitado” no acervo de periódicos brasileiros da Biblioteca Nacional retorna apenas um resultado na década de 1830, que descreve o “andar aperiquitado” de um escravo fugido, num anúncio oferecendo recompensa por sua apreensão. *Diário do Rio de Janeiro*, n. 1, 2 de abril de 1832.

usados como rótulos a definir manifestações políticas indesejadas que se pretendia deslegitimar, sem que deixassem de remeter a partidos de fato existentes.

A análise da *Matutina* permite perceber que, após o Sete de Abril, os apoiadores do governo “moderado” manejaram sem muitos pudores os rótulos partidários para caracterizar as diversas oposições e mobilizações que em certos casos não adotavam quaisquer identidades pertencentes ao modelo tripartite que orientava essas divisões. Um mesmo texto podia definir um episódio ou grupo, ora como “exaltado”, ora como “caramuru”, ainda que as descrições desses “partidos” dadas pelos “moderados” fossem opostas em vários sentidos. Ademais, os rótulos eram negados com frequência, principalmente por supostos “anarquistas” ou “restauradores” (cada qual representando um extremo na visão “moderada”). Paralelamente, “exaltado”, “rusguento” e “caramuru” davam nome a periódicos que, não sem uma dose de ironia, adotavam rótulos que costumavam ser estigmatizados pela imprensa “moderada”. Esta não só passara a se alinhar ao governo central e a uma parte dos governos provinciais, como constituía, desde antes do Sete de Abril, a mais poderosa rede de organizações da sociedade civil no Império, incluindo periódicos e sociedades políticas que influenciavam o debate público em todo o país.

Uma das definições “moderadas” de um campo partidário consta de um artigo publicado originalmente no periódico mineiro *Novo Argos*, republicado na *Matutina* de 9 de fevereiro de 1832. O texto intitulado “O que seja Anarquista” lamentava que mesmo “os mais furiosos exaltados não pretendem que lhes pertençam” este rótulo¹⁴⁸. Diante do problema, o autor propunha o exame dos “diferentes partidos que dilaceram o Brasil” para que se estabelecesse “a qual destes de justiça e de fato convém esta noção”, dado que quando se falava dela “em abstrato, cada um [a] recusa”. “Anarquista” seria, na definição proposta

um entusiasta frenético, que perturba a boa ordem, que calca aos pés as leis mais justas, e os direitos mais sagrados, rompe os vínculos sociais e arranca os limites eternos que a natureza pôs entre todas as coisas. E de que modo? Caluniando aqueles que dirigem a pública administração, iludindo os incautos, e cobrindo-se com o respeitável manto do patriotismo.¹⁴⁹

O excerto apresenta três elementos que frequentemente constavam das definições de “exaltado” naquele momento. O primeiro era a recusa em esperar as transformações lentas (o “frenesi”, a “impaciência”, dentre outras expressões); o segundo remetia à

¹⁴⁸ *Matutina Meyapontense*, 292 (09 de fevereiro de 1832)

¹⁴⁹ *Matutina Meyapontense*, 292 (09 de fevereiro de 1832)

perturbação da ordem (“rusguentos”, “anarquizadores”, etc.); e o último, relacionava-se à sua autoafirmação como defensores da “pátria”, da “liberdade” e da “constituição”, ou seja, dos mesmos princípios que ordenavam o discurso “moderado”, mas supostamente sem um entendimento correto do sentido desses termos. Os “exaltados” seriam, portanto, entusiastas de transformações rápidas, que perturbavam a ordem pública e que eram ignorantes a respeito do ideário patriótico e constitucional que defendiam.

Em seguida, o artigo dividia os “anarquistas” em “duas classes”. A primeira delas, “mais extensa”, mas “menos intensa”, desejava roubar e ter a permissão para provocar atentados que revoltavam a natureza, tais como o assassinato de “homens probos” e o estupro de suas mulheres e filhas. Mas esta classe

[...] não seria temível se não fosse o instrumento da segunda constituída pelos descontentes e poderosos, e que estimam mais elevar-se sobre as ruínas de uma pátria infeliz, banharem-se no sangue de seus concidadãos, do que conservarem-se naquele círculo em que os colocou a Providência, e que não podem suportar a ideia de serem os segundos, ou os terceiros no estado.¹⁵⁰

As mobilizações de “anarquistas” seriam compostas por ambiciosos, em alguma medida “poderosos”, que guiavam multidões de criminosos ou de iludidos por uma leitura demagógica dos sentidos da liberdade, da constituição e da pátria. Num contexto em que estavam em pauta a situação dos “adotivos”, que vinham sendo alvos de ataques em todo o país, e as reformas constitucionais, principal demanda dos que pressionaram para a Abdicação, “o mais moderado anarquista é aquele que quer já e já reformas, e que se declara contra os indivíduos pelo simples e involuntário crime de nascerem em outro hemisfério”. O texto estava comprometido com a defesa de um governo que se utilizara do ódio aos “adotivos” e que evocava o direito de resistência para afastar o imperador e realizar reformas constitucionais, e que doravante precisava refrear o fervor patriótico e a demanda por mudanças. Segundo o artigo, sob o “governo traidor” de Pedro I haviam se passado dez anos de espera por reformas, ou ao menos pela observância da Constituição. Sendo assim, por que não

[...] esperar um ou dois [anos] o seu melhoramento? Que lucramos com reformas intempestivas? Agora que um governo nacional, e que deveras deseja o bem da pátria principia a trabalhar pela sua felicidade, é que se exaltam as paixões? Agora que a Augusta Assembleia se dedica com fervor às reformas constitucionais é que se deseja apressá-las?¹⁵¹

¹⁵⁰ *Matutina Meyapontense*, 292 (09 de fevereiro de 1832)

¹⁵¹ *Matutina Meyapontense*, 292 (09 de fevereiro de 1832)

Para o periódico, haveria um plano oculto de “incendiar ou dominarem o Brasil”. Neste cenário, os “iludidos”, só para se livrarem do “extremo” dos “absolutistas”, “caem no oposto e servem de meios e escada aos potentes ambiciosos”. Quanto aos que agiam por ambição, “depois de subirem ao poderio sobre tais degraus”, estavam destinados a lançar os que os apoiaram “à fogueira”.¹⁵² A autoimagem da moderação, de longe a força política mais influente no país naquele momento, era a de um meio entre extremos e, ao mesmo tempo, a do progresso gradual contra, por um lado, o frenesi das transformações rápidas e, por outro, a restauração de um tempo despótico. Esse discurso liberal voltou-se logo após o Sete de Abril contra a “exaltação”, pois tanto respondia à urgência de refrear o fervor revolucionário e patriótico, quanto visava a conter a expressão popular de ódio aos portugueses e “adotivos”. Ao lado de outras mobilizações, as “rusgas” contra os nascidos em Portugal haviam se tornado um sério problema para a defesa da ordem pública, que gerava a fuga de pessoas e de capitais, além de ameaças de guerra civil por quase todo o país.

O artigo prosseguia argumentando que alguns membros do “partido exaltado” diziam desejar a ordem e alegavam que só não queriam que os empregados fossem “brasileiros adotivos” e exigiam que as reformas se fizessem “com toda a presteza”. A estes, respondia:

E será isto o sentimento de um homem cordato, de um verdadeiro brasileiro? E como declarar-se contra uma classe inteira? Se um ou outro [adotivo] é criminoso não tem a lei para puni-lo? Com que direito se exigem deportações? [...] E são estes os amigos do Brasil? mais selvagens que as hordas das incultas tribos, eles cobrem de vilipêndio perante as nações civilizadas um povo generoso, uma nação mui cordata. Daqui se conclui não ser anarquista só o que rouba, assassina, persegue, mas todo aquele que, esquecido da lei, pretende o que ela não permite, ou pelo menos que ela reprova.¹⁵³

A tendência predominante até o início de 1832 na *Matutina* – e ao que parece, como regra geral, na imprensa “moderada” – era a de refrear tanto a paixão constitucional, quanto o fervor patriótico, por meio de uma pedagogia política que clamava pela contenção dos extremos, pela tolerância e pelo amor comedido à pátria, que se demonstrava através do trabalho e não na tentativa de operar grandes transformações políticas. Textos desse período costumavam repreender leituras de conceitos como “pátria” e “liberdade” que não fossem acomodadas às interpretações moderadas, sendo frequente o recurso a pensadores célebres. Aos que se diziam patriotas questionavam:

¹⁵² *Matutina Meyapontense*, 292 (09 de fevereiro de 1832)

¹⁵³ *Matutina Meyapontense*, 292 (09 de fevereiro de 1832)

“por ventura julgais por patriotismo esse sentimento exagerado e louco?”¹⁵⁴ Além disso, era muito presente nos argumentos contra os “exaltados” as possibilidades de que suas “rusgas” trouxessem grandes conflagrações armadas, com impactos terríveis para a população em geral. Estas ameaças eram reais e os temores ligados à possibilidade de guerra civil também. Conflitos sangrentos (e, por vezes, duradouros) vinham acontecendo em diversas partes do país em consequência de mobilizações políticas desde a revolução pernambucana de 1817. Tratava-se de experiências de grandes fugas, de cercos a cidades que podiam impor a fome à população, massacres repletos de detalhes cruéis e o prolongamento dos conflitos para além dos epicentros, com a persistência de guerrilhas em áreas rurais.

A exploração recorrente do temor da guerra civil em argumentos contrários a mobilizações armadas ou que ultrapassavam os limites da legalidade sugere, acima de tudo, a expectativa de eficácia da evocação do medo. Sugere ainda uma estratégia de contenção das oposições pelo temor das guerras civis, temor este que se alterara no decorrer do tempo. Assim como as festas mereciam relatos detalhados, enfatizando o conagraamento e a unanimidade de sentimento dos cidadãos, os relatos de guerras civis circulavam pela imprensa, com o reforço de sua dimensão trágica para a população. A pedagogia da ordem lembrava não apenas as expectativas de felicidade trazidas pela adesão à “moderação”, como também descrevia o seu contrário, expondo os horrores da guerra civil.

Os “caramurus”, por sua vez, tinham uma fama de outro tipo. Eles eram geralmente relacionados ao servilismo com relação a d. Pedro I e a seus ministros, a tendências políticas absolutistas, à propensão a conspirações palacianas e à crença em distinções aristocráticas (por vezes acompanhada pela crença obscurantista e fanática na religião). Seus estereótipos na imprensa descrevem velhos aristocratas endividados, funcionários que ascenderam pelo servilismo e não pelo mérito, terríveis conspiradores palacianos e déspotas do oficialato militar e da magistratura. Eles também eram bastante identificados com os nascidos em Portugal, o que fez com que, por vezes, a *Matutina* rompesse com sua coerência na defesa dos “adotivos”, republicando artigos sobre os “caramurus” ou “restauradores” que continham incitações de ódio a estes cidadãos. Contudo, isso só passou a ocorrer com frequência no decorrer de 1832 e, principalmente, nos anos de 1833 e 1834.

¹⁵⁴ *Matutina Meyapontense*, 331 (10 de maio de 1832)

A razão desta mudança parece estar ligada a mobilizações armadas praticamente simultâneas: a sedição de 14 de abril de 1832 na Corte; a sedição de Pinto Madeira, no Ceará; a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco e Alagoas; e a sedição de Ouro Preto, em Minas Gerais¹⁵⁵. Naquele momento, da mesma forma como a sedição cuiabana de 1831 havia sido inserida numa série de “deposições populares e tumultuárias”, causada pelos mesmos “anarquistas” que promoviam “rusgas” em todo o país, esses movimentos foram categorizados como “caramurus”.¹⁵⁶ O rótulo pode ter maior ou menor concretude em termos de protagonismo de defensores do reinado de d. Pedro I ou de negação do ideário ou da legitimidade do Sete de Abril, mas o que importa notar neste momento é que esses movimentos tiveram um impacto sobre os estigmas partidários divulgados pela imprensa, ligando os “caramurus” às terríveis ameaças da guerra civil. Dentre essas revoltas, merece especial atenção a sedição ocorrida na Corte, bem como alguns fatos relacionados a ela. Isso porque esses episódios renovaram e deram concretude ao repertório de narrativas a respeito dos “caramurus”, que passaram a ser ainda mais relacionados a tramas secretas para a restauração de d. Pedro I. Este relato também importa para a análise do papel que a guarda nacional e que uma sociedade patriótica ligada à defesa do Sete de Abril tiveram em episódios ocorridos em Mato Grosso.

Ameaça restauradora e perseguição partidária

Em 14 de abril de 1832, apenas dez dias após ser reprimida uma mobilização dos “exaltados”, o Rio de Janeiro foi tomado por rumores de que uma nova revolta, agora “caramuru”, estava para eclodir. As suspeitas recaíam inclusive sobre José Bonifácio de Andrada e Silva, ex-ministro e parlamentar e então tutor do pequeno imperador. No dia seguinte, novos boatos davam conta de que milhares de homens haviam se reunido nas localidades de Campinho e Irajá e marchavam para a cidade, mas as guardas nacionais e

¹⁵⁵ *Matutina Meyapontense*. A relação a seguir é certamente incompleta, pois a leitura sistemática da *Matutina* foi feita apenas para as províncias de Goiás e Mato Grosso, sendo anotadas apenas quando percebidas as notícias de revoltas pelo país, pois naquele momento da investigação não parecia essencial o registro dessas ocorrências. Ainda assim, vale indicá-las para que se tenha uma ideia da extensão dessa cobertura. Importa referir também que em alguns casos números inteiros do periódicos foram dedicados às revoltas. A cobertura incluía, como no caso das “rusgas” atribuídas a “exaltados”, a publicação de documentos oficiais, correspondências com relatos, além de artigos do redator, que geralmente fazia uma leitura que englobava toda a conjuntura, enfatizando os rótulos e estigmas partidários. Revolta de Pinto Madeira (números 352, 353, 363, 364, 379, 392, 407; julho de 1832 a janeiro de 1833). Guerra dos Cabanos (417, 428, 481; março a outubro de 1833). Sedição de Ouro Preto (430, 441, 442, 443, 451, 452, 458, 459, 460, 462, 463; abril a agosto de 1833). A revolta da Corte não foi possível enumerar por terem ocorrido muitas agitações na cidade num curto espaço de tempo, o que significa que teria sido necessária uma atenção específica para distingui-la.

¹⁵⁶ *Matutina Meyapontense*, 311 (24 de março de 1832).

municipais¹⁵⁷ verificaram e concluíram que “não passou de um fantasma”. Os moradores desses locais, por sua vez, diziam ter ouvido rumores de que seis mil homens viriam da cidade para tomar suas terras e incendiar suas choupanas¹⁵⁸.

Como se percebe, assim como ocorrera nas sedições em Goiás e no Mato Grosso, a intensa difusão de boatos foi um componente central neste episódio. Contudo, em apenas dois dias os rumores viriam a dar lugar a um confronto de maior escala. Na versão do governo e da imprensa “moderada”, no dia 16 dois homens tidos como “caramurus” ou “restauradores” se dirigiram ao arsenal da marinha. Ali eles tentaram seduzir a guarda para que houvesse um desembarque naquele ponto após a meia noite. A guarda do arsenal comunicou à guarda nacional que, com a colaboração de militares, tomara algumas providências para prendê-los. Depois da meia noite, cinco oficiais rebeldes abordaram uma embarcação da marinha imperial, requisitando cinquenta marinheiros armados que embarcaram para a praia da Glória, de onde marchariam para tomar o arsenal. Porém, o comandante da embarcação comunicou o governo e, às duas horas da manhã, “o rebate de matracas ecoou pelas ruas da Corte, mobilizando prontamente as guardas nacional e municipal permanente, e o batalhão voluntário de oficiais-soldados, que foram distribuídos pelos diversos pontos da cidade”¹⁵⁹. Os marinheiros e oficiais da embarcação, que não necessariamente estavam envolvidos no plano (pois foram abordados por oficiais que os requisitaram) foram atacados pela guarda nacional e bateram em retirada pelo mar, mas foram alcançados por uma barca. Outra embarcação, com envolvidos na trama e que tentavam fugir, foi também abordada.

Enquanto isso, no centro da cidade reuniu-se um grupo maior, com 250 a 400 homens, incluindo criados do paço imperial, guardas nacionais de algumas freguesias, oficiais militares brasileiros e estrangeiros, além de “uma chusma de *vadios* e *africanos*”. Eram comandantes desses rebeldes o barão de Bulow e o coronel Antonio Joaquim da Costa Gavião. O primeiro era, de acordo com o historiador Marcello Basile, uma figura obscura, que talvez sequer possuísse tal título, além de se tratar do redator do jornal

¹⁵⁷ A narrativa da revolta do Barão de Bulow tem por base o artigo de Marcello Basile, sendo indicadas em nota apenas as citações literais. Marcello BASILE, *Revolutas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832*, Revista Anos 90, UFRGS, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298

¹⁵⁸ Esses boatos provavelmente tinham um uso tático, com o propósito de colocar populações locais contra tropas vindas de fora. A tática foi usada durante a Rusga, como veremos no capítulo 4. Ela também aparece na repressão à sedição de Albuquerque, quando os guanás foram avisados pelo comandante que os “cabeças” da revolta pretendiam atacar sua aldeia, o que fez com que os rebeldes fossem recebidos com tiros.

¹⁵⁹ Marcello BASILE, *Revolutas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832*, Revista Anos 90, UFRGS, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298

“caramuru” *O Carijó*. Seu nome era Augusto Hugo Auf Hoiser, nascido em Hanover, Alemanha, em 1797 ou 1798, mas que

[...] naturalizou-se espanhol ao servir como oficial na guarda de corpo de Fernando VII, tendo, ao que parece, participado das lutas liberais de 1820 na Espanha. Pouco antes, teria estado em Nápoles (também palco, naquele ano, de uma revolução liberal), onde se juntou ao séquito do príncipe Saxônia Teschen, pai da rainha daquele reino e da esposa do rei espanhol. Mas, segundo Carl Seidler, seu patrício, o “D. Quixote alemão”, acabou expulso da Espanha por dar sumiço em uma sentença de morte contra um conterrâneo. Partiu então para Buenos Aires, onde se meteu nos negócios políticos locais, sendo por isso preso e condenado à forca, mas foi beneficiado com a conversão da pena em deportação perpétua. Daí veio, em data ignorada, para o Brasil, passando talvez a integrar (juntamente com Seidler) as tropas alemãs contratadas por Pedro I. O fato é que, logo após a Abdicação, aparecia já como redator d’*O Americano*, jornal associado aos moderados, e se tornou comandante da Guarda Municipal do Engenho Velho, que participou, a 7 de outubro de 1831, do ataque aos rebeldes exaltados da Ilha das Cobras. Não são conhecidas as causas de seu rompimento com os moderados e o governo, mas é provável que tenha sido uma suposta promessa não cumprida, feita por um dos regentes, de o nomear embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Seja o que for, ao se iniciar 1832, já viúvo e dizendo viver de seus bens, aliou-se aos emergentes caramurus, passando a redigir *O Carijó*. Após ser preso e deportado do Brasil por sua atuação à frente da revolta de 17 de abril, há notícia apenas de que, em 1856, teria comandando com sucesso, partindo da Costa Rica, a reconquista da Nicarágua, invadida um ano antes pelas forças do americano William Walker.¹⁶⁰

Já o coronel Antonio Joaquim da Costa Gavião era certamente o oficial “adotivo”, de mesma patente e nome, daquele que havia sido comandante das armas de Mato Grosso durante o Primeiro Reinado, quando protagonizou duros embates com o governo civil da província, chegando a liderar uma tentativa de sedição para pagar os oficiais da primeira linha à força, em 1827.¹⁶¹

O grupo se reuniu, primeiramente, próximo à Quinta da Boa Vista, residência da família real, onde o redator de um periódico “caramuru” discursou e deram-se “vivas” a d. Pedro I. Em seguida, partiram para o Campo da Honra, “tradicional ponto de manifestações públicas populares da cidade”, levando duas peças de artilharia. Informados que a guarda nacional já se encontrava naquele local para enfrentá-los, se retiraram, mas foram cercados e atacados por dois batalhões da guarda nacional, pela guarda municipal e pelo esquadrão de Minas. Após quinze minutos de combate, entre dez e vinte pessoas morreram, sendo que destas apenas duas lutavam nas hostes da legalidade.

¹⁶⁰ Marcello BASILE, *Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832*, Revista Anos 90, UFRGS, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298

¹⁶¹ Sobre os conflitos envolvendo o comandante das armas, ver o Capítulo 2.

Depois da sedição, houve uma grande perseguição aos suspeitos de terem tido parte no episódio, com ordens expedidas para que se capturasse oficiais desaparecidos desde então, mas também para que se conduzissem investigações sobre militares, milicianos e guardas nacionais que apenas haviam deixado de comparecer ao rebate dado de madrugada. Dentre os supostos envolvidos no movimento estavam muitos portugueses, incluindo criados do paço, oficiais militares, mas também comerciantes e caixeiros. A imprensa reforçou as suspeitas sobre eles e várias prisões foram feitas. O barão von Bulow ainda escapou por algum tempo, refugiando-se numa propriedade nos subúrbios da Corte, mas acabou sendo encontrado. Preso a 9 de novembro e condenado a prisão com trabalho, ele teve a pena comutada para banimento do Império. No dia de sua prisão, foram também apreendidos armamentos e munição na Quinta da Boa Vista, onde vivia d. Pedro II e seu tutor, José Bonifácio de Andrada e Silva. No parlamento e na imprensa, o ex-ministro de d. Pedro I passou a ser alvo de suspeitas que envolviam uma suposta tentativa de rapto do menino imperador, numa discussão que foi intensa também no parlamento, para que ele fosse suspenso da tutoria.¹⁶² Em seu depoimento, o barão von Bulow teria relatado outro plano, que envolvia o assassinato do regente Francisco de Lima e Silva, o que agravava as suspeitas de novas conspirações “caramurus” ou “restauradoras”.

Segundo Marcello Basile, os jornais “caramurus” se dividiram a respeito do episódio, sendo que dois deles publicaram uma carta de von Bulow na qual “justificou a revolta com base no liberal princípio do direito de resistência à tirania e opressão”¹⁶³. Assim como rebeldes de todo o país vinham fazendo, com os mais variados interesses, aspirações e ideários, ele sustentava a legitimidade de seus atos no princípio que foi evocado na Abdicação, dizendo que havia se mobilizado para “defender a Constituição Jurada, não querendo outra coisa que a deposição do Ministério, usando dos mesmos meios e passos como os do dia 7 de Abril”. Além disso, questionava “qual é a Lei que proíbe dar vivas ao Sr. D. Pedro 1º”¹⁶⁴. Em seu julgamento, von Bulow acusou diversas irregularidades processuais e confrontou os magistrados e o júri, afirmando que uma sentença contra ele seria uma “tirania, filha do espírito de partido, e não da consciência de retos juízes”. Segundo ele, os jurados estavam julgando “pelas suas opiniões políticas”

¹⁶² A discussão sobre as suspeitas de que se tentava o rapto do imperador constam da *Matutina Meyapontense*, 494 a 498, novembro a dezembro de 1833

¹⁶³ Marcello BASILE, *Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832*, Revista Anos 90, UFRGS, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298

¹⁶⁴ Marcello BASILE, *Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832*, Revista Anos 90, UFRGS, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298

e o tribunal não era composto de juízes, “mas sim acusadores”. Segundo Basille, o réu conheceria muito bem a legislação processual, acusando nos autos cada ilegalidade que encontrava no julgamento.¹⁶⁵

Ao ouvir do promotor que um estrangeiro não deveria intrometer-se nos assuntos brasileiros, o barão von Bulow lembrou que em qualquer país regido pelo direito das gentes, onde se conhecem e respeitam seus princípios, os estrangeiros têm assegurados “os direitos universais e imprescritíveis do homem, quais são a segurança individual, a liberdade e a participação do benefício e proteção das Leis.” Ele ainda acusou o promotor Saturnino de Souza e Oliveira de assassinato. Isso porque, atuando como juiz de paz, ele havia reprimido um distúrbio exaltado, quando, segundo o réu que se tornara acusador, “mandou fazer fogo sobre cidadãos desarmados, constituindo-se assim assassino dos seus patrícios”.

Confrontando os magistrados e o júri, o réu disse que o “Leão popular” estava prestes a despertar e que “talvez não tarde muito que o Brasil se não vingue de uma Ditadura”. Relembrando mais uma vez o Sete de Abril, questionou o promotor se ele ainda chamaria os “motores daquela ignominiosa revolta” de “patriotas”, enquanto ele era chamado “réu”, aplicando-se “a pena do mesmo Artigo, do qual absolve os outros”. Graças a um aprendizado prático de conflitos políticos ligados à tentativa de consolidação de regimes liberais, o barão expôs em seu julgamento as contradições da construção de uma narrativa do Sete de Abril como uma “revolução”: “para se legitimar aquele dia nefasto, Sr. Promotor, necessário foi dizer: – Calem-se as Leis”.¹⁶⁶

Evidentemente, von Bulow não ignorava que os regimes liberais contavam com mecanismos legais para punir crimes políticos como aquele e que o fato de alguém estar sendo julgado sob estas alegações não era, em si, ilegítimo. A ilegitimidade, para este defensor de um liberalismo com mais poderes para o monarca, estava no rompimento da fronteira da legalidade no contexto da Abdicação, pois o Brasil já vivia sob um regime cujo pacto havia sido firmado em 1824. Ele publicou na imprensa que pretendia derrubar o Ministério, “usando dos mesmos meios e passos como os do dia 7 de Abril”. Se os gritos de “Viva a Pátria”, acompanhados por uma campanha na imprensa, nas sociedades políticas, nas ruas e nos quartéis havia sido a legitimação para a quebra da legalidade que

¹⁶⁵ Marcello BASILE, *Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832*, Revista Anos 90, UFRGS, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298

¹⁶⁶ Marcello BASILE, *Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832*, Revista Anos 90, UFRGS, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298

acompanhara o Sete de Abril, por que os mesmos elementos não eram suficientes casos os “vivas” fossem a d. Pedro I?

A evocação da “revolução” não trazia apenas o risco do que se considerava então um contágio a atingir todo o país, numa “terrível ilegalidade epidêmica”. Ela também colocava no horizonte a tentativa de repetição de “meios e passos”, no sentido de se construir uma pressão – na imprensa, nas sociedades políticas, nas ruas e nos quartéis – a forçar a queda de governos. Em certa medida, o Sete de Abril já havia se utilizado de “meios e passos” do rompimento da Corte de d. Pedro I com Portugal, quando os “vivas” à pátria e à constituição foram acompanhados pela insubordinação militar, pelas manifestações de rua e pelas narrativas construídas na imprensa, havendo naquele momento um papel destacado da maçonaria¹⁶⁷.

Para von Bulow, a ilegitimidade de seu julgamento também estava na perseguição partidária que, segundo ele, ocorria naquele momento. Nesse sentido, é interessante notar que ele não só apontou ilegalidades nos procedimentos de magistrados e jurados, como as relacionou a motivações partidárias; ele não só acusou o promotor de assassinar manifestantes “exaltados”, como chamou o período aberto pelo Sete de Abril de “Ditadura”. Com todos os exageros e generalizações que as acusações a um “partido” carregam, ele não deixava de expressar uma dimensão importante daquele processo. Isso porque a atuação ostensiva das sociedades patrióticas e da imprensa, aliadas à partidarização da guarda nacional e da magistratura, ambas eletivas, podiam tornar a perseguição partidária um problema efetivo. Isso não significa, evidentemente, que se tratasse de uma “ditadura”, termo menos carregado de experiências negativas naquele contexto do que atualmente e que era certamente evocado pelo barão como um ataque moral a adversários que se reivindicavam promotores de um regime mais livre do que o anterior. Apesar de não ser um dos conceitos centrais do discurso político naquele momento, ele vinha sendo usado na imprensa tanto para se referir ao “despotismo” de d. Pedro I, quanto para acusar os abusos em medidas de manutenção da ordem pública após o Sete de Abril.

Por fim, antes de passar à análise das sociedades, da imprensa e da guarda nacional em Mato Grosso sob o impacto das tramas caramurus, importa chamar atenção para o fato de que a revolta de 14 de abril de 1832 não foi um mero pretexto a legitimar medidas

¹⁶⁷ Uma grande novidade em 1831 eram as sociedades patrióticas, sendo que as primeiras delas foram criadas pouco antes do Sete de Abril. Ainda assim, talvez a maçonaria já tivesse cumprido um papel não tão distinto naquele contexto.

repressivas. Havia planos no sentido de, no mínimo, derrubar o ministério, assim como havia um “partido” razoavelmente poderoso que se mostrava disposto a ultrapassar os limites da legalidade e a mobilizar “uma chusma de vadios e africanos”. Isso numa cidade onde residiam cerca de 37 mil escravos e em cujo porto haviam desembarcados centenas de milhares de africanos desde o período joanino. O temor da regência não era apenas de perda de poder, mas de guerra civil generalizada, de instabilidade no escravismo e de dissolução do Império. Num contexto de conflagrações em todo o mundo e de eclosão de movimentos armados em todo o país, estas eram possibilidades que estavam no horizonte daqueles homens.

O presidente, o secretário e o ministro

Nomeado pela Regência a 29 de abril de 1831, Antonio Corrêa da Costa assumiu a presidência da de Mato Grosso no dia 21 de julho. Era pecuarista, comerciante e proprietário de um engenho de aguardente na Chapada dos Guimarães. Além disso, vinha ocupando postos eletivos na província desde 1822, quando foi membro da junta provisória estabelecida em Cuiabá. Contudo, sua passagem pela junta e pelo conselho de governo havia sido discreta. Ao contrário dos três homens que vinham da mesma trajetória e que ocuparam o executivo provincial na condição de vice-presidentes entre 1828 e 1834, seu nome não costumava ser mencionado em polêmicas na imprensa, nem nas cartas trocadas entre autoridades que descreviam os conflitos na província. Quando foi nomeado, Corrêa da Costa era conselheiro geral da província e juiz de paz do 1º distrito de Cuiabá, tendo sido escolhido na primeira eleição para o posto, em 1828.¹⁶⁸

Em carta enviada para Vergueiro, a 31 de maio de 1833, Silva Manso¹⁶⁹ justificava sua recomendação, à nomeação de Corrêa da Costa, no pós-Abdicação, “pelas razões do seu bom senso” e pela opinião favorável que se tinha dele na província, demonstrada “em todas as eleições, para presidente do conselho geral, juiz de paz e membro do conselho administrativo”¹⁷⁰. Além de ter merecido os votos dos cidadãos da província para ocupar

¹⁶⁸ As referências e informações mais detalhadas sobre as lideranças políticas atuantes desde o Primeiro Reinado (incluindo Corrêa da Costa) estão no Capítulo 1, especialmente o subcapítulo “A política institucional”. Sobre Antonio Luís Patrício da Silva Manso e João Poupino Caldas, ver também o subcapítulo “O Sete de Dezembro e a política cuiabana” no Capítulo 2. Sobre os embates na política institucional cuiabana entre 1831 e 1834, o estudo mais completo é o de Ron L. SECKINGER “The politics of nativism: ethnic prejudice and political power in Mato Grosso, 1831-1834”. In: *The Americas*. Washington, v. XXXI, abril, 1975, number 4.

¹⁶⁹ Por meio de correspondências regulares, Silva Manso atuou como homem de confiança do ministério em Mato Grosso, entre a Abdicação e, pelo menos, meados de 1833. Para informações sobre Silva Manso, ver cap. 2.1.

¹⁷⁰ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Vergueiro, 31 de maio de 1833”.

estes postos, o indicado era “independente” dos recursos da fazenda pública por possuir grandes propriedades de gado e “engenho de aguardente em grande”. Havia uma preocupação com a opinião desfrutada na província pelos que poderiam ser nomeados para a presidência, bem como em evitar a entrega do posto aos que viviam de uma carreira administrativa em Mato Grosso.

As razões dessas preocupações estavam relacionadas a diversas formas de apropriação ilícita de recursos públicos, tanto por funcionários de carreira quanto por membros eletivos da junta da fazenda. Silva Manso detalhou em privado algumas das denúncias que vinham sendo expostas em público na *Matutina* desde 1830. Ele inclusive anexou exemplares deste periódico à correspondência enviada a Vergueiro para demonstrar como “o ex-tesoureiro” João Poupino Caldas, “o mais complicado naquela repartição”, tolerava até a exposição de fatos da “vida privada, porque se vê cúmplice na publica.”.¹⁷¹ Uma das correspondências publicadas na *Matutina* que chegaram ao ministro foi uma espécie de autobiografia satírica de Poupino Caldas analisada em outro momento, na qual se detalhavam os “absurdos” cometidos por ele desde a Independência. Silva Manso também enviou os números que continham o debate entre correspondentes anônimos sobre a expulsão da tropa de Cuiabá, no início de 1832.¹⁷²

A questão fazendária estava diretamente ligada a preocupações com a legitimidade do governo provincial. Em sua fala dirigida aos conselheiros gerais na abertura dos trabalhos da casa, no dia 1º de dezembro de 1831, Antonio Corrêa da Costa explicitou a preocupação com as consequências políticas que poderiam advir da situação calamitosa das finanças da província:

A experiência que tenho adquirido dos negócios desta província não pode ser empregada por mim em vantagem dela, por se acharem exaustos todos os meios de que posso lançar mão, e não tendo recebido os auxílios exigidos pelo meu antecessor, e por mim, não sei como poderei conservar em seu devido vigor o zelo dos que esperam de mim a retribuição dos seus trabalhos, e nem como poderei sustentar o espírito público, que não pode deixar de decair na opinião daqueles que injustamente pensam que o melhoramento da sua sorte depende de mim, ao mesmo tempo que me vejo com as mãos ligadas, sem nada poder obrar, por causa do miserável estado das finanças da província¹⁷³

Além de apontar a urgência de se regularizar a chegada de recursos externos, o presidente pediu ao conselho que buscasse soluções para o equilíbrio entre a receita e a

¹⁷¹ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Vergueiro, 31 de maio de 1833”.

¹⁷² A série de cartas de Silva Manso, com anexos que incluíam páginas e exemplares da *Matutina* está em AN IJJ9 527. Sobre as narrativas na imprensa em torno de Poupino Caldas, ver o Capítulo 2.

¹⁷³ “Falla que fez o Exm. Sr. Presidente da Província de Mato-Grosso na abertura do Conselho Geral” *Matutina Meyapontense*, 280 (12 de janeiro de 1832).

despesa. Propostas de reforma com esta preocupação vinham sendo feitas desde o período colonial, no sentido de promover a mineração e o extrativismo, de incorporar os indígenas à economia mercantil, e de abrir novas rotas de comércio. As principais iniciativas nesse sentido, tomadas no início do Período Regencial, foram a abertura de uma estrada para São Paulo e a criação de um jardim botânico. Em ambos os casos, a implementação dos projetos ficou a cargo de Silva Manso, que já havia tentado implementar o projeto do jardim botânico em 1825, contando também naquele momento com o apoio do poder central e com a resistência dos que ocupavam postos políticos na província¹⁷⁴.

O problema do *déficit* era a motivação comum dessas medidas. A dependência de recursos externos para as finanças provinciais era uma realidade desde a criação da capitania de Cuiabá e Mato Grosso pela coroa portuguesa, em meados do século XVIII. Durante a crise da Independência, a interrupção das remessas gerou instabilidades na província, na disputa pelos escassos recursos que o governo era capaz de obter, quadro agravado pela ameaça de insubordinação de militares¹⁷⁵. O discurso do então presidente, Corrêa da Costa, evocava este tipo de temor, o de que funcionários civis e militares repetissem o que fizeram os soldados, que haviam exigido “a retribuição dos seus trabalhos” com armas na mão, intervindo na disputa faccional na província.

Corrêa da Costa não deixou, contudo, de apontar perspectivas animadoras em torno de algumas questões, mas qualquer prognóstico positivo dependia da resolução do problema estrutural do *déficit*, que foi estimado pelo presidente em 111 contos de réis. A questão era agravada pela existência de uma dívida pública que já chegava a 686 contos de réis. Seu discurso era pessimista, ainda que não tanto quanto suas cartas ao ministro do Império. Afinal, quatro meses após tomar posse, e pouco antes de proferir o discurso aos conselheiros, Corrêa da Costa já pedia sua demissão ao ministro do Império, o que voltou a fazer em diversas correspondências ao longo do seu governo. Segundo ele,

¹⁷⁴ Como vimos no Capítulo 1, além de prever a distribuição de sementes e a difusão de conhecimentos, o projeto de jardim botânico envolvia o oferecimento de isenções fiscais (aos comerciantes) e de recrutamento militar (aos lavradores e a seus filhos) caso se dedicassem à extração de drogas nativas. Outro ponto importante é que ele procurava criar uma experiência de política indigenista nova na província, com a organização do trabalho assalariado de indígenas aldeados. Nas duas ocasiões, Silva Manso encontrou forte resistência ao projeto por parte dos que vinham controlando o conselho de governo e a junta da fazenda. O projeto não exigia grandes obras que demandassem muitos recursos, o que levanta a hipótese de que a resistência tenha se dado também em função do potencial impacto de se criar um novo instrumento de isenção do recrutamento e de destacamentos, que abrangia todos os lavradores que produzissem a poaia ou outros gêneros inclusos no projeto, e também seus filhos. Um instrumento cujo controle estaria nas mãos do diretor do jardim botânico e não dos que costumavam decidir sobre recrutamentos e destacamentos.

¹⁷⁵ Sobre o período colonial, André Nicacio LIMA. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. São Paulo: FFLCH-USP, 2010. Sobre a Independência, ver o Capítulo 1.

[...] a província de Mato Grosso promete pouca duração, seja quem for a pessoa que dirija os negócios dela, uma vez que não cheguem a tempo os auxílios pecuniários que se tem requisitado. [...] a paz, tranquilidade, que ora reinam são fundadas no pronto auxílio que é de se esperar, pois que a falta dele é capaz de fazer desaparecer o sossego dos que esperam dos Cofres Públicos a retribuição de suas fadigas, e como a mesma falta me sacrifica a tantas responsabilidades só uma antecipada demissão me poderá salvar, rogo portanto a V. Exa. que encarecendo a na presença de S.M.I. eu haja de ser atendido da maneira que suplico.¹⁷⁶

O presidente não obteve a esperada demissão senão em maio de 1834, mas antes disso ele se afastou por duas vezes do governo alegando moléstia. Ele rompeu com Silva Manso por volta de fevereiro de 1833. Numa carta já mencionada, enviada em 1833, o secretário de governo lamentou ao ministro que ao indicar Corrêa da Costa para a presidência ignorava “a limitação de sua alma e baixeza de ambição, que só na prática pôde ser conhecida”. Segundo a carta, num primeiro momento “foi aplaudida sua nomeação e foi tida como um efeito benéfico da abdicação”, pois significava o fim da vice-presidência de Gaudie Ley, que “pelo seu caráter vingativo e arrogante se tinha atraído o desgosto da maioria”.¹⁷⁷

As críticas de Silva Manso a Corrêa da Costa iam geralmente no sentido de apontar sua indiferença, falta de atividade, ou ainda, “imbecilidade” na condução dos negócios públicos. No primeiro caso narrado, tratava-se do desprezo pelas queixas dos que sofriam com os abusos na junta da fazenda. Porém, em outros momentos, a explicação não é de falta de empenho ou inatividade, mas de interesse em negócios escusos, pois “o dito presidente sendo destes de espíritos limitados, frouxo e baixo, faz consistir o seu bem estar em só ter dinheiro”. Segundo Silva Manso, para que pudesse se beneficiar desses negócios, o presidente “foi forçado a tolerar outros abusos em benefício dos membros da junta”¹⁷⁸. A correspondência atesta uma preocupação específica no sentido de acabar com o domínio que um pequeno grupo de homens possuía sobre a gestão dos recursos da província. Além disso, sugere que a tentativa de intervenção neste domínio sob o governo Corrêa da Costa foi uma das razões para os embates do período.

A dívida pública era em grande parte composta por “letras” dadas a funcionários civis e militares como pagamento em períodos de falta de numerário. Esses papéis eram objeto de uma especulação à qual se dedicou, Silva Manso, no período das juntas governativas. Segundo o engenheiro militar Luiz d’Alincourt,

¹⁷⁶ AN IJJ9 505 “Corrêa da Costa a Lino Coutinho, 3 de novembro de 1831”

¹⁷⁷ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Vergueiro, 31 de maio de 1833”.

¹⁷⁸ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Vergueiro, 31 de maio de 1833”

É bem sabido no Cuiabá existir um individuo que, por aquele injusto modo juntando muitos documentos de vários desgraçados, se constituiu credor da Fazenda Pública de quarenta contos, e seus papéis acham-se arranjos de maneira que já tem recebido e continuará a receber juros desta quantia, e talvez não tarde em levar suas pretensões ao Tesouro Público. A este mesmo sujeito arbitrou a Junta da Fazenda o ordenado de 600 mil réis anuais, como Cirurgião-mor da Província, que foi recebendo, prestando fiança, havendo-se ele oferecido ao Ministério para ir exercer gratuitamente aquele Emprego, no que ganhou não pouco, bem o sabe: e cuidando por outra via, em tornar-se Credor da mesma Fazenda Pública, para segurança dos Ordenados que ia cobrando, foi fornecendo remédios celeremente, e por altos preços, para a Botica do Hospital Militar, que montaram em avultada soma; e assim não havendo sido decidido o arbitrário Ordenado, desembarçou-se a si e a seu Fiador, obtendo o desconto do que havia recebido em moeda, ficando-se-lhe a restar ainda das tais drogas farmacêuticas, dois contos e tanto, do que lhe passou Portaria a Junta, para ser pago logo que o estado dos Cofres o permitissem; e porque não lhe era propício o Tesoureiro da mesma Junta, receando por isso, que tarde seria pago, teve a sagacidade e astúcia de rebater a Portaria ao sócio, e genro do mesmo Tesoureiro, com o que não apareceram embaraços, e o Rebatedor foi embolsado em breve tempo, da importância da mencionada Portaria!!!¹⁷⁹

O cirurgião-mor sem dúvida era Silva Manso, que de fato havia se “oferecido ao Ministério para ir exercer gratuitamente aquele Emprego” por volta de 1822, o que era incomum e gerava comentários maldosos sobre sua falsa caridade, com sugestões de que ganhava irregularmente mais do que se recebesse os soldos¹⁸⁰. Uma denúncia contra Poupino Caldas na imprensa, ao mencionar as “portarias com rebate” acrescentava que o mesmo “aconteceu com o Manso e outros”¹⁸¹. O tesoureiro mencionado por d’Alincourt era muito provavelmente Poupino Caldas, que ocupou o posto e não “era propício” a Silva Manso desde pelo menos 1825, quando tentara expulsá-lo da província por meio de uma representação e teria ameaçado matar os vereadores que se opusessem à iniciativa.¹⁸² Como se percebe, o secretário de governo e aliado do ministro Vergueiro havia tentado ser um dos beneficiários das irregularidades da junta da fazenda de Mato Grosso. Enquanto isso, Poupino Caldas era acusado de privilegiar protegidos e Gaudie Ley era apontado como fraudador na compra de mantimentos para as tropas. Havia toda uma diversidade de formas de se apropriar dos escassos cobres da província. Algumas delas instrumentalizavam a própria condição de escassez, pois a falta constante de recursos para

¹⁷⁹ Virgílio CORRÊA FILHO. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1969. p. 506.

¹⁸⁰ Dentre outros, “Cuiabá em Câmara, 16 de abril de 1825” AN IJJ9 504

¹⁸¹ *Matutina Meyapontense*, 91, 28 de outubro de 1830.

¹⁸² Ver “O Sete de Dezembro e a política cuiabana”, no Capítulo 2.

pagar a todos tornava o recebimento de soldos e de dívidas (não necessariamente fraudulentas) um motivo para o engajamento de cidadãos na luta faccional.

Em 1835, o já então deputado Silva Manso solicitou na câmara dos deputados “o pagamento, pela caixa geral de amortização, da quantia de mais de 103:000\$000, de que é credor, e que tem liquidado na província de Mato Grosso”¹⁸³. O valor desta dívida era superior às receitas e às despesas anuais da província. Provavelmente elas foram obtidas da forma narrada por d’Alincourt, mas, ao contrário dos que haviam dominado a junta da fazenda, Silva Manso nunca recebeu este valor e, quando de sua morte, em 1848, ela já chegava a 134 contos de réis¹⁸⁴.

O rompimento entre Silva Manso e Corrêa da Costa parece ter sido iniciativa do presidente. Em 1832, Silva Manso passou a ocupar, na condição de suplente, uma cadeira no conselho de governo. Neste período, segundo narrou a Vergueiro, ele teria procurado exercer influência sobre Corrêa da Costa, mas o presidente “não pôde tolerar” a “franqueza” com que tratava das questões da província. Incomodado com Silva Manso, ele teria chamando um conselheiro que estava afastado para retomar sua cadeira, forçando a saída do suplente. Desde então o presidente se ocupava na junta da fazenda, “em sórdidas conivências sobre os cobres chegados” da Corte.¹⁸⁵

O motivo do rompimento envolvia mais do que o interesse pessoal de Corrêa da Costa. A tentativa de Silva Manso de ter acesso aos documentos para o exame financeiro da administração anterior gerou diversos conflitos. Numa carta de 1º de março de 1833, o secretário de governo relatou a Vergueiro “procedimentos tão estranhos que só em face dos inclusos documentos” poderia o ministro se convencer “que existam empregados tão arrojadados e um presidente tão imbecil.”

Depois de grandes murmurações e até queixas por se não fazer o exame da Administração passada, a rogos meus, o Presidente lembrou aos Delegados que entrassem no Exame, o que produziu a demissão de todos. Quis o Presidente que eu examinasse e eu neguei-me indicando-lhe outros, até que parecendo ridícula a nomeação que ninguém aceitava, e depois de o Presidente parecer satisfeito de todas as objeções que podiam aparecer a meu respeito, sacrifiquei-me [e] tratei de entrar no Serviço.¹⁸⁶

As alegações e as provas anexadas envolviam as duas facções políticas da província, especialmente João Poupino Caldas, “o mais complicado naquela Repartição”,

¹⁸³ Sessão de 14 de julho de 1835. *Anais da Câmara dos Deputados*.

¹⁸⁴ Basílio de MAGALHÃES Biografia de Antonio Luiz Patricio da Silva Manso. *Anais do Museu Nacional*.

¹⁸⁵ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Vergueiro, 31 de maio de 1833”.

¹⁸⁶ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Vergueiro, 1º de março de 1833”.

e o conselheiro de governo e cônego José da Silva Guimarães, que teria agido contra a diligência de Silva Manso, não em razão de cumplicidade nas ilegalidades, mas por inimizade. Escrevendo a Vergueiro, o secretário de governo afirmou que

[...] pela minha diligência de sustentar o meu cargo tenho irritado aos cúmplices, que sendo do Conselho de Governo vão tomar de mim toda a vingança que puderem a qualquer título que seja e eu tenho tudo a recear de homens tão cegos que não querem dar ouvidos a reflexões, mormente quando em João Poupino há o maior interesse em ocultar o seu procedimento na Junta da Fazenda e no Cônego José da Silva a maior sede de vingança por causa de um jogo de rapazes em que lhe persuadiram que eu lhe impedi um Bispado para que ele era eleito¹⁸⁷

Portanto, o cônego teria sido movido por intrigas de que Silva Manso havia impedido sua nomeação para um bispado. Silva Guimarães foi o responsável por propor no conselho de governo o impedimento de Manso na diligência de examinar as contas da administração pregressa. Além dos membros da junta e do conselho de governo, o secretário de governo acusava funcionários da tesouraria, especialmente um escrivão que impedira seu acesso aos documentos financeiros da província. Corrêa da Costa era considerado cúmplice por se recusar a tomar medidas contra uma série de desmandos de membros da junta, do conselho de governo e da administração fazendária¹⁸⁸.

Silva Manso expôs publicamente a resistência que encontrou em realizar, na “qualidade de delegado do governo central”, o exame da administração passada. Ele representou ao conselho de governo, como “Cidadão Brasileiro”, detalhando o caso e acusando a tentativa de dar “evasiva aos grandes réus que a despeito da Lei do orçamento distribuiu” a seu agrado “a propriedade da Nação”, dando o presidente “o terrível exemplo” de não agir contra eles. Um exemplo “tanto pior, quanto é dado pela primeira autoridade, de rebeldia à Suprema Autoridade” da regência, que governava em nome do imperador.¹⁸⁹ O documento (que foi um dos anexos de uma carta a Vergueiro), foi também publicado na *Matutina*, junto com uma carta, assinada “O Guatimosin”:

Sr. Redator, estamos aqui entregues a uma espécie de anarquia, o nosso atual presidente (posto que seja de probidade) não tem correspondido aos fins para que a Regência, em nome do Imperador o escolheu, depois do memorável 7 de abril, eu não sei se é porque já tinha simpatizado com as nomeações do Sr. Visconde de Goiana, quando ministro do Império¹⁹⁰

¹⁸⁷ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Vergueiro, 1º de março de 1833”.

¹⁸⁸ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Corrêa da Costa, 16 de fevereiro de 1833”.

¹⁸⁹ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Corrêa da Costa, 16 de fevereiro de 1833”.

¹⁹⁰ *Matutina Meyapontense*, 429 (17 de abril de 1833).

Por não cumprir “os fins” da regência, Corrêa da Costa já ia se tornando suspeito de “caramuru”, pois estaria “simpatizado com as nomeações” de um ministro do antigo governo. Nesse sentido, é interessante notar que Silva Manso teve boas relações com José Saturnino da Costa Pereira, que impedira as hostilidades contra ele num embate ligado à perseguição dos “curandeiros” pelo então cirurgião-mor.¹⁹¹ Numa carta publicada em 1830, na *Matutina*, ele foi alvo de várias acusações relativas ao seu ofício e à administração do hospital, mas além disso, de ter seguido “para a Corte dizendo que levava *aquilo com que se compram os melões*, e por isso ia requerer uma presidência”.¹⁹² Ao que parece, todos os grupos políticos de Mato Grosso tinham seu histórico “caramuru”.¹⁹³

Ainda segundo o “Guatimosin” – que, se não era Silva Manso, era alguém que defendia suas posições e que remeteu sua carta de rompimento – o presidente não tinha “aquela energia que deve ter a mola principal de uma máquina”. O protesto do “cidadão brasileiro” (mas também secretário de governo e homem de confiança do ministério) era para que o cônego Silva, por propor no Conselho o impedimento, fosse considerado incurso no artigo 96 do código criminal de 1830.¹⁹⁴ Tal artigo estabelecia pena “de prisão com trabalho por dois a seis anos” a quem “obstar, ou impedir de qualquer maneira o efeito das determinações dos Poderes Moderador, e Executivo, que forem conformes à Constituição, e às Leis”.¹⁹⁵

A suspensão e o rompimento aconteceram em fevereiro de 1833, às vésperas das eleições. Numa carta de 16 deste mês, Silva Manso dizia a Corrêa da Costa que apesar de se conservar “na máxima que tenho adotado de fazer com que o Povo não se escandalize dos erros do Governo” não podia deixar de expor “estes erros”, porque “não parecem ser de entendimento” e afetavam “o interesse Nacional”.¹⁹⁶ Dizia ainda ao presidente que aceitara a nomeação por ver que “não havia quem aceitasse” e que naquele momento o governo já “começava a servir de entretenimento aos que não encaram estas causas pelo seu verdadeiro lado”. Assim, Silva Manso justificava uma atitude que contribuía para a deslegitimação do governo provincial, por entende-la necessária para a defesa do

¹⁹¹ Sobre este caso, ver “O Sete de Dezembro e a política cuiabana”, no capítulo 2.

¹⁹² Itálicos originais. *Matutina Meyapontense*, 40 (1º de julho de 1830).

¹⁹³ Sobre das lideranças da província com o poder central no Primeiro Reinado, ver o Capítulo 1.

¹⁹⁴ *Matutina Meyapontense*, 429 (17 de abril de 1833).

¹⁹⁵ Código Criminal

¹⁹⁶ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Corrêa da Costa, 16 de fevereiro de 1833”.

“interesse nacional”, ao mesmo tempo em que argumentava que o próprio comportamento de Corrêa da Costa contribuía para a instabilidade¹⁹⁷

A postura pública do secretário de governo escolhido pela Regência, e que havia indicado o presidente, era a de um delegado do centro a acusar Corrêa da Costa de transigir com os interesses longamente articulados em torno da junta da fazenda e do conselho de governo. Era também uma postura decididamente contrária às ingerências militares na política, fosse por parte de soldados ou de comandantes. Atuando na condição de suplente no conselho de governo, Silva Manso marcou posições em torno de questões importantes, além do exame da administração: a extinção da Legião de Linha e as reivindicações de uma mobilização ocorrida, quase simultaneamente, na cidade de Mato Grosso.

Como vimos em outro momento, as sessões que trataram da sedição de Albuquerque e do histórico rebelde da Legião de Linha convergiam para uma postura pública de não atendimento das reivindicações, para que a revolta não obtivesse uma vitória, a estimular novas mobilizações. Além disso, por proposição de Corrêa da Costa, foi extinta a Legião de Linha. A posição de Silva Manso naquela ocasião foi, quanto às exigências, que “nenhum sacrifício se deve fazer, além do que já se tem feito, para que fiquem persuadidos que anarquistas não são aptos para dirigir o governo”¹⁹⁸. No que diz respeito à extinção do corpo militar, defendeu a demissão de todos os soldados das guarnições rebeldes, e não apenas os da Legião de Linha. Defendeu ainda que “se fizesse sofrer o rigor das leis aos cúmplices”. Perguntado pelo presidente “quem havia de guarnecer aquele ponto”, respondeu que seriam

[...] as Guardas Nacionais, e que enquanto se não pudesse fazer efetiva esta medida, valia mais abandonar o ponto a inimigos externos do que sofrer a irmãos fraticidas, porque nada lhe revoltaria mais do que confiar-se uma espada a um cidadão para nos defender e este abusar dela para nos forçar a darmos-lhe dinheiro, quando as suas primeiras necessidades estão supridas.¹⁹⁹

Menos esquecido da importância dos soldados para a fronteira, o restante do conselho discordou e apenas substituiu comandantes, extinguiu o corpo rebelde, tomou providências para quem fossem pagos os soldos atrasados dos demais, e para quem fossem recrutados homens para o corpo de Ligeiros. Por fim, sobre a abertura de processos relativos à sedição de Albuquerque, Silva Manso tomou a posição de defender

¹⁹⁷ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Corrêa da Costa, 16 de fevereiro de 1833”.

¹⁹⁸ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

¹⁹⁹ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 13 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505

a distinção clara entre a justiça civil e a militar, e que se abrisse “sem perda de tempo o processo pelos crimes policiais”, distinto daquele que puniria os que fossem militares²⁰⁰. Apesar de defender, neste caso, apenas o respeito à legalidade, sua posição a este respeito divergia daquela de alguns de seus pares.

A discussão que se seguiu e em parte se confundiu com a da sedição de Albuquerque, sobre uma “notícia de que na cidade de Mato Grosso davam passos para desobedecerem o governo central”, teve posicionamentos bastante divergentes entre os conselheiros. A ata esclarecia que se tratava de “boatos de que uma facção pretende negar obediência ao governo de Cuiabá, estabelecendo seu Governo” na antiga capital. Silva Manso defendeu que antes de qualquer medida deveria ser comprovada a “existência de ânimos exaltados” e que “o deferimento de alguma parte de suas requisições é o único meio seguro de lhes impor confiança no Governo, quando meios de força não podem fazer mais”. Uma das reivindicações era o envio de magistrados, pois os postos estavam vagos há tempos na cidade, que era a capital da província até poucos anos antes. Silva Manso defendeu que o ouvidor fosse enviado para lá, porque “sua presença é uma concessão às requisições daquele Povo” e também porque ele poderia providenciar o julgamento dos que tivessem “pretensões exageradas”. Nesta sessão, apesar de questionado por Gaudie Ley e por Poupino Caldas, o argumento de Silva Manso foi apoiado e a divergência se deu em torno da substituição do comandante militar daquela cidade²⁰¹.

Na sessão seguinte, Gaudie Ley ofereceu uma indicação na qual dizia “que pensando melhor, achava ao comandante das armas era mais fácil conter essa sublevação” na cidade de Mato Grosso “do que o próprio Ouvidor”. O comandante deveria ainda levar “uma guarda de vinte homens, para no regresso deixar” na cidade. Após algumas falas sobre os recursos necessários para a viagem, Silva Manso afirmou que

[...] sendo o governo do Brasil inteiramente civil, jamais se deveriam encarregar a militares de semelhantes incumbências, e que bem deliberado tinha sido mandar-se o ouvidor como única autoridade que pela lei tem jurisdição sobre os daquele departamento, mas que a ter de ir comandante das armas seria bom para auxiliar o ouvidor²⁰²

A posição de Silva Manso expressa duas diferenças com relação à de Gaudie Ley. A primeira diz respeito aos direitos constitucionais de cidadãos que não eram soldados e

²⁰⁰ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 24 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505

²⁰¹ “Sessão [do conselho de governo] de 20 de novembro de 1832” AN – IJJ9 505

²⁰² “Sessão [do conselho de governo] de 20 de novembro de 1832” AN – IJJ9 505

que não poderiam ser punidos por autoridade militar. Ele defendeu a imposição do poder civil ao lidar com possíveis rebeldes civis, como exigia a ordem constitucional brasileira. O comandante das armas que acompanhou o ouvidor tinha acabado de ser empossado; Joaquim José de Almeida assumira o comando a 10 de novembro de 1832, com a saída de Poupino Caldas, que o ocupava ilegalmente em consequência do Sete de Dezembro. Ao enviá-lo para a antiga capital, o presidente mostrava preocupação com os “ânimos exaltados”, que podiam “fazer vacilante a confiança que os povos devem ter nas autoridades constituídas”. Mais uma vez, tratava-se da legitimidade do governo que Corrêa da Costa via como seriamente ameaçada.²⁰³

A segunda diferença entre os posicionamentos está no tratamento dado às demandas da cidade de Mato Grosso, que Silva Manso defendeu serem justas. O domínio dos cuiabanos sobre o poder provincial impunha à antiga capital, naquele momento, uma situação ainda mais difícil que a do restante da província, onde os interesses locais se faziam minimamente representar. A antiga capital havia perdido as rendas da localidade de São Pedro d’El Rey (elevada, em 1833, a vila de Poconé), que a câmara de Cuiabá incluiu em suas posturas, sendo estas aprovadas por conselheiros que eram, na maior parte dos casos, os próprios vereadores. Além disso, enfrentavam a vacância de postos e a falta de envio de recursos para pagamento de soldados e de funcionários²⁰⁴. Não era um acaso que se reclamasse da falta de magistrados: além de se localizar numa área distante das grandes cidades do Império e não contar com suas comodidades, a antiga capital era a última a ter acesso aos cofres da fazenda pública, pois as relações de clientela que se construíram na junta da fazenda não se estendiam até lá. A situação foi exposta na *Matutina*, como vimos em outro momento. Numa das correspondências analisadas, dizia-se que

[...] se tem consumido 200 e tantos contos que vieram da Corte do Rio de Janeiro este ano, e no passado, em lâminas de cobre, junto com os rendimentos da província, com grande detrimento dos empregados públicos e militares da cidade de Mato Grosso, Forte do Príncipe, e Casalvasco, por mais que estes tenham representado os seus pagamentos e fardamentos nada se lhes tem mandado porque os que estão arredados do cofre 50 passos já pouco recebem, e os que vão ficando mais longe menos recebem, e aqueles que estão de 100 a 200 léguas nada recebem²⁰⁵

²⁰³ “Corrêa da Costa a Almeida, 24 de novembro de 1832” AN – IJJ9 505

²⁰⁴ Sobre a cisão territorial ocorrida na Independência e as tensões entre as duas cidades no Primeiro Reinado, ver o Capítulo 1.

²⁰⁵ *Matutina Meyapontense*, 64, 26 de agosto de 1830.

A cisão territorial entre a área cuiabana (que incluía Diamantino) e a antiga capital da província costumava se expressar nas eleições, tanto para os conselhos, quanto para o parlamento. As eleições ocorriam em dois níveis, mas não foram encontradas as fontes relativas às primárias e não foi possível dimensionar o eleitorado nos diferentes distritos ou no todo da província. Mas, o que importa notar neste momento é a divisão territorial desses votos, nas eleições no segundo nível. Em 1824, Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça fora eleito com 33 votos na província contra 13 do segundo colocado, Luís Thomaz Navarro de Campos, que fora o candidato unânime dos eleitores da cidade de Mato Grosso²⁰⁶. Campos havia sido escrivão da junta provisória daquela cidade e um dos responsáveis por suspender o envio do ouro ali arrecadado para Cuiabá no período em que a província se dividiu em dois governos²⁰⁷. O mesmo padrão de voto se repetiu em 1828, na eleição para a segunda legislatura na câmara, quando Antonio José da Veiga recebeu 34 votos em Cuiabá contra apenas 4 do segundo colocado, além de ter sido o candidato unânime em Diamantino, ao passo que na cidade de Mato Grosso obtivera apenas um voto.

Nas eleições de 1833, este padrão se rompeu e os dois candidatos que angariaram votos na cidade de Mato Grosso estavam entre os mais votados na província. Um foi o deputado eleito, Silva Manso, que não teria conseguido a vitória (com 22 votos, no total) sem os quatro eleitores que o escolheram na antiga capital da província, pois outros dois candidatos obtiveram 18 votos cada um. Um dos derrotados foi Manoel Peixoto de Azevedo, que foi descrito na ata eleitoral como “morador do Rio, capitão de engenheiros, lente da Academia Militar”. É interessante notar que todos os seus votos vieram do colégio de Cuiabá, ao contrário do que ocorrera com os outros dois candidatos. Mas o que mais chama atenção é que se tratava de alguém que, além de estar ausente da província, não teve qualquer atuação política em Mato Grosso antes da eleição.²⁰⁸ O outro a receber 18 votos, sendo 6 deles na cidade de Mato Grosso, foi Joaquim José de Almeida, coronel das tropas regulares que exercia o posto de comandante das armas e que foi o responsável por conter as ameaças de rebelião naquela cidade.

²⁰⁶ Os dados e as fontes dos dados eleitorais do Primeiro Reinado estão indicados no Capítulo 1.

²⁰⁷ APMT: E5-01, fl. 12v a 13v - Registro de uma [ordem?] do Excelentíssimo Senhor Governo Provisório para ser apresentado o ouro que saiu para Cuiabá e se apresentar os pesos espanhóis como abaixo se declara.

²⁰⁸ O nome do Azevedo não aparece no banco de dados organizado durante esta investigação a não ser em razão dos votos obtidos nessa eleição. Por conter mais de 950 nomes de pessoas mencionadas na documentação de Mato Grosso nos anos 1820 e 1830, dificilmente o banco de dados deixaria de incluir um ocupante de postos com alguma relevância na província.

Almeida havia sido comandante das armas também em Goiás, logo após a sedição de 14 de agosto de 1831. Era identificado com os sediciosos goianos, sendo definido pelo principal líder daquele movimento contra os “adotivos” como um “brasileiro nato, amante da pátria e das instituições que nos regem”.²⁰⁹ Ao tratar das agitações que se seguiram à sedição, a *Matutina* narrou que

[...] neste estado de coisa se apresentou em Goiás o Sr. Coronel Joaquim José de Almeida, comandante das armas desta província, nomeado pela Regência Provisória; este Sr. gozava a opinião de liberal, se diz que fora mal visto pelo ex-imperador, é brasileiro nato, filho de Minas, circunstâncias estas que o faziam recomendável a todos os bons cidadãos.²¹⁰

Já uma correspondência publicada em 30 de março de 1832 questionava as acusações de que “o ex-comandante das armas Joaquim José de Almeida aprovou a patifaria de 14 de agosto, e que elogiava seus agentes, protegendo os rusgientos e anarquistas”.²¹¹ Um soneto, publicado em seguida, reforçava as alegações de um vínculo entre o comandante que havia acabado de partir para Cuiabá e os rebeldes goianos:

Almeida já se foi, varão prudente
Que aqui chegou no foco da Anarquia
Que virtuoso aos Anarcas protegia
Louvando os desvarios dessa gente
Que Anarca também era certamente²¹²

Almeida viria a descrever Poupino Caldas como seu amigo e aliado numa carta de 1834, portanto, ao que parece, os votos que o suposto “anarca” recebeu tiveram o apoio de uma das facções cuiabanas. Já o oficial militar residente na Corte, Manoel Peixoto de Azevedo, que recebeu todos os seus 18 votos em Cuiabá, foi provavelmente o candidato apoiado pelo grupo de Gaudie Ley e do cônego Silva Guimarães.

A crise de legitimidade e as ações “caramuruanas”

Silva Manso rompeu com o presidente, Corrêa da Costa, quando impedido de realizar o exame financeiro da administração anterior. Naquele momento, ele atuava também como conselheiro de governo, na condição de suplente, o que o permitiu influir em decisões importantes, como aquelas relativas à extinção da legião de linha, além das medidas a serem tomadas para evitar uma rebelião na cidade de Mato Grosso. Segundo

²⁰⁹ *Matutina Meyapontense*, 232 – 22/09/1831

²¹⁰ *Matutina Meyapontense*, 254 – 12/11/1831

²¹¹ *Matutina Meyapontense*, 337 – 30/05/1832

²¹² 337 – 30/05/1832

relato de Silva Manso a Vergueiro, o conselheiro chamado a retomar o posto foi o cônego José da Silva Guimarães, aliado de Gaudie Ley e inimigo pessoal de Silva Manso. Ao descrever as atitudes do cônego, o correspondente explicou ao ministro que “o seu descrédito” e “o desprezo em que tinha caído” eram resultado de “várias ações, que chamam aqui caramuruanas”.²¹³

Trata-se de uma das primeiras referências a este rótulo para caracterizar lideranças políticas atuantes em Mato Grosso. Até então, os homens apontados como “caramurus” haviam sido um deputado e um senador eleitos durante o Primeiro Reinado e que desde então não viviam na província²¹⁴. Segundo Silva Manso, as ações que, em Cuiabá, eram vistas como “caramuruanas”, diziam respeito primeiramente à proposta do cônego Guimarães de colocar em votação no conselho de governo se o presidente podia ou não comparecer a um jantar pelo aniversário do Sete de Abril. Lembremos que a província estava em plena campanha eleitoral e que tanto Silva Manso quanto Almeida se identificaram com o ideário da Abdicação, que estava relacionado às animosidades contra os “adotivos”. Na mesma carta, que foi escrita um dia após o resultado das eleições, o candidato eleito afirmava ao ministro que o presidente estava “dando demais ouvidos a mui poucos Caramurus” e que, sob a justificativa de que “o queriam depor, fez várias vezes embalar armas”²¹⁵. Portanto, o temor com relação ao fervor patriótico ligado ao Sete de Abril e ao Sete de Dezembro estava relacionado à atribuição de um rótulo partidário “caramuru” a aliados de Gaudie Ley.

Silva Manso relatou na mesma carta o afastamento de Corrêa da Costa da presidência, que ocorreu em 19 de março de 1833. O presidente alegou doença, mas, segundo Silva Manso, ele “correu para sua Fazenda” por ter visto “que não saiu eleitor, nem os seus, e quando viu que o juiz não me quis processar”²¹⁶. Portanto, a crer na correspondência de Silva Manso, Corrêa da Costa e seus aliados (provavelmente os “caramurus” ligados ao cônego Silva Guimarães) não foram escolhidos nas eleições primárias. Quanto ao processo mencionado, tratava-se já do acirramento das tensões que se seguiram às eleições e que se estenderam até a Rusga.

Ao assumir a vice-presidência quando do afastamento de Corrêa da Costa, André Gaudie Ley reiterou a preocupação com o déficit e com a legitimidade do governo, mas

²¹³ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Vergueiro, 31 de maio de 1833”.

²¹⁴ Trata-se do deputado Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça e do senador José Saturnino da Costa Pereira

²¹⁵ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Vergueiro, 31 de maio de 1833”.

²¹⁶ AN IJJ9 527 “Silva Manso a Vergueiro, 31 de maio de 1833”.

também com as expressões de ódio aos “adotivos”. Numa carta datada de 27 de abril de 1833, ele informava que “por se ter aumentado consideravelmente as enfermidades crônicas que já de tempos padece o atual Presidente da Província” havia assumido o governo no dia 19, o que exigia

[...] os maiores sacrifícios: 1º porque tenho a lutar com as diversidades dos gênios dos homens em crise tão arriscada e de toda sorte de comprometimentos; 2º pela calamidade e estado deficiente dos Cofres Públicos, para com prontidão socorrer aos reiterados clamores das Guarnições defensoras dos diversos pontos desta vasta Fronteira e dos Empregados Cíveis e Militares; 3º pelo auge acessível da intriga, a ponto de uma guerra civil na Província, suscitada por aqueles que a julgam conveniente a seus fins, angariando a popularidade para declararem uma perseguição sem limites aos Brasileiros adotivos, sem atenção á justiça, ao atraso do Comércio, e à população da Província; 4º porque o meu estado morbus me tem feito declinar do grau da minha aptidão, para fazer conter os exaltados e salvar a Província dos facciosos revezes da rebelião ameaçada que trará, além de outras consequências, a perdição de muitas famílias.²¹⁷

Ainda de acordo com Gaudie Ley, por se achar a província “vacilante por partidos anárquicos” e “ameaçada das mais funestas desordens que podem previr a sociedade humana” era urgente que se nomeasse um novo presidente. Segundo ele, o governo da província viria a “perder toda a força moral” se não fosse colocado na Presidência “um chefe ativo e enérgico, que deve vir da Corte quanto antes despachado, como suplico a Vossa Excelência para conter os ânimos e defender o respeito devido às autoridades”. Acrescentava ainda que “este presidente ou chefe não deve por forma alguma ser pessoa que tem, ou teve estabelecimento nesta província”²¹⁸.

A crise se agravou seriamente durante a vice-presidência de Gaudie Ley. Apesar de Silva Manso anunciar ao ministro sua vitória na apuração de 30 de maio de 1833, o processo teve irregularidades que foram contestadas por Almeida e pela câmara de Diamantino, com o apoio do conselho de governo. Assim, o processo eleitoral se estendeu até fevereiro do ano seguinte. No primeiro cômputo, não haviam sido incluídos os votos de Diamantino que, apesar de ter realizado as eleições na data estabelecida, demorou a remeter o correio com o resultado, talvez por negligência do funcionário, talvez numa tentativa de fraude.²¹⁹ Com isso, a ata chegou a Cuiabá só depois do dia marcado para a apuração geral. Apesar da ilegalidade, a câmara de Cuiabá se recusou a aguardar a resolução do poder central para reconhecer Silva Manso como deputado e lhe conferir

²¹⁷ AN IJJ9 505 “Gaudie Ley a Vergueiro, 27 de abril de 1833”.

²¹⁸ AN IJJ9 505 “Gaudie Ley a Vergueiro, 27 de abril de 1833”.

²¹⁹ AN IJJ9 527 (cartas e anexos de Silva Manso a Vergueiro)

diploma, enquanto o conselho de governo, naquele momento com uma maioria de aliados de Gaudie Ley, atuou no sentido de impedir que a vitória fosse reconhecida antes da nova apuração.

Em novembro de 1833, ainda em decorrência dessa crise, a câmara de Cuiabá negou abertamente obediência às ordens do presidente. Os vereadores que assinaram foram Joaquim de Almeida Falcão, Caetano Xavier da Silva Pereira, João Fleury de Camargo, Brás Pereira Mendes, João Alves Ferreira e Caetano da Silva Albuquerque. Como viriam a apontar depoimentos e outras fontes ligadas à Rusga, tratava-se de alguns dos membros tidos por mais influentes na Sociedade dos Zelosos da Independência, criada por iniciativa de Silva Manso, que, em discurso no parlamento, apontou como data de fundação o dia 7 de setembro de 1833. Seus estatutos foram publicados na Matutina de 13 de novembro do mesmo ano, definindo no primeiro artigo que

O fim desta Sociedade é procurar ligar pelos mais estreitos laços os verdadeiros brasileiros, habitantes da província de Mato Grosso, por meio da instrução nos seus deveres; e de mútua coadjuvação para segurar a Independência do Brasil e fazer resistência à tirania onde quer que ela se achar.²²⁰

O número de sócios era “indeterminado” e o ingresso de novos membros se dava por eleição, sendo necessária a aprovação da maioria. Os “deveres de cada sócio” eram “concorrer com a quota de seus talentos, indústria, força e bens, que seu patriotismo lhe sugerir, para, debaixo da direção da Sociedade, se empregar no fim desta”, além de “servir nas comissões que a Sociedade lhe der”. A direção era composta por um presidente, um secretário, um suplente, um tesoureiro e um coletor, todos eleitos pelos sócios. As sessões ordinárias deveriam ocorrer a cada três meses e as extraordinárias poderiam ser convocadas quando necessário, pela direção²²¹. A sociedade inspirava-se em muitas outras que se organizaram nas diversas províncias, num processo que avançou rapidamente entre 1830 e 1834. Quando da fundação, havia modelos diversos para este tipo de iniciativa, incluindo associações cujos estatutos e atas haviam sido impressos em periódicos.

A mais célebre dessas associações, especialmente por sua influência em momentos de grande tensão política, foi a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, que surgiu primeiramente na cidade de São Paulo, a 29 de março de 1831, “em decorrência direta das notícias sobre as Noites das Garrafadas”, portanto estreitamente

²²⁰ 489 – 13/11/1833

²²¹ 489 – 13/11/1833

vinculada à luta política que culminou na Abdicação. A associação se espalhou rapidamente pelo interior e, em seguida, pelas demais províncias do Império. Ela foi organizada na Corte pouco mais de um mês depois do Sete de Abril, reunindo 150 sócios na primeira sessão, mas cujo máximo, posteriormente, pode ter chegado a somar milhares de pessoas. Dentre os membros estavam diversos parlamentares, além de ministros, incluindo o correspondente de Silva Manso, Vergueiro. Inicialmente mais heterogênea, a Sociedade Defensora estabelecida na Corte rapidamente se alinhou ao governo “moderado”.

Nos processos abertos para investigar os crime do Trinta de Maio, dezoito nomes foram mencionados por ao menos uma testemunha como “sócio mais influentes” da Sociedade dos Zelosos da Independência, sendo que todos foram eleitos para algum posto no pleito de 1833, incluindo deputado geral, conselheiros de governo, conselheiros gerais, vereadores, juízes de paz e oficiais da guarda nacional. Eles tinham em comum o fato de terem ingressado na luta partidária depois do Sete de Abril, ocupando postos eletivos principalmente em consequência da vitória nas eleições de 1833.

A virada partidária na província, sob a liderança de Silva Manso, foi narrada com maiores detalhes pelo comandante das armas e candidato derrotado ao parlamento, Joaquim José de Almeida, numa série de cartas escrita durante a Rusga para o ministro da guerra. Numa delas, ele atribuía o massacre dos “adotivos” a um grupo

[...] de facinorosos e de conselheiros pela maior parte membros e colaboradores da infame Sociedade Zelosa da Liberdade e Independência de Cuiabá, instalada por Antonio Luiz Patrício da Silva Manso só com o fito de se fazer nomear deputado pelos seus sócios ao mesmo passo vingar-se dos seus inimigos, o que tudo conseguiu.²²²

Em outra carta, Almeida afirmava que antes mesmo de a Sociedade dos Zelosos da Independência “se haver inaugurado, já existia de fato” e que estavam “os seus campeões trabalhando em nomear para deputado o seu chefe” sem que se esquecessem “dos seus próprios interesses, prestando-se mutuamente as mãos, afim de que a maioria dos seus sócios compusesse ao menos a maioria dos dois conselhos, do tribunal do júri, guarda nacional e juizados de direito e de paz.” A coadjuvação eleitoral teria sido, portanto, a razão de ser da associação.

Isto feito, logo se manifestou neles o espírito que os animava, tanto no conselho geral de província, como no júri, aonde se absolveram todos os

²²² “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834” AN IG1 229.

criminosos de sedição que foram levados como em triunfo da cadeia a assentar praça na guarda nacional.²²³

Narrativas que, como esta, foram posteriores à Rusga, descrevem sucessivas quebras da legalidade antes Trinta de Maio, com efeitos cumulativos para a deslegitimação do governo. No caso do relato de Almeida, a atuação do júri, que teria libertado sediciosos para que fossem alistados na guarda nacional, já apontava para um domínio partidário da justiça eletiva e também da guarda. A sociedade também incluiu magistrados de carreira, com a nomeação de Pascoal Domingues de Miranda (que já tinha sido ouvidor) como juiz de direito e de José Jacinto de Carvalho como promotor. É possível que nomeações tenham ocorrido pela influência de Silva Manso nas relações com o centro.

Particularmente problemática para o vice-presidente Gaudie Ley, que governou de 27 de abril a 3 de dezembro de 1833, foi a eleição de um oficialato francamente hostil a seu governo na guarda nacional. O embate entre uma guarda nacional partidarizada e uma guarda municipal dividida entre defensores do governo e da oposição foi uma das motivações imediatas da Rusga, as quais serão analisadas adiante. Por ora, importa notar que a resposta de Gaudie Ley à eleição de um oficialato do partido oposto e aos rumores de que a guarda planejava atacar os “adotivos” ou destituir o governo foi justamente a suspensão da guarda. Eleitos os oficiais, o livro que os deveria registrar desapareceu. Isso num contexto em que a imprensa narrava que em todo o Império terríveis conspiradores caramurus enfrentavam a heroica guarda nacional. O resultado foi que os oficiais e praças não se desmobilizaram e persistiram exigindo sua posse legal.

Outras medidas tomadas pelo governo Gaudie Ley tiveram também este efeito. Numa carta de 31 de julho de 1833, Silva Manso relatava a Vergueiro que vinha enfrentando a oposição do cônego Silva Guimarães, que “fez causa comum com os que se dizem aristocratas, que não chegam a dez, mas são os que têm acento [sic] no conselho administrativo”. Segundo ele, “por meio do vice-presidente” esses conselheiros estavam fazendo as “maiores loucuras”. Silva Manso relatou que o governo tinha recusado dar “providência sobre meu transporte, e ajuste de contas” para que tomasse assento na câmara²²⁴. Importa lembrar que sua eleição não havia sido reconhecida pelo governo, apesar de a câmara municipal ter lhe fornecido diploma de uma apuração feita sem os

²²³ “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834” AN IG1 229.

²²⁴ 31 de julho de 1833

votos de Diamantino. Portanto, as providências para a viagem eram parte de um confronto maior sobre a legitimidade de sua eleição.

Em seguida, Silva Manso narrou ao ministro que “aproveitaram-se de uma viagem” que fez a Poconé “para urdirem um trama”.²²⁵ Alegando que Silva Manso havia abandonado o conselho de governo, Gaudie Ley, o cônego Silva Guimarães e seus outros aliados, “que se dizem aristocratas”, o excluíram quando de seu retorno. Para sua cadeira e para outra, que estava vaga, chamaram Manoel Pereira de Mesquita e o “adotivo” José Joaquim Vaz Guimarães. Ocorre que ambos eram membros do conselho geral e não poderiam exercer o posto de conselheiros de governo naquela legislatura. Segundo Silva Manso, a manobra envolveu também uma participação falsa de doença em seu nome. O deputado e conselheiro tinha ido a Poconé para tirar a planta do núcleo urbano, elevado a vila em janeiro daquele ano, e também para colher esclarecimentos e pedir instruções à câmara. Ao que parece, visava a manter ou ampliar suas articulações políticas para representar interesses de setores dos cidadãos da província na câmara dos deputados. Importa mencionar que Poconé foi o único núcleo do interior a contar com uma filial da Sociedade dos Zelosos da Independência.

Por fim, Silva Manso foi processado pelo abandono do emprego de secretário de governo.²²⁶ A ata da sessão extraordinária de 20 de maio de 1833 foi assinada por Gaudie Ley e pelos conselheiros Poupino Caldas, Joaquim da Costa Teixeira, José da Silva Guimarães e Jerônimo Joaquim Nunes. Este último era o ex-comandante das armas “adotivo” demitido no Sete de Dezembro. Ele não aparece na lista de eleitos nem mesmo como suplente para o conselho de governo, sendo que deixara de atuar na política institucional desde a sedição. Segundo a ata, Silva Manso, desde 8 de fevereiro “até o presente não tem comparecido para os trabalhos ordinários e menos comunicado a causa do abandono e desprezo aos seus deveres”. O secretário de governo “deu parte de um suposto incômodo que tem permanecido até o presente, vendo-se pelo contrário este Empregado girar por toda a cidade, comparecer em Assembleias públicas e em públicos divertimentos, e associações”.²²⁷

²²⁵ 31 de julho de 1833

²²⁶ “Art. 157. Largar, ainda que temporariamente, o exercício do emprego sem prévia licença do legítimo superior; ou exceder o tempo de licença concedida, sem motivo urgente, e participado. Penas - de suspensão do emprego por um a tres annos, e de multa correspondente á metade do tempo.”

²²⁷ “Cópias extraídas das Atas do Conselho – Sessão extraordinária de 20 de Maio de 1833”

Na sessão de 15 de junho, depois de perguntado a Silva Manso o motivo do abandono, sem que se obtivesse resposta, “resolveu o conselho que se faça efetiva a execução da Lei”. Foram convocadas então testemunhas que atestaram que

[...] o sobredito Secretário tem andado por toda a parte desta Cidade e ruas públicas no seu particular interesse e que finalmente por motivo de condescendência ou razão de amizade particular até se retirou da cidade sem licença à Vila de Poconé acompanhando ao Presidente da Câmara, que foi empossar de seus empregos aos oficiais da nova Câmara da dita Vila²²⁸

Em tais alegações é nítido que Silva Manso estava sendo acusado de abandonar o emprego especificamente para cuidar de suas relações partidárias, fosse “em assembleias públicas e em públicos divertimentos, e associações”, fosse em viagem para empossar representantes municipais eleitos numa cidade onde contava com aliados importantes.

Outro conflito se deu em torno de um processo do cônego Silva Guimarães contra Silva Manso por calúnia e injúria, por alardear que ele era um membro “intruso” do governo e por chamá-lo de “eclesiástico ambicioso”. O pedido de prisão do deputado (que apenas uma parte dos cidadãos considerava legalmente eleito) agravou ainda mais as animosidades. Em novembro de 1833, a crise chegou à beira de um enfrentamento armado, com a tentativa de envolvimento de prisioneiros num plano de matança, ao mesmo tempo em que se espalhavam rumores de que a Sociedade dos Zelosos tramava a queda do governo. Naquele contexto, a questão do controle sobre as armas e munições existentes na província passou a ser o principal assunto debatido.

A Sociedade dos Zelosos não ocupou o poder executivo em momento algum nesse processo. O que parece ter ocorrido, com o retorno de Corrêa da Costa ao governo, em dezembro, foi uma tentativa de conferir alguma legitimidade ao poder executivo por meio da conciliação entre lideranças políticas e entre os comandantes das guardas nacional e municipal. O poder da associação vinha de sua capacidade de vencer as eleições, “prestando-se mutuamente as mãos”, nos termos de Almeida, assim como na organização de bases de apoio que permitiam fazer da opinião pública uma arma política, através de representações e de manifestações de rua²²⁹. É interessante notar que mesmo sendo alvo de muitas acusações, as lideranças da Sociedade não parecem ter sido suspeitas de fraude eleitoral, a não ser no caso da concessão de diploma a Silva Manso antes da nova apuração. As demais eleições, ao que parece, foram questionadas não por se entender que

²²⁸ “Sessão extraordinária de 15 de junho de 1833”

²²⁹ Essas mobilizações serão descritas no capítulo 4.

eram fraudulentas, mas pela ação organizada de seus agentes no sentido de resistir à autoridade da vice-presidência e do conselho de governo. A partir do momento em que contavam com uma força armada num contexto de deslegitimação do governo e de atropelo generalizado da legalidade, não demorou para que a guarda nacional passasse a transgredir suas atribuições legais.

No dia 6 de dezembro de 1833, Silva Manso representou, em nome da Sociedade dos Zelosos da Independência, exigindo a divulgação de uma circular da Regência acerca da ameaça de restauração de d. Pedro I²³⁰. A narrativa difundida pelo poder central e pela imprensa “moderada” em todo o país adequava-se aos interesses em disputa em Mato Grosso, de maneira a polarizar o conflito em torno da defesa da pátria contra os restauradores. Esta polarização colocava Gaudie Ley e seus aliados, que incluíam os comerciantes “adotivos”, numa posição difícil. Por sua vez, Poupino Caldas atuou, no início de 1834, como incitador de “bernardas”, e procurou se utilizar da agitação para impedir a posse de um funcionário “adotivo”, nomeado pela regência, na tesouraria. Segundo um panfleto de 1835, em defesa de alguns membros da Sociedade dos Zelosos, Poupino Caldas e seu aliado José de Melo Vasconcelos pretextaram, no conselho de governo, que o funcionário “tinha pedido demissão dos cargos que servira em 7 de dezembro de 1831”; ambos pretendiam, portanto, por meio de tal escrito, legitimar uma das demissões feitas pela requisição da “soldadesca”. Perdendo a votação no conselho,

[...] se exasperou João Poupino, e assoalha que o povo devia representar contra esta decisão, porque a regência tinha sido enganada pelas falsas informações do vice-presidente Gaudie; e que a Sociedade dos Zelosos da Independência do Brasil, devia também tomar parte nesta representação, [...] conseguindo no dia 4 de maio por meio dos seus satélites a reunião de mais de 200 pessoas no largo da Igreja Matriz, onde também ele esteve presente²³¹

A Sociedade significou um avanço de uma forma moderna de organização política sobre lealdades construídas longamente por vias que vinham sendo deslegitimadas no debate público. Tanto Gaudie Ley quanto Poupino Caldas vinham perdendo capacidade de intervir nos negócios públicos não só para Silva Manso, mas para uma associação cujo estatuto pressupunha a igualdade entre os sócios e a união em torno de certos princípios, “patrióticos” e “constitucionais”. Eles eram capazes de agir numa mesma orientação e de se impor na cena pública com uma legitimidade que o próprio governo não contava. Ademais, as falas e pronunciamentos da Sociedade dos Zelosos estava mais próximo

²³⁰ ACBM/IPDAC Caixa 42 - Pasta 168 – env. 867

²³¹ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

daquele da regência e da imprensa do que o discurso do governo provincial. O poder do novo partido se impunha sobre um vice-presidente acuado pela deslegitimação do governo e pela permanente possibilidade de recurso ao ódio aos “adotivos”.

Este poder se impunha inclusive a Silva Manso que, em setembro de 1833, relatava a Vergueiro as últimas ilegalidades dessa “gente, que não chegam a onze caramurus, sem quase apoio”. Tratando da suspensão da guarda nacional, Silva Manso relatou “o desgosto da maioria” e afirmou que “alguns menos refletidos me têm perguntado se é uma desfeita que Gaudie fez a eles na minha pessoa por eu ser seu Representante”²³². Ou seja, os guardas estariam compreendendo a situação como uma perseguição que sofriam por serem partidários de Silva Manso. Preparando-se para deixar Cuiabá, assim que resolvido o impasse em torno das eleições, ele dizia ao ministro que sua demissão da secretaria significava que “agora não tem na província um empregado do conhecimento do Governo”, pois “há um ano que dou conta do estado dela, pedindo Presidente”. Silva Manso narrava um contexto de mobilização, no qual “o povo se reúne” e “é inevitável um choque, se o correio de novembro não lhes restituir suas guardas nacionais e o vice presidente não quiser reconhecer ao conselho geral assim como fez ao deputado”. Ele arrolava suas “rogativas” para que não o prejudicassem, porque “eu não poderei lavar-me de ter tido influência se fazem rusga por não darem socorro ao Deputado”

Não sei mais que lhes hei de dizer para que não digam que também sou caramuru e julgo muito necessário conservar minha influência para evitar crimes, por isso tenho resolvido não sair daqui enquanto não ver restabelecida alguma Ordem, pois penso que faço mais serviço aqui do que na Câmara e digo enquanto vossa excelência não dá um presidente não sairei daqui.²³³

Silva Manso se mostrava preocupado com a perda de influência sobre a organização que tivera a iniciativa de fundar e previa que sobreviriam “crimes” à sua partida para assumir a cadeira na câmara. Além disso, fazia coro a Gaudie Ley e a Corrêa da Costa ao pedir a nomeação de um presidente. Contudo, enquanto os governantes pediam que fosse alguém alheio aos conflitos na província, Silva Manso indicava “o Lente de Filosofia Brás Pereira Mendes que é o Juiz de Paz do 1º Distrito, advogado de boa nota”, ao menos “enquanto não vem outro de outra Província”²³⁴

Mendes era um dos sócios tidos por “mais influentes” da sociedade e fora eleito para os dois conselhos, para a câmara municipal e para o juizado de paz. Ele foi um dos

²³² Cuiabá, 30 de setembro de 1833.

²³³ Cuiabá, 30 de setembro de 1833.

²³⁴ Cuiabá, 30 de setembro de 1833.

vereadores a negar obediência a Gaudie Ley numa câmara cuja composição era completamente nova. Quando o presidente Antonio Corrêa da Costa assumiu, em 1831, nenhum desses vereadores estava na composição da câmara. Naquele momento, dois homens que apareciam entre os vereadores já assinavam atas da câmara desde pelo menos 1813, um deles desde 1801.

A câmara não só era nova, como formada pelos mesmos homens que haviam vencido as eleições para o oficialato da guarda nacional e para a magistratura eletiva. No dia 5 de janeiro de 1834, o vereador Brás Pereira Mendes, na condição de juiz de paz do primeiro distrito, anunciou ao presidente que havia sido eleito o estado maior da guarda nacional: eram os também vereadores Caetano da Silva e Albuquerque, como tenente-coronel, Caetano Xavier da Silva Pereira, como major e João Alves Ferreira, como ajudante. O estado maior da guarda nacional de Cuiabá era a própria câmara desobediente, que além deles contava com o responsável por comercializar a *Matutina Meyapontense* na província, João Fleury de Camargo.

A divisão entre os que haviam se organizado em facções em torno das disputas pela junta da fazenda facilitou o avanço da Sociedade dos Zelosos. A explicação do comandante das armas (e candidato a deputado derrotado) para o crescente domínio da Sociedade era a de que Silva Manso aproveitara-se da “falta de espírito público entre as pessoas mais gradas de Cuiabá, inimizadas rancorosas por motivos comerciais e intrigas de famílias”.

Esta funesta desunião entre os cidadãos mais influentes abriu o passo à Sociedade Zelosa da Liberdade e Independência do Cuiabá, que espreitava ansiosa o momento de sair a campo e apoderar-se do mando. Alçada esta assinalada vitória, principiou ela a exercer um predomínio exclusivo de todos aqueles indivíduos que não pertenciam ao seu grêmio.²³⁵

André Gaudie Ley também descreveu esse processo, situando o agravamento das tensões na província em novembro de 1833, quando 51 sócios teriam se reunido na casa de Silva Manso para tramarem a derrubada do governo e a matança dos “adotivos”. Dois depoimentos de um processo sobre os crimes da Rusga narram que a reunião teria contado com “cento e tantas pessoas” e que teria ocorrido um impasse entre Silva Manso e José Alves Ribeiro, que “queria que aquele Manso saísse armado com eles”, mas que ele “repugnava a isso para sair depois como Anjo da Paz a pacificar as desordens”. Com o impasse, o rompimento foi adiado “para o dia trinta de maio” de 1834 - coincidência ou

²³⁵ “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1831”

não, aniversário de um ano das eleições para deputado e conselheiros gerais e de governo..²³⁶

²³⁶ Depoimento de João José de Siqueira e Silva. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 171.

Capítulo 4

O massacre de Trinta de Maio

O conselho de governo de Mato Grosso se reuniu extraordinariamente a 10 de maio de 1834 para discutir um plano de “rusga” que estaria em execução. O presidente da província, Antonio Correia da Costa, afirmou que haviam posto “ocultamente à janela de sua residência” um “papel anônimo” contendo um alerta:

Temos rusga, e de sangue, e dela nem Vossa Excelência escapa, nem aqueles que têm o que perder e que desejam a boa ordem. Hoje saíram 10 presos da cadeia, e logo foram conduzidos à casa de Sebastião Rodrigues, e este lhes assentou praça na 1ª Companhia da Guarda Nacional por serem rusguentos conhecidos por tais, sem Lei, sem mais nada: o mesmo tenente desarmou os adotivos, que eram da sua companhia. Vossa Excelência veja o que faz, e como toma este aviso, pois quem lhe faz também está convidado para a rusga, e sabe dos planos todos... Alerta, alerta que ainda tem remédio o mal...¹

O presidente se disse “convencido do sossego que presentemente reina na província” e afirmou que “não lhe era incógnito que a sugestão de pessoas mal intencionadas, inimigos da ordem e da pública tranquilidade muito podia influir para cimento de infandas desconfianças, que acarretam inevitáveis males à província”. Portanto, apesar de considerar seu dever não ocultar o alerta ao conselho, o atribuía a um ambiente tomado por rumores de conspirações. A decisão dos conselheiros foi, segundo a ata, a de que “não se desse consideração alguma ao dito papel”².

O alerta de fato dava sequência a outras expressões de “infandas desconfianças” entre os poucos “caramurus”, aliados dos brasileiros “adotivos”, e a maioria “patriota” que às vésperas da reunião, tomava as ruas com manifestações, além de contar com maioria no conselho geral, na câmara municipal, na guarda nacional, na magistratura e, pela primeira vez, no conselho de governo³. O presidente havia reassumido em dezembro, quando foi chamado para lidar com uma situação em que duas câmaras municipais, a de Cuiabá e a de Diamantino, manifestavam publicamente sua insubordinação às ordens do governo, então ocupado por André Gaudie Ley⁴. Além disso, a crise se dava em torno da guarda

¹ “Sessão extraordinária de 10 de maio de 1834”. *RIHGMT*, tomos XXV-XXVIII, 1931-1932. p. 171.

² “Sessão extraordinária de 10 de maio de 1834”. *RIHGMT*, tomos XXV-XXVIII, 1931-1932. p. 171.

³ Conforme exposto nos capítulos antecedentes, brasileiros “adotivos” (ou simplesmente “adotivos”) eram os indivíduos compreendidos no Art. 6, § IV da Constituição, ou seja, “todos os nascidos em Portugal, e suas possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas províncias, onde habitavam, aderiram a esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência”. “Constituição Política do Império do Brasil”. *Coleção de Leis do Império*. Sobre os partidos e os conflitos políticos às vésperas do Trinta de Maio, ver a última parte do Capítulo 3.

⁴ A desobediência das câmaras foi uma das motivações para que Gaudie Ley chamasse Corrêa da Costa a reassumir a presidência. A primeira insubordinação foi, como vimos, a da câmara de Cuiabá, que conferiu diploma de deputado a Antonio Luís Patrício da Silva Manso numa eleição cuja apuração foi feita sem os votos da vila de Diamantino, insistindo na decisão de legitimar o primeiro pleito. A segunda foi a da câmara de Diamantino, que se recusou a dar posse ao coletor fiscal Antonio José de Araújo Ramos. Reconhecida como ilegal e censurada até mesmo pelos adversários de Gaudie Ley em Cuiabá, a desobediência foi acompanhada, segundo o funcionário, por “insultos” e “ameaça de sete crimes” que lhe queriam imputar

nacional e do reconhecimento das eleições para deputado e para o conselho geral. Assim que foi reunido, este conselho se recusou a se dirigir ao governo enquanto nele servisse o secretário “caramuru” Albano de Souza Osório. Atas de pelo menos três sessões declaravam repúdio ao funcionário, acusado de omitir uma circular da regência sobre as medidas para evitar o projeto de restauração de d. Pedro I⁵. No documento, o poder central recomendava que “dentro do círculo das leis”, as autoridades providenciassem a organização da guarda nacional.

Por fim, dias antes do bilhete, Corrêa da Costa ajudou a conter uma manifestação de centenas de pessoas que tentavam impedir a posse de um funcionário “adotivo”, com a presença do já então afamado incitador de “rusgas” e “bernardas” João Poupino Caldas. Em seguida, os manifestantes libertaram um guarda nacional que havia sido preso pela guarda municipal e promoveram uma reunião de “mais de 100 pessoas” que “passaram aquela noite em contínuos divertimentos”. Percebe-se, portanto, que em alguma medida o governo já estava sob coação desde antes do Trinta de Maio, quando o plano exposto no bilhete se concretizou.

3.1 - O Trinta de Maio e seus protagonistas

Apesar de decorridos apenas vinte dias desde o “alerta”, o governo provincial já não era exercido por Antonio Corrêa da Costa quando da eclosão da Rusga. No dia 24 de maio, “o senhor presidente ofereceu à consideração do conselho uma atestação firmada pelo doutor em medicina Paulo Saulnier, mostrando o incremento a que tem chegado as suas moléstias”, sendo “indispensável para recuperar sua saúde perdida afastar-se por algum tempo do seu emprego para medicar-se.”⁶ José de Melo e Vasconcelos assumiu o

os magistrados locais. Poupino Caldas foi enviado para aquela vila, “por ser apresentado no lugar com muitos dos insurgidos, a ver se conseguia por meios brandos chamar outra vez à obediência legal aquela vila revoltosa.” Porém, ele reempossou o funcionário desejado pela câmara e, durante sua estada na vila houve uma fuga de portugueses e “adotivos” que de acordo com seus adversários teria sido provocada por notícias de que logo haveria uma matança na província.

⁵ Os conselheiros se recusavam a se comunicar por meio do secretário dada “a indignidade da pessoa de Albano de Souza Osório para se corresponder com o Conselho Geral” ACBM/IPDAC Caixa 32 -Pasta 134 – env. 875; Caixa 11 - Pasta 33 – env. 775; Caixa 31 - Pasta 129 – env. 667A.

⁶ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. Dissertação de mestrado apresentada no departamento de história da FFLCH-USP. São Paulo, 1992. Doc. 7 (v. 2, p. 350). Paulo Saulnier era um médico francês que havia comandado um destacamento durante a guerra de Independência no Peru e na Bolívia, onde dirigiu em seguida um hospital militar. Em algum momento antes de 1833 ele se mudou para Diamantino, onde passou a se confrontar com autoridades, principalmente religiosas, por ser protestante. Saulnier também foi o fundador de uma associação naquela cidade, chamada “União Avisada”, e acabou sendo expulso de lá sob ameaça armada após fazer defesas públicas do protestantismo, da maçonaria e das sociedades secretas. Sobre esses conflitos, que foram narrados por Saulnier, *Matutina Meyapontense*, 467 (28/08/1833), 501 (25/12/1833) e 514 (11/02/1834).

posto por ser, de acordo com a ata, o conselheiro mais votado dentre os presentes na cidade. Contudo, dois dias depois ele convocou uma nova sessão extraordinária e informou que o posto caberia ao padre José da Silva Guimarães, mas que este conselheiro já havia apresentado a 9 de maio um pedido de afastamento, em razão de uma “febre nervosa” que tornava “necessário sair para fora da cidade afim de respirar os ares do campo”. Segundo Vasconcelos, o segundo mais votado era Albano de Souza Osório, mas ele se achava “também impedido por efeito de uma pronúncia” pela justiça. Concluiu-se, quatro dias antes da eclosão da Rusga, que João Poupino Caldas deveria assumir o governo de Mato Grosso⁷.

Na reunião de 10 de maio, que discutiu o papel anônimo, estavam presente diversos homens que viriam a ser acusados por testemunhas de serem “cabeças” do plano. Três conselheiros presentes na sessão (Bento Franco de Camargo, Caetano Xavier Silva Pereira e Caetano da Silva e Albuquerque, que eram também vereadores e oficiais da guarda nacional) acabaram condenados por sua participação no massacre dos “adotivos”. Já os três ocupantes do executivo durante o mês de maio, Antonio Corrêa da Costa, José de Melo e Vasconcelos e João Poupino Caldas, foram apontados como “cabeças” por algumas testemunhas.⁸ Apenas um dos homens que se reuniram para discutir o conteúdo do “alerta” manteve-se afastado de qualquer suspeita. Trata-se do comandante da guarda municipal Antonio Pedro de Figueiredo Falcão, que também foi a única dentre as principais autoridades da província a ser destituída irregularmente na noite de 30 de maio.

Além do vice-presidente em exercício e de cinco dos seis conselheiros de governo, foram acusados de serem “cabeças” da Rusga os principais magistrados da cidade (o juiz de direito, o promotor e os juízes de paz do 1º e do 2º distrito), a maioria da câmara municipal e do conselho geral, praticamente todo o oficialato da guarda nacional de Cuiabá e o único representante da província na câmara dos deputados. O comandante das armas deixou a cidade poucos dias antes da eclosão do movimento, sendo depois destituído irregularmente pelo conselho de governo. Isso significa que, a crer nos depoimentos que levaram à condenação dos homens considerados “cabeças” da Rusga, foram as próprias autoridades da província (poder executivo, conselho de governo, magistratura, câmara municipal e oficialato da guarda nacional) as principais lideranças do Trinta de Maio.

⁷ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* Doc. 8 (v. 2, p. 352-353).

⁸ “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 234-235.

No caso de Corrêa da Costa, presidente que teria recebido um bilhete em sua janela a 10 de maio e que se afastou do cargo duas semanas depois, as acusações não indicam participação direta nos episódios ligados à Rusga. Ele foi apontado como “cabeça” por algumas testemunhas, mas sob alegações a respeito da convivência com agitações contra os “adotivos” durante o seu governo. Após a noite de 30 de maio, ele tentou abrigar alguns dos perseguidos e teve sua propriedade rural invadida e saqueada por uma escolta. Ao que parece, não foi pronunciado nem preso em momento algum, como também não foi alvo de denúncias que o colocassem numa posição de liderança na revolta. As demais autoridades tentaram, com maior ou menor sucesso, provar sua inocência alegando estarem coagidas, mas ao fazê-lo não deixaram de confirmar a existência de um quadro que, sendo de coação, era também de colaboração generalizada. Por sua vez, a Corte do Rio de Janeiro foi informada apenas que a “tropa” e o “povo” haviam promovido uma “rusga” na noite de 30 de maio de 1834 e que, apesar de terem sido mortos alguns brasileiros “adotivos”, a situação se estabilizou na província.

Mas ao contrário do que diziam as correspondências, a Rusga não se resumiu à noite de 30 de maio e seu resultado foi um extermínio cuja linha de corte foi o local de nascimento. Entre a coação e a colaboração, o governo provincial anunciou ao poder central o retorno da “tranquilidade pública” durante três meses, período no qual os “rusguentos” – incluindo ocupantes de postos políticos, judiciais e da guarda nacional – mantiveram um centro de comando no quartel de Cuiabá e expediram escoltas para a perseguição e o assassinato de cerca de 40 a 50 homens. Os mortos eram quase todos “adotivos”, mas incluíam alguns estrangeiros (muito provavelmente portugueses sem naturalização) e brasileiros “natos”.⁹

⁹ Foram encontradas referência, com nome e sobrenome, a 38 vítimas fatais da Rusga em Cuiabá e no interior, além de 13 menções vagas, como aquelas que contém apenas o primeiro nome (por exemplo, “Inácio de tal”), o sobrenome (“Lima”), a referência de parentesco (“o sogro de Manuel Pereira Coelho”) ou a profissão (“Joaquim fundidor”). Nestes 13 casos, as menções podem dizer respeito aos mesmos homens listados com nome e sobrenome, com exceção do “caixeiro do Domingão” (morto na primeira noite e lembrado desta maneira por diversas testemunhas), de um “Álvares Moreira” (sobrenome que não consta daquela relação) e de “Dona Teresa” (única mulher vítima da Rusga, que teria morrido “de paixão”, após o marido ser assassinado e suas propriedades saqueadas e depredadas). Portanto, pode-se estimar o número de mortos em consequência da mobilização entre 40 e 50 indivíduos, sendo que Dona Teresa, além de ser a única mulher, foi a única que não morreu assassinada. As relações de acusados e de alvos da Rusga se encontram nos anexos. Ainda que não se saiba o número preciso de mortos, é fora de dúvida que a escala apresentada por Alfredo Taunay - entre 100 e 400 indivíduos assassinados - não encontra respaldo na documentação coeva. Alfredo d’Escagnolle TAUNAY. *A cidade do ouro e das ruínas: Matto-Grosso, antiga Villa-Bella, o rio Guaporé e a sua mais illustre victima*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1923.

Entre mortos e fugitivos, trata-se de uma eliminação quase completa da presença portuguesa na província. Um censo de 1827 informava a presença de 43 nascidos em Portugal em Cuiabá e em 1834 este número foi estimado em 50 ou 59¹⁰. Na província como um todo, talvez chegassem a cem indivíduos¹¹. Com exceção da cidade de Mato Grosso, onde se organizou uma resistência armada a impedir a extensão da ação das escoltas, todos os principais núcleos da província foram atingidos, além de áreas rurais. Apenas um caso de “adotivo” que sobreviveu à captura por uma dessas escoltas foi encontrado, tratando-se de um “homem velho” que uma das lideranças permitiu que fosse recolhido “no seio de sua família”¹². Os demais sobreviventes parecem ter sido apenas os que conseguiram deixar a província ou chegar à cidade de Mato Grosso antes de serem encontrados por alguma das escoltas.

Alguns detalhes do “alerta” de 10 de maio permitem perceber que quem o escreveu sabia “dos planos todos”, ou ao menos de uma parte deles. A tropa que tomou as ruas de Cuiabá na noite de 30 de maio de 1834, dando início à Rusga, era formada por guardas nacionais sob o comando de dois oficiais, sendo um deles o tenente Sebastião Rodrigues da Costa, nomeado no bilhete. A presença de prisioneiros libertados da cadeia de Cuiabá às vésperas do rompimento também é comprovada em outras fontes. Estigmatizados no “papel anônimo” como “rusguentos conhecidos por tais, sem Lei, sem mais nada”, estes presos incluíam condenados como “cabeças” de grandes mobilizações de soldados e oficiais inferiores entre 1831 e 1832¹³.

Porém, se é possível afirmar com alguma segurança que Corrêa da Costa não teve um papel de comando na Rusga e que, de outra parte, o tenente Costa foi uma de suas lideranças, é muito mais difícil precisar o envolvimento da maioria das autoridades provinciais. Em algum ponto entre a coação e a colaboração, homens como o vice-presidente João Poupino Caldas, o juiz de direito e chefe de polícia Pascoal Domingues de Miranda e o comandante da guarda nacional e conselheiro de governo tenente-coronel

¹⁰ Os dados do censo foram organizados e apresentados por Ron SECKINGER. *Politics in Mato Grosso, 1821-1851*. PhD, University of Florida, 1970. Já a estimativa de 1834 não é fruto de uma coleta sistemática de dados e consta de cartas do vice-presidente João Poupino Caldas redigidas durante a Rusga. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* Docs. 11 e 12 (v. 2, p. 356-358).

¹¹ A estimativa de que haveriam cem nascidos em Portugal na província é de Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19)

¹² Trata-se do “adotivo” Miguel José Antunes, salvo pela interferência de Sebastião Rodrigues da Costa, após implorar pela vida. Depoimento de José Mariano de Campos Maciel “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 140.

¹³ “Sessão extraordinária de 10 de maio de 1834”. *RIHGMT*, tomos XXV-XXVIII, 1931-1932. p. 171.

Caetano da Silva Albuquerque foram acusados de serem lideranças na perseguição e assassinato dos nascidos em Portugal.

As acusações aparecem em processos abertos em Cuiabá e em Goiás, com características bastante distintas, sendo alguns deles também tidos por líderes da Rusga num panfleto assinado sob pseudônimo e publicado no Rio de Janeiro em 1835. O *Manifesto* do “Amigo da Justiça” defendia alguns réus, incluindo o juiz de direito e o comandante da guarda nacional, acusando Poupino Caldas de ser o principal responsável por aqueles crimes¹⁴. Quanto aos processos, ao menos dois foram abertos em Cuiabá, no final de 1834. Um deles, “contra os autores, e cúmplices concorrentes para o sistema republicano”, é mencionado em algumas fontes, mas não foi encontrado durante esta investigação e é possível que não exista mais¹⁵. Já o sumário-crime “sobre os cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente [ano] e suas consequências”, instaurado em Cuiabá no dia 2 de novembro e publicado por Elizabeth Madureira Siqueira, é o mais extenso e detalhado conjunto documental conhecido a narrar aqueles acontecimentos¹⁶.

Antes que estes processos tivessem início, cinco depoimentos foram prestados em Goiás por homens que fugiram de Cuiabá entre a noite de 30 de maio e os primeiros dias

¹⁴ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8. Publicado como “Acontecimentos da Rusga” in RIHGMT, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 155-178. Incluído também em Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 2, p. 552-580.

¹⁵ Uma certidão a respeito dos processos abertos em Cuiabá e em Diamantino, envolvendo uma das vítimas fatais da Rusga, José Joaquim Ramos e Costa, transcreve a lista de condenados do processo “contra os cabeças ou autores do sistema republicano”. 14 dos 20 nomes foram condenados também no sumário crime cujo conteúdo é conhecido. Os condenados listados eram: Antonio Luís Patrício da Silva Manso, Pascoal Domingues de Miranda, Brás Pereira Mendes, José Jacinto de Carvalho, Bento Franco de Camargo, José Alves Ribeiro, Caetano Xavier da Silva Pereira, Sebastião Rodrigues da Costa, Filipe Manuel de Araújo, João Manuel Vieira, Francisco Manuel de Araújo, Eusébio Luís e Brito, João Manuel da Silva, Antonio José Rodrigues, José Ferreira da Silva, Caetano da Silva Albuquerque, Antonio Rodrigues Itonamas, Luís Soares Viegas, João Ferreira Mendes, Claudino Alves Carnaúba. (Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit., v. 2, doc. 94, p. 509.) Uma certidão incorporada ao sumário-crime (Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit., v. 1) menciona que um dos réus foi também “pronunciado em um sumário que se procedeu em consequência da denúncia dada pelo promotor público contra os autores, e cúmplices concorrentes para o sistema republicano, aos vinte e oito de fevereiro de mil oitocentos e trinta e cinco”. O processo é referido também quando da incorporação de uma carta, que parece ter servido como prova em ambas as investigações. Neste caso, fala-se de uma “devassa [...] contra os principais membros do clube republicano que existiu nesta cidade”. O “clube republicano” era, provavelmente uma referência à Sociedade dos Zelosos da Independência, sediada em Cuiabá, sobre a qual trataremos adiante. Uma “Relação dos pronunciados na sedição de 30 de maio”, datada de 10 de outubro de 1834, trazia uma lista de nomes muito diversa daquela do sumário-crime, mas que talvez reúna investigados em mais de um processo, incluindo aqueles relativos a roubos e assassinatos. A relação consta de uma carta do presidente de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro ao presidente de São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar, e tinha a finalidade de solicitar a prisão dos que chegassem àquela província foragidos. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit., v. 2. Doc. 51. p. 414-416.

¹⁶ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. O auto-sumário crime está transcrito integralmente no volume 1 da dissertação. Os demais volumes incluem mais 149 documentos sobre a Rusga (v.2) e um dicionário biográfico das pessoas mencionadas nas fontes (v.3).

de junho, temendo serem mortos¹⁷. Ao menos dois deles eram “adotivos”, outro era a principal liderança política identificada como “caramuru” na província¹⁸. Tais depoimentos, de homens que não estavam se defendendo de qualquer acusação e que presumivelmente não tinham razões para livrar os que considerassem culpados pela morte de amigos e aliados políticos e pelo roubo de suas casas e lojas, não deixam de trazer dúvidas sobre a coação ou a colaboração de algumas autoridades. Assim, ao tratar das ordens emitidas para que fossem mortos os “adotivos” no interior da província, os depoentes ignoravam se quem as havia expedido era “o governo ou os comandantes da rusga”¹⁹. Sendo perguntados sobre quem eram os “cabeças” dos crimes de 30 de maio, suas respostas variam bastante e não necessariamente remetem ao que ocorreu durante a Rusga, pois incluem suspeitas ligadas a episódios anteriores de hostilidade a “adotivos” e “caramurus”.

Para analisar a ação dos rebeldes a partir desses documentos é preciso estar atento a especificidades de seu vocabulário. “Cabeça” era um termo jurídico, presente em quatro artigos do Código Criminal de 1830, relativos aos crimes de rebelião, sedição, insurreição e ajuntamentos ilícitos²⁰. Contudo, a legislação não definia critérios para caracterizar os “cabeças” em nenhum desses crimes, o que podia dificultar o enquadramento legal por parte de juízes, promotores e jurados. Segundo um dicionário de 1832, “cabeça” era “chefe, autor, indivíduo capital”, definições que podem remeter à autoridade exercida sobre outras pessoas, mas também à concepção e elaboração de um plano, ao caráter insubstituível de seu papel nos crimes, dentre outros sentidos²¹. Seguindo a narrativa dos acontecimentos da noite de 30 de maio de 1834, começemos por definir a atuação daqueles que teriam exercido um papel de mando naquela noite – ou seja, os “chefes”, um dentre muitos sentidos do termo “cabeça”.

¹⁷ O inquérito goiano foi publicado na revista do IHGMT (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141) e também em Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 2. Doc. 52, p. 417-429.

¹⁸ Como veremos adiante, “caramuru” era a denominação de um “partido” geralmente identificado a tendências antiliberais, bem como ao alinhamento com o reinado de d. Pedro I, encerrado com a Abdicação, em 1831. Contudo, o rótulo partidário era atribuído por adversários a indivíduos que não necessariamente tinham essas posições políticas.

¹⁹ IHGMT (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141). A citação é do depoimento de Francisco Manuel Vieira.

²⁰ “Código Criminal de 1830”. *Coleção de Leis do Império*.

²¹ Luís Maria da Silva PINTO. *Dicionário da Língua Brasileira*, Ouro Preto. Tipografia de Silva, 1832.

Rusga de sangue: o comando e o plano do Trinta de Maio

A mobilização armada teve início no Campo de Ourique, ponto de reunião da guarda nacional na cidade²². Neste local foi organizada a tropa e feita a distribuição dos cartuchos. Antes das sete da noite já havia aglomeração de pessoas, pois segundo uma testemunha, foi nesta hora que o vereador e conselheiro de governo Bento Franco de Camargo desistiu de tentar convencer “a gente” reunida a fazer o rompimento “de madrugada, e não de noite”, o que “o grupo não quis”²³. O réu João Manuel de Araújo apontou como sendo os “repartidores” dos cartuchos o sargento da guarda nacional Luís de França Limeira e o cadete Antonio José Rodrigues. Outro acusado, o corneta-mor da guarda nacional Antonio da Silva Pamplona, apontou o primeiro e outros cinco homens como responsáveis pela distribuição.²⁴ Após se defender de graves acusações a respeito dos assassinatos, Pamplona concluiu que “a sua infelicidade” era devida à família de Antonio Santos Velho, “causadora da Revolução”, pois foi em sua casa que se “fez cartuchos para ela”, com pólvora roubada “da nação”, conduzida “dentro de um saco com milho.”²⁵ A família mencionada incluía pelo menos três filhos de Santos Velho, além de seu genro, o tenente Sebastião Rodrigues da Costa.

Dividida sob o comando de dois oficiais, a guarda nacional reunida e armada no Campo de Ourique se dirigiu ao quartel da cidade, que naquele momento estava sob controle da guarda municipal. Segundo uma carta atribuída ao ajudante Eusébio Luís de Brito, que comandou uma das colunas, chegando o grupo silenciosamente ao destino, “meditou-se o cerco do quartel e no primeiro assalto felizmente apoderamo-nos dele, porque eram todos amigos, que tinham iguais sentimentos”. A mobilização teve início no “dia Trinta de Maio às oito horas da noite”. Nos termos da carta que serviu de prova para

²² Em sua justificação, João Ferreira Mendes afirmou que compareceu à reunião porque, “em qualidade de tenente das guardas nacionais deste município, na noite de 30 de maio estando quieto, e pacificamente em sua casa, depois de um estrepitoso [sic] toque de rebate, concorreu para o lugar marcado para a parada do seu corpo”. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 266.

²³ Depoimento de João de Moraes e Sousa. Outra testemunha (Gregório Ribeiro do Nascimento) reitera que Camargo “foi ao campo do ourique, assistir à reunião dos guardas nacionais, antes do rompimento”. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 137 e p.223.

²⁴ Depoimentos de João Manuel Vieira e de Antonio da Silva Pamplona. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p.247-251. Os “repartidores” eram, segundo Pamplona, Francisco Manuel de Araújo, Antônio Nog [?], João Manuel Araújo, Filipe Manuel de Araújo e Francisco Pereira Padilha

²⁵ Depoimento de Antonio da Silva Pamplona. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p.249-251.

a condenação de Brito e de outros réus, foi neste momento que “arvorou-se nesta Cidade o pendão do patriotismo”²⁶.

Um “então soldado da guarda municipal” relatou que estava no quartel, num grupo de “vinte praças em os seus quartos deitados na noite do dia trinta de maio, sendo nove horas mais ou menos”, quando

[...] viu um grande rumor de gente, e saindo ele testemunha a indagar, viu o tenente Sebastião Rodrigues da Costa, com um grande número de homens armados, e imediatamente chega o ajudante Eusébio Luís de Brito com outro grupo da mesma forma, os quais no mesmo momento tomaram conta do quartel, que estava unicamente com sete armas, e estas descarregadas e sem pedras²⁷

Segundo o depoimento, com a tomada do quartel sentinelas passaram a vigiar “tanto na porta como pelos cantos das ruas”. Em seguida, tiraram “três peças de artilharia, que postaram na frente do quartel” e “expediram várias escoltas pelas ruas.” Por fim, “mandaram tocar rebate e consecutivamente o fogo e saque”²⁸.

As testemunhas concordam que, após a tomada do quartel, “escoltas” (ou “patrulhas”, nos termos do *Manifesto* e de alguns depoimentos) se posicionaram e aguardaram o toque do “rebate” e “fogo”, dando início ao arrombamento e ao saque das casas e lojas pertencentes a “adotivos”, como também aos primeiros assassinatos. O corpo de delito do processo cuiabano avaliou os danos materiais em treze residências e estabelecimentos comerciais, que no geral tiveram as portas arrombadas com “alavancas” e as rótulas das janelas quebradas “a coice de armas”, sendo também notados buracos de balas nas paredes. Os prejuízos foram calculados no processo em mais de 130 contos de réis, valor muito superior à receita anual da província²⁹. Contudo, somadas as referências

²⁶ A carta foi apreendida pelo comandante das armas na cidade de Mato Grosso e incorporada como prova ao auto-sumário crime. Na carta, o tenente comemora a vitória da mobilização e relata diversos assassinatos, inclusive assumindo a responsabilidade por alguns deles. O fato de Brito ter alegado posteriormente ter sido vítima da manipulação de João Poupino Caldas sobre o processo impõe a necessidade de não tomar como certa a autoria da carta. Contudo, mesmo na hipótese de não se tratar de uma carta escrita por Brito, a narrativa não poderia ser inverossímil, dado que neste caso a intenção seria a de servir como prova judicial. Eusébio Luís de Brito a José Manuel Alves Ferreira, 15 de junho de 1834. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 198.

²⁷ Depoimento de José Delfino de Almeida. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 233.

²⁸ Depoimento de José Delfino de Almeida. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 233.

²⁹ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 141-143. Os dados organizados por Romyr Conde GARCIA (*Mato Grosso, 1800-1840: Crise e Estagnação do Projeto Colonial*. São Paulo: FFLCH – USP, 2003. p. 313) indicam que a receita anual da província variou bastante entre 1800 e 1840,

em depoimentos a outros episódios na cidade, nos “subúrbios” e nas áreas rurais, foram ao menos quarenta propriedades roubadas sob o impulso imediato da Rusga.

As operações que prepararam o saque e os assassinatos foram executadas sob o comando de oficiais da guarda nacional. O responsável por anunciar o rompimento foi, segundo as diversas versões, o corneta-mor Antonio da Silva Pamplona, que em seu depoimento alegou estar sob as ordens do tenente Sebastião Rodrigues da Costa, que por sua vez estaria respondendo ao major Caetano Xavier da Silva Pereira. Pamplona afirmou ter sido “entregue” a Silva Pereira, que se achava “montado em um cavalo, e com um lenço branco atado ao rosto”. Além do argumento de que cumpria ordens de seus superiores, o corneta-mor alegou que hesitou em prosseguir com o grupo, mas tornou-se por esta razão suspeito de ser “caramuru” e foi mantido sob “vigilância” de seus superiores durante a ação. Em suas palavras, o que ele “fazia era tocar o rebate e fogo na corneta, de ordem do tenente Sebastião”.³⁰

Segundo o *Manifesto* publicado em defesa de alguns acusados de serem “cabeças” da Rusga, foi “às 10 horas da noite mais ou menos” que “apareceu a horrível sedição, e massacres”:

Duas coluna compostas de pouco mais de 20 homens cada uma, comandadas pelo Tenente Sebastião Rodrigues da Costa, e o Ajudante Eusébio Luís de Brito se dirigiram ao Quartel dos Municipais Permanentes, onde existiam 50 praças, as quais naquela noite estavam sob a vigilância do seu Furriel João Leme do Prado, porque o Capitão estava em sua casa, e o Sargento dormindo no mesmo Quartel: ali foram recebidas sem a menor resistência, e por aquele Furriel foi entregue a chave do armamento, e cartuchame, sendo neste ato apreendido o Sargento para não ir dar parte ao Capitão. Distribuíram-se armamentos, e cartuchames por aqueles que faltavam, postaram-se 3 peças na frente do Quartel, e foram destacadas patrulhas pelas casas dos adotivos, que foram atacadas inesperadamente.³¹

Como se percebe, diversas fontes relatam que vinte dias após a sessão extraordinária na qual se discutiu a iminência de uma “rusga”, o tenente da guarda nacional Sebastião Rodrigues da Costa comandou uma das colunas que deram início à execução de um plano contra os “adotivos”. Por ter cumprido uma função de comando numa mobilização testemunhada por boa parte da população da cidade, ele foi apontado quase unanimemente como um dos “cabeças”. O mesmo ocorreu com o ajudante Eusébio Luís

sobretudo em razão das oscilações no acesso a recursos do poder central, sendo que o maior valor, relativo ao ano de 1827, foi de 107 contos de réis.

³⁰ Depoimento de Antonio da Silva Pamplona. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p.249-251.

³¹ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

de Brito que comandou a outra metade da tropa desde o Campo de Ourique. Além deles, foram mencionados na maior parte dos depoimentos os ocupantes dos postos mais altos na hierarquia da guarda nacional, tenente-coronel Caetano da Silva Albuquerque, comandante da guarda em Cuiabá, e Caetano Xavier da Silva Pereira, que apesar de ser major deste corpo, era geralmente referido como sargento-mor, patente que havia alcançado nas milícias, extintas três anos antes. Diversos depoimentos acusam a presença desses oficiais do estado maior junto às tropas, mas eles podiam alegar em sua defesa que haviam perdido o controle sobre os subordinados.

Assim, no mesmo *Manifesto* anônimo que confirma o comando do tenente Costa e do ajudante Brito nas colunas que tomaram o quartel, a versão é a de que seus superiores foram surpreendidos pelo “rebate de caixas e cornetas com sinal de fogo, ao mesmo tempo acompanhado de tiros de mosquetaria, e gritos de morram os bicudos”. Segundo o panfleto, chegando ambos ao quartel, teriam gritado aos rebeldes “que se acomodassem, e se reunissem ao largo de sua parada”, mas “não foram obedecidos”. Em seguida,

[...] perguntou o mesmo Tenente-Coronel, de onde tinham saído aquelas cornetas, e por ordem de quem se tocavam àquelas horas, respondeu o Corneta-mor Pamplona, que estavam em seu poder para ensinar recrutas, e que o Tenente Sebastião Rodrigues da Costa lhe dera ordem para isso: ao mesmo tempo acode o Capitão da Guarda Municipal [Antonio Pedro de Figueiredo Falcão], pretende que os seus soldados lhe obedçam, mas não pôde conseguir.³²

Versão muito diversa consta do depoimento de um comerciante “adotivo” que teve suas propriedades saqueadas e fugiu para Goiás durante o rompimento. Segundo ele, o tenente-coronel Silva Albuquerque

[...] tomou o comando do Quartel juntamente com o segundo comandante, o Sargento-mor Caetano Xavier da Silva Pereira, e tendo assim debaixo de suas ordens os corpos da Guarda Nacional, Municipais e Ligeiros expediram as patrulhas na noite de 30 de Maio pelas onze horas da noite pouco mais ou menos com toques de cornetas e caixas e com grande rumor de vozerias pelas ruas, arrombando as portas das casas dos negociantes com machados, alavancas e tiros de arcabuzes³³

Neste e em outros relatos, percebe-se a presença de guardas municipais e de militares do corpo de ligeiros na tropa rebelde. Ao que parece, houve adesão de indivíduos dos dois corpos, que passaram ao comando dos oficiais da guarda nacional.

A carta atribuída ao tenente Brito afirma que foi “em silêncio” que se dispôs a “escolta por toda a cidade” e se guarneceu “as embocaduras”, com três peças de artilharia

³² “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

³³ Depoimento de Bernardo José Vieira no inquérito de Goiás. IHGMT (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141)

“à frente do quartel, e flancos”. Segundo o documento, em cada uma das casas dos “vis, e infames bicudos” considerados como os “mais assinalados, como Vaz Guimarães, Francisco Manuel Vieira, Lima, Duarte, Pinheiro, etc.” foi postada uma “escolta pela frente e retaguarda, tudo isto pronto em menos de um quarto de hora e sem que nos sentissem as autoridades principais”. Em seguida, “rompe-se um furioso rebate para sinal do ataque nos pontos.”³⁴

Já Francisco Xavier das Fontes, ourives que residia em Cuiabá, disse que estava em casa “com mais algumas pessoas em divertimentos”, quando “ouviu tocar um violento rebate das nove para as dez horas”. Em sua versão, ele pensou se tratar, de “queima ou incêndio em alguma casa”, mas “estando quase perto do quartel ouviu vários e repetidos tiros de arcabuzes, acompanhados de gritos = morram bicudos e caramurus”³⁵. Fontes afirmou ter encontrado no quartel

[...] o tenente-coronel Caetano da Silva Albuquerque, o sargento-mor Caetano Xavier da Silva Pereira, o ajudante Eusébio Luís de Brito, o tenente Sebastião Rodrigues da Costa, o alferes Manuel José de Araújo e outros muitos que ele testemunha os viu expedindo ordens para o fim de reduzirem em estado deplorável esta cidade³⁶

O ourives era também o “encarregado do trem de guerra”, onde havia “muito armamento, que estava preparado”, e o tenente-coronel Albuquerque lhe teria dito “abra o trem, e arme toda esta gente, senão há de se arrombar”. Temendo que, caso resistisse, “viria a morrer porque passariam a tê-lo por um caramuru como já principiava a vozear nesse momento”, Fontes teria mandado buscar a chave e feito “entrega de vinte nove armas”³⁷.

Apesar de ter assumido que abriu o trem de guerra, o ourives parece não ter sido acusado de conivência em nenhum momento nos processos abertos para apurar os crimes do Trinta de Maio. Seu depoimento foi prestado na condição de testemunha e não de réu, mas sua narrativa reitera insistentemente uma situação de coação. Esta alegação foi o

³⁴ Eusébio Luís de Brito a José Manuel Alves Ferreira, 15 de junho de 1834. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 198.

³⁵ Depoimento de Francisco Xavier das Fontes. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 216.

³⁶ Depoimento de Francisco Xavier das Fontes. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 216.

³⁷ Depoimento de Francisco Xavier das Fontes. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 216.

principal argumento dos que tiveram algum grau de participação naqueles episódios. Isso vale para Pamplona, que anunciou a Rusga, como também para aqueles que assumiram ter composto uma das duas colunas que tomaram o quartel ou alguma das diversas escoltas que cercaram as casas dos “adotivos”, esperando o sinal da corneta. A coação viria ou de superiores hierárquicos ou de grupos de homens armados que “vozeavam” que quem não tomasse parte naqueles atos era suspeito de ser “caramuru”.

Mas também alguns dos superiores hierárquicos civis e militares alegaram, cada qual com sua narrativa dos fatos, terem sido coagidos. Mesmo os que não se tornaram réus tiveram a preocupação de esclarecer episódios que pudessem indicar colaboração com os crimes, incluindo em suas falas as ameaças que teriam recebido e as atitudes de insubordinação de seus comandados. No decorrer dos processos e de sua contestação pelo *Manifesto*, a suspeita pairou sobre quase todas as autoridades que estavam presentes na cidade no momento em que foi tocado o rebato. As exceções são o conselheiro de governo e comandante da guarda municipal, capitão Antonio Pedro de Figueiredo Falcão, que foi destituído naquela noite, além do bispo de Cuiabá.

Todas as narrativas encontradas sobre a noite de 30 de maio que mencionam o bispo d. Antonio José dos Reis descrevem-no tentando interromper o saque e os assassinatos e ajudando outras autoridades a convencer os rebeldes a retornarem ao quartel. A tentativa do bispo de Cuiabá de “apaziguar o motim” é descrita em depoimentos dos dois processos e também no *Manifesto*, mas as narrativas variam bastante. Bernardo José Vieira - um dos “adotivos” que fugiu para Goiás, onde prestou depoimento -, afirmou que

[...] querendo o Excelentíssimo Senhor Bispo atalhar [o rompimento] no seu princípio com rogativas e palavras santas, de joelhos e com uma Imagem do Senhor Crucificado, nada pôde obter antes sofreu dos rusguentos os maiores insultos, o que tudo disse ele depoente por estar dentro da cidade de Cuiabá, quando rebentou a rusga.³⁸

A carta atribuída a Eusébio Luís de Brito também descreve a cena. Segundo ele,

[...] achando-se nosso Excelentíssimo Bispo em frente do Povo para acomodar, nada pôde conseguir, porque a Soberania Nacional residia na massa popular, pois quantos se reuniam, eram a favor da causa, de modo que em uma hora tínhamos mais de oitocentos homens.³⁹

³⁸ ³⁸ Depoimento de Bernardo José Vieira no inquérito de Goiás. *IHGMT* (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141)

³⁹ Eusébio Luís de Brito a José Manuel Alves Ferreira, 15 de junho de 1834. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 198.

José de Melo e Vasconcelos, que era juiz de paz e conselheiro de governo no momento da eclosão da Rusga, chegou a ser mencionado como “cabeça” em ambos os processos, mas depôs apenas como testemunha. Ele afirmou ter ido

[...] à casa do Excelentíssimo Bispo, onde achando-o vestido, foram ao quartel a ver se acomodavam aos anarquistas, porém ao contrário sucedeu, porque em vez de acomodarem se dirigiam afrontas, e saindo depois o Excelentíssimo Bispo pelas ruas a acomodar as escoltas, que por elas vagavam, estando ele testemunha muito cansado por ter vindo como já disse do porto geral, com violência e noite escura, seguiu para o palácio, por ser um dos conselheiros, a esperar a sessão, que devia abrir para tomar medidas preventivas sobre as atrocidades, e aí achou já Caetano da Silva e Albuquerque, Caetano Xavier da Silva Pereira, Bento Franco de Camargo, e o Doutor Pascoal Domingues [de Miranda]⁴⁰

Já Gregório Ribeiro do Nascimento disse “que vindo o excelentíssimo bispo ao quartel admoestar os sediciosos, estes não o atenderam em coisa alguma, antes passaram a dirigir-lhe insultos, assim como ouviu dizer que o vice-presidente também recebera”⁴¹. Segundo ele e outras testemunhas, Poupino Caldas acompanhou o bispo na tentativa de refrear os saques e assassinatos. O depoimento de Francisco Xavier das Fontes reafirma a presença do juiz de paz, mencionando também o vice-presidente:

[...] viu ele testemunha chegar à frente dos desorganizadores o Excelentíssimo Bispo, o vice-presidente João Poupino Caldas [e] o juiz de paz do primeiro distrito José de Melo e Vasconcelos, admoestando aos sobreditos para que deixassem da sua tentativa, ao que por nada estiveram, a ponto de Antônio Rodrigues Pais levar a arma com que estava a frente para fazer tiro ao vice-presidente, e sendo por alguns privado passou a dirigir-lhe os insultos mais atroz, e o excelentíssimo bispo nesta mesma ocasião sofreu insultos dirigidos por todos os desorganizadores, e com especialidade por Francisco Manuel de Araújo, e Francisco Pereira Padilha que diziam = vá cuidar na Igreja, e em rezar, e não se importe com os nossos feitos = e o Francisco Manuel chegou a dizer = não nos venha cá dar leis, pois não há lei, não há nada⁴²

Em seu depoimento, o oficial da secretaria de governo Manuel do Espírito Santo afirmou que também compunha o grupo que tentava “apaziguar os homicídios, roubos, insultos perpetrados pelas tropas nacionais e municipais, ou alguma parte delas, que se

⁴⁰ Depoimento de José de Melo e Vasconcelos. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 190.

⁴¹ Depoimento de Gregório Ribeiro do Nascimento. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 222.

⁴² Depoimento de Francisco Xavier das Fontes. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 216.

reuniram para este crime”. Segundo ele, “não podendo pacificar completamente, se recolheram ao palácio”, com exceção do bispo.⁴³

O *Manifesto* que atribuía parte da culpa pelos crimes a Poupino Caldas, não deixou de mencionar sua presença no episódio, reafirmando ainda a ameaça de Antonio Rodrigues Pais ao vice-presidente. Nesta narrativa, o comandante da guarda nacional, tenente-coronel Caetano da Silva Albuquerque (tido por “cabeça” da Rusga no processo cuiabano e pelas testemunhas de Goiás, mas defendido no panfleto), teria procurado Poupino Caldas em sua casa, mas

[...] não o achou porque tinha se dirigido à residência do Excelentíssimo Bispo a pedir-lhe para que por seu respeito fosse acomodar aqueles homens, e sem embargo do perigo que podia correr, saiu sua Excelência Reverendíssima, foi ao Quartel acompanhado de muitos oficiais, e pessoas que se lhe uniram; pôde apenas contê-los, dando Vivas à Constituição, à Lei, e ao Senhor Dom Pedro 2º e dirigindo-se pelas ruas os fez retrogradar para o mesmo Quartel, sem que pudesse mais evitar os estragos feitos nas lojas dos adotivos, onde os malvados se encaminharam primeiramente, logo que soou o rebate. Sua Excelência Reverendíssima recolheu-se a sua casa, e o Vice-Presidente para o Palácio, e mandou chamar, além dos Conselheiros do Governo, o Doutor Juiz de Direito, o Juiz Municipal, os Juizes de Paz do 1º e 2º Distritos, e o Promotor Público, todos debaixo de escolta, sendo já meia noite⁴⁴

A ameaça sofrida por Poupino Caldas é narrada, mas com um sentido bem diverso dos testemunhos que tendiam a inocentá-lo. Segundo o *Manifesto*,

[...] houve uma contestação com o Vice-Presidente na frente do Quartel, suscitado por um cadete Antônio Rodrigues Pais, que lhes dirigiu as palavras seguintes: Vossa Excelência para que nos quer outra vez atraiçoar, como em 7 de Dezembro de 1831. O Vice-Presidente responde-lhe, que pela sua comenda não faria tal, e prometia que nenhum mal havia de acontecer; ao que respondeu-lhe o cadete: e quando Vossa Excelência obre o contrário, com uma bala arrancarei a comenda.⁴⁵

Como demonstrado em outro momento, na sedição de 7 de dezembro de 1831 Poupino Caldas fora aclamado pelas tropas que destituíram todos os “adotivos” dos postos civis e militares que ocupavam. Graças à mobilização, ele assumiu o comando das armas, até então exercido por Jerônimo Joaquim Nunes. Naquele contexto, cartas na imprensa acusavam a existência de uma “mão oculta” a prometer impunidade aos soldados e oficiais inferiores que protagonizaram a mobilização e, de acordo com as

⁴³ Depoimento de Manuel do Espírito Santo. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 155.

⁴⁴ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

⁴⁵ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

menções àquele fato no *Manifesto*, esta mão era a de Poupino Caldas. Os homens tidos por “cabeças” daquela sedição foram presos em diferentes momentos entre 1832 e 1833 e alguns deles foram libertados às vésperas da Rusga, como veremos adiante. Antonio Rodrigues Pais não estava entre esses presos, mas a narrativa sugere que ele era um dos sediciosos do Sete de Dezembro. Talvez se tratasse de um dos acusados que foram libertados legalmente pelo júri que, segundo o comandante das armas, absolvera “todos os criminosos de sedição, que foram levados como em triunfo da cadeia a assentar praça na guarda nacional”.⁴⁶

Tanto nos processos, quanto no *Manifesto*, as narrativas têm a intenção de demonstrar a inocência ou a culpa de determinados indivíduos, sendo que, em se tratando da tentativa do bispo de refrear o movimento, é perceptível que cada testemunha descreveu o grupo que o acompanhava destacando a participação de um ou outro personagem. Da mesma forma, a presença de Poupino Caldas e a ameaça de Antonio Rodrigues Pais podem servir tanto para atestar a inocência do vice-presidente, que estaria coagido, quanto para sugerir sua cumplicidade, já que haveria uma garantia anterior de impunidade. Em ambas as versões o vice-presidente estaria sob ameaça, mas no caso do *Manifesto* esta coação era antecedida por um acordo entre os “rusguentos” e o ocupante do poder executivo.

Ainda que os depoimentos sejam bastante divergentes, é possível perceber algumas características da mobilização armada da noite de 30 de maio que perpassam essas narrativas. Tendo como principal objetivo estabelecer culpas individuais, esses documentos não podiam ser inverossímeis na narrativa mais ampla do episódio. Neste sentido, importa notar que eles quase não divergem, por exemplo, quanto aos horários e locais dos acontecimentos, quanto aos “vivas” e “morras” dados pelos “rusguentos”, ou ainda no que tange ao toque de corneta dado por Antonio da Silva Pamplona. Estes testemunhos também não divergem quanto à grande presença de guardas nacionais, junto a um número menor de municipais, de soldados regulares e de pessoas do “povo” naquele episódio. Ao contrário do que ocorrera na sedição de 7 de dezembro de 1831 – e isso independentemente do papel de Poupino Caldas nos dois movimentos –, a “tropa” do Trinta de Maio não era formada majoritariamente por soldados e oficiais inferiores da primeira linha, até porque, como vimos em outro momento, eles haviam sido expulsos de Cuiabá em 1832. Segundo o comandante das armas, havia apenas 23 soldados e oficiais das tropas regulares na cidade no momento da eclosão da Rusga.⁴⁷

⁴⁶ “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834”. AN IG1 229.

⁴⁷ “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834” AN IG1 229

Dentre os dezenove condenados como “cabeças” no processo cuiabano, treze foram descritos na sentença como sendo “oficiais, oficiais inferiores e soldados do batalhão dos guardas nacionais”, incluindo o comandante e outros membros do estado maior⁴⁸. Quatro oficiais foram apontados pela maior parte das vinte testemunhas e constam também dos depoimentos dados pelos alvos da Rusga que chegaram a Goiás. Trata-se dos já mencionados tenente-coronel Caetano da Silva Albuquerque (citado por 16 testemunhas), major Caetano Xavier da Silva Pereira (15), ajudante Eusébio Luís de Brito (15) e tenente Sebastião Rodrigues da Costa (14). Nesses casos, o caráter público da atuação dos oficiais no comando da tropa, tanto naquela noite como nos desdobramentos posteriores, sustentou a condenação. Sua inclusão dentre os condenados se dava por serem “chefes”, um dos sentidos do termo “cabeça”.

Contudo, há evidências de que não se tratava de uma guarda nacional constituída conforme previsto pela lei que a instituía. Como vimos, o bilhete de 10 de maio acusava o tenente Costa não só de libertar prisioneiros, mas de lhes assentar “praça na 1ª Companhia da Guarda Nacional” e, ao mesmo tempo, de desarmar os “adotivos” sob seu comando. A decisão sobre a suspensão da guarda nacional em Cuiabá, Diamantino e Poconé durante a repressão à Rusga menciona como motivação para a medida, além de sua atuação na “fatal noite de 30 para 31 de maio”, o alistamento de “pessoas que a lei exclui por falta das rendas exigidas e boa conduta moral”⁴⁹. Ao que parece, o corpo que a princípio seria formado por cidadãos aptos ao voto, sem distinção de local de nascimento, incluía tanto foragidos, quanto homens sem renda para votar, enquanto excluía os “adotivos”. Como vimos anteriormente, esta não foi a única ilegalidade cometida pela guarda, que já tinha se manifestado politicamente e libertado ao menos um preso antes do Trinta de Maio.

Para além do protagonismo da guarda nacional, a narrativa dos primeiros movimentos da Rusga permite perceber que as operações propriamente militares (a reunião da tropa, a distribuição dos cartuchos, a tomada do quartel, o posicionamento das escoltas e o toque do rebate) foram executadas de forma bastante organizada, não se confundindo com a ação de uma multidão descontrolada que, apenas em parte, respondia pelo que veio a ocorrer após o toque da corneta. Na verdade, os primeiros passos do plano

⁴⁸ Sentença. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 234.

⁴⁹ “Sessão extraordinária de 25 de novembro de 1834”. APMT - Avulsos Guarda Nacional e Guarda Municipal (1832-1840).

foram dados antes daquela noite, desde a libertação de presos, passando pelo extravio da pólvora e pela fabricação dos cartuchos. A necessidade de contar com um grande contingente de homens predispostos a aderir ao plano (os que pegaram em armas para a tomada do quartel somavam entre 50 e 80 praças, divididos em duas colunas) havia alimentado rumores de que se preparava um rompimento. O vazamento de informações agravou o ambiente de apreensão e a difusão de boatos a respeito de uma “rusga”, o que permitiu a fuga de diversos “adotivos”. Como vimos, a 10 de maio detalhes do plano chegaram até o presidente, ainda que um conselho parcialmente formado por implicados na trama tenha decidido não dar “consideração alguma ao dito papel”⁵⁰.

A “tropa” que deu início à Rusga cumpriu um plano elaborado, ainda que evidentemente os comandantes não pudessem prever ou controlar tudo o que se sucederia ao toque do rebate. Não se tratava de um plano que colocava a ameaça armada diante do poder público para coagi-lo a atender alguma exigência, como ocorrera em 7 de dezembro de 1831. O Trinta de Maio se diferencia das mobilizações anteriores não apenas pela pequena importância das tropas regulares, mas também porque as mortes de pelo menos alguns “adotivos” já estavam previstas⁵¹. Dentre outras fontes, pode-se mencionar o “papel anônimo” que especificava que esta “rusga” era “de sangue”; os depoimentos de testemunhas que davam conta de que muitos dos assassinatos foram cometidos pelas mesmas escoltas que tomaram o quartel, sem que houvesse perda de controle por parte dos oficiais; além da carta atribuída a Eusébio Luís de Brito, que afirma ter havido uma “deliberação de grande pega” antes do rompimento, sem especificar quando esta decisão teria sido tomada⁵².

⁵⁰ “Sessão extraordinária de 10 de maio de 1834”. *RIHGMT*, tomos XXV-XXVIII, 1931-1932. p. 171.

⁵¹ Como já notaram Valmir Batista Corrêa e Ron Seckinger, não se sustenta a ideia de que as mortes da noite de 30 de maio foram consequência da perda de controle dos comandantes sobre a “soldadesca” ou a “plebe”, interpretação presente em diversas narrativas, principalmente aquelas ligadas ao IHGMT na primeira metade do século XX. Por exemplo, para Firmo Rodrigues, “a tropa amotinada e o populacho alcoolizado se entregaram pelas ruas de Cuiabá ao saque e ao morticínio”, a despeito do que fora planejado pelas lideranças, sendo “impossível aos chefes do movimento conter a turbulência e desenfreamento de uma tropa desorganizada”. As citações diretas são de Firmo Rodrigues, mas a leitura é bastante semelhante, nesse aspecto, a outros textos publicados entre as edições do centenário e do sesquicentenário do movimento na revista do *RIHGMT*. Tomos XXXI-XXXII (1934) e CXXI-CXXII (1984). Valmir Batista CORRÊA. *História e violência em Mato Grosso, 1817-1840*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000. p. 101. Ron SECKINGER. *Politics in Mato Grosso, 1821-1851*. PhD, University of Florida, 1970. Chapter VI.

⁵² Como veremos adiante, a versão da carta, que era a dos rebeldes, legitimava a Rusga como reação a um plano dos “adotivos” de assassinar os comandantes da guarda nacional. No trecho mencionado, o tenente Brito relatava que diante dessa suspeita, houve uma “deliberação de grande pega”, resultando na reunião no Campo de Ourique. Eusébio Luís de Brito a José Manuel Alves Ferreira, 15 de junho de 1834. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 198.

Os réus que se defenderam de acusações em juízo, incluindo aqueles que alegaram inocência, afirmaram o caráter premeditado das mortes. Um deles, João Manuel Vieira,

[...] respondeu que se achava no quartel desta cidade, vindo do campo do Ourique, e que logo que chegou soube que o fim era para se matar os adotivos, e como de fato se matou, arrombou-se portas, e roubou-se os bens dos mesmos, e que ele réu marchou em uma escolta para a casa de José Joaquim Vaz Guimarães, que se deu princípio ao arrombamento, porém não concluíram.⁵³

Outro réu, João Manuel de Araújo “disse que se expediram escoltas para as casas dos adotivos, a fim de os matar, e que para esse fim arrombaram portas, e que houve roubos, e que ele não foi em escolta alguma”⁵⁴. Antonio da Silva Pamplona afirmou que seus superiores “passaram a dividir escoltas para assassinar os adotivos” e que ele apenas cumpria a ordem de tocar a corneta que anunciava a Rusga⁵⁵. Nesses dois últimos casos, os réus foram condenados tanto pelo crime político quanto pelo crime de roubo, sendo que os depoentes relataram sua presença tanto no quartel quanto nas casas onde os primeiros “adotivos” foram assassinados.

Não foi uma multidão descontrolada que cometeu os assassinatos num ato de fúria. Foi uma tropa organizada por oficiais da guarda nacional que colocou em execução um plano que incluía o assassinato dos brasileiros “adotivos” presentes na cidade. Através de emissários que já haviam partido antes do 30 de maio, o plano envolvia também assassinatos no interior da província, como veremos a seguir. Em Cuiabá, foi apenas depois das primeiras mortes que, reunidos os conselheiros e os magistrados, apresentaram-se a justificativa e a reivindicação atribuídas à “tropa” e ao “povo”.

Antes de prosseguir com a narrativa do que se passou após a meia noite - horário em que teve início a reunião extraordinária – importa analisar brevemente a atuação dos que foram considerados “cabeças” da Rusga, dentre outras razões, por terem sido “indivíduos capitais”.⁵⁶

⁵³ Depoimento de João Manuel Vieira. Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 247.

⁵⁴ Depoimento de João Manuel de Araújo. Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 248.

⁵⁵ Depoimento de Antonio da Silva Pamplona. Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 249.

⁵⁶ Verbete “cabeça” in Luís Maria da Silva PINTO. *Dicionário da Língua Brasileira*, Ouro Preto. Tipografia de Silva, 1832

Rusguentos conhecidos por tais: os veteranos de combate

Em termos quantitativos, os soldados e oficiais inferiores das tropas regulares tiveram uma participação secundária, senão ínfima, nas operações militares da noite de 30 de maio. Havia apenas 23 praças do corpo de ligeiros na cidade, sendo que sua presença foi pouco mencionada nos depoimentos⁵⁷. Contudo, o aprendizado acumulado na luta dos soldados e oficiais inferiores contra seus comandantes, desde 1821, foi colocado a serviço da mobilização ocorrida em 1834. Isso se deu através da participação, em funções organizativas, de militares e ex-militares, incluindo alguns daqueles que haviam sido considerados “cabeças” de sedições ocorridas em Cuiabá (1831) e Albuquerque (1832), bem como na revolta do Batalhão de Periquitos, em Salvador (1824). Homens egressos dessas experiências prepararam cartuchos e os distribuíram no Campo de Ourique, além de terem atuado como emissários, comandantes de escoltas e instrutores táticos.

A participação de prisioneiros libertados às vésperas do rompimento, acusada no bilhete de 10 de maio, de fato ocorreu. Em 25 de fevereiro de 1834, três meses antes da Rusga, havia 39 pessoas presas na cadeia de Cuiabá, sendo 4 mulheres⁵⁸. Dentre os 35 homens, dez eram soldados encaminhados a 25 de outubro de 1832, pelo crime de “sedição da fronteira”, incluindo Francisco de Toledo Piza – que, segundo depoimentos, participou de escoltas que perseguiram os “adotivos” após o Trinta de Maio⁵⁹. Havia também três militares, presos em diferentes momentos pelo crime de “sedição de 7 de dezembro” em Cuiabá, incluindo Joaquim José dos Santos, que de prisioneiro passou a sargento da guarnição após o Trinta de Maio. Em 1835, ele estava de volta à cadeia, agora condenado a “galés perpétuas”, “nas circunstâncias de arrombamentos, roubos e entradas em casas, de noite.”⁶⁰ Esta composição da população carcerária, com grande proporção

⁵⁷ “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834” AN IG1 229

⁵⁸ “Mapa de presos na cadeia municipal de Cuiabá, contendo nome, tipo de crime praticado e a autoridade responsável pela ordem de prisão referente ao ano de 1834” in Oswaldo MACHADO FILHO. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: Carlini & Carniato: EdUFMT, 2006. Anexo 4.

⁵⁹ Depoimento de Francisco Xavier das Fontes. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 216. Toledo Piza também consta da “Relação dos pronunciados na sedição de 30 de maio”, *idem.* v. 2. Doc. 51. p. 414-416.

⁶⁰ Depoimento de Francisco Xavier das Fontes. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 216. “Mapa dos réus sentenciados no Conselho dos Jurados da Cidade de Cuiabá, que solicitaram a comutação de suas penas para degredo na Vila de São João das Duas Barras, referente ao ano de 1835”. in Oswaldo MACHADO FILHO. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: Carlini & Carniato: EdUFMT, 2006. Anexo 3.

de condenados pelo crime político de sedição, era fruto de mobilizações recentes, destoando de uma relação de 1828, na qual predominavam presos por assassinatos e ferimentos, com uma proporção significativa de escravos⁶¹. Ainda que não constem das listas de presos, outros homens considerados “cabeças” da sedição de 7 de dezembro de 1831 e do movimento ocorrido em Albuquerque no ano seguinte tiveram um papel destacado após o Trinta de Maio.

A tentativa de envolver os militares sediciosos num plano de matança dos “adotivos” na província já havia sido denunciada um ano antes da Rusga. Na sessão extraordinária do conselho de governo de 15 de abril de 1833, o presidente Antonio Corrêa da Costa informara que “logo depois do meio dia um cidadão lhe fora dizer que havia uma facção que pretendia essa noite perturbar o sossego público”. Procurando o juiz de paz para adotar “medidas de prevenção, afim de frustrar-se tal tentativa” o presidente disse ter encontrado “o sargento de ligeiros João Manso Pereira que também queria falar ao Juiz de Paz ao mesmo respeito, em cuja ocasião entregou-lhe um requerimento do teor seguinte”:

Ilmo. Exmo. Sr. Dizem Vitoriano Gomes, Francisco de Sales e João Manso Pereira, sargentos da Legião de Linha desta província presos no Quartel Militar por se dizer estarem culpados na Devassa que se procedeu pelos acontecimentos que tiveram lugar na noite de 7 e em o dia 8 de Dezembro de 1831, que estando assim os suplicantes em a dita prisão, apareceu na mesma Joaquim Nonato Hyacinto, no dia de ontem pelas cinco horas da tarde, e aí convocando aos Suplicantes de parte de outros circundantes passou o mesmo a convidá-los para que fizesse[m] parte de uma conspiração em que se tratava não só respeito a deposição dos adotivos existentes nesta Cidade, como também o de quitar-lhes a vida. Apesar de horrorizar aos Suplicantes extraordinariamente uma tal proposta, por ser totalmente contrária aos seus sentimentos de honra, conceberam o projeto de prestar figurada e aparentemente seus consentimentos persuadindo que estava disposto a unir-se à mesma sociedade para melhor conhecerem a existência e segredos dela, bem como dos agentes, sendo sempre o animo dos suplicantes declarado a V.Ex. como por esta o faz, afim de que fique intacta a honra deles suplicantes, e V.Ex. haja de tomar aquelas medidas que um tão melindroso caso exige visto que se acham muitas pessoas unidas a tal sociedade, como o mesmo Nonato declarou.⁶²

Os prisioneiros afirmaram que a delação - posterior à denúncia do plano ao presidente - era motivada pela tentativa de preservar sua honra, para que “não se venha depois aparecer e sofrer outros incômodos como aqui já injustamente se acham”⁶³.

⁶¹ “Relações dos presos que se acham capturados na cadeia desta cidade por ordem da justiça, 27 de setembro de 1828”. AN IJ1 917

⁶² “Ata da sessão extraordinária de 15 de Abril de 1833” AN IJJ9 505

⁶³ “Ata da sessão extraordinária de 15 de Abril de 1833” AN IJJ9 505

Convocados separadamente “de outros circundantes”, eram presos específicos que estavam sendo convidados para o plano, não se tratando de uma chamada a todos os detidos na cadeia. Os três estavam presos como “cabeças” da sedição de 7 de dezembro de 1831, durante a qual haviam circulado boatos de que a “soldadesca” tramava grandes roubos e massacres na cidade, ainda que na prática sua mobilização não tenha feito uso das armas senão para as salvas de tiros que deram início ao rompimento⁶⁴. Estivessem ou não implicados no plano de um massacre dos “adotivos”, que talvez já partisse da mesma “sociedade” que preparou o Trinta de Maio, apenas um deles foi citado nos depoimentos sobre a Rusga. O sargento das tropas regulares Vitoriano Gomes foi mencionado no sumário-crime aberto em Cuiabá e, com mais destaque, nos depoimentos de Goiás. Nestes documentos, seu papel era descrito como sendo o de comandante de escolta, responsável por assassinatos no interior da província⁶⁵. Já o sargento de ligeiros Joaquim Nonato Hyacinto, que teria feito o convite em abril de 1833, foi condenado por assassinato e roubo, tendo composto “uma escolta de salteadores e assassinares” na área rural de Cuiabá durante a Rusga.⁶⁶

A adesão desses sediciosos parece ter sido um passo importante para o Trinta de Maio, pois sua experiência e seus conhecimentos eram incomuns dentre os que tiveram um papel ativo no planejamento e execução das operações militares. A guarda nacional não era uma força regular, mas um corpo de cidadãos, com as mais diversas ocupações, sendo os postos do oficialato eletivos. Por exemplo, o major Caetano Xavier da Silva Pereira era comerciante com loja em Cuiabá, enquanto o tenente Eusébio Luís de Brito era professor de ensino mútuo⁶⁷. Sendo assim, o envolvimento dos prisioneiros por crime de sedição pode ter tido uma importância mais qualitativa que quantitativa na composição das forças a viabilizar a mobilização armada. Ao que parece, estes “rusguentos conhecidos por tais” eram procurados na cadeia por serem os seus conhecimentos necessários para a consecução do plano e por terem se mobilizado contra os “adotivos” em momentos anteriores.

Dentre os envolvidos na Rusga, contavam-se ao menos onze ex-soldados e oficiais do batalhão de Periquitos, incluindo o corneta-mor Pamplona, que tocou o rebato na noite

⁶⁴ Sobre a sedição de 7 de dezembro de 1831, ver o capítulo 2 desta tese.

⁶⁵ Depoimentos de Francisco Manuel Vieira e Bernardo José Vieira. Inquérito de Goiás. *Revista do IHGMT*, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141.

⁶⁶ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* Doc. 83, v. 2 p. 487-488.

⁶⁷ *Matutina Meyapontense*. Silva Pereira foi relacionado entre os donos de lojas no contexto da luta dos caixeiros de Cuiabá pela folga aos domingos (n. 62 – 21/08/1830). Brito foi descrito como professor em diversas fontes, dentre elas uma ata da câmara municipal de Cuiabá (n. 448 – 22/06/1833).

de 30 de maio⁶⁸. Além dele, importa chamar a atenção para três daqueles egressos da Guerra de Independência na Bahia e da Revolta dos Periquitos que ocupavam postos na guarda nacional ou nas tropas regulares. Luís de França Limeira, um dos repartidores da pólvora no Campo de Ourique era sargento da guarda nacional e, assim como Pamplona, terminou condenado como “cabeça” no sumário-crime. Neste caso, porém, a caracterização como “cabeça” parece se relacionar diretamente à sua função de instrutor e planejador tático. Era ele, segundo uma testemunha, quem apresentava “sempre planos para as escoltas e segurança, para que os amantes da ordem não pudessem tomar conta do quartel, e das armas”⁶⁹. Outro depoimento detalha mais a respeito de sua atuação:

[...] no quartel desta cidade por muitas e repetidas vezes [a testemunha] presenciou estar Luís de França Limeira sargento ajudante do batalhão das guardas nacionais dirigindo ou esclarecendo aos anarquistas os meios que deviam tomar para que os amantes da ordem não chegassem surpreendê-los e assenhoreassem das armas, com que eles anarquistas se achavam trazendo exemplo para isso dos sucesso da Bahia, e das guerrilhas que lá tiveram lugar, cuja influência e instruções dava a todos os oficiais do seu partido, que se achavam então no quartel, os quais eram o sargento-mor Caetano Xavier da Silva Pereira, o tenente-coronel Caetano da Silva Albuquerque, o tenente Sebastião Rodrigues da Costa, o ajudante Eusébio Luís de Brito, [e] o tenente João Ferreira Mendes.⁷⁰

Neste depoimento importa notar a acusação de que Limeira teria instruído não aos seus subordinados, mas aos seus superiores hierárquicos, incluindo o comandante da guarda nacional. Sua capacidade de atuar como planejador tático das operações militares, fundada na experiência que trazia da Bahia (provavelmente tanto na guerra de Independência, quanto na revolta dos Periquitos) o colocava num papel mais destacado do que sugeria seu lugar na hierarquia formal do corpo.

Outros dois ex-periquitos foram acusados pelo comandante das armas Joaquim José de Almeida de cumprirem um papel de emissários da mobilização na cidade de Mato Grosso. Ambos eram a ele diretamente subordinados, sendo que um deles era oficial das tropas regulares, enquanto o outro havia pertencido às milícias. Almeida e sua comitiva haviam deixado Cuiabá em serviço pelo interior da província dias antes da Rusga e os

⁶⁸ Sobre a trajetória de rebeldia do batalhão de Periquitos, desde a Guerra de Independência na Bahia até as sedições militares em Mato Grosso, ver o capítulo 2.

⁶⁹ Depoimento de José Caetano Metelo. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 1 p. 226.

⁷⁰ Depoimento de José Delfino de Almeida. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 1 p. 230.

dois subordinados teriam sido secretamente encarregados de estenderem o ataque aos “adotivos” à cidade de Mato Grosso. Em carta ao ministro da guerra, Almeida acusou

[...] a péssima conduta de dois oficiais, o alferes ajudante do corpo de ligeiros Luiz Soares Viegas e o alferes ajudante da extinta segunda linha Claudino Alves Carnaúba, o primeiro secretário interino do comando das armas, e o segundo meu ajudante de ordens, estes oficiais pertenceram ao extinto batalhão de Periquitos, e vieram para esta província mandados em praça de soldados, com outros indivíduos em 1825 e tal havia sido a sua conduta que pelo ministério da guerra foi o governo da província encarregado de vigiar sobre eles, mas não sei por que fatalidade eu os achei promovidos e o primeiro no exercício de secretário.⁷¹

Eles teriam atuado, segundo o oficial, como

[...] emissários de diplomas, à distância, pois que o plano já estava traçado e só se esperava o dia marcado para a execução. Tanto isto é assim que o ajudante Claudino Alves Carnaúba teve a impudência de contar na manhã de 30 de maio atribuindo-se um espírito profético a terrível catástrofe que devia ter efeito na noite daquele mesmo dia, e que ele disse haver visto em sonhos. Chegados os seus comissários a esta cidade [de Mato Grosso], não se pouparam em dar andamento de sua comissão, porém felizmente nada aqui conseguiram⁷²

O alferes Viegas havia sido eleito para o conselho geral nas eleições de 1833 e pertencia à Sociedade dos Zelosos da Independência. Tratava-se de um ex-militar rebelde mas também de uma nova liderança na política institucional. Entre 1830 e 1831 correspondências publicadas na *Matutina Meyapontense* tinham o definido como um “militar do extinto Batalhão de Periquitos, revoltoso por natureza”, que foi preso após requerer soldos atrasados à junta da fazenda “em termos impróprios para aquele tribunal”⁷³. Em comum, as cartas que o acusavam de rebelde eram de partidários do então vice-presidente em exercício André Gaudie Ley, principal líder “caramuru”.

Já o alferes Carnaúba havia encabeçado a lista de assinaturas de uma representação pela demissão de alguns “adotivos” da cidade de Mato Grosso em 1831. Como visto em outro momento, aquela parece ter sido a primeira mobilização a colocar esta exigência na província. Tratava-se de um movimento desarmado, ocorrido sob impacto direto do Sete de Abril e que colocava a ressalva de que poderiam ser aceitos no lugar dos demitidos tanto “brasileiros natos” quanto “brasileiros adotivos de conhecida probidade e adesão à causa da Independência do Brasil”. Segundo a representação, o repúdio se dirigia somente àqueles “indivíduos empregados em cargos públicos” que recebiam “honras daquela

⁷¹ “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834”. AN IG1 229.

⁷² “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834”. AN IG1 229.

⁷³ *Matutina Meyapontense*. n. 114 (21 de dezembro de 1830) e n.129 (25 de janeiro de 1831).

mesma Pátria que eles tanto odeiam”, e não aos “adotivos” em geral⁷⁴. No ano seguinte, o alferes Carnaúba alçou postos de comando em guarnições de fronteira, ocupando o espaço aberto pela demissão dos “adotivos” em consequência da sedição de 7 de dezembro de 1831. Por fim, ele mesmo tornou-se alvo de um motim da tropa no Forte do Príncipe da Beira, em janeiro de 1833⁷⁵. A crer na carta do comandante das armas, tanto Viegas quanto Carnaúba foram integrados às tropas de Mato Grosso como simples soldados em 1825, mas foram promovidos nos anos seguintes. Trata-se de uma trajetória impressionante de ascensão desses militares na província.

Portanto, a atuação dos egressos da Revolta dos Periquitos não necessariamente se deu na condição de simples soldados sob as ordens dos oficiais da guarda nacional. Nos casos do corneta-mor Pamplona, do sargento Limeira, e dos alferes Viegas e Carnaúba, os documentos sugerem um papel organizativo importante, além de se tratar de homens que ocupavam postos no oficialato de diferentes corpos e que tinham, ao menos no caso dos dois últimos, uma trajetória de rebeldia não só na Bahia, como também em Mato Grosso. Experientes em situações de guerra urbana e de mobilização envolvendo quebra de subordinação às autoridades, eles possuíam conhecimentos que os homens que viviam da agricultura, mineração ou comércio, predominantes na guarda nacional, dificilmente teriam. Quanto aos outros envolvidos na Rusga que eram referidos como “periquitos” (João Antonio Pereira, Simplício José de Souza, Martinho, Nogueira, José Martins, Pedro Joaquim e Luís da Costa) as fontes não descrevem sua atuação, ou o fazem apenas com relação a crimes de roubo e assassinato⁷⁶. Em todos os casos, porém, importa lembrar que a condição de ex-periquito era por si só um estigma e que é possível que as denúncias a eles feitas tenham sido amplificadas por sua fama anterior como sendo homens naturalmente tendentes à violência e à insubordinação.

Como vimos anteriormente, o estigma dos periquitos era compartilhado por um corpo militar que existiu em Mato Grosso entre 1818 e 1832, a Legião de Linha⁷⁷. O quartel tomado na noite de 30 de maio de 1834 havia sido construído para servir de sede para

⁷⁴ “Sessão extraordinária [da câmara da cidade de Mato Grosso] de 29 de julho de 1831” AN IJJ9 505

⁷⁵ “Gaudie Ley a Vergueiro, 27 de abril de 1833” AN IJJ9 505

⁷⁶ Diversas fontes mencionam esses nomes seguidos pela palavra “periquito”, algumas vezes em letra maiúscula, à semelhança de um sobrenome, outras vezes entre parênteses. Dentre outras fontes, o depoimento do capitão Vicente Coelho no Inquérito de Goiás (*Revista do IHGMT*, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141), a “Relação dos pronunciados no sumário a que se procedeu por motivo dos acontecimentos de 30 de maio do corrente ano, sobre os cabeças dos assassínios e insultos praticados nesta cidade” (Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* Doc. 72, v. 2, p. 459-460) e a “Relação dos pronunciados na sedição de 30 de maio” (*idem*, Doc. 51, p. 414-416).

⁷⁷ Sobre a trajetória dos corpos militares em Mato Grosso entre fins do período colonial e a extinção da Legião de Linha, em 1832, ver o capítulo 2, especialmente “Corpos militares e poder político”.

este corpo regular, tendo sido entregue à guarda municipal pouco depois da expulsão dos militares da primeira linha da cidade, em 1832. A decisão de desmilitarizar a força armada presente em Cuiabá, passando o controle do quartel para a guarda municipal, foi tomada em decorrência de confrontos que se seguiram à sedição de 7 de dezembro de 1831, que foi a mais impactante de uma série de ao menos quinze mobilizações armadas na província, todas elas protagonizadas por soldados e oficiais inferiores da Legião de Linha.

A última revolta desta série foi a “sedição da fronteira” que terminara com a detenção de 10 presos na cadeia de Cuiabá pouco tempo antes da Rusga. Ela motivou a extinção da Legião de Linha, com a demissão dos soldados e oficiais inferiores, “de Sargento inclusive para baixo”.⁷⁸ A sedição eclodira na guarnição de Albuquerque, núcleo que daria origem à cidade de Corumbá, em 22 de setembro de 1832, e estava diretamente relacionada ao descontentamento dos militares por terem sido expulsos de Cuiabá e substituídos pelos guardas municipais. Os soldados coagiram o comandante a redigir uma carta com o argumento de que a guarda municipal, criada naquele ano e que os havia substituído no quartel de Cuiabá, estava recebendo normalmente seus soldos e que estes eram mais elevados que o dos soldados regulares. A denúncia de privilégios por parte da guarda municipal foi um argumento importante naquele momento, levando o presidente a lamentar que “este ciúme já é interminável”.⁷⁹ A revolta colocou diante do governo a ameaça de desguarnecimento completo de duas das mais importantes fortificações da província, pois o plano envolvia também a tomada do Forte Coimbra e a deserção de toda a tropa e do oficialato, com ameaça de morte aos que resistissem. A sedição incluiu elaboradas operações militares e medidas que organizavam a pilhagem das guarnições, mas os soldados foram vencidos com a ajuda dos indígenas aldeados, que foram leais ao comandante e abriram fogo contra eles, permitindo as prisões.⁸⁰

Dois anos depois, o cadete Rodrigues, que fora um dos expulsos do quartel de Cuiabá em 1832 e o principal “cabeça” da sedição de Albuquerque, foi mencionado em alguns depoimentos do sumário-crime da Rusga. Segundo as acusações, ele foi um dos responsáveis por distribuir os cartuchos, buscando em suas casas alguns dos homens que se reuniram no Campo de Ourique e assassinado, por fim, o “adotivo” José Correia “com

⁷⁸ A decisão fora tomada por unanimidade em 14 de outubro de 1832, por um conselho formado por lideranças de todos os campos políticos, sendo confirmada por decreto em 4 de janeiro de 1833 “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

⁷⁹ “Correia da Costa a Lima e Silva, 7 de novembro de 1832” AN IG1 228

⁸⁰ Sobre a sedição de Albuquerque, ver o Capítulo 3.

um tiro de arcabuz embalado” seguido por “coice de arma”⁸¹. Outro depoimento acusa um dos “cabeças” da Rusga, José Alves Ribeiro, de ter sempre em sua casa “criminosos” como o cadete Rodrigues. Ribeiro era pecuarista em Poconé, comerciante e uma das lideranças políticas emergentes na província desde 1831, quando recebeu em sua casa os festejos pela notícia do Sete de Abril.⁸² Como veremos a seguir, trata-se de um dos líderes mais ativos da Rusga, ainda que não estivesse em Cuiabá na noite de 30 de maio. Dentre outras coisas, Ribeiro foi acusado de ser um dos responsáveis pela extensão da mobilização em Vila Maria e Poconé e de ter sido um dos idealizadores do plano de massacre dos “adotivos”.

O que se percebe pela trajetória anterior do cadete Rodrigues (assim como de outros egressos de mobilizações da “soldadesca”) é que nesta relação entre “criminosos” e lideranças políticas, estas não estavam em condições de simplesmente impor seus projetos e seu mando militar, nem tampouco podiam ser responsabilizadas por instigar sentimentos de ódio estranhos à experiência daqueles homens. Quanto ao primeiro ponto, os líderes partidários precisavam dos conhecimentos práticos dos veteranos de mobilização armada; contudo, uma vez rompido o limite da legalidade, colocava-se a possibilidade de contestação de seu comando, sendo que no terreno da luta armada a vantagem estava com os veteranos de combate e não com lideranças acostumadas à política eleitoral e à articulação por via da imprensa e de sociedades políticas.

Como veremos adiante, em razão desta capacidade desigual para o enfrentamento armado, a situação de coação alegada por detentores de postos civis implicados na Rusga foi mais do que um artifício para se verem livres de acusações judiciais. Ao menos em parte, a coação dos subordinados sobre os superiores hierárquicos era real. No que diz respeito às origens do ódio expresso no Trinta de Maio, os “rusguentos conhecidos por tais” tinham suas próprias motivações para se voltarem contra os “adotivos”, contra os “caramurus” e contra o lugar ocupado pela guarda municipal desde a expulsão dos soldados e oficiais inferiores de Cuiabá.

Dentre os que foram alvos da Rusga, havia velhos conhecidos da “soldadesca” da província. Este é o caso do primeiro “adotivo” assassinado na noite de 30 de maio, o sargento-mor Joaquim Duarte Pinheiro, que chegou à província pouco antes da

⁸¹ Depoimentos de João Antonio da Cruz e de João Manuel de Araújo. Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 146, 248.

⁸² *Matutina Meyapontense*, 218 (20 de agosto de 1831).

Independência para integrar o oficialato da Legião de Linha, tendo comandado o presídio de Miranda no período das juntas governativas⁸³. Durante o Primeiro Reinado, Pinheiro chegou a comandar interinamente as milícias de Cuiabá, quando foi acusado de manipular as listas de promoção, inclusive no sentido de excluir os “homens de cor”. Na *Matutina Meyapontense*, ele foi o único oficial de Mato Grosso a ser expressamente acusado de adotar critérios de cor na manipulação de promoções (ainda que outras fontes indiquem que não era o único a fazê-lo) e foi também um dos poucos apontados como absolutista.⁸⁴

Pinheiro havia sido um importante aliado de Jerônimo Joaquim Nunes, principal alvo da sedição de 7 de dezembro de 1831. Nos termos de uma correspondência na *Matutina*, “Joaquim Duarte Pinheiro é déspota, natural de Viseu e como tal amado do Sr. Comandante das Armas, natural do Algarve”⁸⁵. Pouco antes destes e de outros “adotivos” serem destituídos pela “soldadesca” naquela sedição, eles haviam protagonizado um embate entre poderes civis e militares, quando a relação de “patronato” entre Nunes e Pinheiro gerou uma crise opondo a presidência e o comando das armas. O fato de Pinheiro ser apontado como um dos “bicudos mais assinalados” na carta atribuída a Eusébio Luís de Brito, tendo sua casa cercada antes do rebote, certamente está ligado à sua trajetória militar e política na província. Uma trajetória que o opunha a lideranças políticas, mas também a soldados e oficiais inferiores das tropas regulares e das milícias, inclusive no que diz respeito a privilégios de cor.⁸⁶

Quanto aos “caramurus”, tratava-se de uma denominação partidária atribuída ao grupo liderado por André Gaudie Ley, que governou a província entre 1830 e 1831 e, novamente, em 1833, sendo um dos principais responsáveis pelas medidas repressivas às sedições militares em ambos os períodos. Além disso, ele foi diretamente acusado na imprensa de acobertar arbitrariedades dos oficiais contra soldados e oficiais inferiores, inclusive num caso de grande impacto, analisado anteriormente, no qual um soldado

⁸³ Outro caso emblemático é o do alferes Manuel Moreira da Silva, que havia sido derrubado por sedições nas guarnições de Casalvasco, em 1829, e de Albuquerque, em 1832, antes de ser assassinado na Rusga. Sobre as trajetórias da província durante o Primeiro Reinado, inclusive os comerciantes e oficiais militares “adotivos”, ver o Capítulo 1. Sobre as sedições da fronteira entre 1821 e 1831, ver o capítulo 2.

⁸⁴ Pinheiro foi publicamente acusado de negar promoção a um “brasileiro de cor, por isso preterido, contra a Constituição, Título 8, Artigo 179 §14 que diz – Todo o cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos ou militares, sem outra diferença que não seja a dos seus talentos, e virtudes.” Era também a ele que se dirigia um comentário irônico, mencionado anteriormente, de que acreditava “que o Senhor dos Passos quer que o Infante D. Miguel seja o Rei de Portugal”. *Matutina Meyapontense*, 61 (19 de agosto de 1830), 112 (16 de dezembro de 1830) e 114 (21 de dezembro de 1830).

⁸⁵ *Matutina Meyapontense*, 163 (14 de abril de 1831)

⁸⁶ Sobre as sedições de fronteira desde 1821, os movimentos protagonizados por soldados contra os “adotivos” em 1831 e a relação desses episódios com privilégios sociais e raciais desfrutados pelos nascidos em Portugal, ver o Capítulo 2.

quase morreu após receber mais de duzentas chibatadas no quartel de Cuiabá. Naquela ocasião, a *Matutina* acusou seus adversários de tentarem “criar descontentamentos na tropa imputando ao Vice-Presidente faltas de pagamentos, e destacamentos para as fronteiras e fortes da província, e procurando sublevar partidos, fomenta[ndo] o espírito de desconfiança, pela mais sórdida e vil intriga”⁸⁷ Portanto, sua atuação como dirigente político fora julgada pela opinião pública inclusive no que dizia respeito aos direitos dos soldados, sendo esta questão explorada pela oposição, que em 1831 vinha sobretudo do grupo de João Poupino Caldas. Foi também neste ano que o alferes Viegas, ex-periquito que servia então na Legião de Linha, entrou num embate direto com o governo de Gaudie Ley, exigindo soldos atrasados e enviando à imprensa atestados de boa conduta assinados por diversos oficiais para rebater as insinuações de cartas favoráveis ao vice-presidente sobre seu suposto comportamento insubordinado e revoltoso.⁸⁸

Por fim, a tomada do quartel de Cuiabá durante a Rusga também representava a retomada de um lugar que havia sido a sede da Legião de Linha entre 1818 e 1832. A guarda municipal, que controlava então o quartel, fora alvo de críticas dos soldados e oficiais inferiores deste corpo, pois o respeito ao direito dos municipais de receberem soldos supostamente em dia fora encarado como um privilégio. As animosidades entre tropas regulares, guarda municipal e guarda nacional, entre 1832 e 1834, estiveram diretamente ligadas à polarização política na província e, nesta luta, os militares subalternos contavam com uma trajetória de mobilizações armadas que não tinha paralelo com qualquer outro grupo. Como vimos, o cadete Antonio José Rodrigues havia liderado uma sedição capaz de colocar em risco a soberania brasileira sobre uma ampla área de fronteira, ao passo que o sargento Vitoriano Gomes fora tido como um dos “cabeças” da maior mobilização armada da história da província antes da Rusga, que resultou na demissão do comandante das armas e de diversas outras autoridades civis e militares. Já o sargento Limeira foi acusado de instruir seus superiores em táticas militares inspiradas no “sucesso da Bahia, e das guerrilhas que lá tiveram lugar”. Por sua vez, o alferes Viegas havia sido preso durante o governo de Gaudie Ley por confrontar autoridades civis exigindo o pagamento de soldos “em termos impróprios”, enviando à imprensa atestados que negavam seu suposto caráter turbulento. Por fim, o alferes Carnaúba havia encabeçado a lista de assinaturas daquela que parece ter sido a primeira reivindicação de demissão de alguns “adotivos” na província. Estes homens vinham de trajetórias de

⁸⁷ *Matutina Meyapontense*, 192, (28 [21] de junho de 1831)

⁸⁸ *Matutina Meyapontense*, 162 (12 de abril de 1831)

intensa luta política como militares de corpos tidos por insubordinados – os Periquitos na Bahia e a Legião de Linha em Mato Grosso –, o que significa que sua politização não era fruto da ação recente de “agitadores nativistas” pertencentes a setores letrados⁸⁹.

A Sociedade dos Zelosos da Independência articulou homens com trajetórias muito diversas, incluindo soldados e ex-soldados. Em ao menos um caso, o do alferes Viegas, a um egresso de experiências de rebeldia militar foi eleito e atuou na política institucional, chegando a presidir o conselho geral. Os demais provavelmente também atuaram na elaboração do plano. Uma testemunha do processo cuiabano afirmou que, pouco antes do Trinta de Maio, convidou o alferes Carnaúba a um “divertimento, e toque de instrumento”, mas este respondeu que tinha “a necessidade de ir assistir a uma sessão da sociedade dos zelosos, isto é, a uma sessão secreta”. O “lugar da sessão” era “a casa do tenente Joaquim de Almeida Falcão”. Ao procura-lo na casa de Falcão, um amigo da testemunha o encontrou, mas

[...] não o pôde conduzir por estar muito ocupado com os detalhes dos negócios que urdiam, o que deu ocasião para ele testemunha formar juízo sobre o caso e avaliar que por ser um ato oculto prometiam consequências funestas, pois que denotava os estragos que a voz pública anunciava⁹⁰

As aspirações dos egressos de mobilizações da “soldadesca” confluíram com aquelas de setores médios e de alguns grandes proprietários da província, num processo que temos acompanhado desde 1821. Para além das trajetórias individuais de alguns protagonistas do 30 de maio, a “soldadesca” havia conformado uma tradição de contestação dotada de uma cultura política própria, e isso para além das fronteiras provinciais. Não se tratava de

⁸⁹ Trabalho acadêmico pioneiro sobre a Rusga, a tese de Ron Seckinger aborda a mobilização como manifestação nativista própria das sociedades pós-coloniais e, ao mesmo tempo, como imposição dos interesses de uma parcela ascendente da elite provincial, que instrumentalizou o discurso anti-lusitano junto aos soldados, aos vadios e aos trabalhadores livres pobres da cidade. O principal problema de sua análise está no tratamento dado à participação política desses setores e, particularmente, dos militares subalternos, pois as tensões políticas que motivaram a Rusga são consideradas da perspectiva das lideranças que atuavam nos espaços institucionais, sendo os demais grupos sociais encarados apenas como força mobilizável para a defesa de interesses e aspirações alheios. Segundo o autor, “soldiers, vagrants, and urban poor constituted a manpower reserve that could be mobilized to serve the interests of the nativist counter-elite once the political situation called for a violent solution to the competition for power.” Portanto, Seckinger desconsidera o caráter político da trajetória relativamente autônoma dos soldados e oficiais inferiores em luta por direitos civis e pelo recebimento de soldos, etapes e fardamentos, desde 1821. Infelizmente, tanto a tese quanto os artigos do autor sobre a política em Mato Grosso na primeira metade do século XIX, todos publicados no exterior, quase não foram lidos no Brasil e estão ausentes até mesmo dos textos mais recentes sobre a história da Rusga. Ron SECKINGER. *Politics in Mato Grosso, 1821-1851*. PhD, University of Florida, 1970. Ron L. SECKINGER “The politics of nativism: ethnic prejudice and political power in Mato Grosso, 1831-1834”. In: *The Americas*. Washington, v. XXXI, april, 1975, number 4.

⁹⁰ Depoimento de Joaquim José de Santana Medeiros. Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 206.

um processo de politização que partia dos letrados e chegava até os militares subalternos, componentes de uma “massa inculta”, mas de interesses e aspirações muito diversos que se abrigavam sob o ideário “patriótico” e “constitucional” do Sete de Abril⁹¹.

Aqueles que têm o que perder: as lideranças partidárias

A sessão extraordinária do conselho de governo de 30 de maio de 1834 teve início por volta das onze horas da noite, estendendo-se pela madrugada do dia 31. Os conselheiros de governo e os magistrados da cidade foram convocados pelo vice-presidente João Poupino Caldas logo após o retorno ao quartel da maior parte dos que cometiam arrombamentos, saques e assassinatos. É a partir do início da sessão que as versões dos depoimentos e aquela do *Manifesto* passam a divergir radicalmente, pois até então as diferenças diziam respeito quase exclusivamente ao papel de comando que os dois oficiais de maior patente da guarda nacional teriam tido na tomada do quartel e ao conteúdo da ameaça sofrida por Poupino Caldas, que no caso do panfleto do “Amigo da Justiça” sugeria um compromisso anterior de impunidade para com aqueles crimes. Assim, antes de analisar a ata da sessão e as narrativas sobre sua elaboração, tratemos de confrontar as diferentes versões sobre quais seriam as lideranças da política institucional envolvidas na Rusga.⁹²

As narrativas dos depoimentos e a do panfleto são diametralmente opostas no que diz respeito aos “cabeças” da Rusga que ocupavam postos políticos e judiciais. Não se trata de mero acaso, pois o *Manifesto* é, no essencial, uma defesa pública de cinco réus que acabaram condenados no sumário-crime, sendo que três deles - o conselheiro de governo Bento Franco de Camargo, o juiz de direito e chefe de polícia Pascoal Domingues de Miranda e o promotor José Jacinto de Carvalho - assinaram a ata sessão extraordinária de 30 de maio. As alegações que sustentaram sua condenação incluíram o planejamento da mobilização, a adulteração da ata e de outros documentos oficiais, a colaboração com

⁹¹ A dissertação de Valmir Batista Corrêa, primeiro trabalho a analisar a trajetória de mobilizações armadas dos soldados e oficiais inferiores da fronteira oeste entre 1821 e 1833, relacionando as sedições de fronteira com a Rusga, adotou uma perspectiva na qual a politização é fruto da ação da elite letrada. Segundo o autor, a “violência política” era manifestada “no âmbito dos quartéis em consequência do contato direto com nativistas exaltados” e “coube à elite letrada insuflar a massa inculta contra seus inimigos imediatos”. A dissertação de 1976 foi publicada em livro no ano 2000. Valmir Batista CORRÊA. *História e violência em Mato Grosso, 1817-1840*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

⁹² Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

os rebeldes que tomaram o quartel e, por fim, o comando que teriam exercido entre junho e agosto na perseguição aos “adotivos”.⁹³

Os outros dois réus defendidos pelo *Manifesto* eram o comerciante e pecuarista José Alves Ribeiro e o professor de lógica Brás Pereira Mendes, que não estavam em Cuiabá na noite de 30 de maio, mas que, segundo diversas testemunhas do processo, teriam tramado detalhes do plano numa reunião ocorrida na vila de Poconé, assumindo um papel de comando em Cuiabá a partir de junho.⁹⁴ Este encontro teria contado também com a presença do tenente Sebastião Rodrigues da Costa, que chegando a Poconé poucos dias antes da Rusga, “passou-se para casa do dito Brás onde esteve um dia [...] em contínuo segredo”, período no qual “este negava falar a quem lhe procurava”. Após sua partida para Cuiabá, chegou a “notícia para Poconé, da grande revolução, e de estar à testa dela o referido Sebastião, cuja notícia medeou três ou quatro dias depois do seu desaparecimento”⁹⁵.

O *Manifesto* não apenas alegava a inocência desses réus, como denunciava Poupino Caldas pela colaboração nos crimes e, posteriormente, por ter cometido arbitrariedades quando de sua repressão. Isso porque os cinco homens defendidos pelo panfleto haviam sido presos ilegalmente por ordem do vice-presidente pouco antes da abertura do processo cuiabano, em outubro de 1834. Após a prisão arbitrária eles foram, segundo o relato, ameaçados de fuzilamento e conduzidos agrilhoados pela via monçoeira até São Paulo, e daí para a Corte, sem que tivessem direito a defesa. Publicado no Rio de Janeiro, em 1835, o *Manifesto* foi provavelmente elaborado com a colaboração, senão a autoria, de algum (ou alguns) desses cinco presos. O panfleto contém uma argumentação muito bem construída e que demonstra um conhecimento pormenorizado dos conflitos políticos em Mato Grosso.⁹⁶

Além dos cinco prisioneiros, é provável que outro réu do processo cuiabano, que também estava presente na Corte em 1835, tenha tido parte na elaboração do *Manifesto*.

⁹³ “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. As alegações contra estes réus serão descritas adiante.

⁹⁴ A denúncia de que houve uma reunião para o planejamento da Rusga em Poconé consta dos depoimentos de Joaquim José da Silva, José de Melo e Vasconcelos, Joaquim José de Santana Medeiros, João de Arruda de Oliveira, Joaquim Soares dos Santos Barbolina, Francisco Xavier das Fontes e Gregório Ribeiro do Nascimento. Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1.

⁹⁵ Depoimento de Joaquim Soares dos Santos Barbolina. Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 203.

⁹⁶ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

Trata-se do cirurgião, botânico e boticário Antonio Luís Patrício da Silva Manso, que não estava em Mato Grosso desde janeiro de 1834, quando partira para tomar assento no parlamento como deputado pela província. Sua condenação como “cabeça” se fundamentou na acusação de que, na condição de liderança partidária, teria planejado uma tentativa frustrada de massacre dos “adotivos” em 1833. Segundo uma testemunha do sumário-crime, a matança “havia de ter sucedido já muito antes se não houvesse uma desavença” entre Silva Manso e José Alves Ribeiro. Naquela ocasião, “querendo o Manso dar execução ao plano, se punha de fora depois de estarem reunidos” os seus partidários, pois pretendia “ter o galardão de Anjo da Paz, e sair apaziguando a desordem, e por esse motivo ficou declarado o rompimento para o dia que aconteceu”⁹⁷. Outra testemunha afirmou que o impasse se deu numa reunião com “cento e tantas pessoas”, reafirmando que “José Alves Ribeiro queria que aquele Manso saísse armado com eles, e que o Manso repugnava a isso para sair depois como Anjo da Paz a pacificar as desordens, no que não concordaram, sendo este o motivo que dilatou o rompimento para o dia trinta de maio.”⁹⁸ Com base em alegações semelhantes, a culpa de Silva Manso foi reafirmada tanto pelos alvos da Rusga que testemunharam em Goiás, quanto pelo comandante das armas, que procurou deter o avanço da mobilização no interior da província⁹⁹. Contudo, o personagem está ausente da narrativa do *Manifesto*, inclusive sobre conflitos anteriores à Rusga, nos quais tivera um papel central¹⁰⁰. Ou seja, o panfleto não deixa de ser também uma defesa do deputado e aliado dos cinco presos enviados arbitrariamente à Corte.

Como vimos anteriormente, a versão do panfleto também livrava das acusações os dois principais comandantes da guarda nacional, Caetano da Silva e Albuquerque e Caetano Xavier da Silva Pereira, que teriam perdido o controle sobre a tropa, ainda que não se tratasse de uma defesa pormenorizada. A crer na versão do *Manifesto*, os comandantes das colunas que tomaram o quartel na noite de 30 de maio, Eusébio Luís de Brito e Sebastião Rodrigues da Costa, estavam no comando da Rusga, que teria sido protagonizada pela “tropa” e pelo “povo”, com a cumplicidade do vice-presidente João Poupino Caldas e de uns poucos aliados seus.

⁹⁷ Depoimento de José da Fonseca e Morais. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 1. p. 169.

⁹⁸ Depoimento de João José de Siqueira e Silva. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 1. p. 171.

⁹⁹ Inquérito de Goiás. *Revista do IHGMT*, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141. “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834”. AN IG1 229.

¹⁰⁰ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

Quanto aos cinco presos remetidos ao Rio de Janeiro, a principal explicação do panfleto para a perseguição que sofreram é a de que se tratava de homens que, por ocuparem postos na magistratura ou por terem sido eleitos para o júri, deveriam ser os responsáveis por julgar os crimes da Rusga, nos quais estaria implicado Poupino Caldas. A prisão arbitrária e a expulsão da província teriam sido motivadas pela tentativa de livrá-lo dessas e de outras acusações. Além disso, as alegações contra eles teriam por base rumores vagos sobre seu pertencimento à maçonaria. Segundo o *Manifesto*, “depois da guerra aos adotivos”, o vice-presidente passou a “fazê-la contra os brasileiros”, sendo

[...] as primeiras vítimas o Doutor Juiz de Direito Pascoal Domingues de Miranda, José Alves Ribeiro, José Jacinto de Carvalho, Brás Pereira Mendes e Bento Franco de Camargo: o 1º porque além das antecedências [ter se oposto a arbitrariedades do vice-presidente], não devia presidir o Júri, e era de mais a mais suspeito de Maçon, donde se dizia que havia saído todo aquele mal: o 2º porque tinha acusado no Conselho de Governo a um primo de Poupino pelas mortes feitas a três adotivos para os roubar, depois de os ter em sua casa pelo tempo de dois meses, e continuava a prosseguir a diligência de o fazer punir, e além disso era também suspeito de Maçon: o 3º porque sendo Promotor Público, e homem de honra, necessariamente havia de cumprir com seu dever no Júri; e estava de mais a mais promovendo uma acusação [...] pela dilapidação de uns pares de mil cruzados, tirados do Cofre Nacional, dos quais muitos se locupletaram; também por ser suspeito de Maçon: o 4º porque tinha cassado das escoltas as Portarias do Vice-Presidente, ordenando os massacres, para dela fazer uso quando lhe conviesse: e o 5º por confirmar a acusação feita pelo 2º como testemunha de vista da venda de certos animais de um dos mortos¹⁰¹

A versão é verossímil no que diz respeito à responsabilidade do vice-presidente na perseguição aos “adotivos”, pois Poupino Caldas era famoso por tentar “bernardas contra os nascidos em Portugal” desde pelo menos 1824, o que é fartamente registrado em outras fontes¹⁰². Além disso, quando da eclosão da Rusga, ele acabara de assumir o executivo provincial, após uma sucessão de afastamentos. O depoimento do “adotivo” Francisco Manuel Vieira no sumário de testemunhas de Goiás conflui com a versão do *Manifesto* neste ponto, pois nele consta que Poupino Caldas

[...] dizia publicamente em todas as ocasiões de ajuntamento, até mesmo estando em sessão do Conselho do Governo que se houvesse quatro rapazes que se pusessem à frente da tropa se dava cabo dos adotivos e ficava-se-lhe com o dinheiro, o que contestavam os conselheiros Gaudie, Albano e José da Costa Ribeiro e como fosse contestado respondeu que então fossem deportados para Dourados [como] trabalhadores [para] fazer lá povoação, e tomando este Coronel Poupino a rédea do Governo por se haver dado por

¹⁰¹ O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

¹⁰² *Matutina Meyapontense*, 91, 28 de outubro de 1830. Sobre a trajetória de ameaças e incitações à violência por parte de João Poupino Caldas no período em que comandou as milícias de Cuiabá, ver o capítulo 2.

doente o Capitão Antônio Correia da Costa, logo depois de três dias arrebentou a rusga¹⁰³.

Contudo, ao contrário do *Manifesto*, a acusação não dizia respeito, neste depoimento, a um papel de comando. Na verdade, com exceção do panfleto, as alegações contra Poupino Caldas se referiam à incitação de crimes contra os “adotivos” antes de 30 de maio, incluindo ou não a promessa de impunidade, mas não a elaboração do plano ou uma atuação pública como liderança da Rusga. Seu papel teria sido semelhante àquele que lhe foi atribuído anos antes, quando acusado de ter sido uma “mão oculta” a prometer impunidade, colaborando secretamente com os militares sediciosos de 7 de dezembro de 1831.

A fama de Poupino Caldas como agitador inconsequente, inclusive na exploração do ódio aos “adotivos”, não tinha paralelo na província. Como vimos anteriormente, ele havia construído sua trajetória política instrumentalizando os postos que ocupou na junta da fazenda e no comando das milícias para a formação de clientelas e utilizando-se do comando que exercia sobre os milicianos para ameaçar e agredir adversários.¹⁰⁴ O fato de Poupino Caldas ter tentado, ao lado do bispo, refrear o tumulto, não é evidência suficiente para se concluir que ele não estava implicado na trama. Afinal, existia a possibilidade de o plano envolver uma performance pública como “Anjo da Paz”, como se percebe nas alegações contra Silva Manso, que vimos acima. Outro exemplo de que o apaziguamento podia ter um caráter encenado consta de um depoimento sobre a tentativa do bispo, do vice-presidente e de outras autoridades, que saíram “pelas ruas a acomodar os grupos que arrombavam portas dos brasileiros adotivos para os matar, e também roubar, o que nada conseguiram”. Segundo a testemunha, neste momento “o tenente Eusébio Luís de Brito fingiu-se apaziguador também gritando de longe = à Ordem = porém chegando junto ao grupo dizia como não acaba com isto já, atropelem, esbandalhem tudo”¹⁰⁵. A farsa pode ter ocorrido ou não, mas o que importa assinalar é a possibilidade deste tipo de atuação pública ocorrer.

Mesmo não sendo pronunciado, Poupino Caldas sabia que era suspeito. Seu depoimento e também o das testemunhas que referiu e que, em razão da citação, foram

¹⁰³ Depoimento de Francisco Manuel Vieira. Inquérito de Goiás. *Revista do IHGMT*, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141.

¹⁰⁴ Ver o capítulo 2.

¹⁰⁵ Depoimento de Francisco Xavier das Fontes. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 216.

ouvidas em seguida, são insistentes em demonstrar a coação em que se encontrava o seu governo entre a noite de 30 de maio e os últimos dias de agosto, período no qual ocorreram os roubos e assassinatos ligados à Rusga. A responsabilidade do vice-presidente foi o ponto mais controverso dos debates sobre a história da Rusga desde o *Manifesto* até os artigos escritos por ocasião do centenário do movimento¹⁰⁶. Isso porque há elementos na documentação que servem de sustentação tanto à hipótese da coação, quanto à de uma colaboração ativa, embora discreta, com os rebeldes. Sua posição parece ter mudado entre a noite de 30 de maio e o final do mês de agosto, quando o vice-presidente deu início à repressão, não podendo ser reduzida nem a uma situação de total coação, nem a um papel de comando sobre os homens que promoviam a perseguição dos “adotivos”.¹⁰⁷

Os cinco prisioneiros que chegaram à Corte, por sua vez, estavam claramente implicados nesses episódios. As denúncias sobre as arbitrariedades de Poupino Caldas na perseguição que promoveu contra eles são provavelmente verídicas, assim como, em alguma medida, a acusação de que ele colaborou com o massacre. Mas a alegação de que os prisioneiros haviam sido perseguidos apenas porque pretendiam fazer cumprir a lei e porque eram suspeitos de serem maçons não se sustenta. Os depoimentos dos alvos da Rusga em Goiás e as cartas do comandante das armas, que sustentou a legalidade no único município da província não atingido pelo massacre, conformam versões bastante semelhantes sobre suas atuações. Em ambos os casos, como também nos depoimentos do processo cuiabano, a responsabilidade pela Rusga é atribuída acima de tudo a uma sociedade política fundada em 1833 por Antonio Luís Patrício da Silva Manso e que tinha dentre os sócios considerados os “mais influentes” os cinco perseguidos por Poupino Caldas e os dois principais comandantes da guarda nacional - todos eles descritos como inocentes pelo *Manifesto*.¹⁰⁸

Como mencionado, a Sociedade dos Zelosos da Independência foi o principal espaço de articulação de um partido que se confrontou com aquele que, durante o Primeiro Reinado, havia sido o grupo político mais influente da província e ao qual pertenciam diversos dos “adotivos” (e ao menos um brasileiro “nato”) mortos durante a Rusga. A

¹⁰⁶ Dentre outros, Alfredo d'Escagnolle TAUNAY (*A cidade do ouro e das ruínas, op. cit.*) e RIHGMT, tomos XXXI-XXXII (1934).

¹⁰⁷ Os diferentes momentos da perseguição aos adotivos, a partir de junho, serão abordados no final do capítulo.

¹⁰⁸ Nesse sentido, a referência à suspeita de ser maçom parece ter sido uma forma de incluir o pertencimento a esta associação na narrativa sem que fosse preciso nomeá-la e sem responsabilizá-la diretamente pelos crimes. Caso não dissesse nada a respeito de uma sociedade à qual pertenciam os prisioneiros, o discurso do *Manifesto* não seria verossímil aos olhos de quem tivesse contato com qualquer outra versão sobre o que se passou em Cuiabá. O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

atuação de seus membros no movimento é descrita pelos depoentes, tanto de Cuiabá, quanto de Goiás, não havendo muito espaço para dúvidas quanto ao protagonismo destes homens.¹⁰⁹

Por sua vez, as versões sobre a atuação de Poupino Caldas são semelhantes num aspecto crucial: ele não é referido como membro desta sociedade mesmo por aqueles que o acusavam de ter tido um papel ativo na Rusga. Segundo um “adotivo” que depôs em Goiás,

[...] era público que da dita Sociedade chamada Zelosa nasceram todos os procedimentos da rusga arrebetada em Cuiabá na noite de 30 de Maio do corrente ano, e também porque todos os sócios nomeados foram os mais influentes na dita rusga desmascaradamente, assim como o Coronel João Poupino Caldas¹¹⁰

Neste depoimento, o mesmo citado anteriormente a respeito das incitações do vice-presidente ao assassinato dos “adotivos”, parece claro que Poupino Caldas não era membro do grupo que planejou a Rusga, apesar de ser um colaborador na perseguição ocorrida sob o seu governo.

Já o comandante das armas, Joaquim José de Almeida, que logo após ter notícias da Rusga se colocara como aliado e amigo pessoal de Poupino Caldas, passou a acusar a cumplicidade deste com os rebeldes no decorrer da perseguição aos “adotivos”. Segundo ele, o vice-presidente demonstrou não ter interesse em colaborar secretamente com as forças legalistas para que pudesse sair da situação em que se encontrava, o que o levava a descartar a “hipótese de tal coação”.¹¹¹ Contudo, em nenhum momento Poupino Caldas é apresentado como membro da Sociedade dos Zelosos da Independência ou como aliado de longa data dos rebeldes. Nesse sentido, importa notar que o comandante das armas era, tanto quanto alguns dos “adotivos” assassinados, um inimigo declarado da Sociedade dos Zelosos desde antes da Rusga, tendo sido o candidato derrotado por Silva Manso na eleição de 1833. Além disso, sua morte teria sido ordenada pelos rebeldes só não se efetivado

¹⁰⁹ Todos os cinco prisioneiros são descritos em papéis de comando ou como autores do plano por ao menos metade das testemunhas de Cuiabá (num total 20, o número varia de 10 a 14, sendo que alguns desses depoentes não listam os “cabeças”, mas apenas elucidam aspectos pontuais, o que ajuda a explicar a ausência de menções a eles). Já no inquérito de Goiás, só não são mencionados como “cabeças” os dois que se encontravam em Poconé na noite de 30 de maio e que só se uniram aos demais em junho. Os cinco prisioneiros também são mencionados na correspondência do comandante das armas, além de terem sido alvos de duas representações pedindo a punição dos criminosos da Rusga, que serão analisadas adiante. Estas representações serviram tanto para legitimar sua expulsão arbitrária da província, quanto para provar sua culpa no processo criminal.

¹¹⁰ Depoimento de Francisco Manuel Vieira. Inquérito de Goiás. *Revista do IHGMT*, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141.

¹¹¹ “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834” e “Almeida a Ferreira de Brito, 18 de setembro de 1834”. AN IG1 229.

graças às medidas tomadas na cidade de Mato Grosso para impedir a ação das escoltas cuiabanas.

Por sua vez, o autor (ou autores) do *Manifesto* - que se colocava abertamente em defesa dos cinco réus, mas que também preservava Silva Manso e os comandantes da guarda nacional, todos pertencentes à sociedade - se referiu à relação entre Poupino Caldas e os Zelosos da Independência na única menção direta que fez a esta sociedade. O panfleto afirmava que, por ocasião de tumultos ocorridos na cidade pouco antes da Rusga, em torno da posse de um “adotivo” num cargo público, Poupino Caldas teria incitado a desordem propalando “que o povo devia representar contra esta decisão” e “que a Sociedade dos Zelosos da Independência do Brasil, devia também tomar parte nesta representação”. É como alguém externo à sociedade, mas implicado na perseguição aos “adotivos” que o vice-presidente é descrito nas diversas narrativas. Assim, ainda que não seja possível tirar qualquer conclusão a respeito de sua atuação, mostra-se insustentável a tese de que Poupino Caldas representava uma ala “moderada” da sociedade, que não desejava o massacre, oposta aos “exaltados”, liderados por Silva Manso.¹¹² Além disso, Poupino Caldas foi descrito na imprensa, antes da Rusga, tanto como aliado de d. Pedro I quanto como “exaltado” ou “anarquista”, mas não como “moderado”. Ele era visto com desconfiança pelo poder central tanto antes quanto depois do Sete de Abril e tinha uma longa trajetória como adversário político de Silva Manso, que foi o homem de confiança da regência na província entre 1831 e 1833.¹¹³

Como mencionado, às vésperas da Rusga havia três partidos na província, sendo um liderado por Silva Manso e organizado em torno da Sociedade dos Zelosos da Independência, outro encabeçado por Poupino Caldas e originado das relações de clientela que ele havia constituído quando exercia o comando das milícias e, por fim, aquele dirigido por André Gaudie Ley, rotulado como “caramuru” e que fazia uma defesa resoluta dos nascidos em Portugal contra as agitações e ameaças vindas dos demais. A polarização identitária unificava o rótulo partidário dos dois primeiros, que se

¹¹² A edição crítica de documentos sobre a Rusga elaborada por Elizabeth Madureira Siqueira, acompanhada por instrumentos de pesquisa e por uma breve interpretação do movimento, é um trabalho que abriu novas perspectivas, especialmente por abordar a politização de identidades durante a perseguição aos adotivos. Contudo, no que tange à leitura que a autora propõe a respeito dos campos partidários existentes na província, a divisão das lideranças entre moderados, exaltados e caramurus não encontra respaldo na documentação da província, sendo antes tributária de obras que procuram enquadrar os partidos do período regencial em âmbito nacional em torno de categorias que podiam expressar tendências as mais diversas, a depender do contexto provincial ou local. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.*

¹¹³ Ver o capítulo 2.

reivindicavam “patriotas”, mas as relações que sustentavam sua atuação como lideranças eram bastante diversas.

Em seu último período no governo, Antonio Corrêa da Costa manteve uma postura conciliatória no conflito, mas não deixou de ser visto como aliado de Silva Manso. Assim, ao acusar o presidente de ter sido cúmplice nos crimes da Rusga, um dos depoentes de Goiás relatava como evidência seu comparecimento a uma “grandiosa janta” oferecida “à Sociedade Zelosa na própria casa de Manso, o que se fez reparável naquela cidade”. Após a escandalosa presença no evento, o presidente teria sido “visitado por alguns brasileiros adotivos”, mas ao retribuir as visitas, o fez durante a noite, “o que deu lugar a que o capitão Bernardo de Oliveira quando foi visitar o dito presidente, dizer a este que o ia visitar porém não queria que lhe fosse pagar a visita de noite”¹¹⁴. Como se percebe, antes da Rusga já havia um forte ambiente de polarização política, no qual a simples presença em um evento ou a visita, de dia (ou seja, com caráter público, e não às escondidas), eram tidos por sinal de alinhamento partidário. Neste ambiente, Corrêa da Costa se mostrou disposto a ser visto como aliado de Silva Manso, mas ocultou suas relações com os “adotivos”.

Um dos depoentes do inquérito goiano foi André Gaudie Ley, principal liderança tida por “caramuru” e chefe do executivo provincial, como vice-presidente, entre 27 de abril e 3 de dezembro de 1833. Segundo ele, fora em novembro daquele ano – e, portanto, sob o seu governo – que ocorreu a primeira tentativa de matança dos “adotivos”, sendo que o plano previa a tomada do poder provincial. Porém, com o retorno do presidente, a Sociedade dos Zelosos da Independência teria mudado de tática:

[...] tornando o presidente Antonio Corrêa para a cidade, tomou conta do governo a quatro de dezembro do dito ano [de 1833], e passados alguns dias afirmara a ele depoente que a rusga que esteve a rebentar em novembro era certa porque ele presentemente nesta soubera com toda certeza que na casa do dito Manso se tinham reunidos 51 da Zelosa, ordenados e prontos para deporem a ele depoente da presidência, e cujo depois soube ele depoente que Antonio Luís Patrício da Silva Manso em qualidade de presidente da Sociedade Zelosa fizera uma carta de felicitação ao dito presidente Corrêa na qual queria fossem armados os guardas nacionais e, ao mesmo tempo, queixando-se de ele depoente não os ter armado, como ainda fazendo recolher 109 arcabuzes que andavam por mãos de alguns guardas¹¹⁵

¹¹⁴ Depoimento de Francisco Manuel Vieira. Inquérito de Goiás. Revista do IHGMT, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141.

¹¹⁵ Depoimento de André Gaudie Ley. Inquérito de Goiás. Revista do IHGMT, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141.

Segundo Gaudie Ley, o armamento ou desarmamento da guarda nacional se encontrava no centro da crise e Corrêa da Costa teria sido conivente em permitir que uma força identificada com os Zelosos da Independência tivesse acesso aos armamentos.

O comandante das armas, Joaquim José de Almeida, que até o Trinta de Maio havia sido aliado de Poupino Caldas, sentindo-se depois traído pela ausência de colaboração na retomada da legalidade, escreveu seu relato ao ministro da guerra em julho, quando a província estava quase totalmente sob domínio rebelde. A situação era tal que o relato, escrito na cidade de Mato Grosso, foi levado ao Rio de Janeiro por um oficial numa longa jornada através da Bolívia e de Buenos Aires, pois o comandante não confiava que a correspondência (dando todos os detalhes do plano para retomar a legalidade) estaria segura caso seguisse pelos caminhos convencionais. Joaquim José de Almeida era de um partido oposto ao do grupo que chegou a Goiás e, dadas as circunstâncias da redação dos documentos, é inverossímil que existisse qualquer contato entre eles. No entanto, suas versões são bastante semelhantes quanto à inclusão de conselheiros de governo, magistrados e oficiais da guarda nacional dentre as lideranças da Rusga. Como vimos anteriormente, segundo o comandante das armas, os Zelosos da Independência haviam obtido em 1833, legalmente, e em quase todos os casos por via eleitoral, “a maioria dos dois conselhos, do tribunal do júri, [a] guarda nacional e juizados de direito e de paz”.¹¹⁶

Assim, ainda que haja controvérsias sobre as atuações individuais de Poupino Caldas (quanto ao grau de coação ou de colaboração), de Silva Manso (quanto à sua responsabilidade sobre um massacre ocorrido meses após sua saída da cidade) e Corrêa da Costa (que parece ter tentado uma saída conciliatória e, de qualquer maneira, não ocupava qualquer posto na noite de 30 de maio, sendo alvo de uma das escoltas no mês seguinte), é possível afirmar que o plano executado na Rusga fora elaborado por membros da Sociedade dos Zelosos da Independência que incluía quase todas as principais autoridades da província. O panfleto do “Amigo da Justiça” e a ata de 30 de maio (produzida pelas mesmas autoridades) são as únicas fontes a desvincular os conselheiros, magistrados e comandantes da guarda nacional de um papel de protagonismo no Trinta de Maio, pois no processo cuiabano as principais acusações também sobre eles recaíam. O “Amigo da Justiça” denunciou arbitrariedades que parecem ter sido realmente cometidas por Poupino Caldas e é plausível que a expulsão da província tenha sido motivada pela tentativa de autopreservação de uma autoridade que, ao que tudo indica,

¹¹⁶ “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834” AN IG1 229.

fora conivente com os crimes. Mas as alegações do panfleto sobre a inocência dos prisioneiros encobrem sua participação direta desde o planejamento, passando pela atuação na sessão da noite de 30 de maio, até o comando de escoltas em perseguição aos “adotivos”.

Não se trata, porém, de um posicionamento que permaneceu inalterado por todo o período. Como veremos adiante, alguns dos homens defendidos pelo *Manifesto*, além de outros implicados na Rusga, mudaram de posição em diferentes momentos no decorrer da perseguição aos “adotivos”, entre junho e agosto, em parte impactados pelo horror causado pela extensão do massacre e pelas cenas descritas como de “selvageria” e “canibalismo”, em parte movidos pela apreensão causada pela proximidade da chegada do presidente nomeado pela Regência, que sinalizava que em breve teriam início a repressão e os julgamentos dos crimes.

Retomando os termos do bilhete de 10 de maio, parece ter sido sobretudo a ameaça de perda do controle pelos que “têm o que perder” o que teria levado alguns dos rebeldes a desejarem a retomada da “boa ordem”, enquanto o temor da punição teria sido responsável pela fuga de outros tantos da província.¹¹⁷ Como veremos a seguir, a possibilidade de perda do controle se expressou por meio de ameaças de novos massacres, agora fundados em linhas de corte que não o local de nascimento, mas de caráter partidário (“brasileiros caramurus”), social (“brasileiros ricos”) e de cor (“caiados” e de “cores brancas”). Tratava-se de linhas assustadoramente imprecisas para muitos dos que planejaram a Rusga. Além disso, eram linhas que, nos dois últimos casos, os dividiam entre si, sendo os mais pobres e/ou os não-brancos a imensa maioria da população. A acusação de caráter partidário era ainda mais imprecisa e fluída, pois não precisava se sustentar em qualquer tipo de histórico partidário relativo à defesa de d. Pedro I, como demonstram os depoimentos dos réus que relatavam que qualquer hesitação em aderir à mobilização podia dar início ao “vozear” de que se tratava de um “caramuru”¹¹⁸. Dissemos ou não a verdade, estas testemunhas relatavam algo que esperavam que fosse verossímil diante de juízes, promotores e jurados que estavam em Cuiabá quando ocorreu a Rusga.

¹¹⁷ Sessão extraordinária de 10 de maio de 1834”. *RIHGMT*, tomos XXV-XXVIII, 1931-1932. p. 171.

¹¹⁸ Dentre outros, depoimento de Francisco Xavier das Fontes. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 216.

Por fim, a retomada da legalidade não ocorreu de uma vez no final de agosto, mas foi fruto de um longo processo, cheio de traições e de saídas individuais para escapar à punição de um crime coletivo que terminou ganhando grandes proporções, o que por sua vez inspirou novos ressentimentos e ódios. Assim, ainda que a Rusga possa ser situada entre 30 de maio e 3 de setembro, os meses finais de 1834 não foram de domínio da legalidade, mas de fuga desesperada de muitos e de predomínio da ilegalidade na perseguição a alguns dos envolvidos nos eventos. Os primeiros traídos por aliados ou cúmplices foram três ex-periquitos que não chegaram a atuar na política institucional, mas em seguida José Alves Ribeiro e outras lideranças partidárias foram também atingidas.

A resposta desses homens foi o *Manifesto* do “Amigo da Justiça”, que atribuía toda a responsabilidade a Poupino Caldas, liderança cuja trajetória pregressa dava ampla margem a desconfianças. Estivesse ou não envolvido no planejamento da Rusga, ele foi hostilizado após 1835, tanto por antigos aliados dos “adotivos” e “caramurus” assassinados, que o viam como criminoso ou cúmplice que se livrou da punição, quanto pelos implicados na Rusga, que foram alvos de suas arbitrariedades e que em alguma medida foram traídos pelo vice-presidente. Foi este o momento da construção de uma memória que atribuía a Poupino Caldas um papel de líder da Rusga e das agitações e movimentos que a antecederam, versão que teve no *Manifesto* uma narrativa muito bem construída e capaz de influenciar crônicas e obras históricas posteriores.

Esta versão buscava encobrir, por exemplo, a importância de personagens como o comerciante e pecuarista José Alves Ribeiro no massacre. O caso de Ribeiro é emblemático quanto ao uso político que teve a memória da noite de 30 de maio, pois seu irmão se tornou, poucos anos após aquela data, a principal liderança liberal da província e seus adversários nunca o deixariam esquecer do passado de crimes que podiam ser relacionados à família, aos amigos e aos aliados políticos de Manoel Alves Ribeiro.¹¹⁹ Para se ter uma ideia da extensão deste uso político, a ameaça de falar publicamente os nomes dos envolvidos na Rusga e os detalhes de sua atuação ainda era feita em tempo de eleições quase trinta anos depois¹²⁰.

Mas além de encobrir a real participação de alguns protagonistas, a narrativa da liderança de Poupino Caldas sobre as mobilizações do “povo” e da “tropa” anteriores à

¹¹⁹ Ernesto Cerveira de SENA. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes - A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso - (1834-1870)*. Tese de Doutorado em História; UnB, 2006.

¹²⁰ A Imprensa de Cuyaba, 17 de janeiro de 1861.

Rusga também reduzia as lutas da “soldadesca” a uma prévia do que se executou a partir de 30 de maio de 1834. Nesta narrativa, a trajetória anterior de contestação dos militares subalternos seria motivada pela “mão oculta” de uma liderança inconsequente e não pela resistência às violências de oficiais que não só eram nascidos em Portugal, como eram muitas vezes déspotas a abusarem de poderes que se mantiveram praticamente intocados numa época em que os demais cidadãos experimentavam as vantagens dos limites impostos à violência estatal pelo liberalismo. O Trinta de Maio não foi um momento de continuidade com relação à trajetória de luta da “soldadesca”, mas uma profunda ruptura.

Longe de ser um movimento contra o domínio despótico dos oficiais, como havia sido a sedição de 7 de dezembro de 1831, a Rusga foi um massacre cuja principal linha de corte era o local de nascimento. Não houve ameaça armada com o intuito de forçar o atendimento de uma reivindicação antes das primeiras mortes, assim como não foram encontrados indícios de confrontos, apenas de execuções de homens desarmados. Sua primeira vítima foi o sargento-mor Joaquim Duarte Pinheiro, que por anos fora descrito como um “déspota”, defensor do “absolutismo”, que preteria os “homens de cor” nas promoções da tropa. Os outros mortos na noite de 30 de maio foram o “adotivo” Bartolomeu Ramos e “um caixeiro do Domingão”, trabalhador assalariado descrito como “estrangeiro” que, ainda que provavelmente se beneficiasse de privilégios de cor, era tão desprivilegiado sob outros aspectos que seu nome sequer foi lembrado¹²¹. Assim como ocorria frequentemente na nomeação de escravos com relação aos senhores e de mulheres com relação aos maridos, ele foi descrito em todas as narrativas como uma figura vinculada a seu patrão.

4.2 – A perseguição aos “adotivos”

O caixeiro anônimo que foi morto logo após o rebate do Trinta de Maio trabalhava na loja de Domingos José Pereira, assassinado dias depois por uma escolta, na área rural da cidade. A grande letalidade do ataque aos “adotivos” na Rusga se deve sobretudo a episódios que, como este, são posteriores à primeira noite. A maior parte das cerca de 40 a 50 mortes ocorreu entre o toque do rebate e a primeira quinzena de junho, mas os

¹²¹ O caixeiro foi descrito apenas como “estrangeiro”, não sendo indicado seu local de nascimento. Ainda que seja quase certo que se tratasse de um português, não é impossível que ele tivesse outra origem, pois havia uma grande circulação de pessoas através das fronteiras paraguaia e boliviana, como demonstrado no Capítulo 2.

desdobramentos da mobilização no interior incluíram assassinatos por escoltas ou por ações relativamente autônomas com relação a Cuiabá até pelo menos setembro.

Diferentemente do que ocorreu nas três primeiras mortes, estas escoltas se colocaram como executoras de ordens legais, no que se assemelhavam àquelas que atuaram em 1831 no norte de Goiás e que foram analisadas anteriormente. Naquele caso, tratava-se de grupos de homens armados vindos do sertão da Bahia, onde já vinham promovendo matanças de “adotivos”. Meses antes dos crimes do norte goiano, uma mobilização armada em Salvador havia forçado o governo baiano a decretar a deportação dos “adotivos” que ali viviam. Um dos grupos armados a atuar naquele contexto dizia portar “ordens de matar europeus” vindas da Bahia. A existência de um documento assinado por autoridades ordenando a deportação dos portugueses, ainda que inconstitucionalmente e sob coação, parece ter contribuído para legitimar ataques em série. Com isso, Salvador se tornou, em 1831, o epicentro não só de notícias, boatos e rumores, mas também de supostas ordens de assassinato, que chegaram até mesmo a Goiás. Foi algo semelhante que ocorreu em Mato Grosso na Rusga, sendo que neste caso a análise de um amplo conjunto de fontes permite perceber que a matança, espalhada por quase toda a província, estava diretamente relacionada à mobilização ocorrida em Cuiabá.

A ata do Trinta de Maio

O principal instrumento legal que serviu de legitimação para o assassinato dos “adotivos” na província foi a ata da sessão extraordinária do conselho de governo. Redigida logo após o saque às residências e lojas, ela foi o principal documento a expor pública e formalmente as justificativas e as reivindicações da mobilização. O sumário-crime instaurado meses depois contra os “cabeças” do Trinta de Maio contém duas versões do texto da ata: uma que teria sido redigida pelo conselho, outra que teria sido “aspada”, ou seja, adulterada por “cabeças” da Rusga que estavam no quartel.¹²²

Foi João Poupino Caldas quem, em seu depoimento, acusou algumas adulterações no texto da ata de 30 de maio de 1834 e em outros documentos oficiais do governo. Seu objetivo não era chamar atenção para o que estava sendo adulterado e sim demonstrar que “o governo estava sempre coato desde o dia trinta de maio, até vinte sete de agosto, porque

¹²² “Sessão extraordinária de trinta de maio de mil oitocentos e trinta e quatro”. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 159.

as atas vinham todas da rua”.¹²³ As diferenças são pontuais, mas ainda assim dignas de serem indicadas¹²⁴. O texto começava, como era o padrão das atas de sessões extraordinárias, com a narrativa do que motivara a convocação do conselho. Os “senhores conselheiros do governo” foram reunidos por Poupino Caldas “na sala das sessões às onze horas da noite”, após terem ouvido “tocar inesperadamente a um rebate”, ao qual “o povo concorria”. Segundo a ata, neste momento o vice-presidente saiu

[...] de sua casa e passando pela frente do quartel viu em grande número o povo, e ~~tropa~~ (soldados) reunidos: mandou convocar o conselho, que devia conservar-se como se conservou em sessão permanente com o intuito de providenciar, e pôr termo a qualquer desordem que surgisse. Neste tempo, que via o alvoroço no povo, e alguns tiros de mosquetaria, apresentou-se em palácio o excelentíssimo senhor bispo diocesano e assentaram em sair pelas ruas a apaziguar o motim; tendo com efeito saído com o senhor vice-presidente, puderam atalhar em parte a desordem ~~conduzindo os soldados a se reunir no quartel~~ (por meio de exortações parte dos que vagavam pelas ruas para o quartel) onde estavam os guardas nacionais e municipais e ligeiros, e muito povo¹²⁵

Previsivelmente, ao descrever o comportamento de Poupino Caldas, a narrativa da ata enfatizava sua colaboração no restabelecimento da ordem. O rompimento teria sido obra do “povo” e da “tropa”, mas na primeira adulteração indicada, esta palavra era substituída por “soldados”, termo então geralmente usado para definir especificamente os militares das tropas regulares. A guarda nacional aparece uma única vez no documento, ao lado de “municipais, ligeiros e muito povo”, sem qualquer protagonismo na mobilização. Portanto, trata-se de uma versão bastante distinta daquela predominante nos depoimentos dados nos processos abertos em Cuiabá e em Goiás para determinar os “cabeças” da Rusga. No segundo caso, a alteração do texto parece ir no sentido de tirar do governo o poder de “conduzir” os soldados, pois só uma “parte dos que vagavam pelas ruas” se dirigiu ao quartel, e isso “por meio de exortações”. Sendo assim, as adulterações apenas reforçavam a versão de que a Rusga era obra de soldados e do “povo”, que haviam colocado o governo sob coação, reforçando a narrativa que já tinha este sentido no texto original.

¹²³ Depoimento de João Poupino Caldas, “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 150.

¹²⁴ Nas citações a seguir, as palavras riscadas dizem respeito ao documento apresentado como original, enquanto estão entre parênteses e grifadas as palavras incorporadas na suposta adulteração.

¹²⁵ “Sessão extraordinária de trinta de maio de mil oitocentos e trinta e quatro”. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 159.

Em seguida, consta da ata que “determinou o senhor vice-presidente que se escolhessem homens de confiança que debaixo de guardas fossem colocadas em cada uma das portas que se achavam arrombadas para não progredir o roubo que então cometiam os escravos”. A atribuição dos saques aos escravos não consta das demais narrativas do Trinta de Maio, que relatam ter sido um mesmo grupo, comandado por oficiais da guarda nacional, responsável pela tomada do quartel, pelo cerco silenciosos às residências e lojas e pelos arrombamentos, roubos e assassinatos. Pouco posterior à Rusga, uma relação de 13 condenados a galés perpétuas incluía oito homens que teriam cometido “roubo fazendo o arrombamento e entrando de noite”. Constam da lista os nomes de um oficial e dois praças da guarda nacional que também foram condenados como “cabeças” do Trinta de Maio: o corneta-mor Antonio da Silva Pamplona, além de João Manuel de Araújo e João Manoel Vieira. A lista inclui ainda o nome de um dos presos libertados da cadeia às vésperas do rompimento, Joaquim José dos Santos¹²⁶.

É provável que escravos tenham participado do saque, mas isso parece ter ocorrido depois de arrombadas as casas e lojas, com alavancas e a coice de armas, pelos diretamente envolvidos no plano da Rusga. Na verdade, o envolvimento de cativos no conflito era temido inclusive pelos rebeldes. Na carta atribuída ao tenente Brito afirmava-se que, após a vitória da mobilização, era necessário garantir a “polícia forte sobre escravaturas”¹²⁷. Segundo a ata de 30 de maio, as guardas colocadas nas casas e lojas arrombadas teriam permanecido “até o amanhecer do dia seguinte para as providências que se deram a fim de evitar-se maior prejuízo”.¹²⁸ Este momento de tomada do controle sobre os saques aparece também em depoimentos de réus que pretendiam se mostrar leais ao governo a fim de comprovarem sua inocência.

Porém, a partir do dia 31 de maio parte das funções estatais passaram a pertencer diretamente a uma “junta” ou “regência” estabelecida no quartel. O que ocorreu, em termos factuais, foi a demissão do comandante da guarda municipal, que até então era o responsável pelo controle do quartel e pelas funções ligadas à manutenção da ordem

¹²⁶ Um dos condenados por roubo, “João, da casa de Ana Joaquina” (que aparece em outras fontes como “João Crioulo, da casa de Ana Joaquina”) era possivelmente escravo, dada a confluência da atribuição racial com a indicação que era “da casa” da viúva de um dos assassinados na Rusga. Mas não é impossível que se trate de um liberto.

¹²⁷ Eusébio Luís de Brito a José Manuel Alves Ferreira, 15 de junho de 1834. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* p. 198.

¹²⁸ “Sessão extraordinária de trinta de maio de mil oitocentos e trinta e quatro”. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 159.

pública na cidade. A medida foi seguida, no dia 1º de junho, pela nomeação oficial dos chefes das operações militares rebeldes, para o comando do quartel. A medida, assinada por Poupino Caldas, legitimava a ação do comando militar da Rusga, que em diversos depoimentos dos dois processos, era referido como responsável pela organização e expedição das escoltas com a finalidade de matar os “adotivos”, primeiramente em Cuiabá e, em seguida, no interior da província:

O vice-presidente da província na forma resolvida pelo conselho [...] ordena que o senhor tenente-coronel comandante do batalhão das guardas nacionais mande por à disposição do sargento-mor do mesmo batalhão Caetano Xavier da Silva Pereira que se acha encarregado do comando do quartel desta cidade, quarenta e cinco guardas nacionais, e os oficiais, o ajudante Eusébio Luís de Brito, Tenente Sebastião Rodrigues da Costa, João Ferreira Mendes, e o Alferes Manuel do Araújo, para serem igualmente ali empregados no detalhe do serviço debaixo das ordens do mesmo sargento-mor. Cuiabá primeiro de junho de mil oitocentos e trinta e quatro – João Poupino Caldas.¹²⁹

Desde a legitimação do controle da guarda nacional sobre o quartel até pelo menos as primeiras prisões, no final de agosto, a sujeição ao governo e aos superiores hierárquicos, inclusive em funções ligadas à manutenção da ordem pública, não significava sujeitar-se à legalidade, mas às diretrizes traçadas por um poder que não se submetia às leis do país. Afinal, era um poder, cujo principal objetivo era matar os “adotivos” em Cuiabá e no interior da província. Esta situação é descrita por diversas testemunhas do processo cuiabano, sendo uma delas o guarda municipal João Antonio da Cruz, que afirmou que

[...] depois da noite do dia trinta de maio, seria primeiro ou segundo de junho, o capitão João Ferreira Mendes mandou chamar do quartel ao doutor Pascoal Domingues de Miranda, e vindo este teve com aquele uma grande conferência no Estado Maior, e no momento que o dito Pascoal saiu para a sua Casa, fizeram reuniões de soldados, uns para sair com um bando que se publicou, e outros para ir na escolta que marchava atrás do mesmo bando, em procura dos adotivos para os matar, sendo o diretor desta escolta, e quem nomeava os soldados que deviam acompanhar, Sebastião Rodrigues da Costa, o qual dirigindo-se ao Juiz de Paz José de Melo e Vasconcelos, com um tom imperativo ordenou-lhe que acompanhasse a escolta, e por o juiz de paz dizer-lhe estava camado [sic] e molesto lhe disse o dito Sebastião, que a sua ordem não admitia desculpa¹³⁰

¹²⁹ Nomeação para o serviço do quartel. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 1 p. 273.

¹³⁰ Depoimento de João Antonio da Cruz. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 1. p. 146,

Na versão do guarda municipal “o governo estava sem forças para rebater os sediciosos, e por isso os juízes que não tinham parte nas desordens viam-se obrigados a cumprir ao que os ditos sediciosos lhes ordenavam”¹³¹. Ainda que haja divergências entre as narrativas, no que se refere à coação ou colaboração desta ou daquela autoridade, o quadro geral era de instrumentalização do Estado para cumprir a finalidade, evidentemente ilegal, de matar os “adotivos”. A existência de um “governo”, “junta” ou “regência” no quartel foi também descrita por várias testemunhas. Nas palavras de uma delas,

[...] é muito público que no quartel desta cidade se levantou um governo revolucionário que tudo mandava e governava e era executado sem lei, e isto desde a noite de trinta de maio do corrente o qual era composto do doutor Pascoal Domingues de Miranda, Bento Franco de Camargo, José Jacinto de Carvalho, Tenente-Coronel Caetano da Silva Albuquerque, o sargento-mor Caetano Xavier da Silva Pereira, o Tenente Sebastião Rodrigues da Costa, o Ajudante Eusébio Luís de Brito, capitão João Ferreira Mendes, e Luís de França Periquito, sendo os três primeiros diretores da rusga, e hostilidades, e executores os mais que nomeou.¹³²

Também neste caso importam menos as responsabilidades individuais, que variam a depender do depoimento, e mais a caracterização da existência de um “governo revolucionário”, denominado também como “junta” ou “regência do quartel” a depender do documento. Neste sentido, importa notar que a noite de 30 de maio foi um marco crucial, mas não único, na criação de uma situação de suspensão da legalidade, sem que o governo central, situado no Rio de Janeiro, fosse oficialmente informado de que ocorria. Em comunicações com autoridades que estavam fora da província, Poupino Caldas relatou a retomada da ordem após os saques e assassinatos de 30 de maio. Dentre estas autoridades estavam o presidente e o secretário de governo de Goiás, além do presidente nomeado pela regência para governar Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro, que durante a perseguição aos “adotivos” estava em viagem entre o Rio de Janeiro e Cuiabá. Recorrer ao governo de Goiás era a medida imediata mais razoável a ser tomada naquele momento, por se tratar de uma província mais próxima e que contava com estabilidade institucional naquele momento. Porém, o comandante das armas havia sido impedido de estabelecer relações seguras com esta parte do país e as demais autoridades estavam sob

¹³¹ Depoimento de João Antonio da Cruz. Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 1. p. 146,

¹³² Depoimento de Joaquim Soares dos Santos Barbolina. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 1. p. 203,

orientação rebelde. Portanto, coube aos fugitivos “adotivos” e “caramurus” que chegaram à capital daquela província informar o ocorrido. Mas por terem saído rapidamente da província, eles só relataram os crimes ocorridos até os primeiros dias de junho.¹³³

A ausência do comandante das armas provavelmente fez parte do cálculo político e militar dos que planejaram a Rusga. Mas além da ausência propriamente dita, o fato de Joaquim José de Almeida ter partido para uma cidade que era passível de ser isolada do centro-sul do Brasil por via do bloqueio do caminho que a ligava a Cuiabá facilitou enormemente a continuidade dos assassinatos, pois o comandante teve que enviar sua correspondência à Corte relatando os crimes e pedindo instruções por via da Bolívia e de Buenos Aires¹³⁴.

A criação de uma espécie de fronteira militarizada no interior da província já havia ocorrido durante a Independência. Portanto, os cuiabanos sabiam que era possível, nos termos usados em 1821, cortar a “comunicação com esta cidade, para assim por estes povos em apertado sítio”. Bastou, tanto em 1821, quanto em 1834, garantir o controle sobre uma guarnição militar que vigiava o único local onde se fazia a travessia do Rio Paraguai regularmente. Tratava-se de Vila Maria, atual cidade de Cáceres, que desde o período colonial operava como um centro importante de controle sobre os fluxos no interior da província e de fornecimento de carne para os soldados de diversas guarnições, além de funcionar como ponto suficientemente afastado da fronteira internacional para que se confiasse ao seu comandante a guarda de parte considerável da pólvora existente na província. Ainda que fosse possível cortar os sertões em busca de rotas alternativas, as dificuldades e os riscos eram enormes, inclusive pela resistência de povos indígenas não-incorporados e que já haviam reagido duramente a incursões em seus territórios. De qualquer maneira, não foram encontrados indícios de que o comandante das armas tenha sequer cogitado esta possibilidade. Pelo contrário, sua estratégia passava necessariamente pelo controle de Vila Maria e de Poconé antes da retomada de Cuiabá.¹³⁵

Ao que parece, o controle de Vila Maria foi garantido ainda em junho e a única medida que o comandante das armas pôde tomar foi a de mandar esconder a pólvora nas matas que cercavam a povoação, para que ao menos os rebeldes não tivessem acesso a

¹³³ Inquérito de Goiás. *IHGMT* (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141)

¹³⁴ Dentre outras, “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834” e “Almeida a Ferreira de Brito, 18 de setembro de 1834”. AN IG1 229. A referência ao trajeto pela Bolívia consta desta correspondência de Almeida. O embarque por Buenos Aires é mencionado nos *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 30 de maio de 1835.

¹³⁵ “Almeida a Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834” e “Almeida a Ferreira de Brito, 18 de setembro de 1834”. AN IG1 229.

ela. Como veremos adiante, o conselho de governo enviou tropas para reforçar Vila Maria e destituiu oficialmente o comandante das armas no começo de agosto. Por ora, importa chamar a atenção para o fato de que, assim como no caso das medidas de manutenção da ordem pública e de “polícia sobre a escravatura”, relativas a Cuiabá, o responsável por comandar o reforço foi designado oficialmente pelo governo. João Ferreira Mendes alegou em sua defesa

[...] que sendo nomeado capitão da referida guarda [nacional] naquela época desgraçada, foi logo também nomeado para ir à Vila Maria por determinação do conselho provincial, [...] e nesta comissão se portou o justificante com toda a prudência, e moderação não ofendendo nem maltratando a pessoa alguma.¹³⁶

Nove testemunhas foram convocadas a depor sobre as alegações do réu, sendo que apenas uma – que foi evasiva em todas as perguntas – deixou de reafirmar que Mendes fora a Vila Maria por ordem do governo e que nada constava de negativo sobre seus procedimentos nessa viagem. Uma das testemunhas foi o próprio vice-presidente, João Poupino Caldas.¹³⁷

A suspensão da legalidade envolveu ainda o uso, pelas escoltas, de supostas ordens legais autorizando o assassinato de “adotivos” pelo tempo de dois meses. O argumento dizia respeito a uma anistia que teria sido decretada pela regência ou pelo poder legislativo, no Rio de Janeiro; diversas testemunhas relataram que fora em nome da lei que as escoltas agiram no interior da província. Um dos depoimentos descreve que, estranhando esses argumentos, o sargento-mor Joaquim José de Santana pediu esclarecimentos ao professor de lógica e procurador fiscal Brás Pereira Mendes, por se tratar de um letrado, ao que este respondeu, num bilhete que foi anexado ao processo, que “não procure desaforo na lei, porque esta se cala à vista da anistia concedida pelo poder legislativo por dois meses aos que cometerem crimes no sentido de que se trata.” A crer nos depoimentos, eram letrados, incluindo magistrados em exercício, que asseveravam que matar “adotivos” tinha se tornado legal por decisão vinda da Corte.¹³⁸ Exemplar quanto a isso é o depoimento do réu Francisco Pereira do Nascimento, que alegou em sua defesa que

¹³⁶ Justificação de João Ferreira Mendes. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 268.

¹³⁷ Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 272-307.

¹³⁸ Bilhete de Brás Pereira Mendes. Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 216.

[...] perguntando ele réu ao sargento-mor Caetano Xavier da Silva Pereira se não era crime matar bicudos, e roubar a estes, pelo mesmo lhe foi respondido que não, pois que era ordem da Regência; não contente ele réu com esta resposta, dirigiu-se ao doutor Pascoal Domingues de Miranda, então juiz de direito desta comarca, a fazer-lhe a mesma pergunta, o que lhe foi pelo dito juiz de direito respondido que não era crime algum e se ele réu não estava vendo oficiais da guarda nacional no quartel, e que era ordem da Regência; com esta resposta, sendo ele réu ignorante, e ouvindo destes dois principais da província, acreditou.¹³⁹

Percebe-se, portanto, que a situação de suspensão da legalidade no que diz respeito à morte de indivíduos nascidos em Portugal foi possibilitada pela adesão de letrados e de representantes da justiça, bem como pelo uso da argumentação de que se seguiam ordens legais vindas da Corte, fossem emanadas da regência ou do poder legislativo. Ainda que fossem questionadas, essas alegações podem ter de fato convencido muitas pessoas na província de que o massacre era legal, e não um ato de rebelião. Principalmente porque, como veremos a seguir, as notícias e as análises da imprensa pouco anteriores à Rusga, asseveravam que estava ocorrendo no Brasil uma luta de vida ou morte entre os defensores da pátria, da constituição e do trono de d. Pedro II, por um lado, e terríveis conspiradores que tramavam o retorno de d. Pedro I, por outro. Conspiradores que eram identificados insistentemente com os nascidos em Portugal.

Retomando a ata de 30 de maio, o relato da mobilização informava que as casas invadidas “eram só [as] dos adotivos, contra quem faziam o motim e vozeavam = vivam os brasileiros e morram os bicudos”¹⁴⁰. No geral, esta narrativa converge com aquela dos depoimentos, ainda que estes também descrevam gritos contra os “caramurus”. Na noite da Rusga, mesmo estando presentes na cidade diversos homens identificados como “caramurus”, foram mortos apenas os “bicudos” - denominação pejorativa dada aos nascidos em Portugal, fossem “adotivos” ou estrangeiros. Ainda de acordo com a ata, uma vez iniciada a sessão e

[...] chegando ao palácio o senhor vice-presidente, mandou convocar, e compareceram os senhores juiz de direito, juiz municipal, e juízes de paz do primeiro e segundo distrito, o presidente da câmara municipal, e o promotor público, a quem fazendo saber tudo quanto ocorria, ordenou que os senhores juízes fossem ao quartel a ver o que queria o povo e a tropa¹⁴¹

¹³⁹ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 533 (doc. 106).

¹⁴⁰ “Sessão extraordinária de trinta de maio de mil oitocentos e trinta e quatro”. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 159.

¹⁴¹ “Sessão extraordinária de trinta de maio de mil oitocentos e trinta e quatro”. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 159.

Este momento da sessão também foi relatado em depoimentos e pelo *Manifesto*, pois era relevante para as acusações de ocupantes de postos políticos e judiciais nos processos criminais. O panfleto em defesa dos réus, entre os quais o juiz de direito e o promotor, incluía na descrição que essas autoridades haviam sido buscadas sob escolta, argumento que reforçava o argumento da coação¹⁴². Também aqui, fosse qual fosse a situação individual de coação ou colaboração desses homens, o fato é que o “povo” e a “tropa” eram formados principalmente por guardas nacionais, incluindo oficiais que eram também conselheiros de governo. Os magistrados, ainda que tenham alegado inocência e que tenham sido defendidos no *Manifesto* publicado no ano seguinte, foram apontados por testemunhas, tanto de Cuiabá, quanto de Goiás, como homens que passaram a comandar a expedição das escoltas para matar os “adotivos” e não como autoridades coagidas.

Por fim, com o retorno dos juízes, foi apresentada a exigência dos rebeldes. Os magistrados disseram que os homens que estavam no quartel

[...] requisitavam a remoção de todos os adotivos menores de sessenta anos para fora da província por não convir que continuem no exercício de seus empregos civis ou militares, visto que pelas provas que tem dado de inimigos declarados das nossas instituições se achavam armados em suas casas com grande número de armas e cartuchame esperando a notícia da restauração do Duque de Bragança neste Império como eles mesmos anunciavam publicamente por isso protestavam o mesmo povo, como soldados e tropa não depor as armas sem ver satisfeita a sua requisição, pois se achavam convencidos que por outra forma não podiam ~~tranquilizar~~ (ter segura) a província, e pondo o senhor vice-presidente a consideração do conselho depois de mui sérias reflexões por serem estas medidas tomadas contra a lei, e achar-se o governo coato por falta de força armada a sua disposição, ~~pois que o povo reunido com soldados se achavam de posse do quartel~~ (em tal colisão) resolveu de acordo com os magistrados que fossem removidos para fora da cidade os referidos adotivos no prazo de vinte e quatro horas (visto que assim o exigiam) para saírem da província, que se fizesse ver ao povo, e tropa por meio de uma proclamação, que já tudo ficava em sossego, dando-se disto mesmo parte a Sua Majestade Imperial, com a cópia da presente ata, e levantou-se a sessão¹⁴³

Além de descrever como argumento dos rebeldes uma suposta conspiração restauradora em Cuiabá, a ata manteve-se coerente na afirmação de que o governo estava coato diante de uma requisição do “povo” e da “tropa”. As adulterações são interessantes também neste excerto, dado que elas tendem a reforçar dois argumentos importantes

¹⁴² “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

¹⁴³ “Sessão extraordinária de trinta de maio de mil oitocentos e trinta e quatro”. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 159.

quanto à efetiva realização do massacre. No primeiro caso, o de que não se tratava apenas de “tranquilizar” a província, mas de a “ter segura” diante de uma ameaça. No segundo, o ocultamento de que os rebeldes estavam “de posse do quartel”, com toda a força armada disponível. Ao invés disso, aparece a expressão vaga de que o governo estava “em tal colisão”.

Por fim, a ata da sessão de 30 de maio, documento utilizado para a concretização da matança dos nascidos em Portugal nos meses seguintes, foi assinada pelos mesmos homens que passaram a expedir ou comandar escoltas para cometer os assassinados, primeiro em Cuiabá, em seguida no interior. Sendo previsível que tamanha quebra da legalidade seria repreendida pela Corte do Rio de Janeiro, a responsabilidade sobre a mobilização era atribuída genericamente à “tropa” ou aos “soldados”, além do “povo”. Ao dissimular uma mobilização da “soldadesca” semelhante àquela de 7 de dezembro de 1831, os protagonistas do Trinta de Maio parecem ter, num primeiro momento, encenado sua própria coação por preverem a inevitabilidade da repressão e do julgamento legal num momento posterior. Os crimes de 30 de maio de 1834 foram executados sob o disfarce de que se tratava de uma dentre tantas “rusgas” promovidas por soldados, quando na verdade estes tinham sido expulsos da cidade dois anos antes.

Os protagonistas de mobilizações que ultrapassavam os limites da legalidade sem que propusessem a tomada do poder político e o rompimento com a soberania do Império – caso de todas as revoltas da “soldadesca” na província entre 1821 e 1832 – sabiam que, fossem ou não atendidas suas reivindicações, estavam sujeitos a punições posteriores. Diante disso, podiam incluir dentre as exigências um compromisso formal de não punição, como ocorreu numa mobilização contra os “adotivos” no Maranhão, mas sem qualquer garantia de que o acordo seria respeitado¹⁴⁴. Em Mato Grosso, a “soldadesca” não cometeu assassinatos em seu longo percurso de enfrentamentos com os comandantes, o que teria agravado duramente as penas estabelecidas na lei, incluindo a possibilidade de aplicação da pena de morte. Ainda que pudesse haver indivíduos dispostos a matar (como houve na revolta do Forte do Príncipe, em 1831), coletivamente as sedições militares foram marcadas pela contenção dos possíveis excessos¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Nesse sentido, importa mencionar que não foram encontrados registros de mortes por soldados rebelados em nenhuma das mobilizações de soldados e oficiais inferiores analisadas anteriormente; ao menos quinze entre 1821 e 1832. A ata da sedição do Maranhão consta da *Matutina Meyapontense*, 285 (24 de janeiro de 1832).

¹⁴⁵ Sobre a Revolta do Forte do Príncipe, ver o Capítulo 2.

O sucesso das mobilizações da “soldadesca” estava justamente na coação das autoridades, sem que fosse necessário concretizar a ameaça de uso das armas. Assassinar significaria uma derrota, pois o resultado seria ou uma pena muito dura – que poderia ser a morte – ou a necessidade de fugir desesperadamente para se colocar fora do alcance da justiça. Ao tomarem a decisão de matar os “adotivos” da província, as lideranças da Rusga tiveram em conta a possibilidade de não-responsabilização prévia por via da atribuição da mobilização à “soldadesca”. Mas, além disso, contavam com a situação de iminente guerra civil entre “patriotas” e “caramurus” no Império. Esta situação era descrita pela imprensa e certamente contribuiu para tornar aceitável para muitos a ideia de eliminar da província o partido “restaurador”, inimigo da “pátria” e da “constituição” encarnado nos membros “adotivos” da nacionalidade brasileira.

Restauradores e caramurus

Os protagonistas da Rusga justificaram a matança em termos defensivos, como reação a um plano dos brasileiros “adotivos” para assassinar brasileiros “natos”. Lembremos que a ata de Trinta de Maio descrevia os cidadãos nascidos em Portugal como inimigos declarados das instituições brasileiras, “armados em suas casas” enquanto esperavam “a notícia da restauração do Duque de Bragança neste Império, como eles mesmos anunciavam publicamente”¹⁴⁶. Esta alegação, presente também em outras fontes, não diz respeito apenas a uma ameaça local, mas insere os conflitos de Cuiabá na narrativa de uma iminente guerra civil no Império. Para compreender os sentidos desta justificativa, evocada para legitimar o massacre, tratemos brevemente do debate público a respeito da ameaça de “restauração” entre 1833 e 1834.

Como vimos anteriormente, a crise política que levou o vice-presidente André Gaudie Ley a chamar o presidente a retomar o posto, em dezembro de 1833, ocorreu após a publicação de uma circular da regência recomendando a organização da guarda nacional para impedir os planos de restauração. A demora em tornar público o documento motivou uma representação da Sociedade dos Zelosos da Independência e a reunião secreta de novembro, na qual teria sido proposto o assassinato dos “adotivos”. Importa acrescentar que ao menos três sessões do conselho geral resultaram em manifestações de repúdio ao secretário de governo Albano de Sousa Osório pela demora em publicar a circular. Numa

¹⁴⁶ “Sessão extraordinária de trinta de maio de mil oitocentos e trinta e quatro”. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 159.

delas, a 16 de dezembro de 1833, o conselho geral, presidido por José Jacinto de Carvalho, alegou que “o que se anunciam nas folhas públicas é que os Caramurus são poucos, porém que fazem tanta bulha, que iludem a muitos para passarem por fortes”. A demora em se publicar a circular seria a prova de que “há aqui este partido de perversos”. O argumento de Osório, de que havia assuntos mais importantes a tratar, seria uma “declaração petulante do caramuruísmo de um ingrato, de um inimigo de sua pátria”, que achava que havia “no Brasil um negócio de mais transcendência do que o evitar a restauração do Duque de Bragança”.¹⁴⁷

Documentos oficiais da regência anunciando a iminência da guerra civil e conclamando à luta contra a restauração não deixaram de ser vistos, naquele contexto, como incitações ao ódio aos “adotivos”. Assim, um texto publicado na *Matutina* em agosto de 1833 criticava a opinião da oposição de que essas mensagens tinham “por fim inflamar os brasileiros natos contra os brasileiros adotivos”, trazendo “a guerra civil às províncias do Norte”. A resposta dos “moderados” foi negar que houvesse “excitação de paixões” nesses documentos, bem como questionar “que relação íntima se dá entre a ideia de restauradores e a de brasileiros adotivos”¹⁴⁸. Apesar do argumento, essa relação estava fundamentada em muitos anos de identificação, no debate público, entre partidários de d. Pedro I e os nascidos em Portugal. A generalização e utilização discursiva do fato de que havia muitos “adotivos” na oposição “caramuru” ao governo servia aos fins da luta partidária centrada no Rio de Janeiro. Também importa notar a menção ao impacto dos alertas contra os restauradores especificamente nas províncias do norte, expondo o quanto a preocupação com a estabilidade na Corte poderia gerar instabilidade em províncias onde as tensões e as composições partidárias tinham configurações diversas. Em lugares onde as expressões de ódio aos “adotivos” envolviam mobilizações armadas, assassinatos e grandes tumultos, a demanda por estabilidade podia se chocar com a politização do local de nascimento que acompanhava essa difusão das tramas restauradoras.

Contudo, tal politização não se dava como campanha ostensiva, relacionando os nascidos em Portugal à condição de defensores da restauração, até porque esta relação já estava estabelecida no debate público desde o Primeiro Reinado. O que ocorria, por exemplo, eram menções pontais aos restauradores como um partido “português” ou “recolonizador”. Os termos usados em agitações populares contra os “adotivos”, como “bicudos” e “marotos” não eram, porém, usuais na *Matutina* ou na *Miscelânea*, parecendo

¹⁴⁷ ACBM/IPDAC Caixa 32 -Pasta 134 – env. 875

¹⁴⁸ *Matutina Meyapontense*, 461 (07 de agosto de 1833).

expressar uma cultura política não necessariamente vinculada ao debate partidário nacional centrado no parlamento. A multidão da Rusga entoou “morras” tanto aos “bicudos” quanto aos “caramurus”, mas, ainda assim, sua justificativa estava plenamente inserida nos termos do que se discutia na imprensa da Corte e na *Matutina*. Como no caso das “rusgas”, dos “anarquistas” e dos “caramurus”, publicavam-se conteúdos que incluíam desde textos de filósofos até versinhos desprezíveis para explicar o que significava defender a causa da “restauração”:

O QUE É SER RESTAURADOR

Perder de todo a vergonha,
Ser vil, infame e safado,
Desejar ser cavalgado,
Tomando de besta a ronha;
Buscar a sorte medonha,
Que nos prepara o Traidor,
Não lhe assomar o rubor,
De curvar-se ao Luso arteiro
Eis aqui, ó brasileiro
O que é *restaurador*.¹⁴⁹

Entre 1832 e 1834, a polarização entre a “moderação” e o “caramuruísmo” tendeu cada vez mais a se colocar nos termos de uma oposição entre a “nacionalidade” e um partido estrangeiro, ou ainda, entre o progresso trazido pelo Sete de Abril e a “restauração” - ou mesmo “recolonização”¹⁵⁰. A polarização foi tema de diversos artigos na *Matutina* que defendiam a unidade da pátria na defesa do governo contra a oposição:

[...] os homens que até hoje pareciam separados por efeito dos nomes – *moderado* e *exaltado* – estão unidos debaixo de um só nome – *brasileiros* – dominados por um só princípio – *patriotismo* – destinados a um mesmo fim – *salvar a pátria* – e armados contra inimigos comuns – os *Restauradores* – ou

¹⁴⁹ *Matutina Meyapontense*, 515 (12 de fevereiro de 1834)

¹⁵⁰ Apesar de “caramuru” ser uma identidade partidária desde antes, o termo “caramuruísmo” ganhou força nos debates deste período. Na base de dados da Biblioteca Nacional, todas as ocorrências de “caramuruísmo” datam do período 1832-1836, sendo quase todas dos anos de 1833 e 1834, marcados pelos debates em torno de revoltas atribuídas a este partido em Minas Gerais, Pernambuco e Ceará. Um texto intitulado *A Moderação e o Caramuruísmo*, do periódico *Independente*, republicado na *Matutina* (n. 422: 23 de março de 1833) sistematizou em seis pontos as divergências entre os defensores do Sete de Abril e a “facção desorganizadora que se intitula Oposição”: “1º A Moderação tende a enfraquecer a predominância ao espírito Militar no nosso país; a oposição pelo contrário forceja por exaltá-lo [...]; 2º A moderação é do voto das reformas na Constituição demandadas pela opinião pública, e pelos reais interesses do Brasil, a oposição é inflexivelmente anti-reformista [...]; 3º A Moderação trabalha por economizar a substância pública; a oposição procura desperdiçá-la [...]; 4º A Moderação sustenta fervorosamente a causa da revolução; a oposição protege e defende os restauradores [...]; 5º A Moderação anela pelas reformas no pessoal dos tribunais civis e militares. A oposição se desmanda em defender o pessoal desses Tribunais, protetores de todos os crimes [...]; 6º A Moderação sustenta a Regência legal de cuja estabilidade e segurança podem só provir a estabilidade e andamento das nossas coisas políticas; a oposição pelo contrário recorre a todos os meios para derrubar o governo, intrigando, caluniando, sublevando-se e semeando a discórdia civil”

antes – *recolonizadores* – que restaurar D. Pedro, quando pode dizer-se já rei de Portugal, nada menos é do que recolonizar o Brasil, como sempre se tivera em mira.¹⁵¹

Ao mesmo tempo em que unia os brasileiros na defesa da “pátria” e na exaltação do Sete de Abril, esse discurso impunha uma necessidade de vencer um inimigo irreconciliável:

A Nacionalidade está em campo com a Restauração, e talvez bem perto de virem a braços. Nem um brasileiro, digno deste nome, ficará indiferente na grande luta, nem duvidará qual dos partidos deve abraçar. A Nacionalidade sustenta e quer exaltar a glória do Grande dia Nacional 7 de Abril de 31; a Restauração pretende fazer reviver o dia morto 17 de Abril de 32: não há esperança nem meio de reconciliação entre pretensões tão diametralmente opostas: um dos partidos há de vencer, e o outro de sucumbir vencido.¹⁵²

O “dia morto 17 de Abril de 32” era uma referência à mobilização armada narrada anteriormente, na qual se tentou destituir o governo dando-se “vivas” a d. Pedro I. Como vimos, para além dessa identificação dos partidos com os marcos cronológicos que reafirmavam vitórias dos “moderados”, havia uma leitura progressista da história a deslegitimar um campo político ao qual se atribuí a defesa do passado. Por fim, os “caramurus” e “restauradores” (relacionados aos nascidos em Portugal) eram identificados com as principais ameaças de guerra civil no país. Mobilizações ocorridas em diferentes províncias e com as mais variadas motivações e composições sociais eram apresentadas como sendo parte de um único plano, tramado por um pequeno grupo de conspiradores ligados a periódicos “caramurus” existentes na Corte.

As sociedades patrióticas tiveram, então, um papel importante na difusão desses discursos, articulando periódicos, parlamentares e governo¹⁵³. Muitas delas cumpriram funções que misturavam perigosamente manutenção da ordem pública, manifestações de

¹⁵¹ *Matutina Meyapontense*, 334 – 10 de novembro de 1832

¹⁵² *Matutina Meyapontense*, 411 – 13 de fevereiro de 1833

¹⁵³ Como vimos anteriormente, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, que surgiu primeiramente na cidade de São Paulo, foi organizada na Corte logo depois do Sete de Abril, e possivelmente chegou a reunir milhares de pessoas. Importa ressaltar que o número de sócios e de filiais, bem como a influência no governo e no parlamento, a particularizam no conjunto dessas associações. Ao longo de sua existência, as reuniões deixaram de ser em casas particulares e passaram a ocorrer na Sociedade de Medicina e, em seguida, na câmara municipal. Segundo Marcello Basile, pelo menos 38% da câmara dos deputados na legislatura de 1830-1833 era de membros desta Sociedade, sendo que a tentativa de golpe, por uma parte de alguns “moderados” em 1832, contou com diversos sócios na elaboração do plano, incluindo o líder da tentativa, Diogo Antônio Feijó. Marcelo BASILLE. “Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional”. *Revista Dimensões*, Espírito Santo, Vol. 18, p. 349-383. Augustin WERNET. *Sociedades Políticas (1831-1832)*. São Paulo: Cutrix/MEC, 1978.

rua e representações para pressionar as autoridades¹⁵⁴. Assim, a mais influente delas - a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional – aprovou logo no início de suas atividades, em 1831, que os sócios e cidadãos voluntários fariam rondas noturnas, sob direção dos juízes de paz, até que se criasse a Guarda Nacional, o que foi aprovado pelo ministro da justiça. Também foi decidido, quando das primeiras sessões, que se representasse ao governo para que fossem arrolados todos os portugueses e estrangeiros existentes no Império, “a fim de saber-se ao certo aqueles que não podem gozar dos direitos políticos”¹⁵⁵.

Já a sociedade patriótica criada em Meia Ponte pelos “moderados” ligados à *Matutina* decidia, por exemplo, sobre o oferecimento ao governo de planos para a manutenção da ordem e sobre as medidas a serem tomadas para frustrar a difusão de boatos¹⁵⁶. As sessões também traziam os relatos dos juízes de paz dos diversos julgados, que respondiam à requisição da sociedade sobre “pessoas estranhas que apareçam em seus distritos, principalmente sobre aquelas que tendam a perturbar a paz e a ordem pública”. Ainda que “exaltados” e “caramurus” tivessem também suas publicações e associações políticas, elas eram muito menores, menos influentes e parecem não ter chegado a províncias periféricas como Goiás e Mato Grosso, além de sofrerem uma perseguição partidária legitimada pelo Estado.

Em Mato Grosso - como ocorria em outras partes do Império -, a difusão da polarização dos campos políticos em torno dos planos de restauração ocorreu por via da

¹⁵⁴ O perigo que provinha da força adquirida por essas associações era uma questão que se colocava na época, ainda que os partidos geralmente se acusassem mutuamente e não tratassem de suas próprias práticas. Num texto do “moderado” Evaristo da Veiga contra a Sociedade Federal, ele afirmava que esta associação “pode ser fatal à nação e pode impedir os futuros legisladores de pensarem de sangue frio e com maturidade. Eis que aparece outra Sociedade. Os seguidores consideram aos outros como seus inimigos e perseguidores. Surgem paixões e rivalidades como nas seitas e religiões.” *O Homem e a América* (n. 31, 23 de junho de 1832, apud Augustin WERNET, op. cit. p. 125). Num texto do periódico “moderado” *O Paulista* (n. 27, 19 de dezembro de 1831, idem), que criticava a “exaltada” Sociedade Federal, argumentava-se que ao contrário desta, a Sociedade Defensora fora criada num momento de “verdadeira conjuração contra o príncipe tirano que estava a lançar mão dos últimos recursos para dar cabo da liberdade. Foi ela uma sociedade armada para fazer às vezes os serviços da guarda nacional, e defender a Constituição e a nacionalidade dos ataques do poder escorado numa facção audaciosa. Então julgávamos que a Sociedade convinha para resistir-se à opressão, não deixando de desconhecer, todavia, que elas são perigosas depois de feitas as revoluções.”

¹⁵⁵ apud Marcelo BASILLE. “Sociabilidade e ação políticas na Corte regencial...”, op. cit. Esta relação de estrangeiros foi realizada em Mato Grosso entre 1832 e 1834. ACBM/IPDAC Caixa 26 - Pasta 102 – env. 291; ACBM/IPDAC Caixa 41 - Pasta 163 – env. 1295.

¹⁵⁶ Num desses casos, os boatos não eram sobre matanças ou guerras, mas sobre o alívio fiscal que resultaria da adesão dos lavradores goianos à “federação”, que era a palavra da vez nos sertões do norte, que recebiam notícias e boatos da Bahia. Fundada em janeiro de 1832, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de Meia Ponte tinha relações evidentes com o periódico: o proprietário da *Matutina*, Joaquim Alves de Oliveira, foi eleito presidente, enquanto o redator, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, foi o segundo mais votado..

imprensa e da Sociedade dos Zelosos da Independência, mas também nas proclamações oficiais. Assim, no dia 8 de março de 1834, às vésperas da Rusga, o presidente de Mato Grosso discursou ao “povo cuiabano” sobre os conflitos que haviam culminado na destituição do líder “caramuru” José Bonifácio de Andrada e Silva da tutoria de d. Pedro II. A proclamação narrava uma manifestação em frente à sede da Sociedade Militar, associação política ligada dos “caramurus” na Corte, onde os sócios haviam marcado uma reunião. O relato estimava que cerca de mil pessoas haviam se dirigido ao local

[...] com o intuito de repelir qualquer descomedimento e insulto da mesma sociedade, e vendo que esta se não reunia, requereram ao juiz de paz passasse a examinar se havia armamento oculto [na sede da associação]; e no momento em que este juiz procedia o exame, puderam algumas pessoas introduzir-se na casa e lançar pelas janelas fora alguns móveis e papéis, ao mesmo tempo que outras se dirigiam a destruir (como destruíram) as tipografias Paraguaçu e Diário do Rio de Janeiro, onde se imprimia a maior parte daqueles periódicos, e partindo deste ajuntamento uma representação ao governo, tendente a ser dissolvida a Sociedade Militar, e suspenso o tutor de Sua Majestade Imperial, como sustentáculos do partido restaurador, conseguiram alguns juizes de paz a dispersão do dito ajuntamento.¹⁵⁷

Ainda de acordo com a proclamação, dias depois “o governo começou a receber participações de pessoas fidedignas, as quais todas concordavam na existência de uma conspiração próxima a arrebentar com o fim de derrubar a Regência, e o Governo” e “efetuar a restauração do Duque de Bragança, indicando-se como centro do partido conspirador o doutor José Bonifácio de Andrada e Silva, tutor do nosso Augusto Monarca”. Por fim, o presidente relatou que a regência havia substituído o tutor e celebrou com os cuiabanos “tantas vitórias que (graças à Providência) constantemente temos alcançado dos inimigos da terra de Santa Cruz e do Dia Sete de Abril”. Apesar de não exaltar os atos ilegais praticados contra a associação e as tipografias da oposição, a proclamação celebrava uma vitória da “pátria” que se dera por meios ilegais de perseguição partidária.

Certamente também teve influência sobre as formas e significados políticos presentes na Rusga uma folha intitulada *Miscelânea Cuyabanense*. Escrita em Cuiabá, ela foi publicada, com cabeçalho à parte, dentro da *Matutina*. Seu anúncio ocorreu na edição de 11 de maio de 1833, quando já haviam chegado à tipografia “três folhas anônimas”, datadas de 1º de fevereiro, 1º de março e 1º de abril daquele ano. Segundo o redator da *Matutina*, ao receber a primeira dessas folhas,

[...] não prestamos a devida atenção, recebendo, porém, os números 2º e 3º resolvemos a tomar sobre nós a responsabilidade e publicar o que nos parecer

¹⁵⁷ Doc 5, 346

mais conveniente, visto que seu autor, nem debaixo de segredo nos quer dar-se conhecer. A linguagem é pura, o estilo bom, e pertence aos amigos da ordem, e se bem que pareça aproximar-se aos exaltados; recomendamos, todavia, sua doutrina como livre e constitucional¹⁵⁸

Ao todo, nove números da *Miscelânea Cuyabanense* foram publicados no interior da *Matutina Meyapontense* até 26 de fevereiro de 1834. Não foi possível determinar a autoria, mas certamente tratava-se de um membro ou apoiador da Sociedade dos Zelosos da Independência.¹⁵⁹ Ao aceitar a impressão, mesmo afirmando desconhecer sua autoria, o periódico assumiu a responsabilidade jurídica pelos escritos e, por esta razão, o redator da *Miscelânea* autorizava que se suprimisse o que não fosse conveniente.

Àquela altura, a *Matutina* já publicava uma quantidade menor de correspondências, crescentemente menos marcadas pela presença de diferentes posições sobre a política em Mato Grosso. Os debates intensos e relativamente livres sobre os assuntos mato-grossenses ocorreram principalmente entre 1830 e 1831. Outra mudança no periódico goiano foi a adesão a um discurso que incitava o ódio aos portugueses, o que destoava fortemente das posições do redator durante as perseguições e assassinatos de “adotivos” pela “soldadesca” ou por “malfeitores” vindos da Bahia, quando ele dizia que “o partido Português deixou de ser temível para o Brasil logo que d. Pedro saiu de nossas praias.”¹⁶⁰

Quando da criação da *Miscelânea*, sua motivação declarada eram as eleições que se aproximavam. Porém, em razão da demora do redator da *Matutina* em publicá-la, a folha acabou não tendo influência sobre o pleito, dado que a impressão se deu a partir de 11 de maio e uma viagem entre as duas cidades demorava cerca de um mês¹⁶¹. O ideário e a linguagem da *Miscelânea* eram distintos daqueles da *Matutina*; conforme o redator desta última, aquela publicação estava próxima dos “exaltados”. A diferença era tanto de estilo como de doutrina, pois, dentre outras coisas, os textos da folha cuiabana faziam uma defesa do regime republicano. Contudo, era uma defesa doutrinária que vinha lado a lado com o apoio à regência e ao ministério. Mas a característica que importa destacar nesta análise é que os ataques aos “caramurus” e aos “restauradores” de Cuiabá se

¹⁵⁸ *Matutina Meyapontense*, 436 (11 de maio de 1833)

¹⁵⁹ O anonimato persistiu ao longo de todo o período e indícios pontuais sugerem diferentes indivíduos. Portanto, a definição da autoria permanece no campo das hipóteses. A folha parece estar ligada à Sociedade dos Zelosos da Independência, pois celebrou (embora sem detalhar) o resultado das eleições e se manifestou contrário ao conselho de governo nos embates ocorridos na província em 1833. As relações entre a imprensa e as eleições de 1833 serão objeto de um estudo específico, que não foi possível realizar durante esta investigação. 439 – 22/05/1833

¹⁶⁰ *Matutina Meyapontense*, 206 (23 de julho de 1831).

¹⁶¹ O correio, além de ter periodicidade mensal, ainda estava sujeito a grandes atrasos, registrados pela *Matutina* e por seus correspondentes.

colocaram mais como ataques a “aristocratas” e “fidalgos” do que como ódio direcionado aos portugueses e “adotivos”, ainda que tal sentimento também estivesse presente. O autor reiteradamente se definia como “plebeu” e expressava desprezo por funcionários servis, por oficiais de milícias e por homens que se orgulhavam de pertencer a famílias importantes. Ao explicar a opção pelo anonimato, dizia: “eu não quero que se conheça o nosso nome, por isso que na ordem dos pigmeus somos os mais pequenos, e cá em Cuiabá também há desses Gigantes e destes altos Personagens, que só de uma ponta podam com um pobre plebeu no cu do Judas, razão esta que me força a esconder”.¹⁶²

Ao defender a federação e a república – doutrinariamente, mas sem recusar adesão ao regime vigente – a crítica acabava por se direcionar a “fidalgos” e “aristocratas”:

[...] claro está que a nação quando julgar que no Brasil deve existir uma República, pode o fazer sem que cometa ato algum criminoso, porque enfim o mundo todo já está ciente que essa raça de coroados só se sustentam com o sangue do povo, e pensam que o gênero humano é um rebanho de ovelhas para ser repartido entre eles: mas, inda o nosso país acha-se assaz atrasado em civilização, e se assim não fosse não apareceriam imensos contrários à Federação, única âncora que nos poria ao abrigo das sugestões dos aristocratas; essa planta parasita que alimenta-se do suco da nossa subsistência:

A inspiração, neste em outros textos, eram os Estados Unidos, não apenas com relação ao regime político, mas também pelos princípios de industriiosidade e de prevalência do mérito que o autor identificava naquela sociedade:

[...] neste país quando chega algum estrangeiro diz Franklin o americano não pergunta quem ele é, mas qual é a sua ocupação, a sua indústria, enfim a sua arte ou ciência. Quando se lhe responde que é um nobre ou de uma família distinta é logo votado ao desprezo público, se cá no Brasil assim praticássemos, seríamos por certo mais felizes, mas quão distantes estamos de seguir os americanos!!!

A epígrafe da *Miscelânea* era uma frase, em francês, que, com poucas variações, constou de diversas declarações de direitos e cartas constitucionais desde fins do século XVIII: “Todos os homens são iguais por natureza e perante a lei”.¹⁶³ Reivindicava-se a igualdade com base em um princípio constitucional reafirmado há décadas, ainda que

¹⁶² 470 – 07/09/1833 - *Miscelânea* n. 4 – 1º de Julho de 1833

¹⁶³ Um detalhe digno de nota é que a epígrafe é atribuída a um autor específico, Charles-Jean Baptiste Bonnin, pensador do pós-Revolução Francesa que teorizou o direito público e o direito administrativo. A frase foi tirada de uma definição de “igualdade social”, que também dialoga com textos constitucionais, incluindo o brasileiro, O parágrafo XIII do artigo 179 traduz quase literalmente outro trecho do mesmo parágrafo de Bonin. No texto da Carta, “a Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um”.

com formulações por vezes distintas. Não se tratava de uma folha que defendia a queda do regime ou a subversão da ordem constitucional. Seu objetivo, mais modesto e explícito, era influenciar o voto nas eleições de 1833. Segundo o texto, era

[...] chegado o tempo em que todo o escritor público, e cada cidadão em particular deve guiar as opiniões de seus concidadãos afim de que as eleições dos nossos legisladores não venham a recair em homens que não curando dos seus mais sagrados deveres se tratam de locupletarem-se e engrossar a seita dos malvados caramurus

Os três primeiros números foram escritos com a intenção declarada de intervir nas eleições de 1833 em Mato Grosso. A folha apelava à “consciência dos bons cuiabanos” no momento do voto, e acusava a existência de “sectários caramurus” na província, lembrando da importância de recusá-los para garantir a reforma da constituição, a ser realizada pelos parlamentares escolhidos no pleito que se aproximava. Nas eleições, deveria “o nosso povo lembrar-se que o Brasil está retalhado de facções e destas a mais desafortada é a restauradora”, também denominada partido dos “Caramurus”.¹⁶⁴ Descritos como violentos, “armados de punhais e cacetes”, eles “tencionam dar cabo de todos os brasileiros patriotas, e que não são escravos do Tirano Pedro 1º”.

Independentemente da autoria, importa notar que a *Miscelânea* celebrou o resultado das eleições de 1833 em Mato Grosso, o que demonstra, no mínimo, o apoio à vitória da Sociedade dos Zelosos da Independência. Os textos do periódico, nas edições remetidas para serem impressas antes das eleições, tratavam de diversos problemas vividos pelos cidadãos da província (incluindo as vilas do interior e a cidade de Mato Grosso), apontando soluções que passavam pelo parlamento e apelando para a importância do voto. A identificação como “plebeu” e o ódio aos “aristocratas”, talvez também dialogassem com demandas do eleitorado, que até então tinha escolhido parlamentares leais a d. Pedro I e conselheiros que eram quase todos parentes, e que haviam exercido sucessivos mandatos desde a formação da primeira junta provisória, em 1821, e cujos abusos e desvios vinham sendo expostos detalhadamente na *Matutina*, desde 1830. Quanto a isso, importa mencionar que a *Miscelânea* insistiu também na necessidade de romper com a prática eleitoral de distribuição de listas a protegidos.

Os membros da Sociedade dos Zelosos que venceram as eleições por meio da organização partidária e que, meses depois, planejaram a Rusga, tinham em comum o fato de que eram personagens novos e que não pertenciam ao pequeno círculo de famílias que

164

vinham disputando a política provincial até então. Diversos entre si sob muitos outros aspectos, esses homens tinham em comum o fato de não serem “Gigantes”, mas “plebeus”. Assim, a folha traz elementos para compreender motivações dos que se opuseram com afinco aos “caramurus”, para além do medo, do ódio e de inimizades pessoais.

Contudo, a partir do sexto número, datado de 7 de setembro de 1833, a narrativa da guerra iminente aos “restauradores” passou a dar a tônica da folha, em textos mais agressivos e que incluíam expressões diretas de ódio aos portugueses. A mudança se deu quando entraram em discussão as notícias das sedições atribuídas a “restauradores” em diferentes províncias. Segundo o redator, os “campos do Ceará, Pánelas em Pernambuco, Rio de Janeiro e recentemente [na] risonha Minas Gerais hão sido ensopados do sangue brasileiro”, sendo os restauradores “os causadores deste tão atroz como medonho atentado”. Além de expressar longamente o horror à restauração e à ameaça de guerra civil que ela trazia, o periódico reforçava a necessidade de união contra o inimigo comum:

Cumpra que moderados e exaltados desistam da sua pueril pertinácia, e que unidos façam medonha guerra ao bando restaurador, que muitas gargalhadas dão em ver-nos desunidos, no tempo que eles cada vez mais apertam os elos da sua união. Se o Brasil por ora não tem aquela instrução, aquela rigidez de costumes e aquele civismo para ser já um governo republicano, demos tempo ao tempo, procuremos instruir aos nossos concidadãos, que dia virá em que ele seguirá o exemplo da América: a natureza não sofre saltos

O oitavo número, datado de 30 de novembro de 1833, voltou a tratar da ameaça restauradora, identificando o partido com ex-aliados de d. Pedro I e com a maior parte do oficialato das extintas milícias. Segundo publicado, era preciso fazer

[...] terrível guerra à danada seita restauradora, que com rapidez espantosa se tem dilatado em quase todas as nossas províncias: verdade é que em todas elas existiam matérias homogêneas para o absolutismo, como sejam esses fofos milicianos, com honrosas exceções, de patentes superiores, essa efêmera aristocracia, e esse enxame de empregados sem mérito, sem honra, e sem brio nacional, devendo o seu ingresso a esses pingues empregos, somente à baixaza, ignominias e muitas outras ações degradantes ao homem livre, porém que eles punham em cena para desta sorte contentarem a Pedro Português.

O texto opunha aos “fofos milicianos” e aos funcionários servis, o “pacífico lavrador, e laborioso comerciante”. O ataque era agora dirigido a homens que teriam ascendido por meios que não se baseavam no “mérito” e na “virtude”. Os milicianos voltaram a ser relacionados com os “aristocratas” em outro número da folha:

Qual finalmente a razão porque ainda certos homens com ênfase blasonam que são condecorados que têm uma patente da extinta milícia, e com a maior impudência passam a apelidar a maior parte dos homens pensantes com os ridículos apodos de plebeus, ralés, etc.? Por que causa lutamos ainda com estes elementos que o despotismo tem sabido conservar entre nós? Por que?

Contudo, a caracterização do partido “restaurador” como um partido português também se fazia presente:

A nacionalidade ofendida saberá castigar a esses monstros, caso queiram por em efetividade seu horroroso atentado, e ninguém poderá calcular até onde chegará a indignação de uma nação generosa, quando malvados ingratos zombam da sua hospitalidade, querendo-a sujeitar novamente ao tirânico jugo luso.

Em suas duas últimas edições, o tom dos textos das *Miscelâneas* tornou-se ainda mais agressivo, referindo-se, como exemplo, ao que ocorria em outras províncias:

No Pará, não há dúvida que o nosso sangue correu, mas o dos infames restauradores foi em grande cópia: oxalá que a lição dada aos adotivos ingratos pelos paraenses surta bom efeito e que essa massa de homens que adotaram o Brasil por sua pátria, abandonem de uma vez esse antigo rancor contra a prosperidade do Brasil!!”

Por fim, em seu último número, a publicação definia os “restauradores” como “filhos ingratos, hóspedes sempre saudosos do primeiro clima que os viu nascer” que não se importavam em “comprometer sua honra, caráter e bens, tudo” afim de trazerem de volta a d. Pedro I.

[...] mas, ai deles quando o grito d’alarma retumbar em todos os ângulos do Brasil, quando a nação já cansada de suportar tais monstros bípedes, e setibundos do seu sangue, acordar que é chegado o tempo de mostrarmos que meia dúzia de adotivos capitaneados por igual número de brasileiros bandalhos e ignóbeis, não são capazes de fazerem curvar a altiva fronte do gigante do Equador; então saberão esses energúmenos quanto pode um povo assaz irritado e que tanto há sofrido, mediremos nossas forças em campo raso e caro custará a esse Pedro e a chusma de portugueses que o cercam, que inda satisfeitos não estão dos males que nos hão feito, e do sangue brasileiro que se tem derramado. Cuide a Regência em defender nossas costas, tendo pronta a nossa marinha, e as nossas cidades marítimas, porque os Caramurus do interior nós daremos conta dele, e até afirmamos que muito pequeno pedaço tocará a cada brasileiro; portanto, livrando-nos a Regência dos Caramurus exteriores, livres estamos, pois todos estamos alerta, e bem alerta, a espera só do sinal para uma vez darmos cabo desses inimigos do Brasil.

Ou seja, era preciso que a Regência e os brasileiros (os “nativos”), se preparassem para a guerra, pois “o Pedro pode invadir-nos pelo Paraguai, e até achar cooperação em o

governo do Francia”. Conforme publicado, havia duas opções, “ou vencer a esse malvado zangão, ou acabarmos nas ruínas da nossa pátria”. Todo aquele que não se prontificasse para a futura batalha, “é um inimigo, indigno de ter nascido na América, enfim um Restaurador sem vergonha, bandalho, que só se julga feliz quando está debaixo do chicote desse europeu orgulhoso, que nunca foi brasileiro, e nem há de ser.”¹⁶⁵

Como mencionado, os textos das *Miscelânias* faziam eco ao que ocorria em várias partes do país, bem como a boatos e ameaças divulgados pela imprensa liberal e, eventualmente, reafirmados por membros do legislativo e do executivo nacionais. No que tange, contudo, ao Mato Grosso, faz-se necessário retornar, por ora, ao papel desempenhado por Silva Manso.

Na Câmara dos deputados, em 1835, ele contou sua versão sobre a conjuntura que levava ao Trinta de Maio. Em meio a debates sobre a suspensão de alguns direitos constitucionais no Grão-Pará para a repressão da Cabanagem, o taquígrafo resumiu o que parece ter sido uma longa exposição.

ORDEM DO DIA

Continua a discussão sobre o primeiro artigo do parecer das comissões acerca da proposta do governo a respeito da suspensão das garantias no Pará, e emendas apoiadas.

O Sr. Manso, depois de ter feito uma larga narração sobre o estado político da província de Mato Grosso, e da conduta dos diferentes presidentes que foram para ali nomeados, trata da sociedade que se formou em Cuiabá, com a denominação de sociedade dos zelosos da independência, cuja sociedade fora instalada em 7 de setembro, e cujos estatutos foram publicados, e diz que a sociedade tem por fim reunir cidadãos brasileiros para, por meio de sua instrução, sustentarem a Independência do Brasil e resistirem à tirania; que nessa época houve toda a razão para suspeitar-se que haviam restauradores, porque a mensagem do governo assim o disse, e as folhas públicas apareceram recheadas de protestos, e outros documentos a semelhante respeito; que enfim, o que a província de Mato Grosso precisa é de instrução, e conclui dizendo que ele deputado deseja que a câmara apoie certas providências que pede para aquela província, e remete à mesa.

A Rusga em Cuiabá

A ata de 30 de maio de 1834 estabeleceu um prazo de vinte e quatro horas para que “fossem removidos” de Cuiabá os brasileiros “adotivos”, os quais deveriam deixar a província em seguida. A decisão foi publicada numa proclamação (ou um bando) cujo conteúdo é desconhecido, mas, ao que parece, o documento conferia aos juizes de paz o

¹⁶⁵ *Matutina Meyapontense*, 519 (26 de fevereiro de 1834).

poder de revistar as casas, acompanhados por escoltas que tinham o objetivo de matar os “adotivos” que fossem encontrados. Segundo a carta atribuída ao tenente Brito, ao final da sessão do conselho de governo foram dadas. “vinte e quatro horas findas as quais se aplicariam todos os meios para a morte deles, e assim se publicou por um bando no amanhecer de trinta e um, e que findo o prazo, todo o bom brasileiro, e brasileira franqueasse a sua casa ao juiz de paz acompanhado de uma escolta”.

Ainda de acordo com a carta, foi logo no início da busca pelos “adotivos” na cidade que foi morto o primeiro brasileiro “nato”:

No dia dois de junho saiu [...] a revista do juiz, e por acaso corre de uma casa um infame brasileiro, que sua consciência mesmo o condenava à morte, que com medo da escolta queria saltar um quintal da vizinha, e como fosse de costa para a escolta, e com uma pistola na mão, esta entendendo ser bicudo fez-lhe fogo de maneira que foi aos Elísios, porém como era muito caramuru, o erro foi aprovado, nesse mesmo dia.

O “infame brasileiro” era o tenente das tropas regulares Manuel Pinheiro de Almeida, cuja morte foi bastante lembrada por testemunhas dos dois processos, como no *Manifesto* e também em correspondências trocadas por rebeldes e por legalistas¹⁶⁶. Algumas fontes reforçam a versão de um “erro”, pois Almeida teria sido confundido com um “bicudo” ao tentar fugir de uma das escoltas, porém outras apontam para um assassinato premeditado. Assim, uma testemunha afirmou que Pascoal Domingues de Miranda propôs e foi apoiado por outros quatro rebeldes que deviam ser mortos “os caramurus”, a começar pelo tenente Almeida. O juiz de direito teria dado ordens então para que se desse “busca nas casas, em procura de adotivos” e que logo que encontrassem o tenente não o deixassem escapar, “como de fato sucedeu, porque logo que o avistaram foi morto”. Outra testemunha afirmou ter presenciado o assassinato, que atribuiu a Filipe Manuel de Araújo, numa escolta comandada por Sebastião Rodrigues da Costa. Segundo ele, ao retornarem, “os sobreditos que compunham o governo deram louvor ao matador dizendo ter feito bem pois era caramuru, assim como davam louvores a todas as mais escoltas, que chegavam da busca, que iam fazer aos adotivos.”

Independentemente de quais tenham sido as circunstâncias da morte do tenente Almeida, existem evidências de que uma proposta de estender a matança aos “caramurus” circulou em Cuiabá logo após o Trinta de Maio. A ameaça estava colocada desde a noite,

166

mas foi sua concretização que provocou a fuga de homens que temiam serem vistos como “caramurus”.

Reagindo ao assassinato, a câmara municipal teria “a instâncias do vereador João Feury de Camargo”, feito uma proclamação persuadindo “aos revoltosos que os adotivos já haviam evacuado o país, e que brasileiro não derramava sangue de brasileiro”. Um ofício da câmara, datado de 2 de junho, dia do assassinato, relatava o “terror” que vinha se desenvolvendo nos três últimos dias, fazendo com que se retirassem “famílias para os recôncavos”.

Como mencionado, um dos fugitivos foi André Gaudie Ley, cuja chegada em Goiás ocorreu no dia 20 de junho. O relato que ele trazia era de “uma revolução em que se davam vivas aos brasileiros natos e morram aos adotivos”, resultando imediatamente em três mortos na noite de 30 e de um quarto, também “adotivo”, “que foi encontrado” no dia seguinte. Por fim, acrescentava à relação de vítimas “o tenente de ligeiros Manuel Pinheiro de Almeida, brasileiro nato”, além de informar que continuava “a busca pelas casas da cidade e pelas fazendas”.

Gaudie Ley havia deixado Cuiabá na noite de 30 de maio, partindo primeiro para uma chácara, em seguida para um engenho, “onde recebeu finalmente aviso para se retirar da província, o que fez com a maior celeridade, pela certeza de que andavam patrulhas em procura de adotivos, e de quantos se não haviam declarado seus inimigos”.¹⁶⁷ Em seu depoimento, ele detalhou que partira para Goiás após ser informado de que seu nome constava de uma “lista de brasileiros natos que haviam de ser mortos a título de caramurus”. A lista teria aparecido justamente quando mataram o tenente Almeida, que era cuiabano, e que também estaria incluído.¹⁶⁸

Uma testemunha do processo cuiabano também descreveu a existência desta lista. Joaquim José da Silva, morador de Poconé, disse ter sido incluído na relação por Brás Pereira Mendes e por José Alves Ribeiro, os dois principais membros da Sociedade dos Zelosos da Independência naquela vila. Ele teria sido “contemplado no número daquelas pessoas que haviam de morrer”, incluindo “o capitão-mor André Gaudie Ley, o padre José a Silva Guimarães e o tenente-coronel Albano de Souza Osório, e todas as mais

¹⁶⁷ Ao que parece, o grupo que prestou depoimentos em Goiás não estava junto desde o início, mas formou-se durante a fuga. Dois depoentes “adotivos” passaram a noite escondidos dentro da cidade, ouvindo “a bulha dos machados e alavancas arrombando as portas de todos os negociantes adotivos ali residentes”, e deixaram a província em seguida. Eles estavam na casa onde ocorreu um dos assassinatos e esperaram apenas a oportunidade para a fuga.

¹⁶⁸ Depoimento de André Gaudie Ley. Inquérito de Goiás. *IHGMT* (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141)

peessoas que eles intitulavam Caramurus.” Os nomes mencionados eram aqueles dos principais adversários da Sociedade dos Zelosos, atuantes no conselho de governo em 1833, quando Silva Manso se confrontou com “essa gente, que não chegam a onze caramurus, sem quase apoio”.

Os acusados de manipular a lista eram membros da Sociedade dos Zelosos eleitos vereadores e conselheiros gerais em 1833. Em documentos anteriores à Rusga, os referidos membros vinham se utilizando do rótulo partidário “caramuru” – e não de termos como “adotivo” ou “bicudo”, cuja linha de corte era o local de nascimento - para definir quem seriam os agentes da ameaça restauradora na província.

Para exterminar os “caramurus”, contudo, não bastava apenas seu assassinio, simbolicamente o fim de sua existência deveria ser confirmado até mesmo pela negativa de seu enterramento em solo sagrado. Caetano da Silva Albuquerque, em depoimento, declarou que “depois todos os mais que se seguiram que caramurus não deve ser sepultado em lugar sagrado, e por ver ele testemunha que todos estes sediciosos não olhavam a ele com boas tenções, deixou de insistir para o enterramento, por isso que o Excelentíssimo vice-presidente João Poupino Caldas passou a fazer a mesma rogativa, o que com muito custo conseguiu”.

O mencionado vice-presidente, contudo, justificou a Rusga como uma mobilização defensiva contra os planos dos restauradores, reiterando os argumentos da ata de 30 de maio.

Sem dúvida estará ao fato do acontecimento que teve lugar nesta cidade no dia 30 do passado às 11 horas da noite dirigido somente contra adotivos, os quais, ainda quando o seu maior número dentro desta cidade seriam de 50, contudo valiam por 500, pois que a imensidade de pasquins que diariamente apareciam dirigindo insultos aos brasileiros, e finalmente entrarem a aparecerem máscaras para assassinar a oficiais das guardas nacionais de que se declaram inimigos ditérios¹⁶⁹

Não à toa, em cartas enviadas ao presidente e ao secretário de governo de Goiás, no dia 16 de junho, lamentava que Gaudie Ley tivesse feito a “asneira” de partir “loucamente”, já que “sendo ele brasileiro nato nada devia tomar, como de fato ninguém por ele procurou e sua casa se acha em paz”. Ainda assim, em outro documento, assumia que “Gaudie, como protegia o pior adotivo do mundo (um Vaz Guimarães), cuidou que se voltariam contra ele e por isso fugiu loucamente para essa, e todos sentiram a sua retirada, por ele ser homem brasileiro nato com numerosa família”.¹⁷⁰

¹⁶⁹ Doc. 11. P. 356.

¹⁷⁰ Doc. 11. P. 356.

A versão do *Manifesto*, por sua vez, foi a de que Poupino Caldas anunciou que “os brasileiros natos, que tivessem adotivos em suas casas” os deveriam mandar embora e que,

[...] apareceu o Juiz de paz José de Melo e Vasconcelos com uma escolta de 16 homens, comandadas pelo Tenente Sebastião Rodrigues, dando busca nas casas, que se causavam desconfiança, em cuja comissão, e na sua presença, foi morto o Brasileiro nato Manuel Pinheiro de Almeida, Tenente de Ligeiros, que fugindo por dentro de um quintal, foi mostrado à escolta por Manuel Correia do Couto, que tinha visto de sua janela. Com esta horrível cena todos franquearam as suas casas, e até o Excelentíssimo Bispo mandou pedir, que também revistassem a sua, que não era privilegiada, com receios talvez de algum insulto, porque José de Melo tinha dito no Quartel, que ele Bispo tinha ocultado o cirurgião Antônio Teixeira de Abreu, o que foi logo repellido pelo Major da Praça.

Em seu depoimento, Poupino Caldas atribuiu a autoria da proclamação para a expedição das escoltas ao juiz de direito Pascoal Domingues de Miranda, que o teria obrigado a assiná-la e a mandar publicar. O magistrado teria então passado a “residir no quartel entre os soldados, e com eles comia, cigarreava, e ensinava não só para que desobedecesse o governo, e acabasse com os caramurus apelidados por eles”, mas também que matassem os da “Província de Goiás, a que eles os chamavam pitos”.

Ou seja, a despeito das recriminações da imprensa nacional, e mesmo de autoridades do governo central o perigo da restauração e “recolonização”, em Mato Grosso, alcançou mesmo aqueles que, nascidos no Brasil, embora identificados com os “caramurus”. Tal expansão de significados ou seja de potenciais vítimas, levou ao seu máximo não só os boates como, também, o terro frente às atuações dos dias anteriores.

O retorno das escoltas que haviam sido mandadas, nos primeiros dia de junho, ao interior, com o fim de perseguir os “adotivos” nas áreas rurais de Cuiabá, acabou, justamente por disseminar o pânico. Os enviados ao interior voltavam, em geral, cada qual com as orelhas daqueles que haviam assassinado; não à toa, quando um desses destacamentos retornou, um de seus participantes registrou a seguinte informação: “todos cortaram as orelhas e quando chegaram ao Quartel perguntou-lhes o Major Caetano Xavier da Silva Pereira o que tinham feito e respondendo os comandantes das escoltas aqui trazemos as orelhas gritara o dito Major viva a Nação Brasileira”¹⁷¹. O corte das orelhas, contudo, não se restringiu o interior, registrando-se sua prática até mesmo em

171

Cuiabá, onde foi morto o “capitão Cardoso homem de negócios que há poucos dias havia chegado da Província de São Paulo”, cuja orelhas também foram cortadas.

Segundo testemunhas, contudo, os rebeldes não teriam se contentado apenas com a extração das devidas partes, chegando inclusive a cozê-las e oferecê-las ao consumo dos presentes. Alguns réus, como Antonio da Silva Pamplona, referiram-se ao assunto como um delírio dos depoentes:

Sendo perguntado a ele réu pelas orelhas que assou e mascou. Respondeu que era falsa a asserção das testemunhas que assim o disseram, porém digo, pois o que ele réu disse, estando com duas orelhas nas mãos, disse que uma estava boa para comer com feijão, e a outra para beber com cachaça, e que a sua infelicidade deve à família de Antonio dos Santos Evangelhos, digo Velho, causadora da Revolução, e onde se fez cartuchos para ela, tanto que o dito Santos Velho, pai de outro réu seu companheiro, foi quem deu uma arroba de pólvora da nação que fez conduzir dentro de um saco com milho, e mais não disse, e assinou reportando-se ele réu aos interrogatórios ao mesmo feito em outro processo, e o juiz rubricou, e eu Luís de França Carvalho Leite Escrivão que o Escrevi.

A Rusga no interior

No dia 7 de junho de 1834, o comandante das armas de Mato Grosso, Joaquim José de Almeida recebeu a notícia de “uma sedição contra os cidadãos brasileiros adotivos, que tivera lugar na noite de 30 de maio na cidade do Cuiabá”¹⁷². Ele tinha deixado a cidade no dia 16 de maio, com destino à antiga capital, Mato Grosso, e estava na Fazenda Caiçara, uma guarnição militar voltada para a produção de alimentos para as tropas da província, próxima a Vila Maria. A notícia chegou por meio de um negociante que tinha deixado Cuiabá para advertir um “adotivo”, que administrava algumas fazendas da região, para que tomasse medidas de cautela.

Almeida se disse “consternado com a narração dos roubos e assassínios tão barbaramente praticados”, e expôs ao ministro suas estratégias para a retomada da legalidade na província¹⁷³. Sua situação não permitia um enfrentamento imediato, pois a maior parte dos recursos, das armas e da pólvora existentes na província estavam sob controle dos rebeldes e não se podia contar com apoios externos, dado que o caminho entre Cuiabá e Mato Grosso passou a estar sob a vigilância dos rebeldes e o Grão-Pará passava por instabilidades semelhantes àsquelas vividas em Mato Grosso. Mas sua

¹⁷² Joaquim José de Almeida a Antero José Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834

¹⁷³ Joaquim José de Almeida a Antero José Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834

preocupação estava naquele momento na adesão à mobilização em outros núcleos da província.

O comandante explicou ao ministro da guerra que voltar a Cuiabá sem tropas suficientes parecia “um ato de loucura” e que se dirigir a Poconé e organizar um corpo de cidadãos era mais razoável. Contudo, esta vila distava pouco de Cuiabá e, considerando-se “a natureza da guerra, que dirigida em aparência contra os adotivos, tinha por fito a pilhagem”, era certo que o rompimento seria “abraçado pela população de Poconé”. Ele decidiu manter sua viagem para a cidade de Mato Grosso, onde julgava que, em razão da “distância e melhor moral de seus habitantes”, estaria livre “daquele contágio”. Antes de partir, mandou que se escondesse nas matas trinta arrobas de pólvora, que estavam no armazém de Vila Maria, para que não caíssem nas mãos dos rebeldes, que chegaram àquele núcleo oito dias depois de sua saída, roubando “as casas de alguns adotivos, que de antemão se haviam escapado” do Trinta de Maio¹⁷⁴.

O plano do comandante das armas consistia em fortificar a ponte do rio Guaporé e as duas paragens do rio Jauru com peças de artilharia, marchar para Vila Maria e estabelecer um centro de operações militares na fazenda Jacobina, “que além da sua posição geográfica que o constitui um posto inexpugnável, reúne a grande vantagem da abundância de víveres e riqueza da proprietária”. Assim que conseguisse reunir uma força militar suficiente, ele planejava seguir “em duas colunas pelas estradas que divergindo daquele ponto se vão encontrar nos subúrbios de Cuiabá.” Ao mesmo tempo, tratava-se de impedir que, ao fugirem da cidade, os rebeldes viessem a fazer “alguma erupção por qualquer ponto da província afim de se evadirem”. Lembrava que os caminhos que levavam a São Paulo (pela rota monçoeira) e a Goiás (por via terrestre) eram inconvenientes para os que quisessem fugir porque ambas as províncias tinham condições de capturá-los. Garantida a defesa da cidade de Mato Grosso, sua preocupação era com o rio Arinos, que levava ao Grão-Pará e que se apresentava como “única tábua de salvação” que restaria aos rebeldes numa situação de fuga. Sendo assim, Almeida estabeleceu comunicações com “pessoas fidedignas” de Diamantino, vila que abrigava o porto do Arinos. Para preparar a marcha a Cuiabá, ele armou a guarda nacional, que na cidade de Mato Grosso não vinha abusando do “fim de sua sábia e liberal instituição, como a do Cuiabá tem escandalosamente praticado.”¹⁷⁵

¹⁷⁴ Joaquim José de Almeida a Antero José Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834

¹⁷⁵ Joaquim José de Almeida a Antero José Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834

Na cidade de Mato Grosso, o comandante afirmou poder contar com o apoio dos que encaravam “com horror o crime da facção anárquica do Cuiabá”, mostrando-se dignos “do nome brasileiro”. Segundo ele, todas as autoridades e “a maioria dos cidadãos probos opuseram um dique à torrente de males que a Sociedade Zelosa da Liberdade e Independência do Cuiabá pelo veículo dos correios e emissários lhes preparava”¹⁷⁶. Contudo, as autoridades de Vila Maria mantiveram-se leais ao governo (e, portanto, aos rebeldes) e a cidade de Mato Grosso permaneceu sem acesso à maior parte da pólvora existente na província e sem comunicações seguras com Cuiabá e com a maior parte do país.¹⁷⁷

Mais do que isso, a autoridade responsável pela guarda da pólvora de Vila Maria remeteu uma correspondência a Poupino Caldas descrevendo o plano de Almeida para retomar a legalidade em Cuiabá. Na carta, José Hipólito Dias de Carvalho informava que havia se recusado a fazer a entrega da pólvora a militares vindos da cidade de Mato Grosso, pois só estava autorizado a entregá-la com a aprovação do governo. Narrou também a chegada em Vila Maria de Claudino Alves Carnaúba e de Luiz Soares Viegas, que conheciam os planos de Almeida. Acrescentava apenas que naquela cidade pretendia-se constituir “um presidente temporário, cuja nomeação recaía no comandante das armas”. Por fim, informou que Carnaúba e Viegas por pouco não haviam sido “assassinados por homens inconsiderados, instigados pelo ébrio presidente da câmara” da cidade de Mato Grosso¹⁷⁸

Como visto anteriormente, durante a jornada para a cidade de Mato Grosso, o comandante das armas descobriu que dois dos seus subordinados estavam dentre os “emissários” da Rusga. O alferes ajudante do corpo de ligeiros Luiz Soares Viegas e o alferes ajudante das extintas milícias Claudino Alves Carnaúba eram respectivamente secretário interino do comando das armas e ajudante de ordens. Almeida informou ao ministro que esses oficiais que “pertenceram ao extinto batalhão de Periquitos” eram indóceis “a tudo quanto respirava ordens”, além de serem “os mais decididos corifeus da Sociedade Zelosa”. Segundo o comandante, ao chegarem na cidade de Mato Grosso, eles tentaram “dar andamento de sua comissão”, mas foram impedidos¹⁷⁹. Almeida os fez

¹⁷⁶ Joaquim José de Almeida a Antero José Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834

¹⁷⁷ AN IG1 228 “José Hipólito Dias de Carvalho a Poupino Caldas, 24 de julho de 1834”. Este e outros documentos assinados por Carvalho não descrevem qual posto ele ocupava, mas o teor da carta evidência que ele era a autoridade responsável pela guarda da pólvora, que existia em grande quantidade naquele local por razões estratégicas.

¹⁷⁸ AN IG1 228 “José Hipólito Dias de Carvalho a Poupino Caldas, 31 de julho de 1834”

¹⁷⁹ Joaquim José de Almeida a Antero José Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834

regressar para Cuiabá, onde “o mal já estava feito”, porque assim os livrava da morte, pois o “povo indignado de um tal procedimento, saindo em grupos”, durante a noite, tentou assassiná-los. Soube então o comandante que no caminho para Cuiabá eles

[...] foram com outros sediciosos incutindo terrores na gente rústica da estrada de que eu com os Mato-Grossenses, e um corpo de europeus marchávamos a destruí-los e a arrasar a cidade de Cuiabá, passando ao excesso de fazer retroceder um negociante que para aqui conduzia quinze arrobas de pólvora de seu negócio persuadindo-o de que eu lhe tomaria à força e lhe não pagaria.¹⁸⁰

A eficácia da estratégia de difusão de boatos e de vazamento dos planos militares dificultou ainda mais a tentativa de organizar uma retomada de Cuiabá. Sem condições de contar com homens, armas e pólvora, a estratégia de Almeida passou a ser a de estabelecer comunicação secretamente com o vice-presidente Poupino Caldas, que, segundo ele, se achava em “coação” e era um homem “mui probo”, mas que “nada podia fazer a prol da coisa pública cercado de facinorosos e de conselheiros pela maior parte membros e colaboradores da infame Sociedade Zelosa da Liberdade e Independência”. Após frustrada também esta tentativa, Almeida passou a acusar ao ministro que tal coação não existia e que o vice-presidente colaborava com os rebeldes. Escrevendo ao ministro em setembro, afirmou que tinha certeza de que Poupino Caldas ficou inteirado de suas intenções, “mas não se dignou responder-me nem mesmo na qualidade de amigo, que se dizia ser meu”.¹⁸¹ O resultado dessas tentativas frustradas de constituir uma estratégia de defesa da legalidade foi a continuidade das ações rebeldes na província até fins de agosto, sem que houvesse qualquer resposta repressiva ou julgamento legal daqueles crimes.

Neste período, a Rusga avançou pelas vilas, povoados e áreas rurais da província, com exceção apenas da cidade de Mato Grosso e de algumas guarnições e fortificações na fronteira. A extensão da matança dos “adotivos” para o interior da província ocorreu por meios diversos, incluindo os “emissários”, a organização e envio de escoltas a partir de Cuiabá e a remessa de ordens do governo aos juízes de paz dos diversos distritos para que colaborassem na perseguição.

Além dos emissários, a cidade de Mato Grosso recebeu uma portaria de 3 de junho contendo uma cópia da ata do conselho de governo de 30 de maio para que as autoridades locais colaborassem para cumprir a medida de expulsão dos “adotivos” de toda a província. Em resposta, o comandante militar daquela praça afirmou que “os poucos

¹⁸⁰ Joaquim José de Almeida a Antero José Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834

¹⁸¹ Joaquim José de Almeida a Antero José Ferreira de Brito, 26 de julho de 1834

adotivos que aqui existem são casados e estabelecidos quase todos”, além de “amantes da boa ordem, bem conceituados e úteis ao país”. Ademais, Valério José Machado argumentava que “a opinião pública” geral era a de que a “segurança individual e de propriedade” deveria ser respeitada e que seria “a maior desgraça a este país a sua retirada”. Em seguida, apontava para a evidente ilegalidade da ordem dada pelo governo, mencionando diversos artigos da constituição e do código criminal que estavam sendo violados. Por fim, concluía que a situação exigia “uma marcha muito séria afim de não cair em alguma responsabilidade.”¹⁸²

Documentos do governo para autoridades locais – ao que parece, principalmente os juízes de paz –, ordenando a execução da expulsão dos adotivos decidida na noite de 30 de maio parecem ter chegado à maioria das localidades da província, ou mesmo a todas elas.¹⁸³ Quanto às escoltas, ao menos sete foram enviadas de Cuiabá em perseguição aos “adotivos” que tinham se refugiado nas áreas rurais e pequenas localidades daquele município. Elas rumaram em diferentes direções, seguindo informações que obtinham sobre a localização dos fugitivos.

A primeira delas seguiu para o distrito de Rio Abaixo, com mais de 30 homens, para perseguir os “adotivos” Antônio Bernardo d’Oliveira, Vicente Coelho, Veríssimo Xavier “e outros, que se supunha estar em sítio de um adotivo por nome Teixeira”. Na versão do *Manifesto*, foi Poupino Caldas quem nomeou o comandante da escolta, Antônio Rodrigues Itonamas

[...] a quem deu do seu dinheiro 60\$000 réis para as despesas, e uma Portaria assinada pelo seu próprio punho, datada à meia noite desse dia em sua casa, em a qual mandava os Juizes de Paz em geral prestarem todo auxílio, e socorro ao dito comandante, para fazer dispersar aqueles homens; esta portaria foi apresentada ao Juiz de Paz daquele Distrito Joaquim José de Magalhães, e a outro da terra vermelha Cipriano Ribeiro¹⁸⁴

Ainda segundo o panfleto, “Itonamas aceitou a comissão com repugnância, e não fez a diligência como se esperava”, mas “não pôde conter os perversos, a ponto de evitar

¹⁸² “Valério José Machado a Poupino Caldas, 2 de julho de 1834”

¹⁸³ Ordens oficiais de colaboração na perseguição aos “adotivos” são mencionadas em depoimentos, em correspondências e no *Manifesto*, mas não parecem ter sobrevivido ao tempo, o que certamente se deve em alguma medida à destruição deliberada com a intenção de evitar a incriminação, pois tratava-se de documentos escritos por autoridades para que se violasse uma série de leis. A queima de documentos relativos aos “negócios de 1834” foi descrita em duas obras da segunda metade do século XIX que se baseavam sobretudo nos relatos orais de pessoas que viviam em Cuiabá. Joaquim Ferreira MOUTINHO. *Notícia sobre a Província de Mato Grosso, seguida dum roteiro da viagem da sua capital a São Paulo* São Paulo: Typ. de Henrique Schroeder, 1869. Alfredo d’Escagnolle TAUNAY. *A cidade do ouro e das ruínas: Matto-Grosso, antiga Villa-Bella, o rio Guaporé e a sua mais illustre victima*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1923.

¹⁸⁴ O AMIGO DA JUSTIÇA, “Manifesto” (IHGB, Lata 168, doc. 8).

a morte de 2 ou 3 miseráveis que moravam por aqueles lugares, conseguindo a muito custo, que os moradores não fossem roubados”. Segundo a carta atribuída ao tenente Brito, outra escolta foi mandada para esta área, com dezesseis homens comandados por Antonio Rodrigues da Costa, com a intenção de matar a alguns “adotivos”, mas “já não os encontrou, e só pôde no caminho podar a quatro dos quais trouxe as orelhas”. Por fim, uma testemunha faz referência ao assassinato, no Rio Abaixo, de um “estrangeiro de nome João Capelo”¹⁸⁵.

Outra escolta, que teria sido solicitada pelo juiz de paz José de Mello e Vasconcelos, foi remetida ao engenho de Manoel Pereira Coelho onde, segundo rumores, “se achavam adotivos aliciando escravos para uma reação”. Quem comandou a patrulha foi o Sargento de Ligeiros Vitorino Gomes, que havia sido libertado da prisão às vésperas da Rusga. Ao chegar na propriedade, a escolta “apenas encontrou o sogro daquele Pereira, homem de mais de 60 anos, que para salvar-se viu em a necessidade de dar aos facínoras 30 bois, e 120\$000 réis em dinheiro”. Deixando o engenho, a escolta prosseguiu para outros lugares do Rio Acima e Chapada dos Guimarães, “sendo guiados por outros malvados” a indicar a localização dos “adotivos”¹⁸⁶.

No distrito do Rio Acima foi morto o sargento-mor Antônio José Soares Guimarães “e aí roubaram e destruíram todas as casas de Dona Mariana do Sacramento, e Dona Luísa e Dona Antônia, e cortaram as orelhas do assassinado Soares”. Na Chapada, a escolta matou o sargento-Mor Antonio Joaquim Moreira Serra, no engenho do presidente da província, Antonio Corrêa da Costa. Além desses crimes, a escolta teria assaltado outras propriedades, cobrando pagamentos em ouro ou gado dos familiares dos perseguidos que haviam fugido. Um desses casos ocorreu no engenho do capitão Manuel Correia de Melo, que não foi encontrado e disseram a sua mulher que por 300 oitavas de ouro ela receberia “um perdão a seu marido o que prontamente anuiu”. O mesmo ocorreu “com um irmão do dito Melo, que por ser pobre ficou o perdão deste por cento e tantas oitavas de ouro”. Já no engenho de Corrêa da Costa, roubaram “tudo quanto acharam”, incluindo os bens de “seu genro Antônio José de Siqueira que morava na mesma casa, não escapando nem as coroas e adornos das Imagens do Oratório”.¹⁸⁷

¹⁸⁵ O AMIGO DA JUSTIÇA, “Manifesto” (IHGB, Lata 168, doc. 8). Depoimento de Bernardo José Vieira. IHGMT (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141)

¹⁸⁶ O AMIGO DA JUSTIÇA, “Manifesto” (IHGB, Lata 168, doc. 8).

¹⁸⁷ O AMIGO DA JUSTIÇA, “Manifesto” (IHGB, Lata 168, doc. 8). Depoimento de Bernardo José Vieira. IHGMT (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141)

Uma das testemunhas do sumário de Goiás narrou a ação de outra escolta nesses mesmos distritos, que teria resultado nos assassinatos, “juntamente e no mesmo ato”, do cirurgião Antônio Teixeira de Abreu, de Manuel de Almeida Pinto e de Manuel José de Faria. Os assassinos teriam sido três guardas nacionais, sendo um deles “morador no Coxipó-Açu” e outro “morador do rio Manso”, o que significa que também neste caso houve participação de homens das localidades onde ocorriam os crimes. A escolta teria fugido para Goiás cometendo roubos e assassinatos pelo caminho¹⁸⁸.

Também partiu no início de junho uma escolta comandada por Sebastião Rodrigues da Costa para o “lugar denominado do Barbado onde estava escondido Domingos José Pereira”, conhecido por Domingão e apontado desde o início como um do “bicudos” mais destacados. Ele foi morto “com três tiros de arcabuz e lhe cortaram as orelhas com suíças e parte da cara”. O grupo de rebeldes responsável por este crime seguiu em fuga para Porto Feliz, província de São Paulo, onde o tenente Costa acabou capturado, sendo remetido a Cuiabá em 1835.¹⁸⁹

Outra patrulha seguiu para a localidade de Coxipó do Ouro, na área rural de Cuiabá, comandada pelo ajudante Eusébio Luís de Brito. Nesta diligência foi morto o tenente-coronel de linha José Antônio de Lima, “por cujo assassinato resultou a morte de uma mulher daí a poucos dias”. Além dele e de sua esposa, Dona Teresa – que morreu “de paixão” ao presenciar o assassinato do marido e o saque à suas propriedades –, foi vítima desta escolta o alferes de linha Manuel Moreira da Silva.¹⁹⁰

Por fim, uma escolta comandada por Manuel Rodrigues do Prado “saiu a tomar as passagens do sertão até Alecrim”. Neste caso, não houve morte, por não terem sido encontrados os “adotivos” e “não por falta de diligência, que foi boa”.¹⁹¹

Em Poconé, a Rusga teve uma dinâmica própria, pois a vila contava com um pequeno grupo que havia estabelecido uma filial da Sociedade dos Zelosos da Independência¹⁹². Como visto anteriormente, Brás Pereira Mendes, José Alves Ribeiro e Sebastião Rodrigues da Costa foram acusados de tramarem nesta vila detalhes do plano do Trinta de Maio. Após a reunião, enquanto este último voltou a Cuiabá e comandou

¹⁸⁸ Depoimento de Bernardo José Vieira. IHGMT (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141)

¹⁸⁹ Depoimento de Bernardo José Vieira. IHGMT (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141). Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 2. A captura e traslado dos presos que se dirigiram a São Paulo constam dos documentos de números 73, 74, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 95, 99, 132, 137, 146.

¹⁹⁰ Depoimento de Bernardo José Vieira. IHGMT (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141)

¹⁹¹ Depoimento de Bernardo José Vieira. IHGMT (t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141)

¹⁹² A filial de Poconé era presidida pelo vigário José Joaquim de Vasconcelos Pinto Depoimento de Joaquim José de Santana Medeiros. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. P. 206.

uma das colunas que tomaram o quartel, Mendes e Ribeiro permaneceram em Poconé, onde

[...] arrogaram-se a si o poder de juiz de paz, e passaram a expedir escoltas em procura de brasileiros adotivos, e ambos diziam publicamente que a regência tinha mandado uma anistia por dois meses a fim de se matar durante este tempo todos os adotivos e caramurus, por isso que o matar e roubar, durante esse tempo, não era crime, e por esta forma seduziu parte do povo, a que não respeitasse as autoridades legítimas¹⁹³

Uma portaria ordenando a prisão dos responsáveis pelos crimes nesta vila informava que a data do rompimento foi 14 de junho, sendo pronunciados Mendes, Ribeiro e outros seis indivíduos.¹⁹⁴ Em seu depoimento no sumário crime cuiabano, o comandante das armas Joaquim José de Almeida afirmou que os membros da filial da Sociedade em Poconé haviam tomado “a si o governo daquele município”, fazendo “sair patrulhas para o assassinato dos adotivos e extorsões dos miseráveis moradores que foram vítimas do furor daqueles bárbaros canibais”. Ao contrário do que ocorria em Cuiabá, onde o enterro de um brasileiro “nato” havia dado lugar a conflitos entre a junta do quartel e o governo do vice-presidente, naquela vila a pequena filial da Sociedade dos Zelosos parece ter se arrogado um poder que não encontrava qualquer contraponto. O presidente da câmara municipal estava em seu sítio no momento da eclosão do movimento e afirmou que chegou a partir para a vila, mas retrocedeu ao saber melhor o que ocorria. A crer nos depoimentos, a filial da Sociedade nomeou os juízes de paz, expediu as escoltas, perdoou indivíduos e promoveu atos de humilhação pública.

As escoltas que partiram de Poconé resultaram no assassinato de um “adotivo” chamado João José, que teve o cadáver “reduzido em postas”, além de ter as orelhas cortadas. Por sua vez, “um moço chamado Luís” foi levado diante da “Casa da Sociedade dos Zelosos da Independência, aonde residia José Alves Ribeiro”. Neste momento,

[...] trataram de insultar o preso, obrigando-o a gritar em altas vozes = Boi = Vaca = Veado = e outras coisas semelhantes, depois do que lhe deram perdão em nome da sociedade, bem como nessa ocasião perdoaram a João Manuel, e por esse modo os sócios que aí se reuniam justificavam, e faziam persuadir, à gente rústica, que a força do governo da província existia neles como sócios de tal sociedade.¹⁹⁵

¹⁹³ Depoimento de Joaquim Soares dos Santos Barbolina. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. P. 203.

¹⁹⁴ Os demais pronunciados, constantes de uma relação datada de 8 de janeiro de 1835, foram o alferes Antonio Pedro da Cunha, José Carlos de Oliveira, Manuel Ventura, Anselmo Mendes, Cândido Mendes e Joaquim de Oliveira Garcia. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 2. p. 477 e 481 (Docs. 79 e 81).

¹⁹⁵ Depoimento de Joaquim José da Silva. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. P. 179.

Além de perseguir “adotivos” e “caramurus”, uma das escoltas de Poconé se dirigiu a Vila Maria para aguardar o comandante das armas, que estava na cidade de Mato Grosso e havia sido chamado por Poupino Caldas a retomar o comando militar em Cuiabá e coadjuvar no retorno à ordem pública. Segundo uma testemunha, Mendes e Ribeiro teriam dado ordens para que o matassem em Vila Maria, situada na única via que ligava as duas cidades.¹⁹⁶

Finalmente, uma acusação feita em diversos depoimentos aos membros da filial de Poconé foi a de terem proposto a recusa em dar posse ao presidente nomeado pela regência, que estava a caminho da província. Segundo alguns relatos, durante a Rusga houve uma festividade na vila, com a presença dos membros da Sociedade. Após uma saudação geral ao imperador, José Alves Ribeiro “levantara e gritara em altas vozes”: “nada de Pedro Segundo”. Ele foi seguido por Brás Pereira Mendes, que defendeu “a desobediência da regência, em não se receber o atual presidente legitimamente nomeado, sendo propagadores das mesmas ideias na capital os ditos Mendes e Ribeiro, e mais José Jacinto de Carvalho, Bento Franco de Camargo e bacharel Pascoal Domingues de Miranda”.¹⁹⁷

Por sua vez, a vila de Diamantino, que era o segundo maior núcleo urbano da província, passou por duas mobilizações armadas contra os “adotivos” durante a Rusga. Em junho, chegaram à vila ordens “a todos os juizes de paz para praticarem os mesmos absurdos” que vinham ocorrendo em Cuiabá e em Poconé, sendo relatados entre os dias 8 e 9 “roubos e insultos cometidos por escoltas”. Neste primeiro rompimento foram mortos João José Monteiro, descrito como um “velho entrevado” e seu filho, Floriano Ferreira, brasileiro “nato” e “de menor idade”, que teria sido assassinado “por chorar por seu pai”.

A segunda mobilização naquela vila, a 24 de agosto, teve um caráter diverso, pois seus protagonistas não eram da província, mas

[...] camaradas da carreira do Pará, que se ajuntaram de toque de um repentino rebate e certamente teriam sucumbido alguns cidadãos brasileiros já designados vítimas de um tal assalto, se não se reunissem os cidadãos amantes da boa ordem para conter aquele atentado.

¹⁹⁶ Depoimento de Joaquim José da Silva. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 1. P. 179.

¹⁹⁷ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 2. p. 457 (Doc. 71). Depoimento de José de Melo e Vasconcelos, idem. v. 1, p. 190.

Diante de uma mobilização armada que não tinha relação direta com a Rusga, o vice-presidente Poupino Caldas se reuniu com um dos principais líderes da Sociedade dos Zelosos da Independência e foi decidida uma estratégia para a retomada da autoridade do governo. Uma parte dos rebeldes que estava sob as ordens dos comandantes da guarda nacional no quartel de Cuiabá foi enviada para Diamantino e, aproveitando-se da diminuição das forças presentes na cidade, o governo se mudou para o quartel e efetuou as primeiras prisões pelos crimes do Trinta de Maio. Assim, no dia 30 de agosto de 1834, a Rusga chegou ao fim, o que não significava uma afirmação da legalidade sobre o crime, mas uma nova série de atentados aos direitos constitucionais.

4.3 – Repressão, julgamentos e fugas

Em Cuiabá, a demanda pela retomada da ordem pública e pela punição dos crimes do Trinta de Maio não começou em agosto, em razão do movimento de Diamantino. Ela vinha sendo formulada por diversos cidadãos desde o ápice dos crimes e o retorno das escoltas que aterrorizaram a cidade, na primeira quinzena de junho. Contudo, o governo prosseguiu em alguma medida coagido pela “junta revolucionária” do quartel, formada por membros da Sociedade dos Zelosos da Independência, guardas nacionais e alguns guardas municipais e soldados do corpo de ligeiros.

Entre julho e agosto, houve tensões internas no quartel e ameaças de perda do controle por parte dos membros “mais influentes” da associação. Neste período, o vice-presidente, João Poupino Caldas, escreveu diversas vezes ao presidente nomeado, Antonio Pedro de Alencastro, dando conta do retorno da tranquilidade pública. Além disso, pediu ao secretário de governo de Goiás – ao que tudo indica, seu afeiçoado – que “acelere a vinda de Antonio Pedro, que quero me ver livre de tal encargo”¹⁹⁸.

Importa apresentar brevemente as demandas que se colocaram neste período e os passos que foram dados por Poupino Caldas, por cidadãos voluntários e por algumas lideranças rebeldes no sentido de investir o governo da autoridade necessária para dar início à punição dos crimes. Isso porque foram as manobras do vice-presidente, apoiadas pela demanda por punição e pelo temor de lideranças com relação à perda do controle, que permitiram, a partir de fins de agosto, uma repressão que atingiu uma parte dos rebeldes, enquanto permitiu a outros (temporária ou permanentemente) se verem livres tanto das ilegalidades, quanto dos julgamentos por seus crimes.

¹⁹⁸ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 2, doc. 15.

A demanda pela ordem pública e o início da repressão

O *Manifesto* assinado “O Amigo da Justiça”, escrito para alegar a inocência de alguns membros influentes da Sociedade dos Zelosos da Independência, teve como um dos seus principais argumentos a alegação de que alguns desses homens, na condição de magistrados, pressionaram o governo para que criminosos do Trinta de Maio fossem punidos.¹⁹⁹ De fato, as demais fontes confirmam que o governo vinha sendo procurado por lideranças rebeldes para que ajudasse a evitar novas ameaças de “rusga”, investigando e prendendo culpados. A divergência entre as narrativas diz respeito a quando isso se deu. De acordo com o panfleto, o promotor público José Jacinto de Carvalho apresentou uma série de denúncias ao governo desde junho, quando retornou a “escolta da Chapada, cobrindo de horror as rua por onde passava, e após dela, o clamor dos estragos”. Nesta versão, Carvalho não havia, até aquele momento, agido conforme deveria, em termos judiciais, por recear fazê-lo “sem que houvesse algum ponto de apoio para que não sofresse algum insulto”. A resposta de Poupino Caldas ao pedido de ajuda do promotor para encaminhar as denúncias teria sido, ainda de acordo com o *Manifesto*, “que o avisaria quando havia de apresentá-las”²⁰⁰.

As versões das demais fontes permitem perceber que de fato houve tentativas de romper com a imobilidade do judiciário por parte de lideranças rebeldes, mas apenas a partir de julho, quando Poupino Caldas recebeu um requerimento sobre os rumores de que se tramava uma nova “rusga”. Quem o procurou foi o oficial da guarda nacional que, naquele momento, comandava o quartel, o tenente João Ferreira Mendes, para que ordenasse ao juiz de paz que averiguasse a questão. Segundo ele, havia se difundido no dia anterior “um boato aterrador de rusga para se assassinare trinta e três brasileiros ricos para se roubarem”. Procurou, então, o tenente descobrir “de onde nascia tal boato” e tomou “todas as medidas de cautela” que estavam a seu alcance. Depois de indagar a diversas pessoas, procurando chegar à origem dos rumores, concluiu “que tal rusga nascia no quartel, e porque isto compromete a dignidade do suplicante, e dos guardas destacados, e faz que incorram na indignação pública”, pedindo assim que a justiça agisse contra os responsáveis.²⁰¹

¹⁹⁹ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

²⁰⁰ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

²⁰¹ Requerimento de João Ferreira Mendes. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 276.

Segundo o *Manifesto*, Poupino Caldas permitiu que as ameaças persistissem e “a cada dia se espalhavam boatos de novas rusgas, até mesmo contra Brasileiros natos”. Os alvos podiam ser os ricos, mas também ameaçavam os goianos:

O Presidente da Câmara, e José Alves Ribeiro instavam incessantemente com o Vice-Presidente, para que tomasse medidas enérgicas, que fizessem desaparecer aquele terror; e este a tudo respondia - que devia durar por mais alguns dias, a ver se os Goianos, a quem apelidara de pitos, se resolviam a mudar-se de todo para sua Província.²⁰²

A proposta de assassinar os goianos apareceu também em outros depoimentos, o que indica que realmente houve esta intenção, provavelmente direcionada a algum ou alguns homens específicos nascidos em Goiás. Na versão de Poupino Caldas, eram os membros da Sociedade dos Zelosos que faziam tais propostas de extensão da matança:

[...] depois passando o doutor Pascoal a residir no quartel entre os soldados, e com eles comia, cigarreava, e ensinava não só para que desobedecesse o governo, e acabasse com os Caramurus apelidados por eles, e com todos os que residiam nesta, da Província de Goiás, a que eles os chamavam pitos, e sendo o mesmo doutor juiz de direito, e por isso chefe de polícia, principalmente em crise tão arriscada, não deu passo algum a coadjuvar o governo continuando a residir no quartel.²⁰³

Ainda de acordo com o vice-presidente, José Alves Ribeiro teria dito que se a justiça tratasse dos acontecimentos da noite de trinta de maio “havia de correr sangue em Cuiabá”²⁰⁴. Outras testemunhas confirmaram o relato e complementaram que os membros da Sociedade dos Zelosos mandavam dizer aos criminosos que haviam fugido “que esperassem que não haverá de ser nada e nada”, e que se houvesse punições “se seguiria uma guerra civil, e tudo leva a casqueira”²⁰⁵. A possibilidade de os crimes terminarem em “casqueira”, ou seja, em ausência de punição, era uma preocupação do comandante das armas que, como vimos, estava na cidade de Mato Grosso. A hipótese que o preocupava era a de que a generalização dos crimes poderia “facilitar os meios de uma anistia pela dificuldade em que se acharia o governo de Sua Majestade Imperial de punir a maioria da população que eles procuravam envolver em seus atentados”.²⁰⁶

Depoimentos e provas indicam que alguns membros da Sociedade dos Zelosos estiveram engajados, entre julho e agosto, em assassinar o “adotivo Inácio de Sousa e

²⁰² “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

²⁰³ Depoimento de João Poupino Caldas. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 150.

²⁰⁴ Depoimento de João Poupino Caldas. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 150.

²⁰⁵ Depoimentos de João Poupino Caldas e de João José de Siqueira e Silva. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 150 e 171.

²⁰⁶ “Almeida a Ferreira de Brito, 18 de setembro de 1834”

Azevedo, que procuravam com tanto empenho”²⁰⁷. Tratava-se de um sargento-mor de milícias nascido em Portugal, que havia fugido ou se escondido desde o Trinta de Maio. A razão da perseguição era, de acordo com alguns relatos, “por ter caído no ódio” do

[...] doutor Pascoal Domingues de Miranda, presidente da dita sociedade, da qual era membro os dois, Brás Pereira Mendes e José Alves Ribeiro, os quais faziam corpo com os outros cabeças, Bento Franco de Camargo Secretário da Sociedade, José Jacinto de Carvalho um dos membros de tal sociedade, pelos quais foi dirigido o horroroso acontecimento do dia trinta de maio nesta cidade²⁰⁸

Ao que parece, eliminar o miliciano “adotivo” se tornou um objetivo importante para um grupo bastante influente de rebeldes. Num bilhete escrito a um amigo que havia abrigado este “adotivo”, Brás Pereira Mendes manifestou ter “bastante satisfação” em saber “que imediatamente despediu de sua casa o Inácio, pois tenho certeza que esse homem infalivelmente há de morrer, ainda que apareça depois de qualquer perdão, e infeliz de quem lhe der escápula.” A busca parece ter sido intensa, pois aparece também na carta atribuída a Eusébio Luís de Brito e em diversos depoimentos.²⁰⁹

A tensão que se colocava era entre a persistência das tentativas de matar alguns indivíduos, por um lado, e a demanda pelo retorno da ordem pública, por outro. Enquanto lideranças da Rusga reunidas na junta do quartel estavam engajadas em cometer assassinatos, não havia legitimidade para que colaborassem com a punição de outros criminosos do Trinta de Maio, que persistiam armados na cidade. Como vimos, dentre estes se difundiram boatos de que havia uma lista de “trinta e três brasileiros ricos” a serem mortos e roubados, o que preocupou o comando rebelde o suficiente para que procurasse o governo a fim de acionar a justiça. Outro foco de tensão, naquele momento, se deu entre os guardas municipais e o furriel do mesmo corpo, João Lemes do Prado, que os estaria obrigando a repassar parte dos soldos. No dia 2 de julho, os guardas representaram ao governo para pedir medidas contra o abuso²¹⁰.

Durante o mês de agosto, o governo e os juízes de paz ensaiaram alguns passos para o retorno da ordem pública, mas, ao que parece, houve apenas averiguação a respeito da presença de alguns assassinos do Trinta de Maio na cidade, bem com a recepção de representações de vítimas dos crimes, pedindo providências – sem que estas fossem

²⁰⁷ Joaquim José de Santana Medeiros. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 206.

²⁰⁸ Joaquim José de Santana Medeiros. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 206.

²⁰⁹ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 184 e 197.

²¹⁰ ACBM/IPDAC Caixa 41 - Pasta 163 – env. 1304

efetivamente tomadas²¹¹. Havia demandas da população para a punição de crimes, inclusive daqueles que não tinham relação direta com a Rusga e que a justiça vinha negligenciando. Assim, no dia 20 de agosto, uma mulher procurou o estado maior da guarda nacional, vale dizer, os próprios rebeldes, para se defender de um homem que a espancava. Chamado a proceder contra o criminoso, o juiz de paz informou ao governo que “o paisano Cristiano de Souza Neves” tinha sido preso “pela culpa das pancadas dadas em uma mulher” depois que esta foi ao quartel “valendo-se do respeito do estado maior”. A prisão foi facilitada por ter o agressor a seguido até o quartel “continuando no seu depravado intento” de espancá-la.²¹²

Segundo o *Manifesto*, no dia 6 de agosto, o promotor José Jacinto de Carvalho, que era um dos membros da Sociedade dos Zelosos defendidos no panfleto, procurou Poupino Caldas “para que ativasse aos Juízes de Paz, e não obteve resposta alguma”. Passados “alguns dias dirigiu-se ao Palácio procurou saber do resultado, respondeu-lhe o Vice-Presidente que já tinha dado as ordens”, mas que o juiz de paz estava “empalhando”, por conivência com os revoltosos²¹³. Percebe-se, portanto, que a questão da imobilidade do judiciário tornou-se, entre junho e agosto, uma preocupação por parte do governo, dos rebeldes e da população em geral, como no caso da mulher agredida. Ainda de acordo com o *Manifesto*, três “meses durou esta horrorosa luta, até que os habitantes da cidade, se decidiram a sustentar a Ordem à custa das próprias vidas, e foi quando o [tenente] ajudante Eusébio Luís de Brito, deixou o exercício que tinha no Quartel, por suspeitas de novas tentativas”.²¹⁴

As “novas tentativas” envolvendo o tenente Brito foram também descritas por testemunhas do processo cuiabano. Ao que parece, foi em resposta a esta ameaça de um “novo atentado” que os cidadãos de Cuiabá passaram a se reunir para redigir uma primeira representação pela punição dos crimes do Trinta de Maio. Segundo o depoimento de um dos que redigiram a representação, a tentativa de uma nova matança envolvia o próprio comandante do quartel, João Ferreira Mendes, que

[...] chegou a proferir em presença dele testemunha em combinação com Eusébio Luís de Brito, formais palavras = Ora Senhor Tenente Eusébio Luís de Brito, visto nós já termos retirado os adotivos, bom seria agora, reduzirmos tudo a uma, 2 espécies = pelo que ele testemunha conhece a nova tentativa

²¹¹ Dentre outras fontes, ACBM/IPDAC Caixa 41 - Pasta 163 – env. 1292, ACBM/IPDAC Caixa 41 - Pasta 163 – env. 1314, “Vasconcelos a Poupino Caldas, 20 de agosto de 1834”, Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 2, doc. 18.

²¹² “Vasconcelos a Poupino Caldas, 20 de agosto de 1834”

²¹³ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

²¹⁴ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

contra cores brancas porque já se principiava a vozear, que se pretendiam acabar com os caiados = Termos estes de que se serviam os Anarquistas de cores inferiores²¹⁵

João Ferreira Mendes e Eusébio Luís de Brito eram oficiais da guarda nacional descritos, respectivamente, como “pardo” e “mulato”. Outra testemunha disse ter ouvido no quartel, por parte de alguns membros da junta rebeldes, “que nada mais de cores brancas, pois que eram muito preciso acabarem todos os Caiados”. Por fim, um dos depoentes disse que “ouviu João Ferreira Mendes dizer por vezes, que os brancos já tinham governado, e que agora nada mais dessa gente, e devia governar só os cabras.”²¹⁶

Independentemente da veracidade das acusações, a ameaça de politização da cor era real e os descontentamentos com o que consideravam privilégios de “cor” (no caso, claro, a cor branca, ou “caiada”) se expressavam inclusive no debate por via da imprensa. Como vimos, o primeiro “adotivo” assassinado na Rusga havia sido acusado de negar promoção nas milícias a “homens de cor”. Nesse sentido, importa notar que o discurso “exaltado” da *Miscelânea Cuyabanense* em defesa da igualdade perante a lei e contra os “aristocratas” e os “focos milicianos” dialogava não só com privilégios fundados em patronatos e clientelas, mas também com o prejuízo de cor nas promoções nas milícias e nas tropas, e nas nomeações para a administração civil. Além de vantagens pecuniárias, o oficialato das milícias havia sido muito disputado pelo prestígio social que trazia e, apesar de existir na província um corpo miliciano de homens pardos, os lugares de maior destaque eram ocupados por oficiais tidos por brancos. A extinção das milícias e a criação da guarda nacional haviam possibilitado, dentre outras coisas, que pardos e mulatos estivessem entre as autoridades mais destacadas em festas e cerimônias cívicas, na recepção de autoridades e em outros papéis que conferiam *status* aos indivíduos. Assim, a luta de “plebeus” em defesa do mérito e contra a “aristocracia”, também podia ser motivada por preterições deste tipo, que chegavam a ser debatidas nos jornais²¹⁷.

O plano de Mendes e de Brito de um “atentado sobre cores” pode ter existido ou pode ter sido atribuído a ele com base apenas em conversas vagas, mas o que importa notar é que ele, de fato, serviu para sua justificar. Havendo ou não fundamento, a denúncia veio num momento em que havia demanda de todas as partes pelo retorno à legalidade e

²¹⁵ Depoimento de José Caetano Metelo. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 226.

²¹⁶ Depoimentos de Gregório Ribeiro do Nascimento e de Francisco Xavier das Fontes. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 216 e 222.

²¹⁷ Sobre os privilégios de cor, ver o capítulo 2, especialmente “Os crimes do norte goiano: privilégios, identidades e ódio aos ‘adotivos’”.

no qual todos os homens que ocupavam postos públicos tinham algum grau de envolvimento nos crimes. Um dos cidadãos que se mobilizaram para obter assinaturas para uma representação ao governo, pedindo punições para os criminosos de Trinta de Maio, atribuiu a iniciativa a este plano e à proposta que alguns membros do conselho de governo, formado por rebeldes, haviam feito, de denegar posse ao presidente da província que estava prestes a chegar. José Caetano Metelo afirmou que se reuniu

[...] com Francisco Xavier Fontes, João Leite de Barros, Manuel Antunes de Barros, e outros muitos Cidadãos amantes da Ordem a fim de fazerem um Corpo para ver se conseguiam fazer uma contra-revolução, e surpreender os Chefes da Anarquia para não chegar a ficar mais desgraçada a Província com o novo atentado, sobre cores, e de obstarem a posse do Presidente atual, que eles já tramavam, sendo os autores desta trama Brás Pereira Mendes e José Alves Ribeiro, que teve o arrojo de publicamente pregar esta doutrina²¹⁸

Como vimos anteriormente, os dois membros da filial de Poconé da Sociedade dos Zelosos já vinham discursando naquela vila no sentido de “não se receber o atual presidente legitimamente nomeado”²¹⁹. Uma testemunha afirmou que, já em Cuiabá, eles “publicamente diziam que não se devia aceitar ao Excelentíssimo Senhor Presidente Alencastro, porém que no caso de chegar a ser, e de ele não apoiar os fatos praticados, que lhe haviam de dar muita pancada e pô-lo para fora.”²²⁰

Segundo algumas testemunhas, a questão foi levada ao conselho de governo por rebeldes que nele tinham assento, numa sessão extraordinária convocada a 7 de agosto para decidir sobre a chegada das proclamações do comandante das armas Joaquim José de Almeida. Como vimos, ele estava em Mato Grosso tentando organizar a retomada da legalidade e suas proclamações negavam obediência ao governo de Poupino Caldas, tido por coato pelos rebeldes. Além disso, os emissários da Rusga, Luís Soares Veigas, e Claudino Alves Canaúba, haviam entregado os planos do comandante das armas para a retomada de Cuiabá.

O argumento de Poupino Caldas (que viria a alegar estar sob coação) para a suspensão de Almeida legitimava o Trinta de Maio, pois “o amor da pátria foi quem unicamente moveu os povos a conspirarem-se contra os adotivos, por estes serem afetos à restauração do Duque de Bragança no Império Brasileiro.”²²¹ Diante das “ordens

²¹⁸ Depoimento de José Caetano Metelo. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 1. p. 226.

²¹⁹ Depoimento de José de Melo e Vasconcelos. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v. 1, p. 190.

²²⁰ Depoimento de Joaquim José da Silva. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v.1. p. 179.

²²¹ Sessão extraordinária de sete de agosto de mil oitocentos e trinta e quatro” Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v.1. p. 163.

aterradoras” de Almeida no sentido de marchar com tropas para Cuiabá, foi decidida sua suspensão e a nomeação do comandante da guarda nacional para o posto. Na discussão acerca da medida, José Alves Ribeiro – membro da filial de Poconé que teria decretado a morte de Almeida - argumentou que

[...] se achava convencido de que os sentimentos do atual comandante das armas tende a favorecer um partido que se tem declarado nesta província em favor da restauração do Duque de Bragança. por isso mesmo que deixou de obedecer às ordens do excelentíssimo vice-presidente para se apresentar nesta cidade onde existe a maior população da província, e onde se acha a parada do corpo de ligeiros, a fim de coadjuvar no restabelecimento da ordem, pelo contrário se conserva em Mato Grosso, já mandando expoticamente [sic] buscar as trinta arrobas de pólvora no paiol de Vila Maria, e já proclamando em favor do mesmo partido, reбуçando com a capa de filantropo, como bem se coligia de suas expressões, por cujos ponderosos motivos é reputado perturbador da tranquilidade da província pela comoção que de novo vinha causar as palavras insultantes da dita proclamação, e por isso é o seu voto, que seja suspenso²²²

O presidente da câmara, Joaquim de Almeida Falcão, que atuava então como conselheiro na sessão, mas que não parece ter sido eleito nem mesmo como suplente, acrescentou que

[...] o comandante das armas não era afeto aos cuiabanos desde que nas eleições não lhe tinha recaído a nomeação de deputado pela província e por isso tinha achado a ocasião para desenvolver as suas intenções, fazendo parte com os incautos habitantes de Mato Grosso, onde consta que existem reunidos uma porção de brasileiros adotivos, querendo procurar por este meio encobrir os desleixos e prejuízos que tem causado à Fazenda Nacional no exercício de suas atribuições desde que comanda as armas nesta província²²³

Falcão alegou ainda que Almeida cometera os crimes de “arrogar-se ao poder da administração civil, para expedir ordem ao comandante de Vila Maria mandando recolher a pólvora ali existente” e de “desobediência ao presidente da província, a quem é subalterno”. Por sua vez, o comandante da guarda nacional, Caetano da Silva e Albuquerque reputou “a proclamação que acabava de ver” como sendo: “uma bala ardente para excitar ódios e vinganças, que este governo tinha conseguido felizmente acalmar, e por consequência votava pela suspensão do dito comandante de armas, como uma das medidas mais profícuas na crise atual”.²²⁴

²²² Sessão extraordinária de sete de agosto de mil oitocentos e trinta e quatro” Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.1. p. 163.

²²³ Sessão extraordinária de sete de agosto de mil oitocentos e trinta e quatro” Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.1. p. 163.

²²⁴ Sessão extraordinária de sete de agosto de mil oitocentos e trinta e quatro” Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.1. p. 163.

Colocada a matéria em votação, foi deliberada a suspensão do comandante de armas por unanimidade, “para ser chamado à responsabilidade na forma da lei por assim exigir a causa pública”, nomeando-se, em seguida, o tenente-coronel Albuquerque para o posto, “como pessoa de confiança do governo, o qual achando-se presente, lhe foi dada a posse e juramento”.²²⁵

Durante a tomada de depoimentos do sumário crime, testemunhas foram convocadas para elucidar sobre uma proposta que teria sido feita durante esta sessão para que não se desse posse ao presidente nomeado pela regência, Antonio Pedro de Alencastro. Os depoentes Manuel do Espírito Santo, José de Melo e Vaconcelos e Joaquim de Almeida Falcão confirmaram a acusação feita por Poupino Caldas e apontaram Brás Pereira Mendes e José Alves Ribeiro como autores da proposta, sendo que os dois primeiros também mencionaram Caetano da Silva e Albuquerque. Segundo uma das testemunhas,

[...] os ditos autores e cabeças da revolução tentavam a não quererem aceitar o excelentíssimo presidente que atualmente se acha, por isso que deu lugar a ele fazer a subscrição que já atrás disse, porque conhecia que desse ato seguiam-se os males ainda maiores, muito principalmente tendo ouvido eles em conversação dizer que se a Regência não levasse a bem os atos por eles praticados, que nesse caso não queriam saber da Regência, e aqui formariam seu governo, porque tinham homens para isso, e que não careciam de presidentes e comandantes de arma de fora.²²⁶

Assim como no caso do “atentado sobre cores”, é possível que se tratasse de uma acusação infundada, dado que ela só foi mencionada por testemunhas convocadas em razão do depoimento de um morador de Poconé que relatou não só os assassinatos e humilhações públicas por lá praticadas, mas as conclamações pela desobediência à regência feitas por Mendes e por Ribeiro. É possível que se tenha tramado a recusa à posse de Alencastro, bem como parece razoável considerar que tenha havido uma tentativa de estabelecer responsabilidades mais graves a alguns indivíduos, livrando os demais da condição de “cabeça”.

A partir de 14 de agosto, algumas medidas mais efetivas foram tomadas e o governo passou a recomendar aos juízes de paz o procedimento judicial dos crimes do Trinta de Maio. No dia 21, foi informada a suspensão da “reunião da tropa no dia 7 de setembro”, para celebrar o aniversário da Independência, medida que também dizia respeito à guarda

²²⁵ Sessão extraordinária de sete de agosto de mil oitocentos e trinta e quatro” Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.1. p. 163.

²²⁶ Testemunho de Francisco Xavier das Fontes. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.1. p. 216.

nacional. A portaria também recomendava aos juízes de paz que fizessem ver “aos guardas que tornar-se-ão culpados todos aqueles que largarem seus trabalhos e se vierem nesta cidade apresentar sem que por ordem deste governo sejam chamados”.²²⁷

Com a nomeação de Caetano da Silva Albuquerque para o comando das armas, a guarda nacional passou a estar sob as ordens de João Fernandes Queirós, que não aparece nas acusações dos depoimentos sobre a Rusga, o que indica que provavelmente não era um dos rebeldes. Assim que tomou posse, Queirós já acusou a tentativa do antecessor, agora comandante das armas, de continuar dando ordens na guarda nacional, apontando que sua autoridade seria sempre ilusória “enquanto existir o comando do quartel desta cidade, entregue ao atual comandante das armas”. Albuquerque estaria se arrogando o poder de emitir ordens aos guardas, que não eram militares.²²⁸

No dia 27 de agosto, com a chegada das notícias da mobilização protagonizada por camaradas do Grão-Pará em Diamantino, Poupino Caldas proclamou:

Cidadãos! O estado de contínuas comoções é o estado mais desgraçado da vida social. Agora que a pátria está gozando da possível tranquilidade nesta capital, e nas vilas circunvizinhas, chega uma notícia de nova comoção na Vila do Diamantino. O governo, não tendo uma exata participação deste acontecimento, e não devendo desamparar aquela porção de concidadãos, tem deliberado a preparação de cem homens mais ou menos, para estar esta força avisada para marchar em socorro. Todos os cidadãos devem sacrificar o seu descanso e comodidade e trabalhar para a tranquilidade e ordem; sem o que não há liberdade. Espera pois o governo que os cidadãos da reserva se prestem ao serviço da guarnição, enquanto as praças que deverão estar prontas para o socorro tomem o necessário descanso e tempo para se prontificarem. Cidadãos! A pátria exige dever todos os sacrifícios afim de que vós mesmos estejais seguros.²²⁹

Três dias depois, as correspondências do governo aos juízes de paz sobre a punição de alguns criminosos do 30 de maio passaram a ter o caráter de ordens positivas, “debaixo da mais estrita responsabilidade”, e não mais de recomendações vagas para averiguação de sua presença na cidade. O comandante das armas Joaquim José de Almeida, que havia sido suspenso ilegalmente quando estava na cidade de Mato Grosso e que escrevera ao ministro da guerra dizendo-se convicto da responsabilidade do vice-presidente pelos crimes, surpreendentemente se reconciliou com Poupino Caldas e acreditou na versão de que ele estivera sob coação durante esses três meses. Almeida narrou ao ministro da

²²⁷ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.2. Doc. 21. p. 373.

²²⁸ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.2. Doc. 23 p. 376.

²²⁹ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.2. Doc. 25 p. 379.

guerra que “uma nova ordem de coisas sucedeu ao lamentável estado de anarquia a que se achava reduzido o Cuiabá e outros pontos da província”:

O vice-presidente, aproveitando-se habilmente de uma parte oficial do Diamantino em que o Juiz de Paz daquela vila lhe comunicava os assassinatos de um cidadão adotivo e seu filho brasileiro nato, que arrastado do amor filial se abraçara com o seu pai e fora igualmente vítima do furor dos sediciosos, proclamou e declarou a pátria em perigo, convidando por este motivo os cidadãos da reserva a pegar nas armas.

Reunidos esses no quartel da cidade, aos sediciosos até ali dominantes o vice-presidente fez ver a necessidade de marchar ao Diamantino um destacamento de cem homens em socorro dos brasileiros natos, cujo sangue principiava a derramar-se. Escolheu os sediciosos mais sceleratos [sic], e os mandou as suas casas afim de se aprontarem para a expedição, deixando no quartel o armamento. Enfraquecido assim o partido anárquico, pôde ele prender os que mais se haviam assinalado em roubos e assassinios, sem que todavia ousasse ainda lançar mão dos chefes da sedição que principiaram a murmurar de uma tal medida, julgando-a talvez precursora de seus futuros desastres.²³⁰

A partir do envio dos cem homens a Diamantino, Poupino Caldas passou a residir no quartel junto aos “guardas nacionais da reserva”, que, ao que parece, compunha-se em grande de homens vindos do interior ou que haviam deixado a cidade em decorrência do Trinta de Maio, retornando naquele momento. Na versão do *Manifesto*, antes da retomada do quartel, Poupino Caldas procurou José Alves Ribeiro e obteve sua coadjuvação:

O Vice-Presidente dirigiu-se logo à casa do Cidadão José Alves Ribeiro; e aí reunidos com mais outros às 8 horas da noite, concertaram sobre o modo de arrear do Quartel a gente que ainda era suspeita, a fim de que não tornasse a penetrar na cidade o mal que estava afligindo aquela Vila [de Diamantino]; e assentaram todos de comum acordo, que fosse avisada no dia seguinte toda aquela gente, que estava no Quartel, pra marchar àquela Vila, a pretexto de ir acomodar a desordem, ficando ela substituída pela reserva, e pela gente de fora, que vinha chegando; tudo isso de modo que não causasse desconfiança, e depois de conseguido começar logo a prisão dos delinquentes. Eis a maneira porque se conseguiu apartar aquela gente sem a menor resistência.²³¹

Como vimos, Ribeiro foi um dos que planejou e comandou a Rusga em Poconé, mas na versão inverossímil do *Manifesto* não tinha responsabilidade por aqueles crimes, sendo apenas um cidadão interessado na defesa da “boa ordem”. Ao que parece, Poupino Caldas e Ribeiro, ambos implicados nos crimes do Trinta de Maio, colaboraram para iniciar a repressão dirigida a alguns dos rebeldes. Com isso, abriu-se o caminho para a chegada segura do presidente e a abertura de processos criminais, numa manobra que livraria algumas das principais lideranças da Rusga.

²³⁰ “Almeida a Ferreira de Brito, 2 de janeiro de 1835”

²³¹ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

Logo depois da mudança de Poupino Caldas para o quartel, no dia 2 de setembro, Eusébio Luís de Brito – um dos acusados de tentar um “atentado sobre cores” – liderou uma tentativa de tomada do quartel. Foi neste momento que se efetuaram as primeiras prisões e desterros, sem qualquer procedimento legal. Já no dia 4 de setembro, foram desterrados ilegalmente para Goiás três ex-soldados do batalhão baiano dos Periquitos, incluindo o corneta-mor Antonio da Silva Pamplona, que tocou o rebate do Trinta de Maio. Em ofício ao presidente daquela província, Poupino Caldas informou que fez

[...] seguir com o correio presos para essa cidade, afim de ter o destino que vossa excelência julgar conveniente, João Antonio Pereira, Antonio da Silva Pamplona e Simplício José, que foram dos Periquitos, e são indigitados cúmplices nas desordens de 30 de maio, que tiveram lugar nesta cidade, e é bom que vossa excelência os despeça também daí, como desordeiros. Eu deveria manda-los punir na forma da lei, porém há muitos outros, com que estamos entretidos.²³²

Além dos três, haviam sido presos, de acordo com o vice-presidente, “dezoito dos cabeças da sublevação de 30 de maio”, achando-se ele agora “comandando e morando no quartel, rodeado de cidadãos probos e agricultores”. Comemorava, por fim, que “o governo já não se acha coato.” Numa outra correspondência da mesma data, Poupino Caldas disse ao presidente goiano que “graças à Providência” estava tudo tranquilo para a posse do “excelentíssimo Alencastro, a quem os desordeiros não queriam aceitar” e “tudo vai bem, à vista do que era em junho”. Reiterava ainda que “vão três periquitos presos”:

Vossa excelência relevará o enviar para a sua província gente tão boa! Porém assim irei mostrando a estrada por onde vieram, e vossa excelência mandando-os soltar aí não os deixe parar, porque motivarão desordens, eles são indignos e capazes para tudo quanto é mau²³³

Escrevendo ao ministro do Império, o presidente de Goiás narrou a chegada dos ex-Periquitos, afirmando que “um dos ditos era possuído de sentimentos tão bárbaros que cortara as orelhas de um adotivo traspassado de baionetas, assara publicamente e as comera, estando vivo o infeliz assassinado, e à sua vista.”²³⁴ Como se percebe, os horrores do Trinta de Maio iam sendo conhecidos em outras províncias, incluindo detalhes que não necessariamente eram verídicos e que tendiam a amplificar o terror.

Datada de 2 de setembro, mesmo dia da tentativa do tenente Brito de tomar o quartel, a decisão de extinguir a guarda municipal parece ter relação com o episódio.

²³² Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.2. Doc. 29. P. 384

²³³ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.2. Doc. 30 p. 385

²³⁴ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.2. Doc. 55. P. 434.

Certo é que a insubordinação dos municipais foi a motivação para a medida. Segundo consta da ata da sessão extraordinária do conselho de governo, em que aparece tal decisão:

[...] sendo a sua instituição não adequada às circunstâncias dos indivíduos que a compõem, os moderados castigos que é permitido aplicar-se-lhes não são bastantes a conduzi-los ao Estado de Disciplina indispensável aos corpos arregimentados e só o seriam se a Guarda Municipal pudesse ser composta dos cidadãos designados pela respectiva lei, o que a experiência tem mostrado não se poder conseguir, resultando disto ser a nação sobrecarregada desta despesa quase sem utilidade. [...] O castigo do soldado de 1ª linha é mais rigoroso e pronto pelo que se consegue facilmente a subordinação e disciplina e o soldado municipal tem de receber castigos limitados, como sejam repreensão simples e depois com menção na ordem do dia²³⁵

Na mesma sessão, o conselho de governo também decidiu recrutar 50 soldados para o corpo de ligeiros, para que cumprissem as funções que até então cabiam aos municipais. Em nome da retomada da “boa ordem”, o quartel de Cuiabá voltou a contar com soldados de linha, que haviam sido expulsos da cidade em 1832, após lutarem contra esses mesmos castigos físicos e contra outros abusos de seus comandantes.

A dissolução da guarda municipal não foi condenada pelo *Manifesto*, em que se argumentava que os municipais estavam de posse do quartel, “encarregados da Polícia da Cidade” quando “apareceram as primeiras desordens” do Trinta de Maio. A versão do panfleto para as primeiras prisões e deportações foi a de que Poupino Caldas temia que os que o apoiaram na tomada do quartel para o restabelecimento da ordem pública podiam “voltar-se (e com razão) contra ele, por ser o agente, e o chefe principal da sedição”. Afinal, “a ninguém eram desconhecidas as suas doutrinas pelas casas e cantos das ruas, indicando os adotivos, que deviam se mortos, e aqueles que deviam sair pela mesma maneira porque entraram”. Lembrando a fama anterior de Poupino Caldas como promotor de “rusgas” e “bernardas”, o autor do *Manifesto* lamentou que “aqueles que ainda não o conheciam, acreditaram piamente nas suas puras intenções”²³⁶. Ainda segundo o panfleto, ao tomar o controle do quartel, ele se tornou “comandante da força, apesar de ser Vice-Presidente, Tesoureiro Provincial, e se mais no mundo houvera lá chegara”. Em seguida, ele teria começado a “manobrar, principiando por mandar avisar a certos cabeças da sedição, que se retirassem para fora da cidade; e mandando prender a outros em número de 20 e tantos dos mais apontados, e recolhê-los à cadeia”.²³⁷

²³⁵ Sessão extraordinária de 2 de setembro de 1834

²³⁶ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

²³⁷ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

Quanto à expulsão dos três ex-Periquitos da província, o *Manifesto* incluía em sua narrativa uma tentativa de fuzilamento sumário:

No dia 3 de setembro às 8 horas da manhã, [Poupino Caldas] mandou tocar o rebate, e assoalha que se devia fuzilar os ladrões: acode o Povo espavorido, e vindo ao Quartel saber o que havia de novidade, observa a gente formada, uma peça postada com direção às janelas da cadeia, e o Vice-Presidente muito enfurecido na frente, e em altas vozes gritando: Viva a Lei. Morram os Ladrões. Viva o Senhor Dom Pedro 2º - governem as baionetas até a chegada do Presidente - Faça-se fogo a quem for suspeito.²³⁸

Naquele momento, dentre “os homens que na melhor boa fé do mundo tinham vindo para sustentar a causa da legalidade, extasiados com o horrível quadro”, alguns “respondiam vivas, e outros davam apoiado”.²³⁹

O promotor e um oficial militar se dirigiram então ao vice-presidente e, “no meio do seu furor santo, lhe fizeram ver, que tais ordens se encaminhavam antes a uma guerra civil”. Isso porque a força armada que o acompanhava era formada majoritariamente por homens que tinham razões para odiarem os criminosos do Trinta de Maio e que, uma vez ignoradas “as formalidades da Lei, poderiam precipitar-se, e até alguns deles procurariam meios de vingança particulares”. Dissolvido o ajuntamento, Poupino Caldas teria convocado o conselho de governo, e se informado “do número dos presos que achavam-se na cadeia; propondo igualmente que seu parecer era que fossem deportados para fora da Província”²⁴⁰. Os conselheiros rejeitaram a proposta e decidiram encaminhar os presos ao juiz de paz para serem processados.

Volta o Vice-Presidente para o Quartel, persuade aos homens da guarnição, que os Conselheiros do governo queriam proteger aos ladrões, e logo ali começa a fomentar-se uma indisposição contra aqueles que desejam ver restabelecido o império das Leis; e tais tramas urdiu para surpreender a boa fé daquela gente, que no dia seguinte mandou tomar do Carcereiro as chaves da Cadeia, e as conservou em seu poder no Quartel, para onde mandou buscar os presos, que lhe parecia, e os fazia deportar (independente do Processo) algemados e acorrentados para diferentes lugares, com recomendação; porém, especial de os deixar fugir em caminho: tanto assim que muitos deles foram ter em Goiás, munidos de cartas de recomendá-los embora. Nestas circunstâncias muitas pessoas advertiram ao Vice-Presidente que semelhante proceder era criminoso, e a sua resposta foi - que ele daria conta à Regência.²⁴¹

²³⁸ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

²³⁹ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

²⁴⁰ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

²⁴¹ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

“O cavalo de sela Delegado do Governo”: a dificuldade do reestabelecimento da ordem

Senhor editor do Sete de Abril,
Um homem casado, idoso, carregado de filhos, sem ofício, e sem aptidão – porque lê muito mal e mal escreve – mendigava nesta Corte um emprego para viver; e o seu fito era nenhum certo viveiro. Deu-se-lhe a Província de Mato Grosso, onde chegou, e pegou logo a governar em consequência.²⁴²

A descrição do presidente Antonio Pedro de Alencastro, apresentada em correspondência publicada no periódico fluminense *Sete de Abril*, em 1835, construiu uma imagem caricata da referida autoridade a fim de moldar a fama pública de um seu adversário; estratégia que, como temos visto, era recorrente. O leitor assinou “calado”, pois o que fizera fora apenas inserir esta breve introdução, anteriormente à publicação de um documento assinado por Alencastro, e adicionar comentários breves na forma de notas de rodapé. Tratava-se de um ofício assinado pelo presidente, que expunha ao leitor do *Sete de Abril* um dos “fatos que manifestam sua mentalidade”. O documento fora remetido, a 4 de novembro de 1834, ao ministro dos negócios do Império, Antonio Chichorro da Gama, relatando o “acontecimento que teve lugar no último mês findo”, sobre o qual o presidente resumia-se a dar “agora unicamente uma exposição englobada”, deixando uma informação mais circunstanciada para o próximo correio.

Constando muito positivamente haver um segundo rompimento dos anarquistas de 30 de maio passado, [...] os cidadãos da ordem, que se achavam reforçando o quartel desta cidade, e outros muitos que ali concorreram na manhã do último dia do referido mês findo, estando a cidade em tranquilidade, prenderam servindo-se do meu nome, e à ordem da regência permanente, os cidadãos Pascoal Domingues de Miranda, juiz de direito desta comarca, Brás Pereira Mendes, professor de lógica, José Jacinto de Carvalho, Bento Franco de Camargo e José Alves Ribeiro, e mandando-me participação disto, convoquei o conselho que se conservou sempre na maior tranquilidade possível, iluminando-se toda na noite do dia seguinte, e vagando pelas ruas bandas de música com cantorias e vivas, que bem demonstraram o prazer da população, tanto pelo fato dessas prisões, como pelas que se fizeram neste dia por minha ordem ao ajudante Eusébio Luís de Brito, principal cabeça da Anarquia, em que tinha estado esta província, ao porta estandarte Manuel do Nascimento Moreira e o cabo de esquadra Antonio Ferreira Mendes, autores do rompimento no Baixo Paraguai [...]. O conselho resolveu ficar em sessão permanente até que findasse o processo, que se mandou formar àqueles cidadãos que por deliberação do mesmo conselho foram enviados presos para esta Corte, embarcados por São Paulo para maior segurança, e isto para que o povo não houvesse de se alterar pela falta desta providência, que tanto era reclamada por ele, para sua salvação e de toda a província.²⁴³

²⁴² Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit. v.2.*

²⁴³ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit. v.2.*

Resumidamente, Alencastro dizia ao ministro que ele vinha emitindo ordens de prisão sem ter poderes legais para isso e desterrando os presos ilegalmente, tudo em nome da regência, ao som de “bandas de música com cantorias e vivas”. Como informava o leitor do *Sete de Abril*, o ofício de Alencastro havia sido respondido pelo ministro da justiça, Manuel Alves Branco “no correio oficial de sábado, 24 de janeiro” de 1835. Nele,

A Regência, em nome do Imperador, o Senhor D. Pedro II, a quem foi presente o ofício de V. Ex. de 4 de novembro do ano findo, [...] manda responder a V. Ex. que lastima e sente tanto este outro ato de anarquia e tumulto, quanto sentiu o primeiro; que os ditos indivíduos presos e remetidos para esta Corte deviam ser processados nessa capital, para serem punidos segundo as leis, guardadas as formalidades delas, sendo anárquico e tumultuoso qualquer procedimento contrário que constitui em crime os perpetradores dele; e que logo que aqui cheguem aqueles homens se deliberará sobre sua sorte, cumprindo que V. Ex. a todo o custo, faça sempre manter as leis, não consentindo jamais a violação das mesmas leis, a qualquer pretexto que seja.²⁴⁴

Considerado “anárquico e tumultuoso” até pelo governo que o nomeara, Alencastro acabou demitido em novembro, com uma ordem para que não esperasse para entregar o governo ao vice-presidente, Antonio Corrêa da Costa, e para que deixasse a província sem demora.

Detalhes a respeito de alguns dos abusos ocorridos em seu governo circularam na Corte em 1835 por meio de periódicos e também do *Manifesto* do “Amigo da Justiça”, que apresentava “o novo presidente, Antônio Pedro d’Alencastro” como um governante “de nefanda memória” e “de tanta erudição que escreve capim com S!” Os mato-grossenses já conheciam sua trajetória por “cartas particulares remetidas de Goiás”, que narravam as “exuberantes provas, que ele já tinha dado em 1822, quando ali serviu de secretário do Governo”, de que era um “inimigo figadal inda que fraco, das instituições livres”. Este passado “absolutista” de Alencastro dizia respeito a uma mobilização que pretendia derrubar o governo provisório e que resultou em sua expulsão daquela província..²⁴⁵ Como se percebe, o desprezo de Alencastro pelas instituições liberais foi -, ao lado de sua falta de aptidão e formação para administrar, que o fazia “mendigar” empregos – um dos traços predominantes de sua caricatura.

²⁴⁴ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v.2.

²⁴⁵ Naquele contexto, a Revolução Constitucionalista do Porto havia cindido o governo provincial, antes exercido pelo capitão-general, e que passava a ter uma esfera civil, exercida pela junta provisória, e outra militar, exercida pelo governador das armas. Num conflito entre essas esferas, Alencastro tomou partido do comando militar, defendendo a derrubada da junta e proferindo “em voz alta”, que “os militares não tinham brio em obedecer a uma paisanada”

A narrativa do *Manifesto* informava que Poupino Caldas o recepcionou, “obsequiando-o pelo modo e maneira que lhe foi possível, de sorte que se tornou inseparável dele”. Já estava então preparada uma representação para que o vice-presidente permanecesse residindo e comandando (ilegalmente) o quartel, “até ser substituído por outro, o que foi logo atendido”; Poupino Caldas também foi confirmado como inspetor da tesouraria. Em seguida, paralelamente à abertura de processos criminais, Alencastro “começou a expedir ordens anárquicas, dispensando na lei”. Dentre outras coisas, “chamou para o Conselho homens que pertenciam ao número completo do Conselho Geral, e naquele eram suplentes menos votados”; o que, como vimos, fora uma prática irregular também adotada em governos anteriores. Os conselheiros que permaneceram, como “seus favoritos” foram João Poupino Caldas e três de seus aliados. Em seguida, “publicou o Senhor Presidente uma proclamação ao som de caixas, convidando os povos para que se unissem a ele, e o ajudasse lançar fora os maus. E não é isso mesmo que convidá-los para uma nova rusga? Como é atilado o Senhor Antônio Pedro”.²⁴⁶

Ainda de acordo com o *Manifesto*, outro “rompimento anárquico, e tumultuoso apareceu no dia 31 de outubro, e suposto que não fosse tão cruel como o de 30 de Maio, contudo não foi menos horroroso”. Tratava-se da prisão dos cinco “cabeças” da Rusga, que foram presos ilegalmente, com base em duas representações assinadas pelos “cidadãos amigos da boa ordem”. Dentre outras coisas, esses documentos pediam que as autoridades competentes declarassem aos habitantes que cada um podia diligenciar a prisão dos “perseguidos pelo clamor público, bem como os conspiradores de novos projetos criminosos”. Um deles, em termos mais diretos, afirmava que “a conservação da própria vida” autorizava que fossem repelidos os “injustos agressores até com a morte, por via da natural defesa”.²⁴⁷

A situação encontrada por Alencastro era, sem dúvida, das mais difíceis para um governante. As representações foram assinadas por um total de 77 “cidadãos amigos da boa ordem” e que se afirmavam prontos a repelir com a morte os criminosos que permaneciam impunes. O governo provincial vinha de um histórico de crise de legitimidade e, em seguida, de uma efetiva suspensão da legalidade por um período de três meses, durante os quais foram cometidos crimes que envolveram praticamente todas as autoridades, incluindo o poder executivo e a magistratura. Ao se aliar a Poupino

²⁴⁶ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

²⁴⁷ “O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

Caldas, mantendo uma força ilegalmente constituída no quartel e procedendo sem as formalidades legais contra os criminosos do Trinta de Maio, o presidente atendeu, contudo, à demanda imediata dos “amigos da boa ordem” no que se referia à captura de criminosos que permaneciam circulando livremente na província. Isso se deu, porém, ao custo de uma contínua deslegitimação do governo e da justiça que, sem dúvida, contribuiu para a instabilidade que marcou seu governo.

Em Cuiabá, a crise política persistiu na forma de boatos e tentativas de “rusgas”. Um pasquim apreendido em 1835 permite perceber o quanto, sua aliança com um destacado cúmplice do Trinta de Maio, contribuiu para oposição que sofreu como presidente da província:

Poupino Inspetor, a lei ofendida e pisada, e as ordens da Regência bigodeadas... Quem assim pratica é desobediente às Leis do Império, a Sua Majestade Imperial, o Senhor Dom Pedro II, é rebelde e tem em vista negros planos. Alerta Cuiabanos! Alerta! Corramos às armas para salvar a pátria!!!²⁴⁸

O vice-presidente que colaborara com a Rusga, e que vinha de uma longa trajetória de práticas ilegais, tumultuárias e irresponsáveis, ainda tentou destituir, em 1836, o primeiro sucessor de Alencastro, na verdade, o vice-presidente Antonio José da Silva. Mesmo quando da posse de José Antonio Pimenta Bueno como efetivo presidente da província, no mesmo ano de 1836, houve ainda mais duas tentativas neste sentido. Por fim, no dia 9 de maio de 1837, Poupino Caldas foi assassinado em Cuiabá, em mais um crime sem punição. Foi apontado como suspeito Antonio José Rodrigues, um dos homens que tiveram um papel de comando na noite de Trinta de Maio. Fosse ou não o culpado, as fontes coevas falavam unicamente na hipótese de vingança por sua atuação durante a Rusga.

Após o assassinato, Rodrigues acabou por se tornar um problema para as relações internacionais ao permanecer foragido em “um ponto limítrofe” entre o Brasil e a Bolívia, promovendo “os maiores insultos”. Contudo, uma questão ainda mais grave, entre os dois países, surgiu após a fuga de 17 sentenciados pelos crimes do Trinta de Maio da cadeia de Mato Grosso, em 1837. Liderados pelo tenente Eusébio Luís de Brito, um dos principais “cabeças” da Rusga, os prisioneiros compraram armas de um carcereiro, tomaram a cadeia e partiram para a Bolívia, levando armas e bens saqueados. Ao fugir, Brito escreveu ao presidente José Antonio Pimenta Bueno:

²⁴⁸ AN IJJ 505

Humilde, respeitosamente e cheio de [ilegível] sem remédio pela necessidade de [que] se não comprometa algum cidadão inocente desta cidade de Mato Grosso, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, que por ter eu auxílio do cabo de esquadra do batalhão de ligeiros Antonio Coelho Pereira na compra que fiz dele de oito armas de fogo ou clavinhas, cujo negócio se colige dos dois bilhetes e documentos um e dois que incluso envio a Vossa Excelência procurei escapar do lastimoso estado em que me acho padecendo fome, peste, nudez e dores dos tormentosos ferros em que jazia injusto há quase três anos pelos crimes que o mais bem fundado direito mostra à vista de todos os documentos que há e onde aparecer, serem só de João Poupino Caldas.²⁴⁹

O tenente Brito entregou, por alguma razão, o carcereiro que lhe vendeu as armas. Mas sua carta tratava sobretudo do papel de Poupino Caldas nos crimes, pois

[...] o mesmo facinoroso que se assentou na cúpula dos males de Trinta de Maio para comprometer infelizes como eu por aqui ainda nos apresenta dados em suas escritas que nos faz persuadir maior desordem de futuro na província. [...] desanimado me atrevo a cortar da pátria que impiamente me tem pago o troco de tanto serviço imensas iniquidades que a mesma natureza já não pode suportar e me impele a proceder desta maneira. [...] eu miserável creio de contemplar com justiça que esta minha desventura é só nascida da lei que a mesma natureza impõe a todos os viventes, por isso que o auspício de vossa excelência ainda me pode valer com o sagrado indulto do perdão que humilhado peço por tão discreto atrevimento.²⁵⁰

Além da questão internacional, as fugas do Trinta de Maio foram um grande problema em algumas áreas do interior, sobretudo no município de Poconé.

As primeiras prisões e deportações ilegais em Cuiabá deram início a mais uma fuga da cidade, desta vez por parte dos que temiam a punição ou uma nova conflagração armada. Grupos de homens armados, fugindo da justiça, procuraram refúgio nas áreas mais remotas da província, onde se tornaram problemas sérios para autoridades locais e, em certos casos, para os moradores.

A dispersão de algumas das escoltas, que haviam atuado no interior da província em junho, já haviam trazido à tona tais problemas. Este foi o caso daquela que seguiu para Rio Acima e para a Chapada, onde foram denunciadas “reuniões de indivíduos indigitados em crimes pelo acontecimento de 30 de maio do corrente, os quais se evadiram desta cidade e se foram acomodar no lugar do Roncador”, próximo ao último dos engenhos que haviam pilhado.²⁵¹

A escolta que partiu para o Rio Abaixo, por sua vez, se encaminhou para São Paulo, pela rota monçoeira. Em 15 fevereiro de 1835, o presidente de São Paulo, Rafael Tobias

²⁴⁹ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit. v.2.*

²⁵⁰ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit. v.2.*

²⁵¹ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit. v.2.* Docs. 20, 31, 47, 49, 60 e 106.

de Aguiar, lamentou que ainda não houvesse conseguido capturar os rebeldes. O tenente Sebastião Rodrigues da Costa e seu cunhado Filipe Manuel de Araújo não haviam feito o desembarque em Porto Feliz, “como é de costume”, mas sim na vila de Constituição, atual Piracicaba, onde se encontravam, “com a gente da tripulação que os conduziram.” Poucos dias depois, o presidente anunciava sua captura, informando ainda que estava remetendo alguns presos em duas canoas para o Mato Grosso²⁵²; contudo, em 1837, uma correspondência do juiz de paz de Cuiabá informava que o tenente Costa havia fugido. Outro grupo de “anarquistas que promoveram a catástrofe do dia 30 de maio” foi avistado, em outubro de 1834, entre o córrego Bandeira e o rio Coxipó-Açu, muito próximos a Cuiabá²⁵³; Alencastro ordenou que fossem presos ou repelidos “de tal sorte que abandonem a província”.

Em Poconé, onde a Rusga, entre junho e agosto de 1834, foi marcada por um domínio exclusivo da filial da Sociedade dos Zelosos, uma devassa foi aberta, resultando na condenação de oito “cabeças”, em janeiro de 1835, incluindo José Alves Ribeiro e Brás Pereira Mendes²⁵⁴. Contudo, a ordem pública permaneceu sendo gravemente perturbada tanto no núcleo principal do município, quanto na povoação e guarnição de Vila Maria, pertencente àquela vila. As autoridades do governo e do judiciário não foram capazes de se impor nessa área por anos. No dia 2 de janeiro de 1836, foi denunciada a presença de José Alves Ribeiro em Poconé, acompanhado por “uns poucos indivíduos, todos armados”. Em 12 de maio de 1837, o presidente da província, Pimenta Bueno, pediu esclarecimentos ao delegado do governo de Vila Maria sobre “os boatos e indícios” acerca do “criminoso Antonio José Rodrigues”, tido por autor do assassinato de Poupino Caldas; uma vez que ele estaria abrigado justamente em Vila Maria.

Em 1838, o tenente Antonio José de Almeida, “cidadão brasileiro, homem casado e afamalhado”, morador de Vila Maria, município de Poconé, procurou a justiça para denunciar “insultos” que havia sofrido. Segundo ele, José Pereira de Mesquita e o cadete José dos Santos Cruz lideravam um grupo que vinha perturbando “o sossego público, a paz e tranquilidade dos cidadãos”, “fazendo motim” e “dando tiros com armas de fogo de

²⁵² Sobre os fluxos de presos pela rota Monçoeira, Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v.2. Docs. 73, 74, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 95, 99, 132, 137 e 146.

²⁵³ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v.2. docs. 48 e 50

²⁵⁴ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso*, op. cit. v.2. docs 71, 79. Em Poconé houve também coadjuvação com o governo. Joaquim José da Silva se ofereceu para com, seus quatro irmãos, contribuir com “oitenta homens capazes de pegarem em armas para coadjuvarem o restabelecimento da ordem e manterem a autoridade” do governo. O presidente aceitou e pediu que mandasse o mais breve possível quarenta deles comandados por um oficial. (docs. 61 e 64).

noite [em] horas mortas”, “ameaçando a vida dele e de outros cidadãos pacíficos, e proferindo palavras injuriosas contra as autoridades deste lugar e mais cidadãos”. Por fim, eles também estariam cometendo atentados contra “a moral pública e mesmo contra a religião do Império”. O tenente Almeida asseverava que “toda a Povoação desta Villa” poderia ser chamada a depor, pois todos confirmariam suas denúncias e, de fato, os depoimentos descrevem em detalhes estes e outros crimes.

Foram averiguados, no corpo de delito, diversos desenhos e escritos que haviam sido “pintados na parede defronte a casa” do tenente Almeida e em outras residências e lojas de Vila Maria. No estabelecimento comercial pertencente ao denunciante, eles tinham escrito “Loja que não tem que vender a ninguém”, além de outras palavras que “não se pode explicar”. Em paredes de diversas casas e lojas do referido núcleo urbano constavam pinturas que representavam ameaças de morte, incluindo “uma espingarda”, “uma pistola”, uma caveira de “corpo inteiro, que dizia o letreiro por baixo, vira-se casaca, morra”, “uma corrente” com a legenda “corrente e colar é que te mereces”, um “letreiro que se via com uma bala” com a frase “viva os rusguentos da Caiçara” e, por fim, “outro imediato que dizia rua dos rusguentos”.²⁵⁵

Caiçara era a mais importante fazenda de produção de alimentos para as tropas da província e se localizava muito próxima a Vila Maria. Os réus não eram militares, mas, ao que parece, tinham boas relações com soldados, pois segundo testemunhas eles “davam os tiros e corriam para a guarnição de ligeiros”. Outro depoimento asseverava que eles haviam se reunido “naquele ponto com promessa de dinheiro e de isenção do recrutamento” e que andavam “desta Villa para Jacobina todos os dias incentivando discórdia”. Em sua defesa, alegaram principalmente a inimizade do acusador. Dentre os cinco réus que prestaram depoimento, um era estrangeiro, outro da cidade de Mato Grosso e três de Cuiabá; sendo que quatro viviam “de seu negócio” e um “de seu ofício”.²⁵⁶ Eles tinham se mudado para Vila Maria, de acordo com os depoimentos, entre 1833 e 1836, sendo que três deles haviam chegado em 1834. É provável, portanto, que a chegada de alguns deles à localidade tenha se dado em consequência do Trinta de Maio.²⁵⁷

²⁵⁵ O processo consta do Fundo Tribunal da Relação, APMT.

²⁵⁶ O estrangeiro, Pascoal Aparício, foi descrito como natural da Colômbia, que vivia de seus negócios, e que estava na vila há quatro anos. Depois de preso ele teria posto “no chapéu fita verde, amarela e encarnada” e dito que “o cônsul do Rio haveria de vir para tomar fé disto”. Em seu depoimento, ele disse que se o governo da província não tomasse providências “sobre a sua injusta prisão daria conta a seu respeitável cônsul”.

²⁵⁷ Fundo Tribunal da Relação, APMT.

Além de confirmarem a autoria da “escrituração” nas paredes, contendo “palavras desonestas e insultantes e pinturas de armas de fogo e corrente e bacalhau”, as testemunhas relataram ameaças “ao Tenente das Guardas Nacionais Antonio José de Almeida” e “tiros fora de hora pelas ruas.” Os perturbadores “se ajuntavam e aí proferiam palavras insultantes, atacando as autoridades a ponto de por nome no seu cavalo de sela Delegado do Governo”, enquanto o “vaso do cavalo” era apelidado “de Juiz de Paz”. Estes nomes eram gritados “com vozes muito altas que todos os moradores dessa rua ouviam” e, de acordo com outro depoente, eram acompanhados por ameaças, pois diziam os perturbadores “em vozes altas” que iriam pegar o delegado “e dar porradas desde a coroa até em baixo”, e que o juiz de paz não “dava nem para burro de carga, e outras palavras muitas que não descreve por decência”. Os ataques eram “feitos às autoridades, que todas [as] horas estavam a insultar”, pois tratavam “com pouco respeito as leis, passando armados pelas ruas e prometendo tirar a vida de alguns cidadãos, bem como do delegado, que havia de matá-lo e que com as tripas dele enforcar os guardas”. Os denunciados “faziam batuques” e “andavam armados com pistolas, cacete e faca de ponta, tanto de dia como de noite, e faziam ofensa à moral pública e aos bons costumes, atacando as autoridades pelas ruas públicas”. Mesmo de dentro da prisão o grupo “continuava a insultar as autoridades e aos cidadãos”. Por fim, eram perturbadores que “andavam pegando mulheres pelas ruas públicas e que assim o pegou mais uma menina de muita tenra idade com tensão de desflorar e que quando faziam estes barulhos corriam logo para a força que está na casa de D. Maria Josefa aquartelada”²⁵⁸

Poconé se tornou, na década de 1840, um centro a polarizar a disputa política na província. O Partido Liberal, desde o início estigmatizado como “anarquizador” e herdeiro do Trinta de Maio, teve como principal liderança Manoel Alves Ribeiro, irmão de um dos “cabeças” da Rusga, José Alves Ribeiro. Em 1844, o chefe político liberal soltou ilegalmente e abrigou o médico e preso político baiano Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. A garantia de impunidade para a liderança que deu nome à Sabinada representava, além de simpatias políticas, a fragilidade do poder central diante de um ato ostensivamente criminoso de um poderoso fazendeiro local. Por fim, em 1848, Ribeiro ofereceu uma festa pelo aniversário do Trinta de Maio e “se atreveu a festejar o aniversário” do dia em que “a piedade pública e cristã comemora com dobres de sino,

²⁵⁸ Fundo Tribunal da Relação, APMT.

missas e mais cerimônias religiosas!”. O escândalo foi geral e é possível que tenha contribuído para a perda de apoios ao partido nas eleições seguintes.²⁵⁹

Fato é que, nos processos encontrados em razão do Trinta de Maio, sabemos que, em tratando de Poconé, oito foram os réus condenados como “cabeças”; ainda que não haja informações se chegaram de fato a cumprir suas sentenças. No caso de Cuiabá, 19 foram os condenados como “cabeças”, ainda que os registros apontem que apenas cinco efetivamente cumpriram pena; entre eles Antonio da Silva Pamplona.

Conforme documento publicado por Alfredo Taunay, no final do século XIX, o general Mello Rego informava ter conhecido um dos “condenados militares” da Rusga. Era, ninguém mais, ninguém menos, que o

[...] corneta chamado Pamplona, natural da Bahia, de onde com outros havia sido deportado para Mato-Grosso por se terem envolvido em um movimento sedicioso, denominado dos periquitos, pelo que tinham eles também essa alcunha. Eram seus companheiros e como ele foram igualmente condenados a galés perpetuas, pela parte saliente que tomaram no morticínio, os soldados Geraldo de tal, Antônio Ferreira da Silva, João Manoel, praça da companhia de artífices e outros, sendo mandados cumprir a ferros sentença no forte de Coimbra, onde ainda alguns viviam em 1864, quando os paraguaios atacaram esse forte.

Aí vi Pamplona em 1888 já octogenário, alquebrado, arrastando existência miserável, vivendo dos socorros prestados por pessoas caridosas [...]. Dizia-se que Pamplona ainda conservava o bocal da corneta, com que tocara rebate para a carnificina e o mostrava com orgulho. É morto, há coisa de um ano.²⁶⁰

Uma carreira imperial e “internacional”, a despeito da Rusga

Principal liderança da sociedade que planejou e executou a Rusga, Silva Manso assumiu sua cadeira no parlamento em 1835 e manteve o mandato até o fim. Apesar de ter discursado pouco e de só ter apresentado um projeto de lei, se fez quase sempre presente, votando e apresentando emendas a projetos²⁶¹. No primeiro ano de sua atuação parlamentar, suas intervenções se deram, no geral, pela requisição de documentos sobre o Trinta de Maio ao governo, certamente com a intenção de reunir provas para comprovar sua inocência. Porém, ele não era o único a requerer esses documentos e é possível que o Trinta de Maio tenha gerado mais discussões do que o taquígrafo registrava::

²⁵⁹ Ernesto Cerveira de SENA. “Rusga – sobre um evento político e seu nome”. Cuiabá: *RIHGMT*, n. 71, 2012. p. 11-28.

²⁶⁰ Alfredo d'Escagnolle TAUNAY. A cidade do ouro e das ruínas, op. cit.

²⁶¹ O projeto de lei apresentado por Silva Manso previa a reorganização do trabalho, incluindo a emancipação gradual dos escravos, além da criação de colônias de trabalhadores, para as quais se destinariam os ex-escravos libertados. A proposta não foi sequer discutida, mas viria a ser reimpressa pelos abolicionistas na década de 1880 para servir de subsídio à discussão sobre como encaminhar por via parlamentar a abolição. Este projeto será objeto de uma análise à parte desta investigação.

Requeiro que se peçam ao governo, pelo ministério da justiça, as informações que tiver sobre a origem das atrocidades cometidas na cidade de Cuiabá em maio do ano passado, enviando os documentos por onde lhe conste a ingerência que nisso teve a sociedade denominada – zelosa da independência – [Honório Hermeto] Carneiro Leão.²⁶²

No tempo de sua atuação parlamentar, Silva Manso ofereceu uma memória sobre as faculdades medicinais de plantas tradicionalmente utilizadas por indígenas de Mato Grosso, intitulada *Enumeração das substâncias brasileiras que podem promover a catarse*, impressa em 1836. Ademais, sua rede de relações ultrapassava o oceano e incluía contatos com sociedades científicas e de medicina, além de uma troca de correspondências pessoais com outros botânicos. Um de seus correspondentes foi Carl Friedrich Philipp von Martius, um dos mais célebres naturalistas a estudar a flora brasileira naquele tempo. Desde pelo menos 1830, Silva Manso enviava exemplares de espécimes de Mato Grosso, e realizava estudos para o correspondente que morava então na Baviera, em troca da remessa de livros, além de microscópios e outros instrumentos médicos e científicos. Não à toa, diversas espécies vegetais levam até hoje seu nome, em parte graças à sua menção na *Flora Brasiliensis*, de Martius. A troca de cartas levava 8 meses entre Munique e Cuiabá, mas a espera parecia valer a pena para ambos os missivistas.²⁶³

A correspondência científica não permaneceu alheia aos assuntos políticos e em uma carta de Martius, datada de 1º de novembro de 1835, ele concluiu:

Não posso dar fim a esta carta já comprida, sem fazer algumas reflexões sobre o estado político de sua cara pátria. Vemos agora a horrível fúria das guerras civis inflamar toda a Espanha; e Europa geme deste aspecto! Deus queira que o belo Império do Brasil não se precipite num golfo de misérias, o qual engolia o México e todas as províncias de Espanha na América! Ó! Que todos os homens de bem se recordem do adágio, que o melhor é o inimigo do bem! Eis aqui a grande verdade, cujo esquecimento causa as tremendas catástrofes que vemos. Agora, me parece que aqueles que são os mais virtuosos, os mais sábios, que emendam sem erradicar! Um sistema federativo no Brasil será o estandarte das guerras civis, cujos fins nem V.S. nem os nossos vindouros poderão ver.²⁶⁴

Por fim, Martius encerrou os conselhos com uma crítica aos “pestíferos predicantes de uma liberdade e igualdade que é incompatível não só com a segurança dos estados ancianos da Europa, mas também com a do juvenil Brasil.”. Ele encarava “as tremendas

²⁶² *Anais da Câmara dos Deputados*, 15 de maio de 1835.

²⁶³ Basilio de MAGALHAES. “Antonio Luis Patrício da Silva Manso”.

²⁶⁴ A corerespondência está publicada em Basilio de MAGALHAES. “Antonio Luis Patrício da Silva Manso”.

catástrofes” como frutos do desejo pelo “melhor”, elaborando – como tantos outros à época – uma leitura sobre as experiências revolucionárias no mundo atlântico.

Em 1843, ao propor uma interpretação da história nacional com finalidades claramente políticas, Martius definiu um público específico ao qual se direcionava sua teoria que integrava, hierarquizando, a diversidade brasileira. Um público no qual certamente se incluía seu correspondente científico:

O Brasil está afeto em muitos membros de sua população de ideias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma História de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-las por uma maneira destra da inexequibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma Monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos.²⁶⁵

Terminando seu mandato na Câmara dos deputados, em fins de 1837, Silva Manso retornou à sua província de origem, São Paulo. Lá alcançou o posto de Juiz municipal da vila de São Carlos (atual Campinas), onde possuía um engenho de cana. Em 1842, em plena Revolta liberal, encontra-se uma notação, no *Diário de Pernambuco*, de que, na “cidade de Campinas foi preso o cirurgião-mor Patrício da Silva Manso, que havia estado na freguesia de Limeira fomentando a rebelião”. Em nota, dizia-se que se tratava daquele “ex-deputado de Mato Grosso de celeberrima nomeada!...”

Morto a 18 de janeiro de 1848, deixou uma grande fortuna estimada em duzentos contos de réis, sendo 134 contos “em títulos da dívida pública”, certamente obtidos por meio da compra dos papéis dados aos militares e funcionários civis de Mato Grosso no lugar dos soldos. Deixou também uma biblioteca com 342 obras (ao todo 600 volumes) em cinco idiomas, incluindo obras sobre “medicina, história, política e literatura”.

Uma nota fúnebre, nada elogiosa, foi publicada no *Correio da Tarde*. Como em tantos outros casos, a fama pública era construída como caricatura, sem que deixasse de expressar aspectos reais dos comportamentos e das estratégias políticas de indivíduos e grupos:

Queremos falar no finado Antonio Luiz Patrício da Silva Manso, que há pouco faleceu em Campinas, vítima de um assassinio premeditado e calculado há seis anos mais ou menos, contra ele, por antigos ódios e inimizades que seu gênio esdrúxulo e grotesco lhe evocara por suas ferocidades no Cuiabá, onde aquele nome funesto vive escrito em caracteres de sangue

²⁶⁵ Carl, F. P. von MARTIUS - “Como se deve escrever a história do Brasil”

Todos sabem que este homem (a quem Deus perdoe tantos crimes) foi um dos mais adiantados discípulos da escola Feijó-Vergueiro-Alencariana; foi um dos apóstolos da anarquia, que tem por sistema insuflar paixões rancorosas na classe média, levantar sizânias, criar antagonismos, e no meio disso tudo zombar de todos e enriquecer, embora para isso o roubo, a morte, e a guerra civil lhe sirva de escada.

Considerações finais

O massacre de portugueses iniciado na noite de 30 de maio de 1834 em Cuiabá foi o protagonizado por homens que vinham de diferentes experiências de confrontos políticos, que envolviam a polarização entre brasileiros “natos” e “adotivos”, bem como a oposição entre “liberais” e “caramurus”. Para compreender suas motivações, suas estratégias e seu ideário, acompanhamos no decorrer desta exposição as diferentes trajetórias que conformaram as referências política desses homens, as quais convém neste momento retomar.

A construção da província

A primeira dessas trajetórias é a da construção do espaço político provincial e de seus campos partidários, entre o processo de Independência e o fim do Primeiro Reinado. Seu marco inicial foi a Revolução Constitucionalista do Porto, que eclodiu em 1820, mas cujas notícias chegaram a Cuiabá apenas no ano seguinte. Trata-se de um movimento liberal que forçou d. João VI a retornar a Lisboa, a se sujeitar a uma Constituição (que instituiu a cidadania civil e política) e a reconhecer a legitimidade da divergência entre projetos de futuro. Naquele momento, foram organizadas as primeiras eleições fundadas na noção moderna de representatividade no âmbito do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Por meio delas, foram escolhidos deputados para as Cortes de Lisboa e membros de governos provisórios nas províncias. Estes governos representativos contavam com ampla autonomia e cindiam o poder civil do poder militar, até então reunidos sob o mando dos capitães-generais. Esta intensa experiência de autogoverno, protagonizada por homens cujas referências de organização vinham em grande parte do passado colonial, misturou, no discurso e na prática, as novas formas políticas do liberalismo com elementos corporativos próprios do Antigo Regime.

O governo provisório cuiabano foi estabelecido em agosto de 1821, quando já se sabia que o monarca havia cedido ao movimento liberal e que em diversas províncias os capitães-generais vinham sendo depostos com sucesso. Como ocorreu nas demais províncias, os embates então travados expressavam não apenas uma disputa entre a unidade com Portugal e a Independência do Brasil, mas também o destino que teria a revolução liberal, bem como os interesses e as aspirações de diferentes facções políticas da província.

A questão central que então se colocou foi a da cisão territorial. Mesmo sendo o maior núcleo urbano e o local de residência dos capitães-generais há quase vinte anos, Cuiabá não era, naquele momento, a capital legal da província. Localizada próxima à fronteira boliviana, a cidade de Mato Grosso havia sido construída por ordem da Coroa portuguesa em meados do século XVIII para ser a sede da capitania, como parte de um projeto geopolítico que envolveu uma série de medidas que beneficiavam aquela área (integrada ao Grão-Pará) em detrimento de Cuiabá (cujos fluxos mercantis estavam ligados ao Centro-Sul do país). Localizados em diferentes sistemas fluviais, separados por um território de ocupação descontígua e objetos de políticas metropolitanas desiguais, os dois núcleos urbanos já vinham de um longo histórico de oposições e rivalidades.

Em setembro de 1821, alegando a condição de capital legal, a cidade de Mato Grosso negou obediência a Cuiabá e elegeu seu próprio governo. Por meio de diferentes estratégias, ambas as juntas procuraram afirmar sua autoridade na província e se legitimar diante da Corte do Rio de Janeiro e das Cortes de Lisboa. Além disso, reforçaram guarnições localizadas no rio Paraguai, estabelecendo uma espécie de fronteira militarizada. Nesta disputa, o governo cuiabano foi bem-sucedido em garantir o apoio do comandante de Vila Maria, núcleo estrategicamente vital para o controle dos fluxos na província. Apesar das ameaças e dos alertas de ambos os lados, não houve confrontos sangrentos.

O governo cuiabano teve de lidar também com uma situação de colapso financeiro, que estava relacionado a um *déficit* estrutural nas contas públicas. Instituída para cumprir funções geopolíticas de defesa e possível ampliação dos domínios portugueses diante dos espanhóis, a capitania nunca havia sido capaz de suprir, com suas próprias receitas, o aparato militar e administrativo. Para manter os gastos públicos – sobretudo com os militares, que em fins do século XVIII representavam quase 77% das despesas – os governos coloniais haviam contado sempre com subsídios externos. Em meio à crise política aberta com a Revolução Constitucionalista, essas remessas foram suspensas, levando a uma situação não só de calamidade financeira, como de ameaça à ordem pública. As preocupações eram principalmente com os soldados, que perfaziam uma parcela extraordinária da população masculina livre ou liberta. O caráter militarizado da sociedade, desde o período colonial, justificava-se principalmente pela imensa fronteira externa (incluindo preocupações relativas à fuga de escravos para os domínios espanhóis), mas era também uma demanda ligada à política para as fronteiras indígenas. Os soldados foram uma grande preocupação do governo, pois, além das deserções, que

desguarneceram gravemente a província, ocorreram neste período as primeiras tentativas de mobilização armada protagonizadas por militares subalternos, abrindo um ciclo rebelde que só se encerrou após a Rusga.

Portanto, Cuiabá contou, entre 1821 e 1823, com um governo autônomo e eleito por seus cidadãos, mas que era incapaz de estender sua autoridade a todo o território da antiga capitania e de pagar os soldos e demais gastos públicos, o que agravava a ameaça colocada pelas deserções e pelas tentativas de revolta. Foi nesta conjuntura que, após mais de um ano de crescente polarização com as Cortes de Lisboa, o príncipe regente d. Pedro proclamou a Independência, fundando em seguida o Império do Brasil.

Ao aderirem ao projeto imperial, no início de 1823, mais de uma centena de cidadãos cuiabanos remeteram uma representação a d. Pedro I pedindo o fim do governo eletivo provincial, com o retorno da antiga forma de “Governo General”. A demanda foi exposta sem que se abrisse mão de outras conquistas da revolução liberal e consistia na retomada de um governo concentrado num só homem, nomeado pelo poder central e que não tivesse laços de sangue ou interesses econômicos na província. Segundo os signatários, a experiência de autonomia de um poder eletivo havia resultado na formação de “dois partidos igualmente numerosos, acerrimamente opostos”, que traziam a ameaça de um conflito sangrento¹. O problema foi atribuído principalmente à disputa entre famílias poderosas da província, mas o pedido expressava também os impasses relativos à cisão entre Cuiabá e Mato Grosso, ao colapso financeiro e às ameaças à ordem pública colocadas pelas deserções e tentativas de revolta. A resposta do poder central, tanto com relação a esta representação, quanto no que diz respeito à definição de qual seria a capital da província, foi informar que as decisões cabiam à Assembleia Constituinte, que se reuniu no mesmo ano, mas foi dissolvida pelo imperador.

Ainda em 1823, o poder central definiu a cidade de Mato Grosso como sede provisória do governo, o que se concretizou, apesar das resistências dos cuiabanos. Em 1825, decidiu-se, também provisoriamente, a transferência do governo para Cuiabá. Antes que a mudança se efetivasse, uma tentativa de incorporação da província boliviana de Chiquitos ao Império do Brasil por parte do governo da cidade de Mato Grosso foi duramente repreendida por d. Pedro I. O episódio estava ligado ao desfecho da guerra de Independência naquele país e acabou por aumentar a tensão na fronteira Oeste.

¹As Câmaras Municipais..., *op. cit.* Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250.

Entre 1825 e 1828, a província foi governada por José Saturnino da Costa Pereira, que atuou como agente do poder central, enfrentando os graves problemas políticos, financeiros, militares e diplomáticos deixados pela experiência das juntas provisórias. O presidente também procurou, sem sucesso, implementar medidas para solucionar o problema estrutural do *déficit*, por meio do incentivo à produção de gêneros exportáveis. Além dessas políticas, o período foi marcado pela construção do espaço representativo provincial, nos marcos da Constituição de 1824.

A política institucional no espaço da província passou a ter como principais instâncias a presidência, o conselho de governo (eletivo) e a junta da fazenda (formada pelo presidente, por magistrados e por representantes eleitos), além de uma cadeira na câmara dos deputados e uma no senado. O candidato mais votado para o conselho era também vice-presidente, posto que teve uma enorme importância na província, dado que entre a saída de Saturnino Pereira e a eclosão da Rusga, passaram-se 52 meses sob o governo de vice-presidentes e apenas 26 sob o governo de uma autoridade nomeada pelo poder central. Esta situação contribuiu fortemente para o acirramento das lutas faccionais desde fins da década de 1820, como relataram sucessivos governantes, que reiteradamente pediram que fosse nomeado um homem que não tivesse relações com a província.

Quanto aos critérios de participação, o voto era censitário, como era regra nos regimes liberais da época, e aberto a todos os homens livres nascidos no Brasil e, no caso de alguns postos, também aos libertos. Foram incluídos ainda os nascidos em Portugal, que já residiam no Brasil na época da Independência e que haviam permanecido no país, sem necessidade de naturalização. Estes homens, então denominados brasileiros “adotivos”, não formavam um grupo coeso na política provincial, nem predominavam nos espaços políticos institucionais durante o Primeiro Reinado. Apesar de alguns deles terem sido lideranças políticas neste período, era principalmente como comerciantes e oficiais do exército que os “adotivos” construía sua riqueza e poder na província de Mato Grosso.

Em comum, as lideranças políticas da província durante o Primeiro Reinado eram homens estabelecidos em Cuiabá, com negócios ou fazendas em outros pontos da província (mas não na antiga capital), que detinham patentes no oficialato das milícias (com exceção de clérigos e magistrados de carreira) e que estavam ligados entre si por laços de parentesco. Dentre os quatro ocupantes do poder executivo entre a saída de Saturnino Pereira e a Rusga, três eram ligados à mesma família, ainda que nas disputas

faccionais se posicionassem em campos opostos; e todos eram oficiais com alta patente nas milícias de Cuiabá. Esta pequena elite política, cuiabana e milicianiana, acumulava postos nos diversos espaços de representação, vencendo sucessivas eleições e exercendo uma influência indisputável na província entre 1825 e 1831.

Aa análise das atas de apuração do Primeiro Reinado permitiu perceber que, neste período, a cisão política entre as cidades de Cuiabá e Mato Grosso se expressava nas urnas, pois a antiga capital tentava eleger, sem sucesso, nomes ligados ao poder local. Com um colégio eleitoral muito maior, dada a superioridade demográfica, Cuiabá centralizou a política institucional, impondo decisões desfavoráveis à cidade de Mato Grosso, que procurou recobrar sua antiga condição de centro político por meio de representações ao poder central, inclusive no sentido de formar uma nova província. Cuiabá só foi legalmente estabelecida como capital em 1835, sendo que outros dois centros, Diamantino e Vila Maria, também chegaram a formular a demanda pela condição de capital.

Em 1830, foi criado em Meia Ponte, província de Goiás, o periódico *Matutina Meyapontense*, que em pouco tempo se tornou um importante espaço de debate público e instrumento de luta faccional também para a província de Mato Grosso. Alinhado aos liberais moderados que atuavam na oposição parlamentar a d. Pedro I, o jornal foi decisivo para as estratégias políticas de grupos que atuavam nas duas províncias do Oeste.

A análise das polêmicas na imprensa, lado a lado com a leitura da documentação oficial, permitiu conhecer melhor os interesses, as estratégias e as bases de apoio das facções que disputavam a política institucional de Mato Grosso. Acima de tudo, o que estava em questão entre 1830 e 1831 era o controle sobre decisões relativas ao dispêndio de recursos pela fazenda provincial. Estruturalmente deficitária, a província continuava sendo dependente de recursos do poder central, cuja remessa era, via de regra, irregular e insuficiente. O quadro era agravado por uma dívida pública imensa e em boa parte composta por títulos dados a funcionários civis e militares em momentos em que faltava numerário para pagar os soldos. Em torno destes títulos e de outras operações com a dívida, as lideranças da província mantiveram formas de enriquecimento, mas também de constituição bases de apoio político. A luta faccional se dava principalmente em torno do conselho de governo, da junta da fazenda, do comando das armas e do comando das milícias, e envolvia também a insatisfação dos que viviam em áreas distantes de Cuiabá, já que as redes de favorecimento econômico e político estavam centradas na cidade.

Ainda que os procedimentos variassem, o controle sobre a junta da fazenda interessava a ambos os campos partidários que então se digladiavam na imprensa.

O primeiro desses partidos tinha como principal liderança o negociante e sargento-mor das milícias André Gaudie Ley, que governou a província como vice-presidente entre 1830 e 1831 e, novamente, em 1833. Ao que tudo indica, ele se beneficiava irregularmente do controle sobre os gastos públicos por meio da manipulação de editais para a compra de alimentos, de fardamentos e de outras mercadorias destinadas às tropas da província. Sua base de apoio, conhecida por meio da análise de representações que defendiam sua nomeação como presidente da província, incluía a maior parte dos comerciantes cuiabanos, a vereança da cidade e parte do oficialato das tropas e das milícias. Dentre esses apoiadores estavam muitos brasileiros “adotivos”, o que pode ter sido decisivo para sua posição de decidida repreensão às manifestações de antilusitanismo por todo o período analisado.

O segundo campo partidário que se constituiu durante os anos 1820 era liderado pelo negociante e coronel das milícias João Poupino Caldas, que constituiu sua base de apoio por meio da formação de clientelas, principalmente dentre os milicianos de Cuiabá. Atuando como comandante das milícias e como tesoureiro da junta da fazenda, ele fazia dos pagamentos seletivos e das promoções no oficialato das milícias instrumentos de construção de lealdades políticas. Além disso, ele foi frequentemente acusado por diferentes adversários e também pelo poder central de se utilizar de ameaças, agressões e tumultos como arma política, incluindo incitações de ódio a portugueses e “adotivos”. Esta instrumentalização do antilusitanismo também aparece em cartas de seus partidários na imprensa, ao atacar adversários, o que não o impedia de ter dentre os aliados homens nascidos em Portugal, dentre os quais Jerônimo Joaquim Nunes. Oficial de milícias com longa experiência no comando de guarnições na fronteira, Nunes atuou como conselheiro de governo, comandante das armas e chefe do executivo (na condição de vice-presidente) em diferentes momentos do Primeiro Reinado, além ter comandado as tropas da província na maior campanha bélica ocorrida na fronteira oeste no período analisado: a guerra contra os guaicurus, entre 1826 e 1827².

² Resistente às investidas coloniais até fins do século XVIII, este povo só passou a permitir a presença dos portugueses em seu território após um tratado firmado em 1791. A aliança incluiu a concessão de patentes militares honoríficas a líderes guaicurus e a obrigação da entrega regular de bens que interessavam a este povo. A guerra parece ter sido motivada por descontentamentos das lideranças guaicurus com o descumprimento dos termos da aliança após a Independência, pois além das irregularidades na entrega desses bens, estavam se estabelecendo relações amistosas entre os governos do Brasil e do Paraguai. Com isso, as campanhas de pilhagem dos guaicurus em território paraguaio deixaram de ter o apoio dos

A análise da troca de correspondência entre autoridades durante a guerra permitiu conhecer melhor as tensões entre o governo civil (dominado por oficiais milicianos de Cuiabá) e o alto oficialato militar (predominantemente composto por homens de fora da província, muitos deles “adotivos”). A questão central nesses embates se deu em torno da recusa do conselho de governo em remeter para a fronteira os soldados de milícias previstos no plano de guerra. Poupino Caldas foi um dos autores da proposta no conselho, que a aprovou unanimemente. A decisão significou uma imposição dos interesses dos cidadãos cuiabanos sobre as diretrizes estratégicas do oficialato militar, algo que não ocorria no período colonial³. Trata-se de uma vitória possibilitada pela ordem liberal, que cindiu poder militar e poder político, submetendo o primeiro às decisões do segundo. Ao mesmo tempo, é provável que a unanimidade dos conselheiros em suspender o envio dos milicianos tenha sido fruto de preocupações dos representantes eleitos com a impopularidade da medida. Além da questão do destacamento para a fronteira durante a guerra guaicurú, foi possível perceber a existência de um controle político das milícias por parte da facção de Poupino Caldas e Nunes.

Portanto, os conflitos políticos na província durante o Primeiro Reinado envolveram três questões fundamentais: o domínio cuiabano, o controle do dispêndio de recursos pela junta da fazenda e a relação entre corpos militares e as autoridades civis. A primeira delas unia as facções cuiabanas, que disputavam a política institucional em embates envolvendo pagamentos seletivos de soldos e de dívidas públicas, vantagens a comerciantes na compra de alimentos e fardamentos, além de nomeações, promoções e influências irregulares na tropa e nas milícias. Neste período, o ódio aos “adotivos” parece ter sido instrumentalizado politicamente apenas em episódios de ameaças e tumultos contra indivíduos específicos, não sendo uma questão a polarizar a política partidária. Assim, a para compreender as polarizações que se manifestaram na Rusga, entre brasileiros “natos” e “adotivos” e entre “patriotas” e “caramurus” é preciso atentar para duas outras trajetórias: a das mobilizações armadas dos soldados e oficiais inferiores das

comandantes brasileiros. Em meio a essas tensões, um incidente envolvendo a prisão de um líder guaicurú pelos paraguaios foi respondido com ataques dos indígenas a soldados e povoadores que viviam em torno de guarnições militares do Pantanal. A campanha contra os guaicurús se caracterizou por “um método mais político do que guerreiro”, que envolveu a cooptação de lideranças rebeldes, o acirramento das animosidades entre diferentes povos e uma política de mercantilização da produção agrícola dos guanás, visando à quebra da autonomia dos indígenas daquela área.

³ Durante toda a história colonial de Cuiabá, o destacamento das milícias para campanhas bélicas havia sido um dos principais fatores dos embates entre as elites cuiabanas e os capitães-generais, pois esses corpos eram formados por homens que não eram militares e que quase sempre dependiam de seu trabalho em atividades produtivas.

tropas regulares na fronteira oeste e a dos desdobramentos da Abdicação de d. Pedro I em áreas periféricas do Império do Brasil.

O Sete de Dezembro e o “miasma” da revolta

Entre 7 e 8 de dezembro de 1831, soldados e oficiais inferiores insubordinados (além de alguns “paisanos”) tomaram o quartel e a casa de pólvora de Cuiabá, redigiram uma representação e se apresentaram armados diante do governo provincial para exigir a demissão de todos os funcionários civis e militares nascidos em Portugal. Afamado como incitador de “bernardas” contra os brasileiros “adotivos” durante o Primeiro Reinado, João Poupino Caldas foi aclamado pelos rebeldes para substituir seu aliado “adotivo” Jerônimo Joaquim Nunes. Sem que tenha tomado uma postura pública de liderança, ele foi acusado na imprensa de ter sido a “mão oculta” por trás do movimento. Porém, a análise conjunta do debate público e da documentação sobre a repressão dos rebeldes demonstrou que, mesmo que Poupino Caldas tenha muito provavelmente exercido influência sobre a mobilização, ela foi protagonizada por homens que já vinham de uma longa experiência de reivindicação armada para a deposição de comandantes. Uma trajetória autônoma com relação à disputa política institucional e que todas as facções políticas da província procuraram combater.

A ata da reunião do conselho de governo de 14 de outubro de 1832, que decidiu, por unanimidade de votos, pela extinção do corpo militar que protagonizou o Sete de Dezembro, contém uma narrativa desta trajetória. Segundo o então presidente da província, Antonio Corrêa da Costa, o problema da insubordinação militar estava especificamente na Legião de Linha, corpo regular que teria sido formado por “banidos, continuado com a escória da Província e concluindo com os Revoltosos da Bahia e Pernambuco” e que, sendo assim, “não podia deixar de transmitir o miasma da revolta ao mais bem educado que lá fosse ter”. Para corroborar o argumento, o presidente enumerou quinze “atos de rebelião” deste corpo num período de dez anos, episódios “conhecidos por todos os membros do conselho”. Segundo ele, esses atos não podiam ser evitados apenas com a punição de uma ou outra liderança, pois “tendo-se por algumas vezes já dado baixas a quase todos, tinha o Governo a experiência de que levedava a insubordinação à medida que se metiam outros”. Portanto, o corpo militar teria uma

trajetória de contestação que independia de indivíduos específicos, pois “o caráter de revoltoso” tinha se tornado “inerente ao caráter da Legião de Mato Grosso”.⁴

Os “revoltosos” da Bahia mencionados no discurso eram egressos da Guerra de Independência e de uma revolta ocorrida em Salvador em 1824, protagonizada pelo batalhão de Periquitos. Formado em grande parte por ex-escravos libertados para a guerra, este corpo militar acabou por ser desmobilizado após se rebelar, sendo que ao menos onze deles acabaram por se reintegrar às tropas em Mato Grosso durante o Primeiro Reinado. Eles vinham de uma trajetória marcada pela guerra civil polarizada entre “brasileiros” e “portugueses” e eram estigmatizados como egressos de uma força rebelde, insubordinada e ligada a mobilizações antilusitanas. A presença de “revoltosos” de outras províncias em Mato Grosso era frequente por se tratar de uma província com grande demanda por soldados e com capacidade reduzida de recrutamento interno, o que tornava o engajamento de “banidos” e prisioneiros algo frequente. Mesmo se integrando à Legião de Linha, os baianos continuaram sendo referidos como “ex-Periquitos”, descritos como rebeldes e insubordinados.

A análise das revoltas relacionadas por Corrêa da Costa – além de uma que não consta de seu discurso – permitiu que se concluísse que, de fato, os soldados da Legião de Linha sempre estiveram dentre os “cabeças” dessas mobilizações. Ainda que a fala do presidente fosse repleta de generalizações e de estigmas, ela expressava relações que existiam concretamente, entre vivências anteriores ao engajamento militar na província e a insubordinação na tropa (como no caso dos Periquitos), mas também entre o acúmulo de experiência de enfrentamento por um corpo militar e a força política conquistada. O fato de que nenhum dos cinco conselheiros, que pertenciam a fações diferentes, discordou do diagnóstico, aprovando a dissolução da Legião de Linha por unanimidade e aparentemente sem discussão, reforça a leitura do presidente.

A Legião de Linha havia sido criada em 1818 por iniciativa do último capitão-general a governar Mato Grosso. O objetivo era então o de desonerar as milícias de Cuiabá dos frequentes destacamentos para a fronteira por meio de uma nova organização das tropas regulares da província. Além de acenar com o alívio do serviço ativo das milícias, a criação de um corpo regular com quartel em Cuiabá trouxe a promessa de abertura de postos no oficialato para os habitantes da cidade. Contudo, o capitão-general nomeou oficiais vindos de outras partes da monarquia, inclusive de Portugal, frustrando

⁴ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

essas expectativas. Também foi frustrada a promessa de alívio para o destacamento dos milicianos, o que contribuiu para as animosidades que levaram à sua deposição, sem resistência, no contexto da Revolução Constitucionalista do Porto, em 1821.

Durante a experiência dos governos provisórios ocorreram as primeiras mobilizações armadas relacionadas à Legião de Linha, cujo rebate teria provocado “alarme” já no momento da derrubada do capitão-general. As tentativas de revolta ocorridas entre 1822 e 1825 se concentraram no vale do Paraguai, que era a área mais conturbada da fronteira oeste. Trata-se de planos para a derrubada de comandantes que foram descobertos e reprimidos antes que fossem colocados em prática. Mais frequentes e bem-sucedidos, os episódios de deserção individual e coletiva tiveram um impacto muito maior que as revoltas neste período, desguarnecendo possivelmente em dois terços a fronteira paraguaia, onde militares, comerciantes, desertores e indígenas aliados mantinham intensos fluxos lícitos e ilícitos através da fronteira. Duramente atingidos pelo colapso financeiro da província, que os deixou sem soldo por vários anos seguidos, os militares subalternos tenderam a optar pela deserção ou pela colaboração com os oficiais muito mais do que pelo caminho da revolta. As tentativas de rompimento foram facilmente reprimidas, ao contrário do que viria a ocorrer a partir de 1829, quando diversos comandantes de guarnições de fronteira – tanto no vale do Paraguai, quanto no do Guaporé - passaram a ser presos e expulsos pela tropa.

Desde as primeiras mobilizações de militares subalternos, em 1822, os direitos constitucionais desses setores da população foram evocados para sustentar suas reivindicações e em sua defesa contra as ilegalidades da repressão. Os soldados e oficiais inferiores já tinham tido contato com ideias revolucionárias liberais no contexto da chegada de diversas levas de refugiados das guerras de Independência no Paraguai e na Bolívia, desde os anos 1810, mas até 1821 a leitura que se fazia dessas experiências era fortemente influenciada pelo patriotismo imperial português, que atribuía a crise exclusivamente a problemas internos da monarquia espanhola. Com o reconhecimento dos direitos constitucionais das pessoas livres e libertas nascidas no Brasil, a defesa dessas garantias passou a orientar as ações e os discursos dos militares rebeldes. Este foi o caso da revolta que teve como “cabeças” o cabo Manoel Martins e “sua mulher”, em 1822, episódio ao que parece motivado pela recusa dos militares subalternos em partir para uma expedição contra os índios bororo. Naquela ocasião, o comandante foi orientado a, além de prender o casal, “indagar com toda a cautela os principais autores da rebelião” e conduzi-los a Cuiabá, “debaixo de algum pretexto, para aqui serem castigados, conforme

suas culpas, pois convém desabusá-los a respeito da Constituição que eles alegam, porquanto ela não dá liberdade para obrar contra a lei e com insubordinação”⁵

Consolidados em seguida pela Carta de 1824, os direitos constitucionais serviram a reivindicações de diversos setores da população livre pobre e liberta por todo o país, no questionamento de abusos e ilegalidades praticadas por comandantes militares, magistrados e autoridades políticas. No caso dos soldados e oficiais inferiores, estes direitos diferenciavam-pela sujeição à legislação militar, que mantinha os castigos físicos e os julgamentos sumários, e pelos amplos poderes que esta legislação conferia aos comandantes sobre seus subordinados.

Além de desertarem e tentarem destituir oficiais dos comandos de suas guarnições, soldados e oficiais subalternos se envolveram no debate público por meio da imprensa, em defesa de seus direitos. Entre 1830 e 1831, correspondências publicadas na *Matutina Meyapontense* criticaram os comandantes militares de Mato Grosso por aplicarem castigos excessivos, com instrumentos e métodos que não eram prescritos por lei, e com motivações indevidas. Além disso, eles estariam perseguindo subordinados e agindo como “déspotas”, sem que as autoridades civis vigiassem devidamente seu poder e procedessem contra os abusos. Essas cartas, que frequentemente faziam do uso de pseudônimos um instrumento de autodefesa, expunham publicamente os nomes e as práticas ilegais (e por vezes imorais) dos comandantes, chegando até mesmo a incitar o assassinato desses “déspotas”. Os debates envolviam também a crítica aos excessos do poder militar em áreas de fronteira, os descontentamentos da cidade de Mato Grosso com o domínio político de uma elite de Cuiabá e a própria luta faccional centrada nesta cidade. No mesmo contexto, foram duramente criticados os privilégios nas promoções para o oficialato das milícias, que incluía critérios pessoais, partidários, e de cor.

No decorrer do debate sobre os abusos dos comandantes, as correspondências foram ganhando um tom mais agressivo, até que, em maio de 1831, a *Matutina* anunciou que deixaria de publicar alguns textos, afirmando que “na opinião desses Srs. Cuiabanos a imprensa é mais um veículo de intrigas, que órgão de civilização”.⁶ Dentre os que assinavam tais cartas havia pseudônimos como “O Tambor-Mor” e “Hum militar desesperado”, sendo que este último havia usado “expressões grosseiras e bem impróprias de um homem educado” para denunciar o “abuso de poder e arbitrariedades praticadas

⁵ “Registro de um Ofício dirigido ao Tenente-Coronel João Pereira Leite. Junta de Cuiabá, 31 de julho de 1822” APMT: Estante 5, livro 03, fl. 54.

⁶ *Matutina Meyapontense*, 181, 27 de maio de 1831

contra a tropa de 1ª linha pelo atual vice-presidente o Sr. Gaudie”⁷. Segundo o redator do periódico, os militares passaram a fazer parte do cálculo político na disputa faccional cuiabana, pois algumas lideranças estariam “procurado criar descontentamentos na tropa”, sublevando partidos e fomentando “o espírito de desconfiança, pela mais sórdida, e vil intriga”⁸.

A mudança de critérios editoriais da *Matutina* respondeu a um rápido processo de integração dos soldados e oficiais subalternos da fronteira oeste ao debate público, que acirrou a luta faccional. Contudo, foi sobretudo por meio de mobilizações armadas que os militares subalternos defenderam seus direitos e interviram na política provincial. Entre fevereiro e março de 1831 – mesmo período do intenso debate na imprensa sobre os abusos dos oficiais – a destituição de comandantes por subalternos foi realizada com sucesso em três pontos da fronteira oeste.

A revolta do Forte do Príncipe, no dia 20 de março, foi a mais documentada dessas mobilizações. Ela não foi narrada na imprensa, mas os rebeldes deixaram registrados, em detalhes, seus argumentos. Enviado ao governador das armas, um documento assinado por 91 soldados e oficiais inferiores (a maioria deles analfabetos) expunha em doze “capítulos” as razões para a destituição e prisão do comandante, o alferes do Estado Maior do Exército Antonio José da Silva Negrão⁹. A principal motivação para a revolta foi uma série de abusos cometidos pelo comandante contra subordinados, “paisanos” e suas famílias. Dentre os doze “capítulos”, cinco diziam respeito ao abuso de poder com relação a mulheres que eram casadas com soldados, mas que estavam sendo forçadas ao concubinato com o comandante; quatro tratavam de ameaças ou de posturas ameaçadoras do alferes Negrão; três denunciavam abusos relativos aos castigos físicos; dois continham demandas econômicas dos militares subalternos; e dois tratavam da discriminação com relação aos soldados segundo seu corpo militar ou sua origem. Eram ainda mencionados um caso de manipulação da justiça (o comandante teria forçado um soldado a assinar uma denúncia contra outro) e uma suspeita relativa à pompa com que fora recebido um comerciante naquele forte.

A destituição ocorreu numa guarnição que até então não havia passado por este tipo de mobilização e estava ligada à quebra de uma longa relação de colaboração dos soldados com um comandante falecido pouco antes da chegada do alferes Negrão. A

⁷ *Matutina Meyapontense*, 189, 14 de junho de 1831.

⁸ *Matutina Meyapontense*, 192, 21 de junho de 1831 (consta 28 de junho por erro tipográfico).

⁹ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831.

revolta foi vitoriosa, pois acabou por ser legitimada pelo governo civil, que se recusou a proceder contra os rebeldes e confirmou a destituição do comandante.

Ao descreverem quais foram os conflitos que haviam motivado a revolta, os rebeldes relataram que os soldados egressos do batalhão de Periquitos estavam sendo perseguidos pelo comandante, num embate que envolvia diferentes leituras do processo de Independência e da identidade nacional. Segundo os signatários, desde que chegou ao forte e tomou “conhecimento dos soldados da 1ª linha naturais da Bahia”, o ex-comandante “disse clara e publicamente que os havia acabar porquanto tinha gravado em sua memória tudo quanto tinham feito os Baianos aos Europeus”. Esta perseguição aos baianos era reprovada “pois segundo o que consta estes homens quando essas ações praticaram foi em defesa da Pátria, e da Coroa do Soberano, e não é lícito aos superiores vingarem-se dos súditos em serviço do Soberano”¹⁰.

Em seu conjunto, a análise documentação ligada às revoltas protagonizadas pela Legião de Linha (ao menos quinze, entre 1821 e 1832) permitiu perceber que a sedição que eclodiu em Cuiabá a 7 de dezembro de 1831 compunha uma trajetória autônoma de contestação dos soldados e oficiais inferiores contra os abusos de comandantes. Assim, ainda que provavelmente tenha havido a participação não declarada de lideranças da política cuiabana no episódio, a exigência de demissão dos “adotivos” interessava diretamente aos militares subalternos, que num único ato forçaram a destituição de diversos oficiais, incluindo o comandante das armas, Jerônimo Joaquim Nunes.

O protagonismo de soldados e oficiais inferiores foi destacado principalmente nos documentos da repressão, caso dos debates no conselho sobre a extinção da Legião de Linha. Ao identificar no corpo militar o “miasma” da revolta, o presidente Corrêa da Costa procurou reforçar seu argumento de que era insuficiente a punição de lideranças. Apoiada por todos os conselheiros, a decisão fundava-se no reconhecimento da força política conquistada por esses militares no decorrer das mobilizações. Nas palavras de um dos conselheiros, Antonio Luís Patrícia da Silva Manso, era preciso mostrar que “anarquistas não são aptos para dirigir o governo”.¹¹

O Sete de Abril e o “contágio” das “rusgas”

¹⁰ APMT. Lata A. Avulsos do Forte do Príncipe, 23 de março de 1831.

¹¹ “Sessão extraordinária [do conselho de governo] de 14 de outubro de 1832” AN – IJJ9 505.

Mas ao interpretar o Sete de Dezembro no campo de forças da política provincial (tanto institucional, como episódio das lutas faccionais, quanto autônoma, como uma das mobilizações da “soldadesca” contra seus comandantes), não se deve perder de vista os conflitos na abrangência do Império, onde por cerca de três anos se debateu intensamente o termo que definiu esta e outras mobilizações no debate público: “Oh rusgas! Rusgas! Bem-aventuradas as províncias que não conhecem o teu contágio, ainda pior, e muito pior, do que a febre amarela e a *cholera-morbus*.”¹²

Bastante frequente no debate sobre as mobilizações armadas ocorridas em diversas partes do Brasil após a Abdicação de d. Pedro I, a descrição dessas “rusgas” como expressões de um “contágio” era adequada a discursos que pretendiam enfatizar a gravidade e a rápida propagação da ameaça à ordem pública colocada por essas ações. Fatais como a febre amarela e a *cholera-morbus*, elas eram apontadas como precursoras da “anarquia” e do “despotismo”, da “guerra civil” e da “tirania”. Epidêmicas, elas pareciam se alastrar incontrolavelmente por imensos territórios, levando por vezes os mesmos gritos, os mesmos argumentos e as mesmas táticas a pontos muito distantes de seus epicentros.

Como demonstrado nesta investigação, “rusga” era, no contexto do início do Período Regencial, um termo genérico utilizado para definir mobilizações tumultuárias, mas não necessariamente sangrentas. Elas estavam via de regra relacionadas ao protagonismo de homens livres pobres e libertos, com uma forte presença de soldados, bem como à exigência de demissão ou expulsão de homens nascidos em Portugal. Ainda que o termo já fosse utilizado no Primeiro Reinado, foi sobretudo entre 1831 e 1833 que a imprensa debateu intensamente o significado das “rusgas” e de seu “contágio”, sendo o epicentro desta “epidemia” frequentemente atribuído à Abdicação de d. Pedro I, ocorrida no Rio de Janeiro a 7 de abril de 1831. Assim, a notícia de uma “rusga” ocorrida no Maranhão definiu a insubordinação dos soldados como uma “espécie de contágio que se comunicou a todas as províncias do Brasil”. Já a “rusga” de agosto de 1831 em Goiás, foi descrita como expressão de uma “horrorosa ilegalidade epidêmica” que se seguiu ao Sete de Abril.¹³

A Abdicação de d. Pedro I foi um marco importante numa trajetória mais ampla de embates centrados na política institucional, incluindo discussões de projetos que definiam aspectos cruciais da ordem política e jurídica do Estado nacional brasileiro. Se, durante o

¹² A *Matutina Meyapontense*, 419, 13 de março de 1833.

¹³ A *Matutina Meyapontense*, 286 (26/01/1832) e 329 (05/05/1832).

Primeiro Reinado, o embate tinha como polos principais a câmara dos deputados, de um lado, o monarca e o senado, de outro; a polarização, contudo, ia muito além dos espaços institucionais, passando pela imprensa, por associações políticas e por mobilizações nas ruas e nos quartéis. A construção de uma tendência predominantemente hostil a d. Pedro I envolveu questões as mais diversas e que dialogavam com diferentes setores da sociedade. Os debates diziam respeito à legislação que garantiria os direitos e liberdades civis dos cidadãos (caso do Código Criminal de 1830), como também aos tratados que definiriam a integração do Brasil independente no comércio internacional (inclusive de escravos), dentre outras questões fundamentais para um Estado liberal em construção.

Definida pelos que chegaram ao poder como uma revolução sem guerra civil, a Abdicação envolveu a quebra da legalidade e a insubordinação das tropas, com a ameaça de conflagração armada, mas não a ruptura com o regime vigente. Às vésperas do Sete de Abril tropas manifestaram-se politicamente e se insubordinaram e confrontos entre partidários do imperador e da oposição tomaram as ruas da Corte. As ilegalidades foram legitimadas pelos que chegaram ao poder, exaltando o patriotismo das “tropas” e do “povo” que enfrentaram nos quartéis e nas ruas os defensores de d. Pedro I.

A ideia de um “contágio” servia aos argumentos de quem clamava por um remédio a esses “males”, mas o que era preciso conter eram mobilizações que reivindicavam o mesmo ideário que legitimou a Abdicação de d. Pedro I. Não à toa, argumentava-se então que muitos cidadãos não estavam compreendendo os sentidos da defesa da “Pátria” e da “Constituição” ou a mudança de conjuntura para um momento de “progresso”, e não mais de “perturbação”. Era preciso conter agitações que partilhavam do mesmo ideário do poder central, liberal e patriótico, e para tanto o argumento central foi o da necessidade de consolidar a vitória do Sete de Abril.

Ao descreverem um “contágio”, os redatores liberais moderados narraram episódios que partilhavam poucas características em comum, em termos de objetivos e abrangência social. Cada “rusga” envolveu trajetórias coletivas irreduzíveis ao conflito que se colocava no epicentro da “epidemia” – ou seja, na evocação do direito de resistência para a legitimação do Sete de Abril, evento cujo ideário reavivava o fervor patriótico e constitucional presente no país desde a Independência. Assim, o ideário que na Corte fluminense impulsionou a chegada da oposição ao poder foi evocado em Goiás tanto por políticos e militares para depor o presidente da província, quanto por “malfeitores” e “desertores” que percorreram os sertões do norte, assassinando e roubando homens nascidos em Portugal. No caso dos crimes do norte goiano, foi possível perceber

que o “contágio” vinha também de uma mobilização que forçou a deportação de portugueses em Salvador, no início de 1831. Portanto, seria equivocado entender o processo apenas na abrangência do Império, pois outras polarizações se davam em abrangências diversas, com destaque para a esfera de influência de grandes cidades, como Salvador, Recife e Belém, cada qual com seus “contágios”.

A polarização política do Sete de Abril se deu em torno das ideias sobre a “pátria” e “constituição”, opondo tanto os “brasileiros” aos “portugueses”, quanto os “liberais” aos “servis”. O ódio aos “adotivos” e a politização da “soldadesca” foram instrumentalizados pelos liberais moderados que chegaram ao poder, mas esta posição foi revista em seguida, predominando na *Matutina* discursos que procuravam refrear o “liberalismo aperiquitado” dos soldados. Assim, a imprensa definiu por referência ao batalhão de Periquitos (que já não existia desde 1824) o fervor patriótico comum aos crimes do norte goiano e às deposições tumultuárias de portugueses e “adotivos” ocorridas em 1831, em Goiás (em agosto) e em Cuiabá (em dezembro). Em comum, essas mobilizações adotaram o local de nascimento como linha de corte, fosse para exigências de demissão, fosse para o assassinato de portugueses e “adotivos”.

O ódio aos “adotivos” podia ser instrumentalizado porque já existia entre diferentes setores da população livre e liberta. Ele se explica, em parte, pela existência de uma longa trajetória pregressa de privilégios dos nascidos em Portugal na ocupação de postos no Estado. A magistratura e o oficialato militar eram, no período colonial, mais acessíveis aos que tinham esta origem, ainda que isso não se desse por um ato legal. Assim, juízes e comandantes estavam vinculados tanto ao ódio aos “adotivos”, quanto à crítica ao “despotismo” que se aproveitara da persistência de leis do Antigo Regime e das margens para o abuso de poder que essas carreiras permitiam, apesar da Constituição. Contudo, enquanto os magistrados que agiam como “déspotas” foram atingidos por grandes reformas legais, sobretudo com o código criminal de 1830, a legislação militar permaneceu praticamente intocada.

Além disso, o ódio entre brasileiros e portugueses era intenso para os que haviam vivido a guerra de Independência e foi instrumentalizado não só em disputas faccionais (como as “bernardas” de João Poupino Caldas em Cuiabá), mas também na defesa dos que sofriam com as arbitrariedades e com os abusos por parte de magistrados e de oficiais militares. A polarização identitária podia reforçar a linha que demarcava a cidadania, ao identificar os “brasileiros” como detentores de direitos, mas ao mesmo tempo podia ser francamente hostil a esta linha no que diz respeito à plena igualdade entre cidadãos

nascidos dos dois lados do Atlântico. Ademais, o ódio aos “adotivos” podia ameaçar a linha da cidadania também no que dizia respeito à estabilidade do escravismo. Isso porque a polarização nacional poderia vir a se deslocar para uma polarização com base na cor, dado que certas opressões que dialogavam com o ódio aos portugueses tinham origem em privilégios que estavam mais ligados a estas distinções do que com o local de nascimento.

A questão é evidente no caso da alteração radical da composição das tropas em Salvador, com o ingresso inclusive de escravos libertados para a guerra. Antes de serem crescentemente estigmatizados e reprimidos em suas agitações patrióticas, os Periquitos haviam sido celebrados como combatentes da causa da liberdade da nação brasileira. A condição de combatentes brasileiros havia sido a porta de acesso para a libertação do cativo e a garantia de direitos. A ameaça de politização da cor persistiu durante o Primeiro Reinado e o Período Regencial, chegando-se à elaboração de discursos que criticavam o preconceito em nome de princípios constitucionais. Consolidado na Constituição de 1824, o princípio da igualdade de nascimento entre os cidadãos era objeto de debates teóricos, de análises e de denúncias na imprensa. Interferências ligadas a privilégios políticos, sociais, ou decorrentes de vínculos de parentesco ou de clientela eram frequentemente denunciadas, fosse na eleição de representantes, fosse no acesso a cargos públicos e a promoções. Neste debate, o preconceito de cor foi também objeto de críticas, inclusive nas promoções do oficialato das milícias de Cuiabá.

Assim, a politização de identidades que acompanhou a luta anticolonial por todo o continente produziu no Brasil expressões de ódio popular aos portugueses que se conectavam tanto com privilégios sociais e políticos, quanto com privilégios relacionados à cor mais clara, que distanciava dos povos conquistados e escravizados. Em ambos os casos, que tendiam a se confundir em alguma medida, opressões vivenciadas dialogavam com a linha de corte reavivada pelo Sete de Abril, definido como uma “revolução” contra um partido “português” e “antinacional”.

Diante dessas agitações, a imprensa liberal moderada expressou preocupações com relação a circuitos de difusão de informações, notícias e boatos que não passavam por suas páginas ou pelo controle do Estado. Além da questão do impacto dos boatos, era grande a apreensão com relação ao fluxo de egressos da Guerra de Independência e de outras mobilizações armadas, além de “desertores” de Cuiabá, pelo território. Portanto, a difusão de leituras do ideário do Sete de Abril que eram pouco acomodadas à ordem seguiu percursos que não necessariamente passavam pela cultura letrada, sendo a circulação de boatos um problema de primeira grandeza para governantes e lideranças

partidárias, incapazes de conter o “liberalismo aperiquitado” de soldados e paisanos. O percurso das agitações que exigiram a demissão de todos os “adotivos” no Oeste não deixou de ser expressão desta “epidemia” do Sete de Abril, no sentido de que o ideário reavivado pela Abdicação havia chegado a Cuiabá e alterado seu ambiente político, tanto por meio de grandes festas públicas, que envolveram a população por vários dias seguidos, quanto pela circulação de informações, notícias e boatos que, em certos casos, eram incontroláveis para a elite política.

Assim, diversas mobilizações contra portugueses e “adotivos” em diferentes províncias estavam relacionadas a percursos variados de difusão do ideário do Sete de Abril, que reavivava os termos da luta de Independência, politizava o local de nascimento, exaltava o patriotismo dos soldados e legitimava um movimento que ultrapassou as fronteiras da legalidade. As sedições “da Tropa e do Povo” requerendo a demissão ou expulsão de “adotivos” eram uma forma dentre outras de manifestação da politização do local de nascimento. Eram expressões bastante organizadas, tendo objetivos razoavelmente bem definidos e voltados para o poder público. Contudo, assim como o Sete de Abril e outros acontecimentos ligados às polarizações na política institucional, essas mobilizações cuidadosamente planejadas inspiravam outras, bem menos comprometidas com a ordem política e social vigentes – ou seja, as manifestações, atribuídas a criminosos, que se apresentavam aos gritos de “vivas” (aos brasileiros, à Constituição, a d. Pedro II, etc.) e de “morras” (aos portugueses, aos marotos, aos pés-de-chumbo, etc.), sem dirigir às autoridades qualquer representação com suas demandas.

Em Mato Grosso, a primeira manifestação a tomar o local de nascimento como linha de corte ocorreu por meio de uma reunião do “povo” desarmado, que reivindicou a demissão de funcionários civis e militares. Escrita na antiga capital da província, a cidade de Mato Grosso, a representação politizava o local de nascimento, exaltando a “Dom Pedro Segundo Brasileiro Nato”, e pedindo a “mudança dos empregados públicos que não são Brasileiros natos”. Contudo, foram nomeados os “adotivos” que deveriam ser demitidos e foi feita a ressalva de que eles estariam dispostos a aceitar nesses cargos “adotivos” probos e aderentes à Independência¹⁴. Foi apenas quando o governo cobrou dos cidadãos que representaram uma explicação para o seu descontentamento que se

¹⁴ “Sessão extraordinária [da câmara da cidade de Mato Grosso] de 29 de julho de 1831”

reduziu a questão ao local de nascimento. Segundo eles, “suas unânimes vontades é terem por empregados públicos Brasileiros natos e não adotivos.”¹⁵

A mobilização foi vitoriosa ao menos no afastamento do capitão Domingos José da Silva Galvão, apontado pelo presidente da província como alvo principal dos signatários e que, por decisão sua, deixara o exercício de juiz pela lei “para o imediato”. Com a medida, o presidente dizia esperar que “aqueles representantes reflitam melhor”.¹⁶ Ainda que as mobilizações contra os adotivos apresentassem demandas inequivocamente ilegais e, portanto, revertidas sempre que atendidas, algumas destituições poderiam ser efetivas, tanto por afastamentos legais motivados pelo temor de agitações e revoltas (como parece ser o caso de Galvão), quanto pela recusa do empregado a retomar o posto, como ocorreu com Jerônimo Joaquim Nunes após a sedição de Sete de Dezembro.

Como vimos, em 1831, a linha de corte fundada na identidade nacional foi reforçada em Mato Grosso pelas agitações ligadas ao Sete de Abril e por ao menos um episódio envolvendo ressentimentos ligados à guerra de Independência na Bahia, a revolta do Forte do Príncipe. Esta linha identitária era útil para uma luta contra “déspotas” do oficialato porque de fato havia diversos “adotivos” entre eles. Também eram “adotivos” a maioria dos membros do conselho geral, mas não do conselho de governo, espaço eletivo mais influente na política provincial. Os nascidos em Portugal não eram os homens mais poderosos da província, mas em certas carreiras eles haviam sido privilegiados, beneficiando-se também de prejuízos de cor no acesso a promoções.

Os postos que os “adotivos” ocupavam foram os alvo de manifestações, primeiro na cidade de Mato Grosso, depois em Cuiabá, no Sete de Dezembro. Não parece ter havido, nesses movimentos, nem demanda por expulsão da província, nem animosidades contra comerciantes ou trabalhadores assalariados que não ocupavam postos públicos. Opuseram-se aos “adotivos” militares que enfrentavam comandantes despóticos, incluindo ao menos um oficial inferior que se utilizava do debate público na imprensa, além de civis (ou “paisanos”) que por motivações as mais diversas almejavam a destituição de militares, magistrados, conselheiros ou empregados civis. O ambiente político era propício e tudo indica que o Sete de Dezembro já vinha sendo planejado há tempos, pois houve rumores verossímeis de uma tentativa frustrada na festa pelo aniversário da Independência. Mas nada indica que se tratava de um plano de expulsão e

¹⁵ “Os cidadãos brasileiros reunidos à câmara da cidade de Mato Grosso, 30 de julho de 1831”

¹⁶ “Correa da Costa a Souza França, 2 de setembro de 1831”

muito menos de extermínio dos “adotivos”, possibilidade que só foi evocada como boato, e isso depois da sedição.

O debate que se seguiu ao Sete de Dezembro, em Cuiabá, dizia respeito sobretudo aos rumores de que os soldados planejavam grandes matanças e o saque da cidade. Os sobressaltos foram frequentes até que uma matança de fato ocorreu, a 30 de maio de 1834. Entre o Sete de Dezembro e o Trinta de Maio houve fugas coletivas de portugueses e “adotivos”, além da expulsão da tropa da cidade por uma guarda nacional improvisada e por comerciantes “adotivos”, armados pelo governo. Segundo um adversário do presidente, a decisão de expulsar os soldados foi motivada por boatos infundados, pois nenhum ato violento fora cometido pela tropa. O episódio pode ter levado a uma maior animosidade com relação aos homens nascidos em Portugal que não ocupavam postos públicos, pois os comerciantes “adotivos” tiveram um papel destacado nos tumultos.

O debate público sobre as tropas envolveu uma forte estigmatização dos soldados como “rusguentos”, o que não aconteceu apenas em Mato Grosso, pois problemas semelhantes ocorriam por todo o país e o partido que ocupava o governo precisava legitimar duas novas instituições, que passaram a cumprir parte das funções até então encarregadas aos militares: a guarda municipal e a guarda nacional. Tratava-se de forças compostas por cidadãos com renda para o voto e que não estavam sujeitos à legislação militar ou ao comando das armas, pois respondiam a autoridades civis. Elas tinham funções de manutenção da ordem pública e de apoio à ação do poder judiciário, ainda que fosse previsto em lei o uso militar da guarda nacional em contexto de guerra.

O debate sobre as guardas na imprensa moderada foi marcado por uma mudança de atitude diante dos soldados. Os militares subalternos que se identificavam com o ideário liberal e patriótico impulsionado pela oposição a d. Pedro I passaram rapidamente de heróis do Sete de Abril a seguidores cegos de facções e a criminosos e frequentadores de tavernas e de prostíbulos, movidos por instintos e pela embriaguez. As críticas e os estigmas a seu respeito eram antigos e haviam sido explorados pela própria oposição ao primeiro imperador quando eclodiram episódios de insubordinação e revolta, sobretudo dos batalhões de mercenários europeus, no final do Primeiro Reinado. Contudo, as republicações de textos de outros periódicos na *Matutina* permitem perceber que a passagem de um predomínio da exaltação patriótica da tropa a um discurso francamente hostil aos soldados foi marcante logo após a Abdicação, tornando-se mais agressivo no decorrer de 1831 e 1832, em textos que acompanhavam as notícias das agitações e revoltas “exaltadas” ocorridas na Corte e as sucessivas informações sobre as “deposições

tumultuárias”, as “rusgas” e as “bernardas” protagonizados por soldados em todo o país. A caracterização negativa dos soldados gerava descontentamento em homens que vinham afirmando sua condição de cidadãos brasileiros, “probos” e “patriotas”.

A imprensa moderada do pós-Abdicação também alterou seu discurso com relação aos campos partidários e às ameaças à ordem pública, respondendo a uma série de mobilizações atribuídas a antigos aliados de d. Pedro I. Assim, entre 1832 e 1833, além das ameaças das “rusgas” feitas por “exaltados” ou “liberais aperiquitados”, foram combatidas as revoltas e supostas tentativas conspiratórias descritas como iniciativas do partido “caramuru”. Trata-se de ao menos quatro mobilizações armadas praticamente simultâneas: a sedição de 14 de abril de 1832 na Corte; a sedição de Pinto Madeira, no Ceará; a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco e Alagoas; e a sedição de Ouro Preto, em Minas Gerais. A sedição da Corte foi protagonizada por militares e criados do paço, que deram vivas a d. Pedro I e tentaram destituir o governo, sendo seguida por diversas suspeitas de tramas secretas, envolvendo o possível rapto do imperador, e pela perseguição a “adotivos” e a “caramurus”. Por sua vez, os relatos das revoltas nas províncias passaram a relacionar o partido “caramuru” a um suposto plano de restauração que trazia a ameaça da guerra civil para todo o país. Assim como no caso das “rusgas”, os movimentos eram diversos entre si, não tendo qualquer unidade política, mas eram descritos na imprensa como manifestações de um mesmo mal: o plano de restauração de d. Pedro I e de seu partido “servil” e “antinacional”.

O Trinta de Maio e a política em Mato Grosso

O ideário da Rusga – ou seja, do massacre de portugueses e “adotivos” iniciado na noite de 30 de maio de 1834 – estava plenamente integrado aos termos da polarização política nacional. As mortes foram justificadas como reação a um plano do “partido restaurador” na província, como parte de um quadro de guerra civil em diversas províncias do país. Entre 1833 e 1834, a *Matutina* difundiu insistentemente um discurso conspiratório com relação aos antigos aliados de d. Pedro, que há muitos anos eram identificados com os nascidos em Portugal. Além disso, passou a publicar uma folha “exaltada” voltada para o público de Mato Grosso, intitulada *Miscelânea Cuyabanense*. A folha foi criada com o objetivo de influir nas eleições ocorridas em 1833 e apelou fortemente a essas desconfianças. O discurso também estava presente nas falas das autoridades, a exemplo da proclamação do presidente da província sobre a invasão da

redação de um jornal “caramuru” na Corte, que acabava por legitimar ações turbulentas contra um “partido” que estaria conspirando contra o Brasil.

Portanto, para compreender o Trinta de Maio é preciso considerar que havia uma crença fortemente difundida de que o partido “restaurador” era uma ameaça em todo o país e que estava próximo o momento em que a guarda nacional e demais cidadãos seriam convocados à defender a pátria desta “seita de malvados”. Como vimos, nas páginas da *Miscelânea*, este discurso era bastante agressivo:

[...] mas, ai deles quando o grito d’alarma retumbar em todos os ângulos do Brasil, quando a nação já cansada de suportar tais monstros bípedes, e setibundos do seu sangue, acordar que é chegado o tempo de mostrarmos que meia dúzia de adotivos capitaneados por igual número de brasileiros bandalhos e ignóbeis, não são capazes de fazerem curvar a altiva frente do gigante do Equador; então saberão esses energúmenos quanto pode um povo assaz irritado e que tanto há sofrido, mediremos nossas forças em campo raso e caro custará a esse Pedro e a chusma de portugueses que o cercam, que inda satisfeitos não estão dos males que nos hão feito, e do sangue brasileiro que se tem derramado. Cuide a Regência em defender nossas costas, tendo pronta a nossa marinha, e as nossas cidades marítimas, porque os Caramurus do interior nós daremos conta deles, e até afirmamos que muito pequeno pedaço tocará a cada brasileiro; portanto, livrando-nos a Regência dos Caramurus exteriores, livres estamos, pois todos estamos alerta, e bem alerta, a espera só do sinal para uma vez darmos cabo desses inimigos do Brasil.¹⁷

Para além da imprensa e das proclamações de autoridades, importa ressaltar que também neste caso havia outros percursos de difusão de notícias, informações, boatos e ideias, que nem o Estado, nem os partidos conseguiam controlar. Ao que parece, não havia qualquer tentativa “restauradora” em curso em Cuiabá, mas as desconfianças eram sustentadas em discursos que vinham sendo difundidos pelos mais diversos meios.

A reação a um suposto plano “restaurador” foi a justificativa do massacre, mas para compreender os conflitos que se desdobraram no episódio é preciso atentar para a polarização na abrangência da província. A Rusga foi motivada por embates centrados na política institucional em Mato Grosso, especialmente em torno das eleições gerais de 1833 e da organização da guarda nacional, além de envolver a adesão de egressos das mobilizações da “soldadesca” que tinham sua própria trajetória de confrontos com oficiais “adotivos” – e, portanto, suas próprias motivações.

A disputa partidária na província havia mudado após o Sete de Abril, com a nomeação de Antonio Correa da Costa para a presidência e de Antonio Luís Patrício da

¹⁷ *Miscelânea Cuyabanense*, n. 9 – 1º de janeiro de 1834.

Silva Manso para o posto de secretário do governo. O partido liberal moderado pretendeu, com a ajuda desses aliados na província, enfraquecer as facções que haviam dominado a política cuiabana durante o Primeiro Reinado, contendo as diversas formas de apropriação de recursos e de uso político do controle que eles exerciam sobre a junta da fazenda.

As duas facções formadas na década anterior estavam enfraquecidas. João Poupino Caldas se viu alijado do comando das milícias, que acabaram por ser extintas, dando lugar à guarda nacional. Após ser aclamado no Sete de Dezembro, ele prosseguiu incitando “bernardas” contra os portugueses, inclusive no sentido de tentar impedir o retorno de um dos demitidos pela sedição. Já André Gaudie Ley e seus aliados passaram a ser rotulados como “caramurus”, ainda que não tivessem formado um partido aliado de d. Pedro I. Ao que parece, o rótulo foi atribuído em razão da defesa dos “adotivos” contra as agitações como a do Sete de Dezembro, que evocavam o ideário do Sete de Abril. Rotulado como “caramuru” e “restaurador”, o partido que foi combatido no Trinta de Maio era identificado com os nascidos em Portugal em função de posicionamentos tomados nessas agitações por parte de suas lideranças, especialmente Gaudie Ley.

A princípio aliados, Corrêa da Costa e Silva Manso romperam politicamente no início de 1833, ao que parece em razão da insistência deste último em enfrentar o pequeno grupo de homens que vinham controlando a política e os cofres provinciais desde a Independência. Silva Manso também tentou se beneficiar de formas irregulares de apropriação de recursos, inclusive por meio da especulação com títulos da dívida utilizados para pagar os soldos de civis e militares em épocas de falta de numerário. Ele foi nomeado pela Regência para investigar as contas da administração pregressa e encontrou toda sorte de resistência por parte dos que vinham fazendo com mais sucesso este tipo de operação irregular. Segundo ele, neste embate Corrêa da Costa se aliou a alguns “caramurus”, que se diziam “aristocratas”. Em resposta, ele rompeu com o governo e publicou suas críticas na imprensa. Além disso, passou a organizar um “partido” por meio da criação de uma sociedade política, que tinha a finalidade de somar forças para vencer as eleições e para manter uma mesma orientação política nos embates na província.

A Sociedade dos Zelosos da Independência se inspirava em muitas outras associações patrióticas em todo o país, e estava fortemente identificada com o ideário do Sete de Abril. Essas sociedades por vezes tiveram um papel destacado na perseguição ao partido “caramuru”, tanto na Corte como em algumas províncias, além de terem chegado a cumprir funções de manutenção da ordem pública, misturando perigosamente o

exercício da força pelo Estado e a atuação como grupo partidário. No caso da associação criada por Silva Manso, o sucesso eleitoral foi impressionante. Em 1833 membros da sociedade se tornaram a maioria na câmara municipal de Cuiabá, no conselho geral, na magistratura eletiva e no oficialato da guarda nacional, restando apenas no conselho de governo um predomínio de adversários, incluindo partidários dos grupos de Poupino Caldas e de Gaudie Ley. Essas vitórias parecem ter sido alcançadas graças à coadjuvação eleitoral possibilitada pela organização da sociedade e foram coroadas com a eleição de Silva Manso para a única cadeira da província na câmara dos deputados.

O discurso eleitoral da *Miscelânea Cuyabanense* (que viria a celebrar estes resultados) permite perceber que a vitória da Sociedade dos Zelosos da Independência envolveu duras críticas ao pequeno grupo de homens que vinham dominando a política provincial e que eram ligados ao oficialato das milícias e a famílias tradicionais cuiabanas. Os “plebeus” deveriam derrotar os “aristocratas” e os “fofos milicianos” do partido “caramuru”, afirmando princípios liberais como a industriabilidade, o mérito e a igualdade entre os cidadãos. O republicanismo também fez parte deste discurso, mas como uma aspiração para o futuro, evocada lado a lado com manifestações de lealdade ao ministério e à Regência.

A Sociedade era composta por uma maioria de homens que viviam do comércio e de cargos públicos, incluindo professores e magistrados de carreira. Em comum, eles não haviam tido qualquer destaque na política institucional durante o Primeiro Reinado. Formavam um “partido” novo, que em apenas um ano conseguiu chegar - por meio da coadjuvação eleitoral e, possivelmente, da influência de Silva Manso junto ao poder central – aos principais espaços em disputa na política de Mato Grosso. No caso do oficialato da guarda nacional, que era eleito por todos os praças, a vitória foi praticamente total, o que significava que a maior força armada presente na cidade estava nas mãos de partidários de uma mesma sociedade. Gaudie Ley e seus aliados no conselho de governo, rotulados como “caramurus”, reagiram a esta vitória e à intensificação do fervor patriótico contra os “adotivos” que a acompanhou. Dentre outras medidas, ordenaram a dissolução da guarda nacional, que se negou a obedecer e passou a agir em franca insubordinação com relação ao governo.

Mas o principal desses embates ocorreu em torno da eleição de Silva Manso para a câmara dos deputados. A eleição foi questionada por um dos candidatos derrotados, Joaquim José de Almeida, oficial militar de carreira que se tornou comandante das armas de Mato Grosso em 1832. Apesar de o embate ter se dado entre dois adversários que se

colocavam como “liberais” e defensores do Sete de Abril, aqueles que eram rotulados como “caramurus” também tiveram participação na negativa em reconhecer a eleição de Silva Manso enquanto não houvesse uma nova apuração. Com a inclusão dos votos que haviam sido ignorados no primeiro cômputo, a vitória continuou sendo de Silva Manso, que passou então a encontrar resistência do conselho de governo (único espaço que seu partido não controlava) em liberar os recursos para sua viagem para assumir a cadeira na câmara. Além disso, ele foi demitido do posto de secretário de governo e chegou a ter uma ordem de prisão contra si, sob alegações relacionadas a sua intensa atividade política “em Assembleias públicas e em públicos divertimentos, e associações”¹⁸. A agitação da Sociedade dos Zelosos da Independência contra os “caramurus” envolveu também as polarizações entre brasileiros “natos” e “adotivos” e entre a guarda nacional e a guarda municipal, pois esta tinha no comando um oficial ligado aos “caramurus”.

Assim, desde fins de 1833 é perceptível na análise das agitações de Cuiabá a crescente tensão envolvendo essas polarizações, sendo que Silva Manso expressava em sua correspondência preocupações com a perda de controle sobre seus partidários. A criação da Sociedade dos Zelosos da Independência significou o avanço de uma forma moderna de organização política sobre lealdades construídas longamente por vias que vinham sendo deslegitimadas no debate público – a formação de clientelas e a aliança com comerciantes “adotivos”. Tanto Gaudie Ley quanto Poupino Caldas vinham perdendo capacidade de intervir nos negócios públicos não só para Silva Manso, mas para uma associação cujo estatuto pressupunha a igualdade entre os sócios e a união em torno de certos princípios, “patrióticos” e “constitucionais”. Seus membros eram capazes de agir numa mesma orientação e de se impor na cena pública com uma legitimidade que o próprio governo não contava. Ademais, as falas e pronunciamentos da Sociedade estavam mais próximos daqueles da Regência e da imprensa moderada do que o discurso do governo provincial. O poder do novo partido se impôs sobre o governo de Gaudie Ley, um vice-presidente acuado pela deslegitimação de seu mando e pela permanente possibilidade de recurso ao ódio aos “adotivos”.

O poder da Sociedade poder se impunha inclusive a Silva Manso. Tratando da suspensão da guarda nacional, ele descreveu um contexto de mobilização, no qual “o povo se reúne” e “é inevitável um choque, se o correio de novembro não lhes restituir suas guardas nacionais e o vice presidente não quiser reconhecer ao conselho geral assim

¹⁸ “Sessão extraordinária de 20 de Maio de 1833”

como fez ao deputado”. Ele relatou suas “rogativas” para que não o prejudicassem, porque “eu não poderei lavar-me de ter tido influência se fazem rusga por não darem socorro ao Deputado”. Por fim, lamentou que não sabia mais o que dizer “para que não digam que também sou caramuru”, e considerou ser “muito necessário conservar minha influência para evitar crimes”, preocupação que levou ao adiamento de sua partida para a Corte.¹⁹ Portanto, ainda que Silva Manso fosse a principal liderança da Sociedade dos Zelosos da Independência, ele parece ter tido grandes dificuldades em influenciar os planos da sociedade. Outras lideranças, como os professores Brás Pereira Mendes e Eusébio Luís de Brito, o magistrado Pascoal Domingos de Miranda e o comerciante José Alves Ribeiro, exerceram também grande influência neste partido. Eles estiveram, sem dúvida, entre os protagonistas do massacre de Trinta de Maio, ainda que um panfleto em sua defesa tenha difundido a versão de que a liderança coube a João Poupino Caldas.

Poupino Caldas não parece ter sido um membro da Sociedade, ainda que tenha participado das agitações e procurado influenciar os partidários de Silva Manso. Em comum, ambos lideravam “partidos” que reivindicavam o ideário do Sete de Abril e que se polarizavam com os “adotivos” e “caramurus” da província. As agitações que tomaram as ruas dialogavam, ao mesmo tempo, com a política tumultuária do ex-comandante das milícias, em suas “bernardas” contra os “adotivos” e com o discurso do cirurgião-mor eleito deputado, num processo eleitoral no qual “plebeus” desafiaram o poder dos “aristocratas”, em nome de princípios liberais.

Dialogavam ainda com o Sete de Dezembro e com as agitações da “soldadesca”, que havia sido expulsa de Cuiabá em 1832, mas que contava com várias de suas principais lideranças na cadeia da cidade. Desde 1833, esses militares passaram a ser procurados “para uma conspiração em que se tratava não só respeito a deposição dos adotivos existentes nesta Cidade, como também o de quitar-lhes a vida”²⁰. O plano do Trinta de Maio envolveu, portanto, a adesão de homens que possuíam uma longa trajetória de enfrentamentos armados com comandantes e que atuaram em funções de comando, de organização e de instrução nos preparativos e na execução de tal “conspiração”.

A crise política que culminou no Trinta de Maio teve um momento decisivo em meados de novembro de 1833, quando houve uma tentativa de executar um plano de “rusga”, que teria sido liderada por Silva Manso. O vice-presidente de Mato Grosso, André Gaudie Ley, reuniu o conselho de governo a 14 de novembro para convidar o

¹⁹ Silva Manso a Vergueiro. Cuiabá, 30 de setembro de 1833.

²⁰ “Ata da sessão extraordinária de 15 de abril de 1833” AN IJJ9 505

presidente a retomar seu posto, mesmo doente, para “sanar tantos males que ameaçam a Pátria”. O pedido era justificado pelo “estado de oscilação política” de Cuiabá, “que ameaça iminente ruína”. Segundo a ata, o problema estava na “exaltação daqueles que julgam que o promover as desordens e não cumprir as ordens superiores” é uma atitude digna do “cidadão verdadeiro constitucional”.²¹

A primeira insubordinação encarada por Gaudie Ley havia sido a da câmara de Cuiabá, que conferiu diploma de deputado a Antonio Luís Patrício da Silva Manso numa eleição cuja apuração foi feita sem os votos da vila de Diamantino, insistindo na decisão de legitimar o primeiro pleito. A segunda foi a da câmara de Diamantino, que se recusou a dar posse ao coletor fiscal Antonio José de Araújo Ramos. Reconhecida como ilegal e censurada até mesmo pelos adversários de Gaudie Ley em Cuiabá, a desobediência foi acompanhada, segundo o funcionário, por “insultos” e “ameaça de sete crimes” que lhe queriam imputar os magistrados locais. Poupino Caldas foi enviado para aquela vila, “por ser apresentado no lugar com muitos dos insurgidos, a ver se conseguia por meios brandos chamar outra vez à obediência legal aquela vila revoltosa.”²² Porém, ele reempossou o funcionário desejado pela câmara e, durante sua estada na vila, houve uma fuga de portugueses e “adotivos” que teria sido provocada por suas incitações de ódio.

Mas a grande questão a motivar o pedido de retorno do presidente foi a descoberta, pela oposição, de que uma circular da Regência, datada de 8 de junho de 1833 e recebida na província em agosto, vinha sendo ocultada pelo governo. O texto informava que havia notícias seguras vindas da Europa de que o ex-imperador e agora Duque de Bragança, “iludido sem dúvida pelos conselheiros” e “animado por um partido, que sempre se distinguiu por sua desafeição às instituições livres”, projetava “voltar ao Brasil”. O projeto de restauração era “assaz temerário”, pois traria à nação brasileira a “guerra civil” e o “seu aniquilamento seria inevitável”. O governo deveria, diante disso, se preparar para “afastar males tão consideráveis e consolidar no Brasil a monarquia representativa, que sem dúvida seria posta em grande perigo”. Portanto, a regência recomendava que “dentro do círculo das leis”, o governo tomasse

[...] desde já todas as medidas que a sua sabedoria e prudência lhe ditarem, organizando sobretudo, e pondo em bom pé, as guardas nacionais, na certeza de que o Governo Imperial as tem tomado e continuará a toma-las para opor a mais firme resistência a qualquer tentativa naquele sentido, e salvar, como lhe compete, a honra nacional,

²¹ “Ata da sessão extraordinária de 14 de novembro de 1833” AN IJJ9 505

²² O AMIGO DA JUSTIÇA”. *Manifesto*. IHGB, Lata 168, doc. 8.

o Trono do Senhor D. Pedro Segundo as Liberdades e Independência da Nação Brasileira²³

A circular foi enviada às províncias com a intenção declarada de preservar a Regência da ameaça de um partido “restaurador”, que tinha alguma concretude, mas que não representava uma força organizada na província e tinha um peso excepcional na Corte. O documento chegou a Mato Grosso num momento já bastante delicado e o secretário de governo, Albano de Souza Osório, deixou de publicá-lo. Quando a oposição tomou conhecimento, a situação ficou insustentável para Gaudie Ley e para Osório, que era seu principal aliado. A exigência de que se organizasse e armasse a guarda nacional ganhou a força de uma recomendação do poder central e, uma vez mais, o executivo provincial teve sua legitimidade questionada, pois vinha protelando o processo. Finalmente, ameaçado por uma suposta tentativa de destituição pela Sociedade dos Zelosos da Independência, o vice-presidente mandou desarmar a guarda nacional, colocou em prontidão a guarda municipal e chamou Correa da Costa a reocupar o poder executivo.

O breve retorno de Corrêa da Costa, entre dezembro de 1833 e maio do ano seguinte, foi marcado por uma tentativa de conferir legitimidade ao governo. Segundo um comerciante “adotivo”, o presidente compareceu a uma “grandiosa janta” oferecida “à Sociedade Zelosa na própria casa de Manso, o que se fez reparável naquela cidade”. Em seguida, foi “visitado por alguns brasileiros adotivos”, mas ao retribuir as visitas, o fez durante a noite, o que o indispôs com os “adotivos” e com seus aliados.²⁴ De acordo com Gaudie Ley, naquele momento

[...] Silva Manso em qualidade de presidente da Sociedade Zelosa fizera uma carta de felicitação ao dito presidente Corrêa na qual queria fossem armados os guardas nacionais e, ao mesmo tempo, queixando-se de ele [Gaudie Ley] não os ter armado, como ainda fazendo recolher 109 arcabuzes que andavam por mãos de alguns guardas²⁵

O conselho geral também cobrou em pelo menos três sessões a publicação da circular da Regência sobre os planos de “restauração”, sendo que na primeira delas ele era presidido por Luís Soares Viegas, membro da associação e ex-militar do batalhão dos Periquitos.²⁶ Em seguida, sob a presidência de Pascoal Domingues de Miranda, também membro da Sociedade dos Zelosos da Independência, os conselheiros denunciaram

²³ “Circular da Regência, de 8 de junho de 1833”

²⁴ Depoimento de Francisco Manuel Vieira. Inquérito de Goiás. Revista do IHGMT, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141.

²⁵ Depoimento de André Gaudie Ley. Inquérito de Goiás. Revista do IHGMT, t. XXXI-XXXII, 1934, p. 130-141.

²⁶ ACBM/IPDAC Caixa 11 - Pasta 33 – env. 670

o terrível exemplo dado pela primeira autoridade administrativa da província a respeito da organização das guardas nacionais, que fantasiando uma suposta conspiração da parte de honrados e pacíficos cidadãos, sem provas de legalidade se tornou parte e juiz ao mesmo tempo²⁷

Segundo os conselheiros gerais, ao tentar impedir a organização da guarda nacional, Gaudie Ley “procurou desviar do círculo da associação política cidadãos dignos da opinião pública e de uma mais séria consideração, só porque foram obedientes à letra da lei”. Os membros do conselho atribuíam ao governo do líder “caramuru” a responsabilidade pela insubordinação generalizada:

Conquanto seja bem desagradável ao conselho a recordação de atos praticados pela câmara municipal da vila de Diamantino em desobediência à lei, a primeira autoridade da província, filhos da intolerância e do fanatismo político, todavia ele se persuadiu que um semelhante excesso não pode deixar de ser nascido da imbecilidade de uma administração que tem marchado ao avesso das nossas instituições.²⁸

Por fim, lamentava o conselho o desprezo do governo pela “sorte dos desgraçados presos”, que estavam “entregues à fome e à miséria” e que se viam na necessidade de suportar a prisão “por mais tempo do que aquele que a lei permite” e numa “masmorra, pela falta de pronta execução do Código de Processo Criminal”.²⁹

No dia 16 de dezembro, o mesmo conselho voltou a se manifestar, agora presidido por José Jacinto de Carvalho, que também era membro da Sociedade dos Zelosos da Independência. O texto alegava que “o que se anunciam nas folhas públicas é que os Caramurus são poucos, porém que fazem tanta bulha, que iludem a muitos para passarem por fortes”. A demora em se publicar a circular e em se armar a guarda nacional, seria a prova de que “há aqui este partido de perversos”. O argumento de Osório, de que havia assuntos mais importantes a tratar, seria uma “declaração petulante do caramuruísmo de um ingrato, de um inimigo de sua pátria”, que achava que havia “no Brasil um negócio de mais transcendência do que o evitar a restauração do Duque de Bragança”. Para os conselheiros, “a insolência daquele indivíduo não pode ser desculpada”, até porque ele já vinha atacando

[...] a este conselho com esta notoriedade, bem como tem feito em diversos tempos, em sarcasmos, proporcionais ao atual, a este mesmo

²⁷ ACBM/IPDAC Pasta 33 – nº 775 Caixa 11

²⁸ ACBM/IPDAC Pasta 33 – nº 775 Caixa 11

²⁹ ACBM/IPDAC Pasta 33 – nº 775 Caixa 11

conselho, ao do governo, à câmara, e mais autoridades, desde que não concordam com o que lhe interessa no momento.³⁰

O documento informava ao presidente que a partir daquele momento Osório era considerado indigno de “se corresponder com o conselho geral, e ainda para servir o lugar de secretário de governo”³¹

Em 24 de dezembro, outro membro da Sociedade dos Zelosos, o juiz de paz Brás Pereira Mendes, acusou seu antecessor pelo desaparecimento do livro de matrícula das guardas nacionais, necessário para formalizar a organização do corpo. Ele teria se retirado “para seu sítio deixando fechado em sua casa o dito livro que se diz estar em branco”. Mendes informou Corrêa da Costa que no dia 5 de janeiro cumpriria a lei de criação da guarda nacional, realizando as eleições para o estado maior mesmo sem contar com “3 oficiais e 3 inferiores, que se ausentaram a seu negócio, sem terem a quem pedir licença”³² As eleições foram realizadas, sendo eleitos membros da Sociedade dos Zelosos em todos os postos.³³ No dia 13, o comandante eleito, Caetano da Silva Albuquerque, enviou ao presidente o regulamento da guarda. A 21 de fevereiro, comunicou que faria a entrega das armas ao corpo sob seu comando.

No dia 8 de março, Corrêa da Costa proclamou sobre as notícias que vinham da Corte, onde uma manifestação contra a Sociedade Militar, acusada de abrigar o “partido restaurador” havia resultado na invasão do edifício e na destruição de sua tipografia pelo “povo”. Além disso, anunciava a suspensão do tutor do imperador, José Bonifácio de Andrada e Silva, pela suspeita de envolvimento nos planos conspiratórios deste partido.

Entre abril e maio dois episódios marcaram o acirramento dos conflitos, dando início a uma nova série de boatos a respeito de uma matança dos nascidos em Portugal, que desta vez acabou por se concretizar. O primeiro episódio foi a tentativa – ao que parece, liderada por João Poupino Caldas -, de denegar a posse como tesoureiro a Joaquim José Vaz Guimarães, um dos “adotivos” demitidos pela sedição de Sete de Dezembro. O argumento foi o de que, ao nomeá-lo, “a regência tinha sido enganada pelas falsas informações” de Gaudie Ley a respeito do funcionário. Após uma manifestação com duzentas pessoas, Corrêa da Costa, “por timidez, ou por conveniência, anuiu prontamente,

³⁰ ACBM/IPDAC Caixa 32 -Pasta 134 – env. 875

³¹ ACBM/IPDAC Caixa 32 -Pasta 134 – env. 875

³² “Mendes a Correia da Costa, 24 de dezembro de 1833.”

³³ “Brás Pereira Mendes a Antonio Corrêa da Costa, 5 de janeiro de 1834”

e passou a nomear outro interinamente”.³⁴ Segundo o relato de adversários de Poupino Caldas,

Houve logo nesse dia a noite um ajuntamento na ponte do Mundéu, dando-se vivas ao artigo 112 do Código Criminal, que pela vê primeira tinha saído à luz, e foi esse ajuntamento removido para o Largo da Cruz das Almas, fronteiro à casa de Poupino Caldas com tocatas, e cantarolas, sendo obsequiosamente tratado por ele com comidas, e bebidas, o que causou algum movimento na cidade, e houve receio de algum rompimento; rompimento que deu lugar à soltura de um Guarda Nacional, preso pela Ronda Municipal a ordem do Juiz de Paz do 2º Distrito, Félix de Miranda Rodrigues, que partiu imediatamente para o lugar daquela reunião acompanhado do capitão da Guarda Municipal, Antônio Pedro e Figueiredo, e outros: ali encontrando muita gente armada com espadas, facas, e pistolas, por meio de brandura conseguiu acomodá-la, e fazê-la dispersar: tudo isso na frente da casa de João Poupino Caldas.³⁵

Ao definir que “não se julgará sedição o ajuntamento do povo desarmado, em ordem, para o fim de representar as injustiças, e vexações, e o mau procedimento dos empregados públicos”, o artigo 112 do código criminal era uma garantia ao direito de manifestação no país, celebrada pelos “vivas” de uma multidão que, contudo, ultrapassou os limites da lei. A prisão do guarda nacional gerou “certa rivalidade com os Municipais, e um boato se havia espalhado, de que sobre o apoio dessa Guarda pretendiam os adotivos conseguir seus fins”. Nesse contexto, Corrêa da Costa “tratou de fazer uma Conciliação, e ordenou uma reunião de ambos os corpos no largo do Palácio: ali foi lida uma Proclamação pelo comandante dos Nacionais”. Depois de tranquilizada a situação, Poupino Caldas teria ainda convidado os guardas nacionais “para um refresco em sua casa na rua de baixo, onde ajuntaram-se para mais de 100 pessoas, e assim passaram aquela noite em contínuos divertimentos.”³⁶

Por fim, na festa pelo aniversário do Sete de Abril, a guarda de honra, formada por guardas municipais em frente ao palácio da presidência, deixou de prestar continência à guarda nacional, o que foi encarado pelo comandante como ataque à “honra” deste corpo de cidadãos. Logo após este incidente, o conselho de governo de Mato Grosso se reuniu extraordinariamente para discutir um plano de “rusga” que estaria em execução. O presidente da província, Antonio Correia da Costa, afirmou que haviam posto “ocultamente à janela de sua residência” um “papel anônimo” contendo um alerta:

³⁴ *O AMIGO DA JUSTIÇA*, “Manifesto” (IHGB, Lata 168, doc. 8).

³⁵ *O AMIGO DA JUSTIÇA*, “Manifesto” (IHGB, Lata 168, doc. 8).

³⁶ *O AMIGO DA JUSTIÇA*, “Manifesto” (IHGB, Lata 168, doc. 8).

Temos rusga, e de sangue, e dela nem Vossa Excelência escapa, nem aqueles que têm o que perder e que desejam a boa ordem. Hoje saíram 10 presos da cadeia, e logo foram conduzidos à casa de Sebastião Rodrigues, e este lhes assentou praça na 1ª Companhia da Guarda Nacional por serem rusguentos conhecidos por tais, sem Lei, sem mais nada: o mesmo tenente desarmou os adotivos, que eram da sua companhia. Vossa Excelência veja o que faz, e como toma este aviso, pois quem lhe faz também está convidado para a rusga, e sabe dos planos todos... Alerta, alerta que ainda tem remédio o mal...³⁷

O plano foi posto em execução vinte dias depois, quando a província já era governada pelo terceiro vice-presidente, Poupino Caldas, que assumiu após sucessivos afastamentos, justificados por motivos de doença ou de ausência da cidade. Sua cumplicidade com o Trinta de Maio é comprovada no que diz respeito à colaboração com os rebeldes no decorrer da perseguição aos “adotivos”, mas não necessariamente ele teve um papel central na elaboração e execução do plano.

A Rusga foi uma mobilização que se voltou, desde o primeiro momento, tanto contra os “bicudos” (denominação pejorativa de portugueses e “adotivos”), quanto contra os “caramurus”, ainda que a matança tenha se dirigido sobretudo aos primeiros. Os relatos da noite de 30 de maio de 1834 descrevem uma mobilização bastante organizada, sob o comando dos principais oficiais da guarda nacional, com a participação massiva desta guarda e o envolvimento de “rusguentos” egressos de mobilizações da “soldadesca”, muitos dos quais haviam fugido da cadeia com ajuda de membros da Sociedade dos Zelosos da Independência no início de maio. Os “vivas” evocavam o ideário do Sete de Abril e os “morras” se dirigiam a “bicudos”, “caramurus” e “pés-de-chumbo”. A perseguição aos “caramurus” se concretizou nos dias seguintes, com a morte do primeiro brasileiro “nato” e a circulação de uma lista com os nomes dos “caramurus” nascidos no Brasil que deveriam ser mortos. Neste momento, Gaudie Ley e alguns de seus aliados “caramurus” fugiram da província, por entenderem que seriam também alvos dos rebeldes.

O movimento teve início com a tomada do quartel de Cuiabá, seguida pela organização de escoltas que se posicionaram nas casas dos “adotivos” tidos por mais “assinalados”. O toque de um rebato foi então seguido por tiros e gritos de “vivas” e “morras”, dando início ao arrombamento de casas e lojas, ao saque e aos assassinatos. Na primeira noite foram registradas apenas três mortes, sendo que um quarto corpo foi encontrado no dia seguinte. Os demais assassinatos – que, ao fim, totalizaram cerca de 40

³⁷ “Sessão extraordinária de 10 de maio de 1834”. *RIHGMT*, tomos XXV-XXVIII, 1931-1932. p. 171.

a 50 pessoas, quase todas nascidas em Portugal – ocorreram entre junho e agosto. A perseguição foi legitimada por uma decisão do conselho de governo de ceder aos rebeldes, que segundo a ata eram compostos por “soldados” e pelo “povo”. Na verdade, os protagonistas da Rusga incluíam os próprios conselheiros, além de todas as demais autoridades de maior destaque presentes na cidade, com exceção apenas do bispo, que procurou refrear a multidão, e do comandante da guarda municipal, único a ser destituído naquela noite. Ao atribuírem a mobilização aos “soldados” e ao “povo”, as lideranças da Sociedade dos Zelosos da Independência que ocupavam postos políticos, judiciais e na guarda nacional encobriam seu papel central na formulação e execução do plano.

Sustentadas pela decisão do conselho de ceder ao movimento e ordenar que os “adotivos” deixassem a província, por três meses, escoltas revistaram casas e percorreram as áreas rurais de Cuiabá, juízes de paz de toda a província receberam ordens do governo para replicar a perseguição em suas jurisdições, enquanto políticos e magistrados de Cuiabá e de Poconé difundiram a falsa notícia de que não era mais crime matar “adotivos”. Um período de terror se impôs até agosto, tendo seu ápice nos primeiros dias de junho, quando as orelhas dos assassinados foram entregues no quartel de Cuiabá aos gritos de “viva a Nação Brasileira!” O massacre praticamente eliminou a presença de nascidos em Portugal em Cuiabá, sendo que os poucos sobreviventes foram aqueles que conseguiram sair da província ou chegar à cidade de Mato Grosso antes do encontro com alguma das escoltas.

O comandante das armas havia partido para a cidade de Mato Grosso antes do Trinta de Maio, levando dois subordinados que, sem seu conhecimento, tinham sido incumbidos de levar a mobilização também àquela área. Esses emissários eram egressos das revoltas da “soldadesca”, tendo pertencido à Legião de Linha e, num dos casos, ao batalhão de Periquitos. Outros “rusguentos” que haviam sido “cabeças” de revoltas dos militares subalternos atuaram como comandantes de escoltas ou como instrutores táticos dos rebeldes, inclusive de seus superiores hierárquicos. Este foi o caso de Luís de França Limeira, ex-periquito que havia sido integrado à guarda nacional e que teria sido visto

dirigindo ou esclarecendo aos anarquistas os meios que deviam tomar para que os amantes da ordem não chegassem surpreendê-los e assenhoreassem das armas, com que eles anarquistas se achavam trazendo exemplo para isso dos sucesso da Bahia, e das guerrilhas que

lá tiveram lugar, cuja influência e instruções dava a todos os oficiais do seu partido, que se achavam então no quartel³⁸

Portanto, o massacre do Trinta de Maio teve como principais protagonistas homens que ocupavam altos postos na política, na magistratura e na guarda nacional, mas também muitos egressos de mobilizações da “soldadesca” cujo papel foi mais importante do que o de meros executores de ordens. Em agosto, quando o vice-presidente Poupino Caldas se reuniu com um dos líderes da Sociedade dos Zelosos da Independência para dar início à repressão, os primeiros a serem traídos pelos antigos aliados foram três ex-Periquitos, que foram desterrados ilegalmente da província.

Em seguida, em meio a ameaças de extensão do massacre a brasileiros “natos”, o temor unificou antigos adversários, levando os rebeldes a se dividirem. Essas ameaças eram fundadas em linhas de corte que não o local de nascimento, mas de caráter partidário (“brasileiros caramurus”), social (“brasileiros ricos”) e de cor (“caiados” e de “cores brancas”). Num desses casos, difundiu-se “um boato aterrador de rusga para se assassinares trinta e três brasileiros ricos para se roubarem”³⁹. Em outro, duas lideranças da Sociedade dos Zelosos da Independência foram acusadas de proporem um “novo atentado”, mas agora “sobre cores”. João Ferreira Mendes e Eusébio Luís de Brito eram oficiais da guarda nacional descritos, respectivamente, como “pardo” e “mulato”. Eles foram acusados de proporem “que os brancos já tinham governado, e que agora nada mais dessa gente, e devia governar só os cabras.”⁴⁰

Independentemente da veracidade das acusações, a ameaça de politização da cor era real e os descontentamentos com o que consideravam privilégios de “cor” (no caso, claro, a cor branca, ou “caiada”) se expressavam inclusive no debate por via da imprensa. Assim, o primeiro “adotivo” assassinado na Rusga foi um homem que havia sido acusado de negar promoção nas milícias a “homens de cor”. Nesse sentido, importa notar que o discurso “exaltado” da *Miscelânea Cuyabanense* em defesa da igualdade perante a lei e contra os “aristocratas” e os “fofos milicianos” dialogava não só com privilégios fundados em patronatos e clientelas, mas também com o prejuízo de cor nas promoções nas milícias e nas tropas, e nas nomeações para a administração civil. Além de vantagens pecuniárias,

³⁸ Depoimento de José Delfino de Almeida. “Sumário crime [...] sobre os Cabeças do acontecimento de trinta de maio do corrente e suas consequências” in Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1 p. 230.

³⁹ Requerimento de João Ferreira Mendes. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 276.

⁴⁰ Depoimentos de Gregório Ribeiro do Nascimento e de Francisco Xavier das Fontes. Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso, op. cit.* v. 1. p. 216 e 222.

o oficialato das milícias havia sido muito disputado pelo prestígio social que trazia e, apesar de existir na província um corpo miliciano de homens pardos, os lugares de maior destaque eram ocupados por oficiais tidos por brancos. A extinção das milícias e a criação da guarda nacional haviam possibilitado, dentre outras coisas, que pardos e mulatos estivessem entre as autoridades mais destacadas em festas e cerimônias cívicas, na recepção de autoridades e em outros papéis que conferiam *status* aos indivíduos. Assim, a luta de “plebeus” em defesa do mérito e contra a “aristocracia”, também podia ser motivada por preterições deste tipo, que chegavam a ser debatidas nos jornais.

A repressão e o destino dos “rusguentos”

O plano de Mendes e de Brito de um “atentado sobre cores” pode ter existido ou pode ter sido atribuído a eles com base apenas em conversas vagas, mas o que importa notar é que ele serviu para sua justificar o início da repressão. Havendo ou não fundamento, a denúncia veio num momento em que havia demanda pelo retorno à legalidade e no qual todos os homens que ocupavam postos públicos tinham algum grau de envolvimento nos crimes. Esta demanda pela ordem pública vinha não apenas dos que temiam a extensão da ação dos rebeldes, mas também de uma população que estava há três meses sujeita a uma suspensão da legalidade, com sucessivas fugas da cidade e episódios sangrentos que se espalharam pela província. Nos arredores de Cuiabá e na Chapada dos Guimarães, dezenas de propriedades rurais foram saqueadas e diversos “adotivos” foram executados por escoltas. Em Poconé, único núcleo do interior a contar com uma filial da Sociedade dos Zelosos da Independência, a Rusga envolveu, além de assassinatos e roubos, casos de humilhação pública de adversários. Em Diamantino, dois movimentos eclodiram em agosto, sendo um deles protagonizado por “camaradas” que trabalhavam na navegação para o Grão-Pará e que traziam de lá o grito de “mata-bicudos”.

Diante da segunda mobilização de Diamantino, que não tinha relação direta com o Trinta de Maio e que amplificava a ameaça de descontrole sobre as ações armadas na província, o governo de Poupino Caldas, aliado a lideranças rebeldes, se utilizou de um estratagema que permitiu dar início às prisões: o vice-presidente conclamou aos rebeldes para que fossem conter aquela agitação e, aproveitando-se da ausência de diversos “cabeças” da Rusga, mudou-se para o quartel, prendeu os que ali estavam e passou a comandar a força armada presente na cidade. Teve início, então, a repressão dos criminosos do Trinta de Maio, sendo que as ilegalidades marcaram a ação repressiva

mesmo após o início dos julgamentos legais, durante os governos de Poupino Caldas e seu sucessor, nomeado pela Regência, Antonio Pedro de Alencastro.

A repressão atingiu mais duramente os “rusguentos” egressos das mobilizações da “soldadesca”, caso de Antonio da Silva Pamplona, corneta-mor que foi responsável pelo toque do rebate que deu início aos arrombamentos. Condenado à morte, ele teve a sentença comutada para galés perpétuas, pena que de fato cumpriu por mais de cinquenta anos, segundo relato de Taunay.

Mas a maior parte dos condenados teve como destino a Bolívia, após tomarem e saquearem o presídio onde se encontravam e cruzarem a fronteira, criando um incidente diplomático entre os países, dado que o governo boliviano se recusou a extraditá-los. Ocorrida em 1837, a tomada do presídio foi liderada por Eusébio Luís de Brito, que escreveu ao presidente justificando o ato e acusando Poupino Caldas de ser o maior responsável pelos crimes da Rusga. Outros rebeldes fugiram para São Paulo em diferentes momentos, como foi o caso de Sebastião Rodrigues da Costa, que chegou a ser capturado por tropas paulistas a mando do presidente, Rafael Tobias de Aguiar, mas conseguiu fugir. Houve também os que se refugiaram no interior da província, especialmente no entorno de Vila Maria (atual Cáceres), onde “rusguentos” perturbaram a ordem pública por anos.

Por sua vez, diversos membros da Sociedade dos Zelosos da Independência que ocupavam altos postos civis e militares durante a Rusga foram absolvidos ou conseguiram reverter as prisões alegando, com ajuda de seus advogados, as muitas ilegalidades cometidas durante o processo. Em sua defesa, eles publicaram um panfleto na Corte que também acusava Poupino Caldas de ser o grande culpado pelo Trinta de Maio. Exercendo seu mandato como deputado na capital do Império, Silva Manso talvez também tenha tido parte na redação do *Manifesto*. Mesmo considerado um dos principais “cabeças” da Rusga, ele não foi punido por contar com imunidade parlamentar, mas seu papel no massacre foi assunto de questionamentos no parlamento. Em 1848, ele acabou assassinado em sua fazenda, na província de São Paulo, sendo a motivação do crime, segundo a imprensa, a vingança dos que foram perseguidos na Rusga.

Por fim, João Poupino Caldas, que colaborou com os rebeldes e, em seguida, os reprimiu duramente, também se viu livre da ação da justiça, mas não da vingança. Em 1837, pressionado pelo novo presidente da província, José Antonio Pimenta Bueno, a deixar Mato Grosso, ele realizou uma festa de despedida. Ao sair da festa, foi assassinado, sendo o crime atribuído a um dos “rusguentos” do Trinta de Maio, que também

permaneceu impune, protegido pelos muitos desafetos do defunto. No dia seguinte, a crer na narrativa de Virgílio Corrêa Filho, apareceram as quadrinhas pelas ruas de Cuiabá:

“No dia nove de maio
Depois das Ave-Maria
Matei Coronel Poupino
Fiz tudo quanto queria⁴¹.”

⁴¹ Virgílio CORRÊA FILHO. História de Mato Grosso, Op. cit., p. 519.

Fontes

Arquivo Histórico do Estado de Goiás (AHEG)

Periódico:

Matutina Meyapontense (1830-1834)

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT)

Livros manuscritos:

02.C64 - Livro de registro de avisos, cartas régias, provisões, instruções e decretos; Registro da correspondência oficial: 1817-1822

02.C66 - Livro de registro de portarias: 1819 - 1821

02.C70 - Livro de registro das correspondências oficiais da capitania. Registro de correspondências oficiais da Junta Governativa Provisória de Cuiabá: 1820 - 1822

02.C71 - Livro de registro de provisões, bandos e portarias: 1821 – 1825

05.01 - Registro de Ofícios, Bandos e Portarias do Governo Provisório da Cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade: 1821 – 1823.

05.03 - Registro de Ofícios da Junta Governativa Provisória da Província de Mato Grosso: 1822 – 1823.

05.04 - Atas da Junta Governativa: 1822 – 1825.

05.05 - Registro de Ofícios e Cartas do Governo Provisório Provincial: 1823 – 1825.

05.06 - Registro de Ofícios Expedidos pelo Império: 1823 – 1825.

05.09 - Registro de Portarias que foram expedidas pelo Secretário de Estado dos Negócios da Guerra ao Presidente da Província de Mato Grosso: 1824 – 1839.

Manuscritos avulsos:

Avulsos. Caixa 1823-A – Séries Fazenda, Câmara e Justiça

Avulsos Conselho Supremo Militar (1823-1840)

Avulsos Forte Coimbra (1823-1840)

Avulsos Forte do Príncipe (1823-1837)

Avulsos Guarda Nacional (1832-1840)

Avulsos Guerra - vários (1823-1838)

Avulsos Juízo de Cuiabá (1824-1834)

Avulsos Juízo de Mato Grosso (1824-1834)

Documentos da Ouvidoria de Cuiabá (1823-1833)

Tribunal da Relação Cx 04 (1822-1830)

Tribunal da Relação Cx 05 (1831-1840)

Arquivo da Casa Barão de Melgaço - Acervo do Instituto de Pesquisas

D. Aquino Corrêa

ACBM/IPDAC Caixa 11 - Pasta 33 – env. 775

ACBM/IPDAC Caixa 26 - Pasta 102 – env. 291

ACBM/IPDAC Caixa 31 - Pasta 129 – env. 667A.

ACBM/IPDAC Caixa 32 -Pasta 134 – env. 875

ACBM/IPDAC Caixa 39, Pasta 158, env. 857

ACBM/IPDAC Caixa 41 - Pasta 163 – env. 1292

ACBM/IPDAC Caixa 41 - Pasta 163 – env. 1295
 ACBM/IPDAC Caixa 41 - Pasta 163 – env. 1304
 ACBM/IPDAC Caixa 41 - Pasta 163 – env. 1314
 ACBM/IPDAC Caixa 42 - Pasta 168 – env. 867

Arquivo Nacional

Manuscritos:

Série Justiça – IJ1 917 (1827-1831)
 Série Interior – IJJ5 16 (1824-1840)
 Série Interior – IJJ5 33 (1822-1823)
 Série Interior – IJJ9 41 (1821-1840)
 Série Interior – IJJ9 504 (1821-1826)
 Série Interior – IJJ9 505 (1827-1834)
 Série Interior – IJJ9 527 (1817-1840)
 Série Interior – IJJ9 758 (1821-1825)
 Série Guerra - IG1 227 (1821-1826)
 Série Guerra - IG1 228 (1827-1833)

Dicionários

PINTO, Luís Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira, Ouro Preto. Tipografia de Silva, 1832.
 SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado

Bibliografia

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre - 1850-1888*, Brasília: Ministério da Fazenda. Depto. Adm./Div. Documentação, 1984

ALENCAR, Adauto. Movimentos nativistas. In *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso*, tomo 122. Cuiabá, 1984

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Brasília, Ipiranga, 1979.

ANAIS de Vila Bela (1734-1789). Organização de Janaína Amado e Lany Caselli Anzai. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRUDA, Elmar Figueiredo de. *Formação do Mercado Interno em Mato Grosso*. São Paulo, Editora da PUC-SP, 1987.

ASSIS, Wilson Rocha, *Os Moderados e as representações de Goiás n'A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Goiânia: 2007. Dissertação de Mestrado.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig, *De caboclos a bem-te-vis. Homens livres e escravos no Maranhão imperial*, 2004.

- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig, “‘Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar à Pátria e o Imperador’. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão.” In: Mônica Dantas (ed.), *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 295-327.
- BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa do Santos: Um Jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro: FGV, 2001
- BASILE, Marcello. “Revolta e cidadania na Corte regencial”. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*. v. 22, p. 65, 2007.
- BASILE, Marcello. Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832, *Revista Anos 90*, UFRGS, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.259-298
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. Anais de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 20)
- BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato - Os deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22*. São Paulo, Hucitec, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, 3 vols.
- BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil geral e regional: Grande oeste (Goiás-Mato Grosso). São Paulo: Cultrix, 1967.
- CANAVARROS, Otávio. O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752). Cuiabá, Editora da UFMT, 2004.
- CARVALHO, Francismar de. “Entre dois impérios: lideranças indígenas e colonizadores espanhóis e portugueses no vale do rio Paraguai (1770-1810). *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2008.
- CARVALHO, Francismar de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem & Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Marcus de. “Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os jacobinos: a Cabanada, 1832-1835”. In Monica Duarte Dantas (org.) *Revoltas, motins, revoluções*, São Paulo, Alameda, 2011, p.169-200.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. “A Insurreição Praieira”. *Almanack Brasiliense*, São Paulo, n.8, p.30, 2º semestre de 2008.

- CASTANHA, André Paulo. *Pedagogia da moralidade: o Estado e a Organização da Instrução Pública na província de Mato Grosso (1834-1873)*. 1999. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1999.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional, de 1831 a 1850*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: UCG, 2003.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana*. IN: Cuadernos Del Instituto Ravignani, n. 2, Buenos Aires, s.d.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1969.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. em “Antecedentes e consequentes do movimento nativista” (*RIHGMT*, t. XXXI-XXXII, 1934)
- CORRÊA, Valmir Batista. *História e violência em Mato Grosso, 1817-1840*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000
- COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- COSTA, Maria de Fátima. *Histórias de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI/XVIII*, Ed. Estação Liberdade, São Paulo, 1999.
- COSTA, Maria de Fátima. *Percorrendo manuscritos entre Langsdorff e D'Alincourt*. Cuiabá: UFMT, Editora Universitária, 1993.
- COSTA, Wilma Peres & SALLES, Cecília Helena de (Org.). *De um império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2007.
- CRIVELANTE, Maria Amélia Alves. “Poder e cotidiano na Capitania de Mato Grosso: Uma visita aos Senhores de engenho do Lugar de Guimarães. 1751-1818” *Revista de Demografia Histórica*, XXI, II, 2003
- D'ALINCOURT, Luís. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.
- D'ALINCOURT, Luís. “Reflexões sobre o Systema de defesa que adoptar na Fronteira do Paraguay em Consequência da Revolta e dos Insultos Praticados Ultimamente pela Nação dos Indios Guaicuru ou Cavalleiros (1826)”. *RIHGB*, vol. XX, 1857.
- DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- DANTAS, Monica Duarte. “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro”. In: Instituto Prometheus. (Org.). *Rumos da cidadania. A crise*

da representação e a perda do espaço público. São Paulo: Instituto Prometheus, 2010.

DANTAS, Monica Duarte. “Epílogo: Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império”. In: DANTAS, Monica Duarte. (Org.). *Revoltas, Motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011, p. 511-563.

DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2007.

DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Tese de doutoramento apresentada à FFLCH – USP, 1972.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: Origens do Federalismo no Brasil*. Globo, 2005.

ESTEFANES, Bruno Fabris, YOUSSEF, Alain el e PARRON, Tâmis. Vale expandido: contrabando negreiro e a construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil. (no prelo)

FARIAS, Emmanuel Júnior. “Negros do Guaporé o sistema escravista e as territorialidades específicas”. *RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais*. Campinas: UNICAMP. v. 5, n. 2 (2011).

FERNANDES, Florestan. “A Sociedade Escravista no Brasil” In *Circuito Fechado. Quatro Ensaios sobre o “Poder Institucional”*. São Paulo, Hucitec, 1976.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. São Paulo: Editora Cultrix/Edusp, 1977.

FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1986.

FRAGOSO, João L.R. e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)*. Rio de Janeiro: Ed.Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da “civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2000

GARCIA Ledonias Franco, *Goyaz, uma Província do Sertão*. FFLCH-USP, 1999.

GARCIA, Romyr Conde. *Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial*. Tese de Doutorado. FFLCH – USP. São Paulo, 2003.

- GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império Das Províncias : Rio De Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2008
- HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. 16^o edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital*. Traduzido para o Português por Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002
- HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. 2^o edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Volume I. São Paulo: DIFEL, 1970.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo, Brasiliense. 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999
- JANCSÓ, István & G. PIMENTA, João Paulo. “Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. IN: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. *Formação: Histórias*. São Paulo, Editora Senac, 2000.
- JANCSÓ, István (org.) – *Independência do Brasil: História e Historiografia*. São Paulo, Fapesp / Hucitec, 2005.
- JANCSÓ, István. “A Construção dos Estados Nacionais Na América Latina - Apontamentos Para O Estudo do Império Como Projeto”. In: José Roberto do Amaral Lapa; TamásSzmrecsányi. (Org.). *História econômica da Independência e do Império*. 1 ed. São paulo: HUCITEC, 1996, v. 1, p. 3-26.
- JANCSÓ, István. “A Sedução da Liberdade: Cotidiano e Contestação Política no Final do Século XVIII” In, Laura Mello e SOUZA. *História da Vida Privada no Brasil: vida privada e cotidiano na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- JANCSO, István. “Brasil e brasileiros: notas sobre modelagem de significados políticos na crise do Antigo Regime português na América”. *Estudos Avançados*. 2008, vol.22, n.62, p. 257-274 .
- JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001. 2vols.
- JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. 1. ed. Pirenópolis: Imprensa da UFG, 1971.

- JESUS, Nauk Maria de. “Boatos e sugestões revoltosas: A rivalidade política entre Vila Real do Cuiabá e Vila Bela - Capitania de Mato Grosso (Segunda metade do século XVIII)” in: Wilma Peres COSTA & Cecília Helena de SALLES (Orgs). *De um império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2007, pp. 275-296.
- KARASCH, Mary. *The Periphery of the Periphery: Vila Boa de Goiás, 1780-1835*. In *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas, 1500-1820*, eds. Christine Daniels and Michael V. Kennedy. New York and London: Routledge Press, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Traduzido por Wilma P. Maas, Carlos A. Pereira. Revisão de César Benjamin.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, Uduerj: Contraponto, 1999.
- KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil: Bahia, 1790s-1840s*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- LAPA, J. Roberto do Amaral. “Do Comércio em Área de Mineração”. in *Economia Colonial*, São Paulo: Perspectiva, 1973.
- LAPA, J. Roberto do Amaral. *Ação Mercantil numa área de mineração*. São Paulo: Separata da Revista de História, n. 64, 1973.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979
- LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982.
- LEONARDI, Vitor P. *Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília, Paralelo 15Ed. 1996.
- LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19)
- LIMA André Nicacio. “As câmaras municipais na crise da independência: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (1821-1825) - Informe de Pesquisa”. *Revista Eletrônica Almanack Brasiliense*, São Paulo, v. 1, p. 114-119, 2005.
- LIMA, André Nicacio. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. Dissertação de mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.
- LIMA, André Nicacio. “Mato Grosso e a geopolítica da Independência (1821-1823)”. *Territórios & Fronteiras*, v. 5, 2012. .p. 3-31.

- LOPES, Marta Maria. “Grupos indígenas na fronteira oeste de Mato Grosso e suas relações com os militares brasileiros no século XIX”. *Coletâneas do Nosso Tempo*. Cuiabá: EdUFMT, vol. 7, 2008. p. 89-104.
- LOPEZ, Carlos Rodrigues. *Festas Públicas, Memória e Representação: um Estudo sobre Manifestações Políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP, 2004.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.
- MACEDO, Tairone Zuliani de. *Império e Região: A dinâmica do processo de Independência e a elite política em Goiás (1820-1831)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia, UFG: 2004.
- MACHADO, André Roberto de A. “O Direito e o Arbítrio em Tempos de Guerra: Um antigo dilema do Parlamento, revivido nos dias da Cabanagem (1835-40)”
- MACHADO, André R. de Arruda. *Em guerra, pela pretensão de “inventar” o Estado brasileiro no Grão-Pará: 1823-1825*. XXIII Simpósio da Anpuh.
- MACHADO, André R. de Arruda. Negociando “Rotas de Peregrinação”: A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento do Império do Brasil – 1826 a 1829. Texto integrante dos *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.
- MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2010.
- MACHADO, Oswaldo Filho. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá: Carlini & Carniato: EdUFMT, 2006.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo, EDUNESP/Moderna, 1997.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. “A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”. *Novos estudos - CEBRAP*. 2006, n.74, pp. 107-123.
- MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Salles, R.; Grinberg, K. (Org.). *O Brasil Império (1808-1889)*, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Chorographia histórica da província de Goiás*. Goiânia: Sudeco, 1979.
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOS, Ilmar. R. de. “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 1, 2005. p. 8-26.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás e do roteiro desta Província às do Mato Grosso e S. Paulo*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004. p. 90-91.
- McCREERY, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, California, Stanford University Press, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 a. 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses*. Niterói: Escola Typ. Salesiana, 1919
- MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. 4a ed. Cuiabá, Ed. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.
- MENDONÇA, Rubens de. *O tigre de Cuiabá*. Campo Grande: Rui Barbosa, 1966.
- MESQUITA, José Barnabé de. *Genealogia mato-grossense*. Cuiabá/São Paulo: IHGMT/ FIEMT/Editora Resenha Tributária.
- MESQUITA, José Barnabé de. *Grandeza e decadência da Serra Acima. Ensaio de reconstituição histórica*, IHMT, 1932.
- MESQUITA, José Barnabé de. “Notas para futuros linhagistas. Ensaio genealógico” in *Revista Genealógica Brasileira*, São Paulo, 1946. José Barnabé de MESQUITA. *Genealogia mato-grossense*. Cuiabá/São Paulo: IHGMT/ FIEMT/Editora Resenha Tributária.
- MORAES, Antônio Carlos R..*Ideologias geográficas*. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005
- MOREL, Marco, *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa. Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972
- MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de Inovação no Brasil, 1789-1801*. Lisboa, Horizonte, s.d.
- NEEDELL, Jeffrey D., “Formação dos partidos brasileiros: questões de ideologia, rótulos partidários, lideranças e prática política, 1831-1888”. *Almanack Brasiliense*, n. 10, novembro de 2009.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª edição, São Paulo, Hucitec, 1995.

- NOVAIS, Fernando e MOTA, Carlos Guilherme. *A Independência Política do Brasil* São Paulo: Hucitec, 1996.
- NOVAIS, Fernando. *Aproximações, ensaios de história e historiografia*. São Paulo : Cosac Naify, 2005.
- OLIVEIRA, Cecília Helena Sales. “Heranças recriadas: especialidades da constituição do Império do Brasil”. *Almanack Braziliense*, v.1, São Paulo, 2005.
- OLIVEIRA, Marina Garcia de; DANTAS, Monica Duarte. A “malaventurada escolha”: d. Pedro I e a nomeação dos senadores em 1826. Estratégias políticas na formação do Legislativo brasileiro. [a ser publicado, gentilmente cedido pelas autoras]
- PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 2009
- PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PERARO, Maria. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PIMENTA, João Paulo G. *A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica*. Revista de História Ibero-Americana. Vol. 1 N. 1. 2008.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo, Hucitec, 2002.
- POHL, Johann. *Viagem ao interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado, apresentação e notas de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da USP, 1976.
- PONTAROLO, Fabio. “Povoar e Punir”: especificidades do degredo interno no Brasil oitocentista. Revista da Faculdade de Direito. Universidade Federal do Paraná, v. 43, 2005.
- PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. 2ª reimpressão da 21ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. 12ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1972.
- PRESOTTI, Thereza Martha Borges *O novo descobrimento das minas e sertões do Cuiabá: a mentalidade da conquista*. Dissertação de Mestrado, Brasília, UnB, 1996.
- PRUDÊNCIO, João Baptista. *Informações do Município de Alto Paraguai Diamantino*. Cuiabá: IHGMT, 2002).

- REIS, João José. *A elite baiana face os movimentos sociais, Bahia: 1824-1840*. In: Revista de. História, vol LIV, nº. 108, Ano XXVII, outubro-dezembro de 1976.
- REIS, João José; KRAAY, Hendrik “The Tyrant Is Dead!” The Revolt of the Periquitos in Bahia, 1824. *Hispanic American Historical Review* 89:3. P. 399-434.
- REIS, João José. “Quem manda em Salvador?/ Poder local e conflito social na greve de 1857 e no protesto de 1858 na Bahia” in DANTAS, Monica Duarte. (Org.). *Revolutas, Motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*, op. cit. p. 429-448.
- RIBEIRO, Gladys Sabina & Pereira, Vantuil. “O primeiro reinado em revisão” in Keila GRINBERG e Ricardo SALLES. *O Brasil Imperial*, volume I. 1808-1831. Organização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ROSA, Carlos Alberto & JESUS, Nauk Maria de (orgs.). *A terra da conquista - História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana.
- ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808)*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1996.
- ROSA, Carlos. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá: Secretaria de Educação e Cultura, 1976. (Cadernos Cuiabanos, 1).
- RUSSEL WOOD. A.J.R. *Centros e periferias no Mundo Luso-brasileiro, 1500-1808*. In Revista Brasileira de Historia . São Paulo: ANPUH/ Humanitas Publicações, vol. 18, nº 36, 1998.
- SABA, Roberto. *Vozes da nação: sociedade civil e parlamento no Império*. São Paulo: FFLCH-USP (Mestrado em História), 2008.
- SAINT- HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1937. Tomos I e II.
- SALLES, Cecília Helena de. (Orgs). *De um império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2007, pp. 275-296.
- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. “Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado”. In: Adauto NOVAES (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003,
- SECKINGER, Ron L. “The politics of nativism: ethnic prejudice and political power in Mato Grosso, 1831-1834”. In: *The Americas*. Washington, v. XXXI, april, 1975, number 4, pp. 393-416.

- SECKINGER, Ron L. *The Chiquitos Affair: na aborted crisis in Brazilian-Bolivian Relations*. In Luso-Brazilian Review, XI, n.1. (Summer, 1974).
- SECKINGER, Ron. *Politics in Mato Grosso. 1821-1851*. PhD, University of Florida, 1970. p. 60.
- SENA, Divino Marcos de. *Camaradas: Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFGD, 2010. P. 153-154.
- SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes - A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso - (1834-1870)*. Tese de Doutorado em História; UnB, 2006.
- SENA, Ernesto Cerveira de. "Rusga – sobre um evento político e seu nome". Cuiabá: *RIHGMT*, n. 71, 2012 p. 11-28.
- SENA, Ernesto Cerveira de ; PERARO, Maria Adenir (Org.) . *Rusga: Uma rebelião no sertão - Período Regencial (1831-1840)*. 1. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2014.
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 57).
- SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Identidades em Construção. O processo de politização de identidades coletivas em Minas Gerais, de 1792 a 1831*. Relatório final do Projeto de Pós-Doutorado.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Dicionário biográfico mato-grossense período colonial - 1524/1822*. Cuiabá, Mato Grosso, Brasil: Editorial Carlini&Canato, (Trilogia Colonial Mato-Grossense, 3), 2005. *RIHGMT*, vols. V-VI, VII, XII, XVI, XIX-XX.
- SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais(1830-1834)*. São Paulo: Hucitec.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et. alli. *O Processo Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Guaicurus, 1991.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. Dissertação de mestrado apresentada no departamento de história da FFLCH-USP. São Paulo, 1992, 3 vols.
- SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 54).
- SLEMIAN, Andréa, *Sob o Império das Leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*, São Paulo: Hucitec, 2009..
- SLEMIAN, Andréa. "Seriam todos cidadãos?: os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824)" In: István Jancsó (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005. p. 829-847. Andrea

- SOARES, Maria do Socorro Castro. *O Governo Provisorio de Mato Grosso, e a questão da anexação da Província de Chiquitos ao Imperio Brasileiro (1821-1825)*. Dissertação de Mestrado, Cuiabá, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste – Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Coleção Estudos Brasileiros, v. 31. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *História, Memória e Historiografia: a Independência na RIGHBa*. Politéia (Vitória da Conquista), v. 3
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *A adesão das Câmaras e a figura do Imperador*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Humanitas, n. 36, v. 18, 1998, pp. 367-394.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2.^a ed, 1986.
- SOUZA, Laura Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: vida privada e cotidiano na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012. Capítulo 1.
- STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos das Minas, americanos e portugueses: Identidades coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763 – 1792)*. Tese apresentada no Departamento de História /FFLCH /USP, 2001.
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A cidade do ouro e das ruínas*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1923. (1.^a ed.: 1891)
- TELES, José Mendonça. *A Imprensa Matutina*. Goiânia: Editora CERNE, 1989.
- UHLE, Ana Rita et al. *Brasil Pré-Censitário. Números sobre a escala dos homens no povoamento*. São Paulo, 1998. Relatório de Iniciação Científica, Departamento de História, FFLCH-USP
- VELASCO, Ivan. *As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais, século 19*. São Paulo, Edusc, 2004
- VIEIRA, Martha Victor. *Entre conflitos e negociações: ordem monárquica e disputas pelo poder na província de Goiás (1821-1845)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2011.
- VILAR, Pierre. *Hidalgos, amotinados y guerrilleros*. Barcelona: Editorial Crítica, 1982.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo, FFLCH/ USP, 1999.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. São Paulo, HUCITEC, 1987.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá*

em 1850-1888. São Paulo/Cuiabá: Marco Zero/UFMT, 1993.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Quilombos em Mato Grosso – Resistência negra em área de fronteira*. In. REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos, *Liberdade Por Um Fio – História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp. 213-239.

YOUSSEF, Alain. *Imprensa e escravidão. Política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. São Paulo: FFLCH-USP (mestrado), 2010

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. São Paulo